



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2019

Segunda-feira - 20 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	3	Grão Pará.....	139	Papanduva.....	304
Anchieta.....	4	Guaraciaba.....	140	Paraíso.....	306
Arabutã.....	5	Guaramirim.....	141	Passo de Torres.....	307
Arroio Trinta.....	8	Herval d'Oeste.....	142	Passos Maia.....	309
Ascurra.....	9	Ibiam.....	145	Paulo Lopes.....	310
Atalanta.....	11	Ilhota.....	146	Penha.....	311
Balneário Piçarras.....	12	Imbituba.....	147	Pomerode.....	312
Balneário Rincão.....	13	Indaial.....	154	Ponte Serrada.....	316
Barra Bonita.....	14	Iomerê.....	158	Porto Belo.....	317
Barra Velha.....	21	Ipumirim.....	160	Pouso Redondo.....	318
Bela Vista do Toldo.....	22	Irineópolis.....	163	Presidente Nereu.....	319
Benedito Novo.....	23	Itaiópolis.....	179	Princesa.....	333
Biguaçu.....	25	Itapema.....	180	Rio das Antas.....	335
Blumenau.....	28	Ituporanga.....	181	Rio do Sul.....	336
Bom Retiro.....	57	Jaraguá do Sul.....	182	Romelândia.....	350
Braço do Trombudo.....	60	Joaçaba.....	197	Santa Rosa do Sul.....	353
Brusque.....	61	José Boiteux.....	201	Santiago do Sul.....	354
Caçador.....	66	Lacerdópolis.....	202	São Bento do Sul.....	357
Camboriú.....	68	Laguna.....	203	São Joaquim.....	376
Campo Alegre.....	69	Lajeado Grande.....	205	São José.....	377
Campo Erê.....	75	Lebon Regis.....	206	São José do Cedro.....	380
Campos Novos.....	76	Leoberto Leal.....	207	São Miguel da Boa Vista.....	399
Canoinhas.....	77	Lontras.....	209	São Miguel do Oeste.....	404
Capinzal.....	85	Luzerna.....	210	São Pedro de Alcântara.....	423
Catanduvas.....	86	Macieira.....	215	Schroeder.....	432
Caxambu do Sul.....	87	Mafra.....	216	Seara.....	449
Chapadão do Lageado.....	88	Maracajá.....	220	Serra Alta.....	450
Chapecó.....	89	Maravilha.....	221	Sombrio.....	556
Cocal do Sul.....	95	Massaranduba.....	222	Tigrinhos.....	558
Concórdia.....	96	Meleiro.....	223	Timbó.....	560
Cordilheira Alta.....	98	Modelo.....	225	Treze Tilias.....	569
Coronel Martins.....	100	Mondaí.....	226	Trombudo Central.....	572
Curitibanos.....	102	Monte Carlo.....	227	União do Oeste.....	575
Dionísio Cerqueira.....	115	Morro da Fumaça.....	228	Urussanga.....	576
Doutor Pedrinho.....	116	Navegantes.....	229	Videira.....	577
Flor do Sertão.....	119	Nova Trento.....	238	Vitor Meireles.....	594
Fraiburgo.....	124	Novo Horizonte.....	243	Xanxerê.....	599
Garopaba.....	131	Orleans.....	244	Xavantina.....	600
Garuva.....	132	Ouro.....	245		
Gaspar.....	135	Ouro Verde.....	267		
Governador Celso Ramos.....	137	Palhoça.....	270		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2019

Segunda-feira - 20 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMMVI 603 FECAM 607

Consórcios

CIMCATARINA..... 608

IBERE..... 621

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 070 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, LILIAN KRUG JUNG GASTMANN, matrícula 498, ocupante do Cargo Efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, no período de dez (10) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pela Dr. Gilmar L. Zortea, CRM-SC 4719.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 15 a 24 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 15 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 028_2016 - AVISO DE CANCELAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE ANULAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 049/2016
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2016
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através de Seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a ANULAÇÃO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2016, tendo por objeto a Aquisição de uma Máquina Escavadeira Hidráulica nova de acordo com o Programa de Transferência nº 2016006070, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira, devido interposição de Recursos. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e do site do município.

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF N 033_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 033/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de uma Máquina Escavadeira Hidráulica nova, ano 2016, com peso mínimo 22.000kg de acordo com o Programa de Transferência nº 2016006070, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 07:45 horas do dia 30/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 20 de junho de 2016.
Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 40/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o "Registro de preço para prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, para execução de viagens destinadas a atender as necessidades do Município, conforme Formulário Proposta, anexo I". O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 04 de julho de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 17 de junho de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 41/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o "Registro de preços de gás liquefeito e papel toalha para órgãos da Administração Pública, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo ao Edital." O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 15h do dia 04 de julho de 2016, sendo que na mesma data, às 15h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 17 de junho de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

DECRETO Nº.1903/2016

DECRETO Nº 1903, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Aprova Termo de Cooperação Financeira com Associação da Casa Familiar Rural de Seara "Ludovico de Marco" e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, que disciplina a concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta, que tenham como objeto a execução descentralizada de programas de governo e ações e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Termo de Cooperação Financeira com Associação da Casa Familiar Rural de Seara "Ludovico de Marco", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Distrito de Caraíba, Município de Arabutã/SC, inscrita no CNPJ 06.296.761/0001-19, no valor de R\$ 13.500,00, a ser transferido em 03 (três) parcelas conforme Plano de Aplicação em anexo ao presente Decreto, constante do projeto atividade 2.064 – Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores, da modalidade 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0190.000000 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos, do orçamento vigente, que tem por objeto a conjugação de esforços para e cooperação financeira, objetivando o apoio institucional e manutenção de suas atividades e de acordo com Plano de Aplicação acima mencionado.

Art. 2º A celebração do Termo de Convênio previsto no art. 1º do presente Decreto, sua execução e respectiva prestação obedecerão às normas estabelecidas na Lei nº 764, de 13 de dezembro de 2013, Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 – TCE/SC e Instrução Normativa nº IN-SCI 01/2014, de 06 de janeiro de 2014, do Sistema de Controle Interno do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Arabutã/SC, 17 de junho 2016.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 17 de junho de 2016.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável Pelas Publicações

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011/2016

Conveniente: MUNICÍPIO DE ARABUTÃ.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE SEARA "LUDOVICO DE MARCO".

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços, para prestar cooperação financeira necessária para o desenvolvimento das atividades na forma estabelecida no Estatuto da CONVENIENTE e Plano de Trabalho que passa a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, objetivando o interesse público, os benefícios econômicos e sociais e a conveniência, nos termos da Lei 4320/1964.

VALOR: R\$ 13.500,00

PRAZO: 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 17/06/2016..

PORTARIA 157/2016

PORTARIA Nº 157/2016
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE A SERVIDORA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a servidora LUANA VANESSA KOCHENBORGER, inscrita no CPF sob nº. 073.482.399-19, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, no percentual de 10%(dez por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, I, letra "b", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
17 de junho de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA 158/2016

PORTARIA Nº 158/2016
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE A SERVIDORA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade a servidora ROSELI DRESSEL inscrita no CPF sob nº. 046.471.469-95, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, no percentual de 10%(dez por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, I, letra "b", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,
17 de junho de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 52/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 051/2016

Segundo termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, LUCIMAR MARTINS DA CONCEIÇÃO, celebrado em 08 de março de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor LUCIMAR MARTINS DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF/MF sob o nº. 019.619.175-05 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica aditado o contrato privativamente celebrado entre as partes, até o dia 30 de dezembro de 2016 conforme comunicado da Diretoria de Administração e Fazenda.

CLAUSULA SEGUNDA

Na Cláusula Sexta: da Unidade Administrativa, fica alterado a unidade administrativa passando Diretoria de Administração e Fazenda.

CLAUSULA TERCEIRA

Na Cláusula Sétima: da Carga Horária Semanal, fica alterado a carga horária semanal passando a ser 20 horas semanais;

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 17 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

Lucimar Martins Da Conceição
Contratada

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MF: 009.112.609-60

HOMOLOGAÇÃO Nº. 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	CONVITE Nr.: 4/2016 - CV Processo Administrativo: 38/2016 Processo de Licitação: 37/2016 Data do Processo: 24/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 37/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-CV
c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 17/06/2016
e) Data da Adjudicação: 17/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da reforma e ampliação do Centro de Convivência dos Idosos, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP (8699)

1	Contratação da execução do Centro de Convivência dos Idosos	SER	1,00	0,0000	147.235,19	147.235,19
Total do Fornecedor:					147.235,19	
Total Geral:					147.235,19	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.058.4.4.90.00.00.00.00.00 (171), 1.058.4.4.90.00.00.00.00.00 (172)

Arabutã, 17 de Junho de 2016.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 173

PORTARIA Nº 173, de 16/06/2016.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora ERMINIA LAZZARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na forma do Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 13/06/2016 a 09/12/2016, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/06/2016.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 16 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 92/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 92/2016 ref. Pregão Presencial n. 51/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: A.M. Comércio e Representação da Construção LTDA ME

CNPJ n. 22.984.947/0001-17

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento, instalação e montagem de esquadrias metálicas – quadro de portas e janelas em alumínio, com tela de proteção contra inseto, portas de alumínio bem como porta de vidro, que serão aplicados nos CEIS e escolas municipais.

Valor do contrato: R\$ 32.990,00

Vigência: 31/12/2016

Ascurra, 20 de junho de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO N. 53/2016

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 53/2016

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

Os itens 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9 do objeto do edital 53/2016, onde se liam:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
2	500,00	M3	AREIA MEDIA
Vlr Máx.Unit: 30,5000			
Cotação Máx.: 15.250,0000			
3	37,00	M3	AREIAO (SAIBRO)
Vlr Máx.Unit: 400,0000			
Cotação Máx.: 14.800,0000			
5	100,00	M3	BRITA N. 2
Vlr Máx.Unit: 28,7500			
Cotação Máx.: 2.875,0000			
6	100,00	M3	BRITA N. 3
Vlr Máx.Unit: 22,5000			
Cotação Máx.: 2.250,0000			
7	200,00	M3	MISTURA (CONTAMINADO)
Vlr Máx.Unit: 20,0000			
Cotação Máx.: 4.000,0000			
8	100,00	M3	PO COM PEDRISCO
Vlr Máx.Unit: 30,0000			
Cotação Máx.: 3.000,0000			
9	100,00	M3	BICA CORRIDA
Vlr Máx.Unit: 18,0000			
Passam a ler-se:			
Item	Quantidade	Unidade	Descrição
2	500,00	M3	AREIA MEDIA
Vlr Máx.Unit: 38,0000			
Cotação Máx.: 19.000,0000			
3	400,00	M3	AREIAO (SAIBRO)
Vlr Máx.Unit: 37,0000			
Cotação Máx.: 14.800,0000			
5	100,00	M3	BRITA N. 2
Vlr Máx.Unit: 33,0000			
Cotação Máx.: 3.300,0000			

6	100,00	M3	BRITA N. 3
Vlr Máx.Unit: 31,5000			
Cotação Máx.: 3.150,0000			
7	200,00	M3	MISTURA (CONTAMINADO)
Vlr Máx.Unit: 33,0000			
Cotação Máx.: 6.600,0000			
8	100,00	M3	PO COM PEDRISCO
Vlr Máx.Unit: 37,0000			
Cotação Máx.: 3.700,0000			
9	100,00	M3	BICA CORRIDA
Vlr Máx.Unit: 33,0000			
Cotação Máx.: 3.300,0000			
Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 28/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 4/7/2016, às 9 horas.			

Ascurra, 17 de junho de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 15/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº 9/2016

CONVITE Nº 1/2016

CONTRATO Nº 15/2016

CONTRATADA: CHIQUETTI CONSTRUÇÕES LTDA-ME

OBJETO: AMPLIAÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL INFANTIL CRECHE MONTÃO DE CARINHO DE ATALANTA EM ALVENARIA, COM 111,54 M² DE AREA CONSTRUIDA,

VALOR TOTAL: R\$ 118.718,43 (Cento e dezoito mil setecentos e dezoito reais e quarenta e três centavos).

Atalanta, em 16 de junho de 2016.

TARCISIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício de Atalanta.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 16/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo nº: 14/201614/2016

Licitação nº: 2/2016

Modalidade: Pregão

Objeto da Licitação: Locação de estrutura para o evento Piçarraíá e Evangelifest, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, atendendo solicitação do Fundo Municipal de Cultura, anexa ao presente Processo.

ECCO 'S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME Total do Fornecedor: R\$75.000,00 Balneário Piçarras/SC, 9 de junho de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 01/07/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de forma parcelada, de material tipo areão para recuperação de estradas, nos bairros Pedreiras, Lagoa dos Freitas, Urussanga Velha, Barra Velha, Zona Sul e Zona Norte e Estrada que liga a Comunidade Torneiro, totalizando 141 KM, no Município de Balneário Rincão, durante o exercício de 2016, de acordo com a Proposta de Transferência Nº. 0000018176 – Programa de Transferência Nº. 2016006257, firmada entre o Município de Balneário Rincão e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Criciúma.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 17 de Junho de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

Barra Bonita**PREFEITURA****CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC
RESOLUÇÃO Nº. 07/2016 – CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

Resolução nº. 07/2016 – CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Barra Bonita - SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 08 de julho de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 017/97, de 17 de fevereiro de 1997, alterada p/ Lei nº 279/01 e Lei 304/02, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Barra Bonita – CMAS, de conformidade ao Decreto nº. 858 de 02/06/2016 e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ vinte e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos (27.538,70), referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita (SC), 16 de junho de 2016.

NATALINA OLDONI FAVRETTO

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 862/2016. PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$ 109.994,67 (CENTO E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME PROPOSTA SIG

DECRETO Nº 862/2016.

PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$ 109.994,67 (CENTO E NOVE

MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, PARA A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME PROPOSTA SIGEF 18.167 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 749/2015, de 07 de dezembro de 2015:

Art. 1º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 749/2015, mais precisamente no que tange ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 109.994,67 (Cento e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS

UNID/ORÇ: 07.002 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 015.452.0019.1005 – Construção e Ampliação de Vias Urbanas

CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 109.994,67

Total R\$. 109.994,67

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$. 109.994,67 (Cento e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Sessenta e Sete Centavos), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 24000000000000 – Transferências de Capital

24700000000000 – Transferências de Convênios

24720000000000 - Transferências Convênios dos Estados e suas Entidades

24729900000000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados

24729900000001 - Outras Transferências de Convênios dos Estados

FONTE/REC: 012400 – Transf. de Convênios Outros
..... R\$. 109.994,67

Total R\$. 109.994,67

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 17 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 861/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 746/2015 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 861/2015 DE 17 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 746/2015 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: SIMONE WINGERT

Suplente: CELIA MARIA MEZZOMO

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo:

Titular: FABIANA MICHELLE SCHAUBLE MACIEL

Suplente: DIANA MARCIA WIESCZORECK CANEPPELE

III – Representante das Escolas Públicas:

Titular: LUCIANE ZANGALLI BALENSIEFER

Suplente: MARCIA SERAFINI GIONGO

IV- Representante da Secretaria de Assistência Social:

Titular: SILVANA SCHULER DE QUADROS

Suplente: MÉLIA TEREZA MARTINELLI

V – Representante do Conselho Comunitário:

Titular: JOÃO RAPACK

Suplente: NÁDIA ROBERTA STURMER ZACCARON

VI – Representante do Comércio:

Titular: JOSIANE DE FATIMA KORNOWSKI

Suplente: JOSE SCAPIN

VII - Representante das Entidades Religiosas:

Titular: ROSANE FABI

Suplente: ANTONIO BOFF

VIII – Representante da Associação de Pais de Professores (APP):

Titular: LEVINO JOSE BRESOLIN

Suplente: LAURI JOÃO MAZZARDO

Art. 2º. O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito constituindo-se em serviço público relevante.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial, o Decreto Municipal 746/2015.

Prefeitura Municipal de BARRA BONITA, 17 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FIZON

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ERRATA DISPENSA DE LICITAÇÃO 36/2016

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO ONIBUS DETER PARA PAS/ONIBUS PLACA MGV2954.

FORNECEDOR: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 1873, centro, São Miguel do Oeste/SC.

CPF: 01.977.238/0001-34

Valor Contratado: R\$ 2.138,82 (dois mil cento e trinta e oito reais com oitenta e dois centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor preço, o qual orçou em R\$ 2.138,82 (dois mil cento e trinta e oito reais com oitenta e dois centavos)

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

BARRA BONITA/SC, 08/06/2016

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 174, DE 15 DE JUNHO DE 2016.
"ADMITE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA N.º 174, de 15 de junho de 2016.

"Admite servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 039/2011, e resultado do Processo Seletivo Simplificado edital 02/2016.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário, a Senhora, Neiva do Prado Ferreira, para ocupar o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em substituição a servidora Diane Guaragni, que se encontra em licença, pelo período em que a mesma estiver licenciada, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 15 de junho de 2016.

Darci Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA N.º 176, DE 17 DE JUNHO DE 2016.
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º 176, de 17 de junho de 2016.

"Altera carga horária de servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Resolve;

Art. 1º - Fica alterada enquanto existir a vaga, a carga horária da servidora, Tânia de Fátima Barbosa, matrícula nº419401, ocupante do Cargo de Professora, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal com jornada de trabalho de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº032/2016, de 10.02.2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 17 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

**PORTARIA N.º178, DE 17 DE JUNHO DE 2016.
DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA N.º178, de 17 de junho de 2016.

Designa servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado o servidor Jean Christofoli, matrícula nº275304, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 175, DE 16 DE JUNHO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 175, de 16 de junho de 2016.

"Concede diária, e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diárias ao Senhor Silvio Ricardo Lazarotto, Matrícula nº 12903, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), para participar de curso sobre cadastro e emissão de nota fiscal de produtor primário, em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº014/2016 e Roteiro de Viagem nº01/2016 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 16 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 179, DE 17 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 179, de 17 de junho de 2016.

Concede Licença-Prêmio ao servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.º108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a servidora Denise de Fatima Constantini matrícula nº132901, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, relativo ao período de 02.04.2011 a 02.04.2016, usufruindo no período de 17 de junho a 15 de agosto de 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97.

Servidor Responsável

CAMARA MUNICIPAL**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N°. 02/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Vereador JOACIR RALDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, e Regimento Interno e pela Resolução n°. 03/2012, torna público aos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para admissão de Advogado, em caráter TEMPORÁRIO, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo simplificado para contratação imediata, será regido por este Edital e coordenado pela comissão instituída pela Portaria n°. 012/2016, de 28 de abril de 2016.

1.2 - A seleção de que se trata este Edital será realizada mediante análise curricular de caráter classificatório e eliminatório.

1.3 - Serão aceitos apenas os documentos entregues pessoalmente ou através de procurador com assinatura reconhecida em cartório.

1.4 - O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado na Secretária da Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, situada na Avenida Buenos Aires, n°. 600, centro.

2- DAS VAGAS/CARGA HORÁRIA/VENCIMENTOS

2.1 - A vaga destina-se ao preenchimento temporário do cargo de Advogado (funções constante no anexo III), e será preenchida pelos candidatos classificados neste edital e de acordo com a ordem de classificação dele resultante.

2.2 - A carga horaria é de 20 horas semanais, podendo ser cumprida de segunda à sexta-feira, e, obrigatoriamente, nos dias de Sessão Plenária.

2.3 - O vencimento é de R\$ 2.625,10 (dois mil seiscentos e vinte e cinco reais com dez centavos).

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

3.2 - Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

3.3 - Ter idade mínima de dezoito anos completos;

3.4 - Possuir aptidão física e mental para o exercício das suas atribuições;

3.5 - Não exercer cargo, emprego ou função pública na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3.6 - Possuir grau de Bacharel em Direito, e estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

3.7 - Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - A inscrição deverá ser efetuada por meio de entrega da ficha de inscrição (ANEXO I), currículo (ANEXO II - sugestivo) e demais documentos, no período de 20 à 24 junho de 2016, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 16 horas, pessoalmente ou por procurador, na Secretária da Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, situada na Avenida Buenos Aires, n°. 600, centro;

4.2 - Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição;

4.3 - As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão do Processo Seletivo o direito de excluir do processo seletivo simplificado as fichas de inscrições e currículos, que estiverem preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.4 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.

5 - ANÁLISE CURRICULAR - CLASSIFICATÓRIA E ELIMINATÓRIA

5.1 - A seleção será procedida da contagem de pontos e serão apurados conforme descrito nos quadros de critérios abaixo:

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Cursos de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado em qualquer área do Direito.	1,0 ponto por curso	4
Cursos de especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado na área da Administração Pública.	1,5 pontos por curso	6
Experiência profissional no âmbito da Administração Pública.	0,5 ponto por mês de experiência, limitado a 36 meses.	18
VALOR MÁXIMO DE PONTOS		28

5.2 - O candidato, mesmo não obtendo pontuação nas experiências profissionais ou cursos poderá participar do Processo Seletivo Simplificado, desde que atendidos a todos os pré-requisitos contido no item 3.

5.2 - Será considerado como experiência profissional apenas serviços correlacionados com as funções típicas de Advogado, especialmente as descritas no anexo III, mediante a apresentação de pelo menos um dos documentos relacionados no item 5.4.

5.3 - Para fins de pontuação, será computado como mês inteiro o tempo de experiência profissional fracionado, igual ou superior a 15 dias.

5.4 - A experiência profissional deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS): fotocópias que incluam as páginas com os dados de identificação do trabalhador - folha

de rosto e de qualificação civil – e com o registro do contrato de trabalho;

b) Declaração Funcional ou Portaria que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho.

5.5 - Os cursos para os quais o candidato pretende obter pontuação devem estar devidamente concluídos e comprovados mediante Diploma ou Certificado.

5.6 - As seleções do currículos serão realizadas pela Comissão de Processo Seletivo designada por Portaria Interna.

5.7 - A classificação será feita em ordem decrescente da pontuação final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.

5.8 - Havendo empate na análise curricular o critério para desempate será:

1º - O candidato com maior tempo de experiência profissional no âmbito da Administração Pública;

2º - O candidato de maior idade.

6 - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

6.1 – Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no site www.camarabarrabonita.sc.gov.br, e no quadro de avisos da Secretaria da Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC.

6.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.

6.3 - A convocação para designação e/ou contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.

6.4 - O candidato que não comparecer no prazo de 01 (um) dia útil, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos à Secretária da Câmara de Vereadores de Barra Bonita, e sua admissão será analisada pela Comissão de Processo Seletivo designada.

7.2 – As razões serão formuladas e devidamente fundamentadas pelo candidato interessado, devendo constar o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.

7.3 - O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de inscritos e classificação final, será de 01 (um) dia útil após publicação dos respectivos editais, no site www.camarabarrabonita.sc.gov.br, e no quadro de avisos da Secretaria da Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC.

7.4 - Admitido o recurso, caberá a Assessoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada por telefone ou endereço informado pelo candidato no currículo.

8. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO

8.1 – Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

8.2 – O Regime Jurídico de contratação será por tempo determinado.

9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 – Para efeito de contratação, os candidatos deverão comparecer munidos dos seguintes documentos, em original e 01 (uma) fotocópia:

a) Diploma de Bacharel em Direito, devidamente reconhecido pelo MEC;

b) Registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

b) Cédula de identidade;

c) C.P.F.;

d) Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

e) Carteira de Trabalho e Cartão PIS/PASEP;

f) Número de conta corrente no Banco Sicoob;

g) Certidão de casamento ou nascimento;

h) Certidão de nascimento de filho(s), se menor de idade;

i) Comprovante de residência;

j) Certificado de reservista, se do sexo masculino;

j) Declaração de não acúmulo de cargo público.

9.2 - São condições para a designação e/ou contratação:

a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;

b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 9.1 deste edital.

10- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo seletivo simplificado contido neste Edital.

10.2 - A participação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de designação e/ ou contratação aos candidatos classificados.

10.3 - Os casos omissos no presente neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, e se necessário.

10.4 - Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de retificação divulgada no Diário Oficial, e quadro de avisos da Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC.

10.5 – O prazo de vigência do presente edital será de até 12 (doze) meses.

10.6 – Os contratos decorrentes desse Processo Seletivo terão vigência somente até que seja preenchida a vaga por candidato aprovado em Concurso Público.

Barra Bonita/SC, 17 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO EDITAL Nº. 02/2016
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do candidato:					
Sexo: M () F ()		Identidade:		Órgão expedidor:	
Data de nascimento:			CPF:		
Nacionalidade:			Estado civil:		
Título de eleitor:		Zona:		Seção:	
Endereço:				Nº.	
Bairro:			Município:		
Escolaridade:					
Telefone:			E-mail:		

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA DESIGNAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2016.

DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da inscrição: ____/____/____.

Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Destinatário: SECRETÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA/SC

Endereço: Av. Buenos Aires, nº. 600, centro;

Descrição: Recebi a ficha de inscrição nº ____/2016, Anexo I do Edital nº02/2016 .

Assinatura do recebedor: _____

Barra Bonita/SC, ____ de ____ de 2016. ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO EDITAL Nº. 02/2016

MODELO DE CURRÍCULO

I - DADOS PESSOAIS

Nome: _____
Endereço: _____ Nº _____
Bairro: _____ Município _____ UF: _____
Telefone: () _____ E-mail: _____
Data de nascimento: ____/____/____ Estado civil _____ Sexo: ()F()M
Naturalidade: _____ UF: _____
Profissão: _____

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

1. Instituição de Ensino: _____
Cursos/especializações: _____

2. Instituição de Ensino: _____
Cursos/especializações: _____

3. Instituição de Ensino: _____
Cursos/especializações: _____

4. Instituição de Ensino: _____
Cursos/especializações: _____

CAPACIDADE TÉCNICA E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Instituição onde trabalhou: _____
Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____ .
Atividades desenvolvidas: _____

2. Instituição onde trabalhou: _____
Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____ .

Atividades desenvolvidas:

3. Instituição onde trabalhou: _____

Cargos ocupados ou funções exercidas: _____

Período: ____/____/____.

Atividades desenvolvidas:

Tempo de experiência profissional na função/cargo para o qual concorre: _____

ANEXAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TODOS OS ELEMENTOS DECLARADOS.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ADVOGADO - EDITAL Nº. 02/2016

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

CARGO	VAGA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	ATRIBUIÇÕES
ADVOGADO	01	20 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.625,10	Atribuições Específicas: Assessorar a Presidência, a Mesa Diretora e as Comissões Permanentes e Temporárias e aos Vereadores em assuntos de natureza jurídica e administrativa; exercer a coordenação e a execução das atividades jurídicas do Poder Legislativo; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos trabalhos e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação do Procurador-geral do Município; elaborar estudo e preparar informações, por solicitação da Presidência, da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes e Temporárias; assessorar o Presidente no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados e daqueles oriundos de órgão sob sua coordenação jurídica; examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Poder Legislativo: os textos de editais de licitações, bem como os respectivos contratos, ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados e os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade; decidir a dispensa de licitação; as propostas, estudos, projetos, anteprojetos e minutas de atos normativos de interesse do Legislativo Municipal; os processos e documentos que envolvam matérias referentes a assuntos de cunho administrativo ou judicial; e a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito do Poder Legislativo; fornecer subsídios para a defesa dos direitos e interesses do Poder Legislativo em âmbito administrativo e Judicial, e presta informações solicitadas pelo Poder Judiciário e Ministério Público; examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades do Poder Legislativo quanto ao seu exato cumprimento; coordenar a elaboração de relatórios referentes às atividades de quaisquer comissões; providenciar a anotação e controle de livros que digam respeito às Comissões; adotar as medidas cabíveis a fim de que se promovam as publicações dos atos praticados; redigir minuta de projeto de lei, de resolução, de requerimento, de indicação, e auxiliar na elaboração de quaisquer atos administrativos originados nas Comissões Permanentes ou Temporárias; acompanhamentos dos processos legislativos e documentação sob à guarda das Comissões e/ou de seu interesse; auxiliar sobre a tramitação das proposições; executar quaisquer outras tarefas de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias.

Barra Bonita/SC, 17 de junho de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 015/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 014/2016

Contratada: JOÃO FELIX ROSA

Licitação: Proc. Administrativo 056/2016 Dispensa nº 002/2016

Objeto: Locação de imóvel, localizado na Quinta dos Açorianos lote 2.121 e 2.123 da quadra 126, com área total de 680,00 m², para instalação da Extensão do CEI Madre Paulina. Período de 12 meses

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Data da assinatura: 17/06/2016

Data do vencimento: 16/06/2017

Barra Velha, 17 de junho de 2016

JOÃO FELIX ROSA –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

DL 002/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 056/2016 - Dispensa de Licitação nº 002/2016

Contratada: JOÃO FELIX ROSA

Objeto: Locação de imóvel, localizado na Quinta dos Açorianos lote 2.121 e 2.123 da quadra 126, com área total de 680,00 m², para instalação da Extensão do CEI Madre Paulina. Período de 12 meses.

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 17 de junho de 2016

JOÃO FELIX ROSA - Contratado

Claudemir Matias Francisco - Prefeito

ERRATA 001/2016 PP 007/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ERRATA 001

Processo Administrativo nº 012/2016 - Pregão Presencial nº 007/2016 FMS

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para aquisição de ambulância para o município de Barra Velha. CONVENIO 2016TR0895 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOINVILLI E A PREFEITURA DE BARRA VELHA - PROCESSO SDR23 1117/2016. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 30/06/2016 às 10:30 horas. Data da Sessão Pública: 30/06/2016 às 10:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 17 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 043/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 055/2016 - Pregão Presencial nº 043/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 01/07/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 01/07/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 17 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - 20/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO 020/2016
CARTA CONVITE Nº 007/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE INFANTIL NO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL JOÃO PEDRO ALBERTI, LOCALIDADE RIO DA AREIA DE CIMA, DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC, contando com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, com data de abertura para o dia 15/06/2016 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Bela Vista do Toldo, 16 de Junho de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 10/2016

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO 010/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a Concessão De Espaço Publico Visando, Instalação E Manutenção De 2 (Dois) Painéis Publicitários, Sendo Um No Ponto De Ônibus Do Colégio Estanislau Schumann; Medindo 6,00m X 2,40m E Outro No Ponto De Ônibus Na Cohab; Medindo 3,00m X 2,40m, Com Permissão De Exploração Dos Espaços Publicitários À Terceiros, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, com data de abertura para o dia 28/03/2016 às 08:30 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Bela Vista do Toldo, 30 de Maio de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA. Prefeito Municipal

LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 21/2016

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO 021/2016
CARTA CONVITE Nº 008/2016

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a Aquisição de Implementos Agrícolas conforme CONVÊNIO Nº 2016TR000883 através da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas – Governo de Santa Catarina, com data de abertura para o dia 15/06/2016 às 14:00 horas, foi considerada FRACASSADA, face a ausência do número mínimo de três interessados. Bela Vista do Toldo, 16 de Junho de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA - Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 3/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE AGUA MINERAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS.
EMPRESA FORNECEDORA: KESTRING GAS LTDA ME
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 17.100,00 (dezesete mil e cem reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26/02/2016 a 26/02/2017.
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 26/02/2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 4/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS
EMPRESA FORNECEDORA: TDK TRANSPORTES E TURISMO LTDA EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 1, 3 e 4, totalizando a quantia de R\$ 78.200,00 (setenta e oito mil e duzentos reais).
EMPRESA FORNECEDORA: SANTA MARIA TURISMO LTDA EPP
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no item 2, totalizando a quantia de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 01/03/2016 a 01/03/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 01/03/2016
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 5/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 18/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES

DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO EM RÁDIO(S) EM FREQUÊNCIA AM E FM COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNICÍPIES, POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE 60 (SESSENTA) SEGUNDOS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
EMPRESA FORNECEDORA: RADIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no item 1, totalizando a quantia de R\$ 30.226,00 (trinta mil e duzentos e vinte e seis reais).
EMPRESA FORNECEDORA: RADIO DE TIMBO LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no item 2, totalizando a quantia de R\$ 10.493 (dez mil e quatrocentos e noventa e três reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 02/03/2016 a 02/03/2017.
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 02/03/2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 6/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ARBITRAGEM PARA OS DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO.
EMPRESA FORNECEDORA: INDASPORTS ATIVIDADES DESPORTIVAS S.S LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora no LOTE 1, totalizando a quantia de R\$ 69.990,00 (SESSENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 07/03/2016 a 07/03/2017
VALIDADE DA ATA: 12 meses
Benedito Novo (SC), 07/03/2016.
Jean Michel Grundmann - Prefeito

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 7/2016 PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 20/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONserto E VULCANIZO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS
EMPRESA FORNECEDORA: GRANDO PNEUS LTDA
ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se

vencedora nos LOTES 3, 4, 5, 9 e 10, totalizando a quantia de R\$ 80.524,96 (oitenta mil e quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos).

EMPRESA FORNECEDORA: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos LOTES 1, 2, 6, 7, 8, 11, 12 e 13, totalizando a quantia de R\$ 113.460,00 (cento e treze mil e quatrocentos e sessenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 15/03/2015 a 15/03/2016.

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 15/03/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 4/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 71/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de água mineral e recarga de gás liquefeito de petróleo - GLP para as diversas secretarias.

EMPRESA FORNECEDORA: Ivete Dadam ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: Para o item 01 (um) que a FORNECEDORA sagrou-se vencedora, será pago a quantia de R\$ 15.750,00 (quinze mil e setecentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 01/12/2015 a 01/12/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 01 de dezembro de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 5/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 74/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para manutenção de bueiros e da rede de esgotos do município.

EMPRESA FORNECEDORA: CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 01 e 02, totalizando a quantia de R\$ 34.020,00 (trinta e quatro mil e vinte reais).

EMPRESA FORNECEDORA: COMERCIALEINDUSTRIAL DANTE ZONTA LTDA - EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 05 e 09, totalizando a quantia de R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

EMPRESA FORNECEDORA: DRAGAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 03 e 04, totalizando a quantia de R\$ 29.455,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

EMPRESA FORNECEDORA: PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora nos itens 06, 07 e 08, totalizando a quantia de R\$ 52.357,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta e sete reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 09/12/2015 a 09/12/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 09/12/2015

Jean Michel Grundmann - Prefeito

3º PUBLICAÇÃO - ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 6/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 75/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de madeiras de eucalipto para utilização no reparo de pontilhões de madeira e rede de esgotos.

EMPRESA FORNECEDORA: Madeireira Ribeirão Preto

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 159.400,00 (cento e cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14/12/2015 a 14/12/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 14 de dezembro de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

CV93/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONVITE 93/2016PMB

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviço de mão de obra para a pavimentação com lajotas da Rua Maria Gema Siqueira, neste Município, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:15 horas do dia 27/06/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 13:30 horas do dia 27/06/2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site: <https://biguacu.atende.net>, ou na Diretoria de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 095/2016

DECRETO Nº 095/2016 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

PRORROGA A DATA DO VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

Considerando a solicitação SESCOF;

Considerando a migração dos sistemas de software de gestão pública, incluindo os sistemas de gestão de notas fiscais e de escrituração fiscal,

DECRETA:

Art. 1º. Tendo em vista a inconsistência, desde o dia 09/05/2016, do sistema de informática da Prefeitura Municipal de Biguaçu, fica prorrogada para o dia 30/06/2016, a data do vencimento do ISS, cujo vencimento se daria na data de 20/06/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1475/2016

PORTARIA nº 1475 de 19 de maio de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LIDIANE PERGHER MACHADO RABELO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 01/06/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1477/2016

PORTARIA nº 1477 de 19 de maio de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) REGIANE MACHADO, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ESCOLAR III, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 19/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1478/2016

PORTARIA nº 1478 de 19 de maio de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) GRACIELE DIAS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de DIRETOR ESCOLAR II, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos 19/05/2016.

Biguaçu, 19 de maio de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1637/2016

PORTARIA nº 1637 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), IVO JOÃO MARTINS JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1638/2016

PORTARIA nº 1638 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA AUGUSTA MEDEIROS E SILVA PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1639/2016

PORTARIA nº 1639 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSILDA DE MELLO BORGES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2016 a 05/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1640/2016

PORTARIA nº 1640 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARISA ANTUNES DE SÁ PLOENCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 09/06/2016 a 15/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1641/2016

PORTARIA nº 1641 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JUCEMAR ROSA FAJARDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (ARTES), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 24/05/2016 a 19/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/05/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1642/2016

PORTARIA nº 1642 de 17 de junho de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ECLAIR DARLETE CONSTANCIO DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 10/06/2016 a 25/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1643/2016

PORTARIA nº 1643 de 17 de junho de 2016

Susta a Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Sustar a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Adriana Nérica Sodré, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8139-2 a contar de 30/05/2016.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 075/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1644/2016

PORTARIA nº 1644 de 17 de junho de 2016

Exonera a pedido o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o(a) servidor(a) ANTONIO FELIPE ASMUZ PEREIRA, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 16/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/06/2016.

Biguaçu, 17 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2016 - FURB

TERMO DE COOPERAÇÃO nº 01/2016 celebrando GESTÃO COM-
PARTILHADA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL "NASCENTES DO
GARCIA" - PNMNG entre a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL
DE BLUMENAU – FURB, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIEN-
TE – FAEMA, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE – ICMBio e INSTITUTO PARQUE DAS NASCEN-
TES – IPAN.

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, pessoa ju-
rídica de direito público interno, instituída pela Lei Municipal nº
1.557, de 24 de dezembro de 1968 e integrante da Administração
Pública Indireta do Município de Blumenau, Santa Catarina, na for-
ma de autarquia municipal de regime especial, com sua estrutura
administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº
743, de 19 de março de 2010, inscrita no Cadastro Nacional de
Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº. 82.662.958/0001-02, com sede
e foro na cidade de Blumenau/SC, Brasil, na Rua Antônio da Veiga,
nº. 140, Bairro Victor Konder, CEP 89.010-900, ora representada
pelo Reitor Universitário João Natel Pollonio Machado.

Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA pessoa jurídica de
direito público, inscrita no CNPJ sob. nº 81.154.783/0001-60, esta-
belecida com sede à Rua XV de Novembro, nº 1505, Centro, nesta
cidade, representada por seu Presidente, Sr. Fernando Leite.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-
Bio, com sede à rua Progresso, nº 167, Bairro Progresso, Blumenau
– SC, representado por sua Chefe Sra. Viviane Daufemback.

Instituto Parque das Nascentes - IPAN, organização da sociedade
civil de caráter público - OSCIP, CNPJ 04.621.757/0001-53, repre-
sentado neste ato por seu presidente, Jonata Giovanella.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 4.990, de 03 de
junho de 1998, que cria o Parque Natural Municipal das "Nascentes
do Garcia" e dá outras providências;

Considerando que o IPAN é certificado como Utilidade Pública Mu-
nicipal pela Lei nº 6172/2003 e como OSCIP pelo Ministério da
Justiça Lei nº 9.790/99 de janeiro de 2006, o que o habilita para a
gestão de Unidades de Conservação de acordo com o art. 30, da
Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, regulamentada pelo Decreto
4.340 de 22 de agosto de 2002;

Considerando que houve convênio entre FURB/FAEMA/IPAN com
este mesmo objetivo e que o IPAN possui notória capacidade téc-
nica para execução do objeto proposto, haja vista a gestão do
Parque das Nascentes por oito anos consecutivos até o final do ano
de 2008, razão principal pelo qual foi fundado;

Considerando que o PNMNG, instituído pela Lei Municipal nº 4.990,
de 05 junho de 1998, foi abrangido pelo Parque Nacional da Serra
do Itajaí, criado pelo decreto de 4 de junho de 2004, engloban-
do os Municípios de Ascurra, Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar,
Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de
Santa Catarina e dá outras providências, com área total de 57.374
ha (cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e quatro hectares);

Firmam as PARTES, nesta oportunidade, o presente TERMO DE

COOPERAÇÃO PARA GESTÃO COMPARTILHADA DO PARQUE NA-
TURAL MUNICIPAL "NASCENTES DO GARCIA" - PNMNG, que será
regido pelas condições constantes nas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO de COOPERAÇÃO tem por objeto delegar, por
parte da FURB e da FAEMA, dado ciência ao Instituto Chico Mendes
de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o gerenciamento e
administração do PNMNG ao IPAN, compreendendo ações de pro-
teção e conservação do patrimônio natural e ações de manutenção
e implantação de infraestrutura física, com acompanhamento do
Conselho de Administração do Parque das Nascentes e Conselho
Municipal do Meio Ambiente, de acordo com o art. 30 da Lei Fede-
ral nº 9.985/00 – SNUC, arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 4.990/98
e art. 4º do Decreto de 04 de junho de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

O objeto deste termo será executado pelo IPAN, FAEMA e FURB,
através de pessoal e assessores especializados, dentro da melhor
técnica aplicável a trabalhos desta natureza, com observância das
diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração do PNM-
NG, Conselho Municipal do Meio Ambiente, com base nas leis, re-
gulamentos, normas técnicas e posturas vigentes e mediante a
fiscalização e acompanhamento do conselho de administração do
Parque.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 Da FURB:

- a) disponibilizar até quatro estudantes para as atividades descritas
no item 3.1.1.;
- b) apoiar as atividades acadêmicas e de pesquisas na Unidade de
Conservação – (UC);
- c) apoiar e acompanhar na articulação de convênios com institui-
ções públicas e privadas para captação de apoios, meios e recur-
sos;
- d) acompanhar a execução deste Termo de Cooperação por inter-
médio de seus dois representantes que integram o Conselho de
Administração do PNMNG.

3.1.1 Atribuições dos estagiários:

- a) auxiliar na recepção, guiar e acompanhar as atividades no Par-
que;
- b) relatar e reportar suas atividades ao IPAN e à FURB.

3.2 Da FAEMA:

- a) acompanhar a execução deste Termo de Cooperação por inter-
médio de seus dois representantes que integram o Conselho de
Administração do PNMNG;
- b) ceder uma sala na área urbana com telefone fixo, para secreta-
riar e atender as demandas do Parque;
- c) apoiar a articulação de convênios com instituições públicas e

privadas para captação de apoios, meios e recursos;

d) promover atividades de educação ambiental na UC;

e) disponibilizar, quando possível, recursos oriundos de compensação ambiental decorrente do firmamento de termo de ajuste de conduta ou termo de compromisso;

f) apoiar tecnicamente o IPAN, quando possível, nas atribuições do item 3.3, alínea "e".

3.3 Do IPAN:

a) fazer a gestão do PNMNG;

b) apresentar relação das atividades realizadas anualmente ou quando solicitado às entidades participantes, FURB e FAEMA;

c) apresentar relação das atividades realizadas anualmente ao Conselho Municipal do Meio Ambiente para fiscalização e acompanhamento;

d) apresentar plano de recuperação das estruturas físicas ao Conselho de Administração do PNMNG no prazo de 120 (cento e vinte) dias;

e) executar atividades de manutenção, como conservação das trilhas, estradas, infraestrutura e funcionários para o desenvolvimento das ações de gestão compartilhada no PNMNG;

f) promover atividades de educação ambiental na UC;

g) receber doações de instituições públicas e privadas de qualquer espécie (pecúnia, livros, materiais, entre outros), podendo veicular em seus materiais de divulgação informações e propagandas dos mesmos, cabendo obrigatoriamente o registro destas doações para posterior prestação de contas;

h) controlar, acompanhar e monitorar a entrada de visitantes e pesquisadores, bem como a cobrança de ingresso e aluguel das instalações (quando for o caso);

i) fazer a prestação de contas nos termos e prazos estabelecidos na legislação vigente, conforme a Lei 9.790/99;

j) disponibilizar, por meio eletrônico, balanço contábil ao Conselho de Administração do PNMNG, Conselho Municipal do Meio Ambiente, FURB, FAEMA e outras entidades (quando for o caso), até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês;

k) encaminhar imediatamente ao conhecimento das autoridades competentes os fatos ocorridos no PNMNG que necessitem de providências legais;

l) executar as normas estabelecidas nas Instruções Normativas do Conselho de Administração do PNMNG, bem como o Plano de Manejo;

m) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários que decorram da execução do presente termo, estando incluídos nos valores as despesas com salários e encargos sociais de seus empregados, consultores, assessores e prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados.

3.4 Compete a todos os partícipes:

a) desenvolver ações de articulação para viabilizar as atividades previstas no presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

b) disponibilizar estudos, produtos, informações necessárias à efetivação do objeto do presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

c) inserir a logomarca da FURB, da FAEMA, do IPAN e do ICMBio nos materiais de divulgação dos produtos eventualmente gerados exclusivamente pelo presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

d) contribuir e apoiar na gestão do PNMNG.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS

4.1 Da FURB:

Ter isenção de acesso e preferência de reserva de espaços, para seus estudantes e professores, durante as aulas e projetos de pesquisa e extensão.

4.2 Do IPAN:

a) contratar recursos humanos;

b) realizar convênios com outras entidades, públicas ou privadas, para obtenção de recursos na gestão do PNMNG, inclusive com o SAMAE, de acordo com a art. 47 da Lei do SNUC No 9.985, de 18 de julho de 2000;

c) obter, através de compras e doações, recursos a serem utilizados no PNMNG;

d) promover implantação e manutenção da infraestrutura física do PNMNG;

e) comercializar espaços publicitários nos materiais de divulgação do IPAN.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente TERMO DE COOPERAÇÃO entra em vigor 60 (sessenta) dias após a publicação em jornal de grande circulação, com validade de 5 (cinco) anos, podendo ser alterado nesse período pela formalização de Termos Aditivos.

5.2 - O IPAN não poderá transferir o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser rescindido de pleno direito pelas partes, independentemente de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

6.1 – Pelas Entidades Signatárias:

a) havendo descumprimento total pelo IPAN de qualquer cláusula do presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

b) a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias ao IPAN, cabendo, neste caso, o pagamento dos serviços efetivamente executados até a data do rompimento.

6.2 – Pelo IPAN:

a) havendo descumprimento total por parte das entidades signatárias de qualquer cláusula do presente TERMO DE COOPERAÇÃO;

b) através de aviso prévio com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência às entidades signatárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – CASOS OMISSOS

Aos casos omissos aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666/93, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela administração pública, e da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro desta Comarca de Blumenau para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO DE COOPERAÇÃO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente termo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que se produza um só efeito legal, o qual segue assinado pelas partes convenientes, mediante 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Blumenau, 12 de maio de 2016.

João Natel Pollonio Machado

Reitor – FURB

CPF:

Fernando Leite

Presidente – FAEMA

CPF:

Jonata Giovanella

Presidente – IPAN

CPF:

Viviane Daufemback

Chefe – PARNA Serra do Itajaí/ICMBio

CPF:

Testemunha:

Testemunha:

RESOLUÇÃO CMAS Nº 34/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 34/2016

APROVA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO CORRESPONDENTE AO CONVÊNIO Nº. 787403/2013 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE 05 VEÍCULOS PARA ESTRUTURAÇÃO DOS CRAS

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária realizada no dia 11 de maio de 2016, conforme consta na Ata nº. 05/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração do Plano de Trabalho correspondente ao Convênio nº. 787403/2013 – Objeto: aquisição de 05 veículos para estruturação dos CRAS, para a especificação dos itens:

- 05 veículos 1.0 para 05 passageiros – completos, no valor médio de R\$ 44.361,83 (quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos) por veículo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de junho de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 35/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 35/2016

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 08 de junho de 2016,

CONSIDERANDO:

- o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor total de R\$165.232,20 (cento e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e vinte centavos), referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº. 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de junho de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 36/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 36/2016

ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, GESTÃO 2015/2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30

de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 08 de junho de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- o Decreto Municipal nº. 10.598, de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

- a Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em Plenária realizada em 08 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes Conselheiros para compor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, Gestão 2015/2017, por um período de um ano a contar de 09/06/2016:

I - PRESIDENTE: ELEONICE KOPSC BRHEMER, representando a Cruz Azul no Brasil – Categoria Organizações de Assistência Social;

II - VICE-PRESIDENTE: ALESSANDRA FANDARUFF BONELLI representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Proteção Social Básica;

III - SECRETÁRIA: LILIAN KUZMA BRAZ, representando a Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - Categoria Organizações de Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de junho de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 654/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 654

CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ULISSES PEREIRA MACHADO.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, em conformidade com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010, resolve:

CONCEDER

extensão de jornada de trabalho em caráter temporário ao servidor público municipal ULISSES PEREIRA MACHADO, matrícula nº 1166, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, para exercer carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional do respectivo vencimento, a contar de 16 de maio de 2016.

Blumenau, 18 de maio de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 658/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 658

EXONERA FILLIPE DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR

FILLIPE DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUCIONAL da Fundação Municipal do Meio Ambiente, símbolo CC-3, nomeado anteriormente pela Portaria nº 576, de 10 de abril de 2015, a contar desta data.

Blumenau(SC), 16 de junho de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 659/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 659

NOMEIA SERVIDORES QUE INDICA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 5º, inciso IV, "b", artigo 14, inciso III, alíneas "b" e "d", inciso IV, alínea "a", e artigo 20, todos da Lei Complementar nº 507, de 17/05/2005, e alterações subsequentes, resolve:

NOMEAR

MARLON ROBINSON DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Educação Ambiental Institucional da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar desta data;

FILLIPE DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Unidades de Conservação da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar desta data.

Blumenau, 16 de junho 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 91/2016 - PRO FAMILIA

PORTARIA Nº 091

DESIGNA LEANDRO GUARIENTI AO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescida pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013, resolve:

DESIGNA

O servidor público municipal LEANDRO GUARIENTI, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cedido para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, para a função de Coordenador de Compras, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, a contar do dia 01/02/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 01 de fevereiro de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA
Presidente

PORTARIA Nº 092/2016 - PRO FAMILIA

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense
CNPJ 07.447.177/0001-80
Rua Itapiranga, 368; Velha; CEP: 89036-230
Fone/Fax: (47) 3381-6972

PORTARIA Nº 092

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, VANDERLEI MATEUS

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013 e, de acordo com a Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, resolve:

DELEGAR competência ao Diretor Administrativo Financeiro, VANDERLEI MATEUS, matrícula nº 41, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos desta Fundação, no período de 31 de maio à 30 de junho de 2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 30 de maio de 2016.

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA
Presidente

PORTARIA Nº 093/2016 - PRO FAMILIA

PORTARIA Nº 093
DESIGNA FABIANE FURLANETO DE SÁ AO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, nomeada pela Portaria Municipal nº 16.491, de 1º de Janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/2013 e de conformidade com a Portaria nº 092/2016, resolve:

DESIGNAR

A servidora pública municipal FABIANE FURLANETO DE SÁ, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, para a função de Coordenadora da Frota de Veículos, símbolo FGC – 50%, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005, a contar do dia 10/06/2016.

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 10 de junho de 2016.

VANDERLEI MATEUS
Diretor Administrativo Financeiro

PORTARIA Nº 094/2016 - PRO FAMILIA

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense
CNPJ 07.447.177/0001-80
Rua Itapiranga, 368; Velha; CEP: 89036-230
Fone/Fax: (47) 3381-6972

PORTARIA Nº 094

EXONERA MARIA ELISABETH PREBIANCA GODOZ, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005 e de acordo com a Portaria nº 092/2016, resolve:

EXONERAR,

com base no § 2º, do art. 8º, da Lei Complementar nº. 515, de 18 de março de 2005:

MARIA ELISABETH PREBIANCA GODOZ, ocupante do cargo em comissão de Gerente da Criança e Adolescente, símbolo CC-3, referência de vencimento 58, na Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, a partir de 15 de junho de 2016, nomeada pela Portaria nº 059, de 22 de janeiro de 2013.

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, em 15 de junho de 2016.

VANDERLEI MATEUS
Diretor Administrativo Financeiro

PORTARIA Nº 095/2016 - PRO FAMILIA

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense
CNPJ 07.447.177/0001-80
Rua Itapiranga, 368; Velha; CEP: 89036-230
Fone/Fax: (47) 3381-6972

PORTARIA Nº 095

NOMEIA CAIO MACIEL DE SOUZA, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

KARIN ZADROZNY GOUVÊA DA COSTA, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005 e de acordo com a Portaria nº 092/2016, resolve:

NOMEAR,

com base no § 2º, do art. 8º, da Lei Complementar nº. 515, de 18 de março de 2005:

CAIO MACIEL DE SOUZA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente da Criança e Adolescente, símbolo CC-3, referência de vencimento 58, na Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, a partir de 16 de junho de 2016.

Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, em 16 de junho de 2016.

VANDERLEI MATEUS
Diretor Administrativo Financeiro

PORTARIA SEDEAD Nº 30.348/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.348/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
230413	PATRICIA BERTOLDI	SEMUS	2016/561	23.05.2016	29.05.2016
228794	PRISCILA CRISTIANE REITER TRIBESS	SEMUDES	2016/559	23.05.2016	06.06.2016
229412	THAYSE REGINA FUCK SCHMITT	SEMED	2016/546	16.05.2016	22.05.2016
169528	SIVONEI FIGUEIRO MACIEL	SEMED	2016/547	16.06.2016	30.05.2016
211338	ISILDA APARECIDA KRAUS GONCALVES	SEMED	2016/543	16.05.2016	26.05.2016
228052	SILVIA IMME	SEMUS	2016/522	16.05.2015	30.05.2016
212636	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	SEMUS	2016/520	05.05.2016	03.06.2016
213799	MARIA NIRES DOS SANTOS	SEMUS	2016/587	30.05.2016	08.06.2016
197726	ALONCIO SEBASTIAO ZUNINO	SEDEC	2016/608	23.05.2016	01.06.2016
229512	MARCIA ALEXANDRA FRIEDRICH BLAU	SEMED	2016/568	25.05.2016	31.05.2016
185485	JEAN PIERRE DACIUK	SEDEAD	2016/589	20.05.2016	31.05.2016
229430	LUCIANA MERLO	SEMED	2016/590	17.05.2016	27.05.2016
228389	DARCI DE ALMEIDA RIBAS	GAPREF	2016/562	23.05.2016	06.06.2016
200867	DALVA MARIA ARAUJO	SEMED	2016/581	24.05.2016	22.07.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 07 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.355/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.355/2016

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, a contar de 03 de junho de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/06/005126.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 08 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.359/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.359/2016

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL PAULO JAQUES FUNKE AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR, LOTADO(A) NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal PAULO JAQUES FUNKE, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 06 de maio de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/06/005226.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 09 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.376/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.376/2016

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

RETIFICAR PORTARIA SEDEAD Nº 30.297, DE 24 DE MAIO DE 2016.

Onde se lê:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
22999-7	KARIN CRISTIANE FREITAG	SEMUS	2016/471	22.04.2016	20.06.2016

Leia-se:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
22999-2	ANA PATRICIA MELLO	SEMUS	2016/471	22.04.2016	20.06.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.324/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.324/2016

AUTORIZA O RETORNO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL MARIA JOCELI DO NASCIMENTO REINERT AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, LOTADO(A) NA INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA - IDIGG.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.049, de 23 de julho de 2013, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do(a) servidor(a) público(a) municipal MARIA JOCELI DO NASCIMENTO REINERT, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Intendência Distrital do Grande Garcia - IDIGG, a contar de 01 de junho de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/06/004609.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 01 de junho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

RELATÓRIO CONTÁBIL HOSPITAL SANTO ANTONIO - 2015 - 1

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

BLUMENAU – SC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2015

Blumenau (SC), 23 de fevereiro de 2016.

Aos

Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

Em conclusão aos trabalhos de auditoria independente, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, seguem anexos para sua apreciação as respectivas Demonstrações Contábeis comparadas com as do exercício anterior, compreendendo:

- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
- BALANÇO PATRIMONIAL
- DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Atenciosamente,

NUSS & STEINBACH
Auditores Independentes

Tarcísio Schwanz

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em Reais)**1. OBJETIVO SOCIAL**

A Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, localizada na cidade de Blumenau (SC) é uma Entidade filantrópica, de caráter beneficente de assistência social e de promoção de saúde, sem fins lucrativos que tem por objetivo preponderante, a prestação de serviços médico-hospitalares, assim como o desenvolvimento de atividades que visam o aperfeiçoamento de seu corpo clínico de enfermagem e outros profissionais de saúde. A Entidade vem usufruindo os seguintes benefícios fiscais: I) imunidade do imposto de renda e contribuição social; II) isenção da COFINS. Em 07/12/2007, através da Lei Complementar de Blumenau-SC, nº 663, publicada no Diário Oficial do Município, em 10/12/2007, foi aprovada e sancionada e promulgada a reestruturação da Fundação Hospitalar de Blumenau e outras providências, entrando em vigor em 180 dias após sua publicação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração o que dispõe a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros e NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A data para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 08 de fevereiro de 2016 autorizado pela Gerente Geral – Izabel Cristina Casarin.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 estão reapresentadas em função da reclassificação efetuada nas contas de custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais, na Demonstração do Superávit do Exercício.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) As receitas e despesas são apuradas pelo Princípio da Realização da Receita e da Confrontação das Despesas no Exercício (Regime de Competência);

b) As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado;

c) Os títulos e contas a receber estão registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, líquido da estimativa de créditos de liquidação duvidosa;

d) Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização;

e) Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado;

f) Os ativos imobilizados estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciações e amortizações acumuladas computadas pelo método linear, levando em consideração os critérios fiscais;

g) No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos;

h) Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos valores prováveis de realização;

i) Os empréstimos e financiamentos são registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base;

j) A provisão para causas cíveis e trabalhistas é constituída para processos considerados como de perdas “prováveis” e “possíveis” de acordo com a avaliação da administração apoiados em pareceres de seus assessores jurídicos;

k) Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas;

l) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais e

índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço;

m) As subvenções estão sendo registradas conforme regulamenta o NBC TG 07, ou seja, ao resultado do exercício, sendo que as subvenções e doações destinadas a investimentos patrimoniais, não efetivamente aplicadas até a data base de 31 de dezembro de 2015, foram registradas como obrigações no passivo circulante;

4. BANCOS CONTA MOVIMENTO

Esta rubrica apresenta os saldos disponíveis em contas bancárias, que estão assim compostos:

	2015	2014
Banco do Brasil - Besc 787.696	-	205
Banco do Brasil – Besc 12.297-1	1	25
Banco do Brasil 4.863-1	-	35
Blucredi 50.440-8	-	7.000
Sant. Banespa 45.000.002-7	1.574	7.535
Bradesco 123.502-8	1	1
Concredi 5490-9	-	703
Caixa Econômica Federal 2003-5	4.437	3.571
Viacredi 372.178-7	-	1
SICREDI 43598-8	-	100
SICREDI 33404-9	-	10
Total	6.013	19.186

5. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

A Entidade possui valores de aplicações divididos nas seguintes instituições financeiras:

	2015	2014
Banco do Brasil	4.019.776	2.458.276
Blucredi	52	6.260.011
Sicredi	166.606	623.917
Concredi	-	200.919
Viacredi	1.816.202	1.476.815
Unicred	5.275.668	1.476.815
Bradesco	64	1.881
Total	11.278.368	11.021.819

6. TÍTULOS E CONTAS A RECEBER

Estão registrados neste grupo os saldos a receber de convênios/particulares em função da prestação de serviços da Entidade, conforme segue:

	2015	2014
SUS - Sistema Único de Saúde	4.982.249	3.081.858
DPVAT	525.329	527.341
Unimed	346.771	576.418
Particulares	60.195	97.906
Saúde Bradesco	107.449	34.325
Servmed	509.844	414.610
Seguro	638.913	669.722
APAC	-	814.687
Associação Congregação de Santa Catarina	273.275	-
Outros Convênios	619.962	409.023
Total	8.063.987	6.625.890

7. ESTIMATIVA DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Com base em análise da administração, a estimativa foi constituída de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 340 do RIR/99, exceto para os créditos com o Fundo Municipal de Saúde. Em 31 de dezembro de 2015 a ECLD – Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa possuía saldo de R\$ 1.237.671 – (R\$ 1.147.252 em 2014).

8. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias foram avaliados pelos custos de aquisição, que não superam os preços de mercado. As quantidades em estoque foram consideradas com base em controle permanente auxiliar, levantados por inventário físico na data do balanço cuja composição é:

	2015	2014
Farmácia	543.458	514.743
Material de uso e consumo	272.387	284.095
Nutrição e cozinha	44.482	28.487
Gasoterapia e quimioterapia	776.742	843.953
Ortopedia	3.626	1.330
Agencia transfusional	-	523
TOTAL	1.640.695	1.673.131

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Entidade cujo montante, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 31.428 (R\$ 49.708 em 2014). Estão relacionados a quantias bloqueadas por ações de natureza cível e trabalhista e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

10. INVESTIMENTOS

Referem-se às contas de capital que a Entidade possui nas seguintes cooperativas:

	2015	2014
Blucredi	55.539	55.539
Unicred	47.549	43.997
Viacredi	14.334	7.738
Sicredi	7.839	4.241
Concredi	-	100
Total	125.261	111.615

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

As depreciações foram calculadas pelo método linear considerando os critérios fiscais, com as seguintes taxas anuais: Edificações 4%; Móveis e Utensílios, Instalações, Equipamentos e Direitos de Uso de Telefone 10%; e Veículos, Equipamentos de Informática e Equipamentos Telefônicos 20%.

a) Quadro Resumo das Movimentações do Ativo Imobilizado

	2014				2015
Custo corrigido	Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo
Edificações	9.327.924	3.128	-	175.824	9.506.876
Equipamentos	7.694.852	1.546.524	69.828	1.707.805	10.879.353
Equip. de informática	946.975	382.897	2.264	-	1.327.608
Veículos	59.360	-	-	-	59.360
Móveis e utensílios	2.666.343	369.188	11.273	216.844	3.241.102
Instalações	437.263	11.993	787	-	448.469
Equip. telefônicos	48.219	3.802	-	-	52.021
Imobilizado em andamento	3.878.740	4.803.025	-	(2.003.085)	6.678.680
Total custo corrigido	25.059.676	7.120.557	84.152	97.388	32.193.469
Depreciação Acumulada					
Edificações	(3.595.797)	(373.984)	-	-	(3.969.781)
Equipamentos	(5.456.235)	(525.623)	(66.204)	-	(5.915.654)
Equip. de informática	(532.464)	(156.225)	(1.352)	-	(687.337)

Veículos	(3.001)	(11.872)	-	-	(14.873)
Móveis e utensílios	(1.596.397)	(238.195)	(9.327)	-	(1.825.265)
Instalações	(324.782)	(26.501)	(505)	-	(350.778)
Equip. telefônicos	(31.226)	(4.448)	-	-	(35.674)
Total depr. acumulada	(11.539.906)	(1.336.848)	(77.388)	-	(12.799.362)
Imobilizado líquido	13.519.770				19.394.107

Todos os ativos acima são de propriedade da Entidade, porém alguns bens foram utilizados como garantia em processos. Como por exemplo, gerador, respiradores, monitores cardíacos, incubadoras, berços aquecidos, arco cirúrgico, computadores entre outros. A Entidade também utiliza-se de bens públicos – edificações através de comodato com o Município de Blumenau.

A Entidade não adotou no exercício de 2015 os procedimentos para atendimento às Resoluções nº 1.177/09, 1.263/09 e 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sobre adequação das taxas de depreciação pela vida útil do ativo, a aplicação inicial ao ativo imobilizado, e quanto a redução do valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível, que se refere a uma análise da possibilidade de desvalorização dos bens do ativo imobilizado.

12. INTANGÍVEL

		2015		2014
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Saldo	Saldo
Direito de Uso de Softwares	442.690	(160.617)	282.073	228.449

Conforme mencionado na nota explicativa 11, não foram adotados os procedimentos quanto a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis.

13. FORNECEDORES

Do saldo a pagar de R\$ 4.214.956 (R\$ 3.595.618 em 2014), R\$ 17.837 (R\$ 115.510 em 2014) referem-se a valores vencidos em exercícios anteriores com processo de cobrança. Os valores são atualizados de acordo com o valor informado no relatório da assessoria jurídica. O restante do saldo é composto por fornecedores de materiais de uso e consumo e fornecedores (clínicas) que possuem contrato de prestação de serviços com a Entidade.

14. EMPRÉSTIMOS

O saldo dos empréstimos a pagar está assim composto:

Circulante

	2015	2014
Empréstimo Santander Banespa - Cédula de crédito para capital de giro com encargos remuneratórios pré-fixados em 1,07% a.m. - Operação sem avalistas, tendo como garantia o contrato com o SUS. - Vencimento do contrato em Abril/2017	973.744	973.744
(-) Juros a apropriar	(104.003)	(209.276)
Total	869.741	764.468

Não circulante

Descrição	2015	2014
Empréstimo Santander Banespa	324.581	1.298.325
(-) Juros a apropriar	(8.612)	(112.616)
Total	315.969	1.185.709

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

A composição destes tributos está demonstrada no quadro a seguir:

	2015	2014
IRRF sobre salários e serviços de terceiros	373.912	336.398
INSS	150.848	156.404
FGTS	253.626	233.169
INSS retido na fonte sobre serviços de terceiros	3.029	5.944
Parcelamento Lei 11.941/2009	484.746	719.024
ISS retido na fonte	7.396	5.203
Pis, Cofins e CS retido na fonte	99.352	30.987
Funrural	119	93
Total	1.373.028	1.487.222

Pis sobre a folha

Com fundamento na Constituição Federal, que garante a imunidade das contribuições sociais às entidades beneficentes de assistência social, a Entidade ingressou com medida judicial buscando a declaração de inexigibilidade da contribuição para o PIS (1% sobre a folha salarial). O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, através da Apelação Cível nº 2005.72.00.005970-9 apresentado pela Entidade, determinou a inexigibilidade do PIS e a restituição dos valores quitados nos últimos 10 anos, a título de PIS, devidamente atualizados, porém a União apresentou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Em 15 de abril de 2014, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário. Ocorreu o trânsito em julgado em 28/05/2014, tornando definitiva a decisão que afastou a exigência do PIS, anulou todas as cobranças de créditos tributários advindos do PIS e determinou a restituição dos valores do PIS indevidamente quitados.

16. REPASSES FORNECEDORES MÉDICOS/CLÍNICAS/DIVERSOS

Estes débitos referem-se às obrigações de repasses que a Entidade possui com os prestadores de serviço (médico e clínicas) e estão assim compostos:

	2015	2014
Fornecedores repasses médicos	41.076	73.492
Fornecedores repasses clínicas	546.890	701.768
Fornecedores repasses diversos	75.485	27.606
Total	663.451	802.866

17. OBRIGAÇÕES COM SUBVENÇÕES

As subvenções (federal, estadual, municipal e doações PRONON), contabilizadas como obrigações, referem-se a recursos recebidos do Ministério da Saúde para aplicação em imobilizado, porém até a data base de 31 de dezembro de 2015 não haviam sido integralmente aplicados, e neste contexto tal operação é registrada contabilmente como uma obrigação até que os recursos sejam aplicados efetivamente e a Entidade preste contas desta utilização.

	2015	2014
Subvenção Municipal	2.211.841	2.212.026
Subvenção Municipal Psiquiatria	43.303	40.014
Subvenção Estadual	4.581.426	2.542.227
Subvenção Federal	553.433	230.149
Doações PRONON 13849-5	1.033.413	781.060
Doações PRONON 13850-9	65.654	60.430
Total	8.489.070	5.865.906

18. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS

Em 10/12/2004, foi publicada a portaria CG/REFIS nº 777, na qual consta a exclusão da Entidade do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, em decorrência de inadimplência consecutiva com relação aos pagamentos do INSS corrente. A Entidade, por meio de sua assessoria jurídica especializada, ajuizou medida o fim de ver declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias patronais incluídas no REFIS. Os pedidos da medida judicial foram julgados procedentes (trânsito em julgado em 24 de fevereiro de 2014) e as contribuições previdenciárias patronais, anteriormente incluídas no REFIS, foram declaradas extintas. Os débitos remanescentes do REFIS, oriundos da contribuição previdenciárias dos empregados e autos de infração, foram parcelados pela Fundação, nos termos da lei 11.941/2009. Atualmente, a Fundação mantém o pagamento do parcelamento.

19. PROVISÕES PARA CAUSAS CÍVEIS E TRABALHISTAS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Entidade está sujeita às contingências trabalhistas e cíveis. A administração analisou e revisou individualmente cada contingência conhecida considerando a opinião de seus assessores jurídicos e demais dados disponíveis na data de encerramento das demonstrações contábeis.

	2015	2014
Provisão para ações trabalhistas	803.038	260.909
Provisão para ações cíveis	3.522.036	3.271.636
Total	4.325.074	3.532.545

a) Ações Trabalhistas

Processo	Vara	Perda	Valor total da ação	Valor da Provisão
01468-2006-039-12-00-9	3ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	10.000	10.000
0002259-65.2014.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	42.514	42.514
0003032-74.2015.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	50.000	50.000
0004172-80.2014.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	30.000	30.000
0003820-75.2014.5.12.0002	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	29.500	29.500
0003694-74.2014.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	22.514	22.514
0006757-44.2014.5.12.0039	3ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	40.000	40.000

0000538-76.2014.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	50.000	50.000
0007000-85.2013.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	100.000	100.000
0003896-15.2015.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Provável	33.300	33.300
0001016-91.2011.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
0001014-24.2011.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	15.028	7.514
0001015-07.2011.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
03627-2005-002-12-00-2	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	2.818	1.409
0001950-42.2014.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
0003587-28.2014.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
0006269-53.2014.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	31.000	15.500
0004021-19.2015.5.12.0039	3ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	32.000	16.000
0004661-83.2015.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	50.000	25.000
0004209-12.2015.5.12.0039	3ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	50.000	25.000
0004747-07.2015.5.12.0002	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	50.000	25.000
0002181-71.2015.5.12.0039	3ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	94.574	47.287
0002120-77.2015.5.12.0051	4ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	35.000	17.500
0006173-40.2014.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
0006060-37.2014.5.12.0002	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	50.000	25.000
0004186-17.2014.5.12.0002	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	30.000	15.000
0003579-19.2015.5.12.0018	2ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	200.000	100.000
0005404-80.2014.5.12.0002	1ª Vara do Trabalho de Blumenau	Possível	-	-
				803.038

Todas as ações onde a perda foi classificada como "PROVÁVEL", pelos assessores jurídicos, foram provisionadas pela Fundação. Adicionalmente a Entidade efetuou, por prudência, a provisão de 50% do montante total das perdas consideradas "POSSÍVEIS", nas ações trabalhistas. O montante da provisão para ações trabalhistas em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 803.038 (R\$ 260.909 – 2014).

b) Ações Cíveis

Processo	(*) Vara	Perda	Valor total da ação	Valor total da provisão
008.02.012733-0	(a)	Provável	24.038	24.038
008.01.003844-0	(a)	Provável	47.821	47.821
0303927-43.2014.8.24.0008	(a)	Provável	1.500	1.500
0311422-7.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0307012-03.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0309395-51.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0305746-78.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.500	1.500
0306420-56.2015.8.24.0008	(a)	Provável	500	500
0301682-25.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0307691-03.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0315869-38.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0309689-06.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
0313542-23.2015.8.24.0008	(a)	Provável	1.000	1.000
008.11.011024-0	(b)	Possível	300	75
0306980-95.2015.8.24.0008	(a)	Possível	1.000	250
008.08.001830-8	(a)	Possível	1.000	250
008.11.008028-6	(a)	Possível	1.000	250
008.13.024467-5	(b)	Possível	1.000	250
008.12.003040-0	(b)	Possível	1.000	250
008.06.007684-1	(a)	Possível	1.000	250
008.11.011024-0	(a)	Possível	1.000	250
008.12.013409-5	(a)	Possível	1.000	250
008.13.019660-3	(a)	Possível	1.000	250
008.09.024457-2	(a)	Possível	1.000	250
008.12.004559-9	(a)	Possível	1.000	250
008.12.003597-6	(a)	Possível	1.000	250
008.09.005158-8	(b)	Possível	1.000	250
008.11.008554-7	(a)	Possível	1.000	250

008.09.012909-9	(a)	Possível	2.000	500
008.12.004362-6	(a)	Possível	5.000	1.250
008.00.019041-9	(a)	Possível	6.082	1.520
0018933-14.2014.8.21.008	(a)	Possível	8.688	2.172
008.09.011074-6	(a)	Possível	10.000	2.500
008.13.020168-2	(b)	Possível	10.000	2.500
008.11.007977-6	(a)	Possível	10.000	2.500
008.14.601524-7	(a)	Possível	10.000	2.500
008.13.501430-9	(a)	Possível	11.000	2.750
008.04.011042-4	(a)	Possível	11.700	2.925
025.13.002368-4	2ª Vara – Gaspar	Possível	13.000	3.250
008.05.026316-9	(a)	Possível	15.274	3.818
008.08.010479-4	(a)	Possível	16.600	4.150
0013270-49.2008.8.24.0008	(b)	Possível	17.678	4.419
073.06.003645-4	2ª Vara Cível de Timbó	Possível	20.000	5.000
008.09.002573-0	(a)	Possível	21.000	5.250
0701677-06.2013.8.24.0008	1º Juizado Especial Cível Blumenau	Possível	28.000	7.000
008.10.016388-0	(b)	Possível	28.000	7.000
008.12.026899-7	(a)	Possível	30.000	7.500
008.12.503289-4	(b)	Possível	30.000	7.500
0313505-93.2015.8.24.0008	(d)	Possível	30.000	7.500
008.11.020509-7	(a)	Possível	32.710	8.178
008.06.023979-1	(a)	Possível	35.000	8.750
008.13.020170-4	(a)	Possível	35.000	8.750
008.12.009355-0	(a)	Possível	38.000	9.500
008.13.013161-7	(a)	Possível	40.000	10.000
008.08.008138-7	(a)	Possível	41.500	10.375
008.11.008411-7	(a)	Possível	48.574	12.144
008.13.003060-8	(a)	Possível	50.000	12.500
008.11.004264-3	(b)	Possível	50.000	12.500
008.11.000216-1	(a)	Possível	50.000	12.500
008.10.003455-9	(a)	Possível	50.000	12.500
008.11.007672-6	(a)	Possível	50.000	12.500
008.13.002901-4	(a)	Possível	50.000	12.500
0303561-04.2014.8.24.0008	2ª Vara Cível de Blumenau	Possível	51.051	12.763
008.12.027891-7	(a)	Possível	55.000	13.750
008.07.025474-2	(b)	Possível	57.000	14.250
008.07.033990-0	(a)	Possível	60.000	15.000
008.06.001801-9	(b)	Possível	60.000	15.000
008.12.011265-2	(b)	Possível	62.200	15.550
008.13.504077-6	(a)	Possível	67.800	16.950
025.13.005462-8	2ª Vara de Gaspar	Possível	67.800	16.950
008.09.027716-0	(a)	Possível	83.700	20.925
008.09.010435-5	(a)	Possível	93.000	23.250
008.12.001383-2	(a)	Possível	100.000	25.000
008.12.018881-0	(a)	Possível	100.000	25.000
008.12.013424-9	(a)	Possível	100.000	25.000
008.12.001383-2	(a)	Possível	100.000	25.000
008.07.006901-5	(b)	Possível	110.000	27.500
008.03.008456-0	(b)	Possível	120.000	30.000
008.06.003946-6	(a)	Possível	124.300	31.075
008.14.603404-7	(a)	Possível	128.000	32.000
008.13.000067-9	(a)	Possível	150.000	37.500
008.12.019445-4	(a)	Possível	150.000	37.500

008.03.008531-1	(a)	Possível	150.000	37.500
008.03.012707-3	(a)	Possível	168.000	42.000
008.06.014958-0	(a)	Possível	180.000	45.000
008.12.501807-7	(a)	Possível	200.000	50.000
008.12.027193-9	(a)	Possível	200.000	50.000
008.07.017702-0	(a)	Possível	200.000	50.000
008.07.003576-5	(a)	Possível	200.300	50.075
0017996-56.2014.8.24.0008	(a)	Possível	201.200	50.300
008.08.007578-6	(a)	Possível	202.298	50.575
008.10.021267-8	(a)	Possível	204.000	51.000
008.08.017503-9	(a)	Possível	210.820	52.705
008.12.016199-8	(a)	Possível	250.000	62.500
008.10.013686-6	(a)	Possível	250.000	62.500
008.06.027166-0	(b)	Possível	251.000	62.750
008.10.014596-2	(a)	Possível	255.000	63.750
008.09.016840-0	(a)	Possível	279.000	69.750
008.07.025895-0	(a)	Possível	300.000	75.000
008.11.007577-0	(a)	Possível	315.000	78.750
008.14.602156-5	(a)	Possível	475.000	118.750
008.11.017438-8	(a)	Possível	566.000	141.500
008.10.014037-5	(a)	Possível	573.320	143.330
008.06.024763-8	(a)	Possível	1.000.000	250.000
008.11.006824-3	(a)	Possível	2.932.260	733.065
0304391-33.215.8.24.0008	(a)	Possível	100	25
0312621-64.2015.8.24.0008	(a)	Possível	500	125
0305931-19.2015.8.24.0008	(a)	Possível	15.000	3.750
0305721-24.2015.8.24.0054	2ª Vara Cível de Rio do Sul	Possível	100.000	25.000
008.04.011042-4	(a)	Possível	117.000	29.250
0311422-7.2015.8.24.0008	(a)	Possível	264.768	66.192
0303899-41.215.8.24.0008	(a)	Possível	393.990	98.498
008.13.022042-3	(a)	Possível	-	-
5006181.13.2011.4.04.7205	(b)	Possível	310.751	77.688
5006181.13.2011.4.04.7205	(b)	Possível	230.447	57.612
008.96.600983-8	(a)	Possível	-	-
				3.522.036

(*) Vara

(a) 1ª Vara da Fazenda Acidentes do Trabalho e Registro Público de Blumenau

(b) 1ª Vara da Fazenda Pública de Blumenau

Todas as perdas consideradas "PROVÁVEIS" estão consideradas na contabilidade e 25% das "POSSÍVEIS", conforme orientação da assessoria jurídica. O montante da provisão para ações cíveis em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.522.036 (R\$ 3.271.636 – 2014).

c) Odebrech Ambiental

A Entidade não efetuou o pagamento do tratamento de esgoto à empresa Odebrech Ambiental entendendo estar desobrigada no período de março de 2012 a julho de 2015. No exercício de 2015 foi tomada a decisão de reconhecer o débito e foram iniciadas as negociações para seu pagamento. O montante de R\$ 246.827 referente ao valor principal da dívida foi provisionado na conta "Outros débitos", no passivo circulante.

As multas e juros não foram contabilizadas considerando que ainda estão em negociação, cujo montante, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 101.770.

20. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

A Entidade, com intuito de dar efetividade à imunidade prevista no artigo 150, inciso VI, "c", da Constituição Federal, ajuizou demanda judicial visando a declaração de inexigibilidade do IPI, nas aquisições de produtos industrializados. Apesar do recolhimento do IPI ficar a cargo do vendedor do produto, é a Fundação Hospitalar de Blumenau que sofre o ônus financeiro e deve pagar o citado imposto. Em sendo julgados procedentes os pedidos formulados, a Entidade ficará desonerada do IPI e poderá restituir-se dos valores indevidamente pagos, respeitados os prazos prescricionais. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2007 não reconheceu o direito à imunidade do IPI em

favor da Fundação Hospitalar de Blumenau, no entanto, destaca-se que não há entendimento pacificados sobre a matéria, foi apresentado recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. Em 25 de junho de 2010 o ministro relator deu provimento ao recurso extraordinário, reconhecendo a imunidade tributária postulada. A União interpôs agravo regimental, com intuito de afastar o direito à imunidade do IPI.

Foi proferida decisão, em outubro de 2011, reconsiderando o provimento ao recurso extraordinário, concedido em 2010. Os autos foram devolvidos ao TRF da origem, sendo que se aguarda o julgamento. O montante dos valores pagos a título de IPI não foi apurado.

A Entidade também é autora de demanda judicial visando a restituição de diferenças quitadas pelo SUS – Sistema Único de Saúde. A Fundação Hospitalar de Blumenau já obteve êxito na demanda, inclusive com trânsito em julgado. O poder judiciário determinou a restituição das quantias não pagas ou quitadas em atraso. Os valores ganhos em precatório foram utilizados para amortizar os débitos dos parcelamentos da Lei 11.941/2009 no montante de R\$ 305.004.

21. REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

Está composta pela reversão contábil dos seguintes valores:

	2015	2014
Refis INSS cota patronal	-	37.919.220
Pis sobre folha de pagamento	-	3.131.535
Contingências cíveis	152.968	430.308
Total	152.968	41.481.063

A reversão do INSS cota patronal, cujo processo foi transitado em julgado em 24 de fevereiro de 2014 com ganho de causa pela Entidade do processo mencionado na nota explicativa 18, não representaram ingresso de recursos, mas tão somente a baixa contábil de um passivo exigível contabilizado de longa data, que se extinguiu.

A reversão do Pis sobre folha de pagamento, da mesma forma do INSS cota patronal, teve o processo transitado em julgado em 28 de maio de 2014, conforme nota explicativa 15, com ganho de causa pela Entidade. Não representou ingresso de recursos, mas tão somente a baixa contábil de um passivo exigível contabilizado de longa data, que ora se extingue

A reversão das contingências cíveis ocorreu em função da revisão técnica dos processos em andamento. Não representou ingresso de recursos, mas tão somente a baixa e ajuste do saldo contábil do passivo exigível.

22. CONTAS DE COMPENSAÇÃO

O saldo está assim composto:

	2015	2014
Contribuição previdenciária	3.920.092	3.920.092
Mercadorias de terceiros	48.440	195.400
Crédito de cauções	76.219	51.071
Seguros	30.765.000	32.950.000
Total	34.809.751	37.116.563

As contas de compensação compreendem as contribuições ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, referente a parcela denominada "quota patronal", desconsiderando a imunidade constitucional garantida às Entidades filantrópicas referentes aos exercícios de 2006 e 2007 ainda sob judice. Estão registradas também as mercadorias de terceiros que estão sob propriedade da Fundação, crédito de cauções de pacientes e o valor de cobertura das apólices de seguro.

A cobertura de seguros é determinada de acordo com a orientação obtida de especialistas, segundo a natureza de grau e risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas relevantes em bens do ativo imobilizado e estoques.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica está composta pelos seguintes valores:

	2015	2014
Invest Capitalização	4.188.521	-
Precatórios	1.068.491	161.838
Bazar	392.055	-
Aluguéis	257.094	213.435
Venda de imobilizado	-	23.960
Outras	314.815	143.587
Total	6.220.976	542.820

24. SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS E DEMONSTRATIVO DE BENEFÍCIO FISCAL

	2015	2014
Serviços para convênios	60.482.819	56.312.074

Auxílios, subvenções e doações	20.566.796	15.853.792
Outras receitas operacionais	6.220.976	542.820
Glosas	(122.195)	(144.082)
Total das receitas	87.148.396	72.564.604
Benefícios fiscais gozados	2.614.452	2.176.938
COFINS 3%	2.614.452	2.176.938
Receitas financeiras	468.342	-
Benefícios fiscais gozados	18.734	-
COFINS 4%	18.734	-
Total de benefícios fiscais gozados	2.633.186	2.176.938

25. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções e doações recebidas no exercício de 2015, para custeio da Entidade, foram aplicadas em materiais de consumo e contabilizadas como receitas de subvenções e doações, conforme segue:

	2015	2014
Prêmio Incentivo Hospitalar	1.606.915	472.622
Subvenções Estaduais	7.203.062	5.016.000
Subvenções Municipais	7.893.659	7.212.136
Doações Mat./Med. - SES	3.581.975	2.835.316
Doações através de Companhia (CELESC)	118.013	123.978
Doações Pessoas Físicas	18.516	37.874
Doações Pessoas Jurídicas	84.656	155.866
Subv. Municipal c/ recursos Câmara de Vereadores	60.000	-
Total	20.566.796	15.853.792

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O saldo está assim composto:

	2015	2014
Energia elétrica	1.657.870	1.058.643
Depreciação e amortização	1.396.623	1.199.565
Serviços administrativos	1.281.064	1.076.986
Provisões (i)	978.591	176.890
Material de expediente e impressos	508.137	381.637
Honorários advocatícios – precatórios (ii)	506.476	-
Serviços de manutenção (iii)	472.876	-
Água e esgoto (iv)	324.011	4.512
Bens não imobilizáveis	172.986	137.668
Serviços de assessoria jurídica	145.114	126.881
Aluguel / Condomínios	126.613	44.385
Assessoria de comunicação	87.901	78.087
Telefone	82.483	100.886
Outras	311.461	239.793
Total	8.052.206	4.625.933

(i) Compreende a constituição das provisões para causas cíveis e trabalhistas conforme detalhado na nota explicativa 19, constituição de estimativa de créditos de liquidação duvidosa e reversão de atualização tributária.

(ii) Honorários pagos referente a precatórios recebidos pela entidade referente ao período de 2008 a 2013.

(iii) Relacionado a reformas realizadas no decorrer do exercício de 2015 que não contribuíram para aumento da vida útil dos imóveis.

(iv) Reconhecimento dos débitos junto a empresa Odebrech Ambiental referente ao tratamento de esgoto. Até o exercício de 2014 a Entidade não efetuava o pagamento do tratamento de esgoto. No exercício de 2015, com a mudança da diretoria, foi tomada a decisão de reconhecer o débito e foram iniciadas as negociações para seu pagamento.

27. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS SE A ENTIDADE NÃO GOZASSE DE ISENÇÃO

Em conformidade com a legislação previdenciária, a Entidade gozou benefício total de R\$ 7.736.109 no ano de 2015 (R\$ 6.452.469 em 2014)

referente à contribuição previdenciária, conforme demonstrado a seguir:

Mês	2015		2014	
	Base de cálculo	Isenção usufruída	Base de cálculo	Isenção usufruída
Janeiro	1.945.506	560.306	1.511.903	435.428
Fevereiro	1.900.270	547.278	1.492.560	429.857
Março	1.966.330	566.303	1.526.484	441.627
Abril	2.012.130	579.493	1.538.034	442.954
Maio	2.062.831	594.095	1.602.932	461.644
Junho	2.048.959	590.100	1.708.743	492.118
Julho	2.337.043	673.068	1.788.698	515.145
Agosto	2.196.944	632.720	1.940.987	559.004
Setembro	2.116.310	609.497	1.954.773	562.975
Outubro	2.156.497	621.071	1.999.525	575.863
Novembro	2.182.649	628.603	1.947.933	561.005
Dezembro	2.226.197	641.145	2.007.902	578.276
13º Salário	1.709.828	492.430	1.376.993	396.573
Total	26.861.494	7.736.109	22.397.467	6.452.469

28. ATENDIMENTOS DO CONVÊNIO FIRMADO COM O S.U.S

No ano de 2015, a Fundação Hospitalar de Blumenau, mantenedora do Hospital Santo Antônio, superou os 60% de atendimentos necessários ao SUS – Sistema Único de Saúde, sendo considerado para o cálculo as diárias por paciente/dia, conforme demonstrativos:

	2015		2014	
	Quantidade paciente/dia	%	Quantidade paciente/dia	%
SUS	47.689	88,75%	46.531	89,56%
UNIMED	2.916	5,43%	2.088	4,02%
Particulares	399	0,74%	513	0,99%
Outros convênios	2.733	5,08%	2.826	5,44%
Total	53.737	100,00%	51.958	100,00%

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e da elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

30. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstração Contábeis foram auditadas pela NUSS & STEINBACH Auditores Independentes.

João Wolfgang Rausch				Izabel Cristina Casarin
Presidente				Gerente Geral
Sergio Pintarelli				Jair Pacheco
Tesoureiro				Contador
				CPF nº 018.036.299/24
				CRC/SC nº 028.799-O-0

* * *

RELATÓRIO CONTÁBIL HOSPITAL SANTO ANTONIO - 2015 - 2

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS

BASE INFORMAR

Entidade: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Local e UF: Blumenau - SC

Moeda: (Em Reais Mil)

Apresentação:

Reais 1,00

Reais 1

Reais mil x

Período:

Base: 2015

Anterior: 2014

DMPL:

SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013

SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014

SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015

Capital Social

Nº Quotas

Base 0

Anterior 0

Nº Ações

Base

Anterior

Notas: x

Legenda:

DMPL=Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO						
Blumenau - SC						
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO						
(Em Reais)						
A T I V O						
				Nota	2015	2014
CIRCULANTE					21.859.126	19.273.702
	Caixa				890	2.121
	Bancos	4			6.013	19.186
	Aplicações de liquidez imediata	5			11.278.368	11.021.819
	Títulos e contas a receber	6			8.063.987	6.625.890
	(-) Estimativa de créditos de liquidação duvidosa	7			(1.237.671)	(1.147.252)
	Estoques	8			1.640.695	1.673.131
	Outros valores a receber				343.098	351.214
	Adiantamento a fornecedores				1.720.986	722.706
	Despesas pagas antecipadamente				42.759	4.887
NÃO CIRCULANTE					19.844.754	13.930.748
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				43.313	70.914
	Depósitos e Cauções	9			31.428	49.708
	Outras Contas a Receber				11.885	21.206
	INVESTIMENTOS	10			125.261	111.615
	IMOBILIZADO	11			19.394.107	13.519.770
	INTANGÍVEL	12			282.073	228.449

TOTAL		41.703.880	33.204.450
COMPENSAÇÃO ATIVA	22	34.809.751	37.116.563
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.			

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO			
Blumenau - SC			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em Reais)			
PASSIVO PATRIMÔNIO SOCIAL			
	Nota	2015	2014
CIRCULANTE		20.205.806	16.420.488
Fornecedores	13	4.214.956	3.595.618
Empréstimos	14	869.741	764.468
Salários e ordenados		1.480.069	1.443.191
Impostos, taxas e contribuições	15	1.373.028	1.487.222
Provisão para férias c/ encargos sociais		2.513.680	2.089.654
Cheques a compensar e/ou devolvidos		7.667	83.409
Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos	16	663.451	802.866
Obrigações com subvenções	17	8.489.070	5.865.906
Outros débitos		594.144	288.154
NÃO CIRCULANTE		10.535.327	10.792.530
Empréstimos	14	315.969	1.185.709
Parcelamento Lei 11.941/09 - 1165	18	2.627.291	2.627.343
Parcelamento Lei 11.941/09 - 1136	18	1.513.740	1.693.814
Parcelamento Lei 11.941/09 - 1194	18	589.526	589.536
Parcelamento Lei 11.941/09 - 1233	18	1.163.727	1.163.583
Provisões para causas cíveis e trabalhistas	19	4.325.074	3.532.545
PATRIMÔNIO SOCIAL		10.962.747	5.991.432
Déficit acumulado		-	(42.386.236)
Superávit acumulado		5.991.432	-
Superávit do exercício		4.971.315	48.377.668
TOTAL		41.703.880	33.204.450
COMPENSAÇÃO PASSIVA	22	34.809.751	37.116.563
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em Reais)			
			2014
	Nota	2015	Reapresentado
RECEITA BRUTA		87.270.591	72.708.686

	Cientes	(1.347.679)	(2.095.481)		
	Estoques	32.436	(538.862)		
	Depósitos judiciais	18.280	(9.960)		
	Outros valores a receber	(1.018.716)	(901.976)		
	Aumento (Redução) nas contas do passivo circulante				
	Fornecedores	619.338	808.839		
	Salários e ordenados	36.878	374.378		
	Provisões para férias e encargos sociais	424.026	526.548		
	Impostos, taxas e contribuições	(79.570)	126.462		
	Cheques a compensar e/ou devolvidos	(75.742)	45.193		
	Repasse de honorários médicos	(139.415)	151.349		
	Obrigações com subvenções	2.623.164	2.726.438		
	Outros débitos a pagar	305.990	43.451		
	Caixa proveniente das operações	8.352.511	9.148.832		
	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
	Aumento dos investimentos	(13.646)	(24.154)		
	Aquisição de ativo imobilizado	(7.217.945)	(4.398.281)		
	Baixas do ativo imobilizado	-	389.787		
	Aquisição de ativo intangível	(114.307)	(213.056)		
	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(7.345.898)	(4.245.704)		
	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
	Empréstimos de curto prazo	105.273	(19.684)		
	Empréstimos de longo prazo	(869.740)	(764.468)		
	Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de financiamentos	(764.467)	(784.152)		
	Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes	242.145	4.118.976		
	Caixa e equivalente de caixa no início do período	11.043.126	6.924.150		
	Caixa e equivalente de caixa no fim do período	11.285.271	11.043.126		
	Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes	242.145	4.118.976		
	As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.				

RELATÓRIO CONTÁBIL HOSPITAL SANTO ANTONIO - 2015 - 3

CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 001/2016

O Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio, reunido ordinariamente em 29 de março de 2016, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Geral de 2015, contendo o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração do Patrimônio Social e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício, as sínteses das contas de receitas e despesas, e a documentação contábil e financeira, depois de apreciar o parecer da Nuss & Steinbach Auditores Independentes e, ouvidas as explicações necessárias, tendo analisado e encontrado os aspectos Administrativos e Financeiros de forma satisfatória, RESOLVE: Apresentar parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas das atividades do exercício de 2015 da Diretoria Executiva da Instituição, e recomendar ao Conselho Curador, como dispõe o artigo 47, inciso II, do Estatuto da Instituição, a homologação da prestação de contas de 2015, constante do Balanço Geral do exercício de 2015 da Fundação Hospitalar de Blumenau, conforme apresentado pelo Conselho Fiscal.

Blumenau, 29 de março de 2016.

RELATÓRIO CONTÁBIL HOSPITAL SANTO ANTONIO - 2015 - 4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO AN-
TÔNIO
Blumenau – SC

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO HOSPI-
TALAR DE BLUMENAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, que com-
preendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e
as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mu-
tações do patrimônio social, dos fluxos de caixa para o exercício
findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas
contábeis e demais notas explicativas.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONS-
TRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e ade-
quada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo
com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Enti-
dades sem finalidade de lucros (ITG 2002) e de pequeno e médio
porte (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determi-
nou como necessários para permitir a elaboração de demonst-
rações contábeis livres de distorção relevante, independentemente
se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas
demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida
de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audito-
ria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas
pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com
o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações
contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados
para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações
apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos se-
lecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-
ção dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,
independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia-
ção de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes
para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações
contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria
que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de ex-
pressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da
Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação
das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimati-
vas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da
apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e
apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRA-
ÇÕES CONTÁBEIS**

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Não foi realizado o teste de recuperabilidade, conforme disposto
na Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, da NBC
TG 1000.

Encargos de Depreciação

A Entidade vem registrando os encargos de depreciação através do
critério fiscal, pois não foram revisadas as vidas úteis estimadas e
os respectivos valores residuais dos bens que integram o Imobili-
zado, não atendendo dessa forma, o disposto na Seção 17 – Ativo
Imobilizado da NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Mé-
dias Empresas.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no
parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações

Contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresen-
tam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição
patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUME-
NAU – HOSPITAL SANTO ANTÔNIO em 31 de dezembro de 2015,
o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o
exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior Os va-
lores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de
2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós audi-
tados com emissão de relatório datado de 18 de fevereiro de 2015,
que conteve modificação semelhante ao parágrafo "Base para Opi-
nião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis".

Blumenau (SC), 23 de fevereiro de 2016.

NUSS & STEINBACH Tarcisio Schwanz Auditores Independentes
Contador

CRC-SC nº 1127/O-9 CRC-SC nº 023.401/O-8

RELATÓRIO CONTÁBIL HOSPITAL SANTO ANTONIO - 2015 - 5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU □ HOSPITAL SANTO AN-
TÔNIO

Blumenau - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO HOSPI-
TALAR DE BLUMENAU □ HOSPITAL SANTO ANTÔNIO, que com-
preendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e
as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mu-
tações do patrimônio social, dos fluxos de caixa para o exercício
findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas
contábeis e demais notas explicativas.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONS-
TRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e ade-
quada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo
com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Enti-
dades sem finalidade de lucros (ITG 2002) e de pequeno e médio
porte (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determi-
nou como necessários para permitir a elaboração de demonst-
rações contábeis livres de distorção relevante, independentemente
se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas
demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida
de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audito-
ria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas
pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com
o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações
contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados
para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações
apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos se-
lecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avalia-
ção dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,
independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avalia-
ção de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes
para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações
contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria
que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de ex-
pressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da
Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação
das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimati-
vas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Não foi realizado o teste de recuperabilidade, conforme disposto na Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, da NBC TG 1000.

Encargos de Depreciação

A Entidade vem registrando os encargos de depreciação através do critério fiscal, pois não foram revisadas as vidas úteis estimadas e os respectivos valores residuais dos bens que integram o Imobilizado, não atendendo dessa forma, o disposto na Seção 17 ☐ Ativo Imobilizado da NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados com emissão de relatório datado de 18 de fevereiro de 2015, que conteve modificação semelhante ao parágrafo ☐ Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis ☐. Blumenau (SC), 23 de fevereiro de 2016. NUSS & STEINBACH Tarcisio Schwanz Auditores Independentes Contador CRC-SC nº 1127/O-9 CRC-SC nº 023.401/O-8

Blumenau (SC), 23 de fevereiro de 2016.

NUSS & STEINBACH	Tarcisio Schwanz
Auditores Independentes	Contador
CRC-SC nº 1127/O-9	CRC-SC nº 023.401/

PORTARIA Nº 422/2016 - SEMUS

Portaria nº 422/2016

Cria o Protocolo Clínico de normatização do Programa de Suplementos Alimentares no âmbito do município de Blumenau.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013.

Considerando as disposições Constitucionais e a Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que tratam das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano;

Considerando as recomendações de condutas clínicas reconhecidas internacionalmente e, frente às opções de produtos devidamente registrados e aprovados no País pelos órgãos competentes;

Considerando os guias alimentares apresentados pelo Ministério da Saúde e divulgados através da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, no site oficial do Ministério da Saúde;

Considerando que os suplementos alimentares devem ser utilizados em caráter complementar à dieta regular, não devendo ser utilizados como substitutivos a estas;

Considerando a necessidade de sistematizar o atendimento às solicitações de Suplementos alimentares, no âmbito do Município de Blumenau;

RESOLVE:

1º Criar o Protocolo Clínico de normatização do Programa de Suplementos Alimentares do Município de Blumenau, a ser executado através do Programa de Suplementos Alimentares do Município de Blumenau nos termos do ANEXO I

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Blumenau, 10 de maio de 2016.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I

PROTOCOLO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Art. 1º O Programa de Suplementos Alimentares do Município de Blumenau, atenderá ao paciente que:

I- Tenha prescrição médica;

II- Tenha Cartão SUS;

III- Seja residente do Município de Blumenau;

IV- For compatível com a descrição técnica de quadro clínico prevista no ANEXO A deste protocolo.

§1º Pacientes provenientes das unidades básicas de saúde do município com idade de zero (0) a seis (6) meses, com desnutrição ou alergias alimentares, que não recebem amamentação exclusiva, serão encaminhados ao Centro de Lactação/Banco de Leite Humano, para a promoção da relactação, devidamente referenciados.

§2º Pacientes portadores de Fenilcetonúria, Fibrose cística e patologias correlatas, ou em uso de dieta enteral, serão encaminhados para a Farmácia de Alto Custo, no centro Clínico Rosaneia Pereira Machado, sendo estes casos atendidos pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

§3º Pacientes provenientes das unidades básicas de saúde da SEMUS, moradores de Blumenau, com desnutrição devido à falta de recursos financeiros para aquisição de alimentos, e não associada a situações de saúde, deverão ser encaminhados para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo estes, casos sociais de atendimento.

§4º Pacientes moradores de Blumenau, com encaminhamento para recebimento de suplementos alimentares através de Serviço de Referência de outros municípios, deverão seguir o fluxo regular de acesso ao Programa.

Art. 2º O médico assistente, indicando o diagnóstico, realizará a prescrição do produto e o encaminhamento do paciente ao serviço de nutrição, respeitando os critérios e fluxos do Programa de Suplementos Alimentares estabelecidos neste protocolo e que encontram-se presentes no ANEXO B deste protocolo.

Art.3º A prescrição médica deverá respeitar a legislação vigente, devendo ser realizada de forma expressa, em português compreensível e por extenso, em letra legível, em duas vias, observada a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, contendo essencialmente:

I – nome do paciente;

II – descrição do tipo de suplemento;

III – posologia e quantidade;

V– diagnóstico da doença;

VI – nome do médico ou nutricionista;

VII– número de registro no CRM – SC ou CRN;

VIII – data e assinatura.

§ 1º A prescrição do suplemento deve ser realizada através de sua descrição de fórmula e não por sua marca.

§ 2º Diante da necessidade da prescrição por marca, o profissional prescritor deverá realizar em apenso ao receituário, laudo justificando as razões técnicas da aquisição por marca, contendo informações sobre a tentativa do uso de outros produtos, ou componente diferenciado presente na marca escolhida que arrazoe o preterimento das demais marcas.

Art. 4º A dispensação dos suplementos pelo serviço de nutrição

através do Programa de Suplementos Alimentares, se dará, na quantidade máxima de 08 (oito) latas ao mês, em razão de seu caráter suplementar devendo estar associado à dieta regular. parágrafo único. Na hipótese de o profissional prescritor entender necessária quantidade superior à quantidade máxima administrativamente fornecida através do Programa de Suplementos Alimentares, deverá realizar, em apenso ao receituário, laudo justificando as razões técnicas da quantidade prescrita em detrimento da adoção de dieta regular com o apoio do suplemento.

DA INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DO PACIENTE NO PROGRAMA

Art. 5º Para ser incluso no programa o paciente deverá apresentar:
I- Prescrição médica/nutricional nos termos dos Arts. 3º e 4º deste instrumento;

II- Cartão Nacional de Saúde (CADSUS);

III- Comprovante de residência dos últimos 03 meses.

Art. 6º Para se manter no programa o paciente deve:

I- realizar o acompanhamento nutricional junto ao serviço de nutrição responsável pelo Programa de Suplementos Alimentares do Município comparecendo às consultas e às reavaliações nutricionais agendadas;

II- apresentar receituário atualizado a cada 03 meses;

III- apresentar, quando criança, Carteira de Vacinação e registro no SISVAN, em dia;

IV- cadastrar-se e comparecer na sua unidade de saúde de referência para participação nas ações de prevenção e promoção a saúde quando solicitados (atividades de grupo de saúde) ;

V- manter-se residindo no Município de Blumenau.

parágrafo único. O descumprimento de qualquer dos itens acima acarretará na suspensão do fornecimento do suplemento até a regularização e comprovação no serviço de nutrição;

Art. 7º No momento da inclusão o serviço avaliará a disponibilidade do suplemento a pronta entrega, colocando o novo paciente no cronograma de compra do produto para o próximo ciclo mensal.

Art. 8º O serviço de nutrição que, realizará a avaliação nutricional, orientação e acompanhamento dos pacientes no uso dos suplementos alimentares e no que se refere aos demais alimentos ingeridos, na hipótese de evolução insatisfatória, encaminhará o paciente para retorno ao médico assistente para reavaliação e conduta.

Art. 9º O fornecimento de produtos específicos para lactentes cessa quando, estes atingirem dois (02) anos de idade, oportunidade em que o paciente seguirá com alimentação regular. Exceto na hipótese de avaliação e identificação da necessidade de continuidade por parte do serviço de nutrição.

Art. 10 A inclusão do paciente em programa ou política da Secretaria Estadual de Saúde ou de outro órgão, que implica no fornecimento de suplemento idêntico ou similar que tenha o mesmo objetivo dietético do fornecido pelo Município de Blumenau, acarreta na imediata suspensão do fornecimento do produto.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Os Suplementos Alimentares não utilizados por qualquer motivo deverão ser entregues ao serviço de nutrição responsável pelo Programa de Suplementos Alimentares do Município.

Art. 12 A lista de suplementos alimentares, que compõe o ANEXO C deste protocolo, será atualizada pelo serviço de Nutrição do Programa de Suplementos Alimentares do Município de acordo com a necessidade do serviço, alterações nas condutas clínicas internacionalmente reconhecidas e diretrizes do Ministério da Saúde.

ANEXO A

CRITÉRIOS CLÍNICOS PARA O RECEBIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR

1. ALIMENTAÇÃO VIA ORAL (Suplemento Nutricional para adultos com ou sem sacarose)

Critérios para fornecimento

- Desnutrição moderada com impossibilidade de ingestão de

alimentos sólidos.

- Desnutrição grave segundo IMC: adolescentes (10 a 19 anos): IMC < 12 kg/m²;
adultos (20 a 59 anos): IMC < 17,0 kg/m²;
idosos (> 60 anos): IMC < 22 kg/m².

1.1 PACIENTE MENOR DE 10 ANOS

Critérios para fornecimento

- Baixo peso para a idade ou IMC: < P3

1.2 PACIENTE MENOR DE 10 ANOS (Dieta Enteral para Pediatria)

-Realizando alimentação exclusiva por sonda, e necessita de suplementação alimentar.

1.3 PACIENTE MAIOR DE 10 ANOS (Dieta Enteral Geral Adulto)

Realizando alimentação exclusiva por sonda (Naso-Enteral, Gastrostomia/Jejunostomia), e necessita de suplementação alimentar.

ANEXO B

FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E ENTREGA DOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES

MÉDICO OU ESPECIALISTA

UNID. BÁSICA

DE SAÚDE

NUTRICIONISTA

DO PROGRAMA

SETOR DE NUTRIÇÃO

DA POLICLÍNICA

ANEXO C

SUPLEMENTOS ALIMENTARES FORNECIDOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

- Complemento alimentar, lácteo, composto de leite em pó desnatado, maltodextrina, isento de sacarose, acrescido de vitaminas e minerais, com alto teor protéico (20g proteína/100g pó). Sabor baunilha ou neutro;

- Alimento nutricionalmente completo, indicado para doença de Crohn, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, 100% caseína, isenta em lactose;

- Alimentação completa, indicada para crianças a partir de 01 ano, isenta de lactose. Sabor baunilha ou neutro;

- Alimento, indicado para crianças com sonda, a partir de 01 ano de idade. Alimentação a base de peptídeos;

- Alimento nutricionalmente completo e balanceado, 100% a base de peptídeos, 65 a 75% de gordura de TCM, isenta de lactose e sacarose. Sabor baunilha.

PORTARIA Nº 423/2016 - SEMUS

Portaria nº 423/2016

Cria o protocolo clínico para dispensação de fórmulas alimentares para portadores de alergia à proteína do leite de vaca (APLV) no âmbito do município de Blumenau.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013.

Considerando as disposições constitucionais e a Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que tratam das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, como direito fundamental do ser humano;

Considerando as recomendações de condutas clínicas reconhecidas internacionalmente e, frente às opções de produtos devidamente registrados e aprovados no País pelos órgãos competentes;

Considerando os guias alimentares apresentados pelo Ministério da Saúde e divulgados através da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, no site oficial do Ministério da Saúde;

Considerando que, para os lactentes até 01 ano 11 meses e 29 dias de idade, o leite é ainda um alimento indispensável, mas que, a partir dos 06 meses de idade as crianças precisam do aporte nutricional de outros alimentos além do leite materno. Estes alimentos vão progressivamente se constituindo como fontes nutricionais primordiais para a criança, passando o leite a ocupar papel secundário;

Considerando a necessidade de sistematizar o atendimento às solicitações de Fórmulas Alimentares para Portadores de Alergia a Proteína do Leite de Vaca, no âmbito do Município de Blumenau;

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Protocolo Clínico de Dispensação de Fórmulas Alimentares para Portadores de Alergia a Proteína do Leite de Vaca (APLV), no âmbito do Município de Blumenau, a ser executado através do Programa de Fórmulas alimentares para portadores de APLV, nos termos do ANEXO I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Blumenau, 10 de maio de 2016.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANEXO I**PROTOCOLO CLÍNICO DE DISPENSAÇÃO DE FÓRMULAS ALIMENTARES PARA PORTADORES DE ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA (APLV)**

Art. 1º O programa de Fórmulas Alimentares para Portadores de APLV, cujo conceito encontra-se estabelecido no ANEXO A deste protocolo, atenderá ao paciente que:

I- Tenha prescrição médica;

II- Tenha Cartão SUS;

III- Seja residente do Município de Blumenau;

IV- Atenda aos demais critérios estabelecidos neste protocolo.

§1º Pacientes provenientes das unidades básicas de saúde do município com idade de zero (0) a seis (6) meses, com desnutrição ou alergias alimentares, que não recebem amamentação exclusiva, serão encaminhados ao Centro de Lactação/Banco de Leite Humano, para a promoção da lactação, devidamente referenciados.

§2º Pacientes portadores de Fenilcetonúria, Fibrose cística e patologias correlatas, ou em uso de dieta enteral, serão encaminhados para a Farmácia de Alto Custo, no Centro Clínico Rosaneia Pereira Machado, sendo estes casos atendidos pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

§3º Crianças de filiação soro positiva serão encaminhadas ao

CEDAP (Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Prevenção) onde receberão o acompanhamento e a dispensação da fórmula necessária.

§4º Pacientes provenientes das unidades básicas de saúde da SEMUS, moradores de Blumenau, com desnutrição devido à falta de recursos financeiros para aquisição de alimentos, e não associada a situações de saúde, deverão ser encaminhados para o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, sendo estes, casos sociais de atendimento.

Art. 2º O médico assistente, indicando o diagnóstico, realizará a prescrição do produto e o encaminhamento do paciente ao serviço de nutrição respeitando os critérios e fluxos do Programa de Fórmulas Alimentares estabelecidos neste protocolo e que encontram-se presentes no ANEXO B.

Art. 3º A prescrição médica deverá respeitar a legislação vigente, devendo ser realizada de forma expressa, em português compreensível e por extenso, em letra legível, em duas vias, observada a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, contendo essencialmente:

I – nome do paciente;

II – descrição do tipo de fórmula alimentar;

III – posologia e quantidade;

IV – diagnóstico da doença;

V – nome do médico;

VI – número de registro no CRM – SC;

VII – data e assinatura.

§ 1º A prescrição da fórmula alimentar deve ser realizada através de sua descrição técnica e não por sua marca.

§ 2º Diante da necessidade da prescrição por marca, o profissional prescritor deverá realizar em apenso ao receituário, laudo justificando as razões técnicas da aquisição por marca, contendo informações sobre a tentativa do uso de outros produtos, ou componente diferenciado presente na marca escolhida que arrazoe o preterimento das demais marcas.

Art. 4º A dispensação das Fórmulas pelo serviço de nutrição através do Programa de Suplementos Alimentares, se dará, pelos critérios estabelecidos no ANEXO C, na quantidade máxima de 08 (oito) latas ao mês, em razão de seu caráter suplementar devendo estar associado à dieta regular.

§1º Na hipótese de o profissional prescritor entender necessária quantidade superior à quantidade máxima administrativamente fornecida através do Programa de Fórmulas Alimentares, deverá realizar, em apenso ao receituário, laudo justificando as razões técnicas da quantidade prescrita em detrimento da adoção de dieta regular com o apoio do suplemento.

DA INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DO PACIENTE NO PROGRAMA

Art. 5º Para ser incluso no programa o paciente deverá apresentar:

I- Prescrição médica nos termos dos Arts. 3º e 4º deste protocolo;

II- Cartão Nacional de Saúde (CADSUS);

III- Comprovante de residência dos últimos 03 meses.

Art. 6º Para se manter no programa o paciente deve:

I- realizar o acompanhamento nutricional junto ao serviço de nutrição responsável pelo Programa de Fórmulas Alimentares do Município comparecendo às consultas e às reavaliações nutricionais agendadas;

II- apresentar receituário atualizado a cada 03 meses;

III- apresentar, quando criança, Carteira de Vacinação e registro no SISVAN, em dia;

IV- cadastrar-se e comparecer na sua unidade de saúde de referência para a participação nas ações de prevenção e promoção à saúde (atividades de grupo: gestante, puericultura);

V- manter-se residindo no Município de Blumenau.

parágrafo único. O descumprimento de qualquer dos itens acima acarretará na suspensão do fornecimento do suplemento até a regularização e comprovação no serviço de nutrição;

Art. 7º No momento da inclusão o serviço avaliará a disponibilidade da fórmula a pronta entrega, colocando o novo paciente no cronograma de compra do produto para o próximo ciclo mensal.

Art. 8º O serviço de nutrição que, realizará a avaliação nutricional, orientação e acompanhamento dos pacientes no uso das fórmulas alimentares e no que se refere aos demais alimentos ingeridos, na hipótese de evolução insatisfatória, encaminhará o paciente para retorno ao médico assistente para reavaliação e conduta.

Art. 9 O fornecimento de produtos específicos para lactentes cessa quando, estes atingirem dois (02) anos de idade, oportunidade em que o paciente seguirá com alimentação regular. Exceto na hipótese de avaliação e identificação da necessidade de continuidade por parte do serviço de nutrição.

Art. 10 A inclusão do paciente em programa ou política da Secretaria Estadual de Saúde ou de outro órgão, que implica no fornecimento de fórmula idêntica ou similar que tenha o mesmo objetivo dietético do fornecido pelo Município de Blumenau, acarreta na imediata suspensão do fornecimento do produto.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.11 As fórmulas alimentares não utilizadas por qualquer motivo deverão ser entregues ao serviço de nutrição responsável pelo Programa de Fórmulas Alimentares de portadores de APLV do Município.

Art. 12 A lista de Fórmulas alimentares, que compõe o ANEXO D deste Protocolo, será atualizada pelo serviço de Nutrição do Programa de Suplementos Alimentares do Município de acordo com a necessidade do serviço, alterações nas condutas clínicas internacionalmente reconhecidas e diretrizes do Ministério da Saúde.

ANEXO A CONCEITO E DIAGNÓSTICO DE APLV

A alergia alimentar é definida como um conjunto de reações adversas a alimentos, imunologicamente mediadas, sendo uma das mais frequentes, a alergia à proteína do leite de vaca (APLV).

As manifestações clínicas sugestivas de APLV geralmente iniciam quando há interrupção do aleitamento materno exclusivo e introdução de fórmulas derivadas do leite de vaca ou mesmo de leite de vaca integral. Em lactentes, a alergia alimentar também pode ocorrer quando é utilizada proteína de soja ou mesmo fórmulas a base de hidrolisado proteico. Em parte dos lactentes, o início dos sintomas sugestivos de APLV ocorrem ainda na vigência de aleitamento materno exclusivo, devido à presença no leite materno de frações alergênicas de proteínas consumidas pela mãe.

As manifestações clínicas são desencadeadas pela ingestão de leite e derivados ou anafilaxia relacionada à ingestão de leite.

Estas reações podem ser mediadas por IgE, não mediadas ou associação entre ambas:

- Mediadas por IgE: manifestações imediatas (menor de 2 horas) e pode ocorrer anafilaxia, síndrome da alergia oral, urticária, angiodema, náuseas e vômitos, diarreia, dores abdominais e broncoespasmo.

- Não mediadas por IgE ou mistas: ocorrem associações de manifestações digestivas com sinais e sintomas extra-digestivos ou cutâneos e as reações em geral são tardias (mais de 2 horas após a exposição ao leite).

ANEXO B

FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE FÓRMULAS ALIMENTARES

RECEITA MÉDICA DE
CONVENIADO AO SUS

ESPECIALISTA

NUTRICIONISTA
DO PROGRAMA

SETOR DE NUTRIÇÃO DA POLICLÍNICA

ANEXO C CRITÉRIOS PARA O MANEJO DA ALERGIA ALIMENTAR EM LACTENTES EM ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Conduta preconizada de acordo com a faixa etária:

I. Crianças em aleitamento materno; estimular a manutenção do aleitamento materno e orientar a dieta materna com restrição total de leite de vaca e derivados.

II. Crianças alimentadas com fórmula à base de leite de vaca ou alimentadas com leite de vaca integral:

a. Crianças de 0 a 6 meses:

- fórmula extensamente hidrolisada.

b. Crianças de 6 a 12 meses:

- sem comprometimento intestinal: fórmulas de proteína isolada de soja.

- com comprometimento intestinal: fórmula extensamente hidrolisada.

c. Crianças com mais de 12 meses e menos de 24 meses:

- sem comprometimento intestinal e eutróficas: bebida à base de soja associada à refeição de sal.

- em situações de risco nutricional utilizar fórmula a base de soja em crianças com comprometimento do trato digestivo, ou fórmula extensamente hidrolisada em crianças com envolvimento intestinal.

d. Crianças maiores de 24 meses:

- orientar refeição de sal, não receberão fórmula específica para APLV.

III. Após 12 semanas de tratamento com qualquer fórmula específica para o tratamento de APLV a criança que responder clinicamente deverá ser submetida a um Teste de Provocação. Caso não desenvolva os sintomas de APLV, deverá ser orientada à dieta com a qual se obteve sucesso terapêutico.

IV. A criança que, mesmo na vigência de fórmulas específicas para o tratamento de APLV, não responder favoravelmente em 12 semanas, será diagnosticada como não portadora de alergia ao leite de vaca e o tratamento será suspenso.

ANEXO D

FÓRMULAS FORNECIDAS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE FÓRMULAS ALIMENTARES DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

- Fórmula infantil isenta de lactose, a base de leite de vaca, óleos vegetais e maldodextrina, indicada para intolerância a lactose e proteína da soja, desde o nascimento;

- Fórmula infantil a base de proteína de soja. Adequada as necessidades do lactente no segundo semestre de vida;

- Fórmula infantil hipoalergênica, a base de soro do leite extensamente hidrolisado;

- Fórmula infantil e semi-elementar, a base de hidrolisado proteico hipoalergênico;

- Fórmula infantil hipoalergênica, exclusiva de aminoácidos livres;

- Fórmula infantil para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de sacarose, enriquecida de vitaminas e minerais;

- Fórmula infantil, anti-regurgitação de maior viscosidade;

- Alimento infantil de seguimento para crianças a partir de 01 ano e idade, hipoalergênico, exclusivo de aminoácidos..

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2213/16**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2213/2016 – Contratação de empresa para prestação de curso "Interpretação e implementação dos requisitos NR ISO 9001:2015" para dois servidores.

Empresa: QS Raizer Consultoria e Treinamento Ltd Me (04.346.436/0001-98)

VALOR TOTAL: R\$ 1.000,00

BASE LEGAL: Artigo 25, II e 13 VI da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2016

Homologação - Pregão Presencial Nº 065/2016 – Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para ser utilizado na nova sede do PROCON - PROGEM - Empresas Vencedoras: E & AR Equipamentos de Refrigeração Eirelli EPP - Item 01 – R\$928,00; Empresa: Tecnoforte Sistemas de Refrigeração Eirelli EPP - Item 02 – R\$2.879,00 e Item 03 – R\$1.698,00. Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 16 de junho de 2016.

EXTRATO Nº 159/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 159/2016

Inexigibilidade de Licitação nº. 110/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Locação de diversos setores do Teatro Carlos Gomes (TCG) para realização do 29º Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau. Contratada: Sociedade Dramático Musical Carlos Gomes. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após o término do evento, desde que este seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e que seja fornecida à Administração a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 82.200,00 (oitenta e dois mil e duzentos reais)/01.29.12.364.0076.2029 (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura)/3.3.90.39.00.

Blumenau, 15 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 160/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 160/2016

Dispensa de Licitação nº. 109/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, X, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a Compra de peças anatômicas de suínos para a disciplina de Técnicas Cirúrgicas e Anestésicas do curso de Medicina da Universidade. Contratada: Abatedouro Irmãos Glau Ltda EPP. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais)/01.14.12.364.0076.2014 (Centro de Ciências da Saúde)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 15 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 161/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 161/2016

Dispensa de Licitação nº. 099/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de serviços de manutenção, com fornecimento de materiais, para o sistema central de ar comprimido do Bloco I do Campus II da Universidade. Contratada: Sul Ar e Água Equipamentos LTDA. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 7 (sete) dias úteis após a efetiva conclusão dos serviços, desde que o sistema onde os mesmos foram prestados esteja em perfeitas condições de uso, a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 4.022,08 (quatro mil, vinte e dois reais e oito centavos)/01.19.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.39.00/3.3.90.30.00.

Blumenau, 17 de junho de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 10-03/2013**

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e LP Elevadores Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevador da Câmara Municipal.

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$5.384,88.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação n.º 10-03/2013, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 14/06/2016.

VENCIMENTO: 14/06/2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

604.06.16 - P. NOMEIA COMISSÃO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 604/16 de 16.06.16

Nomeia Pregoeiro e Nova Equipe de Apoio

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Administração Municipal, os servidores abaixo relacionados:

PREGOEIROS:

Jocemar da Silva
Ana Paula Chini

EQUIPE DE APOIO:

Jucelene Goedert Santos de Abreu
Iris Kapitula Bosquetti

Art. 2º. O pregoeiro e a equipe de apoio, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas, deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 141/16 de 02 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

605.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 605/16 de 16.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em

tratamento de saúde, no dia 15 de junho de 2016, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

605.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. NAIARA L. DEINANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 605/16 de 16.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 15 de junho de 2016, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

606.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 606/16 de 16.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 15 de junho de 2016, a funcionária Ana Carina Broering Gorges, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

607.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARINES CABRAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 607/16 de 16.06.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de junho de 2016, a funcionária Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

608.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. NAIARA L. DEINANI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 608/16 de 16.06.16
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2016, a funcionária Marilene dos Santos Neckel ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo - Padrão 1 – Nível 16, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

609.06.16 - P. DES. PROF. ROSEMARI AP. POGGERE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 609/16 de 16.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário
O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Rosemari Aparecida Poggere, para atuar como Professora 20 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 16 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

610.06.16 - P. DES. PROF. RAQUEL L. RODRIGUES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 610/16 de 16.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário
O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Raquel de L. Rodrigues, para atuar como Professora de Artes 40 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 16 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Artes – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

611.06.16 - P. DES. PROF. PATRICIA M. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 611/16 de 16.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Patrícia Marinho da Silva, para atuar como Professora de Educação Física 40 horas semanais na Escola do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar Capistrano no período matutino e Escola do Campo Barbaquá e Costão do Frade no período vespertino, no período de 16 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Física – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

612.06.16 - P. DES. PROF. ALAFER S. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 612/16 de 16.06.16

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Alafér Santelmo da Cruz, para atuar como Professor de 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Cambará, no período de 16 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

613.06.16 - P. DES. PROF. RITA RASSWELLER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 613/16 de 16.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Rita Rassweller, para atuar como Professora 20 horas semanais na Escola do Campo Costão do Frade, no período de 16 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Chamada Pública 02/2016 para Contratação de Professor ACT – Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATO 131/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 131/2016 Dispensa de Licitação 01/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Eletro Silva Serviços Elétricos Ltda. - ME.

Objeto: Aquisição de Material Elétrico destinado à manutenção da rede de Iluminação Pública do Município de Bom Retiro.

Valor Total: R\$ 12.956,50 (doze mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 106/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Base Pré-Fabricados Ltda. ME

Objeto: Contratação de empresa para Reforma do Centro de Eventos e Exposição do Parque Municipal de Exposição Dieter Hornung, com recursos oriundos do Ministério do Turismo, na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global. Fica alterada a Cláusula Segunda (Da Vigência) prorrogando-se a vigência do contrato para 19 de dezembro de 2016, conforme faculta a legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº106/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 20 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 060/2016

DECRETO Nº 060/2016

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social nomeado pelo Decreto nº 128/2014 ficando assim constituído:

§1º - Os representantes de Entidades Governamentais:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Suplente: Mário Sergio Beregaray Salomão

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 16 de junho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.990, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.990, 13 DE JUNHO DE 2016.
Nomeia Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Vagner Marchi para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.992, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.992, 13 DE JUNHO DE 2016.
Nomeia Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Murilo Sergio Popper para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.993, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.993, 13 DE JUNHO DE 2016.
Exonera Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Ricardo Ferraro de Souza do cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Tecnologia da Informação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.995, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.995, 13 DE JUNHO DE 2016.
Exonera Chefe Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rodrigo Viana de Oliveira do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Tecnologia da Informação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.996, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.996, 13 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Coordenador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alexandre Zendron do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Tecnologia da Informação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.997, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.997, 13 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Chefe Operacional..

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Daniela Hoefelmann do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 011/2016 RESULTADO FINAL RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO

Edital nº 011/2016

RESULTADO FINAL RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO N. 0011/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA O RESULTADO FINAL RETIFICADO do Processo Seletivo PARA CADASTRO RESERVA dos cargos de Médico especialista: Nefrologista, Cirurgião Dentista, Cirurgião Dentista Especialista: Protésista e Farmacêutico Bioquímico, conforme segue:

MÉDICO ESPECIALISTA- NEFROLOGISTA**NÃO TEVE INSCRITOS****CIRURGIÃO DENTISTA**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA DA PROVA
1º	JULIANI RAFAELI	7,5
2º	CAROLINA PERUZZO PEREIRA BARRERA	6,5
3º	CINTHIA SCHEIDT MEINICKE	6,5
4º	SIMONE SPANIOL	6,5
5º	MANUELLE BENTES MACEDO	6,5
6º	SILVANA MORANDI SACHETE	6,0
7º	HENRIQUE AVILA DE SOUZA	6,0
8º	ERIVELTON JOFRE MATOS JUNIOR	6,0
9º	CAROLINA DE MIRANDA MEURER	6,0
10º	CÉLIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO	6,0
11º	PAULA LANNES BIANCHI	5,5
12º	INGRID ROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	5,5
13º	CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA	5,5
14º	JORDAN MAÇANEIRO	5,5
15º	MIRELLA BOFF	5,5
16º	ISABELLE FERNANDES KNOCH	5,5
17º	GABRIELA HOINOSKI	5,5
18º	TIAGO ANDRE ZANCAN	5,0
19º	SERGIO CUNHA DO NASCIMENTO	5,0
20º	BIANCA CARLA BIANCO	5,0
21º	ALINE SCOTTINI	5,0
-	JOANA PAULA FRANDOLOSO	4,5
-	SUELLEN CAROLINA DITZEL	4,5
-	GISELE FERREIRA	4,0
-	LUIZ HENRIQUE GOMES TRUIZ	4,0
-	SABRINA LUSTOSA GOMIDE	3,5
-	RONALDO RUBERT	3,5

CIRURGIÃO DENTISTA ESPECIALISTA- PROTESISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	
1º	RUAN CARLOS BEUTING	9,0
2º	EDUARDO LOOS	7,5
3º	ANDRÉ FILIPE MERICO CARNEIRO	6,0
4º	GABRIELA H. JUNGES BEUTING	6,0
5º	ANA CAROLINE RUDEY	5,0
-	CARLOS RENATO SOARES	AUSENTE

FARMACÊUTICO- BIOQUÍMICO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA DA PROVA
1º	STEPHAN OLIVEIRA RIBEIRO	7,5
2º	CID RICKERT BAUER JUNIOR	7,0
3º	CLEUNICE MARIA MARIANI	7,0
4º	PATRICIA BERNARDI SASSI	7,0
5º	KELLY CRISTINA MIQUELETTI NUNES	7,0
6º	GIOVANNA CRISTINE RAMOS ROTTA	7,0
7º	JANAINA LUCHINI	7,0

8º	PATRICIA MURANAKA	6,5
9º	JENIFFER DA SILVA PEREIRA BARNI	6,5
10º	ELAINE CRISTINA KORMANN	6,0
11º	HELOÁ KLABUNDE	6,0
12º	SIMONE GAERTNER	5,5
13º	CRISTINA PADOANI	5,5
14º	PATRICIA RODRIGUES NHOLLA	5,5
-	MARCELA BUENO	4,5

Brusque, 17 de maio de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 007/2016 RESULTADO FINAL- PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 007/2016

RESULTADO FINAL- PROCESSO SELETIVO N. 007/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme segue:
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	TEMPO DE SERVIÇO	NOTA PROVA	NOTA FINAL
1	CRISTIANO GIRALDI	15	09	12
2	EDER JAIR KORMANN	13	9,5	11,25
3	ONEIDE BERTOTTI	15	07	11
4	VITAMIR PAVESI	11	10	10,5
5	JAISON FUCK	11	10	10,5
6	CHARLES HORNER	10	10	10
7	IVANIR DEHLAGNE	10	10	10
8	ALEXANDRE ALMEIDA DE SOUZA	09	10	9,5
9	EDSON DA SILVA SOUZA	07	10	8,5
10	GILBERTO HILLESHEIM	06	10	8
11	EVANDRO MOACIR PEREIRA	05	10	7,5
12	EBERTON AMARAL DE OLIVEIRA	05	9,5	7,25
13	ARGEU RIBEIRO	06	8,5	7,25
14	FABIANO LASSOLI	05	8,5	6,75
15	EDVALDO APARICIO FERNANDES	05	07	6
16	NILBERTO GOEDERT	05	06	5,5
-	JOSÉ ROCHA MARTINS	15	0	-
-	ORIDES BERTOLINI	09	0	-
-	CLAUDIO VILL	ST	10	-
-	MARCIO WITKOWSKY	ST	10	-
-	RENATO JOSE RAULINO	ST	10	-
-	MARLOM RAMOS DA SILVA	14	ausente	-
-	OSNIR BATSCHAUER	05	ausente	-
-	FABIO RICARDO DA ROCHA	05	ausente	-
-	ADELAR JOSE DE SOUZA	05	ausente	-
-	WALDECIR BARINGER	S/ TS	ausente	-
-	IZELTON PAULO COSTA	S/ TS	ausente	-
-	FABIO ANTONIO	S/ TS	ausente	-
-	NESTOR BRAS RAMOS	07	ausente	-

Brusque, 17 de junho de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 011/2016 HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 011/2016

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 011/2016

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 011/2016, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 011/2016 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados retificada e publicada na data de 17 de maio de 2016, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 011/2016, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 17 de maio de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 001/2016 SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 001/2016

CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E INSTITUTO CATARINENSE ANJOS DO PEITO. Objeto: cobrança das contribuições espontâneas efetuadas pelos contribuintes à conveniada por meio da fatura de água. Prazo de Vigência: 12 meses a partir de 02/03/2016. Assinado pelo SAMAE, Sr. Roberto Bolognini e pelo Instituto Catarinense Anjos do Peito, Sr. Valberto Dell Antônio. Data da Assinatura: 02/03/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 002/2016-A SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 002/2016-A

CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E DI' STYLO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP. Objeto: fornecimento pelo CONVENIADO, de medicamentos com prescrição médica ou não, aos funcionários da CONVENIENTE, efetivos, comissionados ou contratados para desconto em folha de pagamento. Prazo de Vigência: 12 meses a partir de 31/03/2016. Assinado pelo SAMAE, Sr. Roberto Bolognini e pela Di' Stylo Serviços Administrativos Ltda EPP, Sr. Rogério Antônio Rodrigues e Carolina M. Simões e Silva Olinger. Data da Assinatura: 31/03/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 002/2016-B SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 002/2016-B

CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E M.M. CONVÊNIOS LTDA ME. Objeto: cobrança de assinatura de convênios entre assinantes e a empresa M.M. CONVÊNIOS LTDA ME efetuadas com a conveniada por meio da fatura de água. Prazo de Vigência: 12 meses a partir de 13/04/2016. Assinado pelo SAMAE, Sr. Roberto Bolognini e pela M.M. Convênios Ltda ME, Sra. Maria Ap. da Conceição Gomes da Silva. Data da Assinatura: 13/04/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 003/2016 SAMAE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 003/2016

CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E DROGAMARCHI DROGARIA E FARMÁCIA LTDA EPP. Objeto: fornecimento pelo CONVENIADO, de medicamentos com prescrição médica ou não, aos funcionários da CONVENIENTE, efetivos, comissionados ou contratados para desconto em folha de pagamento. Prazo de Vigência: 12 meses a partir de 10/05/2016. Assinado pelo SAMAE, Sr. Roberto Bolognini e pela Drogamarchi Drogaria e Farmácia LTDA EPP, Sr. Altair Marchi e Rafael Marchi. Data da Assinatura: 31/03/2016.

LEI Nº 4.002, DE 16 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4.002, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Altera a redação do art. 1º e inclui o artigo 1º-A da Lei nº 483 de 16 de julho de 1971, que declara utilidade pública o "Clube dos Rádio Amadores de Brusque".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 483, de 16 de julho de 1971, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Radioamadores de Brusque - ARAB, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.181.321/0001-67, com sede e foro nesta cidade de Brusque".

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 1º-A à Lei nº 483, de 16 de julho de 1971, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º-A A Entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os benefícios da legislação vigente. "

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete

LEI Nº 4003, DE 16 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4003, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA PEDRO NOLDIN a via pública popularmente conhecida como rua Pedro Noldin, transversal à Avenida Primeiro de Maio, com início no encontro da Avenida Primeiro de Maio com a rua Henrique Hartcke, no bairro Primeiro de Maio.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 375,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e

passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Modelo, em 16 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete

PORTARIA Nº 10.994, 13 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.994, 13 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Chefe Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Siluana Grassi Pirolli Klein do cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Tecnologia da Informação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.999, 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.999, 14 DE JUNHO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nani Helena Gartner para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-5, lotada no Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/
SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.000, 14 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 11.000, 14 DE JUNHO DE 2016.

Revoga as Portarias nºs 10.762/2016, 10.737/2016, 10.768/2016 e 10.774/2016 que concederam gratificação de função de confiança aos servidores que mencionam.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nºs 10.762/2016, 10.737/2016, 10.768/16 e 10.774/2016, que concederam gratificação de função de confiança às servidoras Andreia de Modesti Pruner, Cilene Angelina Fantini Dada, Deise Freitas de Oliveira Pereira e Sonia Maria da Silva, respectivamente, lotadas na Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/
SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 26.997

PORTARIA Nº 26.997, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
9875	Terezinha Andrighetti Nava	Professor Educação Infantil	037

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.999

PORTARIA Nº 26.999, de 17 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	Auxiliar em Saúde Bucal	08	06/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.001

PORTARIA Nº 27.001, de 17 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
1855	Maria Ivonete Bento Rodrigues	Auxiliar de Enfermagem	08	31/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.002

PORTARIA Nº 27.002, de 17 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na alínea "b", inciso III, do art. 73, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
1083	Júlio César Corrente	Assistente Administrativo	08	31/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.003

PORTARIA Nº 27.003, de 17 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso V, do art. 71, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome da Servidora, cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
1265	Vanderléia Aparecida Birnfeld	Professor Ensino Fundamental I	20h	016	Falecimento	16/05/2016
3319	Vanderléia Aparecida Birnfeld	Professor Educação Infantil	20h	037	Falecimento	16/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2016 – FUNDESP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 007/2016 – FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2016 – FUNDESP - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO NAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À FUNDAÇÃO DE ESPORTE - ESTÁDIO MUNICIPAL ROBERTO SANTOS GARCIA, GINÁSIO DE ESPORTE IRINEU BORNHAUSEN, GINÁSIO DE ESPORTE DO CONDE VILA VERDE, QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO SANTA REGINA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/06/2017

1ª Publicação.

PR 23/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 023/2016-FMS – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO COM COTA PRINCIPAL AO ITEM 1.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA AS NOVAS UNIDADES DE SAÚDE DO SÃO FRANCISCO, AREIAS E SANTA REGINA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 30 (Trinta) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 17 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA 54/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 54/2016)

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 54/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a LOCAÇÃO DE 01 MÁQUINA RETROESCAVADEIRA 4X4, COM OPERADOR. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: MIGUEL GONÇALVES DE BORBA ME – CNPJ: 79.767.851/0001-14. A licitante cadastrou como representante o Sr. Miguel Gonçalves de Borba, e apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR UNITÁRIO. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
MIGUEL GONÇALVES DE BORBA -ME	95,00	95,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa MIGUEL GONÇALVES DE BORBA foi declarada vencedora com o valor de R\$ 95,00. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA 55/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 55/2016)

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Ana Flavia Marciniak, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 54/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e contratação de mão de obra para assentamento de lajotas, meio-fio e paver, para pavimentação da Rua da Cascata, Rua dos Agapantos, Rua dos Sírios, Rua das Bromélias e outras, se necessário. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: GABARITO CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS EPOXI EIRELI – CNPJ: 24.517.438/0001-00 e FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA – CNPJ: 83.483.990/0001-93. A licitante GABARITO CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS EPOXI EIRELI credenciou como representante o Sr. Clovis Paulino Zanchett e a licitante FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA credenciou como representante o Sr. Joni Pazda, as licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como ME e EPP. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

LOTE01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA	66.550,00	66.500,00	1ª	HABILITADA
GABARITO CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS EPOXI EIRELI	66.550,00	66.549,99	2ª	-----

LOTE02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA	146.910,00	146.850,00	1ª	HABILITADA
GABARITO CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS EPOXI EIRELI	146.910,00	146.900,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA foi declarada vencedora do LOTE 01 com o valor de R\$ 66.500,00, e foi declarada vencedora do LOTE 02 com o valor de R\$ 146.850,00. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 093/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 093/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LIGIANE CARLA CORREA BORGES NEPPL, inscrita no CPF/MF sob nº 072.271.039-94, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 21 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.832 DE 17 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.832 DE 17 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 03 do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

17 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008

Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.

Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br**RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE JUNHO DE 2016**

CONSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 171 DO CONANDA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENTAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Resolução nº 171 do CONANDA e Reunião extraordinária realizada data 08 de junho de 2016; decisão devidamente registrada na ata nº 04, a Presidente deste Conselho;

RESOLVE:

Art.1º – Constitui a Comissão Intersetorial com base na Resolução nº 171 do CONANDA, para elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelas seguintes Entidades Governamentais e Não Governamentais:

- IGREJA DE CONFISSÃO LUTHERANA NO BRASIL;
- IGREJA DO EVANGELHO ETERNO;
- IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA;
- CONSELHO TUTELAR;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER;
- AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE;
- HOSPITAL SÃO LUIZ – INSTITUTO SANTÉ;
- NÚCLEO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE CAMPO ALEGRE;
- ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE – ACIACA;
- ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MUNICÍPIO;
- COMANDO DA POLÍCIA MILITAR EM CAMPO ALEGRE;
- POLÍCIA CIVIL EM CAMPO ALEGRE;
- POLÍCIA ESTADUAL RODOVIÁRIA EM CAMPO ALEGRE;
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EM CAMPO ALEGRE;
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE – FECAMPO;
- PROMOTORIA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL;
- CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- FÓRUM MUNICIPAL “CASA DA CIDADANIA”.

Art.2º. A Comissão Intersetorial de que trata o Caput do Art.1º desta Resolução, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o Relatório de atendimentos realizados e sugestões, que servirão de subsidio na elaboração do Plano Decenal Municipal.

Art.3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.

EDITHE MARICLER VIRMOND

Presidente do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 9.833 DE 17 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.833 DE 17 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 4.772,00 (quatro mil, setecentos e setenta e dois reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339032.00.519 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.772,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação Parcial de Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 4.772,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.834 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 9.834 DE 17 DE JUNHO DE 2016

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016 E PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016, EM PROCESSO ADMINISTRATIVO ÚNICO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.;

DECRETA:

Art.1º) Nomear LUZIA RECKZIEGEL ROEPKE, brasileira, Matrícula Funcional nº 000595, Registro no Sistema sob nº 954828, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo III, em substituição a Servidora Pública Municipal LAÍS MARION STEFFEN, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fonoaudióloga, Matrícula Funcional nº 000211, Registro no Sistema sob nº 954270, nomeada pelo do Decreto nº 9.778 de 24 de maio de 2016.

Art.2º) Nomear MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, brasileira, Matrícula Funcional nº 366, Registro no Sistema sob nº 705480, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fiscal de Tributos, em substituição a Servidora Pública Municipal ALESSANDRA GODINHO VALENTIN, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Nutricionista, Matrícula Funcional nº 000630, Registro no Sistema sob nº 955057, nomeada pelo do Decreto nº 9.778 de 24 de maio de 2016.

Art.3º) Nomear GABRIELE QUOST TABERT, brasileira, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, em substituição a Servidora Pública Municipal MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fonoaudióloga, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº

788900, nomeada pelo do Decreto nº 9.778 de 24 de maio de 2016.

Art.3º) Nomear JEANE IENSEN CLEMENTE, brasileira, Matrícula Funcional nº 000658, Registro no Sistema sob nº 955084, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, em substituição a Servidora Pública Municipal CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, Matrícula Funcional nº 000422, Registro no Sistema sob nº 954276, nomeada pelo do Decreto nº 9.778 de 24 de maio de 2016.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.835 DE 17 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.835 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, Registro no Sistema sob nº 955486, no Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17 de junho de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.836 DE 17 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.836 DE 17 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
400000.00.117 -	Despesas de Capital			
440000.00.117 -	Investimentos			
449000.00.117 -	Aplicações Diretas			

449051.00.117 -	Obras e Instalações	R\$ 4.000,00	
-----------------	---------------------	--------------	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação Parcial de Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
300000.00.117 -	Despesas Correntes		
330000.00.117 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.117 -	Aplicações Diretas		
339030.00.117 -	Outros Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.837 DE 17 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.837 DE 20 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. DAVID ROGERIO MARIANO, Matrícula Funcional nº 000886, Registro no Sistema sob nº 955620, ao Cargo Público de Agente Operacional III, para exercer a Função de Agente de Manutenção, Categoria Funcional Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.136,17 (um mil cento e trinta e seis reais, dezessete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. DAVID ROGERIO MARIANO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 20 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.097 DE 16 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.097 DE 17 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, por motivo de doença, pelo período 06 de junho de 2016 a 09 de setembro de 2016.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o caput do Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal – Poder Executivo Municipal a partir de 06 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, o período de 21 de junho de 2016 a 06 de setembro de 2016 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de junho de 2016.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
17 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE JUNHO DE 2016

Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 17 DE JUNHO DE 2016

CONSTITUI A COMISSÃO INTERSETORIAL COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 171 DO CONANDA, PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DECE-
NAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Resolução nº 171 do CONANDA e Reunião extraordinária realizada data 08 de junho de 2016; decisão devidamente registrada na ata nº 04, a Presidente deste Conselho;

RESOLVE:

Art.1º – Constitui a Comissão Intersectorial com base na Resolução nº 171 do CONANDA, para elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único – A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelas seguintes Entidades Governamentais e Não Governamentais:

- IGREJA DE CONFISSÃO LUTHERANA NO BRASIL;
 - IGREJA DO EVANGELHO ETERNO;
 - IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA;
 - CONSELHO TUTELAR;
 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER;
 - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE;
 - HOSPITAL SÃO LUIZ – INSTITUTO SANTÉ;
 - NÚCLEO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DE CAMPO ALEGRE;
 - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CAMPO ALEGRE – ACIACA;
 - ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MUNICÍPIO;
 - COMANDO DA POLÍCIA MILITAR EM CAMPO ALEGRE;
 - POLÍCIA CIVIL EM CAMPO ALEGRE;
 - POLÍCIA ESTADUAL RODOVIÁRIA EM CAMPO ALEGRE;
 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR EM CAMPO ALEGRE;
- Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008
Rua Jorge Lacerda, nº 86 – Centro – Campo Alegre – Santa Catarina – 89294-000.
Fone: 47 3632-1568 Celular 9177-2401 - cmdca@campoalegre.sc.gov.br
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE – FECAMPO;
 - PROMOTORIA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL;
 - CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
 - FÓRUM MUNICIPAL “CASA DA CIDADANIA”.

Art.2º. A Comissão Intersectorial de que trata o Caput do Art.1º desta Resolução, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o Relatório de atendimentos realizados e sugestões, que servirão de subsídio na elaboração do Plano Decenal Municipal.

Art.3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 17 de junho de 2016.
EDITHE MARICLER VIRMOND
Presidente do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

TÚLIO CESAR JANSEN
Secretário do CMDCA Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1138/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1138/2016, na modalidade Pregão de nº 25/2016 tendo como objeto a Aquisição de veículo tipo Van transformada em ambulância simples remoção para o Município de Campo Erê, conforme descrição no Anexo I deste edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA	1	1	1,00	143.000,00	143.000,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA	143.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 17 de junho de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 13/2016

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 08 de julho de 2016 às 14 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, do tipo Menor Preços Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO NA RUA BENONI DE OLIVEIRA LEMOS, NO BAIRRO BOA VISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. Convenio Governo do Estado de Santa Catarina. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 20 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

AVISO PP 07_2016 FHJA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 29/06/2016 às 15 horas na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço global, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LAVANDERIA HOSPITALAR - LINHA LIQUIDA - . PARA LAVAGEM DE ENXOVAL HOSPITALAR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 13:00h às 19:00h diariamente.

Campos Novos, 20 de junho de 2016.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Leonardo Farias Santos
Administrador

AVISO PREGÃO 30_16 PEÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01 de julho de 2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SERVIÇOS E MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS (KOMBI, SAVEIRO, PRISMA E MASTER) DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO (BORA, GOL 1.0, AMAROK CS 4X4, SAVEIRO 1.6., KOMBI, VOYAGE 1.6). CONFORME EDITAL.O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 20 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ERRATA - TOMADA DE PREÇOS 12/2016

PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS
ERRATA
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

Conforme publicação ocorrida no DOM, página 107, edição 2016, do dia 15 de junho de 2016, o Município de Campos Novos torna público a CORREÇÃO da modalidade da licitação nº 12/2016 que tem como objeto contratação de empresa para execução de obra de implantação de praça pública no Distrito de Bela Vista, conforme especificações do projeto básico.

Onde se lê: O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de julho de 2016 às 14 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço Global.

Leia-se: O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de julho de 2016 às 14 horas Tomada de Preços do tipo Menor Preço Global.

Campos Novos, 17 de junho de 2016

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 550/2016

PORTARIA Nº. 550/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora AIESSA TALITA TAVARES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 27/06/2016 a 11/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 551/2016

PORTARIA Nº. 551/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ELISETE SIMONE VOOS, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, no CEI Prefeito Antônio Souza Costa, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 13/06/2016 a 12/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 552/2016

PORTARIA Nº. 552/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido FRANCIELE BUSKO, contratada na função de Servente no Pólo da UFSC, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 553/2016

PORTARIA Nº. 553/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional TATIANA GOMES DE CAMARGO, contratada na função de Monitor de Educação Especial, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 173/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 554/2016

PORTARIA Nº. 554/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora ROSANA GROSSEL KRAUSS, efetiva no cargo de Professor - 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 287/DP/2016, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS a concessão do benefício de auxílio doença à servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 555/2016

PORTARIA Nº. 555/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido AMILTON FERREIRA RAMOS, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 289/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 556/2016

PORTARIA Nº. 556/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SANDRA FRANCISCA DE ARAUJO PEDROSA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 13/06/2016 a 12/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 557/2016

PORTARIA Nº. 557/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido BRUNA GRISANG, efetiva no cargo de Auditor Fiscal, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 30/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 290/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 558/2016

PORTARIA Nº. 558/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora FRANCISCA MARIA SANTOS DE SOUZA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 14/06/2016 a 13/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 559/2016

PORTARIA Nº. 559/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional JOSIANE GREIM DE MELO, efetiva no cargo de Pedagoga, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 293/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 560/2016

PORTARIA Nº. 560/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MARCIA CRISTINA SOARES DOS SANTOS NEUMANN, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 29/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 561/2016

PORTARIA Nº. 561/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido GIOVANI PAULO KLEMPPOUZ, comissionado no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Comércio, Indústria e Turismo, a partir de 13/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 291/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 562/2016

PORTARIA Nº. 562/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido NATALY PONTAROLO DE MOURA, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 563/2016

PORTARIA Nº. 563/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora SIMONE MARIA WENDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, a desfrutar no período de 27/06/2016 a 26/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 564/2016

PORTARIA Nº. 564/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho, da profissional JOSIANE GREIM DE MELO, efetiva no cargo de Pedagogo, para atuar na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/06/2016, conforme Comunicação Interna nº 183/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 565/2016

PORTARIA Nº. 565/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 414/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FRANCIELI JOANA BIALESKI
2. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
3. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 065/SME/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 566/2016

PORTARIA Nº. 566/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ALMUTH SCHROEDER, efetiva no cargo de Cuidador de Idoso, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 19/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 567/2016

PORTARIA Nº. 567/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora KARINA DE CÁSSIA KOHLER WENDT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo 2013/2014, a desfrutar no período de 04/07/2016 a 18/07/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora PRISCILA SZUCK, efetiva no cargo de Telefonista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 20/06/2016 a 29/06/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de junho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 07/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 88/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 07/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA RODOLFO SCHEIDE NO TRECHO ENTRE AS RUAS HENRIQUE SORG E EMÍLIO SCHOLTZ, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2016, às 16h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Srta. Vanessa Langer e Sra. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 570/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam: empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, sem representantes presentes, conforme previsto na ata publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 09/06/2016 e inserido no site www.pmc.sc.gov.br no dia 08/06/2016. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas testemunhas Srta. Ivete de Souza, Srta. Bianca Todt e Sr. Adilson Fernando Ribeiro), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, DERPA USINA DE ASFALTO e LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas testemunhas Srta. Ivete de Souza, Srta. Bianca Todt e Sr. Adilson Fernando Ribeiro). Passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos, em 1º lugar a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP com o valor global de R\$1.126.544,49, em 2º lugar a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP, com o valor global de R\$1.171.026,45 e em 3º lugar a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor global de R\$1.171.026,47. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP com o valor global de R\$1.126.544,49. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Vanessa Langer
Membro

Cibele Neudorf Batista
Secretário

Testemunhas:
Adilson Fernando Ribeiro Ivete de Souza

Bianca Todt

Vanessa Langer
Membro

Cibele Neudorf Batista
Secretário

Testemunhas:
Adilson Fernando Ribeiro Ivete de Souza

Bianca Todt

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 08/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA A ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS NO PROCESSO N.º PMC 89/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 08/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA ALFREDO MAYER NO TRECHO ENTRE AS RUAS GUILHERME PRUST E ADOLFO BADING, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2016, às 15h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Srta. Vanessa Langer e Sra. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 570/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam: empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e DERPA USINA DE ASFALTO, sem representantes presentes, conforme previsto na ata publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 09/06/2016 e inserido no site www.pmc.sc.gov.br no dia 08/06/2016. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas testemunhas Srta. Ivete de Souza, Srta Bianca Todt e Sr. Adilson Fernando Ribeiro), as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, DERPA USINA DE ASFALTO e LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelas testemunhas Srta. Ivete de Souza, Srta Bianca Todt e Sr. Adilson Fernando Ribeiro). Passou-se então a abertura das propostas das licitantes habilitadas. Abertas as propostas, os valores ficaram assim distribuídos, em 1º lugar a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP com o valor global de R\$972.061,94, em 2º lugar a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, com o valor global de R\$1.013.568,77, em 3º lugar a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor global de R\$1.014.768,68 e em 4º lugar a empresa DERPA USINA DE ASFALTO, com o valor global de R\$1.032.027,32. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP com o valor global de R\$972.061,94. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 63/2016 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/06/16
CONTRATADO: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais)

DATA: 17/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 68/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/16
HOMOLOGAÇÃO: 17/06/16
CONTRATADO: EDERSON ERZINGER
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEIS E UTILITÁRIOS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.342,50 (vinte e seis mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: 17/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 63/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 92/2016
Licitação.....: 63/2016 - PE
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, DESTINADO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo:
Total dos Itens Vencedores: 129.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 2052	- PAPEL A4 FORMATO 210X297MM, CAIXAS COM 10 RESMAS - Unidade: CXA						
12798	DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA		1.000.000	0,0000	129,0000	129.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA - - MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC
VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 72/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	106/2016	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores:	9.450,00
Licitação.....:	72/2016 - PR	5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL			
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.			

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	16583	-	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE	-	Unidade: hrs		
17136	CORINGA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMEN		120,000	0,0000	78,7500	9.450,00	Venceu	1 *****
13081	INVIO LAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA		120,000	0,0000	79,1667	9.500,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	PREGOEIRO
PAULO CESAR SAFANELLI -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER -	

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0002/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL Contratada...: TRANSPORTES MAURICIO LTDA - ME Valor : 26.175,00 (vinte e seis mil cento e setenta e cinco reais) Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório....: 0002 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de transporte para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Urbano - CECON, para o ano de 2016. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 17 de Junho de 2016	
ELENA CASAGRANDE RECH	

PMC CONTRATO 0164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0164/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA Valor : 55.080,00 (cinquenta e cinco mil e oitenta reais) Vigência : Início: 17/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2016 Processo_Licitatório....: 00075 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : Aquisição de Massa Asfáltica usinada à quente, pra restauração da camada asfáltica e tapa buracos na Rua Presidente Nereu Ramos e Acesso Cidade Alta, até o Trevo da BRF. Com Recursos do Fundo Social descentralizados para ADR/Joaçaba	
Capinzal, 17 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0163/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0163/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA. Valor : 1.276.054,72 (um milhão duzentos e setenta e seis mil e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos) Vigência : Início: 17/06/2016 Término: 17/02/2017 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016 Processo_Licitatório....: 00070 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para serviço de Pavimentação Asfáltica da Rua Pedro Rafael Favorito no Centro, e das Ruas: Paulino H. Teixeira, Valdemar José da Silva, Matheus L. Ferreira, João Evangelista Parizotto, Fiorindo Luvison e Alduino da Silva Amora, no Loteamento Parizotto. Com Recursos Pró Transporte do Ministério das Cidades - Contrato de Financiamento Caixa 412.619-82/2013 e Ordinários	
Capinzal, 17 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0165/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 0165/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: LAR CONSTRUcoes E INCORPORACOES LTDA Valor : 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) Vigência : Início: 17/06/2016 Término: 17/10/2016 Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016 Processo_Licitatório....: 0078 / 2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de empresa especializada para construção de Quadra de Vôlei de Areia, na Rua Vilmar José Pereira, no Loteamento Colina. Com Recursos do Fundo Social, descentralizados ADR/Joaçaba	
Capinzal, 17 de Junho de 2016	

Catanduvas

PREFEITURA

EDITAL Nº 0005/2016 DE CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Estabelece normas para a chamada pública e credenciamento, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Saúde.

Prefeita do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012,

Considerando a decisão judicial determinado ao Município de Catanduvas para reassumir integralmente a gestão do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

Considerando a escassez de recursos para que a Administração Pública reassume a gestão hospitalar integralmente;

Considerando o Decreto nº 2.172, de 10 de junho de 2016, que suspendeu as atividades no Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e estabeleceu atendimento estendido no ESF Central até às 22h00min, em dias úteis, a necessidade temporária de excepcional interesse público na Secretaria da Saúde, especificamente para preenchimento de vaga de farmacêutico, a fim de integrar a equipe mínima necessária para compor a unidade básica de atendimento no ESF Central no horário estendido;

Considerando extensão o horário compreendido entre às 17h00min e às 22h00min durante os dias úteis;

Considerando a imperiosa necessidade de satisfação do interesse público, razão pela qual a Administração Pública busca a consecução do bem comum da coletividade e dos princípios constitucionais da legalidade e eficiência;

Considerando a existência de vaga no quadro funcional municipal e não disponibilizada em processo seletivo tampouco em concurso público; Torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vaga temporária de preenchimento imediato para o cargo constante do inciso 1.2 deste edital, que deverá exercer as atividades no ESF Central, para Atendimento Estendido das 17h00min às 22h00min.

1. DA DATA E DAS VAGAS

0.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 20 de junho (segunda - feira), das 13h30min às 15h00min, no Setor de Recursos Humanos, sito à Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, Prefeitura Municipal.

0.2 Das vagas:

CARGO	Nº DE VAGAS	LOCAL	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS
Farmacêutico	01	ESF Central	20 h semanais	R\$ 2.381,27

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- RG, CPF;
- Diploma de Graduação em Curso Superior de Farmácia e Registro no CRF de Santa Catarina;

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Os candidatos serão chamados obedecendo rigorosamente à ordem de chegada, sendo que, na mesma ordem, sendo selecionados, escolherão a vaga disponível.

3.2 Havendo dois ou mais candidatos para a vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação: maior experiência comprovada em currículo e, persistindo a igualdade, o de maior idade.

3.4 A análise da classificação será realizada pela Secretaria de Saúde do Município de Catanduvas pela a Assessoria Jurídica do Município.

3.5 Cumprindo as exigências de documentação para a contratação, os candidatos selecionadas iniciarão suas atividades na unidade de atendimento estendido acima descrita, imediatamente após a assinatura do contrato de trabalho no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Catanduvas.

3.6 O prazo de validade da presente Chamada é de 3 (três) meses, contados a partir da contratação, podendo ser prorrogada por igual período.

3.7 O contrato de trabalho será temporário, conforme estabelece a Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, com alterações da Lei nº 2.347, de 8 de fevereiro de 2012.

3.8 Não será cobrado taxa de inscrição para a presente Chamada Pública.

Catanduvas, 17 de junho de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 09-2016 FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 09/2016
Edital: Pregão Presencial Nº.: 08/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO DE PASSEIO 5 PASSAGEIROS 0KM, CONFORME PROPOSTA Nº 11414.598000/1140-01 DO FNS (FUNDO NACIONAL DE SAÚDE).
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 30 de Junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 30 de Junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127/33260433, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 17 DE JUNHO DE 2016.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 53/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Empresa Madesch Comércio de Madeiras Ltda EPP

Vigência: até 31/12/2016.

Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias após a ordem de serviço, conforme o cronograma físico financeiro;

Fundamento Legal: art. 24, inciso V, da Lei n. 8.666/1993;

Objeto: Contratação de Empresa para a Execução/Construção do Centro de Triagem do Município de Chapadão do Lageado/SC, com área total de 160 m², de acordo com projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo.

Valor: R\$ 51.956,60 (cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos);

DATA DA ASSINATURA: 20 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 237/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 237/2016

- CONSIDERANDO a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a Empregada Pública MARCIA MICHELS, Agente Comunitária de Saúde – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 15.06.16 a 11.10.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15.06.16.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 17 de Junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapécó

PREFEITURA

ATO 016/CP/ED/002/16

Ato 016/CP/ED/002/16

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA

DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Final da Prova Prática dos candidatos aprovados do Concurso Público Edital 002/2016 Secretaria Municipal de Cultura, não havendo recursos contra a classificação preliminar e já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. A homologação do resultado final, será divulgada através de decreto municipal.

Chapécó (SC), 17 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA

Legenda:

NPE = NOTA DA PROVA ESCRITA

NPP = NOTA DA PROVA PRÁTICA

NF = NOTA FINAL ((NPE x 30 + NPP x 70) / 100)

Ordem	N INSC	CANDIDATO	CARGO	Data Nasc	NPE	NPP	NF
1	347849	Alexandre Menegatti	IM: Violão Popular (médio)	04/09/1991	61,75	83,33	76,86
1	346217	Vanessa Raquel Benelli Carlet	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	05/05/1982	71,00	98,33	90,13
2	330628	Jucineia Zantedeschi Cam-pagnollo	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	25/03/1986	66,25	89,00	82,18
3	346940	Tammy Scarlet Gehlen Signore	IAC: Balé Clássico/Teoria da Dança (Superior)	12/02/1988	63,75	85,00	78,63
1	331037	Sidimar Marcio Geremia	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	18/02/1979	69,00	96,66	88,36
2	331050	Ana Claudia Anschau	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	25/04/1991	70,00	88,95	83,27
3	342756	Claudia Aparecida Dos Santos	IAV: Desenho Artístico/Expressão Visual/Pintura (Superior)	05/09/1983	68,00	88,23	82,16
1	334739	Ronei Bernardo	IM: Piano Clássico/Teclado (Superior)	24/04/1984	63,00	89,67	81,67
1	325973	Roberto Goliszewski	IM: Piano Clássico/Teoria e Percepção Musical/História da Música (Superior)	18/11/1971	60,50	90,00	81,15
1	324856	Karyni Danielly Da Silva Da Vila	IM: Violino/Viola de Arco (Superior)	03/01/1992	62,50	87,11	79,73
1	347239	Gadiego Cararo Ribeiro	IM: Violoncelo/Violino (Superior)	26/12/1979	62,25	59,44	60,28
1	344452	Taine Louise Schetttert	IM: Técnica Vocal/Canto Coral (Superior)	15/07/1985	63,75	68,78	67,27
1	343362	Daniel De Lima	IM: Violão Popular (Superior)	19/08/1984	70,75	96,22	88,58
2	341633	Cosme Luis De Almeida	IM: Violão Popular (Superior)	04/08/1988	68,50	90,44	83,86
3	346324	Gilson Claudio Rocha	IM: Violão Popular (Superior)	15/11/1981	60,50	87,11	79,13
4	328276	Douglas Da Costa Rufatto	IM: Violão Popular (Superior)	12/06/1992	63,00	67,22	65,96
5	337655	Dionathan Alisson Junior De Souza Falchetti	IM: Violão Popular (Superior)	15/09/1994	62,00	63,66	63,16
1	343612	Jakson Ronaldo Kreuz	IM: Regência Coral/Arranjo/Piano (Superior)	11/04/1983	61,25	91,77	82,61
1	338816	Maria Catarina Teston	IM: Preparação Vocal/Regência Coral/Teoria e Percepção Musical (Superior)	16/05/1964	64,25	89,66	82,04

ATO 020/CP/ED/001/16

Ato 020/CP/ED/001/16

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, com base nos pareceres da banca julgadora do Instituto o Barriga Verde, atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital nº. 001/2016, divulga o julgamento dos Recursos Contra a Aplicação da Prova Prática e Teste de Aptidão Física, conforme segue:

INSCRIÇÃO	348450 -
CARGO	Motorista
TIPO RE-CURSO	Prova Prática e Prova de Aptidão Física
ALEGAÇÃO	A divisao de duas turmas entre os 25 primeiros colocados vai totalmente contra o que consta no edital no item 12.5.12. Portanto a divisao da turma foi realizada de maneira ilegal pois além de nao constar no edital, ainda vai contra as diretrizes do mesmo e nao deixa de maneira clara se a prova no periodo vespertino foi realizada nos mesmos moldes do periodo matutino, e ainda deixando em aberto muitas possibilidades do repasse de informacoes privilegiadas aos candidatos que fizeram a prova durante a tarde, como por exemplo modelo de caçamba, tipo de cambio, percurso da prova e natureza dos avaliadores. Resumindo, a prova nao foi realizada com a devida imparcialidade entre os candidatos dos dois turnos.
DECISÃO	<p>INDEFERIDO: Cumpre esclarecer que as provas dos dois períodos foram aplicadas exatamente nos mesmos moldes, garantindo a isonomia nas avaliações, houve a divisão dos candidatos por período de forma a não exigir que candidatos tivessem de passar um longo período aguardando a sua vez de realizar o Teste Prático, até mesmo sem almoço, por exemplo, essa divisão foi feita de forma a garantir o bom andamento dos trabalhos.</p> <p>Quando a alegação de que candidatos poderiam passar informações privilegiadas para os demais que ainda não haviam realizado a prova, tal alegação não merece prosperar uma vez que os candidatos que vão terminando a prova prática são orientados a se retirarem dos locais de aplicação e a não se comunicarem com candidatos que ainda irão realizar as provas, além disso, não há motivos para um candidato passar informações de forma a privilegiar seus próprios concorrentes no certame.</p> <p>Ressaltamos que a convocação atendeu ao edital nos seguintes itens:</p> <p>12.5.1. A prova prática será realizada na data constante do cronograma, em local e horário a ser anunciado no edital de convocação.</p> <p>12.5.15. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário da realização da Prova prática.</p> <p>Situação Mantida</p>

INSCRIÇÃO	348450
CARGO	Motorista
TIPO RE-CURSO	Prova Prática e Prova de Aptidão Física
ALEGAÇÃO	<p>FUNDAMENTO BASEADO NO ITEM 12.6.9 DO EDITAL. Clara decisão de interpor recurso pelo fato de ao serem apresentados os avaliadores para o cargo de motorista, nos foi indicados todos os que seriam habilitados e registrados no DETRAN, sendo que com uma exceção, que foi de uma senhora nos apresentada como coordenadora de transito do municipio que PARTICIPOU ATIVAMENTE das provas praticas realizadas pela manha sendo que a mesma NAO É HALIBITADA OU REGISTRADA NO DEVIDO ORGAO CONFORME O EDITAL. "12.6.9 Os avaliadores serão profissionais habilitados, registrados no DETRAN" Portanto solicito nova realizacao de prova pratica a ser realizada por fprofissionais habilitados no devido orgao e não por funcionarios do municipio de Chapeco o qual esta sendo realizado o pleito de selecao.</p>
DECISÃO	<p>INDEFERIDO: Ao candidato não assiste razão, pois sequer citou o nome da referida pessoa que "teria" acompanhado as avaliações e que "não seria habilitada ou devidamente registrada no DETRAN", ademais, cumpre esclarecer que os membros da Banca Avaliadora das Provas Práticas são todos habilitados e devidamente registrados no Órgão de Trânsito competente, tendo todos vasta experiência com avaliações, sendo que vem compondo Bancas de Avaliações há vários anos. Para melhor elucidar o que é citado apresentamos os membros da Banca Avaliadora do Concurso de Chapecó, bem como suas habilitações, conforme segue:</p> <p>- Adriana das Neves- Avaliadora: Instrutora de trânsito, especialista em Direito e Gestão de Trânsito, possuindo ainda curso para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros Matrícula 09.382, registro na CESPTAN, registro no DETRAN/SC nº2012/COL/1332, carteira de Diretor Geral registrado sob o nº 420/06 CNH: categoria AE Registro 01016335101, e carteira de Instrutor de Trânsito registro no DETRAN sob o nº1743/01.</p> <p>- Edson Muller- Avaliador: Examinador de Trânsito devidamente registrado no DETRAN sob o nº 397/10, possuindo ainda Carteira de Instrutor de Trânsito registro nº 1948/02, Carteira de Diretor de Ensino, registro nº 7940/10, Carteira de Diretor Geral registro nº 823/10. CNH: Categoria "AE" registro: 00973169947. Sendo membro de Bancas de Avaliação desde 2010.</p> <p>- Alison Andre Marcolla- Membro da Banca que secretariou as Provas Práticas. Instrutor de Trânsito, possuindo carteira de Instrutor de Trânsito, registro no DETRAN sob nº 4716/08. CNH: Categoria "AD" registro: 03544670609.</p> <p>O que o candidato, talvez esteja alegando é que uma pessoa que não faz parte da Banca Avaliadora acompanhou o andamento dos trabalhos, essa pessoa trata-se de funcionária pública municipal, Membro da Comissão de Concurso Público, que reiteramos não fez parte da Banca Avaliadora e não interferiu no andamento das avaliações, apenas acompanhou o andamento sendo que tem permissão para tanto, pois foi nomeada através de portaria e faz parte da Comissão de Concurso Público.</p>

INSCRIÇÃO	330594
CARGO	Motorista
TIPO RECURSO	Prova Prática e Prova de Aptidão Física
ALEGAÇÃO	Por algum motivo não fui convocado para prestar prova prática de motorista.
DECISÃO	<p>INDEFERIDO: O candidato apesar de aprovado na prova escrita objetiva com nota 64,00 ficou na 45ª posição, sendo que o Edital previa o seguinte:</p> <p>12 DA PROVA PRÁTICA</p> <p>12.1 Para os cargos de Motorista e Operador de Máquinas (retroescavadeira) que requerem prova prática, serão convocados os candidatos aprovados na Prova Escrita Objetiva, classificados do 1º ao 25º lugar, considerando os critérios de desempate.</p> <p>12.1.1 Os candidatos que não atingirem essa classificação serão considerados reprovados no concurso. Portanto a convocação para as provas práticas deu-se de acordo com o que previa o Edital, tendo o candidato ficado em posição que não permitia ser este convocado para realização do Teste Prático.</p> <p>Situação Mantida</p>

INSCRIÇÃO	342013
CARGO	Operador de Máquinas (Retroescavadeira)
TIPO RECURSO	Prova Prática e Prova de Aptidão Física
ALEGAÇÃO	<p>Sei da capacidade que tenho em operar uma máquina e espero que me seja concedida a oportunidade de realizar novamente acreditando que, por estes fatores supracitados de, o operador ter realizado o teste sem o fator psicológico e nervosismo do candidato e além do mesmo ser operador em ativa trabalha na função não estava nervoso e quando o mesmo realizou não estava sendo descontado o seu tempo antes, o que acarretou em vários descontos em que eu poderia ter sido aprovado. Por fim gostaria aqui de expor estas questões que eu poderia ter sido aprovado na prática haja vista que tinha uma boa média na teórica, ainda vale salientar que no item do edital 12.7.1 A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas inerentes ao cargo, a serem realizadas individualmente pelo candidato, tarefas estas previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de até 20 (vinte) minutos para a execução da prova. Peço que me seja concedida nova oportunidade para realização da prova prática.</p>
DECISÃO	<p>INDEFERIDO: Ao candidato não assiste razão, as regras editalícias foram cumpridas, as provas práticas foram aplicadas na forma prevista em Edital, sendo que todos os candidatos realizaram a prova em igualdade de condições, não há justificativa para reaplicação da avaliação prática.</p> <p>Situação Mantida</p>

INSCRIÇÃO	338690
CARGO	Operador de Máquinas (Retroescavadeira)
TIPO RECURSO	Prova Prática e Prova de Aptidão Física
ALEGAÇÃO	<p>Solicito recontagem da prova prática pois o avaliador ao término da prova informou que a nota da prova foi 55.00 ao término da prova, e não fui informado do início da avaliação sendo que quando iniciei a prova na retro escavadeira já havia se passado 12 minutos do tempo estipulado.</p>
DECISÃO	<p>INDEFERIDO: Conforme consta do Formulário de Avaliação do Candidato este teve 50,25 pontos de desconto, tendo restado como sua nota final 47,50 conforme consta no ato 019- Classificação Preliminar Prova Prática. Seu formulário de avaliação consta divulgado no Anexo I deste ato para conferência. Quanto ao início da avaliação, todos os candidatos eram informados que seria dada a partida ao cronômetro no momento do início da avaliação, a qual iniciava-se pela conferência dos instrumentos do painel do equipamento, questionada pela equipe de avaliação prática do IOBV, sendo que o referido questionário demora no máximo 4 (quatro) minutos para ser respondido, levando em consideração a orientação da tarefa que seria executada. E ainda quanto a afirmação do candidato de que já haviam se passado 12 (doze) minutos do início de sua avaliação, vale ressaltar que nenhum candidato portava relógio ou qualquer tipo de ferramenta eletrônica para controlar seu horário, cabendo apenas à banca avaliadora controlar o tempo do candidato, o qual fazia parte da avaliação.</p> <p>Situação Mantida</p>

Chapecó (SC), 17 de junho de 2016.

Luciano José Buligon
Prefeito Municipal

Anexo I

ATO 021/CP/ED/001/16

Ato 021/CP/ED/001/16

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA PRÁTICA
E RESULTADO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA
DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. A Classificação Final dos cargos com prova prática de Motorista e Operador de Máquina Retroescavadeira, do Concurso Público Edital 001/2016, já considerando o julgamento dos recursos e os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato.
2. A Classificação Final do cargo com Teste de Aptidão Física de Agente Municipal de Trânsito, do Concurso Público Edital 001/2016, do qual não houve recursos, segue divulgado no Anexo II deste ato, os quais serão convocados para a Avaliação Psicológica.
3. A homologação do resultado final dos cargos com prova prática e teste de aptidão física, será divulgada através de decreto municipal.
4. A convocação para as demais fases constará de ato próprio de convocação.

Chapecó (SC), 17 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO FINAL PROVA PRÁTICA

Legenda:

NPE = Nota da Prova Escrita

NPP = Nota da Prova Prática (NPP x 10)

NF = Nota Final (NPE x 30 + NPP x 70) / 100

MOTORISTA -							
Ordem	Nº Insc	Nome Candidato	Data Nasc	NPE	NPP	NF	Situação
1	339036	Johny Robson Dias De Andrade	03/11/1976	74,00	97,50	90,45	aprovado
2	340325	Felipe Capello Guollo	02/08/1984	71,50	97,50	89,70	aprovado
3	318399	Luiz Carlos Rodrigues	07/06/1979	70,25	97,50	89,33	aprovado
4	324750	Claudecir Noronha De Freitas	08/01/1977	70,00	97,50	89,25	aprovado
5	334620	Edson Marcos Bandeira	26/10/1984	70,75	95,00	87,73	aprovado
6	316756	Dogles Monteiro	07/12/1974	69,75	95,00	87,43	aprovado
7	332373	Daniel Roman	06/07/1982	71,75	92,50	86,28	aprovado
8	344086	Vanderlei Trevisol	14/05/1975	71,50	92,50	86,20	aprovado
9	338853	Juarez De Deus	06/06/1979	70,25	92,50	85,83	aprovado
10	331253	Marcio Francisco Razia	31/10/1978	69,75	90,00	83,93	aprovado
11	314673	Marcelo Lopes Baraldi	04/08/1987	69,50	90,00	83,85	aprovado
12	320871	Gean Carlos Olszenski	28/03/1990	70,25	87,50	82,33	aprovado
13	342729	Gilberto Farias	23/07/1987	75,00	85,00	82,00	aprovado
14	322780	Alcemir Ribeiro De Mello	29/10/1973	69,00	87,50	81,95	aprovado
15	331752	Vanderlei Jose Bento	23/07/1977	72,75	85,00	81,33	aprovado
16	343410	Geferson Antero Da Silva	31/10/1976	72,25	85,00	81,18	aprovado
17	336882	Maycon Heinz	16/04/1988	72,25	85,00	81,18	aprovado
18	326921	Juliano Bottin	05/05/1987	70,00	85,00	80,50	aprovado
19	319530	Volnei Gomes	30/05/1981	74,00	80,00	78,20	aprovado
20	348076	Flavio De Souza Leite	24/08/1983	73,75	80,00	78,13	aprovado
21	337831	Marcio Jose Paz	13/12/1976	72,50	80,00	77,75	aprovado
22	347803	Roberto Jair De Freitas	13/11/1982	72,50	80,00	77,75	aprovado
23	348450	Eder Cristiano Coelho Da Cruz	08/08/1977	72,75	75,00	74,33	aprovado
24	348152	Diego Bento	11/06/1986	78,50	70,00	72,55	aprovado
25	318061	Aliel Pereira	04/11/1990	68,75	72,50	71,38	aprovado

OPERADOR DE MÁQUINA RETROSCAVADEIRA					
-------------------------------------	--	--	--	--	--

Ordem	Nº Insc	Nome Candidato	Data Nasc	NPE	NPP	NF	Situação
1	333858	Verli Guralski Dias	14/12/1986	73,75	97,50	90,38	Aprovado
2	343948	Joel Pedroso	20/02/1989	75,50	62,50	66,40	Aprovado
3	316089	Leandro Vedovatto	17/07/1992	80,50	55,00	62,65	Aprovado
4	337022	Diego Marcelo Savaris	16/01/1992	81,75	52,50	61,28	Aprovado

ANEXO II – CLASSIFICAÇÃO FINAL TESTE DE APTIDÃO FÍSICA
Agente Municipal de Trânsito

Ordem	Nº Inscr	Candidato	Data Nasc.	NF	TAF	Situação para próxima etapa Avaliação Psicológica
1	317790	Leonardo Tagliari	03/03/1986	76,25	APTO	Convocado
2	321738	Juliano Do Prado	10/06/1977	73,25	APTO	Convocado
3	335766	Fernando Mateus Rodrigues Cargnin	06/05/1989	71,75	APTO	Convocado
4	314943	Laercio Velasque	09/11/1988	68,00	APTO	Convocado
5	327349	Vitor Bueno Da Silva	13/10/1986	65,50	APTO	Convocado
6	328389	Fabricio Carlos Da Silva	13/12/1994	64,50	APTO	Convocado
7	319041	Paulo Roberto Hoss	16/09/1984	63,75	APTO	Convocado
8	330419	Rogério pivotto	18/10/1985	61,75	APTO	Convocado
9	332030	Diovane Dos Santos Ferreir	04/10/1993	61,75	APTO	Convocado
10	336663	Anderson Jose Figueira	12/09/1995	61,75	APTO	Convocado
11	318129	Kelson Cardoso Teles Leal	06/10/1979	61,25	APTO	Convocado
12	334233	Crystian Correia Da Silva	18/04/1992	61,25	APTO	Convocado

ATO 022/CP/ED/001/16

Ato 022/CP/ED/001/16

CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS para a AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA a ser realizado no dia 19 de junho de 2016, os candidatos aos cargos de Agente Municipal de Trânsito aprovados na prova escrita objetiva e no Teste de Aptidão Física, para comparecerem no local e horário, conforme Anexo I deste ato.

2. Os candidatos convocados devem inteirar-se das normas do edital constantes do item 14. Da Avaliação Psicológica, verificando as exigências e documentação necessária, especialmente:

14.10 Além do documento de identificação, o candidato deverá, para a realização do Exame Psicotécnico, estar munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Chapecó (SC), 17 de junho de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

Anexo I

CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO

Inscrição	Nome	Data	Horários Fechamento Portões	Local de Concentração
336663	1. Anderson Jose Figueira	19/06/2016	9h00min	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ Avenida Getúlio Dorneles Vargas, nº 9575 Centro CEP: 89812-000 Chapecó - SC
334233	2. Crystian Correia Da Silva	19/06/2016	9h00min	
332030	3. Diovane Dos Santos Ferreir	19/06/2016	9h00min	
328389	4. Fabricio Carlos Da Silva	19/06/2016	9h00min	
335766	5. Fernando Mateus Rodrigues Cargnin	19/06/2016	9h00min	
321738	6. Juliano Do Prado	19/06/2016	9h00min	
318129	7. Kelson Cardoso Teles Leal	19/06/2016	9h00min	
314943	8. Laercio Velasque	19/06/2016	9h00min	
317790	9. Leonardo Tagliari	19/06/2016	9h00min	
319041	10. Paulo Roberto Hoss	19/06/2016	9h00min	
330419	11. Rogério Pivotto	19/06/2016	9h00min	
327349	12. Vitor Bueno Da Silva	19/06/2016	9h00min	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 53 DE 2016**

Portaria Nº 53/16

Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo, GUILHERME TOLIO RICHARDT, ocupante do cargo estatutário, efetivo, de Motorista.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de junho de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 14 de junho de 2016

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/FMS/2016 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/FMS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/FMS/2016 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Materiais e Equipamentos Odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 05/07/2016.

Abertura: Dia 05/07/2016, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 17 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 61/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 61/2016

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/PMCS/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de sinalização viária horizontal, com fornecimento de material, de diversas ruas e avenidas do município de Cocal do Sul - SC.

Assinatura: 14/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 75.260,00 (setenta e cinco mil duzentos e sessenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO 27/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 27/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: LUCAS GUIDI MILIOLI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/PMCS/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/PMCS/2016

Objeto: A CONTRATADA se compromete a apresentar um show musical com EVANDRO LINS de aproximadamente de 1:30 h (uma hora e trinta minutos) constando músicas de seu repertório e de outros artistas, que acontecerá as 22:00 horas do dia 25/09/2016, no Parque de Eventos - Secretaria de Obras do Município de Cocal do Sul, na festividade comemorativa de emancipação política administrativa do Município de Cocal do Sul, chamada IV COCALFEST..
Assinatura: 16/06/2016

Vigência: Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: 07.03.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (97).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01/FMS/2016

CONTRATO Nº: 208/2013

ADITIVO Nº: 01/2016

TIPO DE ADITIVO: TERCEIRO T.A. – ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: C-CONNECT ACESSO À INTERNET LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 37/FMS/2013

CARTA CONVITE: 05/FMS/2013

Objeto do contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para interligação de 07 (sete) unidades de saúde do fundo municipal de saúde de Cocal do Sul, mais 01(um) link semi – dedicado com velocidade de 2mb e backup do servidor de dados.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo ao valor do contrato, relativo a mais um ponto de internet (almoxarifado da saúde).

Assinatura: 17/05/2016

Vigência: Início: 17/05/2016 Término: 17/09/2016

Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016 – FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de monitoramento eletrônico no Centro de eventos e serviço de vigilância orgânica desarmada no Parque Municipal de Exposições Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 30/06/2016.

Abertura: dia 30/06/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 16 de junho de 2016.

NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL

Diretora Superintendente da FMEC, em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades STFC (serviço Telefônico Fixo Comutado) analógico e Digital, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Menor preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 30/06/2016

Abertura: dia 30/06/2016 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 17 de junho de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO CONCORRÊNCIA Nº 2/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 2/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de uma edificação para abrigar o Centro Municipal de Educação Infantil para atender ao Bairro Petrópolis e região, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e recursos próprios, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 17/06/2016 os recursos administrativos interpostos pelas licitantes: F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI e FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA foram julgados IMPROCEDENTES. De consequência fica inalterado o resultado da fase de habilitação proferido na sessão do dia 23/05/2016 e publicada no DOM/SC edição 2002 em 24/05/2016. Ante o exposto, convocamos todas as empresas habilitadas no certame para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 21 (vinte e um) de junho de 2016, às 14h00min, na Sala de Licitação. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 17 de junho de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente da Comissão de Licitações

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para fechamento e cobertura do recreio coberto do GEM Cinquentenário, neste Município, com recursos próprios e federais, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 17/06/2016 o recurso administrativo interposto pela licitante: FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA foi julgado IMPROCEDENTE. De consequência fica inalterado o resultado da fase de habilitação proferido na sessão do dia 19/05/2016 e publicada no DOM/SC edição 2001 em 23/05/2016. Ante o exposto, convocamos todas as empresas habilitadas no certame para abertura dos envelopes de Proposta, a ocorrer no dia 21 (vinte e um) de junho de 2016, às 09h00min, na Sala de Licitação. Fica a disposição das licitantes, se tiverem

interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 17 de junho de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Dilce Lurdes Gehlen, Diretora de Recursos Humanos, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 15 de junho de 2016, referente à aquisição de faixas elásticas utilizadas pelos servidores da Administração Municipal durante as aulas de ginástica laboral, a favor da empresa: AIRTON LUIS ARGENTON - EPP, no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 365/2016

DECRETO Nº 365, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.017 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 34

Fonte de Recursos: 0.1.00 – Ordinários – R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será utilizada do superávit financeiro do ano de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DECRETO N. 368/2016

DECRETO Nº 368/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. LENIR ROSEMARY MARTELLI TECHIO, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 14/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 369/2016

DECRETO Nº 369/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. SANDRA MARIA INNOCENTE REBESCHINI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 13/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 370/2016

DECRETO Nº 370/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias, de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal, Sra. TEREZINHA BEÉ, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 13/06/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 371/2016

DECRETO Nº 371/2016

"ALTERA DATA PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica excepcionalmente prorrogada neste mês de junho de 2016, a data de vencimento da fatura de água devida pelo usuário ao Município, do dia 15 (quinze) para o dia 30 (trinta) de junho, sem acréscimo de qualquer espécie.

Art. 2º A prorrogação tem como causa a implantação de um novo sistema informatizado de leitura e emissão das faturas, o que gerou atraso na entrega dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

DÉCIMO SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DÉCIMO SEXTO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 18 de julho de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
MOTORISTA	GILMAR BELATTO	12º

O candidato supra relacionado deverá apresentar-se até o dia 13 de julho de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 24 de junho de 2016, às 08:00 horas, o qual será atendido para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O candidato empossado e nomeado entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 17 de Junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

TERCEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 081, DE 21 DE MAIO DE 2014.

TERCEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 081, DE 21 DE MAIO DE 2014.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e Lei Complementar nº 039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 13 de julho de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Carga Horária	Classificação
PROFESSOR AREA I – EDUCAÇÃO INFANTIL	ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	20 horas	2º

A candidata supra relacionada deverá se apresentar até o dia 08 de julho de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo; Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
12. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
13. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
14. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
15. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
16. Conta Bancária (Bancos: Sicoob, Cresol, do Brasil ou CEF);
17. Declaração de bens e fontes de rendas
18. Declaração de dependentes junto ao INSS;
19. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 13 (Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), o candidato deverá comparecer junto à Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Araranguá, 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone n. (49) 3459-0014, no dia 16 de junho de 2014, a partir das 09:00 horas, para realização de consulta médica, a ser realizada por profissional contratado pelo Município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Os candidatos empossados e nomeados entrarão em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 09 de Junho de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 203/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 203/2016

Contrato Nº.: 203/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: LINCK MAQUINAS SA
Valor : 706,46 (setecentos e seis reais e quarenta e seis centavos)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/07/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 112/2016
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (90)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA BL70B, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NAS REFERIDAS PEÇAS NO CERTAME Nº 101/2016, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24 INCISO V DA LEI 8.666/93 E JUSTIFICATIVAS EM ANEXO.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E CONserto DA VIATURA RENAULT/DUSTER PLACA MLO9445 DE USO DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo. A partir das 16:00 horas do dia 30/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Junho de 2016.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 131/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 30/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 30/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 149/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 149/2016

Contrato Nº.: 149/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada....: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 980,00 (novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 150/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 150/2016

Contrato Nº.: 150/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 15.444,05 (quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 151/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 151/2016

Contrato Nº.: 151/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JULIO SILVESTRI FILHO - ME
Valor : 17.719,79 (dezessete mil setecentos e dezenove reais e setenta e nove centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 152/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 152/2016

Contrato Nº.: 152/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Valor : 63.559,46 (sessenta e três mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 153/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 153/2016

Aditivo Nº : 153/2016 - Contrato Nº.: 141/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - ME
Valor : 680,00 (seiscentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 26/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 154/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 154/2016

Aditivo Nº : 154/2016 - Contrato Nº.: 124/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 73,50 (setenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 08/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.063.3.3.90.00.00.00.00.00 (86),
2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00 (105),
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 73,50 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, TENDO EM VISTA A ALTERAÇÃO DE SALDO ENTRE AS ENTIDADES.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 155/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 155/2016

Contrato Nº.: 155/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
Valor : 4.535,87 (quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO DE 2016, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 156/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 156/2016

Contrato Nº.: 156/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 7.544,70 (sete mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)
Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 90/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (116)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS CAMINHÃO FORD CARGO 2628, PLACA MJG 5487, FORD CARGO 1722, PLACA MBU 9826, ESCAVADEIRA VOLVO BL 70B, CAMINHÃO IVECO, PLACA MJF 3608, EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 157/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 157/2016

Contrato Nº.: 157/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 6.730,40 (seis mil setecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 158/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 158/2016

Contrato Nº.: 158/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: HEXA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA -
Valor : 31.257,76 (trinta e um mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 159/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 159/2016

Aditivo Nº : 159/2016 - Contrato Nº.: 150/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 Valor : 581,33 (quinhentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos)
 Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 21/03/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014
 Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 581,33 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, FIA, SEGURO DO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SEGURO AOS ESTAGIÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, TENDO EM VISTA A AQUISIÇÃO DO VEÍCULO FLUENCE QII3015.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 160/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 160/2016

Contrato Nº...: 160/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME
 Valor : 7.549,75 (sete mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016
 Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 161/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 161/2016

Contrato Nº...: 161/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: PIATÁ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME
 Valor : 455,10 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2016

Contrato Nº...: 162/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
 Valor : 454,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais)
 Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016
 Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2016

Contrato Nº...: 163/2016
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
 Valor : 2.313,00 (dois mil trezentos e treze reais)
 Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/07/2016
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 88/2016
 Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (90)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NO CAMINHÃO IVECO PLACAS MGN 9062, EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS E PARA A MOTONIVELADORA VOLVO G930/2 DO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2016

Contrato Nº.: 164/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
Valor : 397.266,27 (trezentos e noventa e sete mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos)
Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 75/2016
Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (67), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (70), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (120)

Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DA RUA CORÉLIO DE HARO VARELA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DA RUA JUVENAL CAETANO TRECHO 1 E 2, CONFORME CONVÊNIOS Nº 2016TR 255, 2016TR 257 E 2016TR 260, FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, EDESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2016

Aditivo Nº : 165/2016 - Contrato Nº: 583/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.
Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 276/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (28)

Objeto : locação de equipamentos novos de primeiro uso para execução de digitalização de documentos e do software de controle e gerenciamento de processos e documentos, através da interface web, Incluída a instalação de hardware e software, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, manutenção e suporte técnico nas dependências da Prefeitura Municipal de Curitiba e demais secretarias, atualização e manutenção do software de gerenciamento de processos e d

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2016

Contrato Nº.: 166/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Valor : 3.889,60 (três mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 09/05/2016 Término: 09/07/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 97/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (85)
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GRAXA PARA ROLAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUE INTERESSADO NA LICITAÇÃO Nº 44/2016, CONFORME ART. 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93 E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2016

Aditivo Nº : 167/2016 - Contrato Nº: 760/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/05/2016 Término: 10/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2016

Aditivo Nº : 168/2016 - Contrato Nº: 760/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 42.885,46 (quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)
Vigência : Início: 11/05/2016 Término: 09/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2015
Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (46)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 42.885,46 PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2016

Aditivo Nº : 169/2016 - Contrato Nº: 47/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 12/05/2016 Término: 11/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: SANTO DOMINGO OGLIARI, ROSSA FOGAÇA E RICARDO LENZER, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804216/2014 PROCESSO Nº 2622.1017172-86/2014, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 170/2016

Contrato Nº...: 170/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MULTIARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA
Valor : 18.300,00 (dezoito mil trezentos reais)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA INSTALAÇÃO NA PRAÇA CENTENÁRIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 171/2016

Aditivo Nº : 171/2016 - Contrato Nº: 818/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 728,64 (setecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (41), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFERENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO DO ITEM Nº 9 - LEITE INTEGRAL - TENDO EM VISTA SOLICITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 172/2016

Contrato Nº...: 172/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MEDCHAP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CHAPECÓ LTDA
Valor : 3.000.000,00 (três milhões de reais)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2026
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 67/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE TERRENO PARA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, UMA ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NA SC 451, BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM OBJETIVO DE INCENTIVO E ESTÍMULO À INSTALAÇÃO DE EMPRESA DISTRIBUIDORA, CONFORME PARECER DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, LEI Nº 4.998/2013 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
173/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 173/2016

Aditivo Nº : 173/2016 - Contrato Nº: 783/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
Valor : 215,75 (duzentos e quinze reais e setenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 10/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (33), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),
2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42),
2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85),
2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92),
2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112),
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFEFENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO REALIZADO CONFORME SOLICITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA PELA EMPRESA.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
174/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 174/2016

Aditivo Nº : 174/2016 - Contrato Nº: 682/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/06/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 144/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME PLANILHA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
175/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 175/2016

Contrato Nº...: 175/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA
Valor : 8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE BANNER, LONA E ADESIVOS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
176/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 176/2016

Aditivo Nº : 176/2016 - Contrato Nº: 26/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A
Valor : 7.650,00 (sete mil seiscentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 26/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85)

Objeto : ADITIVO DE VALOR REFEFENTE REEQUILIBRIO ECONOMICO REALIZADO CONFORME SOLICITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA APRESENTADA PELA EMPRESA.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO
177/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 177/2016

Contrato Nº...: 177/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 1.850,00 (um mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 16/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E FLUÍDOS PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA MARCA FORD, MODELO TRANSIT, PLACA MIT 7321, DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 178/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 178/2016

Contrato Nº.: 178/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FLORICULTURA URSULA LTDA.
Valor : 345,80 (trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 102/2016
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (64)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES PARA USO NO HORTO FLORESTAL MUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADO NESSES ITENS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 E 92/2016, CONFORME ART. 24 INCISO VN DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 179/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 179/2016

Contrato Nº.: 180/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CAPERPASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICO
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 15/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS PARA USO NO RESTAURANTE DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 180/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 180/2016

Contrato Nº.: 180/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CAPERPASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS PLASTICO
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 15/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS PARA USO NO RESTAURANTE DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 181/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 181/2016

Contrato Nº.: 181/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: SANDRI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP
Valor : 2.671,00 (dois mil seiscentos e setenta e um reais)
Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 17/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 182/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 182/2016

Contrato Nº.: 182/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME
Valor : 163.458,00 (cento e sessenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais)

Vigência : Início: 17/05/2016 Término: 17/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 183/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 183/2016

Contrato Nº.: 183/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LINCK MAQUINAS SA
Valor : 2.030,00 (dois mil e trinta reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/07/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 108/2016
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (90)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONCERTO DO COMANDO HIDRÁULICO DA RETROESCAVADEIRA VOLVO BL70B, CONFORME REQUISICÃO Nº 57 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 25, INCISO II DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 184/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 184/2016

Contrato Nº.: 184/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIGITAL CRUZEIRO LTDA
Valor : 413,00 (quatrocentos e treze reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 185/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 185/2016

Contrato Nº.: 185/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME
Valor : 613,50 (seiscentos e treze reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 186/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 186/2016

Contrato Nº.: 186/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: GRAPHEL GRAFICA E EDITORA LAGES LTDA EPP
Valor : 3.421,93 (três mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e três centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 187/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 187/2016

Contrato Nº.: 187/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
Valor : 5.270,00 (cinco mil duzentos e setenta reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 188/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 188/2016

Contrato Nº...: 188/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA
Valor : 4.552,30 (quatro mil quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 189/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 189/2016

Contrato Nº...: 189/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NOVELLO & CARBONELLI LTDA - EPP
Valor : 560,50 (quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 190/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 190/2016

Contrato Nº...: 190/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA EPP
Valor : 6.495,00 (seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 191/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 191/2016

Contrato Nº...: 191/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 104.481,88 (cento e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos)
Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 192/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 192/2016

Aditivo Nº : 192/2016 - Contrato Nº: 24/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 20/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 193/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 193/2016

Aditivo Nº : 193/2016 - Contrato Nº: 25/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 19/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 244/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 194/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 194/2016

Aditivo Nº : 194/2016 - Contrato Nº: 113/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - ME
Valor : 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 06/06/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 61/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto DA BALSA UTILIZADA NA LOCALIDADE SANTA CRUZ DO PERY. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 195/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 195/2016

Aditivo Nº : 195/2016 - Contrato Nº: 322/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor : 19.722,40 (dezenove mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 20/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.063.3.3.90.00.00.00.00.00 (86), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 196/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 196/2016

Contrato Nº...: 196/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 190.264,00 (cento e noventa mil duzentos e sessenta e quatro reais)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 197/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 197/2016

Contrato Nº.: 197/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 477.980,00 (quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 198/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 198/2016

Contrato Nº.: 198/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
Valor : 277.489,90 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 91/2016
Recursos : Dotação: 1.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO BAIRRO SÃO FRANCISCO, RUA CARLOS DIDOMÊNICO E RUA FREI GASPAR, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 199/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 199/2016

Contrato Nº.: 199/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE

ESCRITÓRIO E IN

Valor : 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 17/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (92), 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (100), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SECRETARIA DE ESPORTES, AÇÃO SOCIAL, SAÚDE, HABITAÇÃO, EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 200/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 200/2016

Contrato Nº.: 200/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME
Valor : 2.215,00 (dois mil duzentos e quinze reais)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 25/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GARRAFAS TÉRMICAS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 201/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 201/2016

Contrato Nº.: 201/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 25/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2016
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (85), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (90)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIOS e VEÍCULOS e DA SECRETARIA DE OBRAS e POLICIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 202/2016

Contrato Nº.: 202/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SAFETY WORLD BRASIL EIRELI - ME
Valor : 36.393,50 (trinta e seis mil trezentos e noventa e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 30/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (33)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA (EPR), E DA MOTO BOMBA, FERRAMENTAS HIDRÁULICAS, MANGUEIRAS E CARRETEL QUE COMPÕEM O CONJUNTO DE DESENCARCERAMENTO MARCA WEBER UTILIZADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO QUARTEL DO 2º BBM/CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 204/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 204/2016

Contrato Nº.: 204/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 899,91 (oitocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 29/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 205/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 205/2016

Contrato Nº.: 205/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Valor : 1.294,70 (um mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 29/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 206/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 206/2016

Aditivo Nº : 206/2016 - Contrato Nº: 682/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda.
Valor : 15.108,32 (quinze mil cento e oito reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 13/06/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 144/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 15.108,32 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME PLANILHA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 207/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 207/2016

Aditivo Nº : 207/2016 - Contrato Nº: 682/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda.
Valor : 22.326,77 (vinte e dois mil trezentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 13/06/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 144/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE MAIS R\$ 22.326,77 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME PLANILHA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo de CREDENCIAMENTO n. 045/2016. Objeto: Prestação de serviços para procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico especializado. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 22/06/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 20/06/2016

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 025/2016. Processo: 025/2016. Objeto: Aquisição de uniformes para o Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 01/07/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 20/06/2016

Maria C. w.Schirmbech

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 025/2016. Processo: 025/2016. Objeto: Aquisição de Gás de Cozinha para o Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 01/07/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 20/06/2016

Maria C. w.Schirmbech

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043/2016

PORTARIA no 043, de 25 de Abril de 2016.

Concede licença por doença em pessoa da família a servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 87 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se o requerimento formulado pela interessada e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar desta data, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Base de Cálculo Salarial
Célia de Castilho	Auxiliar de Serviços Gerais	70% do valor de sua remuneração.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 044/2016

PORTARIA no 44, de 25 de Abril de 2016.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Recreação Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se que houve a efetivação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2016 para o emprego de Auxiliar de Recreação Infantil em conformidade com o número de vagas disponibilizadas no Edital, com a reestruturação de atendimento na Educação Infantil a partir da implementação das Leis Complementares nº 130 e nº 131, de 18/12/2015;

Considerando-se a ocorrência de necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, necessidade de substituição de pessoal nas unidades pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por aumento sazonal do número de alunos ou afastamento temporário de servidora titular;

Considerando-se a necessidade de garantia do funcionamento inadiável das atividades voltadas a primeira fase da educação infantil no Município, em respeito ao princípio da continuidade dos serviços públicos e as políticas públicas para a primeira infância (Lei Federal nº 13.257/2016);

Considerando-se a possibilidade de uso da seleção ocorrida com o Concurso Público nº 01/2016 para suprimimento da necessidade temporária, em atendimento ao princípio da impessoalidade; resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, sob regime jurídico trabalhista (CLT), com carga horária de 40 horas semanais e salário de R\$ 1.142,17 (Um mil, cento e quarenta e dois reais e dezessete centavos), a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Simone Silveira (DN. 01/03/1987)	066.098.019-32 4.605.620-3	Substituição de pessoal por afastamento temporário do titular e/ou aumento sazonal de atendimentos.	25/04/2016 a 16/12/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA no 045, de 05 de maio de 2016.

Concede exoneração ao Servidor Valdecir Dolizete Venturi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

Ao servidor VALDECIR DOLIZETE VENTURI, ocupante do emprego público de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, para o qual foi nomeado pela Portaria nº 089, de 02/10/1990, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de maio de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 046/2016

PORTARIA no 046, de 05 de maio de 2016.

Altera carga horária de servidoras da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento na Lei Complementar nº 130, de 18/12/2015, e no artigo 153 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se os termos da Lei Complementar nº 130, de 18 de dezembro de 2015, que define a carga horária de 40 horas semanais para o Emprego Público de Auxiliar de Recreação Infantil e o Edital do Concurso Público nº 001/2016, elaborado com base na referida Lei; resolve:

ALTERAR

A carga horária de que trata as Portarias nº 021, 022, 023 e 026/2016, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, compatibilizando com a Lei Complementar nº 130, de 18/12/2015 e o Edital do Concurso Público nº 001/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de Maio de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 047/2016

PORTARIA no 47, de 09 de Maio de 2016.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, no emprego de Auxiliar de Recreação Infantil.

O Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e

Considerando-se que houve a efetivação dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2016 para o emprego de Auxiliar de Recreação Infantil em conformidade com o número de vagas disponibilizadas no Edital, com a reestruturação de atendimento na Educação Infantil a partir da implementação das Leis Complementares nº 130 e nº 131, de 18/12/2015;

Considerando-se a ocorrência de necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, necessidade de substituição de pessoal nas unidades pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por aumento sazonal do número de alunos ou afastamento temporário de servidora titular;

Considerando-se a necessidade de garantia do funcionamento inadiável das atividades voltadas a primeira fase da educação infantil no Município, em respeito ao princípio da continuidade dos serviços públicos e as políticas públicas para a primeira infância (Lei Federal nº 13.257/2016);

Considerando-se a possibilidade de uso da seleção ocorrida com o Concurso Público nº 01/2016 para suprimimento da necessidade temporária, em atendimento ao princípio da impessoalidade; resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, sob regime jurídico da CLT, com carga horária de 40 horas semanais e salário de R\$ 1,142,17 (Um mil cento e quarenta e dois reais e dezessete centavos), a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Wanessa Giovanna Boettger Frainer (DN. 19/02/1979)	006.803.139-40 3.576.960	Substituição de pessoal por afastamento temporário do titular e/ou aumento sazonal de atendimentos.	09/05/2016 a 16/12/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de maio de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 048/2016

PORTARIA no 048, de 18 de Maio de 2016.

Concede Promoção por Qualificação Profissional ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelo servidor com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito do requerente; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Ao servidor do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificado, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
André Francisco Pacher	Odontólogo	16/05/2016	8.1 - O	8.1 - P

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 18 de maio de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA no 049, de 16 de Junho de 2016.

Concede Progressão por Habilitação aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelos servidores com a comprovação de conclusão dos cursos de pós-graduação e Ensino Médio; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito dos requerentes; resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO

Aos servidores do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificados, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Cristiane Tonolli Tomelim	Agente Administrativo III	08/06/2016	14	14.1
Olandir Giacomozzi	Operador de Trator Agrícola	30/05/2016	22.1	22.2

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 16 de junho de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 781/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 781/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 20/2016

As 14:00 horas do dia 17 de junho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: GELSON LUIZ CARNIEL ME, MARLI FALKOSKI ME, LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME e SCS COMERCIO LTDA.

Iniciada a sessão com a presença dos interessados, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a análise e julgamento das propostas de preços do Processo Licitatório, foi primeiramente classificada para a rodada de lances as ME's e EPP's sediadas no Município de Flor do Sertão, conforme item 4.1.2 do edital, onde a empresa SCS COMERCIO LTDA, se sentiu lesada, pelo fato da mesma não poder participar da rodada de lances conforme item 4.1.2 do edital, sendo assim, o pregoeiro concedeu o prazo de 3 dias úteis para empresa apresentar por escrito sua intenção de recurso, com tudo foi dado sequência a rodada de lances onde foi adjudicado as seguintes proponentes:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	650,0	UND	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ABACAXI , FRESCO, DE 1ª QUALIDADE, SEM MANCHAS, MACHUCADOS OU PASSADO O ESTADO DE MADURAÇÃO	5,36
2	60,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AÇUCAR MASCAVO - DERIVADO DA CANA, LIMPO, EM ADEQUADAS CONDIÇÕES PARA CONSUMO. ENTREGUE EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE ATÉ 2 KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESPECIFICADO NA EMBALAGEM	7,75
3	555,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AÇUCAR CRISTAL BRANCO, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES.	2,48
4	200,0	UND	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ACHOCOLATADO VITAMINADO PRONTO PARA BEBER (UHT) SABOR CHOCOLATE CONSERVADO EM EMBALAGEM TIPO CAIXA DE NO MINIMO 200ml COM CANUDO	1,09
5	70,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	ACHOCOLATADO VITAMINADO PRONTO PARA BEBER (UHT) SABOR CHOCOLATE CONSERVADO EM EMBALAGEM TIPO CAIXA DE 1 LITRO COM TAMPAS ROSQUEAVEIS	4,04
6	180,0	PÉS	MARLI FALKOSKI ME	ALFACE FRESCO, DE 1ª QUALIDADE ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 01 PÉ	1,77
7	22,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ALHO NACIONAL DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM PLASTICA	29,69
8	150,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	AMENDOIM COM CASCA EM EMBALAGEM PLASTICA DE NO MINIMO 500g	3,57
9	54,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	AMIDO DE MILHO. DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES.	3,93
10	300,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	AGNOLINE TIPO ARTESANAL, MASSA RECHEADA COM CARNE DE FRANGO OU GADO, EMBALAGEM DE 500g CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COM ETIQUETA CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E DADOS DA EMPRESA RESPONSÁVEL	16,64
11	40,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ARROZ INTEGRAL - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSE: LONGO, FINO, TIPO I INTEGRAL. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTEGRA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1kg, EM POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATÓXICO, PRAZO DE VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES A CONTAR A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	3,53
12	665,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	ARROZ PARBOILIZADO CLASSE LONGO E FINO, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	2,35
13	1.980,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCAS Sãs, SEM RUPTURAS.	1,77
14	420,0	KG	LAINE SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	BATATA INGLESA, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHA GRANDE, LIMPA, ACONDICIONADA, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	4,42
15	1.135,0	LIT	MARLI FALKOSKI ME	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTA, DIVERSOS SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MINIMO 900ml. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA SEGUINDO LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS. REGISTRO SIE OU SIF	2,47
16	400,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BETERRABA NOVA, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, LIMPA, ACONDICIONADA, EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	3,95

17	75,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	BISCOITO DOCE INTEGRAL DIET TIPO COOKIES COM CASTANHA DO PARÁ E/ OU OUTRA OLEAGINOSA. FONTE DE FIBRAS, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. PACOTES DE NO MÍNIMO 150G.	3,83
18	670,0	PCT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA: SABOR LEITE OU CHOCOLATE EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE NO MÍNIMO 400 GRAMAS, COM DUPLA PROTEÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 8 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400g	3,13
19	950,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	BISCOITO DOCE: TIPO ROSCA SABORES COCO E CHOCOLATE EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM DUPLA PROTEÇÃO, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400g	3,23
20	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400g	3,36
21	630,0	PCT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	BISCOITO SALGADO INTEGRAL TIPO CREAM-CRACKER. EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400g	4,39
22	370,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLACHA DOCE TIPO CASEIRA FRESCA, DE BOA QUALIDADE SABORES DIVERSOS EMBALAGEM DE PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 02 KILOS CADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE E PESO IDENTIFICADO	12,55
23	100,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLO DOCE COM COBERTURA EM DIVERSOS SABORES (CHOCOLATE, CAMELIZADA), EM BANDEJA LAMINADA	16,16
24	270,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	BOLO DOCE SEM COBERTURA EM BANDEJA LAMINA	15,48
25	245,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	BOLO SALGADO RECHEADO COM PRESUNTO, QUEIJO, PEPINO, MAIONESE, E COM COBERTURA TOTAL DE MAIONESE EM BANDEJA LAMINADA	22,49
26	60,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CACAU EM PÓ, SEM AÇÚCAR (PURO CACAU) INGREDIENTES: CACAU EM PÓ E ESTABILIZANTE (LETICINA DE SOJA). EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200G	11,39
27	89,0	VD	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, INSTANTÂNEO, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200g	9,81
29	560,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	CARNE BOVINA MOÍDA EM EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 3 MESES .	13,43
30	130,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	CARNE BOVINA PICADA EM CUBOS, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE INSPECIONADA, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	14,94
31	230,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CEBOLA, TAMANHO MÉDIO, NOVA DE 1º QUALIDADE COM CASCA SÃ, SEM RUP- TURAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	4,41
32	380,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CENOURA TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	3,81
33	10,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR, (SUCRILHOS) DEVE APRESENTAR COR MARROM DOURADA, TEXTURA CROCANTE, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 500g	9,42
34	550,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CEREAL MATINAL DE FLOCOS DE MILHO AÇUCARADO, (SUCRILHOS) DEVE APRESENTAR COR MARRON DOURADO, TEXTURA CROCANTE E COBERTURA AÇUCARADA, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	8,05
35	60,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CHOCOLATADO EM PÓ, (SEM AÇUCAR) SACO EM POLIETILENO. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES.	8,92
36	340,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	CHUCHU TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM	4,45
37	70,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	COLORAU	5,92
38	50,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	COCO RALADO DESIDRATADO PACOTE PLÁSTICO DE NO MÍNIMO 100g, COM FLOCOS DE COCO E ADIÇÃO DE AÇUCAR	2,69
39	260,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CORTES CONGELADOS DE GALINHA (EMBALAGEM CONTENDO CORTES DE GALINHA, INCLUSOS PEITO, COXA, SOBRECOXA, DORSO, ASAS E PESCOÇO) EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 01 KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 03 MESES.	7,95
40	730,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 2 KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 6 MESES.	5,83
41	127,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	CREME DE LEITE PASTEURIZADO COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE EM CAIXINHA DE NO MÍNIMO 200g	2,23

42	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	CUCA CASEIRA , RECHEADA SABOR CHOCOLATE OU DOCE DE LEITE COM COBERTURA GRANULADA.FRABRICADA NO DIA DA ENTREGA. COM PESO UNITARIO APROXIMADO A 800g.	6,46
43	107,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	DOCE DE FRUTAS EM PASTA. SABORES UVA GOIABA E FIGO COM VALIDADE MINIMA DE 06 MESES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 400g	2,96
44	160,0	PT	MARLI FALKOSKI ME	DOCE DE LEITE EM PASTA VALIDADE MÍNIMA 06 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 900g	7,22
45	53,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	ERVILHA EM CONSERVA DE 1º QUALIDADE, LATA INTEGRAL SEM AMASSADOS, SEM CONSERVANTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. EMBALAGEM DE NO MINIMO 3Kg	13,52
46	175,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	EXTRATO DE TOMATE 100% SEM CONSERVANTES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 860g	5,35
47	383,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	FARINHA DE MILHO FINA. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES.	2,44
48	335,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL SEM MISTURAS, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	2,23
50	76,0	LAT	MARLI FALKOSKI ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. EMBALAGEM DE NO MINIMO 250g	5,33
51	550,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (TIPO SASSAMI) CONGELADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 01KG, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADO COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES.	9,48
52	145,0	PCT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	LEITE EM PÓ INTEGRAL EM EMBALAGEM APROPRIADA COM NO MINIMO 400g.	8,07
56	1.330,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MAÇA NOVA DE 1º QUALIDADE EM TORNO DE 100g, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, CASCA SÃ ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTES, COM ETIQUETA DE PESAGEM E PRAZO DE VALIDADE SEMANAL	4,41
57	650,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MACARRÃO 100% COM OVOS CASEIRO. EMBALAGEM DE POLIETILENO CONTENDO 01 KG COM RÓTULO E IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE	8,08
58	270,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MACARRÃO TIPO PARAFUSO: COM OVOS, VITAMINADO, COMPOSTO DE MATÉRIA-PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAL TERROSO, PARASITAS. EMBALADO EM PACOTES COM 500G. APROXIMADAMENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES E FABRICAÇÃO DE ATÉ 30 DIAS DA ENTREGA	2,48
59	850,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MAMÃO DE 1º QUALIDADE, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SEM MANCHAS E MACHUCADURAS.	4,25
60	370,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	MANDIOCA, DESCASCADA, TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1º QUALIDADE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM ETIQUETA DE PESAGEM	3,89
61	560,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MANGA SÃ, DE 1ª QUALIDADE,LIMPA, EM BOM ESTADO DE MATURAÇÃO. EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE COM ETIQUETA DE PESAGEM	4,47
62	115,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MARGARINA VEGETAL COM SAL, COM 20 Á 40% DE LIPÍDIOS DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	4,44
63	570,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	MASSA PARA PASTEL TAMANHO GRANDE, FRESCA, PACOTES DE NO MINIMO 500G, QUE CONTENHAM ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DA EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	4,48
64	600,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MASSA PARA PIZZA, EM DISCOS DE TAMANHO MÉDIO	3,18
65	125,0	PT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MELADO DE CANA BATIDO SAFRA NOVA EM EMBALAGEM DE 1 KILO	9,44
66	1.570,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	MELANCIA TAMANHO MÉDIO, 1ª QUALIDADE, EM BOM ESTADO DE MATURAÇÃO E QUALIDADE PESANDO APROXIMADAMENTE 10 KG	1,36
67	500,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MELÃO DE 1º QUALIDADE, SEM MANCHAS E MACHUCADURAS, AMARELO, CASCA SÃ, FIRME, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FISICOS OU MECÂNICOS, DEVENDO APRESENTAR 80 A 90% DE MATURAÇÃO, EMBALAGEM EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	2,94
68	100,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	MILHO PARA PIPOCA DE BOA QUALIDADE EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE NO MINIMO 500g	2,20
69	85,0	LAT	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MILHO VERDE EM CONSERVA, LATA INTEGRAL SEM AMASSADOS, SEM CONSERVANTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 3Kg	12,19

70	250,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	MORTADELA DE FRANGO:PRODUTO CONSTITUÍDO DA MISTURA DE CARNE DE FRANGO CONVENIENTEMENTE TRITURADAS, ADICIONADAS DE CONDIMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTARES. O PRODUTO DEVE SER PREPARADO COM CARNES DE BOA QUALIDADE, COM ATÉ 9% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS. PRODUTO EMBALADO EM PLÁSTICO DE 01KG, NO QUAL TENHA SIDO APLICADO VÁCUO, RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA REGISTRO NO SIM OU SIF, IDENTIFICAÇÃO DA CATEGORIA E TIPO DE CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 2 MESES NA ENTREGA	8,94
71	320,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	ÓLEO DE SOJA REFINADO, COM EMBALAGEM QUE DEVE CONSTAR À DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES.EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 900 ml	3,64
72	200,0	DZ	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	OVOS "TIPO GRANDE", VERMELHOS, CASCA LISA, EMBALAGEM EM DÚZIAS, EM CAIXA DE PAPELÃO ATÓXICO. A EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. POSSUIR REGISTRO NOS ÓRGÃOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA., OS OVOS DEVEM ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS. PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 15 DIAS.	4,93
73	680,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PÃO TIPO FRANCÊS INTEGRAL PESO: 50G, FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,55
74	770,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PÃO DE CACHORRO-QUENTE. PESO: DE NO MINIMO 50G . FRESCO. FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,61
75	310,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO DE MILHO FRESCO, DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM UNITÁRIA DE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO RECENTE	8,98
76	200,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO DE FORMA SOVADO FATIADO PARA SANDUICHE EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM VALIDADE MÍNIMA DE 10 DIAS COM PESO MINIMO DE 450g	4,96
77	760,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÃO TIPO FRANCÊS. PESO: NO MINIMO 50G, FABRICADO NO DIA DA ENTREGA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS TRANSPARENTES, RESISTENTES CONTENDO 20 PÃES NÃO TÓXICAS	8,18
78	1.025,0	KG	MARLI FALKOSKI ME	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE DIVERSOS SABORES (CARNE MOÍDA, FRANGO, QUEIJO), BASE DE FARINHA DE TRIGO RICA COM ACIDO FÓLICO, AGUA, SAL, ALHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA.	11,69
79	80,0	CXA	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	PÓ PARA GELATINA DIET: EMBALAGEM DE NO MINIMO 12GR, SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SIF. O PRODUTO DEVE SER ESPECÍFICO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE AÇÚCARES (DIABÉTICOS). VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES DA ENTREGA	3,01
80	300,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	PÓ PARA GELATINA SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO . EMBALAGEM DE POLIETILENO CONTENDO 01 KG	9,48
81	30,0	CXA	MARLI FALKOSKI ME	PÓ PARA PUDIM DIET : SABORES CONFORME SOLICITAÇÃO ISENTO DE AÇÚCAR – INDICADO PARA DIETAS RESTRITAS EM AÇÚCAR. EMBALAGEM DE NO MINIMO 30 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES	1,70
82	160,0	PCT	MARLI FALKOSKI ME	POLVILHO AZEDO, PACOTE COM 500 GRAMAS	2,39
83	400,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	PÓ PARA PUDIM SABORES VARIADOS. EMBALAGEM ATÓXICA COM VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES.	5,42
84	475,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	QUEIJO TIPO MUSSARELA, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ATÓXICA CONTENDO 1 OU 2 KG. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA SEGUINDO LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS REGISTRO SIE OU SIF	20,91
85	190,0	UND	GELSON LUIZ CARNIEL ME	REPOLHO BRANCO NOVO, DE 1º QUALIDADE, FOLHA SÃS, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM .	4,46
86	157,0	UND	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	SAGU DE AMIDO DE MANDIOCA. EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 GRAMAS, ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS OU QUALQUER SUBSTÂNCIA NOCIVA, PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 500g	2,32
87	125,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 1 KG, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES.	1,12
88	300,0	KG	LAINÉ SALETE STEFANELLO GIGLIOLLI ME	SALSICHA CONGELADA A GRANEL EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE EM PACOTE DE KG, COM RÓTULO CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, INSPECIONADA. VALIDADE MÍNIMA DE 30 DIAS CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E FABRICAÇÃO.	5,28
89	290,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	SUCO EM PÓ EM DIVERSOS SABORES EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 500g	2,90
90	595,0	KG	GELSON LUIZ CARNIEL ME	TOMATE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, DE 1º QUALIDADE, SÃ, SEM RUPTURAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE E TRANSPARENTE, COM ETIQUETA DE PESAGEM E PRAZO DE VALIDADE SEMANAL.	3,99
91	270,0	UND	MARLI FALKOSKI ME	VINAGRE TIPO AGRIN. VALIDADE NO MÍNIMO 06 MESES.AUSENTE DE ADITIVOS QUÍMICOS. EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 750ml	2,63

Sendo um valor total de R\$ 184.486,87

Encerada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou as proponentes.

Findos os trabalhos de classificação das propostas e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO DESERTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0017-2016 DOM

AVISO DE RESULTADO DESERTO

Tomada de Preços nº 0017/2016 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0164/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços para ampliação do sistema de tratamento de esgotos (material e mão de obra) na Unidade Básica de Saúde São Miguel, localizada na Quadra 434, lote 009 do bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo/SC restou DESERTA devido à ausência de proponentes interessados.

Fraiburgo(SC), 17 de junho de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0099_2016-PMF RP 0060

Aviso do Pregão Presencial nº 0099/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0060/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de manutenção e consertos de instalações elétricas e serviços afins, sem fornecimento de material, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FME e FMS), durante os meses de julho a dezembro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 01.07.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2016.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 157/2016

DECRETO Nº 157, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9277 (293)	R\$	50.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio TR 1107, Celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Recuperação, Alargamento e Abertura de Estradas Vicinais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 17 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1437/2016

PORTARIA Nº 1437, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0953/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCILENE DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 051.358.619-98, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1438/2016

PORTARIA Nº 1438, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0703/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 10 horas semanais, substituindo a professora LÚCIA BERNADETE DE OLIVEIRA PANISSON, que assumiu a Coordenação Escolar na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.463.939-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 17 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1439/2016

PORTARIA Nº 1439, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0021 de 05 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0824/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.445.189-31, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1440/2016

PORTARIA Nº 1440, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0006 de 15 de janeiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0973/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANILDE DIAS DOS SANTOS GUEIRA DA VEIGA DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.297.419-94, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1441/2016

PORTARIA Nº 1441, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0948/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EVERALDO ALVES FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 000.181.959-38, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1442/2016

PORTARIA Nº 1442, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0766/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA SILVEIRA PALHANO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.472.349-83, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1443/2016

PORTARIA Nº 1443, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0803/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRÍCIA ANTUNES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.131.869-28, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1444/2016

PORTARIA Nº 1444, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0950/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANICE DE FATIMA ZANCANARO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.330.749-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1445/2016

PORTARIA Nº 1445, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0959/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GRAZIELI APARECIDA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.782.439-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 25 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1446/2016

PORTARIA Nº 1446, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0951/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JEAN PAULO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 990.604.699-68, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1447/2016

PORTARIA Nº 1447, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0966/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIANE RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.473.159-06, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de julho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1448/2016

PORTARIA Nº 1448, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 26 (vinte e seis) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, no período de 20 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1449/2016

PORTARIA Nº 1449, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 38 (trinta e oito) para 24 (vinte e quatro) horas semanais, a carga horária da servidora ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, no período de 20 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1450/2016

PORTARIA Nº 1450, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0087/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELIANE BECKER, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.708.929-68, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E

NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2016 até 31 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1451/2016

PORTARIA Nº 1451, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0768/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA TELLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.954.499-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1452/2016

PORTARIA Nº 1452, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1037/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SIMONE APARECIDA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.656.669-40, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 17 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1453/2016

PORTARIA Nº 1453, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0833/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA THIBES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 310.118.539-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1454/2016

PORTARIA Nº 1454, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 03 de fevereiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0821/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIDNEI MOREIRA DA TRINDADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 017.842.309-28, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – FILOSOFIA, com carga horária de 39 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1455/2016

PORTARIA Nº 1455, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0815/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 20 horas semanais substituindo a Professora ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA, que assumiu 40 horas como Professora de Apoio/Reforço no CEM Antonio Porto Burda e CEM São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1456/2016

PORTARIA Nº 1456, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0738/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRENE SALETE RIBAS FRAGOSO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 511.878.769-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1457/2016

PORTARIA Nº 1457, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0812/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSE DORINI RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.465.509-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1458/2016

PORTARIA Nº 1458, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1033/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estava substituindo a professora efetiva MARIA CRISTINA SILVA, que tinha assumido a direção do CEI Macieira e retornou ao seu cargo efetivo de Professor – Ensino Fundamental – Artes;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 899.849.199-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 20 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1459/2016

PORTARIA Nº 1459, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Designa Médico Responsável Técnico pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei 6839/80, art. 1º, Decreto nº 20931/1932 e Resoluções do CFM nº 1.342/1991, nº 2056/2013 e 1971/2011; e em conformidade com a comunicação interna nº 0213/2016 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, ALESSANDRO FUSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 024.524.867-60, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, para ser Responsável Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1460/2016

PORTARIA Nº 1460, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

SUBSTITUI INTEGRANTE DA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar nº 0109/2012; considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 3327/2016;

Considerando que a servidora Helena Terezinha Lanzarini Braz de Oliveira encontra-se em sala de aula e a sua dispensa para participar dos trabalhos da comissão causará transtorno ao andamento das aulas, prejudicando os alunos sob a sua responsabilidade, sendo contrário ao interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir a integrante da Comissão Especial Disciplinar, Helena Terezinha Lanzarini Braz de Oliveira, passando a integrar a Comissão na condição de Membro, a servidora Lucia Bernadete Oliveira Panisson.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 1024/2016.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1461/2016

PORTARIA Nº 1461, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Fundação Municipal de Esportes – FME.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Fundação Municipal de Esportes – FME, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1462/2016

PORTARIA Nº 1462, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Designa Agente Público Municipal como Responsável pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CMS 006

DELIBERAÇÃO 006/CMS/2016

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 17 de junho de 2016, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, APROVOU, por unanimidade, o SISPACTO 2016, conforme Ata nº 006/2016.

Fraiburgo (SC), 17 de junho de 2016.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 120/2016

DECRETO N.º 120, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 408.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	408.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	208.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	8.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	200.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	190.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº 02/2016

RETIFICAÇÃO 01

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 02/2016

EDITAL DE ABERTURA

O Prefeito Municipal de Garuva, José Chaves, no uso de suas atribuições e a vista do contido no art. 37 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 045/2009, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público Simplificado 02/2016 destinado ao provimento dos empregos públicos municipais para o cargo temporário de Odontólogo para atuar na Estratégia de Saúde da Família (ESF), pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar 001/1998 e Lei Complementar nº 045/2009, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital.

1 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- Nacionalidade brasileira
- Idade mínima de dezoito anos
- Quitação com as obrigações eleitorais e militares
- Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- Aptidão física e mental

2 - Quadro de Empregos Públicos Municipais objeto do Processo Seletivo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO
Odontólogo	01	110h*	R\$2.519,11	Diploma de Conclusão do Curso Superior em Odontologia; Registro no CRO/SC.

* Podendo ser estendido para 220h de acordo com a necessidade desta Prefeitura.

2.1 Atribuições Gerais do Emprego

Odontólogo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços odontológicos, preventivos e curativos aos munícipes. Desenvolver programas de saúde bucal da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA – Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prestar atendimento dentário primário, removendo cáries, placas, tártaros, realizando restaurações em amálgama e resina composta, exodontias – quando houver indicações, profilaxias e aplicação de flúor, fornecendo orientações sobre higiene bucal, para restabelecimento e prevenção da saúde bucal do paciente.
- Desenvolver e implantar programas de prevenção da saúde bucal, ministrando palestras em escolas para pais e alunos, quanto a escovação, bochecho, práticas de higiene e outros, realizando evidencição de placa, aplicação de selantes e flúor, distribuindo escovas de dentes, visando uma melhora da saúde bucal da população no futuro.
- Realizar levantamentos estatísticos, quanto a atendimentos prestados, dentes cariados perdidos e obturados, tipos de atendimento, aceitação do serviço e outros, para um melhor conhecimento da atuação nos bairros e escolas, bem como para um melhor planejamento de ação na área de saúde bucal.
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento.
- Realizar atendimento especializado, em endodontia, radiologia, reabilitação de fissurados de lábio palatal, atendimento de excepcionais, próteses e ortodontia, participando de equipe multidisciplinar, a fim de promover o melhoramento do quadro em que se encontra o paciente.

3. Da Regulamentação das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 16 de junho de 2016 a 22 de junho de 2016 das 08 horas às 12 horas e das 13h30 horas às 17 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Eugenio Avanci nº 656, Centro, Garuva/SC. As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato. O candidato que apresentar declarações e documentos falsos será eliminado do processo seletivo.

3.2 Da Inscrição dos Candidatos à Vaga de Odontólogo

No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade,
- CPF,
- Comprovante de Residência,
- 01 foto 3x4
- Fotocópia autenticada do Diploma de Graduação em Odontologia
- Fotocópia Autenticada da Carteirinha de Registro no Conselho Regional de Odontologia do Estado de Santa Catarina.

4. Da Homologação das Inscrições

4.1. A lista das Inscrições será divulgada no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 23 de junho de 2016.

5. Do Preenchimento das Vagas

5.1 Da Formação de Cadastro Reserva

Os candidatos aprovados para o emprego formarão um cadastro reserva cuja admissão estará condicionada à liberação de vagas futuras e ao prazo de validade deste Processo Seletivo Público Simplificado.

5.2 Da Validade

Este Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 (dois) anos a contar da data de publicação do Edital de homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 Validade do Contrato

O contrato será por tempo determinado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Garuva, podendo ser prorrogado por no máximo dois anos.

6. Dos Critérios de Seleção

6.1 Para o cargo de Odontólogo de Saúde da Família

6.1.1 Será realizada prova teórica;

6.2.1 A prova teórico-objetiva será constituída de 20 (vinte) questões, elaboradas com base nos programas contidos no Anexo I. O candidato terá 2:00 h (duas horas) para a resolução da prova.

6.2.2 As questões da prova teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

6.2.3. Será responsabilizado criminalmente aquele que fraudar o presente Processo Seletivo Público Simplificado.

6.2.4 A prova escrita será realizada no dia 27 de junho de 2016 das 19:00 às 21:00 horas na Escola de Educação Básica Carmem Seara Leite, localizada à Rua Papa João XXIII, 60 – Centro – Garuva.

6.2.5 O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade e segunda via do comprovante de inscrição.

6.2.6 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

6.2.7 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.2.8 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de meia hora, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica, com tinta azul ou preta.

6.2.9 Ao entrar na sala de realização de prova o candidato não poderá manusear e/ou consultar nenhum tipo de material.

6.2.10 O tempo de permanência na sala de prova é de, no máximo, 2:00 h (duas horas) a partir do horário de início da prova. Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata de sala.

7. Da Avaliação e da Aprovação

7.1. A prova teórico-objetiva constará de 20 (vinte) questões objetivas, sendo que cada questão valerá 0,5 (meio) ponto.

7.2. Serão cinco questões de língua portuguesa e quinze questões de conhecimento específico (conforme Anexo I).

7.3. Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem o número mínimo de 10 (dez) questões de acertos nos conteúdos, obtendo nota final mínima de 5 (seis) pontos na prova teórico-objetiva.

7.4. O gabarito da prova será divulgado no dia 28 de junho de 2016 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

7.5. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos. O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filhos menores de 18 anos ou incapazes prevalecerá sobre o outro. Permanecendo o empate, aquele que obtiver maior pontuação na prova de conhecimentos específicos, prevalecerá.

8. Dos Recursos e Pedidos de Revisão do Gabarito da Prova Teórico-objetiva

8.1. Os pedidos de revisão do gabarito da prova teórico-objetiva deverão ser encaminhados à Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2016, no dia 29 de junho de 2016, e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Eugenio Avanci, nº. 656 - Centro no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h.

9. Da Classificação Final

9.1. A Classificação final para será divulgada no dia 30 de junho de 2016 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. A Prefeitura Municipal de Garuva não fornecerá, aos candidatos aprovados, atestado ou certificado de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado.

10. Do Preenchimento dos Empregos Públicos

10.1. A Prefeitura de Garuva reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado de acordo com as respectivas ordens de classificação.

10.2. O Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vaga no quadro de emprego público municipal, regrados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar 001/1998 e Lei Complementar 45/2009.

10.3. No caso de desistência definitiva, o candidato será automaticamente excluído do cadastro de candidatos do respectivo Processo Seletivo Público Simplificado.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Fotocópia da Carteira de Registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO-SC);
- Fotocópia do título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Diploma de Graduação em Odontologia;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (sexo masculino);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº 062 de 15 de junho de 2016.

Garuva, 15 de junho de 2016.
Vanessa Marilyng Backes Nagel
Presidente da Comissão

Portaria nº 062, de 15 de junho de 2016

ANEXO 1**PROVA TEÓRICA - ODONTÓLOGO****Língua Portuguesa**

Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

Conhecimentos Específicos

Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Medicina oral; odontologia hospitalar; história da doença, história médica e odontológica, exames gerais e específicos, imunologia. Odontologia social: caracterização, hierarquização, métodos de prevenção, tratamentos dos principais problemas, índices. Farmacologia e terapêutica: mecanismos básicos de ação das drogas; efeitos sobre o sistema nervoso; psicofarmacologia. Anestesiologia: dor, sedação, anestesia local e geral. Procedimentos odontológicos: preparos cavitários; cirurgia e traumatologia buco-maxilo facial; periodontia; radiologia. Endodontia; prótese, oclusão. Prevenção da cárie dentária e das periodontopatias. Odontopediatria e ortodontia preventiva na clínica odontológica. Ortodontia. Microbiologia e patologia oral: principais manifestações. Dentística. Halitose. Controle de infecções e a prática odontológica. Interações medicamentosas. A psicologia da dor - aspectos de interesse do cirurgião-dentista. Aplicação dos fluoretos na clínica restauradora. Importância de anamnese para diagnóstico, prognóstico e tratamento das enfermidades da cavidade bucal. Biossegurança em odontologia. Odontologia legal. Regulamentação das normas de Biossegurança em odontologia. Ética odontológica.

Gaspar

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 104/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Concorrência Nº 104/2016

OBJETO: fornecimento de estação de tratamento de esgotos. O Município de Gaspar torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA em razão da "necessidade de ajustes no projeto básico, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro", conforme memorando nº 358/2016 – SPMD. Base legal: artigo 49 da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 16 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 122/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Concorrência Nº 122/2016

OBJETO: pavimentação e qualificação da Rua Itajaí. O Município de Gaspar torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA em razão de "questionamentos que necessitam ser avaliados pela equipe técnica", conforme memorando nº 357/2016 – SPMD. Base legal: artigo 49 da Lei 8.666/93. Gaspar(SC), 16 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.028, DE 15 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.028, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
RODRIGO ANTONIO CAMARA	MERENDEIRA/ SERVENTE	40	17º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANGELA MARIA DA PAZ MOLINARI	PSICÓLOGO	40	8º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.031, DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.031, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FERNANDO BORBA DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 083.497.289-14 e no RG sob o nº 5.148.330, do cargo em comissão de assessor administrativo da Procuradoria Geral do Município, ref. 64, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.796, de 05 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.032, DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.032, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA FERNANDO BORBA DE CASTRO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado FERNANDO BORBA DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 083.497.289-14 e no RG sob o nº 5.148.330, para o cargo de Procurador Geral do Município, Nível SEC, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 69, de 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.034, DE 15 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.034, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

CRIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO OBJETIVANDO A "PERMISSÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, DENOMINADO SERVIÇO DE TAXI, NO MUNICÍPIO DE GASPAR".

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas Na Lei Orgânica do Município de Gaspar,

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Técnica para instrução do Processo Administrativo para realização de processo licitatório objetivando a "PERMISSÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, DENOMINADO SERVIÇO DE TÁXI, NO MUNICÍPIO DE GASPAR".

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Técnica, os servidores indicados com suas respectivas funções:

I – Coordenador: Arnaldo Francisco da Silva;

II – Técnico Jurídico: Paula Padilha Penteado;

III – Técnico Administrativo: Gilberto Rodrigo Goedert;

IV – Técnico Administrativo: Heriberto Frena.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH 28/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 28/2016

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) GILBERTO GONÇALVES FILHO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 19/03/2003 a 27/03/2008, devendo folgar a partir de 20/06/2016 a 17/09/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016 - SAMAE**

E X T R A T O

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 29/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de minuta de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gaspar.

CONTRATADO: LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES EIRELI (23.146.943/0001-22)

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais).

DATA VIGÊNCIA: 17/06/2016

DATA VENCIMENTO: 31/12/2016

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 17 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

Número do contrato: 28/2016

Data vigência: 15/06/2016

Data vencimento: 30/07/2016

Número da Licitação: 28/2016 - Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: DIRCEU SCHNAIDER 91532965915

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de pintura da sede do SAMAE localizado na Rua Barão do Rio Branco, nº. 500 – Bairro: Centro

Valor R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Gaspar (SC), em 15 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 33/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 33/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA AS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 34/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 34/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, INCLUINDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E A SECRETARIA DA SAÚDE E DEMAIS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/06/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 30/06/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Junho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 26/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 26/2016.

CONVITE Nº 09/2016

PROCESSO Nº 27/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
OBJETO: Readequar o contrato modificando itens, quantidades e serviços inicialmente licitados. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 34.479,00 (Trinta e Quatro mil e quatrocentos e setenta e nove reais), e o valor total a ser acrescido é de R\$ 34.479,00 (Trinta e Quatro mil e quatrocentos e setenta e nove reais) não gerando nenhum impacto econômico financeiro e estando em conformidade com o que preconiza o art. 65, inciso I alínea a da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato. O contrato original tem por objeto a contratação de empresa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 10 de Maio de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2016

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 09/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 09/2016.

CONVITE Nº 03/2016

PROCESSO Nº 05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Readequar o contrato modificando itens, quantidades e serviços inicialmente licitados. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 9.442,00 (Nove mil quatrocentos e quarenta e dois reais), e o valor total a ser acrescido é de R\$ 11.144,96 (Onze mil e cento e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), ou seja o valor do contrato será acrescido em R\$ 1.702,96 (Hum mil cento setecentos e dois reais e noventa e seis centavos) restando no acréscimo contratual de 1,69% se enquadrando dentro do limite estabelecido em conformidade com o que preconiza o art. 65, da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato. O contrato original tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação, drenagem pluvial e outros complementares da RUA HIPÓLITA RITA DE JESUS NO BAIRRO CALHEIROS, pertencente ao MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 26/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 26/2016.

CONVITE Nº 09/2016

PROCESSO Nº 27/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: Readequar o contrato modificando itens, quantidades e serviços inicialmente licitados. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 4.444,00 (Quatro mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais), e o valor total a ser acrescido é de R\$ 4.444,00 (Quatro mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais) não gerando nenhum impacto econômico financeiro e estando em conformidade com o que preconiza o art. 65 da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato. O contrato original tem por objeto a contratação de empresa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 10 de Junho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 87

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Oftalmoclinica Médica Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OFTALMOCLINICA MÉDICA LTDA
Nota Fiscal: 0001791

Valor: R\$ 1.500,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 17 de junho de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

SAMAE PR 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 01/2016

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2016-PR

Objeto: Fornecimento de Tíquetes Alimentação Cartão Magnético. Data e Horário de Abertura: 06/07/2016, às 14h. Local: A integra deste edital e demais informações necessárias estarão à disposição no Setor de Compras do SAMAE, a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Centro – Grão Pará - SC. Maiores informações pelo telefone (48)3652-1248 no horário das 8:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail: samaegpa@brturbo.com.br

Grão-Pará/ SC, 17 de junho de 2016.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Diretor SAMAE Grão-Pará

Guaraciaba

PREFEITURA

AD02.16 CONTRATO 68.2014 MAPFRE SEGUROS GERAIS SA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad02/16Cont68/14 - Contrato Nº: 68/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor : 19.155,14 (dezenove mil cento e cinqüenta e cinco reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 17/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO (RENOVAÇÃO) DE SEGUROS DE VEÍCULOS, KOMBI, ONIBUS E MICRO ONIBUS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC COM VIGENCIA DE 365 DIAS.

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - FCG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 001/2016 – FCG.

Processo Licitatório: 001/2016 – FCG.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais para a banda musical do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 18/07/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 18/07/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 101/2016 – PMG.

Processo Licitatório: 101/2016 – PMG.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de conjunto sinalizador do tipo caminhonete para a polícia militar do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 19/07/2016 às 9h.

Abertura dos Envelopes: 19/07/2016 às 9h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 80/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Edital Tomada de Preço: 80/2016 – PMG
Processo Licitatório: 80/2016 – PMG

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA FECHAMENTO COM CERCA E TELA DE ARAME FARPADO O QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

COMUNICAMOS que está suspenso a Tomada de Preço nº 80/2016 - PMG, para análise de impugnação e, para uma possível alteração do Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 17 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CESSÃO DE USO Nº 6.896/2011-9.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A

CESSÃO DE USO Nº 6.896/2011-9. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Herval D'Oeste. OBJETO: visando prorrogar por mais 05 (cinco) anos a contar do dia 16 de junho de 2016 a cessão de uso de um sistema de resgate hidráulico composto de : uma motobomba a gasolina modelo V 50 Turbo com dois pares de mangueiras de 10 metros; uma tesoura modelo RS 170-105; um cilindro modelo RZT 2 1450; um alargador modelo SP 60 e um cortador de pedal modelo S-50-14.VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Herval D'Oeste, 03 de maio de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Nelson Guindani, pelo Município.

ATA 002 'TP 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2016 - TP
CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC	Processo Administrativo: 15/2016 Processo de Licitação: 28/2016 Data do Processo: 19/04/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa(s) para fornecer(em) licença de uso de Sistemas Informatizados de Controle Interno, Prestação de Contas Web, Controle de Transporte Escolar e Sistema de Atendimento e Controle de Serviços conforme características descritas e especificações contidas no Edital e em seus anexos.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 14 de Junho de 2016, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 3492/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 28/2016, Licitação nº 6/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: As propostas foram analisadas e estavam em conformidade com o edital, decorridos os prazos legais o processo será encaminhado ao senhor prefeito municipal para que a seu juízo homologue o resultado apresentado

LOTE: 1

Participante: 5709 - CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Sistema de Prestação de Contas WEB sem limite de usuários	MES	48,00	CPL	0,0000	650,00	31.200,00
5	SPCWEB - Serviços de Implantação do sistema, conversão dos dados e treinamento de usuários - Sistema de Prestação de Contas WEB	UND	1,00	CPL	0,0000	2.600,00	2.600,00
9	SPCWEB - Reembolso de despesas de deslocamento no suporte,	KM	600,00	CPL	0,0000	0,50	300,00
Total do Participante ----->							34.100,00

LOTE: 2

Participante: 3221 - FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Sistema de Controle Interno sem limite de usuários	MES	48,00	FAEE	0,0000	460,00	22.080,00
6	SCI - Serviços de Implantação do sistema, conversão dos dados e treinamento de usuários - Sistema de Controle Interno	UND	1,00	FAEE	0,0000	0,0001	0,00
10	SCI - Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico	KM	600,00	FAEE	0,0000	0,50	300,00
Total do Participante ----->							22.380,00

LOTE: 3

Participante: 5709 - CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Sistema de Controle do Transporte Escolar sem limite de usuários	MES	48,00	CPL	0,0000	500,00	24.000,00
7	SCTE - Serviços de Implantação do sistema, conversão dos dados e treinamento de usuários Sistema de Controle de Transporte Escolar	UND	1,00	CPL	0,0000	1.300,00	1.300,00
11	SCTE - Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico	KM	600,00	CPL	0,0000	0,50	300,00
Total do Participante ----->							25.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE		TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2016 - TP	
CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC		Processo Administrativo: 15/2016 Processo de Licitação: 28/2016 Data do Processo: 19/04/2016	
Folha: 2/2			

LOTE: 4**Participante: 5709 - CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Sistema de Atendimento e Controle de Serviços Secretaria de Agricultura	MES	48,00	CPL	0,0000	400,00	19.200,00
8	SACSSA - Serviços de Implantação do sistema, conversão dos dados e treinamento de usuários Sistema de Atendimento e Controle de Serviços da Secretaria de Agricultura	UND	1,00	CPL	0,0000	1.100,00	1.100,00
12	SACSSA - Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico	KM	600,00	CPL	0,0000	0,50	300,00
Total do Participante ----->							20.600,00
Total Geral ----->							102.680,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Herval d'Oeste, 14 de Junho de 2016

COMISSÃO:

ADRIANE BERNARDO - - Presidente da Comissão de Licitação

KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL - - Membro

LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO - - Membro

Ibiam

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 039 2016 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº 039/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 17 de Maio de 2016.

CONSIDERANDO o parecer jurídico, bem como o despacho do executivo municipal.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulo econômico a empresa JP Paletes Ltda. – ME, constituído em 50 (cinquenta) horas de trator de esteira, 20 (vinte) horas de motoniveladora, 200 (duzentos) km de caçamba, 10 (dez) horas de Rolo, 20 (vinte) horas escavadeira hidráulica e 20 (vinte) horas de retroescavadeira.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com os Decretos nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 17 de junho de 2016.
Elcir Antonio Barth da Costa
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 17/06/2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 004-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016
TOMADA DE PREÇO Nº004/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço, para Contratação de empresa especializada em serviços de escrituração contábil pública, com disponibilização de profissional em contabilidade para executar todos os registros contábeis da Prefeitura municipal e Fundos Municipais. Entrega dos envelopes: até 05/07/2016, até as 09hs00min. Abertura dos envelopes: 05/07/2016 às 10hs:00 min. Forma de Julgamento: Melhor técnica e Preço. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos: site www.ibiam.sc.gov.br. Ibiam, 20 de Junho de 2016.

Gilmar Fontana
Prefeito Municipal de Ibiam.

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 458/2016

PORTARIA Nº 458/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª JAQUELINE APARECIDA LAMIM, no cargo de SERVENTE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 22 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 16 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 459/2016

PORTARIA Nº 459/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr DANDREICKEE HOFFMANN MENDES, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 29 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 16 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 460/2016

PORTARIA Nº 460/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr MOISES SANTOS DA CRUZ, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 22 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 17 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP N° 322/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 322, de 13 de junho de 2016.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP N° 113/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Daniela Porsch Casagrande	Professora II 40h	060.565.179-50	14/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 323/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 323, de 14 de junho de 2016.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP N° 113/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Eliziane Hipólito da Rosa	Professora II 40h	784.793.719-00	14/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 324/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 324, de 15 de junho de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP Nº 113/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Haike Elizabeth Graupmann Tkatchuk	Professora II 40h	050.538.569-40	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 325/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 325, de 15 de junho de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 16 de junho de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 289/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Cristiane Roslindo	Psicóloga 40h	509.779.389-72	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 15 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 326/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 326, de 15 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Daniela Porsch Casagrande	Professora II 20h	060.565.179-50	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP N° 327/2016

PORTARIA PMI/GGP N° 327, de 16 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Daniela Porsch Casagrande	Professora II 20h	060.565.179-50	16/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 328/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 328, de 16 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eliziane Hipólito da Rosa	Professora II 20h	784.793.719-00	15/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 329/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 329, de 16 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Eliziane Hipólito da Rosa	Professora II 20h	784.793.719-00	16/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 330/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 330, de 16 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Haike Elisabeth Graupmann Tkatchuk	Professora II 20h	050.538.569-40	16/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 331/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 331, de 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Haike Elisabeth Graupmann Tkatchuk	Professora II 20h	050.538.569-40	17/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 004, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEDUC Nº 004, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

Constitui a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do PME – Plano Municipal de Educação de Imbituba e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INTERINO,, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Imbituba e legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do PME – Plano Municipal de Educação.

Art. 2º. A Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do PME- Plano Municipal de Educação será composta dos seguintes segmentos:

Representante do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Andreia Pacheco da Rosa Cândido

Representante dos professores da Rede Municipal de Ensino

Ângela Maria Fernandes Rosa

Rosineide David dos Passos Crispim

Representante das Coordenadoras Pedagógicas

Claudia Rosana de Oliveira de Souza

Rosane de Oliveira Fernandes

Representante da Unidade de Alimentação Escolar

Constancia Palma

Representante da Unidade Gestora do Ensino Fundamental

Fabiane Correia do Nascimento

Representante dos Diretores das Escolas da Rede Municipal

Joelma da Silva Gabriel

Representante das Escolas Particulares do Município

Leda Susana da S. G. P. de Souza

Representante da Unidade Gestora de Ed. Especial e Inclusão Educacional

Magali Aparecida Vieira

Representante da Unidade Gestora da Inovação Tecnológica

Micheli Ferreira da Silva

Representante da Unidade Gestora

Nilcéia Lopes

Representante da Unidade Gestora Pedagógica

Rozenilda Matos Rodrigues da Rosa

Representante da U. G. da Captação de Recursos e Prestação de Contas

Tania Bitencourt Mota Alves

Representante da Unidade Gestora da Educação Infantil

Valdirene Dias Gonçalves

Art. 3º - Fica designado (a) para o exercício das atividades de Presidente da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do PME Plano Municipal de Educação a Sra. Rozenilda Matos Rodrigues da Rosa.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de Junho de 2016.

Daniel Vinicius Arantes Neto

Secretário Municipal de Educação - Interino

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 026/16

Ato da Presidência nº 026/16

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, Vereador Guilherme Santos Souza, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA que a Câmara está em luto por 3 (três) dias em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor Manoel Pires, ocorrido nesta quinta-feira, dia 16 de junho de 2016.

Gabinete da Presidência, 16 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 027/2016

Ato da Presidência nº 027/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 19ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 20 de junho de 2016 (Segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
044	PLC nº 376/2016	25/04/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, e estabelece outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
059	PLC nº 381/2016	19/05/2016	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a Revisão Geral Anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 16 de junho de 2016.

Guilherme Santos Souza	Rogberto de Farias Pires
Presidente	Vice-Presidente
Zeli Pires	Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeiro-Secretário	Segunda-Secretária

EXTRATO DO CONTRATO Nº15/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº15/2016

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Contratado: EDUARDO DE LIMA PEREIRA - ME, inscrita no C.N.P.J sob o nº18.415.922/0001-25, com sede na Rua Nereu Ramos, 419, Centro, Imbituba/SC, CEP: 88780-000,

OBJETO: Constitui Objeto do presente instrumento o fornecimento de materiais de higiene e limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios, conforme especificações do Edital e Anexos, nos termos da Proposta Comercial vencedora da Contratada juntada a Carta- Convite nº 004/2016

VALOR: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os preços dos itens especificados na Cláusula Primeira, conforme as quantidades fornecidas, dentro da estimativa especificada no Objeto, sendo que o valor total estimado do presente Contrato é de R\$14.173,10(catorze mil, cento e setenta e três reais e dez centavos), discriminado da seguinte forma:

-R\$8207,00, gêneros alimentícios;

-R\$1475,50, materiais de cozinha e copa;

-R\$4490,60, materiais de limpeza e produção de higienização;

Imbituba, 3 de junho de 2016

Guilherme Santos Souza

Presidente da CMI

EDUARDO DE LIMA PEREIRA-ME

Contratada

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 085/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 085/2016

CONTRATADA: VINICIUS RONCAGLIO – ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação dos serviços de impressão de livros, para publicação das obras literárias vencedoras do Concurso no 001/2014-28983, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$11.450,00

PRAZO: 09 de junho de 2016 até 07 de agosto de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2016.

CONVÊNIO Nº 007/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 007/2016

CONVENIADA: ESTADO DE SANTA CATARINA.

OBJETO DO CONTRATO: O presente convênio visa a transferência de recursos financeiros para a construção de uma passarela de pedestre ao lado direito da ponte sobre o Ribeirão Encano, conforme proposta de trabalho apresentada.

VALOR: R\$ 49.998,81 (CONCEDENTE)

R\$ 2.631,52 (CONVENIENTE)

PRAZO: 16 de junho de 2016 até 30 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

CONVÊNIO Nº 008/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 008/2016

CONVENIADA: ESTADO DE SANTA CATARINA.

OBJETO DO CONTRATO: O presente convênio visa a transferência de recursos financeiros para a construção da cobertura da quadra poliesportiva da EBM Leopoldo Simão, Bairro Rio Morto, com área total de 523,32m², conforme proposta de trabalho apresentada.

VALOR: R\$ 200.000,00 (CONCEDENTE)

R\$ 79.368,63 (CONVENIENTE)

PRAZO: 16 de junho de 2016 até 30 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

CONVÊNIO Nº 009/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 009/2016

CONVENIADA: ESTADO DE SANTA CATARINA.

OBJETO DO CONTRATO: O presente convênio visa a transferência de recursos financeiros para a construção da cobertura do pátio multiuso a ser implantada na Escola Básica Municipal Anna Alves, Dias com área total de 295,65m², conforme proposta de trabalho apresentada.

VALOR: R\$ 100.000,00 (CONCEDENTE)

R\$ 15.888,00 (CONVENIENTE)

PRAZO: 16 de junho de 2016 até 30 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

DECRETO Nº 2011/16

. DECRETO Nº 2011/16

. De 17 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula 665 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Rodrigo Prada e Michele Tatiane Jensen Prada:

“Uma área de 1.496,01m² (hum mil quatrocentos e noventa e seis metros e um decímetros quadrados), confrontando pela frente em 18,18m com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, pelos fundos em uma linha esconsa de 40,38m com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, pelo lado direito em 89,85m e pelo lado esquerdo em 117,08m, ambos os lados com terras de Rodrigo Prada e Michele Tatiane Jensen Prada (Matrícula 665)”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e oficialização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Bairro Warnow através da Lei nº 1025/1978.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA
Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2012/16

. DECRETO Nº 2012/16

. De 17 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de

desapropriação amigável e domínio municipal, as seguintes áreas originárias da Matrícula 8238 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial de propriedade de Ivo Zickuhr e Rita Zickuhr:

Área 1 – Rua Lorenz: “Uma área contendo 14.618,65m² (quatorze mil seiscentos e dezoito metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), confrontando pela frente em 12,41m com a Rua Lorenz, pelos fundos com 15,54m com a Rua Lorenz, pelo lado direito em linha sinuosa com 1.212,31m e pelo lado esquerdo com 1.223,63m, ambos com terras de Ivo Zickuhr e Rita Zickuhr (Matrícula 8238)”

Área 2 – Rua Tifa da Linguíça: “Uma área contendo 1.105,10m² (hum mil cento e cinco metros e dez decímetros quadrados), confrontando pela frente em 25,88m com a Rua Lorenz, pelos fundos em 15,13m com a Rua Tifa da Linguíça, pelo lado direito em 83,87m e pelo lado esquerdo com 80,40m, ambos com terras de Ivo Zickuhr e Rita Zickuhr (Matrícula 8238)”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e oficialização de parte de vias públicas, vias estas já consolidadas e denominadas de Rua Lorenz (Lei 1025/78) e Rua Tifa da Linguíça (Lei 3960/09), Bairro Encano.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2013/16

. DECRETO Nº 2013/16

. De 17 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Transcrição 32276 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Wiebert Hoe:

“Uma área de 742,50m² (setecentos e quarenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando pela frente em 12,03m e fundos em 13,11m com a Rua Artur Zarling, pelo lado direito em 64,95m e pelo lado esquerdo em 58,80m, ambos os lados com terras de Wiebert Hoe”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º

do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização e oficialização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Artur Zarling, Bairro Warnow através da Lei nº 1025/1978 e dimensões oficializadas pela Lei 5271/16.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2014/16

. DECRETO Nº 2014/16

. De 17 de junho de 2016

Nomeia Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Secretaria Municipal de Educação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10 e Lei Municipal 4.724/12 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo (Ano Letivo 2017) para a Secretaria Municipal de Educação, as pessoas a seguir relacionadas:

- Liliane Lange Kloch - Presidente
- Carla Ludegero Schmitt - Membro
- Tânia Lúcia Petters - Membro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 115/2015

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 115/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DESPORTES VEREADOR

MARO MARCOS HADLICH – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08, com sede na rua General Osório, nº 311, sala 604, bairro Centro, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fabiano Busnardo, brasileiro, Sócio Administrador, inscrito no CPF sob nº 777.742.219/72 e Cédula de Identidade nº 2.621.657-4, residente na Rua Campo Grande, nº 56, bairro Capitais, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para prover link de acesso dedicado à Internet da rede corporativa, link interconexão e plano de telefonia fixa, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 03 de junho de 2016 até 03 de junho de 2017, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e

assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 02 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA Fabiano Busnardo Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA e ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Paulo Roberto Ledra Secretário Interino	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretária
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Responsável Pela Diretoria Executiva Rogério Wilson Theiss
INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL Salvador Bastos Presidente	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

INDAPREV

PORTARIA INDAPREV Nº 24/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 24/16
. De 13 de junho de 2016

Altera Portaria 2/2013 – Concede Aposentadoria Geovane Maritsa Martins Novaes

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria 2/2013, a qual concede aposentadoria para GEOVANE MARITSA MARTINS NOVAES, passando

a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º da Portaria 2/2013, está de acordo com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 40, §5º da Constituição Federal.”

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de março de 2013.

Indaprev/Indaial-SC, em 13 de junho de 2016.
SALVADOR BASTOS
Diretor Presidente

PORTARIA INDAPREV Nº 25/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 25/16

. De 13 de junho de 2016

Altera Portaria 9/2012 – Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente a SANTO TIBÉRIO URBAINSKI

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Fica retificado na Portaria 9/2012 o nome do servidor, sendo o correto SANTO TIBERIO URBAINSKI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 1º de março de 2012.

Indaprev/Indaial/SC em 13 de junho de 2016

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria 2/2015, a qual concede pensão por morte para ARLETE LONGO SCHUTZ, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º da Portaria 2/2015, está de acordo com o disposto art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal.”

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 21 de janeiro de 2015.

Indaprev/Indaial/SC em 13 de junho de 2016

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

PORTARIA INDAPREV Nº 26/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 26/16

. De 13 de junho de 2016

Altera Portaria 2/2014 – Concede Pensão a SALETE BERNARDO KRAUSE

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria 2/2014, a qual concede pensão para SALETE BERNARDO KRAUSE, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A pensão de que trata o artigo 1º da Portaria 2/2014, está de acordo com o disposto no art. 40, §7º inciso II da Constituição Federal.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 31 de dezembro de 2013.

Indaprev/Indaial/SC em 13 de junho de 2016

SALVADOR BASTOS

Diretor Presidente

PORTARIA INDAPREV Nº 27/16

. PORTARIA/INDAPREV Nº 27/16

. De 13 de junho de 2016

Altera Portaria 2/2015 – Concede Pensão por Morte a ARLETE LONGO SCHUTZ

SALVADOR BASTOS, Diretor Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial – INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1666/2016

DECRETO Nº. 1666 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza desmembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Plínio Salmória e outros, a desmembrar os lotes abaixo discriminados, pertencentes ao perímetro urbano, da área total de 3.200,00m² (três mil e duzentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 11.139:

Lote: 01

Quadra: 44

Inscrição Imobiliária: 01.44.01.00

Área a desmembrar: 4 x 800,00m² (oitocentos metros quadrados)

Confrontações:	
Área 01 – 800 m ² - Área a desmembrar:	
NORTE	Confronta-se com a Rua Jacob Faccin, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Prefeitura Municipal de Iomerê, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 02, com distância de 40,00m.
OESTE	Confronta-se com Rua Luiz Nora, com distância de 40,00m.
Área 02 – 800,00m ² - Área a desmembrar:	
NORTE	Confronta-se com a Rua Jacob Faccin, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Prefeitura Municipal de Iomerê, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 03, com distância de 40,00m.
OESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 01, com distância de 40,00m.
Área 03 – 800 m ² - Área a desmembrar:	
NORTE	Confronta-se com a Rua Jacob Faccin, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Prefeitura Municipal de Iomerê, com distância de 7,500m; e com Jair Madureira com distância de 12,50m;
LESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 04, com distância de 40,00m.
OESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 02, com distância de 40,00m.
Área 04 – 800 m ² - Área remanescente:	
NORTE	Confronta-se com a Rua Jacob Faccin, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Jair Madureira com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Rua Otávio Carvalho, com distância de 40,00m.

OESTE	Confronta-se com Área a desmembrar 03, com distância de 40,00m.
-------	---

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 14 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1667/2016

DECRETO Nº. 1667 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 9.860,00 (nove mil oitocentos e sessenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

1013 Ampliação da Rede Física

44900000 Aplicações Diretas

0302.00 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde R\$ 9.860,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior .

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 14 de junho de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra. MARILENA SALETE PIRAN, para o cargo de Técnico de Enfermagem e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- i)Avaliação Cardiológica;
- j)Avaliação Neurológica;
- l)RX Tórax;
- k)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- m) Hemograma;
- n)VDRL;
- o)ABO RH;
- p)Glicemia
- q)Ex. Quat. Urina
- r)EPF;
- s)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 16 de junho de 2016

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

005º ATO CONVOCATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SELEÇÃO POR NÍVEL DE TITULAÇÃO

1. De acordo com o edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016, estamos convocando para o 005º Ato Convocatório para contratação temporária seleção por nível de titulação, candidatos interessados em assumir cargo/função segundo vaga descrita no quadro a seguir para a disciplina e área correlata por ter sido esgotada as chamadas do Processo Seletivo 001/2015 Edital nº 30/2015.

2. Quadro de Vagas

Cargo/Função	Cronograma de Horário
Professor de Ensino Religioso 10 horas semanais.	14 horas

3. Os interessados em assumir a vaga oferecida neste dia, devem comparecer a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves, 220 – Ipumirim/SC Segunda - feira (20/06/2016), de acordo com o cronograma de horário especificado acima, obrigatoriamente munido de documentos descritos no edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016.

Ipumirim/SC, 16 de junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO

PORTARIA Nº. 208/2016 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

JOÃO CARLOS FERRARI, matrícula 1089, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. 1.146.783 e CPF sob o nº. 521.865.559-72, residente e domiciliado na Av. Don Pedro II, no cargo Efetivo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 17 de Junho de 2016.

Ipumirim – SC, 17 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é aquisição de material elétrico e mão de obra instalação entrada de energia da Escola nova. padrão FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, localizada na Rua João Pedro Haas, Bairro Desmembramento Simon. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/06/2016

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 16 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 16 DE JUNHO DE 2016

Fixa o numero de Vereadores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina para a Legislatura de 2017 a 2020.

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Decreta e Ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica fixado em 9 (nove), o número de Vereadores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, para a 13ª Legislatura, 2017 a 2020.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017. Ipumirim – SC aos 16 dias do mês de junho de 2016. Osmar José Simon Presidente-Gilmar Cavalieri Primeiro Secretário

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 41, DL Nº 13-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2016 Data do Processo: 17/06/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2016
b) Licitação Nr.: 13/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 17/06/2016
e) Objeto da Licitação: aquisição de material elétrico e mão de obra instalação entrada de energia da Escola nova, padrão FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, localizada na Rua João Pedro Haas, Bairro Desmembramento Simon.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME (8898)

1	Grampo haste 5/8 06-25mm	UN	3,00	0,0000	8,60	25,80
2	ANTI RAI0 TIPO DISJ 220V	Pc	3,00	0,0000	57,81	173,43
3	Armação galvanizada 1 x 1 1/8	UN	6,00	0,0000	11,17	67,02
4	ISOLADOR PORCELANA 72 X 72	UN	6,00	0,0000	5,42	32,52
5	parafuso galvanizado p/arma c/porca 200mm	UN	6,00	0,0000	8,00	48,00
6	ARRUELA QUADRADA 5/8 GALV FOGO	UN	12,00	0,0000	0,90	10,80
7	FITA ISOLANTE PRETA 19 X 10M	UN	2,00	0,0000	4,48	8,96
8	conector perfurante 16/120mm	UN	12,00	0,0000	10,40	124,80
9	ALCA PRE FORMADA	UN	9,00	0,0000	11,10	99,90
10	terminal sapata 120mm	UN	1,00	0,0000	24,80	24,80
11	tubo galvanizado 2 padrão celesc	UN	1,00	0,0000	264,60	264,60
12	CURVA GALVENIZADA 1" 90º	UN	1,00	0,0000	61,18	61,18
13	poste duplo 7x 200	UN	1,00	0,0000	487,25	487,25

Ipumirim, 17 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 13/2016 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 41/2016
 Data do Processo: 17/06/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

FAMITEC INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA-ME (8898)

14	cabo 1kv 35mm	M	64,00	0,0000	8,58	549,12
15	cabo 1kv 25mm	M	121,00	0,0000	8,58	1.038,18
16	Cabo quadruplex 4 x35mm	M	130,00	0,0000	13,30	1.729,00
17	caixa medidor eletrônico padrão celesc	UN	1,00	0,0000	459,00	459,00
18	Disjuntor cm1 100A trif.	UN	1,00	0,0000	176,96	176,96
19	HASTE TERRA COBRE 2,40M 5/8 "	UN	1,00	0,0000	59,50	59,50
20	eletroduto PVC 2	UN	3,00	0,0000	16,50	49,50
21	LUVAROSCÁVEL	UN	6,00	0,0000	2,00	12,00
22	CURVA PVC P/ELÉTR. ROSC.180	UN	4,00	0,0000	8,48	33,92
23	Fita aço branca 3/4 x 08 x 1m	UN	7,00	0,0000	2,50	17,50
24	mao de obra e serviço instalação elétrica	SER	1,00	0,0000	700,00	700,00
25	terminal comp. curto TCM 35mm	UN	23,00	0,0000	13,68	314,64
26	terminal compressão anel 35mm	UN	2,00	0,0000	3,10	6,20
27	Poste Duplo 7 x100	UN	4,00	0,0000	326,95	1.307,80
28	CANALEX DUTO 2 PEVEDUTO	M	30,00	0,0000	3,86	115,80

Total do Fornecedor: 7.998,18

Total Geral: 7.998,18

Ipumirim, 17 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 11/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 11/2016

PREGÃO PRESENCIAL 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2016, Pregão Presencial nº 07/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Laís Brand e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; A empresa Kerber e Cia Ltda deixou seus envelopes não permanecendo no local para o certame. Protocolo nº 79, dia 08 de março de 2016, às 08:45h. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Kerber e Cia Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 11/2016, Pregão Presencial nº 07/2016, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Laís Brand e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; A empresa Kerber e Cia Ltda deixou seus envelopes não permanecendo no local para o certame. Protocolo nº 79, dia 08 de março de 2016, às 08:45h. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Kerber e Cia Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Kerber & Cia Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	500	Tonelada	CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado Quente), com CAP	KERBER	260,00	130.000,00

Irineópolis, 17 junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2015, Tomada de Preços nº 03/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Presidente, Sra. Andressa Bendlin, Sra. Cassiana Lais Brand, Sra Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Membros da Comissão Permanente designadas pela Portaria nº. 539/2015 e Sr. Mauro Voigt - representante da empresa Quantum Engenharia Ltda; Sr. Valdeci Alves de Lima- representante da empresa Instaladora Elétrica Guaramirim - EPP. O Extrato do presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União na edição do dia 16/03/2015, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na Edição do dia 16/03/2015; Jornal A Notícia - Jornal de Circulação Estadual, na Edição dia 16/03/2015; Jornal Diário do Planalto, Jornal de Circulação Regional, na Edição do dia 16/03/2015; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 16/03/2015, DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br, na Edição do dia 30/03/2015; e no site oficial do Município - www.irineopolis.sc.gov.br no dia 31/03/2015; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros presentes, realizou a análise dos documentos das empresas que se apresentaram para o certame: Quantum Engenharia Ltda e Instaladora Elétrica Guaramirim - EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos solicitados no edital, conforme item 5, sendo assim consideradas HABILITADAS. A empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda EPP apresentou Termo de Renúncia e a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda deixou de apresentar Termo de Renúncia, pois pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação. Conforme preceitua o Artigo nº 109 inciso I da Lei nº 8666/93 abre-se o prazo de 05 dias para recebimento de recurso e posterior abertura dos envelopes de Proposta de Preços. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentos de Habilitação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 12/2015, Tomada de Preços nº 03/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka- Presidente, Sra. Andressa Bendlin, Sra. Cassiana Lais Brand, Sra Patricia Fabiane Fronczak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Membros da Comissão Permanente designadas

pela Portaria nº. 539/2015 e Sr. Valdecir Alves de Lima- representante da empresa Instaladora Elétrica Guaramirim - EPP. O Extrato do presente certame foi publicado, conforme o artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, no Diário Oficial da União na edição do dia 16/03/2015, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina na Edição do dia 16/03/2015; Jornal A Notícia - Jornal de Circulação Estadual, na Edição dia 16/03/2015; Jornal Diário do Planalto, Jornal de Circulação Regional, na Edição do dia 16/03/2015; no Mural Público - Imprensa Oficial do Município (Lei nº 1.018/01) a partir do dia 16/03/2015, DOM/SC - Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - www.diariomunicipal.sc.gov.br, na Edição do dia 30/03/2015; e no site oficial do Município - www.iritopolis.sc.gov.br no dia 31/03/2015; para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certame. Foi realizada a abertura do envelope de Proposta de Preços, das empresas Habilitadas, a empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda EPP e a mesma apresentou o valor de R\$ 218.519,29 (Duzentos e dezoito mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), ficando abaixo do valor Máximo apresentado no edital. A empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda apresentou o valor de R\$ 274.594,87 (duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) ficando abaixo do valor apresentado no edital. Sendo considerada VENCEDORA a empresa Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda EPP. O pendrive da empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda não abriu pois continha proposta referente a outro Processo Licitatório, sendo assim considerada DESCLASSIFICADA. A Comissão de Licitação, através de seus membros presentes, considerou o preço compatível com os praticados no mercado e de acordo com o estipulado no edital, apresentando-se vantajoso para a Municipalidade, encaminhando-se o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Presentes a sessão pública para análise dos recursos recebidos, referentes ao Processo licitatório 12/2015 - Tomada de Preços 03/2015, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Presidente, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak; Sra. Patricia Fabiane Fronczak ; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Marcia Maria Kerscher - Membros, designadas pela Portaria nº. 539/2014; Sra. Ana Maria Onevetch - Advogada e Sr. Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal. Após recebimento e verificação do Parecer Jurídico do recurso recebido da empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda na data de 06 de maio de 2015, a Comissão e o Excelentíssimo Prefeito Municipal, INDEFEREM o presente recurso no qual fica constatado que a empresa acima referida está protelando a decisão da comissão, com isso causando prejuízo a população e gerando desconforto com as reclamações recebidas na Prefeitura quanto a falta de Iluminação Pública em ruas da cidade. Nada mais havendo-se a tratar, foi lavrada a presente ata

Instaladora Elétrica Guaramirim Ltda

ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QT	UM.	MARCA	PREÇO UM. MATERIAL	M. O./ UNIT.	CUSTO UNIT. ITEM	TOTAL MATE- RIAL	TOTAL MÃO DE OBRA	TOTAL COM BDI(27,2%)
OBJETO 1. MANU- TENÇÕES ELÉTRICAS DO SISTEMA DE ILUMINA- ÇÃO										
1. SUBSTI- TUIÇÃO E OU INSTA- LAÇÃO DE LÂMPADAS										
1.1	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão, bulbo ovóide, 70W, 220V, base E-27	650	pç	GOLDEN	14,89	R\$ 4,41	R\$ 19,30	R\$ 9.678,50	R\$ 2.866,50	R\$ 12.545,00
1.2	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão, bulbo ovóide, 150W, 220V, base E-40	200	pç	GOLDEN	17,73	R\$ 4,41	R\$ 22,14	R\$ 3.546,00	R\$ 882,00	R\$ 4.428,00
1.3	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão, bulbo ovóide, 250W, 220V, fluxo lumi- noso mínimo de 25.000 lumens	100	pç	GOLDEN	26,94	R\$ 5,45	R\$ 32,39	R\$ 2.694,00	R\$ 545,00	R\$ 3.239,00

1.4	Lâmpada vapor de sódio em alta pressão, bulbo ovóide, 400W, 220V, fluxo luminoso mínimo de 47.000 lumens, diâmetro de 120mm e comprimento total de 290mm;	40	pç	GOLDEN	32,27	R\$ 5,45	R\$ 37,72	R\$ 1.290,80	R\$ 218,00	R\$ 1.508,80
1.5	Lâmpada vapor mercúrio em alta pressão, bulbo ovóide, 80W, 220V, base E-27, fluxo luminoso mínimo de 5.500 lumens	70	pç	GOLDEN	10,46	R\$ 5,45	R\$ 15,91	R\$ 732,20	R\$ 381,50	R\$ 1.113,70
1.6	Lâmpada vapor mercúrio em alta pressão, bulbo ovóide, 250W, 220V, fluxo luminoso mínimo de 48.000 lumens e comprimento total de 285mm;	40	pç	GOLDEN	22,74	R\$ 5,45	R\$ 28,19	R\$ 909,60	R\$ 218,00	R\$ 1.127,60
1.7	Lâmpada mista, bulbo ovóide, 250W, 220V, base E-40	10	pç	GOLDEN	14,88	R\$ 5,45	R\$ 20,33	R\$ 148,80	R\$ 54,50	R\$ 203,30
1.8	Lâmpada Vapor metálico em alta pressão, bulbo ovóide, 400W, 220V, base E-40;	10	pç	GOLDEN	67,92	R\$ 5,45	R\$ 73,37	R\$ 679,20	R\$ 54,50	R\$ 733,70
2. SUBSTITUIÇÃO E OU INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS						R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1	Luminária para iluminação pública, fechada, para lâmpada vapor sódio e mercúrio até 80W, SQ E-27 conforme padrão Celesc (código Celesc 20042)	50	pç	ILUMATICA	77,07	R\$ 60,43	R\$ 137,50	R\$ 3.853,50	R\$ 3.021,50	R\$ 6.875,00
2.2	Luminária para iluminação pública, fechada, para lâmpada vapor sódio e mercúrio até 150/400W, conforme padrão Celesc (código Celesc 7487)	20	pç	ILUMATICA	118,23	R\$ 109,46	R\$ 227,69	R\$ 2.364,60	R\$ 2.189,20	R\$ 4.553,80
						0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.1	Bocal de porcelana, reforçado, tipo E-27;	20	pç	LORENZETTI	5,34	R\$ 1,85	R\$ 7,19	R\$ 106,80	R\$ 37,00	R\$ 143,80
3.2	Bocal de porcelana, reforçado, tipo E-40;	20	pç	LORENZETTI	5,34	R\$ 1,85	R\$ 7,19	R\$ 106,80	R\$ 37,00	R\$ 143,80

							R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4.1	Reator externo para lâmpada vapor de sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92(mín.), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma NBR 13593 e Celesc;	250	pç	DEMAPE	47,20	R\$ 25,75	R\$ 72,95	R\$ 11.800,00	R\$ 6.437,50	R\$ 18.237,50
4.2	Reator externo para lâmpada vapor de sódio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92(mín.), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma NBR 13593 e Celesc;	50	pç	DEMAPE	58,67	R\$ 25,75	R\$ 84,42	R\$ 2.933,50	R\$ 1.287,50	R\$ 4.221,00
4.3	Reator externo para lâmpada vapor de sódio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92(mín.), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma NBR 13593 e Celesc;	20	pç	DEMAPE	68,30	R\$ 25,75	R\$ 94,05	R\$ 1.366,00	R\$ 515,00	R\$ 1.881,00
4.4	Reator externo para lâmpada vapor de sódio 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92(mín.), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma NBR 13593 e Celesc;	10	pç	DEMAPE	75,31	R\$ 25,75	R\$ 101,06	R\$ 753,10	R\$ 257,50	R\$ 1.010,60
4.5	Reator externo para lâmpada vapor de mercúrio 80W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 galvanizado a fogo, padrão Celesc;	40	pç	DEMAPE	33,27	R\$ 25,75	R\$ 59,02	R\$ 1.330,80	R\$ 1.030,00	R\$ 2.360,80
4.6	Reator externo para lâmpada vapor de mercúrio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 galvanizado a fogo, padrão Celesc;	10	pç	DEMAPE	63,85	R\$ 25,75	R\$ 89,60	R\$ 638,50	R\$ 257,50	R\$ 896,00

4.7	Reator externo para lâmpada vapor de metálico 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 galvanizado a fogo, padrão Celesc;	10	pç	DEMAPE	58,47	R\$ 25,75	R\$ 84,22	R\$ 584,70	R\$ 257,50	R\$ 842,20
5. SUBSTITUIÇÃO E OU INSTALAÇÃO DE CONDUTORES, TERMINAÇÕES E FITAS ISOLANTES						R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.1	Alça pré-formada de distribuição CA/CAA 4 AWG	5	pç	PLP	2,31	R\$ 0,54	R\$ 2,85	R\$ 11,55	R\$ 2,70	R\$ 14,25
5.2	Alça pré-formada de distribuição CA/CAA 2 AWG	5	pç	PLP	2,96	R\$ 0,95	R\$ 3,91	R\$ 14,80	R\$ 4,75	R\$ 19,55
5.3	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 0,6/1KV, seção 6,0mm²	50	m	CORDEIRO	3,16	R\$ 1,36	R\$ 4,52	R\$ 158,00	R\$ 68,00	R\$ 226,00
5.4	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 0,6/1KV, seção 10,0mm²	50	m	CORDEIRO	3,49	R\$ 2,90	R\$ 6,39	R\$ 174,50	R\$ 145,00	R\$ 319,50
5.5	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 0,6/1KV, seção 16,0mm²	50	m	CORDEIRO	5,21	R\$ 3,85	R\$ 9,06	R\$ 260,50	R\$ 192,50	R\$ 453,00
5.6	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 450/750V, seção 1,5mm²	300	m	CORDEIRO	0,53	R\$ 0,96	R\$ 1,49	R\$ 159,00	R\$ 288,00	R\$ 447,00
5.7	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 450/750V, seção 2,5mm²	300	m	CORDEIRO	0,90	R\$ 1,32	R\$ 2,22	R\$ 270,00	R\$ 396,00	R\$ 666,00
5.8	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 450/750V, seção 10,0mm²	100	m	CORDEIRO	2,97	R\$ 3,84	R\$ 6,81	R\$ 297,00	R\$ 384,00	R\$ 681,00
5.9	Cabo de cobre unipolar, isolado em PVC, p/ 450/750V, seção 16,0mm²	100	m	CORDEIRO	4,87	R\$ 3,05	R\$ 7,92	R\$ 487,00	R\$ 305,00	R\$ 792,00
5.10	Cabo nú de cobre, meio duro, 25mm², 7 fios padrão Celesc;	10	kg	CORDEIRO	32,05	R\$ 8,80	R\$ 40,85	R\$ 320,50	R\$ 88,00	R\$ 408,50
5.11	Cabo Alumínio nu 7 fios CAA 4 AWG;	20	kg	CORDEIRO	18,57	R\$ 7,42	R\$ 25,99	R\$ 371,40	R\$ 148,40	R\$ 519,80
5.12	Cabo Alumínio nu 7 fios CAA 2 AWG;	20	kg	CORDEIRO	20,53	R\$ 8,61	R\$ 29,14	R\$ 410,60	R\$ 172,20	R\$ 582,80

5.13	Cabo Multiple-xado aluminio 3x1x50+50mm²;	50	m	CORDEIRO	9,62	R\$ 3,24	R\$ 12,86	R\$ 481,00	R\$ 162,00	R\$ 643,00
5.14	Cabo Multiple-xado aluminio 3x1x35+35mm²;	50	m	CORDEIRO	7,13	R\$ 2,93	R\$ 10,06	R\$ 356,50	R\$ 146,50	R\$ 503,00
5.15	Fita auto-fusão, rolo de 10m;	20	um	PRYSMIAN	9,89	R\$ 4,54	R\$ 14,43	R\$ 197,80	R\$ 90,80	R\$ 288,60
5.16	Fita isolante, rolo de 20m - padrão Celesc	50	um	PRYSMIAN	5,55	R\$ 1,10	R\$ 6,65	R\$ 277,50	R\$ 55,00	R\$ 332,50
5.17	Fio de Alumínio nu recozido 4 AWG;	5	kg	CORDEIRO	26,27	R\$ 10,50	R\$ 36,77	R\$ 131,35	R\$ 52,50	R\$ 183,85
5.18	Fita de Amarração Alumínio 1x10mm²;	5	kg	CORDEIRO	27,84	R\$ 11,76	R\$ 39,60	R\$ 139,20	R\$ 58,80	R\$ 198,00
							R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6.1	Base para relé fotoelétrico, 10A - padrão Celesc	200	pç	EXATRON	7,88	R\$ 1,75	R\$ 9,63	R\$ 1.576,00	R\$ 350,00	R\$ 1.926,00
6.2	Chave para comando de circuito de iluminação pública, 160/240V, 1x50A, com relé fotoelétrico, padrão Celesc;	8	pç	EXATRON	192,66	R\$ 22,76	R\$ 215,42	R\$ 1.541,28	R\$ 182,08	R\$ 1.723,36
6.3	Chave para comando de circuito de iluminação pública, 160/240V, 2x30A, com relé fotoelétrico, padrão Celesc;	8	pç	EXATRON	192,66	R\$ 22,76	R\$ 215,42	R\$ 1.541,28	R\$ 182,08	R\$ 1.723,36
6.4	Relê fotoelétrico NF 10A - padrão Celesc	1250	pç	ILUMATICA	21,01	R\$ 20,14	R\$ 41,15	R\$ 26.262,50	R\$ 25.175,00	R\$ 51.437,50
7. SUBSTITUIÇÃO E OU INSTALAÇÃO DE POSTES, BRAÇOS E CRUZETAS							R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7.1	Braço em aço galvanizado a fogo, d25x1000mm, para luminária fechada, padrão Celesc;	30	pç	TAKTGTN	23,59	R\$ 7,00	R\$ 30,59	R\$ 707,70	R\$ 210,00	R\$ 917,70
7.2	Braço em aço galvanizado a fogo, d44x3000mm, para luminária fechada, padrão Celesc;	20	pç	TAKTGTN	125,76	R\$ 46,44	R\$ 172,20	R\$ 2.515,20	R\$ 928,80	R\$ 3.444,00
7.3	Cruzeta em aço carbono 90x112,5x2000 padrão Celesc;	1	pç	ROMAGNOLE	81,29	R\$ 18,45	R\$ 99,74	R\$ 81,29	R\$ 18,45	R\$ 99,74
7.4	Poste de concreto de seção circular 10m/150daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	731,27	R\$ 282,00	R\$ 1.013,27	R\$ 731,27	R\$ 282,00	R\$ 1.013,27

7.5	Poste de concreto de seção circular 10m/300daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	873,92	R\$ 282,00	R\$ 1.155,92	R\$ 873,92	R\$ 282,00	R\$ 1.155,92
7.6	Poste de concreto de seção circular 11m/300daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	1002,75	R\$ 282,00	R\$ 1.284,75	R\$ 1.002,75	R\$ 282,00	R\$ 1.284,75
7.7	Poste de concreto de seção duplo T 9/150daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	387,36	R\$ 282,00	R\$ 669,36	R\$ 387,36	R\$ 282,00	R\$ 669,36
7.8	Poste de concreto de seção duplo T 9/300daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	581,03	R\$ 282,00	R\$ 863,03	R\$ 581,03	R\$ 282,00	R\$ 863,03
7.9	Poste de concreto de seção duplo T 10/150daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	504,44	R\$ 282,00	R\$ 786,44	R\$ 504,44	R\$ 282,00	R\$ 786,44
7.10	Poste de concreto de seção duplo T 10/300daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	707,53	R\$ 282,00	R\$ 989,53	R\$ 707,53	R\$ 282,00	R\$ 989,53
7.11	Poste de concreto de seção duplo T 11/300daN, padrão celesc	1	pç	INDAIAL	937,37	R\$ 282,00	R\$ 1.219,37	R\$ 937,37	R\$ 282,00	R\$ 1.219,37
8. SUBSTITUIÇÃO E OU INSTALAÇÃO DE CONECTORES E MATERIAIS DE ATERAMENTO							R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
8.1	Haste de terra cobreada, diâmetro 5/8x2,40, padrão celesc;	10	pç	INTELLI	50,29	R\$ 77,94	R\$ 128,23	R\$ 502,90	R\$ 779,40	R\$ 1.282,30
8.2	Conector cunha aterramento CU/AL 25/35mm	10	pç	INTELLI	8,44	R\$ 0,35	R\$ 8,79	R\$ 84,40	R\$ 3,50	R\$ 87,90
8.3	Conector cunha de baixa tensão-tipo II, padrão celesc;	200	pç	INTELLI	3,38	R\$ 2,00	R\$ 5,38	R\$ 676,00	R\$ 400,00	R\$ 1.076,00
8.4	Conector cunha de baixa tensão tipo III, padrão celesc;	150	pç	INTELLI	2,72	R\$ 2,00	R\$ 4,72	R\$ 408,00	R\$ 300,00	R\$ 708,00
8.5	Conector cunha de baixa tensão tipo IV, padrão Celesc;	200	pç	INTELLI	2,72	R\$ 2,00	R\$ 4,72	R\$ 544,00	R\$ 400,00	R\$ 944,00
8.6	Conector cunha de baixa tensão tipo A, padrão Celesc;	200	pç	INTELLI	4,17	R\$ 2,00	R\$ 6,17	R\$ 834,00	R\$ 400,00	R\$ 1.234,00
8.7	Conector cunha de baixa tensão tipo B, padrão Celesc;	150	pç	INTELLI	4,17	R\$ 2,00	R\$ 6,17	R\$ 625,50	R\$ 300,00	R\$ 925,50
8.8	Conector cunha Al Cb 2x2, 4x4, 2x4, 1/0x2, 1/0x4 AWG	50	pç	INTELLI	5,99	R\$ 0,52	R\$ 6,51	R\$ 299,50	R\$ 26,00	R\$ 325,50

8.9	Conector perfurante T 16x70mm² D 1,5-6mm²	30	pç	INTELLI	6,06	R\$ 0,73	R\$ 6,79	R\$ 181,80	R\$ 21,90	R\$ 203,70
8.10	Conector perfurante T 35-70mm² D35-70mm²	30	pç	INTELLI	6,06	R\$ 0,73	R\$ 6,79	R\$ 181,80	R\$ 21,90	R\$ 203,70
8.11	Cartcho espoleta metálico vermelho;	50	pç	JOARP	6,06	R\$ 0,44	R\$ 6,50	R\$ 303,00	R\$ 22,00	R\$ 325,00
9. SUBSTITUIÇÃO E OU INSTALAÇÃO DE ELETROFERRENTES, ISOLADORES E OUTROS						R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
9.1	Armação secundária 1 estribo 110x125mm, padrão Celesc	6	pç	ROMAGNOLE	40,28	R\$ 1,42	R\$ 41,70	R\$ 241,68	R\$ 8,52	R\$ 250,20
9.2	Armação secundária 2 estribo 310x325mm, padrão Celesc	10	pç	ROMAGNOLE	40,28	R\$ 4,14	R\$ 44,42	R\$ 402,80	R\$ 41,40	R\$ 444,20
9.3	Arruela quadrada 38x3mm, para parafuso d16mm, padrão Celesc	50	pç	ROMAGNOLE	0,55	R\$ 0,38	R\$ 0,93	R\$ 27,50	R\$ 19,00	R\$ 46,50
9.4	Cinta para poste, seção circular, D150mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	16,90	R\$ 32,55	R\$ 49,45	R\$ 84,50	R\$ 162,75	R\$ 247,25
9.5	Cinta para poste, seção circular, D160mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	17,43	R\$ 3,29	R\$ 20,72	R\$ 87,15	R\$ 16,45	R\$ 103,60
9.6	Cinta para poste, seção circular, D170mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	17,78	R\$ 3,29	R\$ 21,07	R\$ 88,90	R\$ 16,45	R\$ 105,35
9.7	Cinta para poste, seção circular, D180mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	18,35	R\$ 3,29	R\$ 21,64	R\$ 91,75	R\$ 16,45	R\$ 108,20
9.8	Cinta para poste, seção circular, D190mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	18,50	R\$ 3,29	R\$ 21,79	R\$ 92,50	R\$ 16,45	R\$ 108,95
9.9	Cinta para poste, seção circular, D200mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	18,71	R\$ 3,29	R\$ 22,00	R\$ 93,55	R\$ 16,45	R\$ 110,00
9.10	Cinta para poste, seção circular, D210mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	19,16	R\$ 3,29	R\$ 22,45	R\$ 95,80	R\$ 16,45	R\$ 112,25
9.11	Cinta para poste, seção circular, D220mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	19,27	R\$ 3,29	R\$ 22,56	R\$ 96,35	R\$ 16,45	R\$ 112,80
9.12	Cinta para poste, seção circular, D230mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAGNOLE	20,84	R\$ 3,29	R\$ 24,13	R\$ 104,20	R\$ 16,45	R\$ 120,65

9.13	Cinta para poste, seção circular, D240mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	20,93	R\$ 3,29	R\$ 24,22	R\$ 104,65	R\$ 16,45	R\$ 121,10
9.14	Cinta para poste, seção circular, D250mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	21,36	R\$ 3,29	R\$ 24,65	R\$ 106,80	R\$ 16,45	R\$ 123,25
9.15	Cinta para poste, seção circular, D260mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	21,81	R\$ 3,29	R\$ 25,10	R\$ 109,05	R\$ 16,45	R\$ 125,50
9.16	Cinta para poste, seção circular, D270mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	22,47	R\$ 3,29	R\$ 25,76	R\$ 112,35	R\$ 16,45	R\$ 128,80
9.17	Cinta para poste, seção circular, D280mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	22,97	R\$ 3,29	R\$ 26,26	R\$ 114,85	R\$ 16,45	R\$ 131,30
9.18	Cinta para poste, seção circular, D290mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	23,57	R\$ 3,29	R\$ 26,86	R\$ 117,85	R\$ 16,45	R\$ 134,30
9.19	Cinta para poste, seção circular, D300mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	24,20	R\$ 3,29	R\$ 27,49	R\$ 121,00	R\$ 16,45	R\$ 137,45
9.20	Cinta para poste, seção circular, D310mm, padrão Celesc	5	pç	ROMAG-NOLE	28,72	R\$ 3,29	R\$ 32,01	R\$ 143,60	R\$ 16,45	R\$ 160,05
9.21	Isolador de pino, pilar classe 15kV, padrão Celesc;	6	pç	PLP	64,05	R\$ 31,60	R\$ 95,65	R\$ 384,30	R\$ 189,60	R\$ 573,90
9.22	Isolador roldana porcelana 72x72, padrão Celesc	30	pç	GERMER	2,93	R\$ 1,25	R\$ 4,18	R\$ 87,90	R\$ 37,50	R\$ 125,40
9.23	Mão francesa perfilada, padrão Celesc;	5	pç	ROMAG-NOLE	20,93	R\$ 3,38	R\$ 24,31	R\$ 104,65	R\$ 16,90	R\$ 121,55
9.24	Parafuso de cabeça quadrada, D16x125mm c/ porca, padrão Celesc;	6	pç	ROMAG-NOLE	3,40	R\$ 0,78	R\$ 4,18	R\$ 20,40	R\$ 4,68	R\$ 25,08
9.25	Parafuso de cabeça quadrada, D16x150mm c/ porca, padrão Celesc;	10	pç	ROMAG-NOLE	3,91	R\$ 0,83	R\$ 4,74	R\$ 39,10	R\$ 8,30	R\$ 47,40
9.26	Parafuso de cabeça quadrada, D16x200mm c/ porca, padrão Celesc;	50	pç	ROMAG-NOLE	3,94	R\$ 0,55	R\$ 4,49	R\$ 197,00	R\$ 27,50	R\$ 224,50
9.27	Parafuso de cabeça quadrada, D16x250mm c/ porca, padrão Celesc;	50	pç	ROMAG-NOLE	5,02	R\$ 0,69	R\$ 5,71	R\$ 251,00	R\$ 34,50	R\$ 285,50
9.28	Parafuso de cabeça quadrada, D16x300mm c/ porca, padrão Celesc;	50	pç	ROMAG-NOLE	5,99	R\$ 1,08	R\$ 7,07	R\$ 299,50	R\$ 54,00	R\$ 353,50

9.29	Parafuso de cabeça quadrada, D16x400mm c/ porca, padrão Celesc;	10	pç	ROMAG-NOLE	7,79	R\$ 1,23	R\$ 9,02	R\$ 77,90	R\$ 12,30	R\$ 90,20
9.30	Parafuso de cab. Abaulada D16x45mm, padrão Celesc	30	pç	ROMAG-NOLE	2,27	R\$ 0,27	R\$ 2,54	R\$ 68,10	R\$ 8,10	R\$ 76,20
9.31	Parafuso de cab. Abaulada D16x70mm, padrão Celesc	50	pç	ROMAG-NOLE	2,54	R\$ 0,55	R\$ 3,09	R\$ 127,00	R\$ 27,50	R\$ 154,50
9.32	Pino pilar 140x60mm	6	pç	ROMAG-NOLE	3,06	R\$ 1,27	R\$ 4,33	R\$ 18,36	R\$ 7,62	R\$ 25,98
9.33	Sela para Cruzeta, padrão Celesc;	4	pç	ROMAG-NOLE	7,61	R\$ 1,04	R\$ 8,65	R\$ 30,44	R\$ 4,16	R\$ 34,60
9.34	Tora de madeira D200x1000mm, padrão Celesc;	5	pç	GUARA-MIRIM	29,68	R\$ 161,13	R\$ 190,81	R\$ 148,40	R\$ 805,65	R\$ 954,05
9.35	Projetos Elétricos e Luminotécnicos decorativos	200	HH	GUARA-MIRIM	0,00	R\$ 42,03	R\$ 42,03	R\$ 0,00	R\$ 8.406,00	R\$ 8.406,00
								R\$ 98.918,30	R\$ 65.107,37	R\$ 164.025,67
	TOTAL R\$ 164.025,67 (Cento e Sessenta e Quatro Mil, Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Sete Centavos).									

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QT	UM.	CUSTO UM. ITEM	TOTAL	TOTAL COM BDI(27,2%)
OBJETO 1. AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO						
1	Serviços de deslocamento por chamada de veículo leve (tipo caminhonete equipada com cesto de elevação)	100	Chamada	R\$ 336,15	R\$ 33.615,00	R\$ 42.758,28
2	Serviços de deslocamento por chamada de veículo de grande porte (caminhão equipado com cesto de elevação)	15	Chamada	R\$ 413,10	R\$ 6.196,50	R\$ 7.881,95
3	Serviços de deslocamento para localidades rurais (kilometragem medida da sede do município até a localidade atendida)	2000	Km	R\$ 1,51	R\$ 3.029,40	R\$ 3.853,40
TOTAL DOS SERVIÇOS DE PROJETOS: R\$ 54.493,62 (Cinquenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Noventa e Tres Reais e Sessenta e dois Centavos).						R\$ 54.493,62

Irineópolis, 17 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL 16/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda.

Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda; seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição

de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 27/2015, Pregão Presencial nº 16/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; e Cristiano Back; Sr. Marcos Aurelio Straube - representante da empresa SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME; e Odirlei Dozorski - representante da empresa Fenix Informática e Telefonia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: SMI Tecnologia e Serviços Ltda ME e Fenix Informática e Telefonia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata..

Fenix Informática e Telefonia Ltda – ME

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	11	Microcomputador com configuração: Processador de 3.1 Ghz, 6mb cache, 4 nucleos reais, arquitetura 22nm, DMI 5 GT/s, TDP Maximo de 84w, suporte a SSE4.1/4.2, AVX, 64 bits, 2 canais de memória até 1600, 32gb Max, 25.6 de banda máxima da memória, gráfico embutido com frequência de 350MHz, até 3 displays; Placa Mãe compatível com o processador acima, 2 slots DDR3 dual channel, 1 slot PCI Express 2.0 x16, 2 slots PCI Express x1, vídeo integrado, 2xSata 3Gb/s, 2xSata 6Gb/s, Lan gigabit, áudio de 8 canais em alta definição com suporte a áudio para o painel frontal, 4x USB 2.0 no painel traseiro e 2x USB 3.0 no painel traseiro, modo de bios simplificado e avançado com configuração por mouse USB. Kit gabinete com fonte, teclado, mouse e caixa de som compatível com o equipamento; HD de 500 GB, Interface: SATA 3.0Gbps, Tamanho do Buffer DRAM: 8 MB, Drive de DVD-RW Memória de 4 GB, compatível com o equipamento;	NTC	1.828,00	20.108,00
04	03	Roteador Wireless N 300MBPS sem fio com 3 antenas de 3dbi destacáveis, 4 portas LAN e 1 porta WAN, Botão de configuração rápida com o computador.	TP-LINK	195,00	585,00
05	03	Caixa de Cabo de Rede CAT5e para uso Interno: 4 pares, condutores sólidos de cobre nu, 24AWG, marcação métrica decrescente com 305m.	FURUKAWA	379,00	1.137,00
08	300	Conector de Rede RJ45 para cabo de rede Cat5e, atende FCC 68.5 (EMI).	FURUKAWA	1,00	300,00
09	20	Kit Teclado Multimidia e Mouse Optico USB, teclado com teclas de baixo perfil, oito teclas de atalho para controle de mídia e funções de internet, a prova d'água, mouse com sensor óptico 800dpi e scroll vertical.	GENIUS	73,00	1.460,00
10	04	Hub: com 8 portas Ethernet (10/100).	TP-LINK	49,00	196,00
11	02	Switch: com 16 portas Ethernet (10/100) com suporte para rack.	TP-LINK	111,00	222,00
12	04	Transformador 110/220 1000VA	FORCE LINE	159,00	636,00
14	10	Cabo de força tripolar padrão novo	FORCE LINE	5,00	50,00
15	02	Testador de Cabo de rede: Conexões RJ45 e RJ 11. Acompanha bolsa para transporte e bateria compatível.	NAZDA	47,50	95,00
16	05	Adaptador de Rede sem fio USB padrão N, até 150mbps, acompanhando base e cabo de extensão de 1,5 m para a conexão do adaptador em mesas, antena destacável de 4dbi.	TP-LINK	69,00	345,00
17	02	Cartão de memória Micro SD 32 giga classe 10	SANDISK	115,00	230,00
18	02	Pendrive 16GB	SANDISK	40,00	80,00
19	02	Memória RAM 4GB DDR3 PC3-10600	KINGSTON	212,00	424,00
20	04	Access Point sem fio com 3 antenas de 4dbi destacáveis, padrão N, função de alimentação POE, Botão de configuração rápida com o computador.	TP-LINK	189,00	756,00
TO-TAL R\$					26.624,00

SMI Tecnologia e Serviços Ltda – ME

Item	Qtd	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	11	Monitor LCD TFT 19.5" Widescreen 16:9: retroiluminação LED, resolução: 1600x900@60Hz, contraste 10.000.000:1, tempo de resposta de 5ms, OSD em Português, bivolt, preto.	AOC	428,80	4.716,80
03	11	Nobreak Potência nominal de 600VA: Entrada Bivolt automática (110V/220V) com saída 110V, com 6 tomadas, função DC Start, recarga automática da bateria (mesmo quando desligado).	-	312,90	3.441,90

07	02	Impressora Multifuncional Laser Colorida Funções: Imprimir, Copiar, Digitalizar Velocidade de Impressão em preto: Até 17 ppm, Velocidade da Impressão Colorida: 4 ppm, Resolução de Impressão ótima para preto e colorido: 600 x 600 dpi. Processador: 600 Mhz, Memória: 128MB, Display LCD informativo Colorido, Ciclo de serviço mensal: Até 20000, Conectividade: Interface USB 2.0, 1 Ethernet 10/100, 1 Sem Fio 802.11b/g/n. Especificação do Scanner: Base plana, alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade de 35 folhas, Formatos dos arquivos digitalizados, JPEG, TIF, BMP, PDF, PNG, Resolução de digitaliza- ção, óptica: Até 1200 dpi, Configurações de redução/ampliação de cópia de 25 até 400%, Compatível com Windows 8, Windows 7, XP.Acompanhando transformador de 110 para 220 com potencia de 1000VA.	-	1.665,00	3.330,00
13	10	Fonte ATX 350W	-	113,90	1.139,00
TO- TAL R\$					12.627,70

Irineópolis, 17 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 43/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43/2015

PREGÃO PRESENCIAL 25/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 43/2015, Pregão Presencial nº 25/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra Ana Maria Onevetch - Assessora Juridica; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Clemente Jackiw - representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda; Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Frutas Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda; e Papelaria São Bento Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 43/2015, Pregão Presencial nº 25/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra Ana Maria Onevetch - Assessora Juridica; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sr. Clemente Jackiw - representante da empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda; Charles Gilson Ritzmann - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda; e Papelaria São Bento Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. A empresa Lech & Cia Ltda apresentou o item 7, subitem 7.2 alínea "b" vencida, a comissão então abre prazo de 05 dias úteis, conforme Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, da lei 123/2006. Ficando marcado para dia 14 de setembro de 2015, às 09:00 horas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 43/2015, Pregão Presencial nº 25/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Foi realizada a análise do documento faltante na qual a empresa apresentou a certidão descrita no item 7, subitem 7.2 alínea "b" ficando então constatado que a empresa Lech & Cia Ltda apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Lech & Cia Ltda EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição dos Alimentos	Valor unitário R\$	Valor máximo total R\$
01	720	CESTA	Contendo: 01 pacote: açúcar branco refinado - embalagem de 5 Kg; 01 caixa: Amido de milho – embalagem de 500g; 02 pacotes: Arroz parboilizado longo, fino tipo 1 – embalagem de 5 Kg; 01 kg de Banha suína; 01 pacote: Biscoito doce sortido – embalagem com 800g; 03 Quilos: carne de ave – coxa sobre coxa congelada sem tempero; 03 quilos: carne suína congelada sem tempero; 01 lata: creme de leite – embalagem de 300g; 01 pote: doce de frutas em pasta – embalagem de 400g; 01 pote: doce de leite em pasta – embalagem de 400g; 01 caixa: erva de chá mate tostado – embalagem de 500g; 01 lata: ervilha em conserva – embalagem de 200g; 01 lata: extrato de tomate – embalagem de 870g; 01 pacote: farinha de milho tipo biju branca – embalagem de 01 Kg; 02 pacotes: farinha de trigo especial, tipo 1, enriquecido com ferro e ácido fólico – embalagem de 05 Kg; 03 pacotes: feijão tipo 1 (safra 2012-2013) – embalagem de 01 Kg; 01 fermento biológico, seco instantâneo – embalagem de 125 g; 01 lata: fermento em pó químico – embalagem de 100g; 01 pacote: fubá de milho pré cozido enriquecido com ferro e ácido fólico – embalagem de 500g; 02 caixas: gelatina em pó – embalagem de 45g; 01 lata: leite condensado – embalagem de 395g; 02 pacotes: leite em pó – embalagem de 400g; 01 pacote: macarrão tipo parafuso e/ou espaguete – embalagem de 1 Kg; 01 pote: maionese – embalagem de 500g; 01 pote: margarina vegetal, com sal – embalagem de 1Kg; 01 lata: milho verde em conserva – embalagem de 200g; 03 embalagens de óleo refinado – 900ml; 01 caixa – ovos brancos – embalagem com 12 unidades; 01 pacote: pó para café, torrado e moído – embalagem de 500g; 01pacote: quirera – embalagem de 1Kg; 01 pacote: refresco em pó, diversos sabores – embalagem de 500g; 01 pacote: sabão em barra glicerinado, tipo 1 – embalagem com 05 unidades; 01 caixa: sabão em pó, tipo 1 – embalagem de 1Kg; 01 pacote: sagu de mandioca, tipo 1 – embalagem de 500g; 01 pacote: sal refinado iodado – embalagem de 1 Kg;	180,00	129.600,00
TOTAL R\$ 129.600,00 (CENTO E VINTE E NOVE MIL E SEISCENTOS REAIS)					

Irineópolis, 17 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

ATA RP PROC 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2015, Pregão Presencial nº 26/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Johnny Kobilanski Neves - representante da empresa Michael Kobilanski Neves ME. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento da proposta e habilitação. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Michael Kobilanski ME Neves segue classificada para a fase de lances e julgamento da proposta. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento d propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 46/2015, Pregão Presencial nº 26/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sr. Johnny Kobilanski Neves - representante da empresa Michael Kobilanski Neves ME. Foi realizada a análise dos documentos apresentado pela empresa: Michael Kobilanski Neves ME e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07

do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Michael Kobilanski Neves – ME

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário	Valor total R\$
01	15.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 1999, com capacidade para no mínimo 42 (quarenta e dois) passageiros, para viagens esporádicas municipais	4,40	66.000,00
02	15.000	Quilômetros	01 Ônibus com ano de fabricação igual ou superior a 1999, com capacidade para no mínimo 28 (vinte e oito) passageiros, para viagens esporádicas municipais	3,66	54.900,00
TOTAL R\$ 120.900,00 (cento e vinte mil e novecentos reais)					

Irineópolis, 17 de junho de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016 - FMS

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 16/2016

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO ao 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 13/2013, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Reunidas Turismo S.A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC, neste ato representada por sua Gestora, Sra. GISELI KEMPINSKI, inscrita nº CPF sob nº 037.800.599-59, e a empresa Reunidas Turismo S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Herculanu Coelho de Souza, 555, Bairro Reunidas, cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.176.082/0001-80, neste ato representada pelo senhor Rui Caramori, portador do CPF nº 170.895.909-25, e RG nº 6.642.236, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 06/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2013, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a supressão de viagens interestaduais descrita na Cláusula Segunda do Contrato nº 13/2013, 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 13/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Ficam suprimidos do termo original o seguinte item:

VIAGENS INTERESTADUAIS

Cidade de Referência	Valor anterior (R\$)	Valor do reajuste 9,8199%	Valor reajustado (R\$)	Quantidade de Passagens Previstas	Valor total reajustado (R\$)	Valor anterior Previsto (R\$)
Curitiba	42,633	4,1865	46,8195	240	11.236,68	10.231,92
TOTAIS					11.236,68	10.231,92

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea "b", do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei nº 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Irineópolis - SC, 07 de junho de 2016.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis Giseli Kempinski	Reunidas Turismo S.A. Rui Caramori
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome: Valdir Marafigo CPF: 017.851.289-30	Nome: Gessica Greschechen CPF: 733.064.959-72
--	--

EXTRATO DO CONTRATO N° 17/2016 - FMS

CONTRATO N° 17/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de transporte de pacientes do SUS, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Reunidas Turismo S.A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, com sede administrativa estabelecida à Avenida 22 de Julho, nº 1080, em Irineópolis - SC, neste ato representada por sua Gestora, Sra. GISELI KEMPINSKI, inscrita nº CPF sob nº 037.800.599-59, e a empresa Reunidas Turismo S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Herculanio Coelho de Souza, 555, Bairro Reunidas, cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.176.082/0001-80, neste ato representada pelo senhor Rui Caramori, portador do CPF nº 170.895.909-25, e RG nº 6.642.236, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 06/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 03/2013, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Vigésima do Contrato nº. 13/2013, conforme ofício nº 273/2016 de 06 de junho de 2016 da Senhora Giseli Kempinski – Secretária da Saúde e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira em 06 de junho de 2016, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, contados a partir do dia 07.06.2016 até 06.06.2017.

CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º., da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Sexta do Contrato nº. 13/2013, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Segunda do 2º Termo Aditivo do Contrato nº. 14/2015.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 9,8199%, no valor de R\$ 12.697,39 (Doze mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos) conforme discriminado na tabela abaixo:

VIAGENS INTERMUNICIPAIS

Cidade de Referência	Valor anterior (R\$)	Valor do reajuste 9,8199%	Valor reajustado (R\$)	Quantidade de Passagens Previstas	Valor total reajustado (R\$)	Valor anterior Previsto (R\$)
Florianópolis	96,440	9,4700	105,91	480	50.836,80	46.291,20
Joinville	56,554	5,553	62,107	600	37.264,20	33.932,40
Jaraguá do Sul	56,554	5,553	62,107	600	37.264,20	33.932,40
Mafra	27,460	2,696	30,156	552	16.646,11	15.157,92
TOTAIS	TOTAIS				142.011,31	129.313,92

CLAUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 07 de junho de 2016.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis Giseli Kempinski Contratante	Reunidas Turismo S.A. Rui Caramori Contratada
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafio CPF: 494.718.649-68	Nome: Gessica Grechechen CPF: 733.064.959-72

PORTARIA N ° 135/2016

PORTARIA N °. 135/2016.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho celetista CLAUDIA HELOISA KUCHLA, nascida em 14/07/1982, portadora do CPF n ° 042.182.399-24, RG. n ° 8.158.096-0 SSP/SC, para exercer o cargo de Enfermeira para ESF (40h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura

Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 136/2016

PORTARIA Nº 136/2016.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, a servidora REGIANE ANTONINA STACHERA, do cargo de Professora de Inglês (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 307/2015 de 01/09/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/06/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 137/2016

PORTARIA Nº. 137/2016.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar em data de 20/06/2016, em razão de resultado do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 355/2015 de 11/11/2015 o servidor EDSON SCHWISTSKE, do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, para o qual foi admitido através da Portaria nº 293/2011 de 04/10/2011.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/06/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

Processo Licitatório nº 14/2016, Pregão Presencial nº 14/2016. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de Serviços de Lavagem dos Veículos utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 01 de julho de 2016; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 01 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, Av. Getúlio Vargas, 308 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 2211. Itaiópolis/SC, 17/06/2016. José Heraldo Schritke, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Prefeitura Municipal de Itaiópolis

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato Nº 12/2016. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de prevenção e combate a incêndio e Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), no Centro Educativo Itaiópolis. Contratada: J. Lopes Construções Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA – Alteração da Cláusula Quarta – DO PRAZO E VIGÊNCIA. Fica prorrogado o prazo da vigência do referido contrato para mais 60 (sessenta) dias. Passando a vigência do referido contrato do dia 23 de maio de 2016 para o dia 21 de julho de 2016. Itaiópolis, 17/06/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 78 / 2016 – TOMADA DE PREÇOS 02.005.2016 – CONTRATO 048/2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 406.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

##ATO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO

Processo nº 78 / 2016 – Tomada de Preços 02.005.2016 – Contrato 048/2016

Base Legal: Lei 8.666/93 e alterações.

Objeto: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua 406.

Valor Total: R\$685.005,46(seiscentos e oitenta e cinco mil, cinco reais e quarenta e seis centavos).

Prazo: 120(cento e vinte) dias.

Empresa: R. JUGLER CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – ME.

Itapema, 16 de junho de 2016.

EVERALDO DARÓS

DIRETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 549, de 14 de junho de 2016

DECRETO Nº 549, de 14 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.655, de 14 de junho de 2016, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.667.000,00 (quinhentos e setenta e seis mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III, ANEXO IV, ANEXO V, ANEXO VI e ANEXO VII.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III, ANEXO IV, ANEXO V, ANEXO VI e ANEXO VII. da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

Decreto nº 554, 17 de junho de 2016

DECRETO Nº 554, de 17 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.651, de 14 de junho de 2016, que Dá nova redação ao art. 7º da Lei Municipal nº 2.639/2015 que "Estima a Receita e Fixa Despesa do Município de Ituporanga para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. O caput e o inciso II, do art. 7º da Lei Municipal nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 que "Estima a Receita e Fixa Despesa do Município de Ituporanga para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências", passam a ter a seguinte redação:

Art. 7º. O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, até o limite de 24,50% (vinte e quatro vírgula cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das subfunções de governo, utilizando como fontes de recursos:

.....

II - a anulação parcial de dotações orçamentárias, limitada a

24,50% (vinte e quatro vírgula cinquenta por cento) da unidade orçamentária objeto da anulação, desde que não comprometa a sua execução;

.....

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 17 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.922/2016

D E C R E T O Nº 10.922/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal ALINE ROBERTA CABRAL REINHOLD, matrícula 9360, para compor a COMISSÃO ESPECIAL do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016-FMS, constituída pelo Decreto Municipal Nº 10.911/2016, de 07/06/2016.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 139/2016 AO CONTRATO Nº 442/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 139/2016 AO CONTRATO Nº 442/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 099/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos III e VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: UNIÃO PROJETOS, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para ampliação de cobertura, reparos elétricos e acessibilidade no C.M.E.I Cecília Satler Karsten (área de 73,94m²), localizado na Rua Walter Bartel, 71 no Bairro João Pessoa em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos III e VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 06/04/2016 com término em 04/06/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 03 de agosto de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo a fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.614/2015, servidora pública Engenheira Fabieli Pilatti, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada. As demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA DA ASSINATURA: 04/04/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Alcir André da Cruz.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

FC - CHAMADA PÚBLICA EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016-FC PROGRAMA INCENTIVANDO TALENTOS – BOLSAS DE ESTÍMULO A CULTURA

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016-FC

PROGRAMA INCENTIVANDO TALENTOS – BOLSAS DE ESTÍMULO A CULTURA

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Presidente da Fundação Cultural, Sidnei Marcelo Lopes, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1.016/1985, de 04 de abril de 1985 e Lei Complementar nº 72/2007, de 09 de outubro de 2007, em parceria com o Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, com fundamento na Lei Municipal nº 4.845/2007 e suas alterações e em obediência às disposições do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e art. 25, caput, da Lei 8.666/93, torna público o EDITAL DE CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas Sem Fins Lucrativos, para prestação de serviços técnicos especializados nas áreas artístico culturais, por meio da concessão de bolsas culturais junto ao Programa Incentivando Talentos – Bolsas de Estímulo a Cultura, de acordo com as normas e regras do Edital e seus anexos. JUSTIFICATIVA: Neste caso a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permite, selecionar entidades que demonstrem a infraestrutura e as condições técnicas necessárias ao atendimento do objeto, desde que preenchidas todas as exigências e condições estabelecidas do Edital e seus anexos. REGIMENTO: O procedimento licitatório e o contrato que dele resultar, obedecerão integralmente as leis vigentes no país, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei 4.845, de 14 de dezembro de 2007, Lei 5.045, de 05 de setembro de 2008, Lei 5.293, de 19 de agosto de 2009, Lei 6.002, de 16 de junho de 2011 e demais legislações aplicáveis a matéria. PERÍODO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO: As entidades interessadas deverão solicitar o seu credenciamento no período de 20/06/2016 a 04/07/2016, através da Ficha de Credenciamento disponível no portal da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural>. A Ficha de Credenciamento devidamente preenchida e assinada deverá ser entregue na sede da Fundação Cultural, acompanhada dos documentos arrolados no item 6 do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2016-FC. INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre o Edital de Credenciamento poderão ser obtidos na sede da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul pelo telefone (47) 2106-8718 | 2106-8702, de 2ª a 6ª feira, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, ou através do e-mail projetos.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br, com Valdívnia G. Moreira ou Laci Felippi. OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do presente Edital e seus anexos, poderão ser solicitados gratuitamente através do e-mail projetos.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br ou obtido através do site www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural. Jaraguá do Sul (SC), 16 de junho de 2016. Sidnei Marcelo Lopes. Presidente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

FC - PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, por meio do seu Presidente, Sidnei Marcelo Lopes, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1.016/1985, de 04 de abril de 1985 e Lei Complementar nº 72/2007, de 09 de outubro de 2007 e, CONSIDERANDO o Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais, datado de 02 de dezembro de 2015, CONSIDERANDO a ata da Comissão de Análise, designada através da Portaria 014/2016, datada de 15 de junho de 2016, onde consta a relação dos proponentes habilitados na 2ª Etapa – Documentos de Habilitação,

RESOLVE:

Art. 1º **DIVULGAR**, a relação dos proponentes habilitados na 2ª Etapa – Documentos de Habilitação, do Edital de Concurso 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais:

I. ARTES INTEGRADAS:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
19133/2016	MAYKON PAULO JUNKES RAIZER DA CRUZ	FISICALIDADE CÊNICA – GRUPO DE PESQUISA EM BIO-MECÂNICA TEATRAL	R\$ 20.000,00
17568/2016	CENTRO CULTURAL NEUE HEIMATH	DIFUSÃO DA CULTURA ALEMÃ	R\$ 20.000,00
17977/2016	TIAGO DE OLIVEIRA	A ÁRVORE MÁGICA – UM CONCERTO TEATRAL COM HARPA NAS ESCOLAS	R\$ 19.998,13
19241/2016	JOSÉ ANTÔNIO SCHERER	II MOSTRA DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS GAUCHES-CAS	R\$ 19.999,00

II. ARTESANATO:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
18053/2016	CASA DE APOIO PE. ALOISIO BOEING	OFICINA DE ESCULTURA DE BUSTOS EM ARGILA	R\$ 19.930,00

III. ARTES VISUAIS:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
19014/2016	LOURIVAL MARCOS CARDOSO	SONHO – O DESPERTAR DA PROCURA	R\$ 20.000,00
17607/2016	RODIVANA KÖHNTOPP	CONFECÇÃO DE PAINÉIS CERÂMICOS	R\$ 20.000,00

IV. AUDIO VISUAL:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
17964/2016	SANDRA MARIA SIMIONI	EXIBIÇÃO DE CINEMA JARAGUAENSE NAS ESCOLAS	R\$ 17.291,26

V. DANÇA:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
16803/2016	JOSÉ CARLOS KNISS	SALA ESCURA	R\$ 20.000,00
18948/2016	MARLI SCHALINSKI FORTE	OS SETE PECADOS CAPITAIS	R\$ 20.000,00
18946/2016	ANA AUGUSTA D. BARBETTA	TANGO, MILONGAS & AMIGOS "OS GRANDES MESTRES"	R\$ 20.000,00
18950/2016	FERNANDO OESCHLER	O FOLE RONCOU – UMA HISTÓRIA DE FORRÓ	R\$ 20.000,00
18947/2016	DAYANA KARINA DA SILVA	DANÇA JARAGUÁ	R\$ 20.000,00

VI. CIRCO:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
17194/2016	JENNIFER KAROLINE MODES	FORMAÇÃO EM PALHAÇARIA	R\$ 20.000,00

VII. LITERATURA:

PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
19012/2016	CARMEN DENISE RAVIZZONI	O OUTRO LADO DO VIDRO	R\$ 20.000,00
17199/2016	NELSO VICENTE SARDO	POESIA QUE ALIMENTA	R\$ 20.000,00
19017/2016	GIOVANE V. Z. SCHMAUCH	PUBLICAÇÃO DE LIVRO – DIAS CONTADOS	R\$ 12.909,37

17122/2016	VANUCCI BERNARD DEUCHER	MALANDRICES	R\$ 20.000,00
17081/2016	ELCIO APARECIDO RODRIGUÊS	A MORTE É DOCE COMO UM SÁBADO NO PARQUE – SONETOS E POEMAS	R\$ 13.500,00
17262/2016	ARISTON GONÇALVES DA SILVA JÚNIOR	CEM CANÇÕES, SEM CANÇÕES	R\$ 17.044,39
VIII. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS:			
PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
18602/2016	JOVENAL ADRIANO JUNIOR	“II ENCONTRO NACIONAL ABADÁ – CAPOEIRA”	R\$ 20.000,00
17771/2016	ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE	TRAJE TÍPICO	R\$ 19.960,00
18204/2016	DANIELE STRELOW STEINERT	“VON EISENACH ZU JARAGUÁ”	R\$ 19.280,64
18206/2016	SIDINEI KLEEMANN	UM “DIRNDL” PARA A HISTÓRIA DO GRUPO FOLCLÓRICO GRÜNES TAL	R\$ 19.999,39
18949/2016	INECAJO – INSTITUTO EMILIO CARLOS JOURDAN	SUA MAJESTADE O SAMBA	R\$ 20.000,00
18042/2016	JOÃO VICTOR CHRUCHELSKI	BERIMBAU EDUCADOR	R\$ 18.295,40
18041/2016	JOÃO VICTOR CHRUCHELSKI	CAPOEIRANDO	R\$ 12.245,26
18866/2016	BLOCO DE CARNAVALESCO EM CIMA DA HORA	UM SONHO CHAMADO CARNAVAL	R\$ 20.000,00
IX. MÚSICA:			
PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
18196/2016	SAMUEL PEREIRA CHIODINI	LANÇAMENTO TEMPERO MODERNO	R\$ 20.000,00
18893/2016	ENRICK TAVARES BARCAROLO	JAZZ BRASILEIRO – UM ENCONTRO ENTRE A GUITARRA E O ACORDEON	R\$ 19.544,83
X. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL EDIFICADO:			
PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
19041/2016	IECLB – PARÓQUIA APÓSTOLO PEDRO	RESTAURO ESCOLA EVANGÉLICA JARAGUÁ	R\$ 44.520,00
19067/2016	ENO RUX	CASA ENO RUX (ETAPA 02)	R\$ 45.000,00
19066/2016	ELIANE JOCELI SILVEIRA	CASA EURIDES SILVEIRA (ETAPA 03)	R\$ 45.000,00
19139/2016	APP ESCOLA DE ED. BÁSICA ELZA GRANZOTTO FERRAZ	RESTAURO ESCOLA DE ED. BAS. ELZA G. FERRAZ	R\$ 44.795,00
19040/2016	CARLOS EDUARDO MANN	RESTAURO CASA MANN	R\$ 41.135,37
18693/2016	TARCISIO JOSE MARANGONI	RESTAURO RESIDÊNCIA MARANGONI	R\$ 45.000,00
19191/2016	WIGANDO MEIER	RESIDÊNCIA WIGANDO MEIER – RESTAURO CASA ENXAIMEL	R\$ 44.959,31
18822/2016	NELSON JOSÉ PEREIRA	CASA HANSEN	R\$ 35.500,00
XI. PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL:			
PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR
17500/2016	GILMAR FÉLIX HENN	13ª FESTA DO AIPIM – COMUNIDADE SANTA CRUZ	R\$ 20.000,00
18058/2016	NEIMAR BISEWSKI LUIZ	PATRIMÔNIO CULTURAL DO INSTRUMENTO BANDONEON	R\$ 19.966,67
18055/2016	SILVIO NAZIR WILTUSCHNIG	HOCHZEITSKISTE – CAIXA DE NOIVAS	R\$ 20.000,00
18266/2016	MUSEU DI FERRAMENTA D'AFARRI DEI NONNI	MEMORIAL FOTOGRÁFICO DO BAIRRO SANTA LUZIA	R\$ 19.799,60
XII. TEATRO:			
PROCESSO Nº	PROPONENTE	PROJETO	VALOR

18703/2016	LUCAS ADOLFO BAUMER	COLETIVO CRIATIVO EM DRAMATURGIA – CCD	R\$ 19.830,00
17436/2016	LIANA ENKE	APRESENTAÇÃO TEATRAL	R\$ 20.000,00
19047/2016	RAUL VITOR CARNEIRO RODRIGUES SOARES	VALENTINA E O CACHORRO CHAPÉU	R\$ 20.000,00
17196/2016	ADRIANA NIÉTZKAR	ROBÔS – MONTAGEM	R\$ 20.000,00
17432/2016	SCARAVELHO CIA TEATRAL	TEATRO PLAYBACK	R\$ 20.000,00
17197/2016	SUZI DAIANE DA SILVA	MONTAGEM: IVAN, O DEFEITUOSO	R\$ 20.000,00
17434/2016	ANDERSON L. DOS S. SECCO	MARIA LAVADEIRA ENCENA	R\$ 20.000,00
17200/2016	SABRINA APª ANDRADE	PIRATA INVADE	R\$ 20.000,00
17431/2016	PAULO HENRIQUE SILVA	PALHAÇOS DA GRAÇA	R\$ 20.000,00

Art. 2º Os projetos dos proponentes acima relacionados, serão submetidos à 3ª Etapa – Apreciação dos Projetos pelo Conselho Municipal de Cultura, conforme o item 11.1 e item 11.5 do Edital de Concurso 131/2015-FC.

Art. 3º A relação dos projetos que serão premiados com recursos do Fundo Municipal de Cultura, será divulgada através de Portaria expedida pelo Presidente da Fundação Cultural, no portal da Fundação Cultural <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fundacaocultural>, no dia 30 de junho de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural

FC - RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2016-FC

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2016-FC

OBJETO: Locação de um galpão industrial em alvenaria, com 1.146,154m², habite-se 1273/2003 que se destina ao funcionamento da Sede do ARQUIVO HISTÓRICO "EUGÊNIO VITOR SCHMÖCKEL (órgão da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul-SC) e um galpão menor intitulado refeitório, em alvenaria, com 101,55m², habite-se 2363/2003 que se destina a higienização e restauração de documentos.

PROJETO/PROGRAMA: Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico
Manutenção Patrimonial – Fundação Cultural

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: HG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, CNPJ/MF nº 03.822.641/0001-10, por intermédio da empresa INTERIMÓVEIS Intermediária de Imóveis Ltda., CNPJ/MF 79.014.007/0001-12 – CRECI Nº 0914-J, estabelecida na Rua João Picolli, 104 – Telefone (47) 3371-2117 – Jaraguá do Sul – SC.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), totalizando o valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), pelo período de 12 (doze) meses. O pagamento será realizado até o segundo dia útil de cada mês seguinte ao vencido, mediante o recebimento e aprovação de recibo ou nota fiscal pela FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL/SC.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos consignados das seguintes dotações orçamentárias dos exercícios de 2016 e 2017, a saber: seis meses do orçamento de 2016, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) e seis meses do orçamento 2017, no valor de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) como segue:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	Próprios
13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios
13.122.0300.4.102	Manutenção Patrimonial – Fundação Cultural	3.3.90 - Aplicações Diretas	06	Próprios
13.122.0300.4.102	Manutenção Patrimonial – Fundação Cultural	3.3.90 - Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios

Obs.: As dotações orçamentárias para o Exercício 2017 serão aquelas que vierem a suceder as atuais "11" e "6", permanecendo inalteradas as demais informações contidas na tabela acima.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, tendo início em 01/06/2016 com término em 31/05/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.
Jaraguá do Sul (SC), 17 de junho de 2016.

Vera de Tofol
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural de
Jaraguá do Sul

FME - EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO Nº 023/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO Nº 023/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município; Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005; Lei Federal 8.666/93 e demais alterações; Lei Municipal n.º 4.327, de 21 de junho de 2006; e Lei Municipal n.º 4.367, de 08 de agosto de 2006.

PERMITENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO

PERMISSIONÁRIA: SPORT MAIS TÊXTIL LTDA. ME

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a Outorga da permissão, pela PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, do uso remunerado do camarote nº 18, correspondente ao item "16" do Anexo I, localizado no pavimento 02, do denominado complexo esportivo "Arena Multiúso Jaraguá", situada a Rua Gustavo Hagedorn nº 636 – bairro: Nova Brasília – Jaraguá do Sul/SC, contendo uma área construída de 45,60 m² (quarenta e cinco inteiros e sessenta centésimos de metros quadrados), conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Espaço Físico	Pavimento	Área (m²)	Valor R\$ 1 ano/ 12meses
16	1	Camarote (18)	2	45,60	7.337,04

DAS REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A PERMISSIONÁRIA pagará à PERMITENTE a importância total de R\$ 7.337,04 (sete mil trezentos e trinta e sete reais e quatro centavos), da seguinte forma: em até 3 (três) parcelas, iguais e bimestrais, sendo que a primeira parcela deverá ser paga/quitada no ato da assinatura do contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Por se tratar de procedimento licitatório na modalidade de Concorrência para Permissão de Uso Remunerada de Camarotes, do Tipo Maior Oferta POR ITEM, com a finalidade de outorga da permissão de uso remunerada dos camarotes descritos no Anexo I do Edital, havendo apenas a previsão de receita à PERMITENTE, não haverá a necessidade de aplicação de recursos orçamentários da PERMITENTE.

DATA DA ASSINATURA: 16/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Jean Carlo Leutprecht e Letícia Erdmann Krusch

Jean Carlo Leutprecht
Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Turismo

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2016

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL em conformidade com o que estabelece a legislação vigente, notifica o Sr. JORGE LUIZ DA SILVA SOUZA, brasileiro, professor, portador da cédula de identidade n.º 5810181, inscrito no CPF sob n.º 660.910.557-04, no sentido de o mesmo compareça a sede da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, localizada a Av. Getulio Vargas, n.º 405, bairro Centro, a fim de tratar de assuntos de seu interesse, relativos ao Contrato nº 038/2011/FC, firmado entre a Fundação Cultural e a empresa Beckus Organizações e Eventos Ltda., cujo objeto consistiu na contratação de "cachet de apresentação musical do grupo Bera Samba, do cantor Marquinho Diniz e do cantor sertanejo Rai, realizado durante o dia 29 de abril de 2011 na sede da Associação Recreativa dos Servidores Públicos Municipais – ARSEPUM".

A presente Notificação, decorrente de orientação expressa no Of. 0989/2015/Cogem, face ao Processo Administrativo Geral nº 001/2015, dirige-se a pessoa do responsável pelos recursos desta Fundação na época da ocorrência dos fatos.

Notifique-se.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes – Presidente

Notificado:

Jorge Luiz da Silva Souza
Rua Felipe Schmidt, 218 - apto 204
Centro
Jaraguá do Sul
Cep 89251-060

PORTARIA Nº 484/2016

PORTARIANº 484/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 068/2016/Semob, de 1º/06/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ALBERONE MATIAS, matrícula 7713, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE PEDREIROS - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ALCIDES NEGHERBON, matrícula 10307, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE OFICINA - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, AMAURI FRANCISCO HRUSCHKA, matrícula 9474, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE APOIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - Semob - (FG2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, AURISTELA DE SANTANA RIBEIRO, matrícula 7285, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - Semob - (FG2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, CLAITON LUÍS MARTENDAL, matrícula 8143, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - ÁREA 5 - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, IRINEU MULLER, matrícula 7149, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, LEONARDO PANGRATZ, matrícula 2846, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados e Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - ÁREA 4 - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, REINALDO MAMEDES DA SILVA, matrícula 7498, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DE JARDINAGEM - Semob - (FG3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 485/2016

PORTARIANº 485/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 068/2016/Semob, de 1º/06/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, MÁRCIO BYLAARDT, matrícula 1972, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE OBRAS GERAIS, COMUNITÁRIAS E CONVENIADAS - Semob, da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 486/2016

PORTARIANº 486/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 312/2016/Semur, de 07/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/06/2016, CLARICE LÚCIA NARDI CORAL, matrícula 3770, ocupante do cargo efetivo de Engenheira, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE ANÁLISE E EDIFICAÇÕES - Semur - (FG1), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 487/2016

PORTARIANº 487/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 013/2016/Sema-GTI, de 04/05/2016, da Gerência de Tecnologia da Informação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, MARCELO BARRETO NEES, matrícula 7845, ocupante do cargo efetivo de Analista de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO DE REDE - Sema - (FG1), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ROGÉRIO PETT, matrícula 8554, ocupante do cargo efetivo de Analista de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS - Sema - (FG1), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, LEONARDO HAFFERMANN, matrícula 8438, ocupante do cargo efetivo de Assistente de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE INFORMÁTICA - Sema - (FG2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 488/2016

PORTARIANº 488/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014; e
CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 244/2016/Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, KARINE FESTUGATTO, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 8496, Educadora Esportiva, lotada na Secretaria Municipal da Administração, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.2º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, VERONICA REGINA PAUL PACIELLO MATILE, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 8788, Educadora Esportiva, lotada na Secretaria Municipal da Administração, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.3º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, VIVIAN CAMPOS MARTINS, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 8457, Educadora Esportiva, lotada na Secretaria Municipal da Administração, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.4º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, ABILIO JULIO DA COSTA, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 9648, Educador Social, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.5º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, AIRTON LUIZ SCHIOCHET, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 3711, Professor de Ensino

Fundamental - Lic. Plena, lotado na Secretaria Municipal da Educação, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.6º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, MILTON CESAR MATEUS, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 8690, Professor de Ensino Fundamental - Lic. Plena, lotado na Secretaria Municipal da Educação, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.7º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, LUDERITZ GONÇALVES FILHO, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 4405, Professor de Ensino Fundamental - Lic. Plena, lotado na Secretaria Municipal da Educação, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.8º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, CLAUDIO MARCELO DE ALMEIDA, servidor público municipal efetivo e estável, matrícula 8242, Professor de Ensino Fundamental - Lic. Plena, lotado na Secretaria Municipal da Educação, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.9º CEDER à FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, por 40 (quarenta) horas semanais, DENISE SUELI HENN, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 10264, Turismóloga, lotada na Secretaria Municipal da Administração, no período de 1º de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, com ônus para o Município.

Art.10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 489/2016

PORTARIANº 489/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 087/2016/Sedef, de 16/06/2016, da Secretaria Municipal da Defesa Civil;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, KRISTIAN ROBSON IACHINSKI, matrícula 9483, ocupante do cargo efetivo de Motorista

de Veículos Pesados e Ambulância, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL - Sedef -(FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 490/2016

PORTARIANº 490/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 087/2016/Sedef, de 16/06/2016, da Secretaria Municipal da Defesa Civil;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, JOÃO SILVANIR IANEGITZ, matrícula 7682, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL - Sedef - (FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 491/2016

PORTARIANº 491/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 162/2016/DGP/Sema, de 04/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, DANIELLE WANESSA WEEGE, matrícula 9043, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para

exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE FOLHA DE PAGAMENTO (RH) NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO - Sema - (FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 492/2016

PORTARIANº 492/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 162/2016/DGP/Sema, de 04/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, AITA MARI ZANOTTO, matrícula 2300, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO - Sema - (FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 493/2016

PORTARIANº 493/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 335/2016/Semur, de 16/06/2016, da Secretaria Municipal do Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, GEOMIR MANOEL PEREIRA, matrícula 5252, ocupante do cargo efetivo de Cartógrafo, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE CADASTRO TÉCNICO - Semur

- (FG1), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, HELIO CESAR TOMIO, matrícula 7959, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ANÁLISE DE PARCELAMENTO DO SOLO - Semur - (FG1), da Secretaria Municipal do Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ROBERTO LUIS ZEHN- DER, matrícula 8070, ocupante do cargo efetivo de Cartógrafo, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO - Semur - (FG2), do Poder Executivo do Município.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 494/2016

PORTARIANº 494/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0658/2016/Semsa, de 16/06/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, AUGUSTO CÉSAR POF- FO, matrícula 7039, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ZOONOSES - Semsa - (FG1), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, SIDNEI CORREA DE AL- MEIDA, matrícula 7263, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Almoarifado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DOS PLANOS DE RACIONALIZAÇÃO DE DESPESAS - Semsa - (FG3), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, REGINALDO PANSTEIN, matrícula 8898, ocupante do cargo efetivo de Agente de Logística, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO-LÍDER DO ALMOXARIFADO - Semsa - (FG3), da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 495/2016

PORTARIANº 495/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 004/2016/Gapref-DC, de 12/05/2016, da Diretoria de Comunicação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, ANDREA MAXIMO FERREIRA MALSCHITZKY, matrícula 7063, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO - Gapref - (FG2), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 496/2016

PORTARIANº 496/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 41 a 46, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 466/2016/Semed, de 16/06/2016, da Secretaria Municipal da Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, BARBARA SCHAPPO ENGELHARDT, matrícula 7286, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO DE PESSOAS (RH) - Semed - (FG2), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, CÉLIA REICHERT ENGELMANN, matrícula 7996, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - Semed - (FG1), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, CLARICE INÊS DALCANALI, matrícula 7777, ocupante do cargo efetivo de Administradora Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de ENCARREGADA-LÍDER DE AÇÃO EDUCATIVA

- Semed - (FG3), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, CLEUZA TEREZINHA SABBAGH FINTA, matrícula 7048, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de ENCARREGADA-LÍDER ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - Semed - (FG3), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, FRANCISCO DERETTI, matrícula 3336, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR FINANCEIRO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS - Semed - (FG1), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, MARIA ALICE DA SILVA REITZ, matrícula 3246, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DA LEGISLAÇÃO ESCOLAR NO INTERESSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - Semed - (FG1), do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 16/06/2016, NATALIE JANINE PETRY, matrícula 7872, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - Semed - (FG1), da Secretaria Municipal da Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 7.254/2010 e alterado pelo Decreto nº 9.071/2013, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 017/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a contratação de pessoa jurídica para transporte especial de atletas da FME, destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais até os locais de competição e contratação para serviço de transporte destinado a viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e interestaduais para a Diretoria de Turismo, em período de 12 meses, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Unid.	Quant.	Descrição dos objetos	Valor Unit. por item R\$
01	VIAÇÃO CANARINHO LTDA	30.000	Km	<p>ÔNIBUS:</p> <p>Serviços de transporte com ônibus executivo, com capacidade mínima para transportar 43 (quarenta e três) passageiros sentados (incluindo o motorista) com banheiro, ar-condicionado, geladeira, TV, DVD, água e calefação, destinado a viagens intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o ônibus executivo deve obedecer as características que estabelece a ANTT.</p> <p>Para viagens intermunicipais e interestaduais, poderá ser requisitado no mínimo 03(três) ônibus e até o limite de 05 (cinco) ônibus por dia.</p>	4,40
02	AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME	2.000 Exclusivo ME/EPP	Km	<p>ÔNIBUS:</p> <p>Serviços de transporte com ônibus convencional para fretamento, com capacidade mínima para transportar 43 (quarenta e três) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ou sem banheiro, por quilômetro rodado, com franquia de 90 (noventa) quilômetros, para viagens dentro do município de Jaraguá do Sul para as atividades e eventos da Gerência de Esportes da FME.</p> <p>Para viagens intramunicipais, poderá ser requisitado no mínimo 01(um) ônibus e até o limite de 15 (quinze) ônibus por dia.</p>	4,39
03	VIAÇÃO CANARINHO LTDA	3.500 Exclusivo ME/EPP	Km	<p>ÔNIBUS:</p> <p>Serviços de transporte com ônibus executivo, com capacidade mínima para transportar 43 (quarenta e três) passageiros sentados (incluindo o motorista) com banheiro, ar- condicionado, geladeira, TV, DVD, água e calefação, destinado a viagens intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial nos eventos do Jaraguá Adventure, Famturs e outras viagens a serem realizadas pela Diretoria de Turismo em divulgações turísticas. Além dos requisitos solicitados o ônibus executivo deve obedecer as características que estabelece a ANTT.</p> <p>Para viagens intermunicipais e interestaduais, poderá ser requisitado no mínimo 03(três) ônibus e até o limite de 05 (cinco) ônibus por dia.</p>	4,40
04	VIAÇÃO CANARINHO LTDA	8.000 Exclusivo ME/EPP	Km	<p>MICRO-ÔNIBUS:</p> <p>Serviços de transporte com micro-ônibus, com capacidade mínima para transportar 22 (vinte e dois) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ar-condicionado, água e calefação, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros), intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o micro-ônibus deve obedecer as características que estabelece a ANTT.</p> <p>Poderá ser requisitado no mínimo 03 (três) veículos com capacidade para no mínimo 22 (vinte e dois) lugares, incluindo o motorista.</p>	3,60
05	VIAÇÃO CANARINHO LTDA	1.000 Exclusivo ME/EPP	Km	<p>MICRO-ÔNIBUS:</p> <p>Serviços de transporte com micro-ônibus, com capacidade mínima para transportar 22 (vinte e dois) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ar-condicionado, água e calefação, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros), intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial nos eventos do Jaraguá Adventure, Famturs e outras viagens a serem realizadas pela Diretoria de Turismo em divulgações turísticas. Além dos requisitos solicitados o micro-ônibus deve obedecer as características que estabelece a ANTT.</p> <p>Poderá ser requisitado no mínimo 03 (três) veículos com capacidade para no mínimo 22 (vinte e dois) lugares, incluindo o motorista.</p>	3,60

06	SANCTORUM TRANSPORTE LTDA ME	16.000 Exclusivo ME/EPP	Km	VAN: Serviços de transporte com veículo com capacidade mínima para transportar 16 (dezesesseis) passageiros sentados (incluindo o motorista), com ar-condicionado, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros) e intermunicipais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Poderá ser requisitado no mínimo 01 veículo e no máximo até 03 (três) veículos com capacidade para no mínimo 16 (dezesesseis) lugares, incluindo o motorista.	3,20
----	------------------------------	----------------------------	----	--	------

Jaraguá do Sul, SC, 17 de junho de 2016.

Rosinei Aparecida Gretter Dias
Pregoeira – Decreto nº 7.254/2010,
Alterado pelo Decreto 9.071/2013

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 10 DE JUNHO DE 2016

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão Nº 02/2016-FC, da FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL, e a Retificação de Resultado de Julgamento, efetuada pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, designada pelo Decreto nº 10.069/2014 alterado pelo Decreto 10.393/2015, no item 53, em vez de restar FRUSTADO, obteve-se empresa vencedora, como segue:

Item	Qtd	Unidade	Especificação Do Material	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Empresa Vencedora
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibr. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	3,57	178,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA. ME

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item às empresas. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência aos participantes. Jaraguá do Sul (SC), 10 de junho de 2016
Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

SEMED - PORTARIA Nº 0276/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0276/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ADRIANA MADER, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 20/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Max Schubert	40

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0277/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0277/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, KELLY JULIANA BARELA, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 15/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Marcos Emílio Verbinnen	40

Jaraguá do Sul, 13 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0278/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0278/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JULIANA DE BORBA, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 16/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Luiz Gonzaga Ayroso	40

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0279/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0279/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, IVANICE DIAS FURTADO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 20/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Rodolpho Dornbusch	40

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0280/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0280/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, TATIANE BUENO DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 20/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Ribeirão Cavalo	40

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA N° 0281/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA N° 0281/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital N° 003/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JANE LUZIA KWIECIEN, para em Caráter Temporário atuar como Administrador Escolar, a partir de 16/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEF Helmut Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 16 de junho de 2016

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA N° 0282/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA N° 0282/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital N° 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARILDES FÁTIMA MERISIO GARCIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de Ciências, a partir de 16/06/2016 até 20/07/2016, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEF Santo Estêvão	12	2	14

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.948 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 4.948 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 22/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 – Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 28

Valor: R\$ 250.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 – Manutenção e operação do sistema de esgoto

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 29

Valor: R\$ 160.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Manutenção e operação do sistema de água urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 35

Valor: R\$ 30.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 17 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - 002/2016 - SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

002/2016

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 49536 – NIVALDO FIDÊNCIO DA COSTA, através da Notificação de Lançamento nº 79/2016, houve lançamento complementar do Imposto Territorial Urbano e Contribuição Para Custeio da Iluminação Pública

conforme Processo de Demolição protocolado sob nº 140.782 de 02/12/2015.

Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, em 15 de junho de 2016.

Iria Flávia Rodriguez Torrico

Secretaria de Gestão Financeira

Rosângela Peliccioli

Chefe do Setor de Cadastro/IPTU

EXTRATO CONTRATO 315/2016/PMJ

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 315/2016/PMJ

PL 30/2016/PMJ – CC 02/2016/PMJ

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

PERMISSIONÁRIA:, ELIANE SUFREDINI ALVES OBJETO: A Empresa supra qualificada, obteve por parte do Município de Joaçaba (SC), "A PERMISSIONÁRIA acima qualificada obteve por parte do Município de Joaçaba (SC), a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 1 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 2/2016/PMJ, localizado na Avenida XV de Novembro – em frente ao nº 779, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007.

VALOR CONTRATADO: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) mensais

VIGÊNCIA: A vigência da Permissão de Uso será de 05 (cinco) anos.

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2016.

Venilton Rogério Teles - Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO 316/2016/PMJ

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 316/2016/PMJ

PL 30/2016/PMJ – CC 02/2016/PMJ

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

PERMISSIONÁRIA:, CLAUDETE APARECIDA DA SILVA

OBJETO: A PERMISSIONÁRIA acima qualificada obteve por parte do Município de Joaçaba (SC), a Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 2 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 2/2016/PMJ, localizado na Avenida Barão do Rio Branco – em frente ao nº 149, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007.

VALOR CONTRATADO: R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais) mensais.

VIGÊNCIA: A vigência da Permissão de Uso será de 05 (cinco) anos.

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2016.

Venilton Rogério Teles - Secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A CESSÃO DE USO Nº 6.898/2011-5.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A

CESSÃO DE USO Nº 6.898/2011-5. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Joaçaba. OBJETO: visando prorrogar por mais 05 (cinco) anos a contar do dia 16 de junho de 2016 a cessão de uso de um sistema de resgate hidráulico composto de : uma motobomba a gasolina modelo V 50 Turbo com dois pares de mangueiras de 20 metros; uma ferramenta combinada modelo vario SPS 400; um cilindro telescópico modelo RZT 2-1122; uma tesoura para corte, lâminas curvas modelo S 180-42; uma bomba manual modelo DPH 3215-SK; um cortador de pedal S-50-14. Uma motosserra, marca Sthill, modelo MS381, a gasolina, motor 2 tempos. Uma motosserra, marca Sthill, modelo MS192, a gasolina, motor 2 tempos. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Joaçaba, 27 de abril de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Rafael Laske, pelo Município.

EXTRATO PP 31/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 04/06/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 04/06/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 17 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Marilde Terezinha Bittencourt – Secretária

RESOLUÇÃO Nº 04/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2016/CMDCA

Substitui representante da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2016/2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.995/93, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 06 de junho de 2016, Considerando a eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2016/2018;

Considerando o Decreto nº 4.928, de 19 de abril de 2016, que nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2016/2018;

Considerando o disposto no ofício nº 02/2016 expedido pelo Instituto Unimed – Filial Joaçaba, o qual solicita a exoneração da representatividade deste Instituto perante a eleição da sociedade civil para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2016/2018;

Considerando a necessidade da efetiva composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a entidade de sociedade civil Associação Amigos do Meio Oeste, nos termos da eleição da Sociedade Civil para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2016/2018, a qual elegeu esta entidade como suplente da referida política pública.

Art. 2º. Representará a Associação Amigos do Meio Oeste no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Daiani Cristina Samora Hoff e Mercedes Luiza Nascimento, titular e suplente, respectivamente.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, 16 de junho de 2016.
Daniela Bernardi Bortoli
Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 179/2016**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 179/2016 DE 16.06.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) WILIAN SARTOR SGANZERLA, Engenheiro, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 1710/2016 de 15 de junho de 2016, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2013 à 31 de março de 2014 (12 dias) para serem fruídos no período de 20 de junho de 2016 à 01 de julho de 2016, de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 16 de junho de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 180/2016

PORTARIA SIMAE JHL – N° 180/2016 DE 17.06.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar: André Luiz Sauer, Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C, para responder pela Função de Gerente do Setor de Perdas, Cadastro e Infraestrutura do SIMAE, no período de 20 de Junho de 2016 à 01 de Julho de 2016, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 109/2015 de 20/05/2015 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de Junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 17 de Junho de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0011/2015 - SIMAE

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°0011/2015

Extrato da Terceira Publicação Trimestral –Ata de Registro de Preços N° 0011/2015 originado do Processo Licitatório 0080/2015, Pregão Presencial 0059/2015.

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviço de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado do SIMAE.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Empresa Vencedora	Preço Unitário
1	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	12,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 2.031,7425
2	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	4,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 386,6862
3	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AÍ TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES.	SV	4,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 1.376,3406
4	ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE FICTOPLANKTON, INCLUINDO AÍ CIANOBACTÉRIAS E DEMAIS AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. DEVERÁ SER APRESENTADO O RESULTADO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE CADA ORGANISMO ENCONTRADO NAS AMOSTRAS.	SV	14,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 163,8501
5	ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL.	SV	14,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA- EPP	R\$ 622,6303

6	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUBTERRÂNEO IN NATURA, COMPREENDENDO TODOS OS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS E BACTERIOLÓGICOS CONSTANTES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 (VERSÃO MARÇO/2012) DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA COMO CONDICIONANTES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	20,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 511,2122
7	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	40,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 170,4041
8	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA IN NATURA PROVENIENTE DE POÇOS DE MONITORAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: NITRATO (EXPRESSO EM N), NITRITO (EXPRESSO EM N), ÓLEOS E GRAXAS, SÓLIDOS TOTAIS DISSOLVIDOS, TURBIDEZ E COLIFORMES TERMOTOLERANTES.	SV	10,00	LABORATÓRIO BE-CKAUSER E BARROS LTDA - EPP	R\$ 101,587

VIGÊNCIA: 18/12/2015 a 18/12/2016

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 17 de junho de 2016.

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 30/2016 MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 30/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

A Secretária Municipal de Saúde de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 01/07/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município , REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 17 de Junho 2016.

FABIANA FUSINATO

Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2016 PAVIMENTAÇÃO DA RUA DE ACESSO AO PAÇO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2016

CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS Nº 06/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Convite, no dia 27/06/2016, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município , REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM A MELHOR OFERTA A FORNECER MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA DE ACESSO AO PAÇO MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 17 de Junho 2016.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 023/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 12/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 27/06/2016 as 09:00 horas, para selecionar a melhor proposta, por item, para aquisição de equipamentos agrícolas para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 024/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 13/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 28/06/2016 as 09:00 horas, para selecionar a melhor proposta para aquisição parcelada de brita graduada para execução de base para pavimentação asfáltica da Estrada Municipal Linha São Pedro - Trecho I e II, de acesso a Sede da Comunidade São Pedro e para manutenção e conservação de estradas vicinais, vias urbanas do Município. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 690/2016

PORTARIA RH Nº 690/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JAIR PACHECO DOS REIS JÚNIOR Guarda Municipal, do dia 16.06.2016 a 15.07.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 691/2016

PORTARIA RH Nº 691/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, JOSÉ DELFINO do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa Civil, CG 3, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 11/2016

Dispõe sobre a aprovação com ressalva o Relatório Analítico de Execução Físico Financeira dos recursos gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS dos recursos do FNAS do exercício referente ao ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária ordinária, realizada dia 10 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências

nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Decreto Municipal nº 4664/2016 que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Assistência Social, biênio 2016-2018;

Considerando os ofícios SMAS nº 033/2016 e nº 038/2016, no qual comunica que o órgão gestor finalizou o preenchimento do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, relativa ao exercício 2015;

Considerando que, tendo em vista a na composição anterior do CMAS a Comissão responsável pelo monitoramento financeiro não efetivou o acompanhamento da execução financeira durante o ano; Considerando que, pelo motivo que essa nova composição do CMAS não ter tido tempo hábil para fazer as averiguações in loco o parecer foi baseado no demonstrativo apresentado pelo setor financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação Contas dos recursos oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social mediante a apresentação das solicitações apresentadas:

I – Reprogramação do Piso Básico Fixo e Piso Variável para pagamento de recursos humanos dos CRAS I e CRAS II e manutenção dos mesmos;

II – Reprogramação do ACESSUAS desde que seja apresentado ao CMAS projetos que atenda a comunidade pela Secretaria de Assistência Social;

III- Reprogramação junto ao Piso de Média Complexidade para pagamento de recursos humanos do CREAS;

IV – Reprogramação do Piso da Média Transição para atendimento ao Convênio com a APAE no valor de R\$ 3587,40 (três mil e quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos);

V – Reprogramação do Piso da Alta Complexidade para atendimento ao Convênio com Asilo Santa Isabel e manutenção do Abrigo Institucional Ana Antonina Antônio, desde que seja apresentado pela Asilo Santa Isabel o Plano de Ação 2016;

VI – Reprogramação para projetos na execução do Programa Bolsa Família, a ser apresentado ao CMAS pela Secretaria de Assistência Social,

VII – Reprogramação do IGD SUAS para aquisição de materiais diversos, diárias, equipamentos e capacitações.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 10 de junho de 2016.

Líbera Tassi
Presidente do CMAS

SUSPENSÃO DO PREGÃO 020/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

O Município de Laguna, por meio de seu Pregoeiro Oficial, comunica a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Pregão Presencial nº. 020/2016 – Registro de Preço, Processo Administrativo nº 2751/2016, que tem por objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TUBOS DE CONCRETO, LAJOTAS, MEIOS FIOS, CIMENTO E CAL, para a Secretaria de Transportes, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura do Município. Tal medida torna-se necessária para revisão do Edital.

Laguna, 17 de Junho de 2016.

Waldir J. de Souza
Pregoeiro Oficial do Município

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N.133/2016 DE 10/06/2016 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JUCELI NESPOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA n.133/2016

DE 10/06/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JUCELI NESPOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal JUCELI NESPOLO pelo prazo de 10 dias, de 14/06/2016 A 23/06/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 13 de abril de 2015 a 12 de abril de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 10 de junho de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

PORTARIA N.135/2016 DE 17/06/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDRIANE GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA n.135/2016

DE 17/06/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDRIANE GASPERINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal EDRIANE GASPERINI por 05 dias a partir de 17/06/2016.

Art.2º -As despesas decorrentes da aplicação desta portaria,

correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 -Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 17 de junho de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins Servidora Designada

PORTARIA Nº 134/2016 DE 17/06/2016 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANO ANDRE MALINSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 01/12/2015 A 31/05/2015

PORTARIA nº. 134/2016

DE 17/06/2016

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANO ANDRE MALINSKI RELATIVO AO PERÍODO DE 01/12/2015 A 31/05/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório

RESOLVE:

Art. 1º -Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal JULIANO ANDRE MALISKI, relativo ao período 01/12/2015 A 31/05/2016, APROVADO no segundo semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2016

DECRETO Nº. 035/2016 de 17 de junho de 2016.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O COMITE LOCAL DO COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para compor o Comitê Local do Compromisso Todos pela Educação, o qual terá a seguinte composição:

- a) Dirigente Municipal de Educação: Eny Aparecida Tramontina Coffferri
- b) Representante dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação: Carla Simone C. P. Lima e Odinei Martins
- c) Representante dos Coordenadores Pedagógicos: Eliane Garcia
- d) Representante dos Nutricionistas: Larissa Bisconi
- e) Representante do Conselho Tutelar: Camila Lima Campos
- f) Representante dos Diretores das escolas: Tania de Fátima Moreira
- g) Representante do Conselho do FUNDEB: Ronievon Webber de Moraes
- h) Representante do Conselho Municipal de Educação: Ivani Teresinha Xavier
- i) Representante do Conselho de Alimentação Escolar (CAE): Simone Carlin Thibes e Antônio dos Santos Lima
- j) Representante do Conselho Municipal de Cultura: Marinez Aparecida Fabian
- k) Representante dos Professores da Zona Urbana: Leila Carlin Machado
- l) Representante dos Professores da Zona Rural: Jakeline Ribeiro Mello

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário

Registre-se, Publique-se.

Lebon Régis, 17 de junho de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

Cleuza Maria Redolfi Tomacheusk

Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO LEILÃO PÚBLICO 001/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

O município de LEBON RÉGIS, SC, com sede na Rua Artur Barth, nº 300, Centro, Lebon Régis, SC, CEP 89.515/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.074.310/0001-88, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 29 de JUNHO de 2016, tendo como local o SALÃO PAROQUIAL DA PARÓQUIA SANTO ANTONIO, na Rua Artur Barth, s/nº, Centro, Lebon Régis, SC, localizado nos fundos da Igreja Matriz Santo Antônio. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. ROGER WENNING, matrícula AARC/340, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.LEBONREGIS.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3247 0188 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Lebon Régis (SC), em 9 de junho de 2016.

LUDOVINO LABAS

PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 025/2016 - PMLL**

CONTRATO Nº 025/2016 - PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016 – Aditivo de Prazo e Valor.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Contratante, neste ato representada pelo Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, e como Contratada a Senhora ROSELI SCHEIDT LOPES, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 715.710.009-68, sito a Rua Hilário Guchert, nº 54, Apto. nº 04, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a Comunicação Interna nº 037/2016, de 14/06/2016, da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que solicita renovar o Contrato nº 005/2016, tendo em vista a necessidade de recuperação e reabilitação da malha viária do Município de Leoberto Leal, serviços estes que ainda estão sendo realizados em virtude do estado de emergência, na qual o município prorrogou para mais 90 (noventa) dias, através do Decreto nº 039, de 17 março de 2016;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município referente ao Termo Aditivo de Prazo e Valor, em relação ao Contrato nº 005/2016.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 004/2016, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2016, com fulcro no art. 65, inciso I, letra b, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, a Dispensa de Licitação nº 001/2016, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 005/2016, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL”.

II - “O Termo Aditivo de Contrato nº 025/2016, passará a ter o valor mensal de R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais), totalizando R\$ 3.520,00 (três mil quinhentos e vinte reais), conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93”.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Quarta do Contrato nº 005/2016, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO”.

II - “Fica o Contrato nº 005/2016 prorrogado até o dia 19 de agosto de 2016, através do aditivo de Contrato nº 025/2016, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA TERCEIRA - Este Termo Aditivo de Prazo e Valor vincula as partes ao Contrato nº 005/2016, do Processo de Licitação, modalidade Dispensa de Licitação nº 001/2016.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo e Valor Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 005/2016.

CLÁUSULA SEXTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal/SC, 17 de junho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

ROSELI SCHEIDT LOPES
Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 - FMS

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA – ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora IRENE MARIA DA CUNHA OTTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua da Saudade, nº 45, Bairro Campo da Mogiana, CEP: 37.701-331, Poços de Caldas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, neste ato representada pela Senhor WALTER PROCHNOW JUNIOR, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 1207/2016 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 016/2015 – Pregão Presencial nº 012/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 009/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO”.

III – “O aditivo tem por objeto o reajuste no preço da Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona sódica, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:”

GRUPO I - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
38	Brometo de N-butilescopolamina + Dipirona sódica.	NEO Q/HYP/BRAIN	45%	R\$ 0,5437

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 009/2015, do Processo de Licitação nº 016/2015, modalidade Pregão Presencial nº 012/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 009/2015.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 01 de junho de 2016.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 069/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2016

OBJETO: Aquisição de mobiliário sob medida, impressoras, computadores, material de infraestrutura de rede, para equipar Unidade Básica de Saúde do Bairro Riachuelo. Entrega dos Envelopes: até as 08 horas do dia 30/06/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 30/06/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 17 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ARP PML 168.15

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ARP PML Nº 168/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 105/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 070/2015

Ao 17 (dezessete) dia do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Xanxerê, nº 250D, Bairro Líder, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89.805-270 inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, neste ato representada por sua sócia administradora, RENATA RAQUEL AHLF, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 4.256.445 e inscrita no CPF/MF Nº 005.351.199-92, doravante denominado FORNECEDOR 1, classificada para entrega do produto descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 105/2015, Pregão Presencial nº PML. 070/2015, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

O presente Termo Aditivo tem por espoco a REPACTUAÇÃO CONTRATUAL, para adequação do preço do item "58", passando o preço unitário para 4,61 (quatro reais e sessenta e um centavos), devido ao fato da elevação do custo para a aquisição do produto.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Contrato original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

RENATA RAQUEL AHLF
AP OESTE DIST. DE ALIMENTOS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

3 TERMO ADITIVO A ARP PML 022.15

TERCEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 022/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 144/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 088/2014

Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, e a empresa GENTE SEGURADORA SA, pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Carlos Gomes, nº 350, Boa Vista, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representado por seu representante legal Sr. MARCELO WAIS, brasileiro, maior, capaz, portador da cédula de identidade nº 7009036166 e inscrito no CPF/MF sob o nº 632.005.380/15, denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACRÉSCIMO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, majorar o quantitativo da Ata susomencionada, e abaixo especificado:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1.	Seguro veículo Clio Expression 1.0 Ano 15/16 Placa QIA-0323	UN.	01	650,14	650,14
TOTAL					650,14

CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 17 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

MARCELO WAIS
GENTE SEGURADORA SA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

DECRETO 2226

DECRETO Nº 2226 de 17 de junho de 2016.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 5º da Lei nº 1.406 de 10/11/15,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), proveniente de apuração de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos serviços administrativos - SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-28
Valor: R\$ 250.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.062 - Operação e Manutenção do sistema de esgoto
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-29
Valor: R\$ 160.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do sistema de esgoto
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-35
Valor: R\$ 30.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2227

DECRETO Nº 2227 de 17 de junho de 2016.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1441 de 26 de abril de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.02.13.392.0046.2038 - Apoio a Difusão Cultural

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 4.223,05

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas nos limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Projeto: 08.03.27.812.0049.1041 - Construção e adequação de espaços para o Esporte

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 4.223,05

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 111/16

PORTARIA Nº 111/16 de 13 de junho de 2016.

"REVOGA ATRIBUIÇÃO DE JORNADA ESPECIAL DE HORAS-AULA EXCEDENTES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- REVOGAR a ATRIBUIÇÃO DE JORNADA ESPECIAL DE HORAS-AULA EXCEDENTES dos servidores abaixo relacionados, a partir de 01 de junho de 2016:

Servidora	Emprego	Horas-aula excedentes
Edilene Regina Kochhann de Medeiros	Professora III	02 horas-aula excedentes semanal
Marcos Antonio Pastori	Professor III	03 horas-aula excedentes semanal
Denise Detofeno Antes	Professora II	01 hora-aula excedente semanal
José Joãozinho Falchetti	Professor II	01 hora-aula excedente semanal

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 112/16

PORTARIA Nº 112/16 de 13 de junho de 2016.

"ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 10 horas semanais a servidora AN-DRESSA STREY, Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5ºano, na disciplina de Artes, em substituição à servidora JANELISE BRESSAN DE LÁZARO, em atestado médico e posterior licença gestação, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03

e alterações posteriores, a partir de 13 de junho de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 13de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 113/16

PORTARIA Nº 113/16 de 13 de junho de 2016.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 22 de dezembro de 2016, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 05 horas semanais aos servidores abaixo relacionados, atuando no Ensino Fundamental, sendo 18 horas de trabalho com alunos e 07 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, em conformidade com o inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, a partir de 01 de junho de 2016:

Servidora	Emprego	Carga horária inicial
Edilene Regina Kochhann de Medeiros	Professora III	20 horas semanais
Marcos Antonio Pastori	Professor III	20 horas semanais

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 114/16

PORTARIA Nº 114/16 de 13 de junho de 2016.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 22 de dezembro de 2016, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 02 horas semanais aos servidores abaixo relacionados, atuando no Ensino Fundamental, sendo 8 horas de trabalho com alunos e 04 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, em conformidade com o inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, a partir de 01 de junho de 2016:

Servidora	Emprego	Carga horária inicial
Denise Detofeno Antes	Professora II	10 horas semanais
José Joãozinho Falchetti	Professor II	10 horas semanais

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 13 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 115/16

PORTARIA Nº 115/16 de 15 de junho de 2016.

“REENQUADRA SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 151 de 14 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º- REENQUADRAR o emprego público dos servidores efetivos que especifica, mantendo a carga horária mensal de 220 horas:

Servidor	Emprego Público original Lei Complementar 035/04, por grupo, nível e classe	Emprego Público reenquadramento Lei Complementar 151/16
Paulo Mattes	Operador de Máquinas II, ANO-07-I	Operador de Máquinas, ANO-07-I
Valdecir Richardi	Operador de Máquinas II, ANO-07-F	Operador de Máquinas, ANO-07-F
Eliseu Roberto Doré	Operador de Máquinas II, ANO-07-B	Operador de Máquinas, ANO-07-B
Guilherme Milesqui	Operador de Máquinas II, ANO-07-C	Operador de Máquinas, ANO-07-C
Adão Carlos Wagner	Operador de Máquinas II, ANO-07-C	Operador de Máquinas, ANO-07-C
Gilmar Motta	Operador de Máquinas II, ANO-07-B	Operador de Máquinas, ANO-07-B
Acasir Dutra	Operador de Máquinas II, ANO-07-B	Operador de Máquinas, ANO-07-B
Lauro Hack	Operador de Máquinas II, ANO-07-A	Operador de Máquinas, ANO-07-A
Alexandre Colusso	Operador de Máquinas II, ANO-07-A	Operador de Máquinas, ANO-07-A

Art.2º- REENQUADRAR o emprego público e nível do servidor efetivo que especifica, mantendo a carga horária mensal de 220 horas:

Servidor	Emprego Público original Lei Complementar 035/04, por grupo, nível e classe	Emprego Público reenquadramento Lei Complementar 151/16
Walter Guesser	Operador de Máquinas I, ANO-05-B	Operador de Máquinas, ANO-07-B

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 15 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 116/16

PORTARIA Nº 116/16 de 17 de junho de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, MARILU ANGELA MARDULA SCHMITZ, para exercer as funções de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família/ESF - São Francisco, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 005/2016 de 23 de maio de 2015, homologado em 13 de junho de 2016, a partir de 17 de junho de 2016 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 17 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 117/16

PORTARIA Nº 117/16 de 20 de junho de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, MARILDE APARECIDA DIAS DE AMARAL CARDOSO DE SOUZA, para exercer as funções de Atendente em Farmácia, 40 horas semanais, na Estratégia Saúde da Família/ESF - São Francisco, em conformidade com a Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores e com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 002/2014 de 07 de abril de 2014, homologado em 30 de maio de 2014, a partir de 20 de junho de 2016 até nomeação de aprovado em concurso público.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 20 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 20 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0002/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0002/2016.

Tomada de Preços n° 0001/2016

Contrato Administrativo n° 00022016.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de construção de auditório na Unidade Básica de Saúde da Sede de Macieira, de acordo com o Projeto Estrutural e Memorial Descritivo, através de recursos do PMAQ, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Prazo e vigência: Prazo de acordo com o cronograma físico financeiro e vigência até 31 de dezembro de 2016.

Valor Global: R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais).

Pagamento: Após a emissão do boletim de medição e emissão de Nota fiscal.

Macieira, 14 de junho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 85.129.518/0001-82

MOINHO CATARINENSE S.A

Nota Fiscal nº. 274175 R\$ 1.870,40

Nota Fiscal nº. 274174 R\$ 658,00

Nota Fiscal nº. 281456 R\$ 116,40

Nota Fiscal nº. 281457 R\$ 1.754,00

Nota Fiscal nº. 276389 R\$ 218,90

Nota Fiscal nº. 274176 R\$ 232,80

Nota Fiscal nº. 277304 R\$ 1.754,00

Valor Total: R\$ 6.604,50

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento, conforme ofício nº 499/16 – SME/ALE da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de gêneros alimentícios para as escolas e creches (merenda escolar) do Município não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 20 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PEDREIRA MANDIRITUBA LTDA

CNPJ Nº 11.515.451/0001-88

Valor Registrado: R\$ 2.526.000,00 (dois milhões quinhentos e vinte seis mil).

Objeto: aquisição de brita graduada, bica corrida, saibro britado, saibro detonado e pó de brita destinados a manutenção das vias publicas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Origem: Processo nº 282/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 081/2016.

Data de Assinatura: 16 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Cetarb Comércio de Minérios Ltda

CNPJ Nº 81.908.469/0002-06

Valor Registrado: R\$ 5.850.000,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta mil).

Objeto: aquisição de brita graduada, bica corrida, saibro britado, saibro detonado e pó de brita destinados a manutenção das vias publicas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Origem: Processo nº 282/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 081/2016.

Data de Assinatura: 16 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Extração de Areia Fundação Ltda - EPP

CNPJ Nº 79.390.530/0001-43

Valor Registrado: R\$ 4.560.000,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta mil).

Objeto: aquisição de brita graduada, bica corrida, saibro britado, saibro detonado e pó de brita destinados a manutenção das vias publicas através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Origem: Processo nº 282/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 081/2016.

Data de Assinatura: 16 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 16 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 053/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 053/2016

Contrato nº: 053/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LOGOS ASSESSORIA GESTÃO E PROJETOS LTDA

CNPJ Nº 07.292.316/001-43

Objeto: contratação de empresa especializada para assessoria de captação de recursos Federais e Estaduais, gerenciamento de convênios e contratos de repasse do Governo Federal e Estadual, destinados ao Município de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 241/2016- Pregão Presencial n.º 071/2016

Valor: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

Data Assinatura: 10 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

239 - 1 . 8001 . 4 . 122 . 8 . 2.14 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 054/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 054/2016

Contrato nº: 054/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA / INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA.

Contratada: DE MARCO LTDA

CNPJ Nº 84.584.556/0010-53

Objeto: Aquisição de 01 veículo Sedan O Km, destinado ao Instituto de Previdência do Município de Mafra- IPMM

Modalidade: Processo Licitatório n.º 232/2016- Pregão Presencial n.º 069/2016

Valor: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais).

Data Assinatura: 15 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

12 10 . 26001 . 9 . 272 . 26 . 2.150 . 0 . 449000 Aplicações Diretas.

Foro: Comarca de Mafra

LEI MUNICIPAL Nº 4204

LEI Nº. 4.204

DE 16 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação no Orçamento Público Municipal de 2016 até o valor de até R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme descrição abaixo:

17 Fundo Municipal de Educação

01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.206000 Ampliação da Frota e Apoio ao Ensino com Transporte Escolar

(47) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Fonte: 119

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

17 Fundo Municipal de Educação

01 Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.104000 Apoio ao Ensino através da Adequação da Rede Física e Equipamentos Fundamental

(41) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte: 119

123650017.2.103000 Apoio ao Ensino Através da Adequação da Rede Física e Equipamentos - Infantil

(52) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte: 119

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 16 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 4205

LEI Nº. 4.205

DE 16 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - S.I.M. E PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei cria o Serviço de Inspeção Municipal - S.I.M. e fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária no Município de Mafra, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal, estando em conformidade à Lei Federal nº. 9.712, de 20 de novembro de 1998, e aos Decretos Federais nº. 5.741, de 30 de março de 2006 e nº. 7.216, de 17 de junho de 2010, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 2º Os princípios a serem seguidos pelo Serviço de Inspeção Municipal são:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 3º A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais e de forma periódica nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei.

I - entende-se por espécies animais de abate os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos, criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II - os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 2º A inspeção sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 3º Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal de Mafra a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

Art. 4º Será cobrada a "Taxa de Inspeção", dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal, nos termos do Regulamento desta Lei.

Art. 5º As infrações às normas, previstas nesta Lei, e no seu respectivo regulamento ou na legislação pertinente, serão aplicadas de forma isolada ou cumulativa, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I - Advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido

com dolo ou má-fé;

II - Multa de até 10 (dez) Unidades Fiscal Municipal - UFM, no caso de reincidência, dolo ou má-fé;

III - Apreensão ou inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim que se destinem ou forem adulterados;

IV - Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos, ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas; Parágrafo único. A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

Art. 6º O Município de Mafra poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com, o Estado de Santa Catarina e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção Sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Parágrafo único. Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 7º A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município de Mafra, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 8º O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

Parágrafo único. Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) - aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 5 (cinco) toneladas de carnes por mês;

b) estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) - aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 8 (oito) toneladas de carnes por mês;

c) Fábrica de produtos cárneos - aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 (cinco) toneladas

de carnes por mês;

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado - enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 4 (quatro) toneladas de carnes por mês;

e) estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 (cinco mil) dúzias por mês;

f) unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 (trinta) toneladas por ano;

g) estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no Regulamento da presente Lei, destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 (trinta mil) litros de leite por mês.

Art. 9º Para obter o registro no Serviço de Inspeção Municipal, o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

I - Requerimento dirigido ao responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal;

II - Laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pelo Serviço de Inspeção Municipal;

III - Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº. 385/2006;

IV - Documento da autoridade municipal e do órgão de saúde pública competente, não se opondo à instalação do estabelecimento;

V - Apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI - Planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII - Memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII - Boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.

§ 1º Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº. 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

§ 2º Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

§ 3º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 10. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

Art. 11. A embalagem produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único. Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 12. Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 13. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Art. 14. Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº. 5.741, de 30 de março de 2006.

Art. 15. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município de Mafra.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 2.066, de 03 de agosto de 1995.

Mafra, 16 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2016 - PP - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo municipal de saúde

Processo Licitatório nº 09/2016 - Pregão Presencial - menor preço por Item.

Objeto: Aquisição de veículo automotor 0 km, tipo minivan para atender as necessidades da Vigilância Sanitária do Município de Maracajá – SC, conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital

Entrega dos envelopes: até as 13:45 horas do dia 30/06/2016.

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 30/06/2016.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 hs as 12:00 hs e 13:30 as 17:30h, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 17 de junho de 2016.

Vilmar Leandro
Gestor do Fundo

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 548/2016

DECRETO Nº 548, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitido a pedido o servidor público RICCARDO EMILIO REINEHR, matrícula nº 263001, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO ADM. 052/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 052/2016. Partes: Município de Maravilha – SC e Da Silva e Lamb Materiais e Construção e Construtora LTDA EPP. Objeto: Execução de 01 unidade de Saúde no Loteamento denominado Estrela, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 210 dias. Valor R\$ 423.608,70. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 14/06/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Élio Cesar da pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO ADM. 053/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 053/2016. Partes: Município de Maravilha – SC e Da Silva e Lamb Materiais e Construção e Construtora LTDA EPP. Objeto: Execução de 01 unidade de Saúde no Loteamento denominado Nosso Sonho, no Município de Maravilha - SC. Vigência: 210 dias. Valor R\$ 697.162,03. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 14/06/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Élio Cesar da pela Contratada.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 7/2016 - ANULA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2016 - DISPENSA Nº 3/2016

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 07/2016

Anula Processo Licitatório nº 7/2016 – Modalidade de Dispensa Licitatória 3/2016 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, Vereador Sérgio Bourscheid, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso III, alínea "d" do artigo 46 do Regimento Interno; Considerando a impossibilidade da confirmação via internet da regularidade fiscal federal por erro do próprio sistema e não haver naquele momento outro meio hábil de certificar-se a validação da regularidade fiscal federal da empresa;

Considerando que em momento posterior mesmo estando o processo devidamente enquadrado nos ditames do art.24, II da Lei 8.666/93, constatou-se irregularidade fiscal da empresa quanto à pendência fiscal Federal, que não pode ser verificada de imediato, sendo constatada no dia seguinte;

Considerando, portanto, o maior interesse público e atuação dentro da legalidade e com fundamento nos preceitos de eficiência e economicidade, com base nas declarações apresentadas e parecer jurídico que demonstram o impedimento da contratação;

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 07/2016- Modalidade de Dispensa Licitatória nº 3/2016, com fundamento no Art. 49 da Lei 8.666/93.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização desta Resolução Administrativa correm a conta do orçamento do Poder legislativo em vigor.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Sérgio Bourscheid
Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 58.2016 (PMM) - DI FATTO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CONTRATADA: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – EPP.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE GALPÃO METÁLICO NA EMEF NICOLAU JENSEN E REFORMA DA ESTRUTURA NA EMEF PE. BRUNO LINDEN DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

VALOR: R\$ 24.950,87 (VINTE E QUATRO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 13 DE JUNHO DE 2016 A 13 DE JULHO DE 2016

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 3304 DE 03 DE JUNHO DE 2016 DECRETO Nº 3304 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Altera o art. 1º do Decreto nº 2207 de 22 de Junho de 2011

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º O art. 1º do Decreto nº 2207 de 22 de Junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Massaranduba autorizado a conceder a permissão de uso da antiga Escola Isolada Emilio Manke Junior para São Miguel Esporte Clube de Massaranduba, para a utilização de sede de Clube”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de Junho de 2016
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ERRATA - LIC 67.2016 CONC 04.2016 - PAVIMENTAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 04/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016 – PMM, edital de CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 04/2016, ONDE SE LIA:

2.Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA BENJAMIN

CONSTANT E RUA EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI, NO VALOR TOTAL MÁXIMO DE R\$ 1.734.125,57, SENDO:

2.1.1 RUA BENJAMIN CONSTANT – 1.337,52 METROS LINEARES - R\$ 1.280.929,66

2.1.2 RUA EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI – 458 METROS LINEARES R\$ 453.195,91

2.2 A proposta comercial não poderá ultrapassar o valor orçado pela Administração Municipal: R\$ 1.734.125,57 (UM MILHÃO SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).

PÁGINA 01

LÊ-SE:

2.1 Constitui objeto desta licitação, a seleção de propostas visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA BENJAMIN CONSTANT E RUA EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI, NO VALOR TOTAL MÁXIMO DE R\$ 1.833.830,70, SENDO:

2.1.1 RUA BENJAMIN CONSTANT – 1.337,52 METROS LINEARES - R\$ 1.354.809,92

2.1.2 RUA EXP. LADISLAU LEWANDOWSKI – 458 METROS LINEARES R\$ 479.020,78

2.2 A proposta comercial não poderá ultrapassar o valor orçado pela Administração Municipal: R\$ 1.833.830,70 (UM MILHÃO OITOCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA CENTAVOS).

PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 17 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77.2016 PP 46.2016 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: UNIFORMES PARA SERVIDORES

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 30/06/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 30/06/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 20 de junho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 053-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 053/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/07/2016, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente ao edital da Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia n.º 053/2016, que tem como objeto a Prestação de serviço de pavimentação com lajota sextavada e drenagem pluvial na Rua 31 e na Estrada Municipal MEL 255 – Distrito de Sapiranga/Meleiro/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha orçamentária e memorial descritivo anexos ao processo. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400 e no site do município www.meleiro.sc.goc.br.

Meleiro/SC, 17 de junho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº273-2016

PORTARIA n.º 273/2016

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, a servidora RAQUEL TISCOSKI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº274-2016

PORTARIA n.º 274/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do

Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita TAYNARA MARTINS DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do tempo, em virtude do retorno da servidora RAQUEL TISCOSKI PASINI, da licença saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro 17 de Junho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº275-2016

PORTARIA n.º 275/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora ANA LUCIA PEREIRA CARRADORE, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 15/06/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2016.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N°276-2016

PORTARIA n.º 276/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora RAIZA MILIOLI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora ANA LUCIA PEREIRA CARRADORE, em virtude de Licença Saúde, até o retorno da mesma.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N°277-2016

PORTARIA n.º 277/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora KARINI MARTIGNAGO DA ROSA, do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 497/2016
Ata de Registros nº. 031/2016.
Empresa: SCS Comércio Ltda - ME
Valor: R\$ 46.400,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 031/2016 com o objetivo REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADOS AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Modelo (SC), 17 de Junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

Juliana Pavalicini Cesco	02.04.2014 a 01.04.2015	20.06.2016 a 09.07.2016 (20 dias)
-----------------------------	----------------------------	--------------------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 17 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 477/2016
PREGÃO N. 029/2016
CONTRATADO: OSNI KAMMLER EPP
VALOR: R\$ 10.198,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público, que formalizou contrato administrativo com a Empresa vencedora do Processo Licitatório n. 477/2016, Pregão n. 029/2016, objetivando contratação de materiais e de serviço de mão de obra para recuperação, limpeza, confecção e instalação de calhas nos imóveis da Administração Geral e Secretarias da Prefeitura Municipal De Modelo.

Modelo (SC), 20 de Junho de 2016.
Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0115/2016

PORTARIA Nº 0115/2016 DE 17 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA PAVALICINI CESCO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
------	--------------------	----------------------

Mondaí

PREFEITURA

ATA REEQUILIBRIO ATA REG. PREÇOS 001/2016 FMAS

ATA REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Reunidos nesta data o Pregoeiro e Equipe de Apoio para deliberarem acerca de pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro encaminhado pela empresa SCS COMÉRCIO LTDA (fls. 125-128), onde a mesma solicita reajuste no preço do item 13 – Leite UHT integral embalagem de 1 litro objeto do Processo de Licitação nº 001/2016 na Modalidade Pregão Presencial nº 001/2016, conforme previsto na Ata de Registro de Preços nº 001/2016 na sua Clausula Segunda no item 2.2.1 e amparado pelo disposto na alínea “d” do Inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei 8666/93. Diante da documentação apresentada (notas fiscais de compra) e de pesquisa de preços realizada no comércio local, da qual junta-se cópia neste ato, e considerando tratar-se de um item isolado em todo um lote, esta comissão decidiu por acatar o pedido de reajuste do item 13 passando o mesmo dos atuais R\$ 1,93 (Um real e noventa e três centavos) para R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), encaminhando para o despacho da autoridade superior para decisão final.

com as especificações constantes na relação dos itens da licitação - Anexo I, que faz parte do presente Edital, e, ainda, conforme Proposta Transferência 0000017553 – Programa Transferência 2016005629 do Fundo Social do Governo do Estado de Santa Catarina e Convênio nº. 2016TR1200 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Mondaí.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 009/2016.

VALOR: R\$ 112.347,70 (cento e doze mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 17 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

ATA REEQUILIBRIO ATA REG. PREÇOS 036/2016

ATA REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO nº 063/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 046/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016

Reunidos nesta data o Pregoeiro e Equipe de Apoio para deliberarem acerca de pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro encaminhado pela empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (fls.78-83), onde a mesma solicita reajuste no preço do item 1 – Leite UHT integral embalagem de 1 litro objeto do Processo de Licitação nº 063/2016 na Modalidade Pregão Presencial nº 046/2016, conforme previsto na Ata de Registro de Preços nº 036/2016 na sua Clausula Segunda no item 2.2.1 e amparado pelo disposto na alínea “d” do Inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei 8666/93. Diante da documentação apresentada (notas fiscais de compra) e de pesquisa de preços realizada no comércio local, da qual junta-se cópia neste ato, e considerando que apenas uma empresa ocorreu ao certame, esta comissão decidiu por acatar o pedido de reajuste do item 1 passando o mesmo dos atuais R\$ 2,79 (Dois reais e setenta e nove centavos) para R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), encaminhando para o despacho da autoridade superior para decisão final.

EXTRATO CONTRATO Nº. 037/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, obra de pavimentação com pedras irregulares e colocação de meio-fio na Rua Barra do Laju, no Perímetro Urbano da cidade de Mondaí – SC, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias e de acordo

Monte Carlo

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1006/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL Nº 1006/2016, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcos Nei Correra Siqueira, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam o Chefe do Poder Executivo e o Chefe do Poder Legislativo Municipal, em cumprimento ao art. 37, X, da Constituição Federal, autorizados a conceder revisão geral anual dos padrões de vencimento de todos os servidores públicos e agentes políticos municipais, no percentual de 9,83 % (nove pontos percentuais e oitenta e três décimos), a partir de 1º de junho de 2016, parcelado da seguinte forma:

I - 5,00 (cinco pontos percentuais), a partir de 1º/06/2016;

II - 1,21 (um ponto percentual e vinte e um décimos), a partir de 1º/09/2016;

III - 1,21 (um ponto percentual e vinte e um décimos), a partir de 1º/10/2016;

IV - 1,21 (um ponto percentual e vinte e um décimos), a partir de 1º/11/2016;

V - 1,20 (um ponto percentual e vinte décimos), a partir de 1º/12/2016;

Parágrafo primeiro. Fica suspensa a aplicação dos índices acima, postergando ao mês subsequente, caso o índice de folha do Município ultrapasse o limite instituído pelo art. 20, III, alínea "b", da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo segundo. Entende-se por agentes políticos, o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito Municipal, os Secretários Municipais e os Vereadores, bem como os servidores ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2016.

Monte Carlo, 17 de junho de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 063/2016

Extrato do Contrato 063/2016 Da Tomada de Preço 064/2016 FORMULA TOPOGRAFIA ME, VENCEU O ITEM 1 no valor total de R\$ 89.543,58 corresponde a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA DA RUA FRANCISCO MROCZKOSKI. LICITADO 15/06/2016. LOCAL: Secretaria de Administração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro. Morro da Fumaça – SC. FERNANDO D. TEIXEIRA – SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONOMICO.

REGISTRO DE PREÇOS 072/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 072/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRÁFICOS, conforme anexo I. Data: 30/06/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FUNREBOM

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FUNREBOM

Aos 16 dias de junho de 2016, às 09h45m, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designadas pela Portaria número 377 de 29 de fevereiro de 2016, com intuito de analisar e julgar a Impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 07/2016 FUNREBOM, cujo objeto é PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES) EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2ª CIA DO 7º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, protocolada por CLARO S.A – CNPJ: 40.432.544/0001-47, em 07/06/2016.

PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao receberem a Impugnação ao Edital, verificaram que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DAS IMPUGNAÇÕES:

Em síntese, manifesta-se a empresa CLARO S.A, requerendo que seja revisado e alterado o edital, visto algumas inconformidades nos seguintes itens:

1. Inexistência de orçamento em planilha aberta de composição dos custos unitários, violando os artigos 7º, §2º, inciso II, e artigo 40, §2º, inciso II da Lei 8.666/93, e artigo 3º, inciso III da Lei 10.520/02.
2. Ausência de previsão de reembolso para as hipóteses de perda, roubo e furto de aparelhos.
3. Forma de pagamento, possibilitando o pagamento via boleto/fatura em código de barra.
4. O envio das faturas sem a necessidade de envio de documentos fiscais, que pode ser retirada pela internet.
5. O prazo de vigência, por se tratar de serviço contínuo, ter validade de 12 meses.
6. O prazo para iniciar a prestação do serviço passar para 30 dias.

1 - DO PEDIDO:

Diante do que menciona na impugnação, pede a revisão ou alteração do edital, para que sejam os itens adequados à normativa vigente acerca dos serviços de telecomunicações, de forma a assegurar o direito de participação das operadoras.

2- DA DECISÃO:

Diante do exposto, a pregoeira e a equipe de apoio ao analisarem a presente impugnação decidiram pela suspensão da licitação antes do acontecimento da sessão, para a alteração de alguns itens do

edital, conforme segue:

O item 1 foi acolhido, visto a irregularidade, foram especificados os valores por itens detalhados.

O item 2, foi acolhido conforme ofício nr 817 – 2016, enviado pela Corpo de Bombeiros Militar, alterando o item para que seja responsabilizada a contratante em caso de perda, roubo ou furto dos aparelhos.

O item 3, foi acolhido para facilitar a participação das empresas serão adotadas as seguintes formas de pagamento: Depósito bancário, ou pagamento através de boleto, vale salientar que os boletos deverão ser enviados com maior antecedência para o pagamento.

O item 4, não foi acolhido, a entrega das cópias agiliza o processo para a liquidação das notas, importante lembrar que as cópias ficam em anexo para possíveis consultas posteriores.

O item 5, não foi acolhido, o prazo de 12 meses para a celebração do contrato de serviço continuado não é taxativo, ficando à critério da administração sua vigência, limitando-se aos 12 meses. É importante salientar que o edital prevê a possibilidade de prorrogação do prazo com o término do contrato, ficando à critério da Administração 2017 prorrogar ou não o prazo.

O Item 6, foi acolhido, conforme ofício Nr 855-2016 – 7BBM, alterando o prazo para 30 dias.

Pelo exposto, decide-se pela procedência em partes da impugnação apresentada pela licitante, conforme exposto.

É a decisão.

Navegantes, 16 de junho de 2016.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

FRANCIELE JUSTINO

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

MIROSLAVA MARIN

TATIANA DE ALENCAR CARLINE

RATIFICANDO

NÁDIA BRAZ BINS

Secretária de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 PMN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS, DESTINADOS PARA COMPOR O MOBILIÁRIO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA AS SECRETARIAS DO PAÇO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE

NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/07/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 07/07/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 17 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO Nº 81 DE 17/06/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 81 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas até a importância de R\$ 1.076.000,00 (Hum Milhão e Setenta e Seis Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 13400 – Transferências de Convênios/Outros
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
03 – Diretoria de Pavimentações
26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas
182 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 306.000,00

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
01 – Diretoria de Contabilidade
04.123.0006 – 2.018 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade
43 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes- Apl. Diretas R\$ 400.000,00
02 – Diretoria do Tesouro
28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública R\$ 370.000,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de Junho de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

PORTARIA 1472/2016 LICENÇA PREMIO

PORTARIA N º 1472 DE 02 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ROSANGELA MARIA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 13/06/2016 a 12/07/2016, referente ao período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de junho de 2016 a 12 de julho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1520/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1520 DE 14 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo instaurada pela Portaria n º 1038 DE 14 DE ABRIL DE 2016 para apurar possível abandono de cargo, conforme a Lei Complementar nº 007 de 11 de 2003.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 02/5/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1521/2016 EXONERA

PORTARIA N° 1521 DE 15 DE JUNHO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) ELAINE ANCINI DOS SANTOS, da função de Agente de Educação 20 horas a partir de 06/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1529/2016 ENCERRA READAPTAÇÃO

PORTARIA N° 1529 DE 15 DE JUNHO DE 2016

ENCERRA READAPTAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N° 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I. ENCERRAR READAPTAÇÃO a pedido do servidor PEDRO PAULO RANGUETT na função de Mecânico 173602 conforme ofício 101/2016 da Junta Médica, readaptação obtida através da portaria 1303/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1530/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1530 DE 16 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 1294 DE 17 DE MAIO DE 2016 para apurar supostas condutas irregulares praticadas pelo servidor F.G., conforme informações encartadas ao Inquérito Civil nº06201500007863-6.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1531/2016 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1531 DE 16 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 1293 DE 17 DE MAIO DE 2016 para apurar supostas condutas irregulares praticadas pelo servidor F.C.S., conforme informações encartadas ao Inquérito Civil nº06201500007863-6.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1535/2016 EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO

PORTARIA N º 1535 DE 15 DE JUNHO DE 2016

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a servidora MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA, da função de Monitora de Educação Infantil matrícula 63291401, a partir de 14/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1536/2016 EXONERA

PORTARIA N º 1536 DE 15 DE JUNHO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MÔNICA LEAL CUNHA, da função de Diretora de Escola, CEI, EJA (DESC 7) a partir de 01.07.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1474,1475,1476,1477/2016 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N º 1474 DE 02 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) VIVIANE ALVELINA DE SOUZA SMANIOTTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 03 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1475 DE 02 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) CRISTIANE CLERIA BENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 03 de setembro de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.
Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1476 DE 02 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) JOSIANE MARLENE BORGES DOS SANTOS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 1º/06/2016 a 29/08/2016, referente ao período aquisitivo entre 2011/2016.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 1º de junho de 2016 a 29 de agosto de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1477 DE 02 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) APARECIDA SAGÁS DE MELLO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de CONSULTORA EDUCACIONAL, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 06/06/2016 a 05/07/2016, referente ao período aquisitivo entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de junho de 2016 a 05 de julho de 2016. Fazendo gozo de 30 (trinta) dias deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1483,1484,1485,1486,1487,1488
PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

PORTARIA N º 1483 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER VOLNEI JOSE BENTO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Oficial Administrativo, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1484 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER VALDIR GONÇALVES DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1485 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER RODRIGO FREITAS DOS REIS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Medico Auditor 10 Horas, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1486 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER FERNANDA SOUTO PADRON FIGUEIREDO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Médica Proc-tologista, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1487 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER GLADYS LEONORE SOBERON no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Odontóloga ESF, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1488 DE 02 DE JUNHO DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ISOLETE DE SOUZA CARDOSO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Enfermeira, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2012/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1522,1523,1524 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA N º 1522 DE 15 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Maiara Fernandes, ocupante da função de Professora 486005 , no período de 01/06/2016 a 27/11/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1523 DE 15 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Lucilia de Souza, ocupante da função de Professora Efetiva 170606, no período de 06/06/2016 a 02/12/2016.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 06/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1524 DE 15 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de

acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora Monalise Antunes Morgado, ocupante da função de Procuradora Adjunta Jurídica 1663602, no período de 07/07/2016 a 02/01/2017.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 07/07/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1525,1526,1527,1528/2016 READAPTA SERVIDOR

PORTARIA N º 1525 DE 15 DE JUNHO DE 2016

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora ROSANGELA MARIA ANACLETO na função de Agente de Serviços Gerais 344604 pelo período de 12 (doze) meses a partir de 24 de maio de 2016, conforme ofício 93/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1526 DE 15 DE JUNHO DE 2016

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora VIVIANE PIERRE DOS SANTOS na função de Professora 143908 pelo período de 12 (doze) meses a partir de

25 de maio de 2016, conforme ofício 94/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1527 DE 15 DE JUNHO DE 2016

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora TEREZINHA MARIA SCHLEICHER DOS SANTOS na função de Agente de Serviços Gerais 3351103 pelo período de 12 (doze) meses a partir de 31 de maio de 2016, conforme ofício 97/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 31/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1528 DE 15 DE JUNHO DE 2016

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei complementar N º 7 de 11/11/2003

RESOLVE:

I READAPTAR a servidora IVONE CHAGAS DE LIMA na função de Agente de Serviços Gerais 78601 pelo período de 12 (doze) meses a partir de 24 de maio de 2016, conforme ofício 98/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1530,1531,1532,1533,1534/2016 CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO SAUDE

PORTARIA N º 1530 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Marcos Edi Santana, ocupante do cargo de Fiscal de Obras 347401 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/03/2016 a 19/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1531 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Janaina Sanches Marques Lopes, ocupante do cargo de Professora 1544702 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/05/2016 a 25/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1532 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora Ivani Salete Pilloni, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem 6216601 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 28/10/2015 a 01/06/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1533 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Samira Couceiro Fernandes, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde 308107 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 16/05/2016 a 29/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1534 DE 15 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Maristela de Souza Couto, ocupante do cargo de Supervisora Escolar 143703 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/04/2016 a 23/05/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 394/2016

PORTARIA Nº 394/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 241/2016, que Concedeu Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALTAIR JOSÉ DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 241, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de abril de 2016 a 11 de maio de 2016, conforme resultado pericial datado de 28/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 28 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 437/2016

PORTARIA Nº 437/ 2016

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Servidor Público Municipal VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, matrícula nº 5587, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 31 de maio de 2016.

Art. 2º – NOMEAR o Servidor Público Municipal VIRGILIO JOSÉ TAMANINI, matrícula nº 7202, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e

Planejamento, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 439/2016

PORTARIA Nº 439/ 2016

Designa Servidor em Substituição

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90;

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal ALINI DALLABRIDA, matrícula nº 7157, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Bem Estar Social e Habitação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para exercer em substituição o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Bem Estar Social e Habitação, durante o impedimento do titular Adauton Raulino, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de junho de 2016 a 01 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 441/2016

PORTARIA Nº 441/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 155/2016, de 24/05/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015,

OSMAR EDSON DE SOUZA, matrícula nº 7204, no Cargo de Provisamento Efetivo de Técnico em Radiologia, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 01 de junho de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 442/2016

PORTARIA Nº 442/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 155/2016, de 24/05/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, TATIANI MONTIBELLER, matrícula nº 7205, no Cargo de Provisamento Efetivo de Enfermeiro(a), com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 01 de junho de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 443/2016

PORTARIA Nº 443/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 155/2016, de 24/05/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, RAFAEL DA SILVA, matrícula nº 7206, no Cargo de Provisamento Efetivo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 01 de junho de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 444/2016

PORTARIA Nº 444/ 2016

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal JEFERSON DOS SANTOS, matrícula nº 7207, para atuar no cargo de Provisamento em Comissão de Chefe de Serviços de Almojarifado, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 447/2016

PORTARIA Nº 447/ 2016

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal MARIA GORETTI

DEMONTE DE SOUZA, matrícula nº 69, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2016, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 447/2016 "A"

PORTARIA Nº 447/ 2016 "A"

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal MARIA GORETTI DEMONTE DE SOUZA, matrícula nº 7212, para atuar no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Expediente, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 458/2016

PORTARIA Nº 458/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 396/2016 "A", que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALCIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias,

a contar de 30 de maio de 2016 a 28 de junho de 2016, conforme resultado pericial datado de 30/05/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 460/2016

PORTARIA Nº 460/ 2016

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal KENIA VARGAS SENS, matrícula nº 5583, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Controle Interno, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 462/2016

PORTARIA Nº 462/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 394/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALTAIR JOSÉ DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 241, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 13 de maio de 2016 a 11 de julho de 2016, conforme

resultado pericial datado de 06/06/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 468/2016

PORTARIA Nº 468/ 2016

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal KARLA FRANCIELI DALSASSO, matrícula nº 7059, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Coordenador do CRAS, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 10 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 469/2016

PORTARIA Nº 469/ 2016

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a Servidora Pública Municipal CATIA MARIA BURIGO, matrícula nº 6654, ocupante do cargo de Provisão em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 09 de junho de 2016.

Art. 2º – NOMEAR a Servidora Pública Municipal CATIA MARIA

BURIGO, matrícula nº 7210, para atuar no cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Controle Interno, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 10 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIA Nº 470/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 387/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ANTONIO JACZCZAK, matrícula nº 54, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento (Coleta de Lixo), pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 09 de junho de 2016 a 07 de agosto de 2016, conforme resultado pericial datado de 13/06/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de junho de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO

Processo Seletivo nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC, RETIFICA e RATIFICA o item 3.2, c, do Edital de Processo Seletivo nº 003/2016, para contratação temporária de profissionais para ocuparem os cargos do quadro de pessoal que compõe a Estrutura Administrativa Municipal, publicado no DOM de 13/05/2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

c) Nível Superior Incompleto - Para o cargo de Estagiário, a prova escrita objetiva conterá 40 questões, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	10	0,1	1,0
Matemática	10	0,1	1,0
Conhecimentos Gerais	10	0,2	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	40	---	10,00

Este Termo de Retificação será publicado no Diário Oficial dos Municípios. As demais condições do Edital de Processo Seletivo nº 003/2016, permanecem inalteradas.

Nova Trento/SC, 17 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 006-2016 - 17/06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 17/06/2016

CONTRATADO: I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais)

DATA: 17/06/2016 – ANDERLEIA S. DE LIMA - Secretaria De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

Orleans

PREFEITURA

EDITAL HOMOLOGAÇÃO APROVADOS PROCESSO SELETIVO 007 2016

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2016

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, homologa e torna público a nota e classificação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 007/2016, para o:

CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
03	GERUSA DA SILVA AMANCIO	01/03/1982	7,5	1º LUGAR
01	ANDERSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA	03/05/1979	7,0	2º LUGAR

Ficam homologadas as notas e a classificação dos candidatos aprovados deste Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2016.

Orleans, 17 de junho de 2016.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 353

DECRETO Nº 353, DE 1º DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 158.748,71 (cento e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

3.3.90.00.00.0.1.07000.(037). Aplicações Diretas	R\$	50,00
--	-----	-------

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

4.4.90.00.00.0.1.01000.(073). Aplicações Diretas	R\$	2.974,00
--	-----	----------

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.1.90.00.00.0.3.38102.(288). Aplicações Diretas	R\$	16.314,01
--	-----	-----------

10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.3.90.00.00.0.3.38103.(239). Aplicações Diretas	R\$	2.156,00
--	-----	----------

3.3.90.00.00.0.3.67101.(240). Aplicações Diretas	R\$	4.901,15
--	-----	----------

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.1.90.00.00.0.3.38104.(287). Aplicações Diretas	R\$	4.713,34
--	-----	----------

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

3.3.90.00.00.0.3.38101.(247). Aplicações Diretas	R\$	18.915,59
--	-----	-----------

10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.38301.(274). Aplicações Diretas	R\$	5.186,67
--	-----	----------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.1.00000.(147). Aplicações Diretas	R\$	4.624,00
--	-----	----------

3.3.90.00.00.0.3.00000.(267). Aplicações Diretas	R\$	50.500,00
--	-----	-----------

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

4.4.90.00.00.0.1.00000.(153). Aplicações Diretas	R\$	499,00
--	-----	--------

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito

3.3.90.00.00.0.1.12000.(164). Aplicações Diretas	R\$	13.200,00
--	-----	-----------

06.181.0009.2036. Manutenção de convênio com a Polícia Militar

3.3.90.00.00.0.3.10000.(241). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
--	-----	----------

06.181.0009.2037. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.0.3.00902.(284). Aplicações Diretas	R\$	1.199,00
--	-----	----------

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

4.4.90.00.00.0.3.00401.(283). Aplicações Diretas	R\$	5.398,86
4.4.90.00.00.0.3.89000.(282). Aplicações Diretas	R\$	330,14

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.0.3.35102.(257). Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
3.3.90.00.00.0.3.65101.(281). Aplicações Diretas	R\$	7.882,15
4.4.90.00.00.0.3.35103.(285). Aplicações Diretas	R\$	2.610,00
4.4.90.00.00.0.3.65101.(286). Aplicações Diretas	R\$	11.294,80
TOTAL	R\$	158.748,71

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 137.401,71 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e um reais e setenta e um centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

00000. Recursos Ordinários	R\$	50.500,00
00401. Recursos Ordinários: Agricultura	R\$	5.398,86
00902. Recursos Ordinários: Rádio Patrulha	R\$	1.199,00
10000. Convênio de Trânsito: Militar	R\$	5.000,00
35102. Transferências SUAS/União: PBV/SCFV	R\$	1.000,00
35103. Transferências SUAS/União: IGD Bolsa Família	R\$	2.610,00
38101. Transferências SUS/União: ATB/PAB	R\$	18.915,59
38102. Transferências SUS/União: ATB/PSF	R\$	16.314,01
38103. Transferências SUS/União: ATB/ACS	R\$	2.156,00
38104. Transferências SUS/União: ATB/PSB	R\$	4.713,34
38301. Transferências SUS/União: VGS/Vigilância em Saúde	R\$	5.186,67
65101. Transferências SUAS/Estado: Proteção Social	R\$	19.176,95
67101. Transferências SUS/Estado: ATB/ESF	R\$	4.901,15
89000. Alienação Bens destinados a Outros Programas	R\$	330,14
TOTAL	R\$	137.401,71

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e cinquenta reais), nas seguintes Destinações de Recursos:

07000. Contribuição: CIDE	R\$	50,00
12000. Convênio de Trânsito: Prefeitura	R\$	13.200,00
TOTAL	R\$	13.250,00

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 8.097,00 (oito mil, noventa e sete reais), nas seguintes programações orçamentárias:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.0.1.01000.(071). Aplicações Diretas	R\$	2.974,00
--	-----	----------

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES
26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.1.90.00.00.0.1.00000.(146). Aplicações Diretas	R\$	4.624,00
--	-----	----------

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

3.3.90.00.00.0.1.00000.(152). Aplicações Diretas	R\$	499,00
TOTAL	R\$	8.097,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de abril de 2016.
Vitor João Faccin
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI 2.453

LEI Nº 2.453 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do Município de Ouro, para o exercício de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

Art. 2º O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 3º As metas fiscais de receita, despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2017 a 2019, de que trata o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão identificadas no Anexo I desta Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2017 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I e II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por atividade, projeto ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas

no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Art. 7º A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 evidenciará a receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no orçamento da receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, identificando cada rubrica com o código de destinação de recurso; e a despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, com a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e com o Manual de Receita Pública editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na forma dos seguintes Anexos:

I - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

II - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;

III - Demonstrativo da Evolução da Receita;

IV - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas;

V - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

VI - Consolidação Geral da Despesa segundo a Natureza da Despesa;

VII - Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;

IX - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa em conformidade com os Projetos, Atividades e Operações Especiais;

X - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XI - Programa de Trabalho;

XII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

XIII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XIV - Demonstrativo dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, será fixado e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2013 a 2015, previsão para 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2017, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

II - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente;

III - demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

IV - demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados de 2010 a 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

V - demonstrativo da evolução da despesa a nível de função e por grupo de natureza, dos exercícios de 2013 a 2015 e fixada para 2016 e 2017;

VI - demonstrativo da evolução da despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios e da fixada para o exercício corrente;

VII - demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

VIII - demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu grau de comprometimento;

IX - demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;

X - demonstrativo dos recursos vinculados a ações públicas de saúde;

XI - demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 30 de setembro de 2016;

XII - demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, nos exercícios de 2013 a 2015 e projetada para 2016 e 2017;

XIII - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos, se for o caso.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 10. Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 11. As previsões de receita para o exercício de 2017, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no art. 2º, IV da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, observada a fonte de recursos, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 13. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2017, a 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015.

Art. 14. O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados

a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 16. O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso, e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação.

Art. 17. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Anexo I desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

Art. 20. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2017, em cada evento, não excedam ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado.

Art. 21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 24. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017.

Art. 26. As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento por Decreto do Poder Executivo.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 29. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações, conforme estabelece esta Lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 30. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária.

Art. 31. Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2015, acrescida de até 20% (vinte por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e

IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

Art. 34. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária ao Legislativo Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§ 1º O Legislativo Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 39. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 40. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício

subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 42. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 16 de junho de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

ANEXO I

1. METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE OURO

1.1. METAS ANUAIS

MUNICÍPIO DE OURO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)						R\$ 1,00			
Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx100)
Receita Total	32.271.120	30.444.452		27.955.024	25.022.398		28.816.483	25.793.486	
Receitas Primárias (I)	31.134.270	29.371.952		27.807.764	24.890.587		28.661.063	25.654.370	
Despesa Total	32.271.120	30.444.452		27.955.024	25.022.398		28.816.483	25.793.486	
Despesas Primárias (II)	32.211.120	30.387.849		27.846.024	24.924.833		28.708.483	25.696.816	
Resultado Primário (III-)= (I-II)	-1.076.850	-1.015.896		-38.260	-34.246		-47.420	-42.445	
Resultado Nominal	60.000	56.603		-90.000	-80.558		-50.000	-44.754	
Dívida Pública Consolidada	1.000.000	943.396		950.000	850.340		900.000	805.585	
Dívida Consolidada Líquida	960.000	905.660		870.000	778.732		820.000	733.977	

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
IPCA - LDO 2017	6,00	5,40	5,00

Nota: Variável extraída do Projeto de Lei de LDO da União.

1.1.1. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2017	2018	2019
valor corrente/1,0600	valor corrente/1,1172	valor corrente/1,1731

1.1.2. Memória e metodologia de cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

1.1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas anuais de Receitas do Município de Ouro foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	20.667.000,00	21.261.404,00	22.144.843,00
Receita Tributária	1.304.600,00	1.409.700,00	1.404.300,00
Impostos	1.065.100,00	1.151.100,00	1.130.200,00
Taxas	185.500,00	200.300,00	212.300,00
Contribuição de Melhoria	54.000,00	58.300,00	61.800,00
Receita de Contribuições	271.350,00	293.000,00	310.480,00
Receita Patrimonial	145.550,00	156.560,00	164.920,00
Receita de Serviços	117.600,00	138.200,00	158.800,00
Transferências Correntes	18.733.300,00	19.162.394,00	20.001.443,00
Transferências Intergovernamentais	18.481.800,00	18.908.494,00	19.744.243,00

Transferências da União	7.736.800,00	8.012.194,00	8.383.343,00
Cota-Parte do FPM	6.700.000,00	6.954.000,00	7.285.000,00
Transferência de Recursos do SUS	484.000,00	489.764,00	501.063,00
Transferência de Recursos do FNAS	104.300,00	109.500,00	118.100,00
Transferência de Recursos do FNDE	332.500,00	335.830,00	350.380,00
Demais Transferências da União	116.000,00	123.000,00	128.800,00
Transferências dos Estados	8.465.000,00	8.593.500,00	9.028.100,00
Cota-Parte do ICMS	7.500.000,00	7.600.000,00	8.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	780.000,00	800.000,00	820.000,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	110.000,00	114.400,00	125.000,00
Demais Transferências dos Estados	75.000,00	79.100,00	83.100,00
Transferências Multigovernamentais	2.280.000,00	2.302.800,00	2.332.800,00
Transferências de Recursos do FUNDEF	2.280.000,00	2.302.800,00	2.332.800,00
Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências de Convênios	246.500,00	248.900,00	252.200,00
Transferências de Convênios dos Estados	246.500,00	248.900,00	252.200,00
Outras Receitas Correntes	94.600,00	101.550,00	104.900,00
RECEITAS DE CAPITAL	14.558.520,00	9.718.900,00	9.845.00,00
Operações de Crédito	1.000.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	1.000.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	13.558.520,00	9.718.900,00	9.845.200,00
Transferências Intergovernamentais	300.000,00	213.000,00	215.800,00
Transferências da União	300.000,00	213.000,00	215.800,00
Transferências de Convênios	13.258.520,00	9.505.900,00	9.629.400,00
Transferências de Convênios da União	11.815.560,00	8.481.400,00	8.591.600,00
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal	1.442.960,00	1.024.500,00	1.037.800,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.954.400,00	-3.025.280,00	-3.173.560,00
Deduções das Receitas Correntes	-2.954.400,00	-3.025.280,00	-3.173.560,00
Dedução de receita para a formação do FUNDEB	-2.954.400,00	-3.025.280,00	-3.173.560,00
TOTAL	32.271.120,00	27.955.024,00	28.816.483,00

1.1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição - %
2013	595.800,00	
2014	693.400,00	16,38%
2015	841.400,00	21,34%
2016	1.076.000,00	27,88%
2017	1.304.600,00	21,25%
2018	1.409.700,00	8,06%
2019	1.404.300,00	-0,38%

Receitas de Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição - %
2013	214.500,00	

2014	226.500,00	5,59%
2015	228.800,00	1,02%
2016	261.200,00	14,16%
2017	271.350,00	3,89%
2018	293.000,00	7,98%
2019	310.480,00	5,97%

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	69.900,00	
2014	74.700,00	6,87%
2015	78.800,00	5,49%
2016	115.800,00	46,95%
2017	145.550,00	25,69%
2018	156.560,00	7,56%
2019	164.920,00	5,34%

Receitas de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	38.800,00	
2014	55.000,00	41,75%
2015	86.000,00	56,36%
2016	107.500,00	25,00%
2017	117.600,00	9,40%
2018	138.200,00	17,52%
2019	158.800,00	14,91%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	4.800.000,00	
2014	5.200.000,00	8,33%
2015	5.600.000,00	7,69%
2016	6.630.000,00	18,39%
2017	6.700.000,00	1,06%
2018	6.954.000,00	3,79%
2019	7.285.000,00	4,76%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	428.500,00	
2014	462.000,00	7,82%
2015	443.000,00	-4,11%
2016	493.500,00	11,40%
2017	484.000,00	-1,93%
2018	489.764,00	1,19%
2019	501.063,00	2,31%

Transferências de Recursos do FNDE

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	237.000,00	
2014	262.000,00	10,55%
2015	311.800,00	19,01%
2016	331.800,00	6,41%
2017	332.500,00	0,21%
2018	335.930,00	1,03%
2019	350.380,00	4,30%

Cota-Parte do ICMS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	5.600.000,00	
2014	6.000.000,00	7,14%

2015	6.700.000,00	11,67%
2016	7.500.000,00	11,94%
2017	7.500.000,00	0,00%
2018	7.600.000,00	1,33%
2019	8.000.000,00	5,26%

Cota-Parte do IPVA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	600.000,00	
2014	660.000,00	10,00%
2015	760.000,00	15,15%
2016	760.000,00	0,00%
2017	780.000,00	2,63%
2018	800.000,00	2,56%
2019	820.000,00	2,50%

Cota-Parte do IPI sobre Exportação

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	87.000,00	
2014	90.000,00	3,45%
2015	100.000,00	11,11%
2016	100.000,00	0,00%
2017	110.000,00	10,00%
2018	114.400,00	4,00%
2019	125.000,00	9,27%

Transferências de Recursos do FUNDEB

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	1.440.000,00	
2014	1.700.000,00	18,06%
2015	2.100.000,00	23,53%
2016	2.200.000,00	4,76%
2017	2.280.000,00	3,64%
2018	2.302.800,00	1,00%
2019	2.332.800,00	1,30%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	192.000,00	
2014	93.000,00	-51,56%
2015	61.700,00	-33,66%
2016	88.000,00	42,63%
2017	94.600,00	7,50%
2018	101.550,00	7,35%
2019	104.900,00	3,30%

Receitas de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	2.017.000,00	
2014	14.741.000,00	630,84%
2015	15.219.560,00	3,25%
2016	17.526.660,00	15,16%
2017	14.558.520,00	-16,94%
2018	9.718.850,00	-33,24%
2019	9.845.196,00	1,30%

1.1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de Despesas do Município de Ouro foram calculadas a partir das despesas orçamentárias:

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (I)	17.337.150,00	17.883.124,00	18.616.283,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.349.075,00	10.710.250,00	11.193.543,00
Juros e Encargos da Dívida	60.000,00	59.000,00	58.000,00
Outras Despesas Correntes	6.928.075,00	7.113.874,00	7.364.740,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	14.893.970,00	9.991.900,00	10.120.200,00
Investimentos	14.893.970,00	9.941.900,00	10.070.200,00
Amortização Financeira	0,00	50.000,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	40.000,00	80.000,00	80.000,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	32.271.120,00	27.955.024,00	28.816.483,00

1.1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas:

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	7.127.164,00	
2014	7.719.000,00	8,30%
2015	8.877.170,61	15,00%
2016	10.248.092,00	15,44%
2017	10.349.075,00	0,99%
2018	10.710.250,00	3,49%
2019	11.193.543,00	4,51%

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	224.000,00	
2014	123.100,00	-45,04%
2015	93.220,00	-24,27%
2016	25.000,00	-73,18%
2017	60.000,00	140,00%
2018	59.000,00	-1,67%
2019	58.000,00	-1,69%

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	4.745.962,00	
2014	4.959.300,00	4,50%
2015	5.144.119,39	3,73%
2016	7.530.288,00	46,39%
2017	6.928.075,00	-8,00%
2018	7.113.874,00	2,68%
2019	7.364.740,00	3,53%

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	2.339.314,00	
2014	14.945.700,00	538,89%
2015	15.614.660,00	4,48%
2016	16.526.460,00	5,84%
2017	14.893.970,00	-9,88%
2018	9.941.900,00	-33,25%
2019	10.070.200,00	1,29%

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2013	173.500,00	
2014	635.900,00	266,51%
2015	590.890,00	-7,08%
2016	416.820,00	-29,46%

2017	0,00	-100,00%
2018	50.000,00	0,00%
2019	50.000,00	0,00%

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição - %
2013	20.000,00	
2014	20.000,00	0,00%
2015	100.000,00	400,00%
2016	100.000,00	0,00%
2017	40.000,00	-60,00%
2018	80.000,00	100,00%
2019	80.000,00	0,00%

1.1.2.5. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	13.662.000,00	15.200.500,00	17.320.000,00	17.712.600,00	18.236.124,00	18.971.283,00
Receita Tributária	693.400,00	841.400,00	1.076.000,00	1.304.600,00	1.409.700,00	1.404.300,00
Receita de Contribuição	226.500,00	228.800,00	261.200,00	271.350,00	293.000,00	310.480,00
Receita Patrimonial	74.700,00	78.800,00	115.800,00	145.550,00	156.560,00	164.920,00
Aplicações Financeiras (II)	68.700,00	71.800,00	106.800,00	136.850,00	147.260,00	155.420,00
Outras Receitas Patrimoniais	6.000,00	7.000,00	9.000,00	8.700,00	9.300,00	9.500,00
Transferências Correntes	12.519.400,00	13.903.800,00	15.671.500,00	15.778.900,00	16.137.114,00	16.827.883,00
Demais Receitas Correntes	148.000,00	147.700,00	195.500,00	212.200,00	239.750,00	263.700,00
Receitas Fiscais Correntes (III)=(I-II)	13.593.300,00	15.128.700,00	17.213.500,00	17.575.750,00	18.088.864,00	18.815.863,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	14.741.000,00	15.219.560,00	17.526.660,00	14.558.520,00	9.718.900,00	9.845.200,00
Operações de Crédito (V)	150.000,00	2.200.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	138.000,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	14.453.000,00	12.972.060,00	17.526.660,00	13.558.520,00	9.718.900,00	9.845.200,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	14.453.000,00	12.972.060,00	17.526.660,00	13.558.520,00	9.718.900,00	9.845.200,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	28.046.300,00	28.100.760,00	34.739.860,00	31.134.270,00	27.807.764,00	28.661.063,00
DESPESAS CORRENTES (X)	12.801.400,00	14.114.510,00	17.803.380,00	17.337.150,00	17.883.124,00	18.616.283,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.719.000,00	8.877.170,61	10.248.092,00	10.349.075,00	10.710.250,00	11.193.543,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	123.100,00	93.220,00	25.000,00	60.000,00	59.000,00	58.000,00
Outras Despesas Correntes	4.959.300,00	5.144.119,39	7.530.288,00	6.928.075,00	7.113.874,00	7.364.740,00
Despesas Fiscais Correntes (XII)=(X-XI)	12.678.300,00	14.021.290,00	17.778.380,00	17.277.150,00	17.824.124,00	18.558.283,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	15.581.600,00	16.205.550,00	16.943.280,00	14.893.970,00	9.991.900,00	10.120.200,00
Investimentos	14.945.700,00	15.614.660,00	16.526.460,00	14.893.970,00	9.941.900,00	10.070.200,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	635.900,00	590.890,00	416.820,00	0,00	50.000,00	50.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV)=(XIII-XIV)	14.945.700,00	15.614.660,00	16.526.460,00	14.893.970,00	9.941.900,00	10.070.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	100.000,00	100.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
DESPESA PRIMÁRIA (XVII)=(XII+XV+XVI)	27.644.000,00	29.735.950,00	34.404.840,00	32.211.120,00	27.846.024,00	28.708.483,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	402.300,00	-1.635.190,00	335.020,00	-1.076.850,00	-38.260,00	-47.420,00

1.1.2.6. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	950.000,00	900.000,00
DEDUÇÕES (II)	20.000,00	100.000,00	100.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
Ativo Disponível	20.000,00	100.000,00	100.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	870.000,00	820.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	870.000,00	820.000,00
	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL	-434.400,00	1.400.000,00	-1.637.800,00	60.000,00	-90.000,00	-50.000,00

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2014.

1.1.2.7. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	950.000,00	900.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.157.800,00	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	950.000,00	900.000,00
DEDUÇÕES (II)	20.000,00	100.000,00	100.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
Ativo Disponível	20.000,00	100.000,00	100.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	1.137.800,00	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	870.000,00	820.000,00

1.2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE OURO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)				R\$ 1.000,00		
Especificação	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB Valor (c) = (b-a)	Variação	
					% (c/a)x100	
Receita Total	30.420.060,00		18.944.259,96		-11.475.800,04	- 37,72
Receitas Primárias (I)	28.100.760,00		18.452.488,06		-9.648.271,94	- 34,33
Despesa Total	30.420.060,00		20.489.999,79		-9.930.060,21	- 32,64
Despesas Primárias (II)	29.735.950,00		19.799.273,10		-9.936.676,90	- 33,42
Resultado Primário (III)=(I-II)	-1.635.190,00		-1.346.785,04		288.404,96	- 17,64
Resultado Nominal	1.400.000,00		288.941,44		-1.111.058,56	- 79,36
Dívida Pública Consolidada	2.637.800,00		431.200,67		-2.206.599,33	- 83,65
Dívida Consolidada Líquida	2.537.800,00		-2.624.250,56		-5.162.050,56	- 203,41

1.3. METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE OURO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)							R\$ 1,00				
Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	28.403.000	30.420.060	7,1	34.846.660	14,6	32.271.120	-7,4	27.955.024	-13,4	28.816.483	3,1
Receitas Primárias (I)	28.046.300	28.100.760	0,2	34.739.860	23,6	31.134.270	-10,4	27.807.764	-10,7	28.661.063	3,1
Despesa Total	28.403.000	30.420.060	7,1	34.846.660	14,6	32.271.120	-7,4	27.955.024	-13,4	28.816.483	3,1
Despesas Primárias (II)	27.644.000	29.735.950	7,6	34.404.840	15,7	32.211.120	-6,4	27.846.024	-13,6	28.708.483	3,1
Resultado Primário (I-II)	402.300	-1.635.190	-506,5	335.020	-120,5	-1.076.850	-421,4	-38.260	-96,4	-47.420	23,9
Resultado Nominal	-434.400	1.400.000	-422,3	-1.637.800	-217,0	60.000	-103,7	-90.000	-250,0	-50.000	-44,4

Dívida Pública Consolidada	1.157.800	2.637.800	127,8	1.000.000	-62,1	1.000.000	0,0	950.000	-5,0	900.000	-5,3
Dívida Consolidada Líquida	1.137.800	2.537.800	123,0	900.000	-64,5	960.000	6,7	870.000	-9,4	820.000	-5,7
VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
Especificação	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	27.179.904	28.774.177	5,9	32.995.606	5,9	30.444.452	-7,7	25.022.398	-17,8	25.793.486	3,1
Receitas Primárias (I)	26.838.564	26.580.363	-1,0	32.894.479	-1,0	29.371.952	-10,7	24.890.587	-15,3	25.654.370	3,1
Despesa Total	27.179.904	28.774.177	5,9	32.995.606	5,9	30.444.452	-7,7	25.022.398	-17,8	25.793.486	3,1
Despesas Primárias (II)	26.453.588	28.127.081	6,3	32.577.255	6,3	30.387.849	-6,7	24.924.833	-18,0	25.696.816	3,1
Resultado Primário (I-II)	384.976	-1.546.718	-501,8	317.223	-501,8	-1.015.896	-420,2	-34.246	-96,6	-42.445	23,9
Resultado Nominal	-415.694	1.324.253	-418,6	-1.550.800	-418,6	56.603	-103,6	-80.558	-242,3	-44.754	-44,4
Dívida Pública Consolidada	1.107.942	2.495.081	125,2	946.880	125,2	943.396	-0,4	850.340	-9,9	805.585	-5,3
Dívida Consolidada Líquida	1.088.804	2.400.492	120,5	852.192	-64,5	905.660	6,3	778.732	-14,0	733.977	-5,7

1.4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

MUNICÍPIO DE OURO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

AMF- Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R\$ 1,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013		
Patrimônio/Capital	16.177.887,33	100,00	13.199.217,52	100,00	8.839.832,41	100,00	
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	16.177.887,33	100,00	13.199.217,52	100,00	8.839.832,41	100,00	

1.5. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE OURO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

AMF- Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)		R\$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014(b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	98.150,00	0,00	57.800,00
Alienação de Bens Móveis	98.150,00	0,00	57.800,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2014 (e)	2013 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	105.600,00	9.777,34	40.242,52
DESPESAS DE CAPITAL	105.600,00	9.777,34	40.242,52
Investimentos	105.600,00	9.777,34	40.242,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(g)=((Ia-IIb)+IIIh)	(h)=((Ib-IIe)+IIIi)	(i)=(Ic-IIf)

VALOR (III)	330,14	7.780,14	17.557,48
-------------	--------	----------	-----------

1.6. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Município de Ouro não possui Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

1.7. ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

O Município de Ouro tem por princípio incentivar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e suas taxas adicionais (Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Calçamento e Taxa de Expediente) em cota-única, concedendo um desconto de até 5% (cinco por cento). Na previsão da receita do referido tributo e taxas já foram excluídas a renúncia de receita, conforme previsão demonstrada no quadro a seguir:

Previsão do valor do IPTU e Taxas a serem lançados no exercício de 2017	R\$	485.160,00
Previsão de Pagamento em conta única de 56%	R\$	271.690,00
Desconto de 5% - Renúncia de Receita	R\$	13.584,00
Previsão de Arrecadação Líquida em 2017 (324.584,00 - 13.584,00)	R\$	311.000,00

2. METAS FISCAIS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE

2.1. META FISCAL DA RECEITA - LDO 2017

Código	Especificação	Valor	DR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.271.221,47	
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	78.514,98	
1110.00.00	IMPOSTOS	78.514,98	
1112.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	78.514,98	
1112.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	78.514,98	
1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	78.514,98	00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	196.378,60	
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	196.378,60	
1322.00.00	Dividendos	1.245,37	00
1325.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	195.133,23	
1325.02.00	Remuneração de Depósitos de Receitas não Vinculadas	195.133,23	00
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	6.612.524,48	
1600.13.00	Serviços Administrativos	4.189,53	
1600.13.99	Outros Serviços Administrativos	4.189,53	00
1600.41.00	Serviço de Captação, Adução, Tratamento, Reserva e Distribuição de Água	6.322.597,10	
1600.41.01	Tarifa de Água	6.223.002,27	00
1600.41.02	Ligação de Água	73.591,48	00
1600.41.99	Outros Serviços	26.003,35	00
1600.42.00	Serviço de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	285.737,85	
1600.42.01	Tarifa de Esgoto	279.002,25	00
1600.42.02	Ligação de Esgoto	5.613,00	00
1600.42.99	Outros Serviços	1.122,60	00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	383.803,41	
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	97.750,40	
1915.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	6.455,52	
1915.99.01	Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	6.455,52	00
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	91.294,88	
1919.27.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	27.679,33	00

1919.99.00	Outras Multas	63.615,55	00
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	36.796,01	
1921.00.00	INDENIZAÇÕES	36.796,01	
1921.06.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	36.796,01	00
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	228.386,80	
1932.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	228.386,80	
1932.99.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas	228.386,80	
1932.99.01	Receita da Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas - Principal	228.386,80	00
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	20.870,20	
1990.99.00	Outras Receitas	20.870,20	00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	5.613,00	
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	5.613,00	
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.613,00	
2219.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	5.613,00	00
TOTAL DA RECEITA		7.276.834,47	

ANEXO II

1. PRIORIDADES E METAS DO MUNICÍPIO DE OURO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

PRIORIDADES E METAS PARA 2017					
Programa: 0001. GESTÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0001. Manutenção das atividades legislativas	exercício	unidade	1	1.008.000,00	00
0002. Conclusão da sede do Legislativo	obra executada	unidade	1	60.000,00	00
0003. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	50	60.000,00	00
0117. Manutenção do Programa Vereador Mirim	exercício	unidade	1	20.000,00	00
Subtotal				1.148.000,00	
Programa: 0002. GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0004. Manutenção do Gabinete do Prefeito	exercício	unidade	1	235.000,00	00
0112. Manutenção da Casa da Cidadania	exercício	unidade	1	41.000,00	00
0113. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil	exercício	unidade	1	5.000,00	00
0006. Manutenção de Assessoria e Controle Interno	exercício	unidade	1	281.000,00	00
0007. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	exercício	unidade	1	92.000,00	00
Subtotal				654.000,00	
Programa: 0003. ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0008. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias	exercício	unidade	1	1.201.253,00	00
0009. Divulgação e publicação de atos oficiais	exercício	unidade	1	34.000,00	00
0010. Contribuições associativas	exercício	unidade	1	140.000,00	00
Subtotal				1.375.253,00	
Programa: 0004. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS ATUANTES E PARTICIPATIVOS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0011. Manutenção da Secretaria de Educação	exercício	unidade	1	257.000,00	00
0012. Merenda Escolar	criança/aluno	unidade	528	80.000,00	00
				19.000,00	36
				80.100,00	37

0013. Manutenção do Ensino Fundamental	aluno	unidade	328	798.600,00	01
				1.131.000,00	18
				30.000,00	32
0014. Manutenção do transporte escolar	criança/aluno	unidade	788	416.656,00	01
				198.000,00	36
				40.500,00	37
				247.500,00	62
0015. Reformas e melhorias dos espaços físicos das Escolas de Ensino Fundamental	escola	unidade	2	400.000,00	32
0016. Aquisição de mobiliários e equipamentos para as Escolas de Ensino Fundamental	equipamento	unidade	50	200.000,00	32
0017. Aquisição de veículos para as atividades da educação	veículo	unidade	1	80.000,00	32
0018. Aquisição de veículos para o transporte escolar	veículo	unidade	1	300.000,00	37
0019. Construção de unidade escolar	obra executada	m²	854	1.000.000,00	32
0020. Apoio ao Ensino Profissionalizante aluno		unidade	37	5.000,00	00
0021. Apoio ao Ensino Superior	acadêmico	unidade	40	65.000,00	00
0022. Manutenção da Educação Infantil	criança	unidade	351	946.000,00	01
				1.162.000,00	18
0023. Reformas e melhorias dos espaços físicos dos Centros de Educação Infantil	centro	unidade	1	200.000,00	32
0118. Construção de Creche Tipo C no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	900	1.105.000,00	32
0024. Educação para Jovens e Adultos	aluno	unidade	30	1.000,00	01
0025. Manutenção da Educação Especial	aluno	unidade	17	108.000,00	01
Subtotal				8.870.356,00	
Programa: 0005. INCENTIVO A CULTURA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0026. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	exercício	unidade	1	135.500,00	00
0027. Manutenção da torre de retransmissão de TV	exercício	unidade	1	14.000,00	00
0028. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais	exercício	unidade	1	60.000,00	00
Subtotal				209.500,00	
Programa: 0006. ESPORTE QUALIDADE DE VIDA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0031. Apoio ao esporte amador	atleta	unidade	3.000	203.000,00	00
				35.000,00	64
0032. Manutenção e melhorias dos ginásios de esportes	ginásio	unidade	1	500.000,00	34
Subtotal				738.000,00	
Programa: 0007. PROMOVENDO A SAÚDE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0033. Manutenção das atividades gerais de saúde	exercício	unidade	1	1.375.000,00	02
0034. Manutenção do Programa Saúde da Família	família	unidade	2.440	208.000,00	02
				119.800,00	38
0035. Manutenção do Programa Agentes Comunitários	família	unidade	2.440	66.000,00	02
				92.000,00	38
				34.000,00	67
0036. Manutenção do Programa Saúde Bucal	procedimento	unidade	2.440	69.000,00	02
				26.800,00	38
0037. Manutenção do Programa Farmácia Básica	exercício	unidade	1	70.000,00	02
				34.500,00	38
				23.500,00	67
0039. Aquisição de veículos para as atividades de saúde	veículo	unidade	2	100.000,00	33
				100.000,00	63
0040. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	10	50.000,00	33
0042. Construção de ponto de atendimento de saúde no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	100	100.000,00	33
0120. Construção de garagem para os veículos da saúde	obra executada	m²	200	100.000,00	33
0111. Programa Mais Médico	exercício	unidade	1	20.000,00	02
0044. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva	procedimento	unidade	15.000	901.661,00	02
				190.400,00	38
				15.500,00	67

0045. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	visita	unidade	2.500	35.800,00	00
				43.000,00	02
				7.000,00	38
0046. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde	procedimento	unidade	600	2.000,00	02
				25.000,00	38
0047. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição	procedimento	unidade	100	10.000,00	02
Subtotal				3.818.961,00	
Programa: 0008. FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0049. Manutenção das estradas vicinais	exercício	unidade	1	711.000,00	00
				6.040,00	07
				65.830,00	39
				637.960,00	64
0050. Manutenção da garagem e oficina municipal	exercício	unidade	1	20.000,00	00
0051. Aquisição de veículos para as atividades de infraestrutura viária	equipamento	unidade	3	500.000,00	34
0052. Aquisição de máquinas e equipamentos	equipamento	unidade	3	1.200.000,00	34
0053. Construção de pontes em concreto	ponte	m²	50	500.000,00	64
0054. Construção da garagem municipal	obra executada	m²	500	500.000,00	34
0055. Pavimentação de estradas rurais	pavimentação	m²	1.000	1.000.000,00	34
Subtotal				5.140.830,00	
Programa: 0009. SEGURANÇA AO CIDADÃO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0056. Manutenção da sinalização de trânsito	exercício	unidade	1	3.100,00	00
				15.300,00	12
0057. Manutenção de convênio com a Polícia Civil	exercício	unidade	1	8.300,00	11
0058. Manutenção de convênio com a Polícia Militar	exercício	unidade	1	9.200,00	10
0059. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha	exercício	unidade	1	12.000,00	00
Subtotal				47.900,00	
Programa: 0010. REVITALIZANDO O URBANISMO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0060. Manutenção dos serviços urbanos	exercício	unidade	1	644.000,00	00
				130.000,00	34
0061. Manutenção da coleta de lixo	exercício	unidade	1	279.000,00	00
0063. Pavimentação de ruas	pavimentação	m²	3.500	1.200.000,00	34
				100.000,00	64
				1.000.000,00	83
0064. Pavimentação e revitalização de passeios com acessibilidade	calçada	m²	1.000	500.000,00	34
0066. Infraestrutura e saneamento básico em área de expansão do perímetro urbano	obra executada	unidade	1	250.000,00	34
0067. Manutenção do Cemitério Municipal	exercício	unidade	1	15.000,00	00
				200.000,00	34
0071. Abertura de rua interligando os bairros Kleinubing, Navegantes e Caravaggio	rua	m²	1.000	200.000,00	34
0072. Revitalização das pontes Irineu Bornhausen e Mathias Michelizzi	ponte	unidade	1	150.000,00	34
0073. Manutenção da iluminação pública	exercício	unidade	1	272.000,00	08
Subtotal				4.940.000,00	
Programa: 0011. MINHA CASA VALE OURO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0075. Manutenção das atividades habitacionais	exercício	unidade	1	10.000,00	00
0076. Programas habitacionais nas áreas urbanas e rurais	exercício	unidade	1	75.000,00	34
Subtotal				85.000,00	
Programa: 0012. DESENVOLVENDO A AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTAVEL					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0080. Manutenção e promoção das atividades agrícolas	exercício	unidade	1	711.000,00	00
				65.000,00	34
				70.000,00	64
0081. Convênios para a prestação de serviços e assistência técnica	convênio	unidade	1	25.000,00	00
0083. Manutenção de programas de incentivos ao desenvolvimento da agricultura	exercício	unidade	1	128.500,00	00

0084. Aquisição de implementos agrícolas	implemento	unidade	8	100.000,00	34
0085. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	máquina	unidade	12	500.000,00	34
Subtotal				1.599.500,00	
Programa: 0013. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM SUSTENTABILIDADE					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0086. Desenvolvimento econômico	exercício	unidade	1	90.400,00	00
0087. Manutenção das atividades turísticas	exercício	unidade	1	146.230,00	00
0088. Aquisição de terreno para instalação do Distrito Industrial	terreno	unidade	5.000	250.000,00	34
0115. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio	obra executada	unidade	1	300.000,00	34
Subtotal				786.630,00	
Programa: 0014. CIDADÃO EM PRIMEIRO LUGAR					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0116. Apoio aos Grupos de Terceira Idade	exercício	unidade	1	26.200,00	00
0090. Manutenção do Conselho Tutelar	exercício	unidade	1	126.800,00	00
0091. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	exercício	unidade	1	95.000,00	00
0092. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente	exercício	unidade	1	201.000,00	00
				33.700,00	35
0093. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	exercício	unidade	1	379.000,00	00
				63.350,00	35
0094. Manutenção da Assistência Social	exercício	unidade	1	306.800,00	00
0095. Aquisição de veículos para a Assistência Social	veículo	unidade	1	150.000,00	31
0097. Aquisição de terreno para construção do CRAS	terreno	unidade	1	280.000,00	31
0098. Construção do Centro de Referência da Assistência Social	obra executada	m²	400	400.560,00	31
0104. Manutenção do Programa Bolsa Família	exercício	unidade	1	9.500,00	35
0105. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	exercício	unidade	1	1.700,00	00
				5.100,00	09
Subtotal				2.078.710,00	
Programa: 0015. ENCARGOS ESPECIAIS					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0107. Amortização do Principal e Encargos da Dívida	contrato	unidade	2	60.000,00	00
0108. Manutenção dos Encargos com Inativos e Pensionistas.	pessoal	unidade	22	500.000,00	00
				1.350,00	03
0109. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor.	exercício	unidade	1	176.400,00	00
				60,00	07
				670,00	39
Subtotal				738.480,00	
Programa: 0016. RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
0110. Reserva de Contingência.	exercício	unidade	1	40.000,00	00
Subtotal				40.000,00	
TOTAL				32.271.120,00	

2. PRIORIDADES E METAS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2017

PRIORIDADES E METAS PARA 2017					
Programa: 8000. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2091. Manutenção Administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	1	1.651.884,11	00
1083. Ampliação e reforma da Sede Administrativa	edificação	m²	50	100.000,00	00
1084. Aquisição de bens móveis	equipamento	unidade	9	60.000,00	00
2092. Manutenção e operação do sistema de abastecimento de água e esgoto	unidade gestora	unidade	1	3.722.473,00	00
2093. Transferências ao consórcio público CISAM Meio Oeste	exercício	unidade	1	46.901,97	00
2179. Manutenção dos serviços de Regulação Consórcio Público CISAM Meio Oeste	exercício	unidade	1	26.000,00	00

1085. Ampliação e automação da Estação de Tratamento de Água	equipamento	unidade	1	80.000,00	00
1086. Construção e ampliação de bens de natureza industrial	edificação	unidade	30	80.000,00	00
1087. Construção de Reservatórios de Água	reservatório	m ³	800	600.000,00	00
1088. Implantação redes e adutoras de água	rede	m	1.000	250.000,00	00
1089. Ampliação de redes de esgoto	rede	m	300	100.000,00	00
1090. Construção de almoxarifado para armazenamento de materiais e produtos	edificação	m ²	250	60.000,00	00
1091. Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores.	equipamento	unidade	800	120.000,00	00
1092. Aquisição e substituição de painéis de comando	equipamento	unidade	1	50.000,00	00
1093. Aquisição e substituição de conjunto moto-bomba	equipamento	unidade	1	60.000,00	00
1094. Aquisição de veículos	veículo	unidade	1	80.000,00	00
1095. Aquisição de equipamentos	equipamento	unidade	3	86.807,15	00
1099. Aquisição de terrenos	terreno	m ²	200	30.000,00	00
2094. Contribuição ao PASEP	contribuição	unidade	1	72.768,34	00
TOTAL				7.276.834,47	

ANEXO III

RISCOS FISCAIS - LDO 2017	
Art. 4º, § 3º da LRF	
Identificação dos Eventos	2017
1. Riscos Fiscais	40.000,00
1.1. Intempéries	20.000,00
1.2. Demandas judiciais	20.000,00
TOTAL	40.000,00

TERMO ADITIVO N 01/2016 - MAPFRE SEGUROS

TERMO ADITIVO N. 01/2016 AO CONTRATO N. 003/2016

Processo Licitatório n. 0059/2015

Modalidade Pregão Presencial n. 0032/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A

OBJETO: INCLUSÃO DO SEGURO PARA O VEICULO PLACA OID-0673

ALTERAÇÃO: INCLUSÃO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 16/05/2016 e se encerra em 31/12/2016.

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R\$ 375,06 (trezentos e setenta e cinco reais e seis centavos).

VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R\$ 23.115,06 (vinte e três mil cento e quinze reais e seis centavos)

DATA DE ASSINATURA: 16/05/2016.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2783

DECRETO N.º 2783/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 940/2015 – LDO para o exercício de 2016, e alteração conforme Lei Mun. Nº 955/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	11001	Fundo Municipal de Saúde		
Função	10	Saúde		
Subfunção	304	Vigilância Sanitária		
Programa	1002	Serviços de Vigilância Sanitária		
Ação	2.53	Manut. ABVS – Ações Básicas de Vigilância Sanitária		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	119	4490-Aplicações Diretas	R\$	400,00
Subfunção	305	Vigilância Epidemiológica		
Programa	1003	Serviços de Vigilância Epidemiológica		
Ação	2.54	Manut. TFSV – Teto Financeiro de Vigilância em Saúde		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	123	4490-Aplicações Diretas	R\$	800,00
		Total	R\$	1.200,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	11001	Fundo Municipal de Saúde		
Função	10	Saúde		
Subfunção	304	Vigilância Sanitária		
Programa	1002	Serviços de Vigilância Sanitária		
Ação	2.53	Manut. ABVS – Ações Básicas de Vigilância Sanitária		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	120	3390-Aplicações Diretas	R\$	400,00
Subfunção	305	Vigilância Epidemiológica		
Programa	1003	Serviços de Vigilância Epidemiológica		
Ação	2.54	Manut. TFSV – Teto Financeiro de Vigilância em Saúde		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	122	3390-Aplicações Diretas	R\$	800,00
		Total	R\$	1.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 16 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2784

DECRETO N.º 2784/2016

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 940/2015 – LDO para o exercício de 2016, e alteração conforme Lei Mun. Nº 955/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	6001	Secretaria/Coord. De Agricultura		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural		
Ação	2.33	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	61	4490-Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Unidade Orçam.	11001	Fundo Municipal de Saúde		
Função	10	Saúde		
Subfunção	301	Atenção Básica		
Programa	1001	Saúde para Todos		
Ação	2.50	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	118	3390-Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
		Total	R\$	10.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	6001	Secretaria/Coord. De Agricultura		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural		
Ação	2.33	Manutenção das Atividades Agropecuárias		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	63	3190-Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Unidade Orçam.	11001	Fundo Municipal de Saúde		
Função	10	Saúde		
Subfunção	301	Atenção Básica		
Programa	1001	Saúde para Todos		
Ação	2.50	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
Fonte	0102	Receitas de Impostos e de Transferência de impostos - Saúde		
Despesa	113	3190-Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
		Total	R\$	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 16 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº962

LEI Nº. 962/2016

“Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Especial, pelo Superávit do Exercício Anterior na Fonte 0300 - Recursos Ordinários e da outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Especial pelo Superávit da Exercício Anterior no valor de R\$ 4.038,76 (Quatro

mil e trinta e oito reais e setenta e seis centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	3001	Secretaria/Coordenadoria de Administração e Gestão		
Função	6	Segurança Pública		
Subfunção	181	Policimento		
Programa	601	Segurança Publica		
Ação	2.10	Manutenção do Convênio - Policia Militar Bombeiros		
Fonte	0300	Recursos Ordinários		
Elemento	4490	Aplicações Diretas	R\$	4.038,76

Art. 2º O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recurso ordinário apurado pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada, no valor de R\$ 4.038,76 (Quatro mil e trinta e oito reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

PORTARIA Nº080

PORTARIA N.º 080/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/2015.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares ao servidor público Municipal Sr. Cezario Antunes de Quadros, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção e Construção, no período de 14 de junho de 2016 á 13 de junho de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 13 de Junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº081

PORTARIA N.º 081/2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal Sra. Elaine Terezinha Stella, por período de 90 (Noventa) dias, conforme atestados Médico, a partir de 13 de junho de 2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 16 de junho de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 1435/2016.

PORTARIA Nº. 1435/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

READMITIR ANDRIZA APARECIDA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 15/12/2015, face a servidora ser gestante, de acordo com processo 22575/2015.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1480/2016.

PORTARIA Nº. 1480/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANÇOISY CHRISTINA WEICKERT, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1505/2016.

PORTARIA Nº. 1505/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLAUDINEI MILTON VIGANIGO, Matrícula 3745047-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1514/2016.

PORTARIA Nº. 1514/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BRUNO PEREIRA DAL PAZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 05 de julho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 074/2016, que tem como objeto a contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação asfáltica de extensões de médio e grande porte, incluindo fornecimento de material, a ser utilizado em diversas ruas e avenidas deste Município, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 17 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº075/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº075/2016, no dia 26 de julho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº075/2016 tem como objeto a contratação de empresa especializada para gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Palhoça, conforme os anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 17 de junho de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

PORTARIA Nº. 1345/2016.

PORTARIA Nº. 1345/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora NORBERTO JOÃO, Matrícula nº. 500232-3, ocupante da categoria funcional de Motorista, removido para a Fundação Municipal de Esporte e Cultura do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1346/2016.

PORTARIA Nº. 1346/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400204-1	Adriana Nascimento de Souza	Graduação	30%	01/02/2016
402348-1	Alexandra de Jesus Livramento	Graduação	30%	01/02/2016
3745156-1	Andrea da Costa Rankel	Pós Graduação	15%	02/02/2016
800856-1	Claudia Cristina Felisbino Clasen	Graduação	30%	04/02/2016

802361-4	Cristiane Maria Machado da Silveira	Graduação	30%	05/02/2016
300421-1	Cristiane Olga Martins	Graduação	30%	01/02/2016
401105-1	Daiane Malua Putti	Graduação	30%	03/02/2016
6-1	Débora Adnilza Angelo	Graduação	30%	02/02/2016
100743-1	Denise Ayres D´Avila	Pós Graduação	15%	05/02/2016
100742-1	Fernanda Czarneski Borges	Pós Graduação	15%	17/02/2016
3745239-1	Franciane Cabral	Pós Graduação	15%	17/02/2016
100725-2	Franciny Cordioli da Rosa	Graduação	30%	01/02/2016
3745122-1	Juliana Vieira da Silva	Pós Graduação	15%	17/02/2016
401474-2	Mariane Cristiane Pfleger Scalvim	Graduação	30%	02/02/2016
401943-6	Michelli Soares	Graduação	30%	11/02/2016
200310-10	Pamella Silva Schmidt	Graduação	30%	02/02/2016
300097-2	Rita de Cássia da Silva	Graduação	30%	05/02/2016
401084-1	Roseli Correa de Macedo	Graduação	30%	11/02/2016

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1419/2016.

PORTARIA Nº. 1419/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DIEGO RIBEIRO DEFREYN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1420/2016.

PORTARIA Nº. 1420/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA ANTONIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1421/2016.

PORTARIA Nº. 1421/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVANE RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1422/2016.

PORTARIA Nº. 1422/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLARICE SCHAPPO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1423/2016.

PORTARIA Nº. 1423/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREIA DE BRITO FERNANDES VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com

40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1424/2016.

PORTARIA Nº. 1424/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARAISA MELO FARIAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1425/2016.

PORTARIA Nº. 1425/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISANGELA SCHNEIDER, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1426/2016.

PORTARIA Nº. 1426/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA HESSMANN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1427/2016.

PORTARIA Nº. 1427/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GLADIS ELISA BECKER, de acordo com a Lei nº. 3239/2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo nº 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal da Pinheira 16 Horas, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1428/2016.

PORTARIA Nº. 1428/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE DOS SANTOS FERNANDES DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta)

horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1429/2016.

PORTARIA Nº. 1429/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO KRETZER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1430/2016.

PORTARIA Nº. 1430/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KELLEN ELISA FAPI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1431/2016.

PORTARIA Nº. 1431/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MORGANA PAMPLONA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1432/2016.

PORTARIA Nº. 1432/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0837 de 06 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ROSA HELENA SILVA-NO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1433/2016.

PORTARIA Nº. 1433/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANTONIO CARLOS POLICARPO, matrícula nº. 500050-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 15/03/2016.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 10 (dez) anos, 07 (sete) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1434/2016.

PORTARIA Nº. 1434/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CLEIA BAUMGARTEN DA ROCHA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1436/2016.

PORTARIA Nº. 1436/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ROBERTA VALDEIA SAIBERT, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/04/2016, face ao termino da LG.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1437/2016.

PORTARIA Nº. 1437/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MUNIQUE LAYLANE ARAUJO JORGE, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1438/2016.

PORTARIA Nº. 1438/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ELEONORA WIESSE ZACCHI, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1439/2016.

PORTARIA Nº. 1439/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0880 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ANA MARIA ZANELA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 25/03/2016 a 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1440/2016.

PORTARIA Nº. 1440/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAMILLA FERREIRA BOA SORTE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1441/2016.

PORTARIA Nº. 1441/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARISA NEUSA RACHADEL, matrícula nº. 129014-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2010 a 10/05/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/04/2016 à 18/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1442/2016.

PORTARIA Nº. 1442/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RUBY STEINMETZ FILHO, matrícula nº. 300221-2, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/09/2008 a 18/09/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 01/04/2016 à 01/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1443/2016.

PORTARIA Nº. 1443/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADENIR JOÃO CIPRIANO, matrícula nº. 500327-3, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/08/2004 a 06/08/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 04/04/2016 à 04/05/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1444/2016.

PORTARIA Nº. 1444/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA ANTONIA SAMPAIO RAMOS, matrícula nº. 401122-3, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 19/01/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 30/03/2016 à 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1445/2016.

PORTARIA Nº. 1445/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de

21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCAS ARAUJO SANTOS, Matrícula 3745528-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1446/2016.

PORTARIA Nº. 1446/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MUNIQUE LAYLANE ARAUJO JORGE, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1447/2016.

PORTARIA Nº. 1447/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELEONORA WIESE ZACCHI, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 21 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1448/2016.

PORTARIA Nº. 1448/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) MARIA CELI DA SILVA SIMONETTI, matrícula nº. 800059-1, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 27/07/2015.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 16 (dezesesseis) dias.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1449/2016.

PORTARIA Nº. 1449/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora BARBARA RAMONA SILVA SCHMIDT, matrícula nº. 401666-3, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 4988/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1450/2016.

PORTARIA Nº. 1450/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora ALINE IZABEL GONÇALVES, matrícula nº. 401866-7, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 4904/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1451/2016.

PORTARIA Nº. 1451/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora FATIMA TEIXEIRA DE MEDEIROS DA SILVEIRA, matrícula nº. 800632-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 2885/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1452/2016.

PORTARIA Nº. 1452/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora EDIRLANDA MARIA DA ROSA, matrícula nº. 121744-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 189 da Lei 097, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 4389/2016, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1453/2016.

PORTARIA Nº. 1453/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) TEREZA ROSA DE QUADROS, matrícula nº. 400279-3, ocupante da categoria funcional de Auxiliar de Enfermagem, lotado (a) na Secretaria de Saúde, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010:

Averbar tempo que Contribuiu pelo INSS, totalizando 04 (quatro) anos, 06 (seis) meses e 02 (dois) dias.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1454/2016.

PORTARIA Nº. 1454/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) RITA DE CASSIA ESPINDOLA, matrícula nº. 300197-2, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Finanças, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 17/03/2016.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 02 (dois) anos, 11 (onze) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1455/2016.

PORTARIA Nº. 1455/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	PARA
251742-3	Leandro Rimolo Osorio	68%	80%

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402032-3	Barbara dos Santos Sakr	80%
3760873-2	Eleonora Wiese Zacchi	68%
3760887-2	Munique Laylane Araujo	68%
400910-1	Mayara Vieira Pereira	20%

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

DANIEL BROERING HAGER

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1456/2016.

PORTARIA Nº. 1456/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1313 de 31 de março de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JULIANA ARACI FLOR COSTA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/04/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1457/2016.

PORTARIA Nº. 1457/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0751 de 06 de fevereiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora THALIA CAROLINY CAETANO, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1458/2016.

PORTARIA Nº. 1458/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1177 de 02 de março de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ZENILDA DA SILVA MAINCHEIN, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1459/2016.

PORTARIA Nº. 1459/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0025 de 05 de janeiro de 2015, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARLIRIA DE JESUS VAZ CARBONI, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1460/2016.

PORTARIA Nº. 1460/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402270-4	Camile Cardoso Fabre	R\$ 500,00
402237-4	Leonardo Kretzer	R\$ 1000,00
370199-10	Maraisa Melo Farias	R\$ 254,00

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1461/2016.

PORTARIA Nº. 1461/2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, EMANUELLA BATISTA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/04/2016, face o termino da LG.

Palhoça, SC, em 28 de março de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1462/2016.

PORTARIA Nº. 1462/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINE NOVAES DA

ROSA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Cambirela da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/03/2016 a 17/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1463/2016.

PORTARIA Nº. 1463/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADENILDA KUHIL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Rio Grande da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/03/2016 a 16/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1464/2016.

PORTARIA Nº. 1464/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KAREN JAQUELINE PUYEN ENCISO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Passa Vinte da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/03/2016 a 16/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1465/2016.

PORTARIA Nº. 1465/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA JULIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1466/2016.

PORTARIA Nº. 1466/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALINI NUNES CORDOVA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Guarda do Cubatão da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/03/2016 a 28/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1467/2016.

PORTARIA Nº. 1467/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SABRINA FORMEHL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do São Sebastião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/03/2016 a 28/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1468/2016.

PORTARIA Nº. 1468/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JEFFERSON DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Alto Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2016 a 21/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1469/2016.

PORTARIA Nº. 1469/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBSON GERCINO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais,

do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2016 a 21/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1470/2016.

PORTARIA Nº. 1470/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RODRIGO VALDEMIRO DE ASSUNÇÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2016 a 21/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1471/2016.

PORTARIA Nº. 1471/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THATIANY RODOLFO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1472/2016.

PORTARIA Nº. 1472/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e no artigo 9º, alínea III, letra "d", do Decreto Municipal 1.288/2003, do quadro de pessoal efetivo, a servidora Eronete Gilda Gomes Oliveira e Rosimeri Hilda Coelho, Pregoeiras e as servidoras: Luciane Probst, para atuar como equipe de Apoio as Pregoeiras.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1473/2016.

PORTARIA Nº. 1473/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
3745778-1	Rubia Bertelli Peres	R\$ 300,00	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1474/2016.

PORTARIA Nº. 1474/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MIRELA ANGELA COELHO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1475/2016.

PORTARIA Nº. 1475/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BRUNO PEREIRA DAL PAZ, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1476/2016.

PORTARIA Nº. 1476/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUSANA PACHECO BECK, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1477/2016.

PORTARIA Nº. 1477/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBERTA CRISTINA PACHECO CORREA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/03/2016 a 21/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1478/2016.

PORTARIA Nº. 1478/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOEL DA SILVA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1479/2016.

PORTARIA Nº. 1479/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RODRIGO VALDIR BOTELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1481/2016.

PORTARIA Nº. 1481/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANA LUCAS JANSEN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/03/2016 a 28/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1483/2016.

PORTARIA Nº. 1483/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, nos termos dos parágrafos do artigo 51 da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, Eduardo Henrique Machado Sato, Presidente, Jane das Dores da Silva e Wanderleia de Fátima Rossi, membros titulares, as servidoras: Joana Schmidt e Rubia Bertelli Peres, membros suplentes. Para juntos elaborarem editais, julgarem, receberem e examinarem todos os documentos e procedimentos relativos as licitações e ao cadastro de licitantes.

Esta Portaria entre em vigor em 01 de abril de 2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1484/2016.

PORTARIA Nº. 1484/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1485/2016.

PORTARIA Nº. 1485/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MIRELA ANGELA COELHO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1486/2016.

PORTARIA Nº. 1486/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA ZOETE SCHWINDEN RACHADEL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1487/2016.

PORTARIA Nº. 1487/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AYSLA MARCELINO BAIÃO MATSUMOTO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Veterinário, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1488/2016.

PORTARIA Nº. 1488/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA RAMON, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2015, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/03/2016 a 30/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1489/2016.

PORTARIA Nº. 1489/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO XENIA PAULA MARTINS PAMATO, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1490/2016.

PORTARIA Nº. 1490/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARIA DE LOURDES LAURINDI, Matrícula 210089-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1491/2016.

PORTARIA Nº. 1491/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRO ADRIANI TEIXEIRA BORGES JUNIOR, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1492/2016.

PORTARIA Nº. 1492/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 86, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Cristiane Borges	20	40	01/04/2016 a 21/12/2016
Lucas Araujo Santos	10	40	04/04/2016 a 21/12/2016
Luciana da Silva	40	20	28/03/2016 a 21/12/2016
Rosangela Resner Constante	40	20	01/04/2016 a 21/12/2016

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1493/2016.

PORTARIA Nº. 1493/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0882 de 29 de fevereiro de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora FABIANE BOZIM, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 24/03/2016 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1494/2016.

PORTARIA Nº. 1494/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1139 de 02 de março de 2016, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora EDIANE PEREIRA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/05/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1495/2016.

PORTARIA Nº. 1495/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Casa da Cultura da Fundação Municipal de Esportes e Cultura a servidora MARY LUCIA DE SOUZA DA SILVEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1496/2016.

PORTARIA Nº. 1496/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS, na Casa da Cultura da Fundação Municipal de Esportes e Cultura a servidora MARISTELA JOAQUINA DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 21/12/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1497/2016.

PORTARIA Nº. 1497/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 11 de abril de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402341-3	Amanda Ricci Regis	20%

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

VITOR SODRE DIAS

Secretário de Saúde Adjunto

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1498/2016.

PORTARIA Nº. 1498/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO XENIA VANESSA DELGADO GUEVARA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Aritu da Formiga da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1499/2016.

PORTARIA Nº. 1499/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TACIANA MOREIRA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1500/2016.

PORTARIA Nº. 1500/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TAINARA ESPINDOLA JUTTEL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 29/03/2016 a 29/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1501/2016.

PORTARIA Nº. 1501/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROZELI APARECIDA DE MELLO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/03/2016 a 28/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1502/2016.

PORTARIA Nº. 1502/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NÉDINA TEREZINHA FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/03/2016 a 28/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1503/2016.

PORTARIA Nº. 1503/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JESSICA CRISTINA DA COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde do Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1504/2016.

PORTARIA Nº. 1504/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA DA SILVA VASCO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1506/2016.

PORTARIA Nº. 1506/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JAQUELINE NUNES, Matrícula 128961-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/04/2016.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1507/2016.

PORTARIA Nº. 1507/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JHEIGO SCHERICO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 009/2014, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1508/2016.

PORTARIA Nº. 1508/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DE MEDEIROS FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1509/2016.

PORTARIA Nº. 1509/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARISA CAPRARO, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1510/2016.

PORTARIA Nº. 1510/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAYKON CESAR DA COSTA CERQUEIRA, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1511/2016.

PORTARIA Nº. 1511/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NEOMAR NARCISO BORGES CESAR JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1512/2016.

PORTARIA Nº. 1512/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA SEARA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/03/2016 a 05/03/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1513/2016.

PORTARIA Nº. 1513/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LINDAURA DA ROSA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 073, de 17 de agosto de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 120 (cento e vinte) horas/mensais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1515/2016.

PORTARIA Nº. 1515/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLOS EDUARDO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2015, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1516/2016.

PORTARIA Nº. 1516/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIA HELENA VICTORINO VILA NOVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica do Rio Grande de Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1517/2016.

PORTARIA Nº. 1517/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSETE SIMÕES DA SILVA REIS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2015, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/04/2016 a 01/04/2017.

Palhoça, SC, em 31 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE LEI Nº708/2016.**

PROJETO DE LEI Nº708/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Nereu Ghizoni.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Nereu Ghizoni, com extensão de 1300 metros e 10 metros de largura, via pública localizada no Bairro Guarda do Cubatão, com início no termino da Rua Santo Anjo da Guarda e com termino no inicio da Rua José Francisco da Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº122/2016.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº122/2016.

INSTITUI EQUIPE MÉDICA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO, CRIA OS CARGOS, FIXA DIRETRIZES, VAGAS, ESTABELECE ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui a Equipe Médica de Urgência e Emergência no Município de Palhoça.

Art. 2º Para a execução das ações objetivadas com a implantação da Equipe Médica de Urgência e Emergência serão efetuadas contratações dos profissionais de que trata esta Lei Complementar, mediante aprovação em concurso público de provas e/ou títulos, por ato a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Fica permitida a contratação emergencial, através de processo seletivo simplificado, dos profissionais de que trata esta Lei Complementar até a efetivação de concurso público, no caso substituições temporárias e em situações necessárias para a manutenção do serviço público.

Art. 3º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra –Emergência – 30 horas, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral –Emergência – 30 horas, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º A Equipe Médica de Urgência e Emergência do Município de Palhoça, será composta dos seguintes profissionais:

I – Médico Clínico Geral – Emergência (30 horas);

II – Médico Pediatra – Emergência (30 horas);

III – Enfermeiro (30 horas);

IV – Técnico de Enfermagem (30 horas);

V – Assistente Administrativo;

VI – Motorista;

VII – Telefonista;

VIII – Vigia.

Art. 6º O Artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 26 (vinte e seis) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”

Art. 7º Acrescenta os incisos XXIV e XXV ao Artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 281 – (...)

XXIV – Categoria Funcional ANS-PED – Atividades de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência;

XXV – Categoria Funcional ANS-CGE – Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência;”

Art. 8º Altera o inciso I do Artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297 (...)

I – Para as Categorias Funcionais (...), ANS-AFVS, ANS-AFOP, ANS-AFMA, ANS-PED e ANS-CGE por conclusão de:”

Art. 9º Ficam criados o inciso XXIV e XXV que tratam respectivamente das Categorias ANS-PED e ANS-CGE no Anexo I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, com a seguinte redação:

“XXIV – ANS-PED - Atividade de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência (atribuídas aos Profissionais da carreira de Médico Pediatra – Emergência deste Município) com carga horária de 30 horas

Médico Pediatra – Emergência – É responsável por prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes pediátricos, (e adultos, em caso de não haver médico clínico geral) em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco; realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde das crianças; encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, SUS-Fácil, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS; dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência ou que lhe forem delegadas; participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; realizar plantões médicos; obedecer ao Código de Ética Médica.”

XXV – ANS-CGE – Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência (atribuídas aos Profissionais da carreira de Médico Clínico Geral – Emergência deste Município) com carga horária de 30 horas

Médico Clínico Geral – Emergência – É responsável por prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos, (e pediátricos, em caso de não haver médicos especialista em pediatria) em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco; realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão; encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, SUS-Fácil, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS; dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência ou que lhe forem delegadas; participar

das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; realizar plantões médicos; obedecer ao Código de Ética Médica.”

Art. 10. Ficam criadas 06 (seis) vagas para o Cargo de Médico Pediatra – Emergência, bem como criadas 20 (vinte) vagas para o Cargo de Médico Clínico Geral – Emergência, ambos no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANS-PED	MÉDICO PEDIATRA – EMERGÊNCIA	06
ANS-CGE	MÉDICO CLÍNICO GERAL – EMERGÊNCIA	20

(NR)

Art. 11. Fica acrescida ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei, a Tabela de Vencimentos das categorias funcionais ANS-PED e ANS-CGE, com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANS-PED	NÍVEL I	6.233,65	6981,69	7819,49	8757,83	9808,79	10985,82	12304,12	13780,61	15434,29
	NÍVEL II	6358,32	7121,32	7975,88	8932,98	10004,94	11205,53	12550,20	14056,22	15742,97
	NÍVEL III	6485,49	7263,74	8135,40	9111,64	10205,04	11429,64	12801,20	14337,34	16057,83
	NÍVEL IV	6615,20	7409,02	8298,11	9293,87	10409,14	11658,23	13057,23	14624,09	16378,99
	NÍVEL V	6747,50	7557,20	8464,07	9479,75	10617,32	11891,40	13318,37	14916,57	16706,57
	NÍVEL VI	6882,45	7708,34	8633,35	9669,34	10829,67	12129,23	13584,74	15214,90	17040,70

ANS-PED - Atividade de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência

ANS-CGE	NÍVEL I	6.233,65	6981,69	7819,49	8757,83	9808,79	10985,82	12304,12	13780,61	15434,29
	NÍVEL II	6358,32	7121,32	7975,88	8932,98	10004,94	11205,53	12550,20	14056,22	15742,97
	NÍVEL III	6485,49	7263,74	8135,40	9111,64	10205,04	11429,64	12801,20	14337,34	16057,83
	NÍVEL IV	6615,20	7409,02	8298,11	9293,87	10409,14	11658,23	13057,23	14624,09	16378,99
	NÍVEL V	6747,50	7557,20	8464,07	9479,75	10617,32	11891,40	13318,37	14916,57	16706,57
	NÍVEL VI	6882,45	7708,34	8633,35	9669,34	10829,67	12129,23	13584,74	15214,90	17040,70

ANS-CGE - Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência

Art. 12. Os cargos de Médico Pediatra – Emergência criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível superior completo em medicina, devidamente reconhecido pelo MEC, inscrição nos quadros do CRM competente, bem como especialização em pediatria e/ou residência médica na área, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 13. Os cargos de Médico Clínico Geral – Emergência criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível superior completo em medicina, devidamente reconhecido pelo MEC, inscrição nos quadros do CRM competente, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 14. Fica criado no Anexo IV da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, uma (01) Função Executiva de Direção Técnica, Código FEDT I, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Direção Técnica prevista neste artigo será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 15. Fica criado no Anexo IV da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, uma (01) Função Executiva de Direção Clínica, Código FEDC I, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Direção Clínica será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 16. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Coordenador da UPA, com remuneração de R\$ 6.316,80 (seis mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos) e eventuais correções monetárias a incidir, código DASE II e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Coordenador da UPA acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 17. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Diretor Geral de Enfermagem, com remuneração de R\$ 5.264,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS I e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor Geral de Enfermagem será privativo de profissional Enfermeiro (a) e ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 18. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Diretor Geral, com remuneração de R\$ 5.264,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS I e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor Geral acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 19. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, três (03) Cargos de Diretor, com remuneração de R\$ 2.632,00 (dois mil e quinhentos reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS II e suas respectivas vagas, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 20. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, dois (02) Cargos de Gerente Geral, com remuneração de R\$ 1.579,20 (um mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte centavos) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS IV e suas respectivas vagas, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Gerente Geral acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 21. Os cargos de Médico Clínico Geral – Emergência, Médico Pediatra – Emergência e os demais profissionais da Equipe de Urgência e Emergência previstos no art. 5º desta Lei Complementar poderão cumprir jornada de trabalho através de plantões, devendo realizar 10 (dez) plantões mensais.

Art. 22. Os profissionais da área de saúde, de cargo de provimento efetivo de que trata esta Lei Complementar, farão jus à percepção de adicional de insalubridade de grau médio, equivalente até 20% (vinte por cento), desde que constatada em perícia.

Art. 23. Os profissionais da Equipe Médica de Emergência e Urgência poderão habilitar-se a percepção de gratificação de produtividade limitando-se em até 100 % (cem por cento) do salário base da categoria, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os percentuais deverão ser indicados pelo Secretário de Saúde e deliberados pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 24. Os profissionais da área de Saúde de que trata esta Lei Complementar, trabalhando nos serviços de urgência e emergência, farão jus à percepção de hora plantão da seguinte forma:

I – Médico Clínico Geral – Emergência e Médico Pediatra – Emergência R\$ 60,00 (sessenta reais) hora;

II – Enfermeiros R\$ 22,00 (dezesesseis reais) hora;

III – Técnicos de Enfermagem R\$ 16,00 (doze reais) hora.

Parágrafo Único. O valor da hora plantão será reajustado anualmente de acordo com o percentual de reajuste anual dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 25. Fica fixada a hora plantão dos profissionais Socorristas no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais) a hora, reajustada anualmente de acordo com o percentual definido para os servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 26. Subsidiariamente aos ditames desta Lei Complementar aplicam-se aos servidores objeto dessa contratação, os direitos e deveres previstos na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, bem como, as regulamentações, até que outra norma ou regulamento a venha substituir.

Art. 27. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 28. Os cargos de Médico (CENTRI), previstos na Lei Complementar nº 073, de 17 de agosto de 2009 e suas alterações posteriores ficam extintos, a partir do momento em que não houver nomeação e/ou profissionais em atividade.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesesseis.

PROJETO DE LEI Nº 758/2016.

PROJETO DE LEI Nº 758/2016.

DENOMINA VIA PUBLICA, Rua Manoel Lídio Fernandes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

“Art. 1º Fica denominado de Rua Manoel Lídio Fernandes, com extensão de 51,00 metros de comprimento, e 5,00 metros de largura e com início na Rua Ivo Marques Silveira, via pública localizada na Enseada do Brito, neste Município.”

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 756/2016

PROJETO DE LEI Nº 756/2016

“Denomina Via Pública”. SERVIDÃO JOSÉ BARCELOS

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito do Município de Palhoça, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada a Servidão JOSÉ BARCELOS com extensão de 284,35 m (duzentos e oitenta e quatro metros e trinta e quatro centímetros) e 5 m (cinco metros) de largura, Bairro Bela Vista.

PARÁGRAFO ÚNICO – A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui e Escritura Publica em anexo, parte integrante desta Lei.

ARTIGO 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº729/2016

PROJETO DE LEI Nº729/2016

DENOMINA VIA PÚBLICA. Travessa do Bem

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de TRAVESSA DO BEM, via pública municipal localizada no bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 40,25m (quarenta metros e vinte e cinco centímetros), e 10,50 (dez metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº763/2016.

PROJETO DE LEI Nº763/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Maria Hilda de Sousa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA MARIA HILDA DE SOUSA, via pública municipal localizada no bairro Passagem do Maciambú, com extensão total de aproximadamente 290,00m (duzentos e noventa metros) e 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº767/2016.

PROJETO DE LEI Nº767/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Demétrio

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALLHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Servidão Demétrio, com extensão de 159m de comprimento, por 3m de largura, via pública localizada no Bairro Centro, com início na Rua Roberto Sell.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº772/2016.

PROJETO DE LEI Nº772/2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Avenida Governador Luiz Henrique da Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Avenida Governador Luiz Henrique da Silveira (Avenida das Torres), a via pública com extensão de aproximadamente 3.142,06 m (pista do lado esquerdo) e de 3.184,88 m (pista do lado direito) de comprimento, com largura de aproximadamente 10,50 m para cada pista e de 9,00 m de canteiro central, que inicia no Bairro Pagani e termina na Área Industrial do Bairro Jardim Eldorado, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública e que trata este artigo obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016. Objeto: Registro de preços para a contratação de laboratório para confecção e fornecimento de próteses odontológicas removíveis totais e parciais, destinados aos pacientes encaminhados pelo Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 30 de junho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 30/06/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de junho de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

LEI Nº 2103, DE 02.06.2016 - PREVÊ A IDENTIFICAÇÃO NOS VEÍCULOS DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei n. 2103, de 02 de junho de 2016.

PREVÊ A IDENTIFICAÇÃO NOS VEÍCULOS DO PODER EXECUTIVO E DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte,
Lei

Art. 1º. Todo o veículo oficial, de propriedade ou a serviço da Administração Municipal direta ou indireta, de qualquer um dos Poderes, será identificado com o brasão oficial do Município.

Art. 2º. O brasão oficial será afixado nas portas laterais dianteiras, em tamanho visível, em veículos leves, de transportes de pessoas, caminhões e máquinas.

§ 1º. Veículos do Poder Executivo terão os seguintes dizeres, logo abaixo do brasão oficial: " PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA e "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO."

§2ª. Veículos do Poder legislativo terão os seguintes dizeres, abaixo do brasão oficial: "CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA" e "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".

§3º. Veículos não oficiais, mas a serviço da administração pública, terão o seguinte dizer: " A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA".

Art. 3º. Na aquisição de novos veículos para a frota, a identificação deverá ser feita imediatamente, antes de sua utilização.

Art. 4º. Na parte traseira dos veículos deverá constar a seguinte expressão: Como estou Dirigindo? Telefone (47) (xxxx-xxxxxx), sendo o número do telefone, definido pelo prefeito ou pelo Presidente da Câmara quando se tratar de carro do Poder Legislativo, sendo que as ligações deverão ser registradas em livro próprio ou sistema, recebendo número de protocolo, e as providências informadas ao cidadão que efetuou a denúncia, quando solicitadas.

Art. 5º. Cada Poder regulamentará os padrões e tamanho a ser adotado para o símbolo e expressões exigidas, devendo ser proporcionais à dimensão dos veículos.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 02 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2104, DE 10.06.2016 - AUTORIZA FIRMAR ACORDO NOS AUTOS DO PROCESSO 0300947-69-2015.8.24.0047, MOVIDO POR MARILZA SILVEIRA SENNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei n. 2104, de 10 de junho de 2016.

AUTORIZA FIRMAR ACORDO NOS AUTOS DO PROCESSO 0300947-69.2015.8.24.0047, MOVIDO POR MARILZA SILVEIRA SENNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte;
LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a firmar acordo nos autos do processo judicial nº0300947-69.2015.8.24.0047, que tramita na Comarca de Papanduva, para sanar eventuais irregularidades ao direito de vizinhança decorrente da construção da nova sede do Poder Legislativo, confrontante ao imóvel da autora.

Parágrafo único. O acordo de que trata o caput deste artigo diz respeito à elevação das paredes e poços de luz, de modo a preservar a privacidade do imóvel da autora, bem como ajustes necessários à diminuição dos riscos à área construída do imóvel da autora, notadamente para prevenção de umidade entre as divisas.

Art. 2º. Fica autorizado o ressarcimento de custas processuais à autora do processo judicial, comprovadas por Guia de Recolhimento Judicial, decorrentes da propositura da ação.

Art. 3º. As despesas desta lei correrão por dotações próprias do Poder Legislativo Municipal, constantes do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Município de Papanduva, 10 de junho de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1824/2016

DECRETO Nº 1824/2016

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1418 de 28 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 22.315,00(vinte e dois mil, trezentos e quinze reais), no orçamento da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(3)	
..... R\$ 22.315,00	
Total da Adição	
..... R\$ 22.315,00 (vinte e dois mil, trezentos e quinze reais).	

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de de R\$ 22.315,00(vinte e dois mil, trezentos e quinze reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1418 de 28 de novembro de 2015 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

01.01– CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO	
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES	
01.01.01.03.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200(1)	
..... R\$ 20.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0200(2)	
..... R\$ 2.315,00	
Total das Subtrações	
..... R\$ 22.315,00 (vinte e dois mil, trezentos e quinze reais).	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 17 de junho de 2016.

Erni Giacomini
Prefeito Municipal

Garrido de Togni
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Paraíso (SC) 17 de junho de 2016

Servidor Responsável

EDITAL Nº. 10/2016/SMECDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO.

PARAÍSO, SC.

EDITAL Nº. 10/2016/SMECDT

(SIMPLIFICADO)

Considerando o dever de cumprimento da Matriz Curricular e a necessidade de estar promovendo a formação integral dos educandos da Rede Municipal de Ensino, também com base na Lei Municipal nº 532/2001 e suas alterações, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, abre 1 vaga de 20 horas para Professor (a) de Língua Portuguesa, na E.M.E.B Professora Lurdete Pacheco Demarco, e 1 vaga de 20 horas de Língua Estrangeira (Inglês) no CIEF Professor Darcy Ribeiro em virtude da Professora titular estar de atestado médico por um período de 60 dias.

A seleção dos (as) candidatos (as) para assumir à referida vaga será no dia 22 de junho de 2016, na sala da Secretaria de Educação às 7:45 hs; tendo como critério para a escolha o (a) candidato (a) que apresentar maior grau de habilitação (licenciado ou cursando) e experiência na área (cursos e tempo de serviço). Sendo que contará 0,5 (meio ponto) cada curso de aperfeiçoamento na área de Educação, com Carga horária igual ou Superior a 20 horas (cursos de 2013, 2014, 2015 e 2016) e 0,5 (meio ponto) por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias, de trabalho na área de educação.

Não havendo professor habilitado a vaga será oferecida a professores de outras áreas de ensino que se habilitarem para a escolha, obedecido o maior grau de instrução.

Paraíso, 16 de Junho de 2016

Cecília Márcia Gralow Schmidt

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 065/2016

DECRETO Nº. 065, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

“NOMEIA, ASSIS ROSA PORTO PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Assis Rosa Porto para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Agricultura.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de junho de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 066/2016

DECRETO Nº. 066, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOSEANE TEIXEIRA MACIEL, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Joseane Teixeira Maciel, para ocupar a função de Chefe de Departamento – FG - 1.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 13 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13 de junho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMPT Nº 89/2016

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 89/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Setep Construções S.A

Objeto Contratação De Empresa Para Execução De Obra De Pavimentação Asfáltica Nas Ruas Coronel Joao Fernandes, Jose Hespanhol, Vitorino M. Da Silva, Joao Batista Velhinho, Jose Antonio Scheffer, Antonio Teixeira De Farias Do Municipio De Passo De Torres.

Valor: R\$ 701.496,33

Vigência: 31/10/2016

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Licitação TP 57/2016

Dotação Orçamentária:

(134) 1.052 4.4.90.00.00.00.00 0083

(137) 1.052 4.4.90.00.00.00.00 0100

(148) 2.048 4.4.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 07 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

PORTARIA 039/2016

PORTARIA Nº 039, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

“DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 – Tatiana Ponte Branco Daniel Professor LP 1A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 040/2016

PORTARIA Nº 040, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA, MARIA DE LOURDES APOLINÁRIO PEREIRA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Maria de Lourdes Apolinário Pereira, do Cargo de Servente.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 07 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de junho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 041/2016

PORTARIA Nº. 41, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

"DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA EM CARÁTER EFETIVO NO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSEANE TEIXEIRA MACIEL, PARA ATUAR JUNTO À DIREÇÃO DO C.E.I. MUNDO FELIZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Pública, Joseane Teixeira Maciel, para atuar junto à direção do C.E.I. Mundo Feliz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres em, 13 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de junho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário de Administração e Finanças.

Ciente e de acordo
Joseane Teixeira Maciel

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO Nº 445, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 445, de 06 de junho de 2016.

"NOMEIA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Nomeada a Senhora MARCIA FATIMA MARCA BOCALON, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Grupo de Direção Superior, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir do dia 06 de junho de 2016.

Parágrafo Único. Para o exercício do cargo público a servidora fará jus ao subsídio fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 018/2005, de 03/08/2005.

Art. 2º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Passos Maia SC, em 06 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

LEI N. 775 DE 15 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 775, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2014/2017, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 716/2013 DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 42, § 1º, "d", art. 62, III, e art. 99, I, ambos da Lei Orgânica Municipal, dá início ao presente Processo Legislativo:

Art. 1º. Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2017, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º. Os valores constantes em cada ação estão atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º. O valores para o exercício de 2017 estão atualizados de maneira a adequar os programas e fontes de recursos e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra e vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2016.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 213/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 213/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve,

NOMEAR E DAR POSSE a Laisa Rodrigues Izaguirres, para o cargo de Conselheira Tutelar do Município de Paulo Lopes brasileira, portadora do CPF nº 075.748.269-43 matrícula nº 11234, para o período de 16/06/2016 à 11/11/2016 conforme Edital nº 001/2015, em substituição a titular Elisangela Felisardo da Silva Martins.

Município de Paulo Lopes - SC, 16 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 214/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 214/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Carlos Eduardo Moiseis, brasileiro, portador do CPF nº 916.119.209-06, matrícula nº 1009 ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 07/07/2016 conforme benefício nº 6147394685.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA Nº 212/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR: a funcionária efetiva Sra. MARIUZA DO ROCIO DIURENE, ocupante do cargo de SERVENTE/MERENDEIRA, para responder por atribuição específica – atendimento ao público e protocolos externos– percebendo um adicional de função no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria nº 208/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

TERMO ADITIVO Nº 373/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 373/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 147/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 373/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 147/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LETÍCIA IVANI JORGE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 041.860.329-47, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Julia da Costa Flores, nº 34, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Nossa Senhora da Penha", no período de 17/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 17 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITURA

LETÍCIA IVANI JORGE

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Pomerode

PREFEITURA

6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2014 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021 / 2014
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 030 / 2014.

Pregão Presencial n.º 017 / 2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, COM COBERTURA TOTAL E RCF-V CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Prorrogação – 12 meses – Prazo Final: 11/06/2017.

Valor Total contratado R\$53.238,79 (cinquenta e três mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) - Valores reajustados de acordo com o IGP-M, estando incluso os veículos novos adquiridos.

Justificativa: Prorrogação contratual em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93 e a CLÁUSULA SEXTA, item 6.1 do Contrato Administrativo n.º 021/2014, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, com reajuste através do IGP-M.

Pomerode / SC, 01 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3.095 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3.095 DE 17 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03100000 – Convênio de Trânsito - Militar R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 17 de junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.833, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.833, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA, CRIA NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Estrada POM-409 - cujo início parte do lado ímpar da rua Presidente Costa e Silva, coordenadas geográficas 26º 38' 26,27 "S 49º 08' 28,12" O, distando aproximadamente 238 metros da esquina formada pela Rua Presidente Costa e Silva com a Estrada Ida Volkmann, com extensão aproximada de 2.081 metros - passa a denominar-se ESTRADA FRIEDEL HENRIQUE FREDERICO SIEVERT.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à identificação e sinalização desta rua com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.834, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.834, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL MUSICAL GRUPO TXAI.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO CULTURAL MUSICAL GRUPO TXAI, com sede na Rua dos Atiradores, n. 163, Centro, Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 08.830.805/0001-74.

Art. 2º A presente declaração de Utilidade Pública tem amparo legal na Lei Municipal nº 915 de 17/05/90, restaurada pela Lei nº 2.564 de 17 de maio de 2013.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.835, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.835, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA, CRIA NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Estrada POM-482 - cujo início parte do lado ímpar da Arthur Pfuetzenreiter, coordenadas geográficas 26º 48' 52,72 "S 49º 12' 02,36" O, distando aproximadamente 1.508 metros da esquina formada pela Rua Arthur Pfuetzenreiter com a Estrada Carlos Timm, com extensão aproximada de 559 metros - passa a denominar-se ESTRADA EDMUNDO SCHUBERT.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à identificação e sinalização desta Estrada com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.836, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.836, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR A SEMANA MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Pomerode autorizado a instituir na semana que abranger o dia 18 de abril ou 23 de abril, a Semana Municipal do Livro e da Leitura.

Parágrafo Único - O período estabelecido neste artigo deverá contemplar ou o "Dia Nacional do Livro Infantil" que é comemorado no dia 18 de abril ou "Dia Internacional do Livro" que é comemorado no dia 23 de abril.

Art. 2º A Semana Municipal do Livro e da Leitura de que trata o artigo anterior, será promovida pela Biblioteca Pública Municipal através da Secretaria de Turismo e Cultura com a colaboração da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Parágrafo único - Para os festejos comemorativos da Semana Municipal do Livro e da Leitura, o Poder Executivo poderá articular-se com associações e entidades representativas e, para viabilizar, se necessário, manter parcerias com instituições públicas e/ou privadas para promoção de palestras, debates e outras interações afins.

Art. 3º A Semana Municipal do Livro e da Leitura deverá ser incluída no Calendário Oficial do Município de Pomerode.

Art. 4º O município organizará Feira do Livro como evento cultural dentro da Semana Municipal do Livro e da Leitura, que terá sua localização preferencialmente no centro cultural onde se localiza a Biblioteca Pública Municipal, podendo ainda ser realizada também em praças públicas ou no centro de eventos da cidade.

Art. 5º A Semana Municipal do Livro e da Leitura tem como objetivo, promover eventos de fomento e incentivo ao interesse pelo livro e gosto pela leitura, a valorização e reconhecimento de produções locais de textos, poemas e afins, respeitando-se a diversidade cultural.

Art. 6º A Semana Municipal do Livro e da Leitura realizar-se-á atividades diversificadas de entretenimento, interação, de forma lúdica, envolvendo escolas, famílias e comunidades, buscando inclusive promover campanhas de conscientização com os pais dos alunos, para que estes estimulem nos filhos os hábitos da leitura.

Art. 7º A Prefeitura Municipal de Pomerode poderá firmar parcerias com entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, oferecendo espaços na Feira do Livro para exposições, palestras e orientações voltadas às suas áreas de atuação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.837, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.837, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA, CRIA NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Estrada POM-447 - cujo início parte do lado ímpar da Rua Alberto Rahn, coordenadas geográficas 26º 43' 10,06 "S 49º 08' 00,15" O, distando aproximadamente 1.907 metros da esquina formada pela Rua Alberto Rahn com a Estrada Dr. Wunderwald, com extensão aproximada de 1.934 metros - passa a denominar-se ESTRADA ALFREDO MUELLER.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à identificação e sinalização desta Estrada com a nova denominação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.838, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.838, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA MÓVEL DE SANGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Pomerode, Programa Municipal para a criação de Sistema de Coleta Móvel de Sangue.

Parágrafo Único. O objetivo geral do Sistema Municipal de Coleta Móvel de Sangue é aumentar o número de doadores de sangue no Município e, conseqüentemente, os estoques de sangue no hemocentro de Blumenau, onde Pomerode estaria fazendo sua contribuição para esse estoque.

Art. 2º Constituem objetivos do Sistema Municipal de Coleta Móvel de Sangue:

I - incentivar a doação de sangue;

II - facilitar a doação de sangue;

III - promover campanhas educativas sobre a importância da doação de sangue;

IV - esclarecer dúvidas sobre a doação de sangue;

V - organizar mutirões de doação de sangue;

VI - colaborar em ações que visem aumentar os estoques dos bancos de sangue.

Art. 3º - As unidades móveis funcionarão em veículos especialmente adaptados para essa finalidade, disponibilizado pela entidade na qual será destinado o sangue coletado, a coleta fica sobre a responsabilidade da instituição que a realizará com seus profissionais habilitados.

Art. 4º - A coordenação, planejamento e execução do programa ficarão a cargo da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 5º Poderão ser firmados convênios e parcerias com hospitais, organizações não-governamentais e instituições públicas e privadas para a consecução dos objetivos previstos na Lei.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste projeto correrão por conta de dotação orçamentária em vigor.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.839, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.839, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CADASTRO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BAIROS, RUAS, VILAS E NÚCLEOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores

aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal a instituir o Cadastro Municipal das Associações de Moradores de Bairros, Ruas, Vilas e Núcleos Habitacionais no Município de Pomerode.

Art. 2º O Cadastro será feito com todas as Associações que tenham registro em Cartório de Pessoas Jurídicas, seu Estatuto de Constituição e Ata de eleição de Diretoria, até esta data.

§ 1º Recomenda-se o estabelecimento de área de abrangência para as Associações já existentes e o registro no Cartório da alteração havida.

Art. 3º O cadastro a que aduz esta lei deverá ser atualizado sempre que houver alterações no quadro da diretoria em exercício, transferência de local da sede ou das normas estatutárias.

Art. 4º O cadastro da associação será gratuito e obedecerá ao preenchimento de formulário próprio do município, com juntada dos documentos necessários à comprovação da capacidade da instituição de associar-se e do requerente em representá-la.

§ 1º Compreende-se por associação de representação de moradores, aquelas que estiverem com estatuto registrado com fins específicos de defender a comunidade em todos os sentidos e os membros de sua diretoria não possuírem cargo remunerado nelas.

Art. 5º A fundação de novas associações de moradores deverá obedecer às normas aqui estabelecidas, sob pena de não terem o seu cadastramento deferido, e não poderem ser beneficiadas com recursos do município e também não poderem pleitear terrenos do município para a sua sede.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 17 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2016
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS
ENGENHARIA N.º 007 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS – SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2016

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA N.º 007 / 2016

DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR

Por estar de acordo com o Memorando n.º 028/2016 / SEPLAN, emitido em 17/06/2016, MANTENHO A DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE, DEFERINDO O RECURSO INTERPOSTO pela Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP e INABILITANDO a Empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA – ME, em estrito cumprimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, uma vez que a Empresa Recorrente não apresentou o Acervo Técnico compatível com o objeto licitado, conforme exigência do item 6.1.5, “c” do edital de licitação.

Sem mais para o momento

Atenciosamente,

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2016
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS
ENGENHARIA N.º 007 / 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS – SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 033 / 2016
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENGENHARIA N.º
007 / 2016
DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações vem por intermédio deste, comunicar a seguinte decisão acerca do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP, em relação ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA – ME, afirmando que o atestado apresentado está incompatível com o objeto licitado, pois foi apresentado atestado de pavimentação de conserto de Lajotas e não de pavimentação em paralelepípedo, infringindo a exigência do item 6.1.5, “c” do edital de licitação. Não foram apresentadas contrarrazões.

A Comissão de Licitações decide acatar o Memorando n.º 028/2016 / SEPLAN da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, que segue em anexo, DEFERINDO O RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela Empresa LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP e INABILITANDO do CERTAME a Empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA – ME.

Cabe esclarecer que o acervo técnico compatível com o objeto licitado e registrado no CREA/CAU é exigência do edital de licitação, no item 6.1.5, “c”, o que efetivamente não foi cumprido pela Empresa inabilitada. Do mesmo modo, não existe previsão legal de juntada de novos documentos de Qualificação Técnica, vez que estes documentos não estão enquadrados nos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014.

Assim, permanecem HABILITADAS no certame as Empresas LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP, FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA – ME e FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP. Fica, portanto, INABILITADA a Empresa UNIÃO OBRAS E INSTALAÇÕES ESPECIAIS LTDA – ME.

Dando prosseguimento ao certame, a Comissão Permanente de Licitações DESIGNA o dia 22/06/2016, às 08:00 horas para abertura dos envelopes das Propostas de Preços das licitantes habilitadas, ficando as Empresas interessadas devidamente intimadas.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Pomerode / SC, 17 de Junho de 2016.
MARCOS ALBERTO REITER
Presidente da Comissão de Licitações

ALCINO SIEWERT
Secretário

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO
Membro

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 47/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 047/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 28/06/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 28/06/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 17 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS Nº 007/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS Nº 007/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Capitão Gualberto Leal Nunes, Nº 330, inscrita no CNPJ sob o nº 04.984.896/0001-08, na cidade de Porto Belo/SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. EDUARDO PRADO, portador da cédula de identidade nº 3778.794 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 036.002.849-75, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa TITA EVENTOS EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.467.753/0001-04, com sede na Avenida Carlos Gomes, 141, Conjunto 1201, Sala 05 – CEP: 90480-001 - Bairro Auxiliadora – Porto Alegre - RS, neste ato representado por Sarita Grinberg Machado, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 9005182044 – SJS/RS e CPF nº 055.456.090-91, residente e domiciliada na Avenida Osvaldo Aranha, 824 – Apto. 081 – Bairro Bom Fim – CEP: 90.035-191 - Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, que será regido pelas disposições da Tomada de Preço nº 02/2015 e seus anexos, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e nos termos das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo da vigência de que trata cláusula oitava do Contrato para Prestação de Serviço Continuoado de Agenciamento de Viagens nº 007/2015, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a cláusula oitava fica prorrogada por mais doze meses, ou seja, até 31 de maio de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais clausulas do Contrato para Prestação de Serviço Continuoado de Agenciamento de Viagens nº 007/2015.

Porto Belo (SC), 30 de maio de 2016.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PORTO BELO
CONTRATANTE

TITA EVENTOS EIRELI-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: Aprovação Assessoria Jurídica:

João José da Cruz Neto

OAB/SC 22.590

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO 50

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 050/2016 de 13/06/2016.

Nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação e dá outras providência.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Coordenadora com a finalidade de orientar e coordenar o Plano Municipal de Educação para o ano de 2016.

Art. 2º - A Comissão Coordenadora será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro deles terá o encargo de coordená-la:
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Jakqueline Aparecida Poleza
João Carlos Felipe Knoblauch
Camilo Freitas Machado
Rede Municipal de Ensino
Djeison Fronza
Elizabeth A. de Oliveira Ribeiro
Rafaela Machado
Raquel Constante Siewerdt

Art. 3º - A Equipe Técnica será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro terá o encargo de coordená-la:
Claudir Pires de Moraes – Secretaria de Saúde
Francisco Decezar – Centro Social Marista
Teotônio R. Bonessi – Secretaria de Finanças
Angélica Cardoso Lopes – Centro de Referência Assistência Social
Flávia Isidoro – Pólo UAB
Jakqueline Aparecida Poleza – Secretaria de Educação e Cultura
João Carlos Felipe Knoblauch – Secretaria de Educação e Cultura
Rosemeri F. Bini – Rede Estadual de Ensino
Claudio Kramel – Poder Legislativo
Hófenas Deodato Bini – Poder Legislativo
Djeison Fronza – Rede Municipal de Ensino
Elizabeth A. de Oliveira Ribeiro – Rede Municipal de Ensino

Raquel Constante Siewerdt - Rede Municipal de Ensino
Fábio Alves de Campos – Associação de Pais e Professores
Elizário Sardo – Associação de Pais e Professores
Camila Weber – Rede Municipal de Educação
Michele Gutz – Rede Municipal de Educação
Genoveva dos Santos Sora – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Lucimara Sardo – NAES

Art. 4º - Foram estabelecidas como atribuições da Comissão Coordenadora:

- a) Mobilizar a sociedade civil organizada para discussão dos problemas educacionais, tendo como referência, diagnóstico do Município e as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação;
- b) Organizar a consulta pública para debater as propostas do Texto – Base do PME, organizado pela equipe técnica;

- c) Elaborar relatórios com as proposições apresentadas por ocasião da consulta pública e encaminhá-los à Equipe Técnica;
- d) Validar a versão final do documento base;
- e) Propor ao Executivo o Projeto de Lei para a aprovação do PME.

Art. 5º - Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:

- a) Elaborar proposta de trabalho para a elaboração para o Plano Municipal de Educação;
- b) Estruturar a análise situacional da realidade educacional do Município, considerando as metas previstas no PNE;
- c) Elaborar o Texto Base da proposta do PME e encaminhá-la a Comissão Coordenadora;
- d) Fazer as adequações no Documento – Base, examinando a viabilidade das proposições da consulta pública.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 13 de junho de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

EDITAL PREGAO 10/2016 - MATERIAIS DIVERSAS SECRETARIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº 018/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM
O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 08:30 horas do dia 01/07/2016, o edital para a realização de licitação para Aquisição de materiais para a manutenção de estradas, pontes, bueiros, galeria de águas pluviais e utilização das diversas Secretarias do Município de Pouso Redondo/SC. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.
Pouso Redondo, em 17 de junho de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2016 TRANSPORTE DE ESTUDANTES DENTRO DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2016

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 01/07/2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando o Registro de Preços para eventual prestação de serviços relacionados ao transporte de estudantes do município de presidente nereu em diversos itinerários no município quando em situação de socorro. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, o edital na integra no DOM (diário oficial dos municípios).

Presidente Nereu, 17 junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL Pregão Nº21/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 21/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERARIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICIPIO.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

a) Data: 01 de JULHO de 2016.

b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).

c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC

d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas

e) Abertura do processo: dia 01/07/2016 às 14:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 21 /2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC

ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 21 /2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 21 de JULHO de 2016 às

14:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (NOVENTA) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.1.13 Certificado de Inspeção Veicular dos veículos a serem utilizados para prestação dos serviços.
- 6.1.14 Os veículos que prestaram os serviços para o município de Presidente Nereu deverão estar segurados e deverá ser apresentado apolice no dia do certame.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
- 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
- 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa

em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para

apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos

e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes á legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes á legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência; (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Proposta Comercial (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 17 de julho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. /20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° /20

PREGÃO PRESENCIAL N° /20....

PROCESSO N° /20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos __ dias do mês de ____ do ano de 20__, na cidade de, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS SERVIÇOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) Utilizar veículo apropriado dentro das normas de trânsito, devidamente vistoriado, com certificado de inspeção veicular apresentado ao setor de licitações a cada seis (06) meses para conferência com o intuito de garantir um serviço de qualidade e segurança para os alunos do município de Presidente Nereu.
- c) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 21/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem

emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) Utilizar veículo apropriado dentro das normas de trânsito, devidamente vistoriado, com certificado de inspeção veicular apresentado ao setor de licitações a cada seis (06) meses para conferência com o intuito de garantir um serviço de qualidade e segurança para os alunos do município de Presidente Nereu.

c) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 21/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	20.000	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM VAN DENTRO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU	54.000,00
2	10.000	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM MICRO ONIBUS DENTRO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU	30.000,00

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ESCOLARES COM VEÍCULOS APROPRIADOS NOS DIVERSOS ITINERÁRIOS DO CENTRO E INTERIOR DO MUNICÍPIO da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	20.000	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM VAN DENTRO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU		
2	10.000	KM	TRANSPORTE ESCOLAR COM MICRO ONIBUS DENTRO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 115 DE 17.06.2016

DECRETO Nº. 0115, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

APROVA DESDOBRAMENTO DE IMÓVEL

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º. Fica desdobrado o lote urbano número 259 (duzentos e cinquenta e nove), com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Santa Cruz, na cidade de Princesa, SC, de propriedade do Senhor LUIZ SERÁPIO DA SILVA, sob matrícula nº. 11895, do CRI da Comarca de São José do Cedro, SC.

Com o desdobramento resultarão 02 (dois) lotes iguais, com as dimensões e confrontações a seguir:

LOTE PRIMITIVO

LOTE URBANO NÚMERO 259 (duzentos e cinquenta e nove), com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Santa Cruz, na cidade de Princesa, SC, com as seguintes dimensões e confrontações:

NOROESTE: Pelo lote urbano nº. 269, medindo 20,00 metros;

NORDESTE: Pelo lote urbano nº. 257, medindo 50,00 metros;

SUDESTE: Pela Rua Santa Cruz, medindo 20,00 metros;

SUDOESTE: Pela Rua Dom Pedro II, medindo 50,00 metros, e fechando assim o perímetro.

LOTE DESDOBRADO:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 259 (duzentos e cinquenta e nove), com área de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Dom Pedro II, a uma distância de 25,00 metros da esquina formada pelas Ruas Dom Pedro II e Santa Cruz, na cidade de Princesa, SC, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com o Lote Urbano nº. 269, por linha seca, medindo 20,00 metros;

NORDESTE: Com o lote urbano nº. 257, por linha seca, medindo 25,00 metros;

SUDESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº. 259, por linha seca, medindo 20,00 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Dom Pedro II, medindo 25,00 metros, e fechando assim o perímetro.

LOTE REMANESCENTE:

PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 259 (duzentos e cinquenta e nove) com área de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Santa Cruz esquina com a Rua Dom Pedro II, na cidade de Princesa, SC, com as seguintes medidas e confrontações:

NOROESTE: Com parte do mesmo lote urbano nº. 259, por linha seca, medindo 20,00 metros;

NORDESTE: Com o lote urbano nº. 257, por linha seca, medindo 25,00 metros;

SUDESTE: Com a Rua Santa Cruz, medindo 20,00 metros;

SUDOESTE: Com a Rua Dom Pedro II, medindo 25,00 metros, e fechando assim o perímetro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
17 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

DECRETO 116 DE 17.06.2016

DECRETO Nº. 116, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

"ADIA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONVOCADA PELO DECRETO N. 102/2016, PARA APRESENTAR O DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PRINCESA E AS ALTERAÇÕES CORRESPONDENTES NO PLANO DIRETOR"

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos V, IX e XV, do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município; mais o disposto na Lei Federal 10.257, d 10 de julho de 2011; em respeito ao disposto no Artigo 182 da Constituição Federal de 1988; art. 178, da Lei Complementar n.009/2010, e, tendo presentes razões e motivos de interesse Público Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica adiada a realização da Audiência Pública, convocada pelo Decreto n. 102 de 06 de junho de 2016, para a apresentação do Diagnóstico Socioambiental do Município de Princesa, e as alterações correspondentes na Lei Complementar nº 009, de 03 de maio de 2010 – PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, para o dia 19 DE JULHO DE 2016, às 19h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, na sede do Município.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
17 de junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO,

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077, 17.06.2016

PORTARIA Nº. 077, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA FUNCIONÁRIO (A) PARA DESENVOLVER AÇÕES DE VIGILANTE EM ENDEMIAS POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município. Considerando o Artigo 16 da Lei nº. 11350 de 05/10/2006; Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº. 1025 de 21/07/2015; Considerando a Portaria do Ministério da Saúde nº. 535 de 30/03/2016 e a necessidade de fortalecer o combate ao vetor Aedes Aegypti:

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária, TÂNIA R. KLEIN, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 049.344.979-51, para desenvolver ações de vigilante de endemias, com o intuito de fortalecer o combate ao vetor Aedes Aegypti, mosquito transmissor da dengue, febre amarela, zika vírus e chikungunya.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 17 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO DE RESUMO DE EDITAL DE PP 0024/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0024/2016 - PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0036/2016 – PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0024/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra especializada (Homem/hora) em serviços de solda elétrica (com arame e usinagem), serviços com solda MIG (com arame e serviço de chapeação e pintura) e serviços mecânicos em máquinas pesadas do Município de Rio das Antas, durante o período de 12 (doze) meses. Demais informações no edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 30/06/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por Item. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, Decretos Municipais nºs. 32/2007 e 13/2012 e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 17 de Junho de 2016.. Alcir José Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

LEI 5.733

LEI Nº 5.733, de 15 de junho de 2016.

"DENOMINA AS RUAS DO LOTEAMENTO RIO LONTRAS, LOCALIZADAS NO BAIRRO BELA ALIANÇA, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica denominada "Luiz Froehner" a rua do Loteamento Rio Lontras que inicia na Rua Conselheiro Willy Hering e termina na Rua Rio Congo, medindo 658,79 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- Fica denominada "Gudolo Buse" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia na Rua Conselheiro Willy e termina na Rua Henrique Strelow, medindo 259,44 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º- Fica denominada "Abel Teixeira" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia na Rua Conselheiro Willy Hering e termina na Rua Henrique Strelow, medindo 290,73 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 4º- Fica denominada "Rio Ganges" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia na Rua Rio Nilo e termina na Rua Rio Congo, medindo 154,27 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 5º- Fica denominada "Odete Catharina Schmitz" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia na Rua Rio Paraná e termina na Rua Rio Congo, medindo 279,47 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 6º- Fica denominada "Henrique Strelow" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia 20,00 metros à direita do final da Rua Gudolo Buse, medindo 155,93 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 7º- Fica denominada "Rio Paraná" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia na Rua Luiz Froehner, medindo 71,92 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 8º- Fica denominada "Rio Nilo" a rua do Loteamento Rio Lontras que inicia 20 metros à esquerda do início da Rua Rio Ganges e termina na Rua Luiz Froehner, medindo 71,88 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 9º- Fica denominada "Rio Congo" a rua do Loteamento Rio Lontras, que inicia 14,99 metros à direita do final da Rua Rio Ganges, medindo 151,00 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme Levantamento Topográfico, parte integrante da presente Lei.

Art. 10- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

15 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Os Anexos da referida Lei Ordinária, estão disponíveis através do site: <https://leismunicipais.com.br/SC/RIO.DO.SUL/ANEXO-LEI-5733-2016-RIO-DO-SUL-SC.zip>

LEI 5.734

LEI Nº 5.734, de 16 de junho de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.800,00
	TOTAL	R\$	16.800,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção de Departamento de Defesa Civil		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	16.800,00
	TOTAL	R\$	16.800,00

Art. 3º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
16 de junho de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.735

LEI Nº 5.735, de 16 de junho de 2016.

"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO LIONS CLUBE DE RIO DO SUL - BELA ALIANÇA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um repasse financeiro ao Lions Clube de Rio do Sul - Bela Aliança, inscrito no CNPJ sob o nº 83.499.319/0001-30, entidade declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.925, de 02 de julho de 1986.

Parágrafo único. O valor total do auxílio financeiro referido no artigo 1º, será de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) e será repassado à Entidade da seguinte forma:

I - R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), devendo o repasse ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação do Termo de Ajuste constante no anexos da presente Lei;

II - sendo o restante dividido em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), até o dia 15 de cada mês subsequente.

Art. 2º- Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor: 02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º- O repasse objeto da presente Lei destina-se ao pagamento de parte das despesas de energia elétrica.

Art. 4º- A entidade beneficiária fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei e do Termo de Ajuste constante no anexo.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
16 de junho de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE AJUSTE Nº 004/2016

TERMO DE AJUSTE QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E O LIONS CLUBE DE RIO DO SUL - BELA ALIANÇA.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, em Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, doravante denominado CONCEDENTE, e o LIONS CLUBE DE RIO DO SUL - BELA ALIANÇA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.499.319/0001-30, com sede na Rua Mafalda Lingner Porto, nº 15 - Bairro Progresso, em Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo Presidente, Sr. CÉLIO BASTOS, doravante denominado ENTIDADE BENEFICIÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo de Ajuste, de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir especificados:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Termo de Ajuste destina-se a auxiliar a entidade beneficiária nas despesas com energia elétrica, utilizada em seu ginásio de esportes, espaço também utilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Fundação Cultural de Rio do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONCESSÃO DE RECURSOS

A concessão de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições será aprovada pela autoridade administrativa competente com base em parecer fundamentado do órgão concedente que demonstre:

- a) a conveniência da concessão do recurso, nos termos do artigo 16, da Lei Federal nº 4.320/64;
- b) a compatibilidade entre os objetivos e/ou finalidades estatutárias da entidade beneficiária com o objeto do repasse;
- c) a capacidade técnica e operacional do proponente para executar o objeto;
- d) o regular exercício das atividades estatutárias da entidade beneficiária;
- e) o interesse público do objeto e os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
- f) a compatibilidade entre os quantitativos de bens e serviços a serem adquiridos e o objeto proposto;
- g) a compatibilidade entre os valores solicitados, o plano de trabalho e os preços de mercado.

Para cada projeto será constituído processo administrativo específico ao qual serão apensadas as respectivas prestações de contas.

O processo administrativo de concessão deve ser instruído com a seguinte documentação:

- a) solicitação ao dirigente máximo do concedente;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;
- d) cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
- e) cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrado no cartório competente;
- f) cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente;
- g) cópia do alvará de funcionamento fornecido pelo Município;
- h) atestado de funcionamento fornecido pelo Município, com data de emissão não superior a doze meses;
- i) comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
- j) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- l) cópia da lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do órgão concedente;
- m) Certidão Negativa de Débitos (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) emitido pela Previdência Social;
- n) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
- o) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- p) relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- q) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

O Plano de Trabalho apresentado pelo proponente deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
- b) descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
- c) justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
- d) especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
- e) cronograma físico de execução;
- f) cronograma financeiro de desembolso;
- g) especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

Quando o repasse tiver por objeto a realização de obra, além dos requisitos já citados, devem constar também do processo administrativo os seguintes documentos:

- a) certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis comprovando a propriedade plena do imóvel com data não superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que o repasse tiver como objeto a execução de obras ou benfeitorias no mesmo, inclusive para a contratação de projeto arquitetônico;
- b) licença ambiental prévia e, se for o caso, outras licenças expedidas pelos órgãos ambientais competentes, quando o contrato envolver obras, instalações ou serviços que exijam estudos ambientais, conforme previsto na legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- c) alvarás de licença necessários à realização de obras, expedidos pelos órgãos municipais competentes;
- d) registro fotográfico da situação por ocasião do pedido, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimo;
- e) projeto básico, conforme definido na Lei Federal nº 8.666/93, que poderá ser dispensado pela autoridade competente no caso de objeto padronizado.

Quando o objeto envolver a contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria, produção, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se a quantidade e o custo individual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA

São obrigações da entidade beneficiária:

1. Manter, durante toda a execução do Termo de Ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, respondendo pela consequência de sua inexecução total ou parcial;
2. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente Termo de Ajuste, de acordo com as cláusulas e condições estipuladas;
3. O Termo de Ajuste deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e avenças e as normas previstas na legislação do órgão concedente e na Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
4. Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessárias ao acompanhamento e controle da execução do objeto do presente Termo de Ajuste;
5. A entidade beneficiária deverá manter preposto, aceito pela Administração Pública Municipal, no local da obra, serviço ou fornecimento, para representá-la na execução do trabalho;
6. O representante legal da entidade beneficiária deve manter atualizado seu cadastro junto ao órgão competente, informando especialmente as alterações de endereço, seu e da entidade;
7. Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida;
8. A comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9. Compete ao responsável pela aplicação dos recursos demonstrar o seu bom e regular emprego no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação, na prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto;
10. Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

11. Movimentar os recursos na conta bancária específica;
12. A reparação de erros ou vícios construtivos ou executivos num prazo não superior a 30 (trinta) dias da comunicação do órgão concedente, sem qualquer ônus adicional;
13. Aceitar acréscimos ou supressões que o órgão concedente solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Termo de Ajuste;
14. Observar a legislação ambiental;
15. Efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes;
16. Refazer, a suas expensas, todo e qualquer obra, serviço ou fornecimento mal-executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

São obrigações do órgão concedente:

1. Manter, durante toda a execução do Termo de Ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, respondendo pela consequência de sua inexecução total ou parcial;
2. Fornecer os recursos para realização do objeto de presente Termo de Ajuste;
3. O Termo de Ajuste deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e avenças e as normas previstas na legislação do órgão concedente e na Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública Municipal especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;
5. A concessão da subvenção social deve ser restrita às entidades sem fins lucrativos dedicadas à prestação de serviços de assistência social, médica, educacional ou cultural, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e conforme dispuser a legislação;
6. Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, programa ou projeto no caso de paralisação, ou no caso da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade do serviço público;
7. Cabe a administração pública fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.
8. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte o presente Termo de Ajuste;
9. Modificar o Termo de Ajuste, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da entidade beneficiária;
10. Rescindir o Termo de Ajuste, unilateralmente, nos casos especificados no Termo de Ajuste;
11. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
12. Nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis e serviços vinculados ao objeto do Termo de Ajuste, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela entidade beneficiária, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

Não serão concedidos recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições:

- a) para instalação, organização ou fundação de instituições;
- b) à pessoa física ou jurídica que:
 - b.1) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
 - b.2) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
 - b.3) tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário;
 - b.4) tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos;
 - b.5) dentro do prazo fixado, tenha deixado de atender a notificação de órgão de controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar

a prestação de contas.

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie entre o órgão concedente e a entidade beneficiária, pela utilização de pessoal para realização dos trabalhos ou atividades constantes do Termo de Ajuste.

Fica vedado ao beneficiário repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR A SER TRANSFERIDO

As despesas provenientes do objeto deste Termo de Ajuste correrão por conta da dotação orçamentária específica.

O repasse do recurso deve ser realizado após formalizado o respectivo Termo de Ajuste e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Para execução do presente Termo de Ajuste será repassada à entidade beneficiária, o importe total de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), e será repassado à Entidade Beneficiária da seguinte forma:

a) R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), devendo o repasse ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação do presente Termo de Ajuste;

b) Sendo o restante dividido em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), até o dia 15 de cada mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal do presente Termo de Ajuste está disposto no inciso XIII, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul; na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; na Lei Municipal nº X.XXX, de 00 de xxxxx de 2016; e na Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DA CONTRAPARTIDA

Não haverá contrapartida da entidade beneficiária para a execução do presente Termo de Ajuste.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA

O órgão concedente fiscalizará a execução da obra, do serviço ou do fornecimento ajustados, podendo para isto se valer de assessoria ou consultoria de terceiros.

A execução do Termo de Ajuste deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do órgão concedente especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a esta atribuição.

A entidade beneficiária, quando requisitada, prestará informações e esclarecimentos que demonstrem o efetivo cumprimento do compromisso avençado.

A fiscalização terá poderes para notificar por escrito a entidade beneficiária sobre eventuais irregularidades ou falhas verificadas, exigindo-lhe correção, sem que disso implique aumento de despesa para o Município.

O representante do órgão concedente anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Ajuste, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições devem ser depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

A conta bancária deve ser identificada com o nome da entidade recebedora dos recursos, acrescido da expressão "Subvenção", "Auxílio" ou "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Quando o prazo previsto para utilização for superior a 30 (trinta) dias, os recursos devem ser obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo lastreado em títulos da dívida pública federal.

Os rendimentos da aplicação financeira devem ser empregados no objeto ou devolvidos ao concedente, conforme estabelecido no Termo de Ajuste, ficando sujeitos às mesmas regras de prestação de contas dos recursos financeiros.

Constituem comprovantes da despesa custeada com recursos repassados a título de subvenções, auxílios e contribuições os documentos fiscais definidos na legislação tributária, originais e em primeira via, folha de pagamento e guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos.

O documento fiscal, para fins de comprovação de despesa, deve indicar:

- a) a data de emissão, o nome, o endereço do destinatário e o número do registro no CNPJ;
- b) a descrição precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, não sendo admitidas descrições genéricas;
- c) os valores, unitário e total, de cada mercadoria ou serviço e o valor total da operação.

Quando não for possível discriminar adequadamente os bens ou serviços no documento fiscal, o emitente deverá fornecer termo complementando as informações para que fiquem claramente evidenciados todos os elementos caracterizadores da despesa e demonstrada sua vinculação com o objeto do repasse.

Os documentos fiscais relativos a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos devem conter, também, a identificação do número da placa, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível controle semelhante.

Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Admite-se a apresentação do recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

As folhas de pagamento devem conter o nome, cargo, número de matrícula e CPF do empregado, valor e descrição de cada parcela da remuneração, descontos, valor líquido a pagar, período de competência, comprovação do depósito bancário em favor do credor e assinatura dos responsáveis.

Os comprovantes de despesa com publicidade serão acompanhados dos seguintes documentos:

- a) memorial descritivo da campanha de publicidade quando relativa à criação ou produção;
- b) cópia da autorização de divulgação e/ou do contrato de publicidade;
- c) exemplar do material impresso, em se tratando de publicidade escrita;
- d) cópia do áudio ou vídeo da matéria veiculada e comprovante da emissora indicando as datas e horários das inserções quando se tratar de publicidade radiofônica ou televisiva;
- e) cópia da tabela oficial de preços do veículo de divulgação e demonstrativo da procedência dos valores cobrados.

Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Ajuste e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Deve constar dos comprovantes de despesas com aquisição de bens e prestações de serviços o atestado de recebimento firmado pelo responsável.

Subcláusula Primeira - Do Processo Administrativo de Prestação de Contas

Os documentos que devem compor a prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenção, auxílio e contribuição serão autuados no órgão concedente, constituindo processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem cronológica.

A prestação de contas deve ser composta de forma individualizada de acordo com a finalidade do repasse e corresponderá ao valor do recurso concedido.

Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas que será anexado ao processo de concessão.

Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo do proponente, quando for o caso.

Cada prestação de contas receberá pronunciamento do órgão concedente, na forma do que estabelecido no Termo de Ajuste.

As aquisições e as contratações realizadas pelas entidades privadas atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

Subcláusula Segunda - Dos Documentos Necessários para Prestação de Contas

A prestação de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílio e contribuições devem conter os seguintes documentos:

- a) processo administrativo de concessão de recursos;
- b) balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- c) parecer do conselho fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- d) originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc);
- e) extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- f) ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
- g) guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- h) declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- i) cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
- j) relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhamento dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

Quando o objeto envolver a realização de obra ou serviço de engenharia, a prestação de contas será acompanhada além dos documentos já relacionados, também dos seguintes documentos:

- a) laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- b) comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na legislação federal.

Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância, devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha.

A prestação de contas de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres será acompanhada de relação contendo o nome dos participantes, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, termos abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto.

No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

Quando o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidade, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

Quando o objeto incluir a aquisição de materiais para distribuição gratuita, a prestação de contas será acompanhada da relação na qual conste o nome, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou Registro Geral (RG), endereço dos beneficiários e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, dentre outros.

Quando o objeto envolver também a aplicação de recursos oriundos de outras fontes (municipais, estaduais, federais, patrocínios privados,

ou outros), na prestação de contas deverão ser demonstrados tais valores, sua finalidade e aplicação.

Subcláusula Terceira - Dos Procedimentos para o Exame de Regularidade da Prestação de Contas

As prestações de contas dos recursos concedidos a título de subvenções, auxílio e contribuições devem ser apresentadas ao órgão repassados dos recursos no prazo estabelecido em lei ou regulamento.

Constatada a ausência da prestação de contas, o ordenador de despesa deverá adotar providências administrativas visando regularizar a situação, observando-se os prazos previstos em regulamento.

Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá instaurar Tomada de Contas Especial na forma do regulamento próprio do ente.

As prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições serão analisados pelo concedente, que emitirá parecer técnico fundamentado.

O parecer técnico concluirá pela regularidade ou irregularidade da prestação de contas, devendo considerar, dentre outros aspectos e conforme o caso:

- a) a regular aplicação dos recursos nas finalidades pactuadas;
- b) a observância, na aplicação dos recursos, dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade e das normas regulamentares editadas pelo concedente;
- c) o cumprimento do Plano de Trabalho;
- d) a regularidade dos documentos comprobatórios da despesa e da composição da prestação de contas;
- e) execução total ou parcial do objeto;
- f) aplicação total ou parcial da contrapartida;
- g) eventual perda financeira em razão da não aplicação dos recursos no mercado financeiro para manter o poder aquisitivo da moeda;
- h) devolução, ao concedente, de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras.

O parecer técnico versará também sobre a execução física e o atendimento do objeto do repasse, no caso de prestações de contas de recursos concedidos a título de subvenções, auxílios e contribuições.

No caso de irregularidade na prestação de contas, o responsável pelo parecer técnico deverá fazer a correta identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, com a indicação das parcelas eventualmente recolhidas e dos critérios para atualização do valor do débito.

Fica obrigado a entidade beneficiária devolver os recursos e os rendimentos da aplicação financeira, nos casos previstos no presente Termo de Ajuste, no regulamento do órgão concedente e na legislação própria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do Termo de Ajuste:

- a) a inexecução total ou parcial do Termo de Ajuste;
- b) o não cumprimento de cláusula do Termo de Ajuste, especificações, projetos ou prazos;
- c) o cumprimento irregular de cláusulas do Termo de Ajuste, especificações, projetos ou prazos;
- d) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- e) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- f) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- g) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da entidade beneficiária com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Termo de Ajuste e na legislação específica;
- h) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

- i) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- j) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- l) a dissolução da sociedade ou falecimento do responsável;
- m) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da entidade, que prejudique a execução do Termo de Ajuste;
- n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a entidade beneficiária e exaradas no processo administrativo a que se refere o Termo de Ajuste;
- o) a supressão, por parte da Administração Pública Municipal, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação no valor inicial do ajustado;
- p) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Pública Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pela sucessivas e contratualmente imprevisas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a entidade beneficiária, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- q) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a entidade beneficiária o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- r) a não liberação, por parte da Administração Pública, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estabelecidos, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- s) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo de Ajuste;
- t) nos casos de descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão do presente Termo de Ajuste poderá ser amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo de concessão de subvenções, auxílios e contribuições, desde que haja conveniência para a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar o Termo de Ajuste por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A anulação do Termo de Ajuste por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

A declaração de nulidade do Termo de Ajuste opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar a entidade beneficiária pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO AJUSTE

O prazo de vigência do presente Termo de Ajuste se encerra no dia 31 de dezembro de 2016, tendo início a contar da data da publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser modificado, complementado ou prorrogado, havendo concordância entre os partícipes, mediante a lavratura de Termos Aditivos, condicionados à apresentação e homologação à Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

Devidamente justificado, o Termo de Ajuste é alterável, nas seguintes condições:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites

previstos pela legislação.

II - Por acordo entre as partes:

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

III - Também devidamente justificado, pode o Termo de Ajuste ser alterado:

a) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Termo de Ajuste;

b) interrupção da execução do Termo de Ajuste ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

c) impedimento de execução do Termo de Ajuste por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

d) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do Termo de Ajuste, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

e) unilateralmente, pela Administração, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da entidade beneficiária.

As cláusulas econômico-financeiras e monetárias do Termo de Ajuste não poderão ser alteradas sem prévia concordância do órgão concedente.

Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade beneficiária as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a entidade beneficiária à multa de mora, que não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Ajuste e aplique as outras sanções previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE

O presente Termo de Ajuste será publicado no Diário Oficial dos Municípios, de acordo com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no caput, do artigo 24, da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

Todas as publicações como alterações ou prorrogações do Termo de Ajuste, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios ou poderão os interessados terem ciência dos referidos documentos nas pastas do processo administrativo de concessão de subvenções, auxílios e

contribuições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Termo de Ajuste e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

Para os casos omissos no presente Termo de Ajuste, prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações vigentes do órgão concedente, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO COMPETENTE

As questões, porventura oriundas das interpretações do presente Termo de Ajuste, que não possam serem resolvidas administrativamente, serão dirimidas no Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro, conforme previsto no § 2º, do artigo 55, da Lei Federal nº 8.666/93.

Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo de Ajuste, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado, na presença de duas testemunhas.

Rio do Sul (SC), 11 de maio de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	CÉLIO BASTOS Presidente do Lions Clube de Rio do Sul - Bela Aliança
Testemunhas:	
Nome: Daniel Juppa da Silva CPF: 054.890.789-79	Nome: Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67

LEI 5.736

LEI Nº 5.736, de 16 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º- Fica aberto o crédito especial por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 514.770,46 (quinhentos e quatorze mil, setecentos e setenta reais e quarenta e seis centavos), por conta do repasse do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde, para auxiliar na aquisição de equipamentos e material permanente para UPA 24h, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	Gabinete do Prefeito		
1.436	Aquisição de Equipamentos de Material Permanente UPA		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01645502	Transferências de Convênios - Estado - Gabinete do Prefeito	R\$	514.770,46
	TOTAL	R\$	514.770,46

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

16 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 002/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE Nº 002/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AJUSTE QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DESAMPARADOS (APAD).

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, em Rio do Sul - SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DESAMPARADOS (APAD), pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ sob o nº 11.356.234/0001-92, com sede na Rua Padre Francisco Spaeth, nº 322 - Bairro Santana, em Rio do Sul, neste ato representada pelo Presidente, Sr. JAILSON AMÉLIO LOSI, doravante denominada ENTIDADE BENEFICIÁRIA, resolvem em comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR A SER TRANSFERIDO

Fica alterada a Cláusula Sétima ao Termo de Ajuste nº 002/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR A SER TRANSFERIDO

As despesas provenientes do objeto deste Termo de Ajuste correrão por conta da dotação orçamentária específica, abaixo relacionada:

Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos - Gabinete do Prefeito - 02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000.

O repasse do recurso deve ser realizado após formalizado o respectivo Termo de Ajuste e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Para execução do presente Termo de Ajuste será repassada à entidade beneficiária, o importe total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), da seguinte forma:

a) Para as três primeiras parcelas, referentes aos meses de abril, maio em junho, será paga a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada mês, em até 15 (quinze) dias após a publicação do Termo de Ajuste;

b) O valor restante será dividido em 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas, todas no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a serem pagas até o dia 15 de cada mês, sendo a primeira, no subsequente, ao pagamento das primeiras três parcelas acima listadas."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO AJUSTE

Fica alterada a Cláusula Décima Quarta ao Termo de Ajuste nº 002/2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO AJUSTE

O prazo de vigência do presente Termo de Ajuste se encerra no dia 31 de dezembro de 2016, tendo início a contar da data da publicação do respectivo no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser modificado, complementado ou prorrogado, havendo concordância entre os partícipes, mediante a lavratura de Termos Aditivos, condicionados à apresentação e homologação à Câmara de Vereadores de Rio do Sul."

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Convênio originário que não tenha sido modificado pelo presente Termo Aditivo.

E por assim estarem justas e acordadas as partes, firma o presente Termo Aditivo, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surta todos os efeitos em direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Rio do Sul (SC), 01 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito do Município de Rio do Sul	JAILSON AMÉLIO LOSI Presidente da APAD
Testemunhas:	
Nome: Daniel Juppa da Silva CPF: 054.890.789-79	Nome: Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 862, DE 17 DE JUNHO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 862 DE 17 DE MAIO DE 2016

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a Vereador.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária ao Vereador Mario Miguel, no valor de R\$ 170,80 (cento e setenta reais e oitenta centavos), para participar como Presidente da Câmara de Vereadores, de solenidade a ser realizada no dia 27 de junho do corrente ano, às 19h, na cidade de Florianópolis, promovida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em homenagem a UNIDAVI, pela passagem dos 50 anos de fundação da instituição.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de maio de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Romelândia

PREFEITURA

ATA REG PREÇO 18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório Nº. 1113/2016

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 18/2016

Nas dependências da Prefeitura Municipal de Romelândia, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pelo Decreto nº 3692/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROMELÂNDIA.. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados:

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME
TAINAN PICCININ PIRAN MEI.

apresentou representante para participar do processo.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preço do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QTD	UN.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIT.
1	2,00	UN.	BORRACHA BRANCA CAIXA C/60 UNIDADES	11,65
3	2,00	CX	CANETINHAS P/ COLORIR C/ 12 un	5,33
5	10,00	CX	Cola Escolar 90gr	3,80
8	20,00	CX	PAPEL A4, ALCALINO, C/ 500 FLS EM CADA PCT E 5000 FLS EM CADA CAIXA	192,00
10	5,00	TUB	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	19,20
12	4,00	UN	APONTADOR P/LAPIS	0,95
13	6,00	UN	TNT ROLO 50 MTRS (BRANCO, VERDE , VERMELHO , AZUL CLARO, ROSA)	95,00
14	4,00	CX	MARCADOR DE TEXTO VARIAS CORES	2,40
16	20,00	UN	GRAMPEADOR MEDIO N.26/6	32,00
17	10,00	UN	TESOURA GRANDE COM CABO PLASTICO	18,70
20	15,00	UN	RÉGUA 30 CM EM ALUMINIO.	5,25
28	3,00	UN	CARTÃO PONTO MENSAL COM 100 FOLHAS 86 MM X 180 MM.	18,43
33	5,00	UN	CARTUCHO DE TONER SANSUNG 105 D ORIGINAL OU COMPATIVEL NOVO	111,00

TOTAL:

21.691,8000

VENCEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	6.107,40
JP EQUIPAMENTOS LTDA- ME	6.111,81
TAINAN PICCININ PIRAN MEI.	6.950,00

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase e abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Romelândia 15/06/2016

Cloves Antonio Rafe Equipe de Apoio	Valdinei Gregol Pregoeiro	Alan Antonio Balestrin Equipe de Apoio
--	------------------------------	---

CONTRATO 68

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1054/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2016

O Município de Romelândia/SC comunica a GALERIA EM CONCRETO PRÉ- MOLDADO 40 METROS NO PERIMETRO URBANO INICIO DA RUA BARÃO DO RIO BRANCO

Contratada: KEILON DAITON LUNEBURGER EIRELI-ME - Prazo: IMEDIATO

Valor R\$: 124.588,95(cento e vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) Assinaturas: Pelo Município Valdoc Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: KEILON DAILTON LUNEBURGER

Romelândia /SC, 15/06/16



DECRETO 3.737/2016

DECRETO Nº 3.737/2016

DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista;

Considerando a Necessidade freqüente de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros;

Considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizadas a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores

I- Valdinei Gregol, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;
II- Nilson Schaeffer, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;

III- Alan Antonio Balestrin, ocupante do cargo de Diretor Geral;

IV- Robson Luiz Scholtze, ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;

V – Dariz Genz, ocupante do cargo de Gestor de Convênios e Contratos;

VI – Luiz Paulo Klauck, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura;

VII – Romeu Kuhn, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;

VIII – Valdecir Benacchio, ocupante do cargo de Secretário de Transportes e Obras;

IX – Lucimar Luiz Ferrari, ocupante do cargo de Contador;

X – Dario da Silva, ocupante do cargo de Diretor;

XI – Valdocí Saul – ocupante do cargo de Prefeito Municipal;

XII – Loide Maria Pereira – ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;

XIII- Jair Zimmer, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo III;

XIV- Cloves Antonio Raffae, ocupante do cargo de Secretário de Administração;

XV- Jane Mara Joris, ocupante do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

XVI- Simone Cecchelero, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;

XVII- Tiago Henrique Franchetti, ocupante do cargo de Médico Veterinário.

Art. 2º - Para que os servidores de que trata o artigo 1º, possam ser autorizados pela Chefia imediata (Secretário ou Prefeito) a dirigir veículo pertencente à municipalidade, deverá se cadastrar junto ao setor de recursos humanos, apresentando a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º - O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos expedirá documento especificando que o servidor apresentou habilitação para dirigir veículo, encontrando-se autorizado para dirigir (anexo I).

§ 2º - Tal documento deverá ser encaminhado ao Secretário da pasta a que o servidor autorizado a dirigir, está vinculado.

§ 3º - O Secretário deverá emitir autorização para que o servidor possa dirigir, em três vias, uma permanecendo no veículo, uma para o arquivo da Secretaria e outra para o setor de recursos humanos arquivar na pasta do Servidor.

Art. 3º - O servidor autorizado nos moldes dos artigos 1º e 2º, ao dirigir o veículo deverá preencher planilha (anexo III) contendo:

I - Data;

II- Veículo;

III – Finalidade da saída;

IV – Hora da saída e hora da chegada;

V – Destino;

VI – Quilometragem da Saída;

VI- Quilometragem da chegada;

VIII – Assinatura de quem autorizou;

IX – Assinatura do Motorista.

Parágrafo único – O servidor autorizado, que utilizar o veículo e não preencher a planilha de que trata o Caput, entregando-a até o dia seguinte a viagem, ao responsável pelos veículos na Secretaria, poderá ser penalizado conforme estabelece o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - O servidor que utilizar veículo de propriedade do Município sem autorização do Chefe imediato de acordo com o presente Decreto será penalizado nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições do Decreto 3.688/2016 de 17 de março de 2016 e demais disposições em contrário.

Romelândia – SC, 17 de Junho de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

EXTRATO 1359

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1359/2016

PREGÃO Nº 21/2016

O Município de Romelândia (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL E CAPAS DOS BLOCOS DE NOTAS FISCAIS DO PRODUTOR RURAL. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00m do dia 30/06/2016. Romelândia (SC), 16/06/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL 2.206/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.206/2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste

Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

TÍTULO I

Capítulo I

Dos Subsídios do Prefeito e do Vice—Prefeito Municipal

Art. 1º Os subsídios do Prefeito e do Vice—Prefeito do município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, ficam fixados nos termos desta lei.

Art. 2º O Prefeito, no efetivo exercício do mandato, compreendida a gestão de 1º de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2020, receberá um subsídio mensal de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Art. 3º O Vice—Prefeito, no mandato simultâneo ao do Prefeito, no período compreendido no “caput” do artigo 2º da presente lei, perceberá a título de subsídio mensal, o valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. O Vice—Prefeito, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá o subsídio correspondente do cargo de Prefeito.

Art. 4º O Vice-Prefeito, nomeado Secretário Municipal ou outro cargo na administração pública municipal, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou ao do cargo nomeado, vedado o recebimento de ambos, bem como o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor efetivo do Município e a legislação permita o recebimento de vantagens pessoais.

Art. 5º Ao ensejo do gozo de férias anuais, o Prefeito Municipal, o Vice—Prefeito, este desde que esteja exercendo função administrativa permanente junto a Administração Municipal, e os Secretários Municipais, receberão integralmente o subsídio de que trata esta lei, acrescido de um terço do subsídio.

Art. 6º É condição de legalidade para o pagamento dos subsídios mensais do Prefeito e do Vice—Prefeito, a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e suas alterações e pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000.

Capítulo II

Do Subsídio dos Secretários Municipais

Art. 7º Os subsídios dos Secretários Municipais, a partir de 1º de Janeiro de 2017, ficam fixados em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mensais.

Parágrafo Único. O subsídio dos Secretários Municipais será composto de parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, incisos X e XI da Constituição Federal.

Capítulo III

Das Licenças

Art. 8º Em caso de licença por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado médico, obedecer—se—á o seguinte:

I – se a licença for igual ou inferior a 15 (quinze) dias, os agentes políticos abrangidos por esta lei receberão seus subsídios integralmente;

II – se a licença for superior ao prazo referido no inciso anterior, caberá aos agentes políticos à percepção dos subsídios correspondentes aos primeiros quinze dias do seu afastamento, devendo os mesmos, a partir do período, serem encaminhados à perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para se habilitarem ao recebimento do auxílio doença, previsto no Regime Geral da Previdência Social.

Parágrafo único. As demais licenças, sejam quais forem, não serão

remuneradas, exceto para aquelas cujo afastamento se der para desempenho de missões temporárias de interesse do Município.

Capítulo III

Dos Descontos

Art. 9º Obrigatoriamente deverá ser descontado do subsídio ou remuneração do Prefeito, do Vice—Prefeito e dos Secretários Municipais, o imposto sobre a renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros descontos que a legislação determinar.

Capítulo IV

Da Revisão dos Subsídios

Art. 10. Os subsídios de que trata esta lei, serão corrigidos na data em que houver a revisão geral dos Servidores Municipais, adotando—se neste caso, a revisão geral anual aos Servidores, no mesmo índice, ficando revogado qualquer acréscimo acima dos índices inflacionários apurados pelo Governo Federal.

Capítulo V

Das Disposições Finais

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão suportadas pelas dotações consignadas no Orçamento Municipal vigente, em dotação específica.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017,

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
17 de Junho de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO 056/2016 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 056/2016- PR 056/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa ou pessoa física para aquisição de um ônibus rodoviário usado, ano 2002 a 2004, capacidade para 43 passageiros, ar condicionado, motor traseiro a diesel, potência mínima 280 cv, janelas lacradas, pneus sem câmara, seis marchas, freio e suspensão a ar, na cor branca. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17h00min do dia 30 de Junho de 2016. Com credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do dia 01 de Julho 2016. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 17 de Junho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO 057/2016 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 057/2016- PR 057/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria para o estudo de circulação e projeto de sinalização de trânsito no perímetro central do município de SANTA ROSA DO SUL – SC. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 14h00min do dia 30 de Junho de 2016. Com credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h15min do dia 30 de Junho de 2016. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 17 de Junho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 055/2016 - Dispensa de Licitação 055/2016

Do Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO TRECHO SANTA ROSA DO SUL- ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRIÓ.

PROPRIETÁRIO: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - EPP

Valor: R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS)

Da Justificativa do Preço: A grande demanda de obras e serviços em execução absorve por completo o único profissional da área de engenharia civil pertencente ao quadro permanente de pessoal, com sobre carga de trabalho de planejamento, acompanhamento de execução e fiscalização de obras e serviços, necessitando a municipalidade de contratar serviços desta natureza para a fase de elaboração de projetos técnicos, orçamentação e ajustes.

Do Fundamento Legal: Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Assinatura: 14/06/2016

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 58/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 58/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL E A FIRMA SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com sede Administrativa à Rua Angelo Toazza, 600, na Cidade de Santiago do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o Nº. 01.612.781/0001-38, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. VOLMIR ANTONIO SOTILLE, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Av. Santa Maria, 2.182, Bairro Vila Albertina, CEP 02732-040, na cidade de São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 06.224.121.0017-60, neste ato representada por seu representante legal Sr. GILBERTO LUIZ CARGANO, inscrito no CPF Nº. 360.721.769-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, contratam através do Processo Licitatório sob. Nº 47/2016 na modalidade Pregão Presencial Nº. 38/2016 data de Homologação 14 de junho de 2016 conforme as condições destas leis e do respectivo edital além das cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objetivo a aquisição de retroescavadeira nova para utilização no serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para aplicação dos recursos do convênio firmado com a Agência de Desenvolvimento de regional de Quilombo Nº.2016TR740, sendo o valor unitário de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).

1.2. Descrição do equipamento:

Retroescavadeira/Pá carregadeira New Holland B95B nova ano fabricação/modelo 2016/2016, fabricação nacional, tração 4x4, motor à diesel com no mínimo 100HP de potência, zero horas trabalhadas. Equipada com cabine fechada, com ar condicionado, com proteção ROPS/FOPS. Chassi inteiro com caixa soldada, peça única desde a dianteira até a articulação dos estabilizadores. Capacidade na caçamba da carregadeira de no mínimo 0,87m³ com dentes parafusados, caçamba traseira de no mínimo 0,24m³, com 30" de largura com dentes. Pneus dianteiros com medidas mínimas de 12.5/18 10 lonas (Mínimo) e traseiros 19.5/24 10 lonas (Mínimo). Peso operacional de no mínimo 6.500kg. Capacidade de escavação pá carregadeira (caçamba) de no mínimo 5000kgf. Transmissão mínima com 4 (quatro) marchas a frente e 4 (quatro) marchas a ré. Banco do operador ajustável com suspensão e cinto de segurança. Kit de ferramentas. Catálogo de peças. Protetor de cardan. No mínimo 02 faróis dianteiros e 02 traseiros. Caçamba traseira adicional de no máximo 20" (Polegadas). Garantia mínima de 12 meses. Plano de manutenção de 2.000 Horas, incluindo peças, óleos, serviços e deslocamentos necessários, pois o mesmo deverá ser executado na sede da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o preço total de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais).

2.2. Os pagamentos serão efetuados pelo Município, em moeda corrente nacional, através de depósito em conta corrente bancária da Contratada, indicada por esta, no prazo de até 07 (sete) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, condicionado ainda, a liberação dos recursos do convênio firmado com a Agência de Desenvolvimento de regional de Quilombo Nº.2016TR740, ambos devidamente recebidos e aceitos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

3.1. Entregar o objeto no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

3.2. Garantia mínima de 12 meses do equipamento a partir da entrega técnica da máquina.

3.3 Plano de manutenção de 2.000 Horas, incluindo peças, óleos, serviços e deslocamentos necessários, pois o mesmo deverá ser executado na sede da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

4.1. Efetuar os pagamentos, conforme previsto na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
0601	26	782	0023	1.035	44905240	Aquisição de Equipamentos	0.1.64	R\$ 207.000,00
TOTAL								RS 207.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. O prazo do objeto do presente instrumento contratual terá vigência de 14 de junho de 2016 à 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7. O presente contrato poderá ser rescindido mediante comunicação com 30 dias de antecedência mínima por ambas as partes, sendo que, em ambos os casos, a Contratada fará jus à remuneração pelo prazo de utilização dos sistemas já realizados.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO

8. O custo apresentado caracteriza todos os itens, serviços e impostos inclusos a ser pago no prazo em até 7 dias após a entrega dos produtos, pelo proponente, cujo os pagamentos ficarão condicionados as transferências de recursos do convênio firmado com a Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo/ADR de Quilombo Nº. 2016TR740

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9. Para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências relativas ao presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Quilombo, Estado de Santa Catarina.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santiago do Sul, 14 de junho de 2016.

Município de Santiago do Sul
P/Contratante

SHARK MÁQUINAS PARA CONST. LTDA
P/Contratada

Testemunhas:

Nome Kauly Emerson Batisti Guedes
CPF: 064.129.949-47

Nome: Tatiane C. G. Saretto
CPF: 066.830.239-99

CONTRATO 59/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº59/2016

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO

Termo de rescisão unilateral ao Contrato Administrativo nº. 64/2015, decorrente do Processo Licitatório nº. 57/2015 - Pregão Presencial nº. 47/2015, cujo objeto é "Contratação de Serviços de Transporte Escolar", firmado entre o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Ângelo Toazza, nº 600, inscrito no CGC/MF sob o nº 01.612.781/0001-38, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, com sede na Av. Nereu Ramos, 95, Bairro Centro, na cidade de Timbó – SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 10.743.183/0001-99, neste ato representada por seu representante legal Sr. ALEXANDRE ROCHA FREITAG FILHO, inscrito no CPF Nº. 005.465.109-30, denominada simplesmente de CONTRATADA, conforme a seguir estipulado:

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a rescisão do termo aditivo nº.145/2015 objetivado no contrato principal nº. 64/2015 para os serviços, com a finalidade específica de registro do compromisso aditivo de contrato nos grupos de controle (grupo 7 e 8) tendo em vista que por ocasião da prorrogação dos serviços através do termo aditivo 145/2015 de 23/12/2015 ao contrato 64/2015 na ocasião não efetuados por problemas técnicos, o devido registro nas contas de controle.

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica rescindido o termo aditivo 145/2015 de 23/12/2015 ao contrato 64/2015 será substituído por outro termo aditivo com data de 10/06/2016, não prejudicando o compromisso firmado entre as partes através do termo aditivo nº. 145/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente termo de rescisão é de caráter unilateral tendo em vista o caráter de correção de equívoco técnico/contábil.

O presente Termo vai lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santiago do Sul, SC, 14 de junho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal de Santiago do Sul

CONTRATO 60/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2016
Termo de Aditivo ao Contrato nº 64/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL E A FIRMA FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DE ÁGUA.

Segundo termo aditivo de contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com sede Administrativa à Rua Angelo Toazza, 600, na Cidade de Santiago do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o Nº. 01.612.781/0001-38, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. VOLMIR ANTONIO SOTILLE, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa FREITAG LABORATÓRIOS LTDA - EPP, com sede na Av. Nereu Ramos, 95, Bairro Centro, na cidade de Timbó - SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 10.743.183/0001-99, neste ato representada por seu representante legal Sr. ALEXANDRE ROCHA FREITAG FILHO, inscrito no CPF Nº. 005.465.109-30, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, contratam através do Processo Licitatório sob Nº.57/2015 na modalidade Pregão Presencial sob Nº.47/2015 data de Homologação 21 de maio de 2015 conforme cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é o termo aditivo de prazo do contrato ao serviços Análise de água, passando o mesmo a vigorar até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Segunda – DO VALOR

O Preço a ser pago pela prestação dos serviços/fornecimento de materiais objeto do presente contrato, o preço proposto total que é de R\$ 5.400,00 (Cinco Mil e quatrocentos reais), que corresponde ao valor de R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta por análise, sendo dois poços e duas análises cada

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Municipal para o Exercício de 2016, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade					Descrição da Atividade	Item Orçamentário	Valor R\$
0601	15	452	0021	2.049	Manut. do Sist. de Abastec de água	33903951	0.1.00 R\$ 5.400,00
TOTAL							R\$ 5.400,00

Com efeitos retroativos à 23/12/2015 nos termos do aditivo 145/2015.

As demais cláusulas e condições do Contrato n. 64/2015 ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

SANTIAGO DO SUL, 14 de junho de 2016.
Município de Santiago do Sul
P/Contratante

EDITAL 45/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 54/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 45/2016.
Objeto: Locação de máquinas fotocopiadoras multifuncional para utilização nas secretarias do Município.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30 de junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 30 de junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 16 de junho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1370/2016

DECRETO Nº 1370, DE 15 DE JUNHO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 181.000,00 (cento e oitenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(155) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 11.000,00

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(208) 3.3.90.39.00.00.00 162 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 110.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

(286) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 50.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI

(504) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental

(558) 3.3.91.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 11.000,00

Atividade: 4.027 – Recurso do FNDE

(206) 3.1.91.13.00.00.00 162 - Obrig. Patronais – Op. Intra-Orçam R\$ 20.000,00

(207) 3.3.90.30.00.00.00 162 - Material de Consumo R\$ 76.000,00

(209) 4.4.90.51.00.00.00 162 - Obras e Instalações R\$ 14.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 – Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

(283) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI

(508) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1371/2016

DECRETO Nº 1371, 15 DE JUNHO DE 2016.

CRIA, NO ÂMBITO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, A CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN do Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

- I – elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;
- II – coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;
- III – apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- IV – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- V – Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI – solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições;
- VII – assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;
- VIII – elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de 23 de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Art. 2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersectorialmente pela Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. O Plano Municipal de SAN deverá:

- I – conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- II – ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;
- III – dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;
- IV – explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;
- V – incorporar estratégias territoriais e intersectoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;
- VI – definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.
- VII – ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no COMSEA, de que trata o Decreto nº 760/2014 e presidida, preferentemente, por titular de pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da câmara governamental de gestão intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1372/2016

DECRETO Nº 1372, DE 16 DE JUNHO DE 2016
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Fábio Correa Didone, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Daniele Celeski e Carlos Henrique Reitz Arakaki para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 115/2016, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 29 de junho de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1373/2016

DECRETO Nº 1373, DE 16 DE JUNHO DE 2016
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Jocemari Telma Teixeira, Carla Eloise Mülbauer, Lisane Krisz Ilg, Sergio Miguel de Matos e Raphael Bedin Bueno para, sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 130/2016, a realizar-se às 14:30 horas, do dia 21 de junho de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1374/2016

DECRETO Nº 1374, DE 16 DE JUNHO DE 2016
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Vilmar Cipriane, Sandra Maria Sadowski Andrzejewski, Larissa Juliane Jablonski, Patrícia Zeidmann Zipperer e Jocemari Telma Teixeira para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 124/2016, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 30 de junho de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte), para os Municípios de Agudos do Sul, Piên e Curitiba, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Assistência Social, pelo período de fevereiro a dezembro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 37/2016 de 18 de fevereiro de 2016.

DO VALOR: R\$ 1.128,05 – valor total.

DA VIGÊNCIA: fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2016.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os Municípios de Canoinhas, Balneário Camboriú, Joinville, Mafra, Caçador, Florianópolis, Monte Castelo, Rio Negrinho, Campo Alegre, Piçarras, Papanduva, Joaçaba e Barra Velha, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelos CRAS da Secretaria de Assistência Social, de São Bento do Sul – SC, pelo período de fevereiro a dezembro de 2016, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 34/2016 de 19 de fevereiro de 2016.

DO VALOR: R\$ 3.940,65 – valor total.

DA VIGÊNCIA: fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 104/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Planalto Serrano Prestadora de Serviços Ltda - CNPJ 82.931.767/0001-07 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 20 de maio de 2016 a 15 de novembro de 2016, conforme Dispensa de Licitação nº 119/2016.

DO VALOR: A PERMISSONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/05/2016.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 105/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Serviço Funerário Bom Jesus Ltda – ME CNPJ 75.508.820/0004-30 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 20 de maio de 2016 a 15 de novembro de 2016, conforme Dispensa de Licitação nº 120/2016.

DO VALOR: A PERMISSONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços

obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/05/2016.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2016

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 106/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, Empresa FSB Serviços Póstumos Ltda - ME - CNPJ 80.105.679/0001-12 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 20 de maio de 2016 a 15 de novembro de 2016, conforme Dispensa de Licitação nº 121/2016.

DO VALOR: A PERMISSÃO será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 20/05/2016.

São Bento do Sul, 18 de maio de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME, como Permissionária.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passes Estudante que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS.

DO OBJETO: Fornecimento de passes escolares para os alunos do Ensino Médio da Rede Estadual, pelo período de maio/2016 a julho/2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 126/2016 de 25 de maio de 2016.

DO VALOR: R\$ 309.994,88 – valor total.

DA VIGÊNCIA: maio de 2016 até 31 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 30 de maio de 2016.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 107/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 107/2016

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 125/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 22 de abril de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 84/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 125/2014, que consiste na construção de Mirante no Parque 23 de Setembro, em São Bento do Sul conforme Projeto Básico e Memorial Descritivo em anexo, conforme Contrato de Repasse nº 770418/2012/Ministério do Turismo/Caixa Processo nº 2626.38677631/2012;

Considerando que ainda não ocorreu a transferência dos recursos correspondentes do Governo Federal referente ao CONTRATO DE REPASSE Nº 770418/2012/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA PROCESSO Nº 2626.38677631/2012, e a continuação da obra somente se dará quando do repasse do governo;

Considerando também que devido à situação descrita acima, o referido Contrato de Repasse teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2016 conforme Termo Aditivo firmado entre Município e Caixa Econômica Federal anexo neste Termo Aditivo, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 125/2014 com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de execução por 03 (três) meses, a contar de 22 de maio de 2016 e com término em 21 de agosto de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência por 03 (três) meses, a contar de 01 de julho de 2016 e com término em 30 de setembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 338/2014 de 17 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 100/2015 de 20 de março de 2015, Termo Aditivo nº 188/2015 de 19 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 231/2015 de 21 de agosto de 2015, Termo Aditivo nº 306/2015 de 20 de novembro de 2015 e Termo Aditivo nº 039/2016 de 19 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2016.

Ass: ROBERTO CORREA DA SILVA, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto Urbanista.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 108/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 108/2016**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar de nº 055/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APROSSUL, em 14 de março de 2016, conforme Chamada Pública nº 26/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 055/2016, a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, PELO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2016, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 26/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, constante dos itens 01,02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 16.

Considerando que não será consumida a totalidade da quantidade inicialmente contratada até o término do Contrato em 31 de dezembro de 2016, faz-se necessário suprimir o valor do Contrato conforme art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 91.448,35 (noventa e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos), referente aos itens abaixo:

ITEM	GÊNERO	UNID	QUANT	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4	AIPIM: DESCASCADO, CONGELADO. DEVIDAMENTE EMBALADO E ROTULADO. CONTER NO MÍNIMO 75% DA VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA. DEVE SER ENTREGUE CONGELADO. PARA O TRANSPORTE, ARMAZENAR EM CAIXA TÉRMICA COM GELO PARA MANTER A TEMPERATURA.	KG	1.750	R\$ 4,00	7.000,00
5	BANANA: EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO, CASCA LIVRE APODRECIMENTO E DANOS MECÂNICOS.	KG	25.000	R\$ 1,99	49.750,00
6	BATATA DOCE: ISENTA DE PARTES ESTRAGADAS E/OU MANCHAS.	KG	700	R\$ 3,00	2.100,00
9	BETERRABA: FRESCA, INTEIRA, FIRME, COR INTENSA, TAMANHO MÉDIO.	KG	2.220	R\$ 2,33	5.172,60
10	BROCOLIS, FRESCO, VERDE ESCURO INTENSO, LIVRE DE INSETOS E/OU SUJIDADES.	KG	1.800	R\$ 3,49	6.282,00
11	CENOURA: FRESCA, RAÍZES FIRMES, INTEIRAS, ISENTAS DE RACHADURAS, TAMANHO MÉDIO.	KG	2.500	R\$ 2,99	7.475,00
12	COUVE-FLOR: FRESCA, COR CARACTERÍSTICA PRESERVADA, SEM PARTES ESTRAGADAS, LIVRE DE INSETOS E/OU SUJIDADES.	KG	1.800	R\$ 3,49	6.282,00
14	REPOLHO: FRESCO, COMPLETO, FIRME, FOLHAS BEM UNIDAS, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS E PRAGAS.	KG	3.675	R\$ 2,01	7.386,75
				TOTAL	91.448,35

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de maio de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE SÃO BENTO DO SUL - APROSSUL, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 112/2016**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 112/2016**

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 371/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 30 de dezembro de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 306/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 371/2014, o fornecimento de material, mão de obra e execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear numa extensão total de aproximadamente 1.782 metros lineares das ruas Moema, Bairro Cruzeiro; João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos, Proposta de Transferência e Plano de Trabalho.

· Fornecedor de material, mão de obra e execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear das Ruas, João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler, Bairro Oxford, conforme memorial descritivo, projetos, proposta de transferência e plano de trabalho.

Considerando que a execução da obra está concluída, porém o relatório da execução para finalização da obra enviado pelo Município ao órgão financiador BRDE ainda está em análise pelo mesmo, podendo ainda ter alguns ajustes a serem feitos, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 30 de maio de 2016 e com término em 29 de agosto de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 30 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 262/2015 de 24 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 329/2015 de 08 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 060/2016 de 23 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 24 de maio de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.
RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 120/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 120/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 154/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 25 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 59/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 154/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Wenceslau Hubl, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 59/2015;

Considerando que ainda não houve decisão definitiva referente ao Processo Administrativo nº 1746/2016 aberto pelo Município devido ao descumprimento contratual por parte da Contratada, sendo que a justificativa enviada pela mesma está sendo analisada pelo departamento responsável;

Considerando o direito de ampla defesa da Contratada, e levando em consideração o princípio da economicidade ao Município, sendo que a rescisão do contrato e abertura de novo processo licitatório causariam maiores prejuízos à Administração, e tendo em vista ainda a necessidade de esclarecimentos complementares ao processo administrativo e a posterior continuidade da obra, faz-se necessária a prorrogação do prazo de execução do referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 02 de junho de 2016 e com término em 01 de agosto de 2016.

Mantém-se o prazo de vigência do Contrato com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 015/2016 de 26 de janeiro de 2016 e Termo Aditivo nº 067/2016 de 31 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 121/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 121/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 155/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 25 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 60/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 155/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica das Ruas Jorge Weiss e Severino Eichendorf, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803543/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.603-34/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 60/2015;

Considerando que ainda não houve decisão definitiva referente ao Processo Administrativo nº 1745/2016 aberto pelo Município devido ao descumprimento contratual por parte da Contratada, sendo que a justificativa enviada pela mesma está sendo analisada pelo departamento responsável;

Considerando o direito de ampla defesa da Contratada, e levando em consideração o princípio da economicidade ao Município, sendo que a rescisão do contrato e abertura de novo processo licitatório causariam maiores prejuízos à Administração, e tendo em vista ainda a necessidade de esclarecimentos complementares ao processo administrativo e a posterior continuidade da obra, faz-se necessária a prorrogação do prazo de execução do referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 02 de junho de 2016 e com término em 01 de agosto de 2016.

Mantém-se o prazo de vigência do Contrato com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 016/2016 de 26 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 068/2016 de 31 de março de 2016 e Termo Aditivo nº 097/2016 de 06 de maio de 2016 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 137/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 137/2016

OBJETO: Aquisição de 5.000 passes (Vale Transporte) para os usuários que participam das Oficinas Socioeducativas no CRAS, através do PAIF e aquisição de 500 passes (Vale Transporte) para os usuários dos serviços da Secretaria de Assistência Social.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl – Transportes Coletivos

VALOR: R\$ 16.280,00

SÃO BENTO DO SUL, 14 de junho de 2016.

MARISA DO AMARAL – SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 137/2016**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de 5.000 passes (vale transporte) para os usuários que participam das oficinas socioeducativas no CRAS, através do PAIF e aquisição de 500 passes (vale transporte) para os usuários dos serviços da Secretaria de Assistência.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL – TRANSPORTES COLETIVOS.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição. A cessão de benefícios eventuais às famílias carentes no município de São Bento do Sul está em conformidade com a legislação federal, especificamente a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentada no município através do Decreto 077 de 11 de março de 2013. Os vales-transportes no município estão no rol dos benefícios eventuais que são concedidos para pessoas carentes, quando da necessidade de deslocamento dentro do município e que são fornecidos para usuários que participam das oficinas socioeducativas que se desenvolvem dentro dos CRAS e benefícios eventuais. Embora em março deste ano foram adquiridos 9000 passes, conforme processo licitatório nº 56/2016, de 09 de março de 2016, estes não serão suficientes para desenvolver as demandas que surgiram. A realização do projeto #aTuAção iniciou em abril e com previsão de término em julho de 2016. Este projeto utiliza semanalmente 250 vales-transporte, totalizando 1250 ao mês e sendo desta forma, até o término do projeto aproximadamente 5000 unidades serão necessárias. São fornecidos aos usuários que participam das oficinas socioeducativas que se desenvolvem dentro dos CRAS, serviço do PAIF e para usuários que são atendidos pelo CREAS dentro do serviço do PAEFI e com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade. A aquisição e cedência dos vales-transporte ao usuário é também uma forma que se tem para inserir o usuário nos serviços, programas e projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl – Transportes Coletivos é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 16.280,00 é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARISA DO AMARAL

Secretária Interina de Assistência Social.

LISTAGEM PORTARIAS Nº 06/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11980, de 15 de junho de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de junho de 2016. Laina Alves, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11981, de 15 de junho de 2016. Revoga Portaria nº 11980/2016, que nomeou servidora pública Laina Alves, Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em partir de 14 de junho de 2016.

Portaria nº 11982, de 15 de junho de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 14 de junho de 2016. Daniela doa Santos Antunes, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 11983, de 15 de junho de 2016. Concede Licença Prêmio, triênio 2011/2014, a período de 01/07/2016 a 30/07/2016. Josicléia Castro, Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 11984, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 24 de novembro de 2015. Luciana Machado, Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11985, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 08 de março de 2016. Janete Adriane dos Santos Peris, Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11986, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de abril de 2016. Ines Schipietz Stal, Atendente Educativo – Ensino Médio, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11987, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2016. Adriana Rita dos Santos, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11988, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 27 de abril de 2016. Jorge Adriano Peters, Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível II, da Classe E para Classe F. SEMUS.

Portaria nº 11989, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de maio de 2016. Paulo Geraldo dos Santos Lima, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível II, da Classe G para Classe H. SECON.

Portaria nº 11990, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de maio de 2016. Luzia Gorete Cordeiro da Cruz, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 11991, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de maio de 2016. Pedro Ludvinski, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe D para Classe E. SEMOB.

Portaria nº 11992, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de maio de 2016. Adriano Luiz Moreira, Professor Anos Finais - Especialização, Nível II, da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11993, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de maio de 2016. Ede-marcos de Souza, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11994, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de maio de 2016. Neiva Maria Rosa, Professor Anos Finais – Licenciatura Plena, Nível I, da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 11995, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de maio de 2016. Si-mone Roesler, Atendente Educativo - Magistério, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11996, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de maio de 2016. Ana Claudia Machado, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11997, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de maio de 2016. Fer-nando José Demarchi, Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, da Classe C para Classe D. SEMOB.

Portaria nº 11998, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de maio de 2016. Viviane Aparecida Pereira, Atendente Educativo – Ensino Médio, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11999, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 06 de maio de 2016. Ma-rileide Silveira, Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 12000, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de maio de 2016. Neri Gilberto Sikoba, Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, da Classe C para Classe D. SEMOB.

Portaria nº 12001, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de maio de 2016. Ede-mar Hau Franca, Vigia – em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe G para Classe H. SECAD.

Portaria nº 12002, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de maio de 2016. Juliana Mengarda, Atendente Educativo – Ensino Médio, Nível I, da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 12003, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de maio de 2016. An-tenor Schwarz, Auxiliar de Topógrafo, Grupo Ocupacional 02, Nível II, da Classe D para Classe E. SEMOB.

Portaria nº 12004, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de maio de 2016. Sandra Aparecida Leandro Gonçalves, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12005, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de maio de 2016. Keli Pauli, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 12006, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de maio de 2016. Ja-neiva Glauci Scholze, Atendente Educativo – Especialização, Nível III, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12007, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 19 de maio de 2016. Isabel Cristina Dybas Terres, Professor Educação Infantil – Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12008, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de maio de 2016. Lau-rindo Piekarski, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe E para Classe F. SEMOB.

Portaria nº 12009, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de maio de 2016, Ever-ton Voltaire Consul de Oliveira, Professor Anos Finais – Licenciatura Plena, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12010, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de maio de 2016.

Narcília Ruthes Olinisky, Enfermeira, Grupo Ocupacional 05, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 12011, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de maio de 2016. Sueli Teresinha Bello Duarte, Oficial Administrativo – em extinção, Grupo Ocupacional 02, Nível I, da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 12012, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de maio de 2016. Daniela da Silva, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 12013, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 25 de maio de 2016, Andreia Ruckl, Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, da Classe D para Classe E. SEMED.

Portaria nº 12014, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de maio de 2016. João Vicente, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe D para Classe E. SEMOB.

Portaria nº 12015, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de maio de 2016. Margarete do Carmo Silva Tischner, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível II, da Classe E para Classe F. SEMED.

Portaria nº 12016, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de maio de 2016. Osmair Correa, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe D para Classe E. SECAD.

Portaria nº 12017, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de maio de 2016, Cleide Terezinha Milde Pereira de Lima, Especialista em Assuntos Educacionais - Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12018, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de maio de 2016, Gislaíne Aparecida Oliveira Zanin, Especialista em Assuntos Educacionais - Especialização, Nível II, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 12019, de 15 de junho de 2016. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de junho de 2016. Maria Schapieski Mengarda, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, da Classe G para Classe H. SEMED.

São Bento do Sul, 20 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK, prefeito municipal

PORTARIA Nº 12020/2016

PORTARIA Nº 12020, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPRESBS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CONSIDERANDO o pedido de afastamento temporário do conselheiro CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS do exercício de suas atribuições como membro titular do Conselho Deliberativo do IPRESBS em 31 de março de 2016, para cumprimento do disposto na LC n. 64/90, art. 1º, VII, b;

CONSIDERANDO, ainda, que o referido Conselho não pode funcionar sem a totalidade de seus membros titulares, vez que é o órgão superior de deliberação colegiada do IPRESBS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento temporário, de acordo com a Lei Complementar nº 64, de 18/05/90 (Lei Eleitoral), ao Conselheiro CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS do exercício de suas atribuições como membro titular do Conselho Deliberativo do IPRESBS, para concorrer a cargo eletivo, no período de 31/03/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Nomear a suplente de Conselheiro ADRIANA BOMBASSARO ZANELLA para compor o Conselho Deliberativo do IPRESBS durante o período de afastamento temporário do membro titular CARLOS ROBERTO GONÇALVES DOS ANJOS, para que o referido conselho não venha a ficar desfalcado durante tal lapso temporal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de março de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12021/2016

PORTARIA Nº 12021, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL DO IPRESBS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o pedido de afastamento temporário da suplente de Conselheira DAGUEMA JOSEANE GLATZ do exercício de suas atribuições como membro titular do Conselho Fiscal do IPRESBS em 31 de março de 2016, para cumprimento do disposto na LC n. 64/90, art. 1º, VII, b;

CONSIDERANDO, ainda, que o referido Conselho não pode funcionar sem a totalidade de seus membros titulares, vez que responsável por

examinar a conformidade dos atos dos seus diretores do IPRESBS em face dos correspondentes deveres legais, regulamentares e estatutários, subsidiando o Conselho Deliberativo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento temporário, de acordo com a Lei Complementar nº 64, de 18/05/90 (Lei Eleitoral), à suplente de Conselheira DAGUEMA JOSEANE GLATZ do exercício de suas atribuições como membro do Conselho Fiscal do IPRESBS, para concorrer a cargo eletivo, no período de 31/03/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Nomear para suplente de Conselheiro ALEXANDRE ZOTZ para compor o Conselho Fiscal do IPRESBS durante o período de afastamento temporário da membra DAGUEMA JOSEANE GLATZ, para que o referido Conselho não venha a ficar desfalcado durante tal lapso temporal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de março de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12022/2016

PORTARIA Nº 12022, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO FISCAL DO IPRESBS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o pedido de afastamento temporário do Conselheiro Marco Rodrigo Redlich do exercício de suas atribuições como membro titular do Conselho Fiscal do IPRESBS em 01 de abril de 2016, para cumprimento do disposto na LC n. 64/90, art. 1º, VII, b;

CONSIDERANDO, ainda, que o referido Conselho não pode funcionar sem a totalidade de seus membros titulares, vez que responsável por examinar a conformidade dos atos dos seus diretores do IPRESBS em face dos correspondentes deveres legais, regulamentares e estatutários, subsidiando o Conselho Deliberativo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento temporário, de acordo com a Lei Complementar nº 64, de 18/05/90 (Lei Eleitoral), ao Conselheiro MARCO RODRIGO REDLICH do exercício de suas atribuições como membro titular do Conselho Fiscal do IPRESBS, para concorrer a cargo eletivo, no período de 01/04/2016 a 03/10/2016.

Art. 2º Nomear a suplente de Conselheiro LUCINÉIA CHAVES FOSCHERA para compor o Conselho Fiscal do IPRESBS durante o período de afastamento temporário do membro titular MARCO RODRIGO REDLICH, para que o referido conselho não venha a ficar desfalcado durante tal lapso temporal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12023/2016

PORTARIA Nº 12023, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal IVONE DE BORBA LENZUK, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00126/15-0, de 09 anos, 10 meses e 10 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4381, de 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12024/2016

PORTARIA Nº 12024, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARGARETH DAL PIVA SIMONETTI, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00054/15-0, de 01 ano, 09 meses e 17 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4610, de 14 de junho de 2016.

Art. 2º Conceder averbação de 04 anos, 08 meses e 16 dias de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 626/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12025/2016

PORTARIA Nº 12025, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 26 de janeiro de 2016, Abono de Permanência à servidora IVONE PINTO CAETANO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme consta no Processo nº 3378, de 27 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12026/2016

PORTARIA Nº 12026, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 19 de julho de 2015, Abono de Permanência à servidora JENILDE MARIA LINZMEYER, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 4037, de 20 de maio de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12027/2016

PORTARIA Nº 12027, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 08 de março de 2016, Abono de Permanência à servidora LUCIANE MARY KOCH SCATOLON, ocupante do cargo de Terapeuta Ocupacional, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 2933, de 13 de abril de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12030/2016

PORTARIA Nº 12030, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6771/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6771 de 03 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria à COLUTILDE ROHRBACHER GROSSEL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00048345, através da Decisão GASNI-588/2016, de 30 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12031/2016

PORTARIA Nº 12031, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5953/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5953 de 01 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria à FRANCISCA BEIGER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00556063, através da Decisão GAC/WWDD-417/2016, de 03 DE JUNHO 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12032/2016

PORTARIA Nº 12032, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6772/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6772 de 03 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria a FULVIO JOEL BAPTISTA FRAGOZO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00047373, através da Decisão GAC/JCG-132/2016, de 24 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12033/2016

PORTARIA Nº 12033, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6150/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6150 de 30 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria à LOURDES HUBL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00608128 através da Decisão GAC/WWDD-418/2016, de 03 de junho 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12035/2016

PORTARIA Nº 12035, DE 16 DE JUNHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6649/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6649 de 17 de outubro de 2014, que concedeu aposentadoria a JAIME JOÃO ALQUINI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00018780, através da Decisão GAC/AMF-385/2016, de 19 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12036/2016

PORTARIA Nº 12036, DE 16 DE JUNHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6568/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6568 de 03 de outubro de 2014, que concedeu aposentadoria à MARIA GERALDA DA SILVA URBAINSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00709820 através da Decisão COE/CMG-393/2016, de 23 e maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12037/2016

PORTARIA Nº 12037, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5952/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5952 de 01 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria à OLGA ZATESKO CARDOZO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00555768 através da Decisão GAC/WWD-416/2016, de 03 de junho 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12038/2016

PORTARIA Nº 12038, DE 16 DE JUNHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 5036/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5036 de 31 de março de 2014, que concedeu aposentadoria à OTILIA BORGES DE SOUZA LOPES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00392796 através da Decisão GAC/CFF-430/2016, de 24 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12039/2016

PORTARIA Nº 12039, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6773/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6773 de 03 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria à ZELIA DO CARMO DE PAULA DRECHSLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00048850 através da Decisão GAC/CFF-432/2016, de 24 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12040/2016

PORTARIA Nº 12040, DE 16 DE JUNHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6813/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6813 de 07 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria à SOLANGE MARIA WEDDERHOFF PALOMA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00063140 através da Decisão GASNI-590/2016, de 30 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12041/2016

PORTARIA Nº 12041, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2016,
RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, DESIRÉE DA SILVA BAPTISTA, na função de Odontólogo - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12042/2016

PORTARIA Nº 12042, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2016,
RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, LUCIA UNISESKY, na função de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de junho de 2016.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12043/2016

PORTARIA Nº 12043, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 3995/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 19 de maio de 2016, progressão vertical ao servidor NOELI RESSEL SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Classe B, na Secretaria Municipal de Educação, passando do Nível I para o Nível II – Ensino Fundamental.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12044/2016

PORTARIA Nº 12044, DE 16 DE JUNHO DE 2016
Concede Progressão vertical

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2966/2012 e do que consta no Processo Administrativo nº 4349/2016,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 03 de junho de 2016, progressão vertical ao servidor JANAINA BOEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo - ESF, Grupo Ocupacional 07, Classe B, na Secretaria Municipal de Saúde, passando do Nível I para o Nível II – Especialização.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12050/2016

PORTARIA Nº 12050, DE 17 DE JUNHO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL TÉCNICA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial Técnica para realização de instrução e apuração de questões técnicas de engenharia em processos administrativos.

Art. 2º Ficam designados para comporem a Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, os seguintes servidores:

I – RAPHAEL BEDIN BUENO, Engenheiro Civil, matrícula nº 39626;

II – RICARDO CALLADO, Arquiteto e Urbanista, matrícula nº 39299;

III – SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, matrícula nº 37997.

Art. 3º A Comissão Especial Técnica tomará todas as providências necessárias para o qual foi constituída.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput deste artigo consistem em elaboração de perícias técnicas, inquirição de testemunhas e promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução dos processos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12028/2016

PORTARIA Nº 12028, DE 16 DE JUNHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6775/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6775 de 30 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria à ANEMARI VIDAR TEIXEIRA TISSI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00042738, através da Decisão GAC/AMF-388/2016, de 19 de maio 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12029/2016

PORTARIA Nº 12029, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6828/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6828, de 10 de novembro de 2014, que concedeu aposentadoria à CECILIA LEONARDO DA SILVA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 15/00041090, através da Decisão GASNI-569/2016, de 30 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12034/2016

PORTARIA Nº 12034, DE 16 DE JUNHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5950/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5950 de 01 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria à IVANILDE CIDRAL DE CARVALHO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE 14/00555334, através da Decisão GAC/WWD-415/2016, de 03 de junho 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 013, DE 28 DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 013, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

"Concede conclusão do estágio probatório."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ao Senhor Heráclio Steinbach, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, a conclusão do estágio probatório, de acordo com a Lei nº 228/2001, de 28 de dezembro de 2001, referente ao período de 12.03.2007 a 22.04.2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 189/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 189/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/06/2016 a 04/10/2016, a servidora JANETE ANA HEINECK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/06/2016 a 21/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/06/2016.

São Bento do Sul, 16/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 190/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 190/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 04/06/2016 a 30/06/2016, concedido a servidora DANIELE VILMIZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 161/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº

1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/06/2016.

São Bento do Sul, 16/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 191/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 191/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/06/2016 a 05/08/2016, a servidora CINTIA FLAVIA-NE PRUESS RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/06/2016 a 21/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/06/2016.

São Bento do Sul, 17/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 192/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 192/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/06/2016 a 08/07/2016, concedido a servidora ELIZABETH GREIN WELTER DE LUCCA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 126/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/06/2016.

São Bento do Sul, 17/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 193/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 193/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/06/2016 a 12/08/2016, concedido ao servidor ANTONIO CARLOS SEBOLD ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, através da Portaria IPRESBS nº 056/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/06/2016.

São Bento do Sul, 17/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 194/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 194/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/06/2016 a 12/08/2016, a servidora FABIANA CARLA STIEGLER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/06/2016 a 28/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/06/2016.

São Bento do Sul, 17/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 24/2015

Contrato Nº: 38/2016 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: BSA Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental - EPP

Vigência: Início: 10/06/2016 - Término: 10/06/2017

Recursos: Dotação:

38 3.3.90.35.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL E GESTÃO AMBIENTAL.

Valor: R\$ 148,99 (Cento e Quarenta e Oito Reais e Nove Centavos) por hora, totalizando 80 horas mensais.

São Bento do Sul, 17 de junho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 113 DE 16 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 113 de 16 de junho de 2016.

"CONCEDE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER, ao servidor MARCOS GERTLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, Grupo Ocupacional 05, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 2º – A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 01/03/2012 a 28/02/2015.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de março de 2015.

IVANA APARECIDA PEREIRA

Diretora Presidente Interina

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 174/2016

DECRETO Nº 174/2016

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DA VI CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, E REVOGA OS EFEITOS DE DECRETO Nº 156/2016, DE 23/05/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A COMISSÃO DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- 01 – SHEILA FORGERINE ZANETTE - Secretária Chefe do Gabinete do Planejamento;
- 02 – MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES – Arquiteta da Secretaria Chefe do Gabinete do Planejamento e membro do Conselho do Plano Diretor;
- 03 – LUSIANE ZANDONADI NUNES – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 04 – LUIZ CARLOS DO AMARAL – Gerente Regional da CASAN;
- 05 – VANOR DE BETTIO – Vereador;
- 06 – JOÃO PAULO DE SÁ – Engenheiro Sanitarista e Inspetor do CREA/SC;
- 07 – ELAINE CRISTINA VICENTE – Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores;
- 08 – JOCEMIRIAM QUADROS CARDOSO FABRE – Representante da PROTUR;
- 09 – MILENA MITIE SATO – Arquiteta e Urbanista – Membro do CAU/SC.
- 10 – CLOVIS FRANCISCO DE OLIVEIRA – Representante CDL/ São Joaquim;
- 11 – GIOVANI OLIVEIRA – Vice-Presidente do CDL/São Joaquim.

Parágrafo Único – A referida Comissão não receberá ônus do Município pela referida Nomeação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas os efeitos do Decreto Nº 156/2016, de 23/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 175/2016

DECRET O Nº 175/2016

“QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Administração Financeira e Contabilidade Geral, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 233/2015, de 17/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 256/2016

PORTARIANº 256/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - LUANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 123/2016, de 10/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6580/2016

DECRETO Nº 6580/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensado, a pedido, o seguinte servidor, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
RODRIGO DOS SANTOS JESUS	Professor - H	01/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6581/2016

DECRETO Nº 6581/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
VATUZA VENANCIO DE ALMEIDA	Professor - M	02/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6582/2016

DECRETO Nº 6582/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
------	-------	------

GISELE MARIA DA LUZ	Professor - M	07/06/2016
NEIDE ANTUNES DE LIMA	Professor - H	07/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6583/2016

DECRETO Nº 6583/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando Processo Administrativo nº 11551/2016 datado de 09/05/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
REGINA RODRIGUES CAMARGO	Professor-H	01/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6584/2016

DECRETO Nº 6584/2016

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
SANDRA REGINA PREISCHRDY ROSA	Professor-H	06/06/2016

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/06/2016.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2015 - Processo nº 499/2015. Fornecedores: BRUTHAN COMERCIAL LTDA, INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP, DICAPEL PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA (FILIAL 02), RADAMES PEREIRA ESPINDOLA-EPP, SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS, E EQUIPAMENTO LTDA ME, PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA-EPP, VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA-ME, HAMILTON MACHADO ME, RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, L&M COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME, ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, L.M. COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME, NICK LIMPEZA E HIGIENE LTDA ME E RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 345.429,81 – trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2016/SF

DECRETO Nº. 106/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º e Art. 11º da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 50.752,08 (cinquenta mil setecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"488"4.4.90.51.00.00.1.0701 Obras e Instalações
..... R\$50.752,08

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao provável Excesso de Arrecadação, Recursos de Transferências de Convênio – ESTADO, Fonte 1.0701 no valor de R\$ 50.752,08 (cinquenta mil setecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 107/2016/SF

DECRETO Nº. 107/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$3.017,00 (três mil e dezessete reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2.095 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS
"313" 3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo
..... R\$3.017,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$3.017,00 (três mil e dezessete reais) Recursos de Enfrentamento a Emergências, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
2.095 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS
"314"4.4.90.52.00.00.1.0064 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$3.017,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 108/2016/SF

DECRETO Nº. 108/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.512 de 14 de junho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
"68"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$44.000,00
"69"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$6.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO
"393"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.R\$100.000,00
"394"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais
..... R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.003 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSESSORIAS
"12"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$60.000,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.010 CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOC. ESPORTIVA CEDRO
"47"3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições
..... R\$40.000,00

08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1.016 AQUISIÇÃO DE MAQ E EQUIP AGRÍCOLAS
"183"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$30.000,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
1.045 CONSTRUIR OU AMPLIAR REDES DE TELEFONIA
"220"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações
..... R\$15.000,00

2.042 CONSERVAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, JARDINS ACESSOS E CEMITÉRIOS
"223"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações
..... R\$10.000,00
"224"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 109/2016/SF DECRETO Nº. 109/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.514 de 14 de junho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 01/12/2015 - LOA, no valor de R\$166.161,45 (cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
08.01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
1.093 CONST. DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR
"487"4.4.90.51.00.00.0.1.0701 Obras e Instalações
..... R\$166.161,45

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação oriundos do Convênio nº2016TR001015 celebrado com o Estado de Santa Catarina, recursos do Fundo Social, Processo NºSDR30 00000890/2016, Fonte de Recursos Nº0.1.0701, no valor

de R\$166.161,45 (cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 110/2016/SF DECRETO Nº. 110/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO
"180"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO. DE CULTURA
2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO
"179"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de junho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 111/2016/SF

DECRETO Nº. 111/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$6.036,15 (seis mil e trinta e seis reais e quinze centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"441"3.3.30.93.00.00.3.024 Indenizações e Restituições R\$6.036,15

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos de Transferências de Convênios - União, Fonte 3.0024, no valor de R\$6.036,15 (seis mil e trinta e seis reais e quinze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 112/2016/SF

DECRETO Nº. 112/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

110 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"249"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"253"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5823/2016

DECRETO Nº 5.823, DE 13 DE JUNHO DE 2016

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MARLENE ALVES GARCIA GOMERCINDO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula nº 2.616, no período de 14 a 19 de junho de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5824/2016

DECRETO Nº 5.824, DE 14 DE JUNHO DE 2016

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MAIARA ONGARATTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Financeiro, Grupo ATM, Nível 16, Matrícula nº 3.179, a partir de 14 de junho de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5825/2016

DECRETO Nº 5.825, DE 16 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos

termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei nº. 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Concurso Público Edital nº 002/2016 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 01 - MICRO ÁREA 35)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	391726	Sandra Dall Alba Rhoden	DEFERIDA
3	381564	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA
2	400772	Sheila Patricia Da Luz	DEFERIDA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 05 - MICRO ÁREA 09)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	391256	Adilson Jose Kerkhoven	DEFERIDA
2	399776	Djonatan Henrique Parciannelo	DEFERIDA
3	398354	Edivane Dos Santos	DEFERIDA
4	398450	Eduarda Banhara Bortolotto	DEFERIDA
5	396346	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	DEFERIDA
6	393598	Jaqueline Adriani Dumke	DEFERIDA
7	401901	Jessica Benedetti Dal Moro	DEFERIDA
8	382609	Josiane Adams	DEFERIDA
9	380327	Lisane Dalpozzo Hauschild	DEFERIDA
AGENTE DA DENGUE			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	398012	Alessandra Cristina Dos Santos	DEFERIDA
2	397638	Alexandra Sehn Heck	DEFERIDA
3	382225	Aline Elisabete Triches	DEFERIDA
4	401261	Allana Thais De Oliveira	DEFERIDA
5	402733	Anderson Luis Müller	DEFERIDA
6	401808	Andre Rodrigo Kraemer	DEFERIDA
7	400099	Andrea Graziela Dalla Costa	DEFERIDA
8	400529	Andressa Cristina Maldaner	DEFERIDA
9	399916	Anelise Teresinha Schabbach Cavalheiro	DEFERIDA
10	380069	Bruna Anzolin	DEFERIDA
11	401523	Caciane Aparecida Martinello De Lima	DEFERIDA
12	394228	Carine Wuttke	DEFERIDA
13	402152	Carolina Schneider	DEFERIDA
14	386620	Caroline Noro	DEFERIDA
15	379914	Cassiano Schneider	DEFERIDA
16	401134	Charline Ternus	DEFERIDA
17	372832	Claudionara Da Silva	DEFERIDA
18	396674	Daiana Andressa Schmitt	DEFERIDA
19	402755	Daniela Kummer	DEFERIDA
20	400262	Delci Hart	DEFERIDA
21	399387	Diana Fatima De Brazil	DEFERIDA

22	388977	Edimara Perin	DEFERIDA
23	400305	Edione Girardi	DEFERIDA
24	394248	Eduarda Caroline Cerioli	DEFERIDA
25	402382	Eduardo Marchiori Volpato	DEFERIDA
26	395600	Elisete Schauren	DEFERIDA
27	387152	Emanuele Fernanda Fantinelli	DEFERIDA
28	383291	Everton Luis Simon Engel	DEFERIDA
29	398891	Fabiana Inez Smanhotto Malvessi	DEFERIDA
30	402644	Fabiane Mantelli	DEFERIDA
31	395591	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	DEFERIDA
32	402717	Fernanda Regina Flach Prevedello	DEFERIDA
33	391273	Franciele Lazzaroto	DEFERIDA
34	381810	Gabriel Carlet Zanardi	DEFERIDA
35	374443	Gabriela Da Silva Tozin	DEFERIDA
36	402410	Gladis Maria Heck Campana	DEFERIDA
37	374122	Henrique Antonio Gasperin	DEFERIDA
38	380039	Istefani Cristina Barro	DEFERIDA
39	393467	Jandir Jose Hartmann	DEFERIDA
40	386204	Joao Paulo Rockenbach	DEFERIDA
41	393812	Juliana De Souza	DEFERIDA
42	401118	Juliana Dos Santos Galiassi	DEFERIDA
43	374955	Juliana Ines Kern	DEFERIDA
44	402573	Karen Costa Raffel	DEFERIDA
45	397223	Maiara Bourscheidt	DEFERIDA
46	399944	Marines Fatima Moraes Klein	DEFERIDA
47	400786	Marivane Collett	DEFERIDA
48	377888	Marlize Aparecida Rauber	DEFERIDA
49	372400	Marvin Gustavo Escher	DEFERIDA
50	396415	Matheus Romera Soares	DEFERIDA
51	391751	Michely Carla Tremea	DEFERIDA
52	402456	Mileni Laura Breunig Schneider	DEFERIDA
53	400848	Neiva Frare	DEFERIDA
54	401499	Neuri Pereira Da Costa	DEFERIDA
55	388373	Paulo Roberto Parciannelo	DEFERIDA
56	386438	Rosalene Maria Sasso	DEFERIDA
57	396774	Silvana Paes Fernndes	DEFERIDA
58	397616	Silvane Marlene Nielsson	DEFERIDA
59	384781	Soeli Sirlei Lenhardt	DEFERIDA
60	375992	Stefany Eduarda Franceschini Cristofoli	DEFERIDA
61	402393	Taciane Maria Spezia	DEFERIDA
62	402657	Talita Divanir Da Rosa Ames	DEFERIDA
63	398910	Tatiane Collett Markus	DEFERIDA
64	380647	Tauana Hentz Dresch	DEFERIDA
65	399797	Venicio Wilian Heckler	DEFERIDA
66	385586	Veridiana Fatima Barth	DEFERIDA
FARMACÊUTICO			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO

1	395126	Alcemi Fernanda Soares Laurindo	DEFERIDA
2	401514	Aline Stela Schverz	DEFERIDA
3	390359	Ana Paula Machado	DEFERIDA
4	373176	Camila Corso	DEFERIDA
5	399205	Claudio Conte Junior	DEFERIDA
6	395315	Daiane Antonioli	DEFERIDA
7	400927	Diana Bavaresco	DEFERIDA
8	401462	Felipe Damo	DEFERIDA
9	401831	Fernanda Correa Baldessar	DEFERIDA
10	401826	Fernanda Cristina Henzel	DEFERIDA
11	398797	Fernanda Skiba	DEFERIDA
12	374020	Janaina Greicy Fetter	DEFERIDA
13	373430	Juliana Cassol	DEFERIDA
14	402383	Kamila Pancotte	DEFERIDA
15	400379	Karoline Lazarotto	DEFERIDA
16	391021	Laura Costa Curta	DEFERIDA
17	373218	Laura Zandona	DEFERIDA
18	399135	Luciane Maria Merigo	DEFERIDA
19	391310	Lucilene Wildner Granella	DEFERIDA
20	375778	Maiara Casagrande Mozena	DEFERIDA
21	402356	Mario Lopes De Quadros	DEFERIDA
22	399093	Neuza Rohr	DEFERIDA
23	399527	Regina Piccoli Fusieger	DEFERIDA
24	381971	Rosimar Francisco	DEFERIDA
25	385230	Taina Paula Gabbiatti	DEFERIDA
26	388875	Taisa Paula Giacomini	DEFERIDA
27	402061	Zenaide Paiz Dos Santos	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	400597	Adreana Weber Salvati	DEFERIDA
2	398727	Alana Bosa	DEFERIDA
3	378545	Ana Paula Pecin	DEFERIDA
4	398014	Ana Paula Teixeira	DEFERIDA
5	393726	Andressa Ferronatto	DEFERIDA
6	393930	Angela Cristina Both	DEFERIDA
7	387085	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
8	399768	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
9	396477	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
10	388591	Carla Ines Rosenbach	DEFERIDA
11	372738	Caroline Kuhn Dalmagro	DEFERIDA
12	398577	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
13	397153	Catussa Bosa	DEFERIDA
14	398819	Cintiane Cristina Trentin Muller	DEFERIDA
15	381615	Cristina Ines Griebler Dotti	DEFERIDA
16	388610	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
17	396808	Daniela Johner Fogiato	DEFERIDA
18	376262	Debora Rasch	DEFERIDA

19	383596	Debora Schein Fülber	DEFERIDA
20	387878	Denise Colombo Lolato	DEFERIDA
21	396732	Denise Fatima Gubert	DEFERIDA
22	387321	Ediane Benedito	DEFERIDA
23	388873	Edilaine Girardi	DEFERIDA
24	394245	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
25	401233	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
26	401660	Eliane Da Silva Sertorio	DEFERIDA
27	394990	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
28	376948	Elisangela Meotti Bertolini	DEFERIDA
29	401699	Elisiane Alves	DEFERIDA
30	389251	Fabiane Cristina Weppo	DEFERIDA
31	382757	Franciela Triches Blasi	DEFERIDA
32	396820	Franciele Fernanda Carossi	DEFERIDA
33	386846	Francieli Batista	DEFERIDA
34	379748	Francieli Cristina Mayer Kafer Klauch	DEFERIDA
35	397698	Geneci Klaus	DEFERIDA
36	387207	Geneci Ochoa Brixner	DEFERIDA
37	400608	Geovane Carine Liberalesso	DEFERIDA
38	397941	Gessica Fernandes	DEFERIDA
39	388329	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA
40	396439	Ione Terezinha Rosembach	DEFERIDA
41	393624	Isaura Reichert	DEFERIDA
42	397247	Ivandra Maria Savariz De Oliveira	DEFERIDA
43	402730	Janete Bernardy	DEFERIDA
44	375329	Janizes Ana Zanata	DEFERIDA
45	400294	Jessica Andreia Presotto	DEFERIDA
46	393934	Juliana Both Maldaner	DEFERIDA
47	387210	Juliana Miola Martini	DEFERIDA
48	387741	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
49	376932	Juliane Kafer	DEFERIDA
50	384294	Katrine Schneider Werlang	DEFERIDA
51	380029	Keila Cieplak	DEFERIDA
52	391594	Keli Danieli	DEFERIDA
53	400741	Kielin Zelinda Frare De Giacometti	DEFERIDA
54	373167	Lais Kasper	DEFERIDA
55	393486	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
56	394493	Leila Britsche	DEFERIDA
57	390220	Leila Sandra Baierle Bittencourt	DEFERIDA
58	400512	Leonice Maria Bianchi	DEFERIDA
59	378011	Loreci Marques	DEFERIDA
60	398352	Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro	DEFERIDA
61	395060	Mari Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
62	385777	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
63	394553	Marley Tresinha Klein Anzolin	DEFERIDA
64	402732	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
65	388200	Marta Margarete Chies Stertz	DEFERIDA
66	379721	Micheli Rubin Delazeri	DEFERIDA

67	401359	Raquel Lazzari	DEFERIDA
68	386235	Rosani Passarin Zanardi	DEFERIDA
69	374060	Sandra Aparecida Dos Santos	DEFERIDA
70	396661	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
71	394304	Silvia Rebonatto	DEFERIDA
72	395298	Sirlene Luzia Bender	DEFERIDA
73	397815	Solange Oliveira De Almeida	DEFERIDA
74	383544	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA
75	380117	Sueli Zamboni	DEFERIDA
76	391289	Tatiane Staub	DEFERIDA
77	397011	Thais Regina Hoffmann	DEFERIDA
78	395338	Thais Regina Marasca	DEFERIDA
79	393701	Viviane Smaniotto	DEFERIDA
80	399623	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	399345	Aldinha Baseggio	DEFERIDA
2	400715	Brigida Rosa Poli	DEFERIDA
3	402613	Caroline Linck	DEFERIDA
4	396301	Claudiane Pauli	DEFERIDA
5	377863	Cleci Maria Polla	DEFERIDA
6	396939	Cleide De Fatima Netto Isoton	DEFERIDA
7	399886	Cleidi Da Rosa Alves	DEFERIDA
8	372877	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
9	384006	Cristiane Garbin	DEFERIDA
10	394806	Daiane Garbin	DEFERIDA
11	376099	Daiane Pavin	DEFERIDA
12	389066	Daiani Foretti	DEFERIDA
13	373208	Debora Trevisol	DEFERIDA
14	387258	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
15	401919	Dionara Decarli	DEFERIDA
16	402048	Dirce Baseggio	DEFERIDA
17	387728	Eduarda Noro	DEFERIDA
18	379055	Eliane Gheno Haeffiger	DEFERIDA
19	395357	Gessi Boller	DEFERIDA
20	382262	Greici Kely Muller	DEFERIDA
21	377577	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
22	394232	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
23	372761	Janeffer Scholl	DEFERIDA
24	394769	Jeanice Muller	DEFERIDA
25	396053	Joceli Zanetti	DEFERIDA
26	387820	Josenara Tais Heck	DEFERIDA
27	380820	Jovana Neinas	DEFERIDA
28	376478	Judite Lorenzon Deicke	DEFERIDA
29	397487	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
30	398438	Liane Maria Lunkes Simioni	DEFERIDA
31	400235	Liane Terezinha Canto Potrich	DEFERIDA

32	402186	Luciana Moreira Da Silva	DEFERIDA
33	394505	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
34	384637	Mara De Re	DEFERIDA
35	397811	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
36	395606	Maria Terezinha Lazzari	DEFERIDA
37	402380	Naiana Constante De Oliveira	DEFERIDA
38	397084	Regi Dal'alba	DEFERIDA
39	386602	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
40	402346	Roseli Maria Bonfante	DEFERIDA
41	395694	Roseli Zamboni Scholl	DEFERIDA
42	377809	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
43	377007	Sabrina Banhara	DEFERIDA
44	402443	Silene Agueda Etges	DEFERIDA
45	395430	Sirlei Aparecida Reolon	DEFERIDA
46	400161	Sirlei Marafon	DEFERIDA
47	401862	Susana Camicia	DEFERIDA
48	396987	Vanice Fatima Turani Silvestre	DEFERIDA
49	382668	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	397546	Daniel Da Silva	DEFERIDA
2	372644	Eliane Menin	DEFERIDA
3	402619	Katia Maria Pellicioli Paganini	DEFERIDA
4	401590	Kelli Cristina Schneider	DEFERIDA
5	378556	Lenise Winter	DEFERIDA
6	381120	Maiara Ongaratto	DEFERIDA
7	377167	Sergio Renato Machado Fagundes	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 002/2016 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 01 - MICRO ÁREA 35)

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	393461	Jessica Machado Neumann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	397539	Loiva Diesel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (ESF 05 - MICRO ÁREA 09)

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	400734	Gabriela Rodriga Desbesell	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

AGENTE DA DENGUE

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	397565	Alcebiades Da Silva Gomes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	372783	Ana Carla Carvalho Dos Santos Krupp	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
3	376929	Ana Paula Barbosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

4	393915	Ana Paula Barboza Goncalves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
5	372826	Andressa Gräf	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
6	374597	Barbara Cristina Schmidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
7	377240	Caroline Mortari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
8	397263	Cassiane Zanetti Ruckhaber	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
9	394033	Daiani Regina Graetzler Krummenauer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
10	393426	Diandra Corso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
11	392111	Diogo Cristiano Eich	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
12	377230	Douglas Ziliarski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
13	395463	Edson Troiani	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
14	393902	Evelyn Vanessa Pereira Goncalves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
15	391578	Fagner Vinicius Salvi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
16	386331	Geovanna Gregory Linhares	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
17	397271	Giziele Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
18	402771	Janete Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
19	379180	Jessica Cristina	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
20	393919	Jessica Marcelino Dias	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
21	392021	Juliana Salete Rotini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
22	402352	Lidiane Siqueira Weppo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
23	373764	Maikeli Maximi Muhl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
24	386919	Marcia Schnorr Eich	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
25	399765	Marcio Bedin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
26	380311	Rodrigo Ivan Gromoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
27	394192	Silvia Cristiane Berte Camini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
28	402772	Thaysa De Melo Assumpcao Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
29	400590	Vanderlisse Ribeiro Alves	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
30	394868	Vandrea Aparecida Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
31	386135	Vanessa Klain	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

FARMACÊUTICO

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	402766	Angela Buche	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	400892	Angelica Ullmann Piovezan	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
3	397684	Barbara Regina Pansera	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

4	391344	Carol Bianca Pandolfo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
5	396142	Caroline Gallina Dal Moro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
6	380881	Daniela Marques Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
7	401503	Dayane De Mello Stuari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
8	374281	Diana Sandra Stoll	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
9	389445	Elisabete Paula Dalla Cort	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
10	392055	Fernanda Voos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
11	402089	Jaqueline Casagrande	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
12	374594	Marceli Cristina De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
13	379696	Marielle Tapia	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
14	396413	Meilely Natana Klagenberg	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
15	389599	Pamela Cristina Zanatta	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
16	395456	Thaila Cristina Meneghini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	396706	Ariane Luiza Fellini Constante	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	378982	Carla Maria Schossler Bremm	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
3	396126	Cassiane Dorneles	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
4	400828	Cristiane Paula Frohlich Bello	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
5	374418	Daiane Cristina Giehl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
6	391770	Daiane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
7	380584	Flavia Damin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
8	402477	Franciele Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
9	399320	Gisele Aparecida Da Veiga	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
10	402185	Gladis Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
11	374143	Jaqueline Nunes Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
12	402715	Katiane Ines Canesso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
13	387698	Luciane Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
14	378037	Marcela Siqueira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
15	377445	Marilene Toral Simoni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
16	398717	Sandra Regina Roth	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
17	395974	Simone Laueremann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
18	388181	Taisa Degasperri	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

19	382611	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	399357	Adriane Helena Da Silveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	396766	Auriane Dos Santos Rubin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
3	400748	Claudiane De Fatima Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
4	384186	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
5	382141	Gabriela Postai	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
6	377439	Jacson Simoni	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
7	372775	Kalita Tuane Guedes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
8	401002	Liane Lorscheiter	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
9	397009	Silvana Sewald	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
PROFESSOR DE GEOGRAFIA			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	377566	Fabiana Pagno	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital
2	397561	Marcos Formagini	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 17 a 20.06.2016 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.511/2016

LEI Nº 4.511, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PERMUTAR BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a permutar a parte do Lote Rural nº. 34, com 2.460m2, Matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro sob o nº. 4015, de propriedade da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, CNPJ nº 83.026.781/0001-10, com parte do Lote Urbano nº. 197, com área de 2.460 m2, Matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro sob o nº 13.561, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó, CNPJ nº 83.314.930/0001-47, ambas as áreas localizadas na Linha São Vendelino, Município de São José do Cedro.

Art. 2º. - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. - Faz parte da presente Lei o Memorial Descritivo, as pranchas dos imóveis, a ART e as Matrículas atualizadas.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.512/2016

LEI Nº 4.512, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

“68”3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$44.000,00

“69”3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$6.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

“393”3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$100.000,00

“394”3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSESSORIAS

“12”3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$60.000,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.010 CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOC. ESPORTIVA CEDRO

“47”3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições R\$40.000,00

08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MAQ E EQUIP AGRÍCOLAS

"183"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$30.000,00

10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.045 CONSTRUIR OU AMPLIAR REDES DE TELEFONIA

"220"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$15.000,00

2.042 CONSERVAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, JARDINS ACESSOS E CEMITÉRIOS

"223"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$10.000,00

"224"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,

Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,

Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,

Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

LEI Nº 4.513/2016

LEI Nº 4.513, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o poder executivo autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, conforme os termos do ANEXO ÚNICO, que é parte integrante desta Lei, com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, de uma área de terra situada em área institucional do Município de São José do Cedro, com 40 m², medindo 8m x 5m, para construção de uma torre autoportante de 42m de altura e um abrigo medindo 3m x 3m x 2,5m.

§1º – A área de terra descrita no caput constitui parte ideal do Lote urbano nº 46, da quadra 06, com área total de 1.397,39m², situado na Rua Mário Silvino Winter, Loteamento Kipper, matriculado sob nº 11.413, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro.

§2º – A área de terras e suas benfeitorias destinam-se para comunicação entre órgãos da Secretaria de Segurança Pública de SC, com atuação no município de São José do Cedro/SC como Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Instituto Geral de Perícias.

Art. 2º – A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos

forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º – As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município, mas sim para a SSP.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

ANEXO ÚNICO

Termo de cessão de uso nº ____/2016

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE _____ E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE _____, inscrito no CPNJ _____, com sede administrativa localizada na Rua _____, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, _____, portadora do CPF _____ e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro – Florianópolis, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado pelo Senhor Secretário, César Augusto Grubba, portador do CPF nº 252.157.529-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO

1.1 – DO OBJETO: Cessão de uso de uma área de terra situada no _____, município de _____, com XX m², nas seguintes medidas e confrontações: XXXX XXXX XXX XXX XX XXX XXXXXX.

1.2 – DO OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade viabilizar a cooperação para abrigar a sede destinada a instalação de um cubículo e ao funcionamento de uma antena de comunicação da Secretaria de Segurança Pública no município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – DO CESSIONÁRIO: Obriga-se o cessionário:

I – a observar o disposto no presente instrumento;

II – a pagar todas as despesas com a execução desta cessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz, telefone, internet e outras, se houver, conforme dados preenchidos no ANEXO I, parte integrante deste instrumento, observando o prescrito na cláusula terceira;

III – a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente cessão de uso, total ou parcialmente;

IV – a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;

V – a não desviar a finalidade desta cessão e observar as disposições contidas neste Termo de Cessão, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará ao cessionário o direito de retenção por

benfeitorias eventualmente construídas;

VI - a devolver ao cedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto, no caso de cessarem as atividades estabelecidas no objetivo ou ao término do prazo desta cessão de uso;

VII - a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;

VIII - a averbar em nome do cedente, no Ofício de Registro de Imóveis competente, da Comarca de _____, as benfeitorias edificadas no imóvel cedido;

IX - a recuperar os danos sofridos pelo imóvel, em qualquer caso, enquanto vige o presente termo de cessão, mesmo na hipótese de retomada antes de findo o prazo fixado;

X - a não utilizar e a impedir que o imóvel cedido seja usado para atividades estranhas aos objetivos da cessão ou contrários ao interesse público;

XI - a restituir o imóvel e suas benfeitorias ao cedente, ao término do prazo da cessão, ou antes, se ocorrer hipótese de desvio de finalidade ou inobservância de quaisquer dispositivos do Termo;

XII - a defender o imóvel cedido contra esbulhos, invasões e outros perigos potenciais ou iminentes e a mantê-lo incólume, enquanto durar a cessão, as suas próprias custas, sob pena de cabal indenização;

XIII - a responder civilmente, perante o cedente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que o imóvel e suas benfeitorias vier a sofrer durante o prazo desta cessão de uso;

XIV - permitir que o município de _____ instale link de transmissão de rádio comunicação na torre a ser implantada, objeto do presente termo.

2.2 - DO CEDENTE: Obriga-se o cedente:

I - a entregar a posse do imóvel descrito ao cessionário, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Cessão;

II - a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo de Cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas decorrentes da presente cessão de uso, correrão por conta da Ação _____, Fonte de Recursos XXXX - XXXXXXXXXX.

3.2 - As despesas citadas no item anterior apenas serão custeadas pelo _____ a partir da centralização das contas públicas pelo Estado, as quais deverão ser solicitadas pelo comandante da Organização militar do município ao Chefe de Administração Financeira, além de observada as condições orçamentárias e financeiras para tal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo da presente cessão de uso é de 20 (vinte) anos a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA REVERSÃO

As partes têm entre si certo e ajustado que a reversão do imóvel ocorrerá por inadimplemento de quaisquer das condições pactuadas neste termo, sem que o cedente seja obrigado a realizar qualquer indenização ao cessionário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO E DO FORO

7.1 - DA RECISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ao cessionário.

7.2 - DO FORO: fica eleito o Foro da Comarca de _____, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

_____ - SC,

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SC

LEI Nº 4.514/2016

LEI Nº 4.514, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

"INCLUI META NO PPA/2016, INCLUI META NA LDO/2016, INCLUI META NA LOA/2016, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluída a Ação de Nº 1.093 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.415/2015 de 06/10/2015 - PPA 2016-2017, com a seguinte discriminação:

1.093 - CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR.

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
-------	---------	---------	------	-------	-------

CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR	Obras e Instalações	UN	01	166.161,45	0.1.0701
--	---------------------	----	----	------------	----------

Art. 2º. Fica incluída a Ação de Nº 1.093 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.430/2015 de 17/11/2015 – LDO 2016, com a seguinte discriminação:

1.093 – CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR.

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR	Obras e Instalações	UN	01	166.161,45	0.1.0701

Art. 3º. Fica incluída a Ação de Nº 1.093 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.440/2015 de 01/12/2015 – LOA 2016, com a seguinte discriminação:

1.093 – CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR.

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR	Obras e Instalações	UN	01	166.161,45	0.1.0701

Art. 4º. Fica aberto um Crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 01/12/2015 - LOA, no valor de R\$166.161,45 (cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

08.01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.093 CONST. DE PAVILHÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR

“487”4.4.90.51.00.00.0.1.0701 Obras e Instalações R\$166.161,45

Art. 5º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação oriundos do Convênio nº2016TR001015 celebrado com o Estado de Santa Catarina, recursos do Fundo Social, Processo NºSDR30 00000890/2016, Fonte de Recursos Nº0.1.0701, no valor de R\$166.161,45 (cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.515/2016

LEI Nº 4.515, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

“ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI 4.106, DE 16 DE JULHO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 4.106, de 16 de julho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar pequenas despesas, no valor de até R\$15.000,00 (quinze mil reais), com a manutenção e reparo de bens imóveis de propriedade do Estado de Santa Catarina, utilizados pela Administração Municipal na consecução de objetivos conjuntos.

Parágrafo único. O valor constante do caput refere-se a cada manutenção e reparo de bens imóveis a serem realizados pelo ente municipal, considerados individualmente.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO 23/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Gilnei Antonio Guth, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF nº. 469.398.579-15, RG nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 13.109.982/0001-04, com sede na Rodovia BR 282 km 606 s/nº, Bairro Industrial, na cidade de Maravilha, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. ROMOLO RAFAEL POSSAMAI, brasileiro, solteiro, maior, vendedor externo, portador do CPF sob nº. 061.158.189-23 e RG sob nº. 4.869.887, residente na Rua Cruz e Souza, nº247, Bairro São José, cidade de Maravilha – SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital de Pregão Presencial n.º 36/2016, pelo regime de preços unitários, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Carroceria tipo prancha montada e instalada, e acessórios, para transporte de equipamentos rodoviários para manutenção das atividades da municipalidade.

Item	Quant.	Marca	Unid	Descrição	R\$ total
01	01	Indumar	Und.	Carroceria prancha para transporte de maquinas com capacidade de carga de no mínimo 20 toneladas, medindo 2.900mm de largura por 7.200mm de comprimento, estrutura com chassi em viga "U" enrijecido, interposto, laminados na primeira alma de 220mm de largura, chapa de 5/16", travessas em viga "U", transversal sobre o chassi em 3/16", perfil lateral enrijecido com dobra reforçando a lateral, alma francesa de 9" a cada travessa, com malha frontal de 1.600mm de altura do assoalho, montagem com viga "U" enrijecido de 3/16", com travessa de contenção em viga "U" enrijecido de 1.200mm com perfil 1/4" e duas sapata de apoio ao chão para carregamento de maquinas, com sistema de elevação mecânico com travamento, rampa escamoteável com 2.400mm de comprimento e 700mm de largura cada, montadas com três vigas modelo "I" reforçada para cada rampa, com cantoneiras 2X3/8 soldadas nas vigas "I", com 06 suportes a cada rampa fixado na parte traseira, com engraxadeira individual e sistema de acionamento elétrico-hidráulico com um pistão para cada rampa, kit elétrico-hidráulico, mangueira, reservatório de óleo e sistema de acionamento incluso, instalação de sistema elétrico iluminação nas laterais, suporte para amarração do equipamento nas laterais na parte frontal e traseira, suporte móvel de travamento para rolo compactador, com encaixe na parte superior da prancha, com montagem e soldagem da carroceria com solda mig-mag arame tubular, carroceria fixada por abraçadeira de 18mm sobre o chassi da plataforma, jateamento a granalha de aço com aplicação de fundo anticorrosivo na superfície, com pintura em tinta PU na cor branca, com faixas refletivas, iluminação lateral conforme CONTRAN, com para-lamas, com proteção lateral, com para-choque traseiro móvel, com caixa de ferramentas, com todos os serviços de instalação e regularização exigidas pelo CONTRAN e DNIT, montada sobre o caminhão FORD CARGO 2422 ano 1994 modelo 1995 placas JTU4340. Inclui-se no referido objeto os serviços de confecção e instalação completa até a devida fiscalização e liberação pelos órgãos competentes e autorização especial de transito (AET) federal de uma nova carroceria prancha, serviço de alinhamento, serviço de alongamento entre eixos, serviço de pintura, instalação e fornecimento de proteções laterais em alumínio, para choque traseiro, placa traseira refletiva, válvula de segurança e registro, kit mangueira cilindro e canecões, motor elétrico, reservatório de óleo e comando elétrico, garfo, abraçadeiras, parafusos cardã, ponteiras com rosca, porcas trava, suportes, rolamentos, flanges, tubos cardã, perfil para chassi, tampa removível frontal para acesso a caixa de cambio, 03 cintas catraca de 9 toneladas cada para amarração dos equipamentos transportados, entre outros necessários para o completo atendimento dos fins que se destina. O veículo deve ser retirado e devolvido no pátio da Secretaria Municipal de Estradas de Rodagem do Município de São Miguel da Boa Vista.	32.900,00

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICOES ECONOMICO-FINANCEIROS.

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados para empresa é de R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, até o dia 12 (doze) do mês subsequente à entrega dos objetos licitados, apresentação do Certificado de Garantia e emissão da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO OU REDUÇÃO DE PREÇO

Não há previsão de reajuste ou reequilíbrio.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGACOES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

I - realizar a entrega/execução do objeto da presente licitação, no prazo estabelecido na clausula quinta deste Contrato e nas condições especificadas no Objeto do Edital e deste Contrato;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais

fornecidos;

III - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

IV - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

V - assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, material e demais custos que se fizerem necessários para a execução do bem.

VI - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial nº. 36/2016.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da atividade:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.040 – Aquisição de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	44900000000000	Aplicação direta.
1.022 – Aquisição de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	44900000000000	Aplicação direta.

Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Edital.

Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o objeto licitado.

Formar o quadro de pessoal necessário para a entrega do objeto contratado, pagando os salários as suas exclusivas expensas.

Efetuar a assinatura do contrato no prazo, máximo, de 05 (cinco) dias a partir da homologação da licitação.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO CONTRATANTE

I – Fiscalizar, através do Secretário(a) Municipal de Estradas de Rodagem, a execução do objeto licitado e a comprovação dos documentos.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

CLAUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

A entrega/execução do objeto deste Edital será conforme solicitação da contratante, imediatamente após a assinatura do Contrato Administrativo, a qual será acompanhada e fiscalizada pelo Secretario Municipal de Administração.

O prazo para entrega/execução do objeto deste Edital será de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e emissão da Autorização de Fornecimento que poderá ser via fax ou e-mail.

O prazo para correção/substituição do objeto defeituoso ou recusado pela fiscalização do contrato é de 15 dias a partir da notificação forma da contratada, que poderá ser via fax ou e-mail.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Estando o objeto licitado em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido pagamento.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas:

a) Multa de 02% (dois por cento), calculado sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto deste Edital.

b) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) Multa de 20% (um por cento), sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito ou substituição do itens recusadas ou rejeitadas pela fiscalização do contrato;

d) Multa de 80% (oitenta por cento), sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de rescisão unilateral por interesse da contratada.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

As sanções previstas no inciso, I poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, da Clausula Sexta.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na clausula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 10.520/02 com aplicação subsidiaria da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às clausulas fixadas no Edital do Processo Licitatório nº.36/2016.

CLAUSULA OITAVA - DA INEXEÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 14 de junho de 2016.

GILNEI ANTÔNIO GUTH
Prefeito Municipal

INDUMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRICOLAS LTDA
CNPJ sob nº. 13.109.982/0001-04
Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessor Jurídico

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI MARCELO JONEZ MÜLLER

CPF: 067.561.069-96 CPF: 033.100.669-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2016-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, para aquisição de serviços de Exames Laboratoriais e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 30/06/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta – Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 17 de junho de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item para aquisição de peças e serviços de mecânica para veículos e máquinas da Municipalidade e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 07:30 horas do dia 01/07/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta–Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 17 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.649/2016 - NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

DECRETO Nº 8.649/2016

NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, Lei Municipal n. 4.788/2001 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes para a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, constituído por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, representados com a seguinte composição:

I – Representante do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

GABRIEL FRANCHESCO BRUSTOLIN – Titular;

JORIS MASSIGNANI – Suplente;

II – Representante da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL:

MACIEL COLLI – Titular;

ADRIANO ANTÔNIO ALBAN – Suplente;

III – Representante do 11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FRONTEIRA:

ALAN SOUZA COSENDEY BITTENCOURT – Titular;

JAILSON AURÉLIO FRANZEN – Suplente;

IV – Representante da 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE SÃO MIGUEL DO OESTE:

ANDRESSA PIAESKI MÁXIMO – Titular;

MARINÊS STRAPADDOLA GARMUS – Suplente;

V – Representante do SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DO ESTREMO OESTE DE SANTA CATARINA:

INIRO GROLI – Titular;

NILZA CARMEN GREGOLON – Suplente;

Art. 2º Os membros da JARI perceberão Jetom na forma estabelecida no art. 16, da Lei n. 4.788/2001, com redação dada pela Lei Municipal 6.460/2011.

Art. 3º O mandato dos membros ora nomeados, será de um ano contados da data da publicação do presente.

Art. 4º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 07 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.653/2016 - ALTERA ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 7.938/2013, RELATIVO A DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL Nº 84 COM ÁREA DE 116.160,00M², DO II PERÍMETRO, SECÇÃO ARROIO VEADO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.653/2016

ALTERA ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 7.938/2013, RELATIVO A DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL Nº 84 COM ÁREA DE 116.160,00M², DO II PERÍMETRO, SECÇÃO ARROIO VEADO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 7.938/2013, relativo a desmembramento de parte do Lote Rural nº 84, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, de parte do Lote Rural nº 84 com área de 116.160,00m², localizado na estrada geral para a Linha 7 de Setembro, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste-SC, inscrito sob matrícula nº 25.851, de propriedade de ARI NESTOR SCHUCH, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

DESMEMBRAMENTO

Chácara nº 01 com área total de 6.157,03m², constante da subdivisão de Parte do Lote Rural 84, destes sendo edificáveis 2.903,00m² e não edificáveis 3.254,03m², confrontando-se: Ao Norte: com a Chácara nº 02 da Subdivisão do Lote Rural nº 84, por linha seca de 43,78m; Ao Leste: com parte do Lote Rural nº 01, de Anísio Dreher, por linha seca de 133,03m; Ao Sul: com parte do Lote Rural nº 83, de Clarisse Scherer Back e outros, pela Rodovia SMO-256, numa extensão de 51,51m; Ao Oeste: com a Chácara nº 02 da Subdivisão do Lote Rural nº 84, por linha seca de 126,37m.

[...]

Art. 2º Ficam ratificadas as demais disposições constantes do Decreto nº 7.938/2013.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 14 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.654/2016 - FIXA DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL-PDM, ESPECIFICAMENTE PARA ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 004/2011 – CÓDIGO DE OBRAS, A SER REALIZADA NESTE MUNICÍPIO NO MÊS DE JULHO DO CORRENTE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 8.654/2016

Fixa data e horário da Audiência Pública, PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL-PDM, ESPECIFICAMENTE PARA ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 004/2011 – CÓDIGO DE OBRAS, a ser realizada neste Município no mês de JULHO do corrente exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, e art. 40, parágrafo 4º, I, da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e Lei Federal nº 11.445/07 e 12.305/10:

DECRETA

Art. 1º Fica fixada a data de 13 de julho do corrente exercício financeiro de 2016, no horário das 19h00min, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marcílio Dias nº 1199, Centro, no Município de São Miguel do Oeste – SC, para realização da Audiência Pública, para revisão do Plano Diretor Municipal – PDM, especificamente para alteração da Lei Complementar 004/2011- Código de Obras.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 14 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado
na presente data.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.655/2016 - FICA AUTORIZADO O CORTE DE 02 (DUAS) ÁRVORES, DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADAS NA RUA MARECHAL FLORIANO, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE- SC
DECRETO Nº 8.655/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 02 (DUAS) árvores, da espécie Legustro, localizadas na Rua Marechal Floriano, Centro, devido ao fato de duas árvores já estarem comprometidas com sinais de

deterioração, bem como problemas de danos no passeio público por parte do crescimento das raízes; e o proprietário esta fazendo o passeio público de acordo com as normas estabelecidas pelo município.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderão ser substituídas, e no local deverão ser plantados outros quatro exemplares, sem ônus a municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1,20 metros, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, Ipês, ou outras nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 14 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.658/2016 - DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR E PAI DO SUPLENTE DEPUTADO JOÃO CARLOS GRANDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.658/2016

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR E PAI DO SUPLENTE DEPUTADO JOÃO CARLOS GRANDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador José Grando, no dia de hoje (16/06/2016), atuando na 10ª Legislatura, entre os anos de 1993 e 1996, no Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Luto Oficial por três (03) dias no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 16 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

EXT. CONTRATO 67.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 67/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA 21 DE ABRIL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 819811/2015/MINISTERIOS DAS CIDADES/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1025292-25/2015, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR: R\$ 202.263,63

CONTRATADO: DJONATA RAFAEL WINKI - ME

VIGÊNCIA: 04 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DJONATA RAFAEL WINKI

São Miguel do Oeste, SC., 13 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 68.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 68/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHOS NOVOS E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA RECARGAR DE TONER E CARTUCHOS DESTINADOS PARA AS IMPRESSORAS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DO SETOR DA MERENDA ESCOLAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 4.414,98

CONTRATADO: R2 COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 30/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: JANDIR PEDRO ZAGONEL

São Miguel do Oeste, SC., 16 de junho de 2016

EXT. CONTRATO 69.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 69/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHOS NOVOS E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA RECARGAR DE TONER E CARTUCHOS DESTINADOS PARA AS IMPRESSORAS DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DO SETOR DA MERENDA ESCOLAR E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

VALOR: R\$ 28.755,02

CONTRATADO: HD COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

VIGÊNCIA: 30/12/2016

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: DIRCEU DREHMER

São Miguel do Oeste, SC., 16 de junho de 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 040/2016 - INSERE NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI MUNICIPAL Nº 4.200 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, NOVA PLANTA GENÉRICA COM RESPECTIVO FATOR DE LOCALIZAÇÃO, PARA FINS DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

LEI COMPLEMENTAR Nº 040/2016

INSERE NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI MUNICIPAL Nº 4.200 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, NOVA PLANTA GENÉRICA COM RESPECTIVO FATOR DE LOCALIZAÇÃO, PARA FINS DE LANÇAMENTO E COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserida no CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, lei municipal nº 4.200 de 10 de dezembro de 1997, nova PLANTA GENÉRICA com o respectivo FATOR DE LOCALIZAÇÃO, conforme planilha anexa, decorrente dos novos loteamentos e desmembramentos, para fins de lançamentos e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano do Município.

Art. 2º as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão a consta em rubrica específica do Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PLANTA GENÉRICA

FATOR DE LOCALIZAÇÃO ABRIL - 2015

Cadastro Imobiliário	Zona	Quadra	Lote	Rua	Bairro	Fator Localização
23626	02	018	0250	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23627	02	190	027	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	60
23628	02	190	0210	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23629	02	191	0802	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23630	02	017	0121	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23631	02	017	0145	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23632	02	017	0145	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	60
23633	02	017	0169	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	60
23634	02	017	0241	OLIMPIO FERRONATTO	SÃO JORGE	50
23635	02	206	0079	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	60
23636	02	206	0275	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	60
23637	02	206	0103	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	60
23638	02	206	0127	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	50
23639	02	206	0251	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	50
23640	02	206	0227	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	50
23649	02	208	0042	PROJETADA Nº 01	SÃO JORGE	50
23650	02	207	0219	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	60
23651	02	207	0042	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23652	02	207	101	JOÃO ANDRÉ ZAGO	SÃO JORGE	60
23653	02	207	0160	PROJETADA Nº 01	SÃO JORGE	60
23654	02	203	0626	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23655	02	203	0688	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23656	02	203	0736	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23657	02	203	0400	MARECHAL HERMES DA FONSECA	SÃO JORGE	60
23641	02	194	0182	OLIMPIO FERRONATTO	SÃO JORGE	50
23642	02	194	0232	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	50
23643	02	194	0254	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	50
23644	02	195	0205	JOÃO ANDRADE ZAGO	SÃO JORGE	50
23645	02	195	0195	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	50
23646	02	208	0211	JESUS DE LIMA ROSA	SÃO JORGE	50
23647	02	208	0152	JOÃO ANDRÉ ZAGO	SÃO JORGE	50
23648	02	208	0101	JOÃO ANDRÉ ZAGO	SÃO JORGE	50
23658	02	203	0556	JOÃO ANDRÉ ZAGO	SÃO JORGE	50
23664	04	069	0118	ANTONIO GONÇALVES DIAS	ESTRELA	45
23674	05	119	0384	WILLY BARTH	PROGRESSO	60
23675	05	100	0774	MARECHAL FLORIANO	ESTRELA	40
9711	01	053	0320	30 DE DEZEMBRO	SÃO LUIZ	40
23676	01	085	0305	SARGENTO CLÓVIS GOULART	SÃO LUIZ	70
23677	04	092	0465	DOMENICO MARTINI	SÃO SEBASTIÃO	40
23678	01	261	0094	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70

23679	01	261	0094	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
23681	05	100	0168	WALDEMAR RANGRAB	SANTA RITA	30
23735	02	112	0532	WILLY BARTH	SÃO GOTARDO	100
23736	05	100	0043	LINHA FÁTIMA	INTERIOR	24
23680	05	100	0042	BR 282	LINHA GRAMDINHO	25
23737	05	100	0044	LINHA FÁTIMA	INTERIOR	24
18746	05	100	0045	LINHA FÁTIMA	INTERIOR	24
7942	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23682	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23683	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23684	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23685	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23686	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23687	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23688	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23689	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23690	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23691	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23692	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23693	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23694	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23695	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23696	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23697	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23698	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23699	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23700	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23701	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23702	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23703	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23704	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23705	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23706	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23707	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23708	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23709	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23710	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23711	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23712	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23713	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23714	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23715	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23716	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23717	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23718	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23719	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23720	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23721	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23722	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23723	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23724	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23725	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23726	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23727	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23728	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23729	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23730	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23731	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23732	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23733	03	089	0185	MARCILIO DIAS	CENTRO	160
23772	05	100	1795	BR 282	SANTA RITA	25
23775	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70

23776	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23778	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23779	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23780	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23781	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23782	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23783	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23784	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23785	02	029	0304	MARQUES DO HERVAL	CENTRO	70
23810	02	061	0241	FELINTO MULLER	SÃO GOTARDO	80
23807	01	169	0229	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	40
23809	01	105	0472	ALBERICO AZEVEDO	SAGRADO CORAÇÃO	50
23808	01	207	0207	1º DE JANEIRO	CENTRO	200
23811	02	033	0298	JOAQUIM NABUCO	SÃO JORGE	60
23812	02	164	0148	GUIDO DALLA PORTA	PROGRESSO	60
19594	03	162	330	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19586	03	162	0156	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19595	03	162	0343	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19592	03	162	0279	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19582	03	162	0042	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19579	03	162	0013	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19581	03	162	0039	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19593	03	162	0317	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19580	03	162	0027	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
23340	03	162	0027	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19578	03	162	0379	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
23341	03	162	0027	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19583	03	162	0025	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
23192	03	162	0053	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
23193	03	162	0053	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
23194	03	162	0053	GASTÃO BENETTI	CENTRO	250
19584	03	162	0089	PROJETADA A	CENTRO	250
19585	03	162	0136	PROJETADA A	CENTRO	250
19591	03	162	0266	PROJETADA B	CENTRO	250
19589	03	162	0201	PROJETADA B	CENTRO	250
19588	03	162	0185	PROJETADA B	CENTRO	250
19587	03	162	0170	PROJETADA B	CENTRO	250
19590	03	162	0219	PROJETADA B	CENTRO	250
19389	01	261	0083	22 DE ABRIL	SÃO LUIZ	70
19329	01	0261	0125	22 DE ABRIL	SÃO LUIZ	70
19331	01	0260	0167	22 DE ABRIL	SÃO LUIZ	70
19344	01	0259	0192	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
20259	01	0259	0216	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
19342	01	0259	0228	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
19343	01	0259	0285	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
20260	01	0259	0228	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
19341	01	0259	0072	FLORIANÓPOLIS	SÃO LUIZ	70
19333	01	0264	0031	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
22252	01	0260	0187	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19338	01	0265	0265	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19340	01	0265	0120	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20256	01	0264	0067	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
21680	01	0264	0098	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20467	01	0265	0170	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19337	01	0265	0063	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
21679	01	0264	0110	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20466	01	0265	0127	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19366	01	0260	0291	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19368	01	0266	0015	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19380	01	0260	0201	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19387	01	0261	0052	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19388	01	0261	0041	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70

20465	01	0265	0111	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19365	01	0260	0215	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19639	01	0265	0087	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19640	01	0265	0075	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19335	01	0264	0147	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20257	01	0264	0055	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19327	01	0261	0031	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19334	01	0264	0086	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20258	01	0264	0148	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19330	01	0261	0072	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20464	01	0265	0099	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20463	01	0265	0087	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
21246	01	0260	0241	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20458	01	0259	0268	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19336	01	0260	0241	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19390	01	0261	0094	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
23678	01	0261	0094	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
23679	01	0261	0094	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
9722	01	0261	0001	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19339	01	0266	0040	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19367	01	0260	0257	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
20261	01	0259	0286	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
19332	01	0260	0290	JOSÉ VALAR	SÃO LUIZ	70
22351	02	0288	0172	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22378	02	0288	0025	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22460	02	0167	0351	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22377	02	0287	0013	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22364	02	293	0058	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22459	02	0167	0339	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22439	02	0164	0105	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22366	02	0293	0182	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22354	02	0288	0208	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22397	02	0292	0098	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22461	02	0167	0368	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22352	02	0288	0184	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22382	02	0287	0073	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22396	02	0292	0078	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22379	02	0287	0037	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22392	02	0292	0026	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22380	02	0287	0049	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22393	02	0292	0039	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22365	02	0293	0170	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22391	02	0292	0013	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22355	02	0288	220	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22394	02	0292	0052	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22395	02	0292	0065	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22381	02	0287	0061	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22353	02	0288	0196	ARNO ERICH SCWAMBACH	SÃO GOTARDO	60
22438	02	0164	0090	ARNO ERICH SCWAMBACH	PROGRESSO	60
22423	02	0291	0049	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22424	02	0291	0061	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22403	02	0292	0243	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22385	02	0287	0172	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22401	02	0292	0217	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22409	02	0292	0217	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22422	02	0291	0037	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22408	02	0286	0025	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22410	02	0286	0049	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22413	02	0286	0113	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22412	02	0286	0073	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22390	02	0287	0263	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22411	02	0286	0061	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22402	02	0292	0230	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60

22387	02	0287	0196	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22400	02	0292	0204	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22433	02	0296	0028	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22388	02	0287	0208	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22389	02	0287	0220	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22399	02	0292	0191	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22404	02	0292	0256	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22421	02	0291	0025	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22398	02	0292	0179	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22386	02	0287	0184	BELILDE TREVISOL ORO	PROGRESSO	60
22299	02	300	0011	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22266	02	0285	0254	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22319	02	0294	0050	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22284	02	0295	0196	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22317	02	0294	0026	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22273	02	0290	0166	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22305	02	0289	0050	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22318	02	0294	0038	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22265	02	285	240	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22306	02	0289	0062	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22288	02	0295	0264	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22285	02	0295	0209	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22451	02	0167	0166	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22272	02	0290	0154	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22283	02	0295	0183	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22307	02	0289	0074	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22450	02	0167	0154	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22302	02	0289	0014	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22295	02	0299	0102	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22304	02	0289	0038	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22274	02	0290	0178	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22463	02	0301	0055	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22277	02	0290	0214	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22334	02	0298	0139	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22333	02	0298	0094	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22303	02	0298	0026	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22331	02	0298	0066	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22330	02	0298	0054	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22329	02	0298	0042	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22294	02	0299	0088	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22328	02	0298	0030	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22293	02	0299	0074	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22275	02	0290	0190	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22332	02	0298	0080	CLAUDIONOR SARTURI	SÃO GOTARDO	60
22270	02	0290	0067	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22276	02	0290	0202	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22268	02	0290	0038	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22269	02	0290	0052	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22260	02	0285	0117	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22267	02	0290	0025	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22261	02	0285	0131	DR.LAIRTON SCHEFFER	SÃO GOTARDO	60
22426	02	0291	0114	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22432	02	0296	0016	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22984	02	0291	0138	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22425	02	0291	0102	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22428	02	0291	0141	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22435	02	0296	0174	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22437	02	0296	0198	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22436	02	0296	0186	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22427	02	0291	0126	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
22434	02	0296	0162	ERWINO HAMMES	PROGRESSO	60
23812	02	0164	0148	GUIDO DALLA PORTA	PROGRESSO	60
22448	02	0164	0274	LEONYR BERNARDI	PROGRESSO	60
22301	02	0300	0069	MATHILDE IDA BARICHELLO	SÃO GOTARDO	60

22300	02	0301	0054	MATHILDE IDA BARICHELO	SÃO GOTARDO	60
22292	02	0299	0060	MATHILDE IDA BARICHELO	SÃO GOTARDO	60
22291	02	0299	0022	MATHILDE IDA BARICHELO	SÃO GOTARDO	60
22290	02	0299	0010	MATHILDE IDA BARICHELO	SÃO GOTARDO	60
22419	02	0286	0278	NADIR JOSÉ BERTUOL	PROGRESSO	60
22417	02	0286	0254	NADIR JOSÉ BERTUOL	PROGRESSO	60
22455	02	0167	0258	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60
22458	02	0167	0327	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60
22453	02	0167	0233	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60
22456	02	0167	0271	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60
22454	02	0167	0245	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60
22452	02	0167	0209	NADIR JOSÉ BERTUOL	SÃO GOTARDO	60

LEI Nº 7.289/2016 - DENOMINA DE "RUA PAULINA CLAUDILHA SCHONS" NA RUA "PROJETADA A", SITUADA NO LOTEAMENTO RODRIGUES, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,
LEI Nº 7.289/2016

DENOMINA DE "RUA PAULINA CLAUDILHA SCHONS" NA RUA "PROJETADA A", SITUADA NO LOTEAMENTO RODRIGUES, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, PODENDO TER SEGUIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "RUA PAULINA CLAUDILHA SCHONS" a Rua "Projetada A", localizada Loteamento Rodrigues, Bairro São Sebastião, Município de São Miguel do Oeste – SC, podendo ter seguimento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizados a proceder todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.290/2016 - ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.281.472,11 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E ONZE...
LEI Nº 7.290/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.281.472,11 (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E ONZE CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.229, de 15 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.281.472,11 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer de suas execuções no presente ano financeiro.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.281.472,11 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

18 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Adm.dos bens e ser.da Assist.Médica e Sanitária

45	3.1.90.00.00.00.00.00.1722 - Aplicações Diretas	120.000,00
42	3.1.90.00.00.00.00.00.1173 – Aplicações Diretas	89.851,88
40	3.1.90.00.00.00.00.00.1081 – Aplicações Diretas	62.382,10
	3.1.90.00.00.00.00.00.1719 – Aplicações Diretas	146.016,00
36	3.1.90.00.00.00.00.00.0050 – Aplicações Diretas	212.000,00
46	3.3.90.00.00.00.00.00.0028 – Aplicações Diretas	276.461,12
48	3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	1.100.000,00
63	3.3.90.00.00.00.00.00.1722 – Aplicações Diretas	78.144,65
49	3.3.90.00.00.00.00.00.0600 – Aplicações Diretas	145.369,24
51	3.3.90.00.00.00.00.00.0604 – Aplicações Diretas	34.703,49
47	3.3.90.00.00.00.00.00.0050 – Aplicações Diretas	360.067,68
53	3.3.90.00.00.00.00.00.1073 – Aplicações Diretas	165.206,65
62	3.3.90.00.00.00.00.00.1720 – Aplicações Diretas	59.184,73
61	3.3.90.00.00.00.00.00.1719 – Aplicações Diretas	20.084,57
58	3.3.90.00.00.00.00.00.1274 – Aplicações Diretas	215.000,00
52	3.3.90.00.00.00.00.00.1069 – Aplicações Diretas	122.000,00
	10.301.0428.1.124 Aquisição de veículo p/Vigilân Epidem/Ambiental	
76	4.4.90.00.00.00.00.00.1790 – Aplicações Diretas	75.000,00

Total R\$ 3.281.472,11

Art. 3º Para o atendimento parcial do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, fica autorizada a utilização dos recursos oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, na importância de R\$ 1.186.456,11 (um milhão, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e onze centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, segundo estabelecido abaixo:

RECURSOS	BANCO E CONTA VINCULADA	VALOR
0028	BANCO DO BRASIL S/A. - Conta 361679-7	102.095,76
0028	CEF - Conta 10085-0	174.365,36
1722	CEF - Conta 10.150-3	198.144,65
0600	CEF - Conta 624016-5	145.369,24
0604	BANCO DO BRASIL S/A. -Conta 290070-X	34.703,49
0050	CEF - Conta 10.119-8	60.067,68
1073	CEF - Conta 10081-7	165.206,65
1173	CEF - Conta 10083-3	89.851,88
1081	CEF - Conta 10086-8	62.382,10
1720	CEF - Conta 624021-1	59.184,73
1719	CEF - Conta 10101-5	95.084,57
	TOTAL	1.186.456,11

Art. 4º Para o atendimento parcial do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a utilização do recurso oriundo do provável excesso de arrecadação provindo da FUNDO NACIONAL DA SAÚDE – REF. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AO PISO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, RECURSOS DE APLICAÇÃO SOB Nº. 1719, no valor de R\$ 146.016,00 (cento e quarenta e seis mil e dezesseis centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 5º Para atendimento complementar da cobertura do presente Crédito fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária em execução:

18 – SECREARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.1.103 – Aquis.de Equip. E Matl.Perman.p/Laboratório da
Saúde Pública

7	4.4.90.00.00.00.00.00.1274-Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
---	---	----------------

10.301.0428.1.108 – Aquis.de Equip. E Matl.Perman.p/Unid.Básica
de Saúde B.Estrela

10	4.4.90.00.00.00.00.00.0050-Aplicação Direta	R\$ 512.000,00
11	4.4.90.00.00.00.00.00.0080-Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
12	4.4.90.00.00.00.00.00.1069-Aplicação Direta	R\$ 32.000,00

10.301.0428.1.107 – Constr.e Aquis.de Equip.e Mat.Perm.p/UBS-
Central-ESF

9	4.4.90.00.00.00.00.00.1069-Aplicação Direta	R\$ 90.000,00
---	---	---------------

10.301.0428.1.114 – Aq.de Equip. E Matl.Perman.p/Trat. Saúde Fora
Domicílio TFD

20	4.4.90.00.00.00.00.00.1274	R\$ 115.000,00
----	----------------------------	----------------

10.301.0428.2.101 – Adm dos Bens e Serv.da Assist.Médica e Sanitária

37	3.1.90.00.00.00.00.00.0080	R\$ 1.000.000,00
----	----------------------------	------------------

Total R\$ 1.949,000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem R\$ 3.281.472,11 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer de suas execuções no presente ano financeiro.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 7º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015- DO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.281.472,11 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e onze centavos), objetivando a incrementar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer de suas execuções no presente exercício financeiro.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 15 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.291/2016 - CRIA O CITEOSC PARQUE TECNOLÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.291/2016

CRIA O CITEOSC PARQUE TECNOLÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica criado o CITEOSC Parque Tecnológico, situado na Rua Bombeiro Comunitário Elio Moss, Bairro Jardim Peperi, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, com a área total de 51.151,757 m², matrícula nº 36.283 do Ofício do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º O CITEOSC se constitui em um complexo institucional e físico de utilidade pública e interesse social, destinado a dotar o Município de São Miguel do Oeste e, a região por ele polarizada, de um ambiente capaz de albergar instituições públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento de tecnologias, ensino e produção industrial, com o fim de propiciar o acesso da população a um mais elevado nível de desenvolvimento humano e à formação de uma sociedade do conhecimento.

Art. 3º O CITEOSC tem como vocação a priorização da implantação e desenvolvimento de empresas e instituições focadas nas áreas de Tecnologia da Informação (TI), Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Biotecnologia (genética animal e vegetal), automação, economia verde (cadeias florestais e de energias renováveis), ensino, inovação e apoio à inovação.

Parágrafo Único - Sem embargo, o CITEOSC é aberto a múltiplas vocações, sendo permitida a agregação de novos vetores, inclusive com outras vocações e finalidades voltados às áreas de tecnologia e inovação, bem como o incremento e a expansão das que são criadas por esta lei, observada, sempre, a aprovação do Conselho Técnico Institucional.

Art. 4º O permanente desenvolvimento dessa vocação e o aprimoramento de seus equipamentos e a sustentabilidade ambiental absoluta são objetivos primordiais da gestão do CITEOSC.

Art. 5º Dentre as premissas que o fundamentam, fica estabelecido que o CITEOSC será dotado de regime jurídico administrativo e tributário diferenciado, baseado na segurança e irredutibilidade de garantias, e com o objetivo de manter um ambiente permanentemente competitivo para as instituições que nele se instalem.

Parágrafo Único - O CITEOSC tem também a missão de contribuir para o planejamento estratégico regional e executar a interação, a cooperação, a sinergia e a interface entre universidades, empresas organizações governamentais e não governamentais, agências de fomento nacionais e internacionais, de forma a estimular a inovação, o desenvolvimento tecnológico e sustentável e a melhoria da qualidade de vida para a sociedade em geral.

Art. 6º Para atender adequadamente seus objetivos, o CITEOSC poderá ser dividido física e institucionalmente em módulos, bem como poderá ser objeto de parcelamento do solo, desmembramento de áreas, incorporação imobiliária, abertura de novas matrículas e a instituição de condomínios civis e edifícios.

§ 1º Os módulos poderão ter gestão independente e pertencer a proprietários diversos.

§ 2º É permitida a existência de espaços de domínio municipal, destinados a abrigar vias de circulação e equipamentos necessários para a operação de serviços públicos e de utilidade pública, como estações de distribuição de água, energia elétrica, gás, combustíveis, tratamento de efluentes líquidos, destinação de resíduos sólidos e outros.

§ 3º Aplicam-se ao CITEOSC os preceitos referentes às zonas econômicas especiais e aos distritos industriais.

§ 4º O CITEOSC deverá ter um plano diretor próprio que garanta a manutenção dos percentuais legais de áreas de circulação comum, institucionais e destinadas a equipamentos obrigatórios e de utilidade pública.

**CAPÍTULO II
DO MÓDULO INCUBADOR**

Art. 7º O Módulo Incubador constitui-se de um ou mais edifícios de propriedade do Município, e destina-se a abrigar e desenvolver as seguintes atividades:

- a) Criação, formação, incubação e desenvolvimento de instituições com ou sem fins lucrativos de base tecnológica, de micro e pequenos empreendimentos, de empresas voltadas à inovação, tecnologia, prestação de serviços e desenvolvimento de negócios nessa área.
- b) Centros de estudos, bancos de dados, centros de comunicação, auditórios, convenções e eventos.
- c) Biblioteca, área de convivência, áreas de alimentação, refeições e lazer.
- d) Centros de desenvolvimento, laboratórios e equipamentos para desenvolvimento de produtos.

e) Administração do CITEOSC e atividades institucionais.

CAPÍTULO III DOS MÓDULOS PRODUTORES

Art. 8º Os módulos produtores serão numerados e destinam-se a abrigar prioritariamente atividades de desenvolvimento e produção de conhecimento, educação, pesquisa, inovação e tecnologia, aí incluídas a geração de patentes, a produção de softwares, equipamentos de hardware, e atividades industriais e comerciais relacionadas a essas áreas.

§ 1º Cada módulo produtor poderá ser constituído de uma ou mais matrículas imobiliárias, ou condomínios civis e edifícios.

§ 2º As matrículas poderão, na forma desta lei, ser entregues a investidores, empreendedores, instituições públicas e empresas públicas, mistas ou privadas, que poderão sobre elas instituírem condomínios civis ou edifícios e utilizarem na integralização de ações ou quotas de sociedades comerciais de propósito específico ou associações e observado o seguinte:

- a) As instituições mistas e privadas poderão ter ou não fins lucrativos.
- b) É permitida a instalação de empresas comerciais, prestadoras de serviço e de unidades industriais não poluentes nestes módulos.
- c) É objetivo primordial dos módulos produtores, a potencialização da produção do conhecimento e a garantia da propriedade do resultado das pesquisas, sendo inclusive assegurada a existência de ambientes físicos de acesso restrito e exclusivo de proprietários e titulares de projetos específicos.

CAPÍTULO IV DO MÓDULO MULTIUSO

Art. 9º O Módulo Multiuso destina-se a abrigar empreendimentos destinados ao lazer e aos experimentos, e tem por finalidade viabilizar a realização de eventos e competições desportivas, culturais e educativas.

Parágrafo Único - A localização geométrica e a acessibilidade física do Módulo Multiuso deverá atentar para as finalidades a que se destina, com o objetivo de permitir a participação e fruição por parte da comunidade, incluindo crianças e idosos, segundo os preceitos de políticas públicas, sanitárias e ambientais.

Art. 10. É facultado ao Município realizar, por meio de instrumentos específicos, inclusive mediante processos de dispensa de licitação, parcerias com instituições privadas para a construção, viabilização e operação do Módulo Multiuso, bem como elaborar e protocolar projetos para a obtenção de recursos perante órgãos da administração pública e em organismos internacionais.

Parágrafo Único - Fica o Município autorizado a permitir a instalação de instituições públicas e privadas, bem como a operação de atividades empresarias na área deste Módulo mediante a celebração de contratos específicos que contribuam para a sua viabilização.

CAPÍTULO V DA GESTÃO

Art. 11. O CITEOSC será administrado pelo Conselho Técnico Institucional (CTI), com atribuição deliberativa, composto de 15 (quinze) membros, denominados Conselheiros.

Art. 12. Os membros do Conselho Técnico Institucional serão representantes dos Poderes Públicos, da área do conhecimento e do setor empresarial.

§ 1º Os titulares dos assentos e seus respectivos suplentes serão designados por ato do Prefeito Municipal, conforme segue:

- a) 1 (um) será indicado pelo próprio Conselho dentre membros integrantes da estrutura do Governo do Estado de Santa Catarina, preferencialmente lotados na Agência do Desenvolvimento Regional e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável ou órgão a ela vinculado.
- b) 1 (um) será indicado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.
- c) 1 (um) será indicado pela Faculdades de Itapiranga - FAI.
- d) 1 (um) será indicado pela HORUS Faculdades de São Miguel do Oeste.
- e) 1 (um) será indicado pela Faculdade SENAC de São Miguel do Oeste.
- f) 1 (um) será indicado pelo SENAI de São Miguel do Oeste.
- g) 1 (um) indicado pelo SEBRAE de São Miguel do Oeste.
- h) 1 (um) indicado pelo SENAR de São Miguel do Oeste.
- i) 1 (um) será indicado pela Associação Empresarial de São Miguel do Oeste – ACISMO.

j) 1 (um) será indicado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de São Miguel do Oeste – CDL.

k) 1 (um) será indicado pela EPAGRI Regional de São Miguel do Oeste.

l) 2 (dois) serão indicados pelo Núcleo de TI da ACISMO ou por empresas integrantes do CITEOSC.

m) 2 (dois) por escolha própria do Prefeito, dentre ocupantes de cargos da estrutura da administração municipal.

§ 2º O mandato dos Conselheiros será anual, permitida a recondução.

§ 3º Um dos Conselheiros, que ocupará a função de Coordenador Executivo e será escolhido e destituído por maioria do Conselho Técnico Institucional (CTI), será o responsável pela execução das deliberações.

§ 4º O Conselho Técnico Institucional, que elaborará, aprovará e modificará seu regimento interno e o plano diretor do CITEOSC por maioria absoluta, reunir-se-á sempre que necessário, atendendo a requisição subscrita por no mínimo 5 (cinco) Conselheiros ou pelo Coordenador Executivo.

§ 5º Cabe ao Conselho Técnico Institucional zelar pela observância dos preceitos desta lei, pela implantação efetiva e pela eficiência operacional do CITEOSC, bem como zelar pela manutenção de seus princípios e da integridade das áreas públicas nele contidas.

§ 6º O diretor ou responsável pelo campus de São Miguel do Oeste do Instituto Federal de Santa Catarina será convidado permanente para as sessões do Conselho Técnico Institucional, podendo inclusive nelas ter voz e manifestar a posição da instituição.

Art. 13. O exercício da função de Conselheiro do CITEOSC, assim como a de Coordenador Executivo não será remunerado.

§ 1º A gestão do CITEOSC orientar-se-á sempre pelos princípios da ética, da economicidade, eficiência, da governança corporativa e pela simplicidade orgânica.

§ 2º É facultado ao Prefeito Municipal a designação de servidores, estagiários ou contratados terceirizados para auxiliar as atividades do Conselho Técnico Institucional.

Art. 14. Fica o Município autorizado a firmar, com empresas privadas e instituições sem fins lucrativos, desde que tenham objetivos afins, compromissos e convênios de cooperação e compartilhamento para a execução de ações e tarefas destinadas à administração, aperfeiçoamento e desenvolvimento do CITEOSC.

Parágrafo Único - Quando implicar em algum ônus, a escolha desses parceiros deverá ser feita de acordo com a legislação que rege o sistema de licitações públicas, e aprovada pelo Conselho Técnico Institucional.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

Art. 15. A admissão de pessoas, empresas e instituições no CITEOSC e a concessão de benefícios econômicos e fiscais será decidida pelo Conselho Técnico Institucional por maioria simples.

Art. 16. A solicitação dos benefícios pela instituição interessada será feita através de requerimento ao Coordenador Executivo, instruído com o respectivo projeto e os seguintes documentos:

I - Requerimento assinado pelo interessado ou seu preposto;

II - Comprovante de Inscrição Estadual ou declaração de isenção;

III - Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - Certidão Negativa da Fazenda Municipal;

V - Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

VI - Certidão Negativa da Fazenda Federal;

IX - Certidão Negativa do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social;

X - Certidões Negativas de Protesto e distribuição judicial da empresa e dos sócios diretos em seus domicílios quando se tratar em empresa de outro município nos últimos cinco anos;

XI - Certidões Negativas de Protesto e distribuição judicial da empresa e dos sócios diretos na Comarca de São Miguel do Oeste nos últimos cinco anos;

XII - Ficha técnica conforme modelo "FT/09", acompanhada de plano de negócios, que contenha no mínimo:

a) Caracterização dos sócios,

b) Carta de intenções assinada pelos sócios,

c) Inversões financeiras a serem realizadas,

d) Previsão de receitas e despesas,

e) Previsão de geração de empregos,

f) Relação das edificações a serem realizadas e suas características,

g) Relação de equipamentos integrantes do projeto,

h) Cronograma de implantação e funcionamento.

XIII - Cópias das plantas de engenharia do projeto, inclusive de segurança, destino de resíduos, tratamento paisagístico, tipo de edificação;

§ 1º O processo será presidido pelo Coordenador Executivo, que poderá também designar outro conselheiro para funcionar como relator.

§ 2º O parecer do relator e, a decisão do Conselho Técnico Institucional considerará:

- I - A viabilidade do projeto de acordo com o escopo e o plano diretor CITEOSC;
- II - o impacto ambiental;
- III - As condições de segurança, servindo-se, se for o caso, de análise do Corpo de Bombeiros;
- IV - As condições sanitárias;
- V - A adequação jurídica, tomando-se para isso um visto da Procuradoria-Geral do Município;

§ 3º Uma vez entregue pelo interessado toda a documentação, o relator terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para exarar seu parecer e o Conselho Técnico Institucional terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para decidir o pleito e finalizar o processo.

§ 4º A admissão ao CITEOSC do novo projeto e a outorga dos benefícios e incentivos será feita por ato do chefe do Poder Executivo.

§ 5º Para efeito de avaliação da proposta de investimento para enquadramento nesta lei o Conselho Técnico Institucional levará em consideração:

- I - A utilização de novas tecnologias;
- II - o número de empregos gerados;
- III - utilização de matéria prima local;
- IV - o pioneirismo, o ineditismo e a peculiaridade do empreendimento;
- V - a produção de bens ou serviços para exportação;

§ 6º Após o deferimento do regime de incentivo, será obrigatória a inscrição do beneficiário no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC, bem como a manutenção por este de um registro que comprove os investimentos realizados, para apresentação ao fisco municipal quando solicitado.

CAPÍTULO VII

DAS OBRIGAÇÕES E RESTRIÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 17. Uma vez publicado o decreto de concessão de incentivos e admissão ao CITEOSC, o beneficiário terá o prazo de 90(noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período, para dar início ao procedimento para a implantação física do empreendimento.

§ 1º O prazo de conclusão será aquele estabelecido no cronograma anexado ao processo de solicitação dos incentivos, devidamente analisado e aprovado pelo Conselho Institucional, e estabelecido no decreto que concedeu o benefício.

§ 2º O prazo previsto no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado por uma vez, quando, por motivo de força maior, for solicitado através de requerimento contendo a exposição dos motivos devidamente comprovados antes da expiração do prazo para funcionamento.

§ 3º Expirados os prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º, o beneficiário perderá os benefícios adquiridos, e ressarcirá à municipalidade de todas as vantagens já recebidas em valores devidamente corrigidos na forma da lei.

Art. 18. No caso de venda, transferência, transformação, cisão, fusão ou incorporação de empresa ou instituição beneficiada por esta lei, o sucessor gozará dos benefícios pelo período restante ao que foi estabelecido no decreto de concessão.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, durante o período de vigência do regime de benefícios, é obrigatória a indicação do Município de São Miguel do Oeste como origem do faturamento das operações geradas no CITEOSC.

Art. 19. Os terrenos ou imóveis doados nos termos desta lei deverão ser destinados exclusivamente aos fins especificados no projeto e no decreto que concedeu o benefício.

Art. 20. A transferência, subdivisão, alienação, gravação e dação em garantia para obtenção de financiamento de imóveis recebidos como incentivo nos termos desta lei dependerá de anuência do Conselho Institucional, cláusula esta que constará da escritura pública de outorga.

§ 1º No caso de transferência de operações de empresa beneficiária para outra não pertencente ao mesmo grupo econômico, e desde que não haja interrupção das atividades, poderá ser exigido o ressarcimento de 30% (trinta por cento) do valor do imóvel, corrigido pelo IGPM ou pelo valor de mercado.

§ 2º A cláusula de exigibilidade de anuência será cancelada da matrícula do imóvel mediante a comprovação, por parte da beneficiária, de que tenha efetivamente desempenhado por 10 (dez) anos ininterruptos a atividade empresarial a que se propôs.

Art. 21. É vedado aos beneficiários de incentivos usufruírem dos incentivos sem dar início à atividade econômica objeto do processo.

Art. 22. É vedada a admissão ao CITEOSC e a concessão dos benefícios neles previstos para atividades ou profissionais que não se enquadrem em seus propósitos, segundo o que está definido nos arts. 2º e 3º desta lei e de acordo com deliberação do Conselho Técnico Institucional.

Art. 23. A edificação de prédios em madeira, permitida quando a atividade exercida pelo beneficiário a exija este tipo de edificação, depende de aprovação específica.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES E REVERSÕES

Art. 24. Serão cancelados por ato do Poder Executivo e reverter-se-ão ao Município, livres de quaisquer ônus e sem direito a indenizações, os benefícios fiscais e imóveis concedidos à título de incentivos econômicos, quando:

- I - Não utilizados para as finalidades previstas no projeto e no decreto que concedeu o benefício;
- II - Houver decorrido o prazo previsto no artigo 17 desta lei, sem que a empresa tenha iniciado a implantação física;
- III - Houver decorrido o prazo de conclusão das obras previsto na carta de intenções e no cronograma aprovado sem que a instituição tenha iniciado suas atividades;
- IV - Ocorrer a paralisação das obras por mais de 120 (cento e vinte) dias sem que a instituição protocole justificativa perante o Conselho Técnico Institucional;
- V - Ocorrer a extinção do beneficiário antes do encerramento do prazo do benefício concedido;

Parágrafo Único - Em caso de reversão, o beneficiário terá o prazo de 90 (noventa) dias, da data da decisão, extinção ou sentença para retirar as benfeitorias e equipamentos existentes no imóvel, e não o fazendo neste prazo, os perderá em favor da municipalidade.

Art. 25. A empresa que tiver seu benefício cancelado deverá recolher os tributos incidentes durante o período em que gozou do benefício no prazo de 30 dias da data da reversão, extinção ou sentença.

Parágrafo Único - No caso do não cumprimento do exposto do caput, os tributos serão lançados de ofício, sem prejuízo dos acréscimos legais.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. A expansão do CITEOSC poderá se dar através da incorporação de novos módulos, ampliação dos atuais, agregação de novos terrenos e criação de novos campi.

Art. 27. É admitida a agregação de áreas ao CITEOSC por parte de empreendedores privados, desde que destinadas à implantação ou ampliação de empreendimentos industriais, de prestação de serviços e comerciais, e após aprovação do Conselho Técnico Institucional e edição de decreto pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - É vedada a aprovação e construção de empreendimentos privados para fins residenciais na área do CITEOSC.

Art. 28. Observada esta lei, o plano diretor do CITEOSC e normas que forem estabelecidas pelo Conselho Técnico Institucional, os módulos funcionarão de forma independente.

Art. 29. Ficam adotados como parâmetros do CITEOSC os conceitos de inovação definidos no Manual de Oslo, segundo os quais "um produto tecnologicamente novo ou aprimorado é um produto cujas características tecnológicas ou usos pretendidos diferem dos produtos produzidos anteriormente. Tais inovações podem envolver tecnologias radicalmente novas, podem basear-se na combinação de tecnologias existentes em novos usos, ou podem ser derivadas do uso de novo conhecimento. Inovação tecnológica de processo é a adoção de métodos de produção novos ou significativamente melhorados, incluindo métodos de entrega dos produtos. Tais métodos podem envolver mudanças no equipamento ou na organização da produção, ou uma combinação dessas mudanças, e pode derivar do uso de novo conhecimento. Os métodos podem ter por objetivo produzir ou entregar produtos tecnologicamente novos ou aprimorados, que não possam ser produzidos ou entregues com os métodos convencionais de produção, ou pretender aumentar a produção ou eficiência na entrega de produtos existentes" (OSLO,2006).

Art. 30. As despesas decorrentes da implantação e execução da presente lei, correrão por conta do orçamento do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 31. Eventuais devoluções de valores e benefícios serão incorporadas à Fazenda Pública Municipal.

Art. 32. O Executivo Municipal regulamentará esta lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da sua publicação.

Art. 33. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 15 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.292/2016 - ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 2.400.000,00 (DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.292/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 2.400.000,00 (DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes na execução orçamentária do presente ano financeiro, tendo em vista a ampliação e melhoramento dos serviços públicos de iluminação pública e de trânsito, em conformidade com o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes na execução orçamentária do presente ano financeiro, tendo em vista a ampliação e melhoramento dos serviços públicos de iluminação pública e de trânsito, em conformidade com o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 7.229, de 15 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes na execução orçamentária do presente ano financeiro, tendo em vista a ampliação e melhoramento dos serviços públicos de iluminação pública e de trânsito, em conformidade com o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), na matéria orçamentária em execução, em conformidade com o disposto a seguir:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

01 – DESENVOLVIMENTO URBANO

25.752.0327.2.048 – Admin. dos bens e serviços de iluminação pública.

141 – 3.3.90.00.00.00.00.0261 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

25.752.0327.1.934 – Aquisição de equipto.mtl.perm. para serv.Unidade de Serviços bem como ampliação da rede de ilum.

138 – 4.4.90.00.00.00.00.0261 – Aplicações Diretas R\$ 750.000,00

15.452.0021.2.045 – Admin. Geral dos bens e serv.de desenv. Urbano

126 – 3.3.90.00.00.00.00.0178 – Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Total R\$ 2.400.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, fica autorizada a utilização dos recursos oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, na importância de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, segundo estabelecido abaixo:

Nº. CONTA BANCO	BANCO	Nº. DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR
332.750-7	BANCO DO BRASIL S/A.	261	COSIP	1.100.000,00
352.807-3	BANCO DO BRASIL S/A.	178	MULTAS DE TRÂNSITO	1.300.000,00
TOTAL				2.400.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 15 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.293/2016 - ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.262.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.293/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.262.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 1.262.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com investimentos no setor da educação de responsabilidade constitucional deste Ente Federado, a conta dos recursos do Salário Educação recebido do Ministério da Educação, mormente no que diz respeito a ampliação da Escola EMEIEF Atílio Calza, ampliação da Creche Mundo Mágico e ampliação do CEI Tio Patinhas, em conformidade com os projetos aprovados.

CAPÍTULO II
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.262.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com investimentos no setor da educação de responsabilidade constitucional deste Ente Federado, a conta dos recursos do Salário Educação recebido do Ministério da Educação.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 7.229, de 15 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.262.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com investimentos no setor da educação de responsabilidade constitucional deste Ente Federado, a conta dos recursos do Salário Educação recebido do Ministério da Educação.

CAPÍTULO IV
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.262.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta e dois mil reais), na matéria orçamentária em execução, em conformidade com o disposto a seguir:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

01 – SETOR DE ENSINO

12.361.0188.1.025 – Construção, ampliação e aquis. de área de terra, bem como o equipamento e mobiliário em geral.

71 - 4.4.90.00.00.00.00.0006 – Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

12.365.0185.1.024 – Construção, ampliação e aquisição de equipamentos
E materiais permanentes.
94 - 4.4.90.00.00.00.00.00006 – Aplicações Diretas R\$ 550.000,00
12.362.0239.2.140 – Administração geral dos bens e serv. do transp.
Escolar do ensino médio
90 - 4.4.90.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
Total R\$ 1.262.000,00

Art. 5º Para o atendimento parcial do crédito autorizado fica permitida a redução da seguinte dotação orçamentária abaixo especificada e constante da mesma matéria em execução:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
01 – SETOR DE ENSINO
12.361.0188.2.029 – Administração geral dos bens e serv. do ens.fundam.
78 – 3.3.90.00.00.00.00.00080 – Aplicações Diversas R\$ 12.000,00

Art. 6º Para o atendimento complementar do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, fica utilizado a utilização dos recursos oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, na importância de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), proveniente da fonte de recurso sob nº. 6 – Salário Educação oriundo do Ministério da Educação, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º e 3º, I, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 15 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº115, DE 13 DE JUNHO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº115, DE 13 DE JUNHO DE 2016

“Dispõe sobre a organização administrativa da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara e dá outras providências.”

A MESA DIRETORA faz saber a todos os habitantes deste Município, de acordo com a Lei Orgânica, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BÁSICA

Art. 1º - A estrutura da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, para a execução dos serviços sob a sua responsabilidade, apresenta, de acordo com o Anexo V a seguinte organização administrativa básica:

I - Vereadores;

II - Órgãos de deliberação político-administrativa: Plenário, Comissões Legislativas e Mesa Diretora;

III - Órgãos de apoio aos serviços político-administrativos: Gabinete da Presidência, Assessorias e órgãos da Administração.

Parágrafo Único - Os Vereadores, o Plenário, as Comissões Legislativas e a Mesa Diretora têm suas atribuições definidas no Regimento Interno da Câmara Municipal e nos órgãos de apoio explicitados na presente lei.

Art. 2º - Os órgãos de apoio aos serviços político-administrativos têm a seguinte estrutura básica:

I - Gabinete da Presidência;

II - Órgãos de Assessoria Técnica dos Vereadores, da Mesa Diretora e do Presidente, constando:

a) Consultoria Jurídica;

b) Assessoria Legislativa.

III - Órgãos da Administração, formados pela Diretoria Geral e Departamentos que a integram, assim constituídos:

a) Departamento Legislativo;

b) Departamento Contábil/Financeiro, Recursos Humanos, Suprimentos e Patrimonial;

§ 1º Os serviços de Gabinete da Presidência estão sob a direção, coordenação e controle do Presidente da Câmara.

§ 2º Os servidores lotados no órgão de Assessoria Técnica, referidos no inciso II, `a` e `b`, do presente artigo, nas questões administrativas, funcionais e disciplinares estão subordinados à Mesa Diretora.

§ 3º Os servidores lotados no Gabinete da Presidência, nas questões administrativas, funcionais e disciplinares estão subordinados ao Presidente da Câmara.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 3º - O Gabinete da Presidência é o órgão que tem por objetivo apoiar os membros da Mesa Diretora no exercício de suas atribuições.

Art. 4º - Compete ao Gabinete da Presidência:

I- Assessorar o Presidente da Câmara e os membros da Mesa Diretora no desempenho de suas atribuições;

II - Atender e prestar esclarecimentos referentes às atribuições da Presidência e da Mesa Diretora quando solicitados;

III - Agendar reuniões, audiências e outros compromissos da Presidência;

IV - Elaborar e expedir as correspondências em nome da Presidência ou da Mesa Diretora;

V - Manter o arquivo das correspondências recebidas e expedidas e de outros documentos de interesse da Câmara de Vereadores;

VI - Efetuar o controle das pautas das sessões e proposições legislativas apresentadas pelos Vereadores;

VII - Organizar as reuniões promovidas pelo Presidente e/ou Mesa Diretora, providenciando a pauta e os convites aos participantes;

VIII - Colaborar na organização e na realização de audiências públicas promovidas pelo Presidente e/ou Mesa Diretora sempre que requeridas;

IX - Realizar pesquisas, estudos, relatórios e demais documentos, objetivando oferecer à Presidência subsídios para a elaboração de suas proposições e pronunciamentos;

X - Executar outras tarefas determinadas pela Presidência e inerentes às suas atribuições.

SEÇÃO II

ÓRGÃOS DE ASSESSORIA TÉCNICA

SUBSEÇÃO I

CONSULTORIA JURÍDICA

Art. 5º - A Consultoria Jurídica, integrada pela Assessoria Jurídica, tem as seguintes competências:

I - Orientar quanto aos aspectos da constitucionalidade e legalidade nas questões legislativas e administrativas;

II - Elaborar pareceres jurídicos sobre questões legislativas e administrativas;

III - Propor ações judiciais;

IV - Elaborar defesas e recursos em processos administrativos e judiciais;

V - Assessorar os trabalhos e elaborar relatórios conclusivos de Comissões Legislativas Permanentes, quando estas exijam fundamentação jurídica, principalmente da Comissão de Constituição, Legislação e Redação;

VI - Acompanhar os trabalhos durante as Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, orientando, quando necessário, quanto às questões jurídicas;

SUBSEÇÃO II

ASSESSORIA LEGISLATIVA

Art. 6º - A Assessoria Legislativa, integrada pela assessoria técnico-legislativa, tem as seguintes competências:

I - Possibilitar o cumprimento das funções legislativas e fiscalizadora da Câmara Municipal;

II - Prestar assessoramento à Mesa Diretora, às comissões permanentes e temporárias em matérias que exijam apreciação técnica e regimental, elaborando os pareceres sob responsabilidade daquelas, exceto as Comissões de Constituição, Legislação e Redação e de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira;

III - Elaborar projetos de Emenda à Lei Orgânica do Município, Leis Complementares e Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções;

IV - Orientar e acompanhar os trabalhos durante as Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, bem assim elaborar a pauta de projetos e demais proposições;

V - Providenciar a consolidação e a atualização da legislação municipal.

SEÇÃO III

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º - À Diretoria Geral compete à direção, a coordenação e o controle dos Departamentos Legislativo, Contábil/Financeiro, Recursos Humanos e Patrimonial, Administrativo e, os encargos previstos no § 2º e 3º do art. 2º.

SUBSEÇÃO I

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

Art. 8º - Ao Departamento Legislativo compete:

I - Desempenhar todos os passos do processo legislativo, afetos à tramitação de projetos de lei, emendas à Lei Orgânica do Município, Resoluções e Decretos Legislativos;

II - Elaborar a redação final dos projetos;

III - Controlar os prazos para sanção ou promulgação;

IV - Manter o arquivo de leis, emendas à Lei Orgânica do Município, Resoluções e Decretos Legislativos, com todos os documentos do processo legislativo do ano corrente;

V - Formatar o texto final de leis promulgadas, emendas à Lei Orgânica do Município, Resoluções e Decretos Legislativos, encaminhando-os para publicação ao Diário Oficial, com cópia para o Executivo Municipal;

VI - Controlar o prazo para publicação e conferir o texto de atos legislativos no Órgão Oficial de imprensa do Município;

VII - Disponibilizar a íntegra de leis, emendas à Lei Orgânica, Resoluções e Decretos Legislativos na Internet, com a formatação adequada para visualização;

VIII - Receber vetos aos projetos de leis, encaminhá-los para tramitação e controlar os prazos;

IX - Manter o arquivo auxiliar contendo documentos referentes às comissões, aos conselhos, aos comitês e aos órgãos criados por leis especiais com representação da Câmara Municipal (leis, decretos, ofícios e outros) e alimentar o respectivo cadastro no sistema informatizado;

X - Apoiar a realização das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais, elaborando as pautas, fornecendo todos os documentos necessários e/ou solicitados em Plenário, acompanhar a discussão das matérias, dar o encaminhamento e alimentar o sistema informatizado, de acordo com o despacho da Mesa Diretora;

XI - Providenciar o controle de frequência dos Vereadores e o respectivo relatório mensal;

XII - Secretariar as comissões permanentes e temporárias (elaborar ofícios, relatórios, controlar o prazo destas e tomar outras providências que se fizerem necessárias);

XIII - Alimentar e manter atualizado, no sistema informatizado, o cadastro de Decretos do Legislativo, Mesa Diretora, Partidos, Vereadores e Comissões;

XIV - Elaborar ata resumida das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes;

XV - Transcrever, na íntegra, as reuniões, as audiências públicas ou pronunciamentos, quando assim solicitado;

XVI - Elaborar atas resumidas, ou na íntegra, quando solicitadas, das reuniões das comissões permanentes e temporárias;

XVII - Transcrever, na íntegra e simultaneamente, os depoimentos tomados por comissões especiais de inquérito e comissões processantes;

XVIII - Registrar no sistema informatizado da Câmara Municipal as atas das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e audiências públicas;

XIX - Receber e protocolar todos os expedientes que deem entrada na Câmara Municipal, separando-os e encaminhando-os aos respectivos destinatários;

XX - Protocolar e expedir a correspondência oficial da Câmara Municipal;

XXI - Protocolar os expedientes internos da Câmara Municipal, dando-lhes destino conveniente;

XXII - Classificar e arquivar os documentos encaminhados para esse fim, mantendo o arquivo organizado e atualizado;

XXIII - Manter, sob sua guarda e conservação, as edições de jornais e diários oficiais;

XXIV - Preparar material para microfilmagem e encadernação;

XXV - Selecionar, catalogar e classificar o acervo bibliográfico, mantendo-o atualizado e conservado;

XXVI - Proceder à reunião e à indexação da legislação e de outros atos normativos;

XXVII. Atender às solicitações internas e externas de documentos arquivados, controlando seu empréstimo e sua devolução, ou providenciando fotocópias;
XXVIII - Proceder a pesquisas, por meio eletrônico, de matérias de interesse da Câmara Municipal;
XXIX - Pesquisar e cadastrar matérias de interesse da Câmara Municipal, veiculadas nos meios de comunicação;
XXX - Acompanhar as atividades legislativas, efetuando o registro e a catalogação dos assuntos de interesse da Câmara Municipal;
XXXI - Promover pesquisas diversas de interesse da Câmara Municipal;
XXXII - Pesquisar e registrar dados e fatos históricos do Poder Legislativo Municipal;
XXXIII - Manter atualizados os registros dos fatos mais importantes e da atuação legislativa dos componentes da Câmara Municipal;
XXXIV - Desenvolver e manter sistemas de catalogação, classificação e indexação de acervo bibliográfico e multimeios.

SUBSEÇÃO II

DEPARTAMENTO CONTÁBIL/FINANCEIRO, RECURSOS HUMANOS, SUPRIMENTOS E PATRIMONIAL

Art. 9º - Ao Departamento Contábil/Financeiro, Recursos Humanos, Suprimentos e Patrimonial, competem:

- I - Elaborar, dentro da programação de desembolso financeiro, a relação dos recursos a serem transferidos do Executivo Municipal para a Câmara de Vereadores;
- II - Receber, registrar e controlar o numerário transferido pelo Executivo Municipal, mantendo-o em conta corrente bancária própria;
- III - Efetuar o pagamento das despesas, emitindo os empenhos e as ordens de pagamento, mediante controle de saldo das dotações orçamentárias e bancárias;
- IV - Efetuar o lançamento e exercer o controle contábil das variações das dotações orçamentárias, das despesas e dos demais atos sujeitos à contabilização;
- V - Elaborar e exercer o controle da execução do orçamento da Câmara Municipal;
- VI - Propor a abertura de créditos adicionais, suplementares ou especiais;
- VII - Elaborar os demonstrativos mensais, os balancetes, os balanços e a prestação de contas da Câmara Municipal;
- VIII - Elaborar relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária;
- IX - Elaborar e operar o sistema de recrutamento e de seleção de pessoal;
- X - Levantar necessidades e planejar programas de treinamento de pessoal;
- XI - Elaborar propostas de alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores;
- XII - Promover programas de integração de pessoal;
- XIII - Prestar informações em requerimentos dos servidores e elaborar atos normativos relacionados a sua área de atuação;
- XIV - Providenciar os expedientes necessários à admissão, à exoneração e à demissão de servidores e à posse de Vereadores;
- XV - Manter cadastro de informações funcionais e de outros dados relativos aos servidores e Vereadores;
- XVI - Elaborar atos da Mesa Executiva, portarias e outros expedientes relativos à administração de pessoal;
- XVII - Manter controle de frequência, horas extras e benefícios concedidos aos servidores;
- XVIII - Elaborar folhas de pagamento;
- XIX - Elaborar relatórios, certidões e declarações referentes a assuntos de pessoal;
- XX - Manter, sob sua responsabilidade e guarda, toda a documentação de pessoal;
- XXI - Adquirir materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal, de acordo com os procedimentos licitatórios vigentes;
- XXII - Manter controle do estoque, mediante registro de entradas e saídas de materiais;
- XXIII - Efetuar levantamento das necessidades dos órgãos da Câmara Municipal, com vistas à reposição do estoque;
- XXIV - Encarregar-se do processo licitatório para a contratação de obras e serviços, de acordo com a legislação vigente;
- XXV - Fiscalizar o cumprimento de contratos firmados pela Câmara Municipal;
- XXVI - Conservar atualizado o cadastro de fornecedores;
- XXVII. Manter o arquivo próprio de documentos relativos às licitações e ao cadastro de fornecedores;
- XXVIII - Manter o cadastro atualizado dos bens adquiridos pela Câmara Municipal;
- XXIX - Manter o controle e registro atualizado das transferências interdepartamentais dos bens da Câmara Municipal;
- XXX - Providenciar o licenciamento e o emplacamento dos veículos da Câmara Municipal;
- XXXI - Providenciar a contratação e a renovação dos seguros de vida e dos bens da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

DO QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS

Art. 10. O Quadro de Pessoal Efetivo da Câmara Municipal compõe-se dos seguintes cargos:

- I - Contador;
- II - Auxiliar Administrativo;

Parágrafo Único - O número de vagas e o grau de escolaridade para cada cargo efetivo constam do Anexo I, desta lei.

Art. 11. O Quadro de Pessoal em Comissão da Câmara Municipal, de livre nomeação e exoneração pela Mesa Diretora do Poder Legislativo, compõe-se dos seguintes cargos:

- I - Assessor Técnico Legislativo;
- II - Assessor Legislativo Auxiliar;
- III - Auxiliar do Gabinete da Presidência;
- IV - Assessor Jurídico.

Parágrafo Único - O número de vagas dos Cargos em Comissão e os vencimentos são estabelecidos na forma do Anexo II presente lei.

Art. 12. Os vencimentos dos nomeados para as funções dos cargos do quadro efetivo serão os equivalentes aos níveis iniciais de cada

categoria.

Art. 13. Os vencimentos dos cargos efetivos do Poder Legislativo são estabelecidos por níveis, em número de 14 (quatorze), identificados alfabeticamente de "A" a "N", na forma do Anexo I, desta lei.

Art. 14. Não havendo previsão contrária, a carga horária de trabalho dos servidores abrangidos por esta lei será de 30 (trinta) horas semanais, com elastecimento até o final das reuniões ordinárias, extraordinárias e solenes.

Art. 15. As atribuições específicas de cada cargo constam do Anexo III e IV desta Lei

Art. 16. Os vencimentos dos cargos públicos serão reajustados periodicamente de forma a lhe preservar o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação ou equiparação para qualquer fim, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 17. O vencimento dos servidores públicos do Poder Legislativo somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices

CAPÍTULO VI

DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 18. Progressão é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro da faixa de vencimentos do cargo a que pertence, pelo critério de merecimento, observadas as normas estabelecidas nesta Lei e em regulamento específico.

Art. 19. Para fazer jus à progressão, o servidor deverá, cumulativamente:

I - ter cumprido o estágio probatório;

II - ter cumprido o interstício mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre;

III - ter obtido, pelo menos, 75 (setenta e cinco) pontos na média de suas 2 (duas) últimas avaliações de desempenho funcional, observadas as normas dispostas nesta Lei e em regulamento específico;

IV - estar no efetivo exercício de seu cargo, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores.

§ 1º O servidor que estiver cedido, permutado, ocupando cargo em comissão poderá concorrer à progressão desde que as atividades exercidas sejam correlatas às do cargo efetivo.

§ 2º O servidor que concluir o estágio probatório e for confirmado no cargo, nos termos do art. 41, § 4º, da Constituição Federal, fará jus à progressão avançando um padrão de vencimento.

Art. 20. O grau de merecimento será aferido pela Comissão de Desenvolvimento Funcional através da soma dos graus obtidos pelo servidor no Formulário de Avaliação de Desempenho.

Art. 21. Havendo disponibilidade financeira, o servidor que cumprir os requisitos estabelecidos no art. 16 desta Lei passará para o padrão de vencimento seguinte, reiniciando-se a contagem de tempo e a anotação de ocorrências, para efeito de nova apuração de merecimento.

Art. 22. Não havendo os recursos financeiros indispensáveis para a concessão da progressão a todos os servidores que a ela tiverem direito, a Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara efetuará um escalonamento para sua concessão.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara Municipal definirá em ato próprio os critérios do escalonamento previsto no caput deste artigo.

Art. 23. Caso não alcance o grau de merecimento mínimo, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o novo interstício de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova apuração de merecimento.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, em conjunto com os servidores, promoverá as ações necessárias para suprir as insuficiências de desempenho, promovendo cursos de treinamento e capacitação entre outras ações.

Art. 24. Os efeitos financeiros decorrentes da progressão prevista neste Capítulo serão pagos ao servidor a partir do mês subsequente à sua concessão.

Art. 25. Além do efeito financeiro previsto no art. 19 desta Lei, o servidor que possuir as titulações adiante relacionadas perceberá adicional correspondente, de acordo com os seguintes critérios:

TITULAÇÃO	PERCENTUAL
Conclusão de ensino médio	5 % (cinco por cento)
Conclusão de curso técnico de nível médio	8 % (oito por cento)
Conclusão de curso de graduação	10 % (dez por cento)
Pós- graduação (360 horas)	10 % (dez por cento)
Mestrado	15 % (quinze por cento)
Doutorado	18% (dezoito por cento)

§ 1º Só fará jus ao estabelecido no caput deste artigo o servidor cujos cursos realizados tenham relação estreita com sua área de atuação, atestados pela Comissão de Desenvolvimento Funcional.

§ 2º O comprovante de curso que habilita o servidor à percepção do adicional estabelecido no caput deste artigo é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora, registrado na forma da legislação em vigor.

§ 3º Os certificados dos cursos apresentados pelos servidores como pré-requisito para o ingresso no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara não lhes darão direito ao benefício estabelecido neste artigo.

§ 4º A percepção de qualquer dos percentuais estabelecidos no caput deste artigo não dá ao servidor o direito de atuar em área diferente daquela para a qual foi concursado.

§ 5º O interstício mínimo entre a concessão do adicional estabelecido no caput deste artigo e outra, será de, no mínimo, 3 (três) anos.

§ 6º Os percentuais de que trata o caput deste artigo serão calculados sobre o padrão de vencimento inicial do cargo a que pertence o servidor.

§ 7º Os percentuais ao qual se refere o caput deste artigo serão incorporados aos vencimentos do servidor para efeitos de aposentadoria.

§ 8º O acréscimo pecuniário decorrente da nova titulação será pago a contar da data da protocolização do requerimento, desde que o servidor preencha os requisitos estabelecidos e tenha cumprido o interstício mínimo entre uma titulação e outra.

§ 9º O acréscimo pecuniário decorrente da nova titulação, será calculado sobre o valor correspondente ao nível e padrão em que o servidor se encontra no momento da concessão e deverá ser relacionado separadamente em sua Folha de Pagamento.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 26. A Avaliação de Desempenho será apurada, anualmente, no mês em que se deu a nomeação do servidor e será feita em Formulário de Avaliação de Desempenho analisado pela Comissão de Desenvolvimento Funcional.

§ 1º O Formulário de Avaliação de Desempenho deverá ser preenchido pelo servidor e seu superior hierárquico imediato, e enviado à Comissão de Desenvolvimento Funcional para apuração, objetivando a aplicação do instituto da progressão, definido nesta Lei.

§ 2º Caberá ao superior hierárquico imediato dar ciência do resultado da avaliação ao servidor.

§ 3º Caso o servidor esteja subordinado ao superior hierárquico imediato por um período inferior a 06 (seis) meses, este terá seu desempenho avaliado pela Comissão de Desenvolvimento Funcional a que se refere o art. 27 desta Lei.

§ 4º O servidor que por qualquer motivo discordar da avaliação recebida poderá apresentar recurso à Comissão de Desenvolvimento Funcional, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação da avaliação.

§ 5º Havendo, entre o superior imediato e o servidor, divergência que ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) do total de pontos da avaliação, a Comissão de Desenvolvimento Funcional por sua própria iniciativa, deverá solicitar ao superior, nova avaliação.

§ 6º Havendo alteração da primeira para a segunda avaliação, nos casos dos § 4º e 5º, esta deverá ser acompanhada de considerações que justifiquem a mudança.

§ 7º Ratificada, pela chefia a primeira avaliação, caberá à Comissão pronunciar-se a favor de uma delas no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 27. Os superiores hierárquicos e os servidores deverão enviar, sistematicamente, ao órgão responsável pela manutenção dos assentamentos funcionais, os dados e informações necessários à avaliação do desempenho.

§ 1º Caberá à Comissão de Desenvolvimento Funcional solicitar ao órgão de pessoal os dados referentes aos servidores que subsidiarão a Avaliação de Desempenho.

§ 2º Os servidores deverão manter atualizadas as informações referentes aos cursos realizados.

Art. 28. Os critérios, os fatores e o método de avaliação do desempenho serão estabelecidos em regulamento específico.

CAPÍTULO VI DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 29. A Comissão de Desenvolvimento Funcional será constituída por 03 (três) membros com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à avaliação periódica de desempenho, de acordo com o disposto nesta Lei e em regulamento específico.

§ 1º O Presidente da Comissão de Desenvolvimento Funcional será o Assessor Técnico Legislativo.

§ 2º Os servidores efetivos entregarão ao Assessor Técnico Legislativo da Câmara Municipal uma lista contendo 3 (três) nomes de representantes eleitos, entre os servidores efetivos, cabendo ao Presidente da Câmara a designação de 2 (dois) deles para integrar a Comissão.

Art. 30. A alternância dos membros constituintes da Comissão de Desenvolvimento Funcional verificar-se-á a cada 02 (dois) anos de participação, admitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único - A substituição dos participantes da Comissão será realizada de acordo com o estabelecido neste Capítulo.

Art. 31. A Comissão reunir-se-á:

I - para coordenar os procedimentos relativos à Avaliação de Desempenho dos servidores, com base nos fatores constantes do Formulário de Avaliação de Desempenho, objetivando a aplicação do instituto da progressão;

II - para análise de recursos;

III - extraordinariamente, quando for conveniente.

Art. 32. A Comissão de Desenvolvimento Funcional terá sua organização e forma de funcionamento regulamentadas por Ato do Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Para ocupar as funções de direção e assessoramento relacionadas nesta Lei, ficam criados os cargos em comissão, com seus respectivos vencimentos, de livre provimento e exoneração pelo Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, conforme relacionados no Anexo II.

Art. 34. A estrutura administrativa da Câmara de Vereadores, estabelecida nesta Lei, entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração da Casa e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo Único - A implantação dos órgãos constantes desta Lei far-se-á através do provimento das respectivas direções e chefias e da dotação dos recursos humanos, materiais e financeiros indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 35. As funções gratificadas serão definidas por Resolução e serão concedidas apenas para o exercício das atividades descritas.

Art. 36. Os órgãos e unidades da Câmara de Vereadores devem funcionar perfeitamente articulados entre si, em regime de mútua colaboração.

Art. 37. As designações de substitutos processar-se-ão sempre por ato expresso do Presidente da Câmara de Vereadores.

Art. 38. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 39. São partes integrantes da presente Projeto Lei os Anexos que a acompanham.

Art. 40. Aplicam-se aos Servidores da Câmara Municipal as disposições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e legislação subsidiária.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de junho de 2016.

Roberto Enning

Presidente da Câmara

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL

OS VALORES DA TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS SÃO EM MOEDA CORRENTE R\$

Cargo	N.º de Vagas	Símbolo	Carga Horária	Vencimento (R\$)
Contador	1	CNT	10 horas	1.050,00
Auxiliar Administrativo	1	AAx	30 horas	1.300,00

PROGRESSÃO FUNCIONAL

Cargo	Níveis (razão 3%)						
	A	B	C	D	E	F	G
Contador	1050,00	1092,00	1135,68	1181,10	1228,35	1277,49	1328,58
Auxiliar Administrativo	1300,00	1339,00	1379,17	1420,55	1463,16	1507,06	1552,27

Cargo	Níveis (razão 3%)						
	H	I	J	K	L	M	N
Contador	1381,73	1434,00	1491,36	1551,01	1613,05	1677,57	1744,67
Auxiliar Administrativo	1598,84	1646,80	1696,21	1747,09	1799,50	1853,49	1909,09

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL

PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Cargo	N.º de Vagas	Símbolo	Carga Horária	Vencimento (R\$)
Assessor Técnico Legislativo	1	CC-1	30 horas	1.950,00
Assessor Legislativo Auxiliar	1	CC-2	10 horas	700,00
Auxiliar do Gabinete da Presidência	1	CC-3	30 horas	1.500,00
Assessor Jurídico	1	CC-4	15 horas	2.740,00

ANEXO III

DESCRIÇÃO - DENOMINAÇÃO - HABILITAÇÃO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

I-Cargo: CONTADOR

1. Descrição sintética: compreende os cargos que se destinam a executar atividades relacionadas à movimentação de recursos financeiros, efetuando o registro dos atos e fatos contábeis, elaborando demonstrações contábeis e orçamentos da Câmara Municipal.

2. Atribuições típicas:

- planejar o sistema de registro e operações contábeis, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário;
- escriturar a contabilidade da Câmara Municipal;
- elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender as exigências legais e formais de controle;
- controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, o cumprimento das obrigações de pagamentos a terceiros, os saldos em caixa e as contas bancárias, para possibilitar a administração dos recursos financeiros da Câmara;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que gerem direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
- orientar à Câmara Municipal quanto ao cumprimento das normas referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus anexos e à Lei Orçamentária e seus anexos;
- controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;
- elaborar o relatório de gestão fiscal da Câmara;
- alimentar, com os dados necessários, o sistema da folha de pagamentos;
- acompanhar os gastos de pessoal do Legislativo, tendo em vista o cumprimento dos artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para a implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades administrativas de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- participar de grupos de trabalho e reuniões com unidades da Câmara e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos à Câmara Municipal.

3. Requisitos para provimento: Instrução - curso de nível superior completo em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade.

4. Recrutamento: Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

5. Perspectivas de desenvolvimento funcional: Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente superior para o cargo a que pertence.

II-Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1. Descrição sintética: compreende os cargos que se destinam a executar, tarefas rotineiras básicas de apoio administrativo a trabalhos e projetos da Câmara Municipal.

2. Atribuições típicas:

- receber, registrar e encaminhar o público aos Vereadores, para atendimento bem como preencher formulários de cadastro de visitantes e eleitores;
- atender ao público, interno e externo, prestando informações simples, anotando recados, recebendo correspondências e efetuando encaminhamentos;
- organizar e manter atualizada a agenda de eventos da Câmara Municipal;
- digitar ou determinar a digitação de ofícios, leis, documentos diversos, segundo normas preestabelecidas bem como conferir os trabalhos digitados;
- selecionar e arquivar processos, leis, publicações, atos normativos, atos administrativos e documentos diversos segundo normas preestabelecidas;
- controlar o expediente recebido e expedido pela Câmara;
- protocolar as proposições dos Vereadores;
- autenticar documentos e preencher fichas de registro para formar processos, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes;
- analisar e fornecer informações em processos de rotina administrativa das unidades da Câmara;
- elaborar quadros, tabelas, fluxogramas, organogramas, gráficos e relatórios, realizando os levantamentos necessários;
- realizar, sob orientação, coleta de preços para aquisição de material e manter atualizado o cadastro de fornecedores e de materiais;
- adquirir, guardar e distribuir material permanente e de consumo da Câmara;
- fazer o controle dos bens patrimoniais da Câmara mantendo atualizados os registros bem como realizar a execução do inventário anual

destes bens;

- acompanhar a execução de serviços de conservação interna e externa de conferir documentos de receita, despesa e outros;
- examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações;
- preencher fichas, formulários e tabelas, conferindo as informações e os documentos originais;
- auxiliar na execução de atividades relativas à administração de recursos humanos, material e patrimônio, administração contábil e financeira, vigilância e atividades de apoio e serviços gerais;
- preparar mala direta para envio de correspondência;
- zelar pela manutenção de máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade;
- operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros;
- executar outras atribuições afins.

3. Requisitos para provimento: * Instrução - ensino médio completo.

* Outros requisitos - conhecimentos de processador de textos, planilhas eletrônicas e internet.

4. Recrutamento: * Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

5. Perspectivas de desenvolvimento funcional: Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente superior para o cargo a que pertence.

ANEXO IV

DESCRIÇÃO - DENOMINAÇÃO - HABILITAÇÃO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

I- Cargo: ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO

1. Descrição sintética: função de assessoramento que se destina a executar atividades de apoio à Presidência da Câmara, às Comissões Parlamentares e unidades da Câmara no registro e pesquisas para subsidiar a elaboração de pareceres, projetos de leis, resoluções, entre outros.

2. Atribuições típicas:

- redigir, rever a redação ou encaminhar para aprovação minutas de documentos, relatórios, pareceres que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratem de assuntos de maior complexidade;
- redigir ou participar da redação de projetos de lei, resoluções, atas, ofícios, memorandos, editais, requerimentos, correspondências, pareceres e outros documentos significativos para o órgão;
- acompanhar as reuniões plenárias fazendo o registro das mesmas;
- proceder ao cadastramento de todo o trâmite de proposições, projetos e leis, para atualizar o sistema informatizado;
- transcrever, para o Livro de Atas, o conteúdo das reuniões, usando caneta ou software adequado para este fim;
- coletar assinatura dos integrantes da mesa diretora nas atas;
- pesquisar conteúdos de falas discutidas em plenário;
- responder pela guarda do Livro de Atas e de outros documentos;
- encaminhar, para o arquivo da Câmara, os livros de atas após dois anos;
- elaborar proposições e requerimentos para os Vereadores solicitando informação a órgãos públicos;
- secretariar comissões temporárias elaborando atos, ofícios e outros documentos;
- proceder a pesquisas da legislação federal, estadual e municipal.

3. Requisitos para provimento: Instrução – ensino superior completo.

4. Recrutamento: Externo – cargo de livre nomeação e exoneração.

II- Cargo: ASSESSOR LEGISLATIVO AUXILIAR

1. Descrição sintética: função de assessoramento que se destina a executar atividades auxiliares aos trabalhos legislativos, em especial no apoio técnico as sessões plenárias, reuniões e registros.

2. Atribuições típicas:

- assessorar os membros da Mesa Diretora e demais vereadores no uso dos equipamentos do plenário;
- responsabilizar-se por todo o sistema de som da Câmara Municipal;
- manter e testar os equipamentos de áudio e gravação;
- gravar o áudio das sessões e demais reuniões da Câmara Municipal;
- organizar a exibição dos áudios das sessões no site da Câmara Municipal;
- atualizar o site da Câmara Municipal, com o registro das sessões (áudio e fotos) bem como o banco de Leis;
- manter o site da Câmara Municipal com informações atualizadas sobre as atividades parlamentares;

3. Requisitos para provimento: Instrução – ensino médio completo.

4. Recrutamento: Externo – cargo de livre nomeação e exoneração.

III- Cargo: AUXILIAR DO GABINETE DA PRESIDENCIA

1. Descrição sintética: função de assessoramento ao Presidente da Câmara e Mesa Diretora, auxiliando no desempenho das suas atribuições.

2. Atribuições típicas:

- assessorar o Presidente em assuntos que lhe forem designados, bem como atender as pessoas por ele encaminhadas;
- prestar apoio ao presidente na organização e no funcionamento do Gabinete;
- preparar a pauta de assuntos a serem discutidos nas reuniões em deva participar o Presidente e/ou Mesa Diretora;
- transmitir aos dirigentes e servidores da Câmara de Vereadores as ordens e os comunicados do Presidente.
- Atender e prestar esclarecimentos referentes às atribuições da Presidência e da Mesa Diretora quando solicitados;
- Elaborar e expedir as correspondências em nome da Presidência ou da Mesa Diretora;
- Colaborar na organização e na realização de audiências públicas promovidas pelo Presidente e/ou Mesa Diretora sempre que requeridas;
- Realizar pesquisas, estudos, relatórios e demais documentos, objetivando oferecer à Presidência subsídios para a elaboração de suas proposições e pronunciamentos;

- Executar outras tarefas determinadas pela Presidência e inerentes às suas atribuições.

3. Requisitos para provimento: Instrução – ensino médio completo.

4. Recrutamento: Externo – cargo de livre nomeação e exoneração.

IV- Cargo: ASSESSORIA JURIDICA

1. Descrição sintética: compreende os cargos que se destinam a executar atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

2. Atribuições típicas:

- assessorar os Vereadores em assuntos jurídicos;
- assessorar a Mesa Diretora quanto à análise das proposições e requerimentos a ela apresentados;
- emitir pareceres sobre questões de natureza jurídica;
- realizar estudos e pesquisas por solicitação da Mesa Diretora, mantendo o arquivo atualizado sobre os assuntos analisados;
- vistar minutas de contratos e convênios em que for parte a Câmara Vereadores;
- assessorar, quando solicitado, as comissões de sindicâncias, inquéritos administrativos e licitações;
- representar ou supervisionar a representação da Câmara de Vereadores em juízo nas ações em que esta for requerida ou para promover a defesa de suas prerrogativas;
- orientar a preparação das informações a serem prestadas em mandados de segurança impetrados contra ato da Mesa Diretora e da Presidência, bem como em ações correlatas e pedidos de informação formulados pelos órgãos do Ministério Público;
- manter o Diretor Geral e o Presidente da Câmara de Vereadores informados sobre os processos em andamento, providências adotadas e despachos proferidos;
- desenvolver estudos, organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros documentos legais de interesse do Poder Legislativo;
- exercer outras atividades correlatas.

3. Requisitos para provimento: Instrução – ensino superior completo em Direito e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

4. Recrutamento: Externo – cargo de livre nomeação e exoneração.

ANEXO V

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Schroeder

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 77/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 77/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 32/2016-PMS

Processo nº. 110/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.456.804/0001-50, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3246, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de refrigerador 340 litros para a Policia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Refrigerador 340 litros duplex frostfree branco nas dimensões (A x L x P) 169,5cm x 62,1cm x 71,4cm, 220 v, com controle de temperatura, prateleiras removíveis, recipiente para guardar gelo, porta ovos e pés niveladores.	01	Unidade	1.990,00	1.990,00
TOTAL R\$					1.990,00

Valor do contrato: R\$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 17/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LETICIA LENITA DA FONSECA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 067.820.689-90, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 17 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SHALLY KATLEEN PISKE, inscrita no CPF sob nº. 087.252.369-11, aprovada em 26º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 20 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 78/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 78/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 33/2016-PMS

Processo nº. 111/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MARCENARIA E ESTRUTURAS METÁLICAS RIEGER LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.582.520/0001-07, estabelecida na Rua Eugenio Albrecht nº. 493, Centro Norte, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa para aquisição de Cozinha em MDF 15 mm com pés reguláveis, puxador de perfil de alumínio embutido, corredeiras telescópicas e dobradiças cromadas. Pedra de pia na cor verde pérola. Uma mesa quadrada 700cm x 700 cm com duas dadeiras de encosto e duas banquetas em madeira com 900mm de altura e envernizadas. Uma prateleira com espessura de 40mm e 1200mm de comprimento com 400mm de largura e mais suporte para mesma., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa para aquisição de Cozinha em MDF 15 mm com pés reguláveis, puxador de perfil de alumínio embutido, corredeiras telescópicas e dobradiças cromadas. Pedra de pia na cor verde pérola. Uma mesa quadrada 700cm x 700 cm com duas dadeiras de encosto e duas banquetas em madeira com 900mm de altura e envernizadas. Uma prateleira com espessura de 40mm e 1200mm de comprimento com 400mm de largura e mais suporte para mesma.	3	Unidade	3.200,00	3.200,00
TOTAL R\$					3.200,00

Valor do contrato: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 17/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016 - SECEL/PMS - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Processo Seletivo nº. 001/2016 - SECEL/PMS

Edital de Processo Seletivo nº. 001/2016

O Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, por meio de suas atribuições legais, resolve:

TORNAR PÚBLICO

A homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2016 SECEL/PMS para os cargos de Professores, Auxiliares de Sala, Auxiliares de Serviços Gerais I, Auxiliares de Biblioteca e Psicopedagogo. Conforme lista de classificação abaixo:

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Auxiliar de Sala	Priscila Ivanira Tibes do Nascimento	8,91	1º
Auxiliar de Sala	Aline Knuth	8,58	2º
Auxiliar de Sala	Tairine Leila Walz	8,25	3º
Auxiliar de Sala	Simone Aparecida Tonello Cavalheiro	7,92	4º
Auxiliar de Sala	Franciele Moraes	7,92	5º
Auxiliar de Sala	Eliane Czeneinski	7,92	6º
Auxiliar de Sala	Franciele Maria Schilipacke	7,59	7º
Auxiliar de Sala	Andréa Simone da Rocha	7,59	8º
Auxiliar de Sala	Keller Maciel	7,59	9º
Auxiliar de Sala	Carolina da Silva de Avila	7,26	10º
Auxiliar de Sala	Tainara Terra	6,93	11º
Auxiliar de Sala	Simone Cristina Pires de Oliveira	6,93	12º
Auxiliar de Sala	Edilaine Maíra da Rocha	6,93	13º
Auxiliar de Sala	Isolde Ferreira Stuy	5,94	14º
Auxiliar de Sala	Francisnara Cardoso Portella Vieira	5,28	15º
Auxiliar de Sala	Eli Salete da Rosa Pires	5,28	16º
Auxiliar de Sala	Alecsandra Andresa Walz	5,28	17º
Auxiliar de Sala	Valquiria Aparecida Flores Azevedo	-	-
Auxiliar de Sala	Karen Michaelsen	-	-
Auxiliar de Biblioteca	Jediael Burdião de Moura	9,57	1º
Auxiliar de Biblioteca	Jeanine Leila Meros	9,24	2º
Auxiliar de Biblioteca	Denise Kurten	8,91	3º
Auxiliar de Biblioteca	Rosângela de Carmem Corrêa	8,91	4º
Auxiliar de Biblioteca	Lucas Siewerdt	8,91	5º
Auxiliar de Biblioteca	Graziella Lange Baumgaertel	8,58	6º
Auxiliar de Biblioteca	Sofia Batista de Souza	8,58	7º
Auxiliar de Biblioteca	Stefani Vogel	8,58	8º
Auxiliar de Biblioteca	Gislaine Andreia de Moraes Conte	8,58	9º
Auxiliar de Biblioteca	Janaina De Lima Camargo	8,58	10º
Auxiliar de Biblioteca	Daiane Münch Bento	8,58	11º
Auxiliar de Biblioteca	Magda Knablen Neveiros	8,25	12º
Auxiliar de Biblioteca	Jaqueline Lava	8,25	13º
Auxiliar de Biblioteca	Djéssica Barbosa	8,25	14º
Auxiliar de Biblioteca	Elisangela Maria Fernandes Miloche	8,25	15º
Auxiliar de Biblioteca	Joana Regina Marsarro	8,25	16º
Auxiliar de Biblioteca	Jheise Dias Cora	8,25	17º
Auxiliar de Biblioteca	Juliana Vieira Fabiani	8,25	18º
Auxiliar de Biblioteca	Ezequiel Adala De Amorim	8,25	19º

Auxiliar de Biblioteca	Ana Paula De Oliveira Sinon Oswald	8,25	20º
Auxiliar de Biblioteca	Elisangela Bitencourt	8,25	21º
Auxiliar de Biblioteca	Jaqueline Ildia do Nascimento Silva	8,25	22º
Auxiliar de Biblioteca	Anelice Weller de França	8,25	23º
Auxiliar de Biblioteca	Sabrina Moreira	8,25	24º
Auxiliar de Biblioteca	Jean Marcell Angeis	8,25	25º
Auxiliar de Biblioteca	Mariane Cipriani	8,25	26º
Auxiliar de Biblioteca	Carla Fernanda Costa Cardonetti Lima	8,25	27º
Auxiliar de Biblioteca	Camila Gislaine Pedra	7,92	28º
Auxiliar de Biblioteca	Alerson A. Guilherme	7,92	29º
Auxiliar de Biblioteca	Luciana Da Silva	7,92	30º
Auxiliar de Biblioteca	Francisco Wesley de Oliveira Pinheiro	7,92	31º
Auxiliar de Biblioteca	Joice Carina Jung de Oliveira	7,92	32º
Auxiliar de Biblioteca	Daiana Mistica Vegini	7,92	33º
Auxiliar de Biblioteca	Plácido Antonio Langer Reinert	7,92	34º
Auxiliar de Biblioteca	Rita de Cassia Zimmermann	7,92	35º
Auxiliar de Biblioteca	Karina Kohlbeck	7,92	36º
Auxiliar de Biblioteca	Reginaldo Almada Larroza	7,92	37º
Auxiliar de Biblioteca	Paulo Henrique Vermillo	7,92	38º
Auxiliar de Biblioteca	Fabio Roberto Lange	7,92	39º
Auxiliar de Biblioteca	Aline de Goes	7,59	40º
Auxiliar de Biblioteca	Bruna Regina da Silva	7,59	41º
Auxiliar de Biblioteca	Eduarda Fossile	7,59	42º
Auxiliar de Biblioteca	Tatiane Torquato	7,59	43º
Auxiliar de Biblioteca	Fernando Ribeiro Serra Azul Junior	7,59	44º
Auxiliar de Biblioteca	Mateus Henrique Mundel	7,59	45º
Auxiliar de Biblioteca	Jessica Brümmer	7,59	46º
Auxiliar de Biblioteca	Nadia Paula Vieira	7,59	47º
Auxiliar de Biblioteca	Charlene Cristina Lima	7,59	48º
Auxiliar de Biblioteca	Karen Daiane de Castilhos	7,59	49º
Auxiliar de Biblioteca	Gustavo Honorato Silva	7,59	50º
Auxiliar de Biblioteca	Cesar Ricardo Hafermann	7,59	51º
Auxiliar de Biblioteca	Maysa Mineli Marques	7,59	52º
Auxiliar de Biblioteca	Tatiane de Paula Freitas	7,26	53º
Auxiliar de Biblioteca	Graciela Alves Marinho	7,26	54º
Auxiliar de Biblioteca	Morgana Gisele Henschel Rawadowski	7,26	55º
Auxiliar de Biblioteca	Alexandre Ramirez Bubniak	7,26	56º
Auxiliar de Biblioteca	Leticia Nayara Volpi	7,26	57º
Auxiliar de Biblioteca	Jenifer Zimmermann Kich	7,26	58º
Auxiliar de Biblioteca	Elisa Maria Colling Floriani	7,26	59º
Auxiliar de Biblioteca	Jonas Gabriel da Silva Ribas	7,26	60º
Auxiliar de Biblioteca	Elizeth Taiza Tomaselli Lehmkuhl	7,26	61º
Auxiliar de Biblioteca	Viviane Prado Ofragio	7,26	62º
Auxiliar de Biblioteca	Marisa Cardoso	7,26	63º
Auxiliar de Biblioteca	Marcia Alves	7,26	64º
Auxiliar de Biblioteca	Erica Rosana da Silva Neri	7,26	65º
Auxiliar de Biblioteca	Idalina Beatriz Minelli	7,26	66º
Auxiliar de Biblioteca	João Lucas Rôcker	7,26	67º
Auxiliar de Biblioteca	Cleber Ronaldo De Farias	7,26	68º
Auxiliar de Biblioteca	Ana Paula Peroti	7,26	69º

Auxiliar de Biblioteca	Naiara Priscila Ribeiro	7,26	70º
Auxiliar de Biblioteca	Rosana Andrieli Dias Camilio	7,26	71º
Auxiliar de Biblioteca	Danessa Da Rosa Fogliatto	7,26	72º
Auxiliar de Biblioteca	Samara De Souza Bortoloti	7,26	73º
Auxiliar de Biblioteca	Ivania Campregheer Schappo	7,26	74º
Auxiliar de Biblioteca	Tassia Aparecida de Paulo Pereira	7,26	75º
Auxiliar de Biblioteca	Lucineia Gomes Ferreira Schwarz	7,26	76º
Auxiliar de Biblioteca	Diane Aparecida Dos Santos Jaques	7,26	77º
Auxiliar de Biblioteca	Solange Dos Santos	7,26	78º
Auxiliar de Biblioteca	Suzan Freire Pinto	6,93	79º
Auxiliar de Biblioteca	Natieli Aparecida da Silva	6,93	80º
Auxiliar de Biblioteca	Lilian Cleide Ferreira Peres	6,93	81º
Auxiliar de Biblioteca	Eliane Rodrigues Silva	6,93	82º
Auxiliar de Biblioteca	Willian Möller	6,93	83º
Auxiliar de Biblioteca	Eliane Coelho	6,93	84º
Auxiliar de Biblioteca	Milena Lais Vogel	6,93	85º
Auxiliar de Biblioteca	Luiz Eduardo Santos Fernandes	6,93	86º
Auxiliar de Biblioteca	Crystian Andre de Ramos	6,93	87º
Auxiliar de Biblioteca	Valdineia Ferreira Viergutz	6,93	88º
Auxiliar de Biblioteca	Robson Antonio dos Santos	6,93	89º
Auxiliar de Biblioteca	Taciana Silva De Oliveira De Lima	6,93	90º
Auxiliar de Biblioteca	João Henrique Correa da Silva	6,93	91º
Auxiliar de Biblioteca	Daniel Gustavo Peiter	6,93	92º
Auxiliar de Biblioteca	Lucas Timm Procopio	6,93	93º
Auxiliar de Biblioteca	Jaime Severiano Junior	6,93	94º
Auxiliar de Biblioteca	Leila Bittencourt	6,93	95º
Auxiliar de Biblioteca	Ana Angelica Ugarte	6,93	96º
Auxiliar de Biblioteca	Jeane Aparecida da Silva	6,93	97º
Auxiliar de Biblioteca	Krislene Kupas	6,93	98º
Auxiliar de Biblioteca	Ligia Camila Danielak	6,93	99º
Auxiliar de Biblioteca	Rosimery Tillmann	6,93	100º
Auxiliar de Biblioteca	Claudemar Costa Müller	6,93	101º
Auxiliar de Biblioteca	Márcio Winter Júnior	6,93	102º
Auxiliar de Biblioteca	Simone Gesser	6,60	103º
Auxiliar de Biblioteca	Gislaine De Souza	6,60	104º
Auxiliar de Biblioteca	Adriano de Araújo Dantas	6,60	105º
Auxiliar de Biblioteca	Marcia Luzia Moreira da Rocha	6,60	106º
Auxiliar de Biblioteca	Rodrigo Hornburg	6,60	107º
Auxiliar de Biblioteca	Diana Aparecida Coimbra	6,60	108º
Auxiliar de Biblioteca	Renata Aparecida Stroeberl	6,60	109º
Auxiliar de Biblioteca	Misael Airton Ochner	6,60	110º
Auxiliar de Biblioteca	Juliana de Fatima Do Nascimento Ningiliski	6,60	111º
Auxiliar de Biblioteca	Adriana Wiesterleck	6,60	112º
Auxiliar de Biblioteca	Patrick de Oliveira Heineck	6,60	113º
Auxiliar de Biblioteca	Doraci Alflen	6,60	114º
Auxiliar de Biblioteca	Luan Santana Padilha	6,60	115º
Auxiliar de Biblioteca	Daiana Lilian de Oliveira	6,60	116º
Auxiliar de Biblioteca	Renata Kemmer Mendes	6,60	117º
Auxiliar de Biblioteca	Thiago dos Santos	6,60	118º
Auxiliar de Biblioteca	Bianca Gomes Viergutz	6,27	119º

Auxiliar de Biblioteca	Caroline Lang	6,27	120º
Auxiliar de Biblioteca	Keity Rafaela Cravelim	6,27	121º
Auxiliar de Biblioteca	Kátyla Alessandra Vicenzi Viergutz	6,27	122º
Auxiliar de Biblioteca	Darlete de Fatima Correa	6,27	123º
Auxiliar de Biblioteca	Laiza Caroline Guerreiro Castelar	6,27	124º
Auxiliar de Biblioteca	Mitchel Rodrigues de Miranda	6,27	125º
Auxiliar de Biblioteca	Cintia Caroline Zomer	6,27	126º
Auxiliar de Biblioteca	Rosa Terezinha Inacio	6,27	127º
Auxiliar de Biblioteca	Sintia Cleusa Model	6,27	128º
Auxiliar de Biblioteca	Gabriela Alves Ribeiro	6,27	129º
Auxiliar de Biblioteca	Jeferson Kamke	6,27	130º
Auxiliar de Biblioteca	Wellington Luiz Carvalho	6,27	131º
Auxiliar de Biblioteca	Guilherme Henrique Duwe	6,27	132º
Auxiliar de Biblioteca	Tiago Rodrigues da Silva	6,27	133º
Auxiliar de Biblioteca	Sirlei Da Luz Vargas Dambroski	6,27	134º
Auxiliar de Biblioteca	Gisele Pereira dos Santos	6,27	135º
Auxiliar de Biblioteca	Fernando Henrique Venturini	5,94	136º
Auxiliar de Biblioteca	Daniel Mariano	5,94	137º
Auxiliar de Biblioteca	Daiana Pereira De Sousa	5,94	138º
Auxiliar de Biblioteca	Liliane dos Santos Lima	5,94	139º
Auxiliar de Biblioteca	Cassia Regina Barbosa	5,94	140º
Auxiliar de Biblioteca	Leticia Lenita da Fonseca dos Santos	5,94	141º
Auxiliar de Biblioteca	Graciela Lorenzo de Sousa	5,94	142º
Auxiliar de Biblioteca	Valdirene Da Luz Schwab	5,94	143º
Auxiliar de Biblioteca	Eliane Hein	5,94	144º
Auxiliar de Biblioteca	Celia Aparecida Schimcheck	5,94	145º
Auxiliar de Biblioteca	Willian Mendes Do Rosario	5,94	146º
Auxiliar de Biblioteca	Bruna Leticia Stuy	5,94	147º
Auxiliar de Biblioteca	Graciele Fabiane Albrechet Fiorelli	5,94	148º
Auxiliar de Biblioteca	Michele Mader	5,94	149º
Auxiliar de Biblioteca	Anelise Aparecida Paloschi	5,61	150º
Auxiliar de Biblioteca	Miriam Cristina Cunha Ferreira	5,61	151º
Auxiliar de Biblioteca	Ariel Mundel	5,61	152º
Auxiliar de Biblioteca	Katiana Minatti	5,61	153º
Auxiliar de Biblioteca	Maria de Fatima Dos Santos	5,61	154º
Auxiliar de Biblioteca	Claudia Mahl	5,28	155º
Auxiliar de Biblioteca	John Lenon Giordeni	5,00	156º
Auxiliar de Biblioteca	Sasckie Sabrine Wehrmeister de Moraes	-	-
Auxiliar de Biblioteca	Maria Claudete Correia da Rocha	-	-
Auxiliar de Biblioteca	Evandro Lemes dos Santos	-	-
Auxiliar de Biblioteca	Ana Soraia Frederico	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Katia de Souza da Silva Torquarto	8,58	1º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Tatiane Aparecida Borges	8,25	2º
Auxiliar de Serviços Gerais I	David Alves	8,25	3º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Marcia Patricia Borges Adriano	7,92	4º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Thiely Postai Dos Santos	7,59	5º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Vivian Vieira Do Prado Martins	7,59	6º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jussara da Silva	7,59	7º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Iria Ristau	7,59	8º

Auxiliar de Serviços Gerais I	Alison Alixandre Cardoso	7,26	9º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Maria Solange Borges Pereira Dos Santos	7,26	10º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Odete Aparecida Silveira	7,26	11º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Bruno Augusto de Carvalho	7,26	12º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Josenir da Silva	6,93	13º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Zelinda Da Silva	6,93	14º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Edsônia Aparecida da Costa	6,93	15º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Stefannin Thalinn da Silva	6,60	16º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Rita de Cassia Barbosa Amador	6,60	17º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Adilson Specht	6,60	18º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Paula Andreia da Silveira	6,60	19º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Ermeson Luis Schwab	6,60	20º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Marcia Fischer Piske	6,60	21º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Elisabeth Zils	6,60	22º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Elisabeth Andrade Nascimento Marcellino	6,60	23º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jaquison Rozwot	6,27	24º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Elisângela Emidio da Silva Vons	6,27	25º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Valdemir Antonio Dos Santos	6,27	26º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jezreel Gerson Pereira	6,27	27º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Hergrit Bruske	6,27	28º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Sandra Regina Fagundes Machado	5,94	29º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Adilson Winter	5,94	30º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Luzia Aparecida Reichardt Moraes	5,61	31º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Gisele Veronica Baechtold	5,61	32º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jean Carlos Hoepers	5,61	33º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Tatiana Costa Venero Krutsch	5,28	34º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Daiana Maiara Uller	5,28	35º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Carla Simone de Amorim	5,28	36º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Marilena Novak Fernandes	5,00	37º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Claudete Postai dos Santos	5,00	38º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Josiane Cordeiro De Souza Zils	5,00	39º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Michael Douglas Gonçalves Paulino	5,00	40º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Maria Helena Castro	5,00	41º
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jeverson José Leite	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Nicole Fernandes dos Santos	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Marlí Torquato	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Zilda Aparecida Rosa Bueno dos Reis	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Antonia Terezinha de Souza Ribeiro	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jenifer Gonçalves da Luz	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Kayane Cardoso Meireles Kruschewsky	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Dilce Pereira Dos Santos	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Jair Redivo	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Maria Helena Galvani	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Anita Rosa	-	-
Auxiliar de Serviços Gerais I	Thaise Goes Ataíde Oliveira	-	-
Professor A - Ensino Educação Infantil	Nadia Cristina Gaedke Raiter	9,41	1º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Lidia Fernanda Cora	8,65	2º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Thais Lenz Pszybalski	8,62	3º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	8,49	4º

Professor A - Ensino Educação Infantil	Daniele Machado Gomes Dos Santos	8,43	5º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Josiani Maiolini de Anevão	8,35	6º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Gislaine Vital Dos Santos Lüdtke	8,12	7º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Luzia Dos Passos Cristofolini	8,12	8º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Caroline Gaedtker	8,12	9º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Ivane Leu	8,02	10º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Noenice Maske Mundel	7,92	11º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Semiramis Baier Puttendorf Mundel	7,79	12º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Claudete Duarte	7,66	13º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Noemi Silvana Riedel Vargas	7,59	14º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Lucilene Pereira	7,59	15º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Thalissa Leite	7,59	16º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Gisele Soares dos Santos	7,53	17º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Daniele Fernanda Lange Maffezzoli	7,43	18º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Karoline Odwazny	7,26	19º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Solange Laueremann	7,26	20º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Tamaila Aparecida da Silva	7,26	21º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Rosangela Almeida Paz	7,03	22º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Amanda Priscila Rumph	6,93	23º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Gilcione Veiber de Almeida Lima	6,93	24º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Ana Maria Alexandre	6,93	25º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Sháilly Katleen Piske	6,57	26º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Pricila Lourenço	6,37	27º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Franciele Martins	6,29	28º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Joseana Corrêa Furtado	6,27	29º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Viviane Bolduan da Silva	6,24	30º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Tatiane Olczyk	6,14	31º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Clair Beliski	6,08	32º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Linea Fernanda Cora	6,04	33º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Antonio César Nobre dos Santos Cristofolini	5,94	34º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Maria Augustinha Miranda Krampitz	5,78	35º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Zenilda Mariano Ferreira	5,68	36º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Eliane Goncalves	5,32	37º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Bruna Carla Neumann Wulf	5,28	38º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Driele Janine Nichelatti	5,00	39º
Professor A - Ensino Educação Infantil	Magda Ketlin Ferreira Bottaro	-	-
Professor A - Ensino Educação Infantil	Silvana Volles	-	-
Professor A - Ensino Educação Infantil	Rosana Ferreira	-	-
Professor A - Ensino Educação Infantil	Vanessa Paiano M. Harmel	-	-
Professor A - Ensino Educação Infantil	Débora Michelly Oliveira Da Silva Bortolini	-	-
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Araci da Silva	6,93	1º
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Luciana Guimarães Oppa	6,37	2º
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Laila Jaisza Monteiro	5,94	3º
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Sheila de Carvalho Vilela Entholzer	5,61	4º
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosecler de Rodettes de Mera	5,38	5º
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Angela de Toledo	-	-
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Débora Saorin	-	-
Professor A - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Marciana Andreia Marchioro	-	-

Professor B - Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Marlei Pauli Norissada dos Santos	6,67	1º
Professor B - Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Carine Maria Stein	-	-
Professor B - Artes – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Liliane Da Silva Gomes	-	-
Professor B - Língua Portuguesa – Ens Fundamental Anos Iniciais e Finais	Joissiane Patricia Muniz da Silva	5,91	1º
Professor B - Língua Portuguesa – Ens Fundamental Anos Iniciais e Finais	Naiara Barbosa	5,48	2º
Professor B - Língua Portuguesa – Ens Fundamental Anos Iniciais e Finais	Jose Berung	5,28	3º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ariela Mireia da Silva Gonçalves	8,22	1º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Patricia Hasse Onofre	7,26	2º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Francis Loize Zoz Coelho	7,07	3º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Luciana Ribeiro Bueno Marschner	7,03	4º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Magali Kubnik	7,03	5º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Gisela Adriana Berg	6,88	6º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Juliane Carina de Souza	6,74	7º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Solange Ines Fenerich Astolfi	6,64	8º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Daniele Esther Dalcanalle	6,60	9º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Benilde Salvador da Silva	6,47	10º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Elisangela Vantuir Dräger	6,44	11º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Denise Cristina Defrein Starosky	6,32	12º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Catia Cristina Stinghen	6,04	13º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Sirlei Lombardi	6,04	14º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Priscila de Oliveira	5,94	15º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Simoni Mundstock Nunes	5,94	16º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Patricia Janaina Hornburg	5,91	17º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Izabel de Mattos Barbosa	5,88	18º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rozangela Berger Franzagua	5,81	19º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vanessa Stack do Amaral	5,78	20º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Andressa Anita Dos Santos	5,71	21º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Angeline Cardoso Fagundes	5,71	22º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mara Lucia Soares Da Silva Nunes	5,61	23º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Janaina Morgem da Rosa	5,61	24º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristiana de Azevedo Monte	5,61	25º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Teresinha Pereira Pacheco	5,58	26º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Stephanie Costa Santos Honorato	5,38	27º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Bernadet Kobernovicz	5,38	28º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tatiane Karoline Voltolini	5,38	29º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Kamilla Marcia Da Silva	5,38	30º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Eliane Kohn	5,28	31º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Juliane Svarcz Storki	5,28	32º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Jessica Eduarda Schiochet	5,28	33º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Samyra Vilela Entholzer	5,28	34º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Luana Trinoski	5,10	35º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cíntia Temira Trinoski	5,10	36º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Soloi Antunes Borba Klossoski	5,10	37º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Viviane Gonçalves de Jesus	5,10	38º

Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Claudineia Breitreitz Fernandes	5,00	39º
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Elizabete Simone Soares	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Katya de Carvalho Fernandes	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Erivete da Silva Martins	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Giovana de Oliveira Figueiredo	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Viviane Stephani	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Debora Eluiza Weber Szurmiak	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Raquel Schuster	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Dhyessica Santos da Costa	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Eliane Franciele de Azevedo	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Solange da Aparecida Gaspar Chimit da Silva	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Izaura Seechis	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Débora Cecilia Dos Santos	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vanderleia Balsanelli	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Bianca Campregheer da Silva	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ivone Ciquelero Pereira	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Carla Simoni Dos Santos	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Milene Ristau	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Elizangela Razini	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristine Amorim	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Susan Nara Vieira	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mirian Ramos	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Francieli Fabiana de Mattos Lach	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Elisane de Lourdes Morsch	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Sonia Mara Gomes Ferreira Kuffel	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Valeria Regina Busarello	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Marizelia Meura	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tania Mara Mohr	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Helena de Carvalho Alves do Prado	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Alana Gomes	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Gisleine de Brito Teles de Campos	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Margarete Regina Trindade	-	-
Professor B - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristina Kleinschmidt do Amarante	-	-
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Fernanda Bioni	8,25	1º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Jessica da Silva	8,02	2º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Marcio André Da Conceição	7,88	3º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Anne Caroline de Oliveira	7,59	4º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Marcio João Alves Sampaio	7,47	5º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Fernando Bioni	7,36	6º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Fernando Gonçalves Moreira	7,26	7º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Fernando Inocencio de Oliveira	7,26	8º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Richard Ruon De Souza	7,26	9º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Cassius Fernando Mozzer	7,03	10º

Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Edivaldo Chaves Da Silva	6,93	11º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Lucas Antonio Uzejka	6,93	12º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Evandro Michelmann	6,74	13º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Wladimir Alves Souza	6,70	14º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Daniel Luís Junckes	6,60	15º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Ramon Nascimento Cardoso	6,57	16º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Pyter Luis Spezia	6,37	17º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Renan Venske	6,34	18º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Marcos Leandro Frey Alves	6,29	19º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Carlos Eduardo Martins	6,27	20º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Lucas Hamester Michaluci	6,27	21º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Elder Deretti	5,38	22º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Eleton da Silva Janicki	5,38	23º
Professor B - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Alexsandro dos Santos	5,00	24º
Professor B - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais	Vanessa Schmidt Mattei	7,26	1º
Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais	José Cidral Junior	8,49	1º
Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais	Maristela Duwe	6,77	2º
Professor C - Geografia - Ens. Fundamental Anos Finais	Nerise de Fatima da Silva	-	-
Professor C - L. Estr. Alemã - Ens. Fundamental Anos Iniciais Finais	Michele Silvano Guckert	6,27	1º
Professor C - L. Estr. Alemã - Ens. Fundamental Anos Iniciais Finais	Marcelo Elias Ackermann	-	-
Professor C - Língua Est. Inglês – Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	Teresa Tomaselli	6,94	1º
Professor C - Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Leuzicleia Duarte	8,03	1º
Professor C - Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Luciane Aparecida Moreira	6,93	2º
Professor C - Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Elizangela Cordeiro de Lima	6,77	3º
Professor C - Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais	Fabiola Oliveira Dos Santos Engelmann	5,28	4º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vardilei dos Santos Vicente	6,64	1º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristiane Gonçalves de Jesus	6,60	2º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rose Marli Tomaselli	6,27	3º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maria Alice Da Luz Jahn	6,27	4º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ines de Lima de Andrade	5,71	5º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Cristiane Mello Costa	5,61	6º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Camila R. de Souza Thilles	5,28	7º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosani Caprali Niehues	5,28	8º

Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Mari Angela Pereira Tomasi	5,00	9º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Elonita da Rocha	5,00	10º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Veridiana Michelle Metzner	5,00	11º
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Raquel dos Santos de Souza	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosa Ângela Barbieri Klabunde	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Romario Schreiber	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Debora dos Santos	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ildemar Steinert	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Edeltraud Roepke Gretter	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Vanda Soares da Luz	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Leila Correia De Nequiro Loesch	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Jaqueline Aparecida Taborda Ribas	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Charlene R. M Miranda	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Jolcirleia dos Santos	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Rosane Pereira Walz	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Maurília Zermiani Cipriani	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Isonete Mathias	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Marlise de Fatima Leite	-	-
Professor C - Ensino Fundamental Anos Iniciais	Tatiane Bueno de Oliveira	-	-
Professor C – Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Edvando Santos Cordeiro	6,70	1º
Professor C – Int. de Libras – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Kerli Dos Santos Vargas	6,27	2º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Márcia Koshinski Dos Santos	8,16	1º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Robison Proensi Chaves	7,92	2º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Zenilde Stamm	7,26	3º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Gustavo Manoel Coelho	7,10	4º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Camila Rebello Lopes	7,07	5º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Emerson Antonio Morgem da Rosa	6,27	6º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Janaina Firmo	6,27	7º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	Patricia Boz da Silva	5,94	8º
Professor C - Educação Física – Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais	William Cothovsky	5,28	9º
Psicopedagogo	Odete Cecilia Blank	6,24	1º
Psicopedagogo	Elisiana Regina Kurth Kinas	-	-

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 17 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CHEILA ADRIANE KLITZKE
Presidente
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

TERMO ADITIVO Nº. A34/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A34/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 176/2015-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: WDX CONSTURORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.112.529/0001-08, estabelecida a Avenida Senador Salgado Filho, nº 5209, Bairro Uberaba, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.580-000,, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor José Carlos Moreira, inscrito no CPF sob o nº 474.879.419-49, portador da carteira de identidade nº 3.974.833-9-SSP-PR.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 176/2015-PMS, celebrado em 29 de julho de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 87/2015 – PMS, Modalidade Concorrência nº. 02/2015 - PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Projeto Espaço Educativo Urbano 12 salas de aula, sendo área total construída com 3.228,08m² no Município de Schroeder/SC, de acordo com o Termo de Compromisso PAR nº. 31365/2014, com O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de prorrogação do prazo de execução da obra até 31 de dezembro de 2016, conforme parecer do setor de engenharia em anexo.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local" no item 2.2 e Clausula Décima "das obrigações da empresa vencedora" no item 10.1.4, do contrato nº 176/2015-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula 2ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 176/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de junho de 2016.

CONTRATADA:

WDX CONSTURORA EIRELI

José Carlos Moreira

CPF nº 474.879.419-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

DISPENSA 33/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2016 - DL**Processo Nr.: 111/2016
Data: 17/06/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: MARCENARIA E ESTRUTURAS METALICAS RIEGER LTDA - EP

Código: 12186

Endereço: R EUGENIO ALBRECHT,493 -

Cidade: SCHROEDER - SC

CNPJ: 07.582.520/0001-07

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para aquisição de Cozinha em MDF 15 mm com pés reguláveis, puxador de perfil de alumínio embutido, corrediças telescópicas e dobradiças cromadas. Pedra de pia na cor verde pérola. Uma mesa quadrada 700cm x 700 cm com duas dadeiras de encosto e duas banquetas em madeira com 900mm de altura e envernizadas. Uma prateleira com espessura de 40mm e 1200mm de comprimento com 400mm de largura e mais suporte para mesma.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa para aquisição de Cozinha em MDF 15 mm com pés reguláveis, puxador de perfil de alumínio embutido, corrediças telescópicas e dobradiças cromadas. Pedra de pia na cor verde pérola. Uma mesa quadrada 700cm x 700 cm com duas dadeiras de encosto e duas banquetas em madeira com 900mm de altura e envernizadas. Uma prateleira com espessura de 40mm e 1200mm de comprimento com 400mm de largura e mais suporte para mesma.	UN	3.200,00	3.200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente dispensa tendo em vista o interesse público envolvido e em função do valor do bem, estar dentro do limite permitido pela Lei 8666/93.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Junho de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 33/2016 - DL**Processo Nr.:** 111/2016
Data: 17/06/2016

Folha: 2/2

17/06/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Junho de 2016

Valor da Despesa:

3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 32/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 32/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 110/2016
Data: 17/06/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: ZANDONA & PIVA LTDA - ME**Código:** 9363**Endereço:** R MARECHAL CASTELO BRANCO,3246 - SALA 1**Cidade:** SCHROEDER - SC**CNPJ:** 04.456.804/0001-50**Inscrição Estadual:** 254.226.027**Objeto da Compra:** Aquisição de refrigerador 340litros para a Policia Militar do Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	refrigerador 340 litros duplex frostfree branco na dimensões (A x L x P) 169,5cm x 62,1cm x 71,4cm, 220 v, com controle de temperatura, prateleiras removíveis, recipiente para guardar gelo, porta ovos e pés niveladores.	UN	1.990,00	1.990,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente dispensa tendo em vista o interesse público envolvido e em função do valor do bem, estar dentro do limite permitido pela Lei 8666/93.

Schroeder, 17 de Junho de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 32/2016 - DL**Processo Nr.:** 110/2016
Data: 17/06/2016

Folha: 2/2

15/6/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Junho de 2016

Valor da Despesa:

1.990,00 (um mil novecentos e noventa reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 394/2016 A 395/2016

Portaria nº. 394/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 110 da Lei Complementar nº. 18/2003, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras providências, resolve,
Conceder, a servidora Cristina Schucht, matrícula - 183901, contratada no emprego público de Agente Comunitário de Saúde - CLT, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, conforme atestado médico, no período de 06 de junho a 03 de outubro de 2016.
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 17 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 395/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 137 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

Convocar, Claudimir Sartori - matrícula 150802, contratado em caráter temporário para exercer a função de Operador de Máquinas Pesadas, com férias registradas para o período de 10 a 29 de junho de 2016, conforme Portaria nº. 375/2016, para retornar ao trabalho a partir de 20 de junho de 2016, por imperiosa necessidade do serviço público, sendo que os dias restantes serão usufruídos em outro período definido pelo Executivo Municipal em comum acordo com o servidor.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 17 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 17 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2016

DECRETO Nº 101/2016 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

"Dispõe sobre Lotação de Veículos equipamentos rodoviários, e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Art. 1º. Os veículos e equipamentos rodoviários de propriedade da Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, ficam lotados nas Secretarias, conforme relação a seguir:

1. GABINETE DO PREFEITO.

VEÍCULO CITROEN C4 PALLAS20EXA
PLACA EBI0342
CHASSI 8BCLDRFJ28G557091
RENAVAN 971253536
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL GASOLINA
COR PRATA
PATRIMONIAL 2980

2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE WAY ECON
PLACA MGL9827
CHASSI 9BD15844AA6365318
RENAVAN 178650129
ANO 2009
MODELO 2010
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 2724

VEÍCULO FIAT/SIENA
PLACA MDB9057
CHASSI 9BD197163F3219354
RENAVAN 1205054330
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4595

VEÍCULO PALIO FIRE
PLACA MLP4637
CHASSI 9BD17102LF5967017
RENAVAN 152449
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL GASOLINA/ALCOOL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4596

VEÍCULO VW/GOL 1.6 POWER
PLACA MHB6151
CHASSI 9BWCBO5W88T180476
RENAVAN 953938611

ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 118

3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

VEÍCULO FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX
PLACA MJZ8154
CHASSI 9BFZF54P4D8372786
RENAVAN 474410080
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 3442

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA QHE5965
CHASSI 93ZL68C01E8456326
RENAVAN 1027566720
ANO 2013
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4723

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF6377
CHASSI 93ZL68C01D8445948
RENAVAN 505908638
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4071

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF9107
CHASSI 93ZL68C01D8446323
RENAVAN 509077897
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4072

VEÍCULO ÔNIBUS
PLACA MLF9097
CHASSI 93ZL68C01D8446149
RENAVAN 509072976
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4073
VEÍCULO FIESTA HATCH FLEX
PLACA MKN 0274
CHASSI 9BFZF55P5E8015407
RENAVAN 544324315
ANO 2013

MODELO 2014
COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCO ARTICO
PATRIMONIAL 4101

4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VEÍCULO FIAT/SIENA ESSENCE
PLACA QHW0774
CHASSI 9BD19716TG3296179
RENAVAN 1087447930
ANO 2016
MODELO 2016
COMBUSTIVEL ALCOOL/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL

VEÍCULO CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA
PLACA MKJ9443
CHASSI 93W245H34D2094913
RENAVAN 470089490
ANO 2012
MODELO 2013
COMBUSTIVEL DIESEL
COR BRANCO
PATRIMONIAL 3441

VEÍCULO MICROONIBUS
PLACA MIB0278
CHASSI 93W245H34B2061022
RENAVAN 257614389
ANO 2010
MODELO 2011
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR PRATA
PATRIMONIAL 2454

VEÍCULO SPIN LTZ
PLACA MLL4292
CHASSI 9BGJC75ZOEB224132
RENAVAN 1000246229
ANO 2013
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4468

VEÍCULO UNO MILLE ECONOMY
PLACA MLM5813
CHASSI 9BD15822AD6862895
RENAVAN 1001039952
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4552

5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEÍCULO CORSA/CHEVROLET-CLASSIC-LS
PLACA MLL1426
CHASSI 9BGSU19FOEB195914
RENAVAN 586883347
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL FLEX-ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4598
OBS: CEDÊNCIA

CONSELHO TUTELAR

VEÍCULO CITROEN/AIRCROSS M FEEL
PLACA QID1273
CHASSI 935SUNFN1HB505316
RENAVAN 1085995329
ANO 2016
MODELO 2017
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL
6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVI-
ÇOS URBANOS

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 1719
PLACA OKH1266
CHASSI 9BFYEAGB2EBS71614
RENAVAN 337903
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL OLEO S10
COR BRANCO ARTICO

VEÍCULO HONDA/CG 125 FAN ESD
PLACA MLM5863
CHASSI 9C2JC4160ER020645
RENAVAN 1001044948
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL GASOLINA
COR VERMELHA
PATRIMONIAL 4547

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 2622
PLACA MEV2294
CHASSI 9BFZC9V88BB12029
RENAVAN 966346491
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 2374

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA-15
ANO 1991
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2259

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 68
ANO 1992
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2255

EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU
ANO 2012
MODELO 2012
CHASSI KMTPC202K51B10018
COMBUSTÍVEL DIESEL 97HP
PATRIMONIAL 3290
COR AMARELA

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU- D51E
ANO 2013
MODELO 2013
CHASSI KMT0D080E51B13677
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4469
COR AMARELA

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CASE 845B
ANO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4703
COR CASTANHO
CHASSIS HBZN0845LEAF03402
MOTOR 1204951

EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA GEHL
ANO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
MODELO 4240E
COR AMARELA
MOTOR DIESELDE 46 HP2.600RPM
CHASSI GHL04240F0000645-K3505
PATRIMONIAL 4554

VEÍCULO PA CARREGADEIRA DE RODAS WA200
CHASSI KMTWA052H51B12374
ANO 2013
MODELO 2013 WA200-5
COR AMARELA
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4546
VEÍCULO CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL
ANO 2008
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMÔNIO 2247

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406
ANO 2014
MODELO 2014
CHASSI 9AD406AELE0005785
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELA
PATRIMONIAL 4590

VEÍCULO CAMINHONETE/AB/C.DUPL
PLACA JVL3448
CHASSI 9BG138HJ08C416673
RENAVAN 940014815
ANO 2007
MODELO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR PRATA
PATRIMONIAL 4593

VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENZ
PLACA QHB8885
CHASSI 9BM693388EB962917
RENAVAN 1013557830
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4594

EQUIPAMENTO RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E
CHASSI CAT0416ECMF08509
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4419
COR AMARELA

7. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA B110B T4X4
CHASSI HBZN110BAGAH15430

ANO 2016
MODELO 2016
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AMARELO
PATRIMONIAL

EQUIPAMENTO TRATOR DE PNEUS MAHINDRA
CHASSI B539CNM015080
ANO 2015
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4802
COR VERMELHO
MODELO 9200 4WD

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY
PLACA MGH6715
CHASSI 9BD15822AA6276800
RENAVAN 152685510
ANO 2009
MODELO 2010
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 2418

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110
ANO 2011
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 2258

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS NEW HOLLAND 7630
ANO 2008
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 997

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND 7630
CHASSI ZDCA02565
ANO 2013
MODELO 7630 4X4
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR AZUL
PATRIMONIAL 4074

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220
CHASSI N A1303002
ANO 2013
MODELO SEM 8218
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4373

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275
CHASSI AAAT0003UDC021273
ANO 2013
MODELO 4275 / 4
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR VERMELHA
OBS: CEDÊNCIA
PATRIMONIO 4599

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY
PLACA MKC1620
CHASSI 9BD15822AD6900187
RENAVAN 597511640
ANO 2013
MODELO 2013
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4573
OBS: CEDÊNCIA

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO
PLACA MML6622
CHASSI 9BFZEAMD5EBS62920
RENAVAN 1085182999
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4531

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555-3
ANO 2014
MODELO 2014
COMBUSTÍVEL DIESEL
PATRIMONIAL 4597
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO BASCULANTE
PLACA QHI2671
CHASSI 9BFZEAMD7FBS72074
RENAVAN 1039530505
ANO 2014
MODELO 2015
COMBUSTÍVEL DIESEL
COR BRANCA
PATRIMONIAL 4776

8. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando o DECRETO N° 083/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016., e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretario de Administração

ANEXOSLDO2017**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 17/06/2016

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.655.181,20	---	14.920.343,23	---	(4.734.837,97)	(24,090)
Receitas Primárias (I)	19.322.081,20	---	14.801.186,20	---	(4.520.895,00)	(23,398)
Despesa Total	19.655.181,20	---	12.536.076,92	---	(7.119.104,28)	(36,220)
Despesas Primárias (II)	19.275.181,20	---	12.400.406,86	---	(6.874.774,34)	(35,666)
Resultado Primário (III) = (I-II)	46.900,00	---	2.400.779,34	---	2.353.879,34	5.018,932
Resultado Nominal	(327.283,03)	---	(293.683,32)	0,000	33.599,71	(10,266)
Dívida Pública Consolidada	598.967,98	---	492.662,23	0,000	(106.305,75)	(17,748)
Dívida Consolidada Líquida	598.967,98	---	492.662,23	0,000	(106.305,75)	(17,748)

ANEXOSLDO2017

Página: 1/5
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários	1 - Processo Legislativo	159.900,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10 - Fomento a Producao Agricola	90.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	00.01.0000 - Recursos Ordinários	11 - Transporte Rodoviario	90.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários	12 - Servicos de Utilidade Publica	117.900,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E	00.01.0000 - Recursos Ordinários	13 - Reserva de Contingencia	30.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para Ex	00.01.0000 - Recursos Ordinários	16 - Educacao Especial	20.200,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pelo Exerc	00.01.0000 - Recursos Ordinários	17 - Fundo Municipal da Industria e Comercio - PROINDUS	2.000,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Cadas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	2 - Gestao Administrativa Superior	20.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 - Taxa de Cemitérios	00.01.0000 - Recursos Ordinários	3 - Administracao Geral	6.500,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 - Taxa de Limpeza Pública	00.01.0000 - Recursos Ordinários	4 - Planejamento e Financas	100.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prest	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5 - Educacao para Todos	8.625,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 - Contrib p/ Pavimentação	00.01.0000 - Recursos Ordinários	6 - Esporte Participativo	150.000,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00 - Outras Contribuições Ec	00.01.0000 - Recursos Ordinários	7 - Cultura, Arte e Lazer	3.500,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Agrope	00.01.0000 - Recursos Ordinários	8 - Atendimento a Saude Publica	14.250,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00 - Serviços de Transporte	00.01.0000 - Recursos Ordinários	9 - Atendimento Social	3.000,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00 - Outros serviços de Tran	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.500,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00 - Serviços de Inscrição e	00.01.0000 - Recursos Ordinários		13.000,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00 - Serviços Recreativos e	00.01.0000 - Recursos Ordinários		3.500,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 - Serviços de Fornecedor	00.01.0000 - Recursos Ordinários		250.000,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00 - Serv. de Preparação da	00.01.0000 - Recursos Ordinários		150.000,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00 - Serviços de Cemitérios	00.01.0000 - Recursos Ordinários		6.500,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 - Serviços de Religament	00.01.0000 - Recursos Ordinários		5.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 - Outros Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários		5.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários		5.563.875,78
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0000 - Recursos Ordinários		3.000,00
4.1.7.2.1.01.08.00.00.00 - Cota-Parte FPM Adicion	00.01.0000 - Recursos Ordinários		300.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. ICMS - I	00.01.0000 - Recursos Ordinários		12.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários		3.060.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários		210.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0000 - Recursos Ordinários		42.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0000 - Recursos Ordinários		25.000,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00 - Convênio Multas	00.01.0000 - Recursos Ordinários		15.900,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0000 - Recursos Ordinários		9.000,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.800,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora di	00.01.0000 - Recursos Ordinários		2.500,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00 - Multas e Juros de Mora	00.01.0000 - Recursos Ordinários		5.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	00.01.0000 - Recursos Ordinários		7.980,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora D	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.500,00
Subtotal:			10.621.791,78

Página: 2/5
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.9.1.1.3.98.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora D	00.01.0000 - Recursos Ordinários		13.300,00
4.1.9.1.1.3.99.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora D	00.01.0000 - Recursos Ordinários		6.655,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Indenizações	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.331,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Restituições	00.01.0000 - Recursos Ordinários		6.655,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários		30.000,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0000 - Recursos Ordinários		1.020,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. das Contr	00.01.0000 - Recursos Ordinários		19.900,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00 - Receita da Dívida Ativa	00.01.0000 - Recursos Ordinários		6.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários		15.000,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00.00 - Amortizações de Empre	00.01.0000 - Recursos Ordinários		12.000,00
Subtotal:			10.621.791,78
4.1.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	5 - Educacao para Todos	66.625,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		37.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		37.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		49.125,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		2.318.281,57
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		1.250,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		5.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		1.275.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		87.500,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		17.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		3.750,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		750,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		3.325,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora D	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		625,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		12.500,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		425,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-1.700.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-1.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-7.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-1.160.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita pai	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-85.200,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Ded Cota Parte IPI-Exp	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans		-16.000,00
Subtotal:			947.456,57
Subtotal:			947.456,57

Página: 3/5
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	8 - Atendimento a Saude Publica	39.975,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 - IRRF s/ os Rendimentos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		22.500,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - ITBI e de Direitos Reais	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		22.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		29.475,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		17.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		1.390.968,95
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		750,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		3.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		765.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		52.500,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		10.500,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00 - Cota-Parte do IPI sobre	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		2.250,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		450,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s/	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		1.995,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora Di	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		375,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora D	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		7.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		255,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do ISS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans		2.366.993,95
Subtotal:			97.875,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib. c	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no D	11 - Transporte Rodoviário	97.875,00
Subtotal:			97.875,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 - Contrib. p/ Custeio do S	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos i	12 - Serviços de Utilidade Publica	150.000,00
Subtotal:			150.000,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00 - Convênio Polícia Militar	00.01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar	3 - Administracao Geral	26.600,00
Subtotal:			26.600,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00 - Convênio Polícia Civil	00.01.0011 - Convênio de Trânsito - Civil	3 - Administracao Geral	14.000,00
Subtotal:			14.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00 - Convênio Trânsito Prefe	00.01.0012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	3 - Administracao Geral	16.655,00
Subtotal:			16.655,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00 - Transf. Recursos do FU	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%	5 - Educacao para Todos	932.800,00
Subtotal:			932.800,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00 - Transf. Recursos do FU	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%	5 - Educacao para Todos	367.200,00
Subtotal:			367.200,00

Página: 4/5
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.2.47.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0034 - Transferências de Convênios - O	10 - Fomento a Producao Agrícola	200.000,00
4.2.47.2.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0034 - Transferências de Convênios - O	11 - Transporte Rodoviário	150.000,00
	Subtotal:	12 - Servicos de Utilidade Publica	660.000,00
		7 - Cultura, Arte e Lazer	50.000,00
		9 - Atendimento Social	100.000,00
		Subtotal:	1.160.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0035 - Transferência do Sistema Único (9 - Atendimento Social	462.335,00
	Subtotal:		462.335,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.01.0036 - Salário-Educação	5 - Educacao para Todos	130.000,00
	Subtotal:		130.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	5 - Educacao para Todos	38.900,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE		40.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00 - Outras Transferências L	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE		100.000,00
	Subtotal:		178.900,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00 - Piso de Atenção Básica	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	8 - Atendimento a Saude Publica	110.000,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00.00 - Estratégia Saúde da Fa	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		125.000,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00.00 - Agentes Comunitários d	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		125.000,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00.00 - Saúde Bucal	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		35.000,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00 - Outros Programas Finan	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		325.000,00
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00 - Teto Fianceteiro - MAC	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		60.000,00
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00 - Transferências do SUS	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		100.000,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00 - Vigilância Epidemiológic	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		70.000,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00 - Vigilância Sanitária	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		45.000,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00 - Componente Básico de	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União		25.000,00
	Subtotal:		1.020.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0039 - Fundo Especial do Petróleo - FEI	11 - Transporte Rodoviário	80.000,00
	Subtotal:		80.000,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00 - Transferência de Recur	00.01.0061 - Transferências de Convênios - E	9 - Atendimento Social	200.000,00
	Subtotal:		200.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00 - Transf. Conv. Estados L	00.01.0062 - Transferências de Convênios - E	5 - Educacao para Todos	70.000,00
4.2.47.2.02.00.00.00.00 - Transf. de Convênio De	00.01.0062 - Transferências de Convênios - E		130.000,00
	Subtotal:		200.000,00
4.2.47.2.01.00.00.00.00 - Transf. de Convênio p/	00.01.0063 - Transferências de Convênios - E	8 - Atendimento a Saude Publica	90.000,00
	Subtotal:		90.000,00

Página: 5/5
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2017
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

ORIGEM		DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Programa	Valor
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de S	8 - Atendimento a Saúde Pública	120.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00 - Transferência de Recur	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de S		120.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de S		
	Subtotal:		Subtotal:
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00 - Taxa de Utilização de Ár	00.01.0080 - Outras Especificações	3 - Administracao Geral	33.000,00
	Subtotal:		Subtotal:
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas - (12 - Serviços de Utilidade Pública	500.000,00
	Subtotal:		Subtotal:
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Bei	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	12 - Serviços de Utilidade Pública	250.000,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Bei	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	9 - Atendimento Social	630.000,00
	Subtotal:		Subtotal:
	Total geral:		20.595.607,30

ANEXOSLDO2017

Página: 17
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA Órgão: 02.00 Gabinete do Prefeito Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito			64.672.984,89	0,00	16.958.795,41	47.714.189,48	16.163.613,35	0,00	47.714.189,48
			3.368.500,00	0,00	733.850,00	2.634.650,00	895.000,00	0,00	2.634.650,00
			3.368.500,00	0,00	733.850,00	2.634.650,00	895.000,00	0,00	2.634.650,00
0002	Gestao Administrativa Superior								
	2.200	Manutencao do Gabinete do Prefeito							
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	3.115.500,00	0,00	615.850,00	2.499.650,00	760.000,00	0,00	2.499.650,00
	2.994	Manutenção do Conselho Tutelar							
		Meta fisica	2,000	0,000	1,000	1,000	1,000	0,000	1,000
		Meta financeira	253.000,00	0,00	118.000,00	135.000,00	135.000,00	0,00	135.000,00
Órgão: 03.00 Secretaria de Administracao e Des. Economico Unidade: 03.01 Departamento de Administração			5.701.312,00	0,00	1.301.370,00	4.399.942,00	1.310.255,00	0,00	4.399.942,00
			5.601.312,00	0,00	1.301.370,00	4.299.942,00	1.210.255,00	0,00	4.299.942,00
0003	Administracao Geral								
	1.420	Programa PROINDUS							
		Meta fisica	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	2.001	Contribuição a Entidades Municipalistas							
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	250.000,00	0,00	100.000,00	150.000,00	50.000,00	0,00	150.000,00
	2.300	Manutencao da Administracao Geral							
		Meta fisica	10,000	0,000	1,000	9,000	1,000	0,000	9,000
		Meta financeira	4.251.640,00	0,00	970.000,00	3.281.640,00	900.000,00	0,00	3.281.640,00
	2.320	Festividades do Municipio							
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	450.000,00	0,00	70.000,00	380.000,00	80.000,00	0,00	380.000,00
	2.330	Apoio a Segurança Publica							
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	549.672,00	0,00	161.370,00	388.302,00	180.255,00	0,00	388.302,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Página: 2/7
Data: 17/06/2016

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016				
Entidade: Órgão: Unidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA		64.672.984,89	0,00	16.958.795,41	47.714.189,48	16.163.613,35	0,00	47.714.189,48
	03.00 Secretaria de Administração e Des. Economico		5.701.312,00	0,00	1.301.370,00	4.399.942,00	1.310.255,00	0,00	4.399.942,00
	03.04 Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS								
	0017								
Órgão: Unidade:	1.914 Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	Manutencao (ano)							
	Meta fisica		2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
	Meta financeira		100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
	04.00 Secretaria de Planejamento e Financas		4.113.250,00	0,00	1.195.041,67	2.918.208,33	1.180.000,00	0,00	2.918.208,33
	04.01 Departamento de Contabilidade		1.400.000,00	0,00	400.000,00	1.000.000,00	300.000,00	0,00	1.000.000,00
Órgão: Unidade:	0004 Planejamento e Financas								
	0.400 Encargos Gerais do Município	Operacao de credito (ano)							
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		1.400.000,00	0,00	400.000,00	1.000.000,00	300.000,00	0,00	1.000.000,00
	04.03 Departamento de Financas		2.713.250,00	0,00	795.041,67	1.918.208,33	880.000,00	0,00	1.918.208,33
Órgão: Unidade:	0004 Planejamento e Financas								
	2.400 Manutencao da Secretaria de Planejamento e Financas	Manutencao (ano)							
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		2.713.250,00	0,00	795.041,67	1.918.208,33	880.000,00	0,00	1.918.208,33
	05.00 Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		22.411.687,84	0,00	6.323.114,27	16.088.573,57	4.395.393,57	0,00	16.088.573,57
Órgão: Unidade:	05.01 Departamento de Educacao		20.151.687,84	0,00	5.648.114,27	14.503.573,57	3.960.393,57	0,00	14.503.573,57
	0005 Educacao para Todos								
	2.500 Manutencao do Ensino Básico	Manutencao (ano)							
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		13.062.979,38	0,00	3.992.800,81	9.070.178,57	2.556.493,57	0,00	9.070.178,57
2.510 Manutencao da Merenda Escolar									
	Meta fisica	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		756.300,00	0,00	185.300,00	571.000,00	198.900,00	0,00	571.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Página: 3/7
 Data: 17/06/2016

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016				
Entidade: Órgão: Unidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA		64.672.984,89	0,00	16.958.795,41	47.714.189,48	16.163.613,35	0,00	47.714.189,48
	05.00 Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes		22.411.687,84	0,00	6.323.114,27	16.088.573,57	4.395.393,57	0,00	16.088.573,57
	05.01 Departamento de Educacao		20.151.687,84	0,00	5.648.114,27	14.503.573,57	3.960.393,57	0,00	14.503.573,57
0005	Educacao para Todos								
2.530	Manutencao da Educacao Infantil								
	Meta fisica		4,000	0,000	0,000	4,000	0,000	0,000	4,000
	Meta financeira		180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
2.540	Manutencao do Transporte Escolar								
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		1.327.860,00	0,00	269.465,00	1.058.395,00	260.000,00	0,00	1.058.395,00
2.550	Manutenção da Creche								
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		4.789.548,46	0,00	1.200.548,46	3.589.000,00	910.000,00	0,00	3.589.000,00
0016	Educação Especial								
2.992	Educação Especial								
	Meta fisica		3,000	0,000	0,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00
Unidade:	05.02 Departamento de Cultura		1.425.000,00	0,00	330.000,00	1.095.000,00	270.000,00	0,00	1.095.000,00
0007	Cultura, Arte e Lazer								
2.700	Manutencao das Atividades Culturais								
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		1.425.000,00	0,00	330.000,00	1.095.000,00	270.000,00	0,00	1.095.000,00
Unidade:	05.03 Departamento de Esportes		835.000,00	0,00	345.000,00	490.000,00	165.000,00	0,00	490.000,00
0006	Esporte Participativo								
2.600	Apio ao Esporte Amador								
	Meta fisica		4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
	Meta financeira		835.000,00	0,00	345.000,00	490.000,00	165.000,00	0,00	490.000,00

Página: 4/7
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016					
Entidade: Órgão: Unidade: 0010	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA									
	07.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		64.672.984,89	0,00	16.958.795,41	47.714.189,48	16.163.613,35	0,00	47.714.189,48
				10.636.952,44	0,00	2.084.454,73	8.552.497,71	1.420.000,00	0,00	8.552.497,71
	07.01	Departamento de Agricultura		10.636.952,44	0,00	2.084.454,73	8.552.497,71	1.420.000,00	0,00	8.552.497,71
Fomento a Producao Agricola										
1.904	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos									
		Meta física	Bens Móveis (Bem)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira		1.643.432,93	0,00	400.000,00	1.243.432,93	200.000,00	0,00	1.243.432,93
2.010	Assistencia ao Produtor Rural									
		Meta física	Manutencao (ano)	8,000	0,000	1,000	7,000	1,000	0,000	7,000
		Meta financeira		8.993.519,51	0,00	1.684.454,73	7.309.064,78	1.220.000,00	0,00	7.309.064,78
Órgão: Unidade: 0011	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS									
	08.01	Departamento de Transportes		13.042.742,61	0,00	4.059.129,74	8.983.612,87	4.390.629,78	0,00	8.983.612,87
				6.167.742,61	0,00	2.259.129,74	3.908.612,87	1.795.629,78	0,00	3.908.612,87
	Transporte Rodoviário									
2.110	Manutencao da Secretaria dos Transportes									
		Meta física	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira		6.167.742,61	0,00	2.259.129,74	3.908.612,87	1.795.629,78	0,00	3.908.612,87
Unidade: 0012	08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos									
				6.875.000,00	0,00	1.800.000,00	5.075.000,00	2.595.000,00	0,00	5.075.000,00
	Serviços de Utilidade Publica									
	1.120	Pavimentacao de Ruas, Passeios e Ciclovias	obras (UN)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
1.121	Meta física									
		Meta financeira		2.205.000,00	0,00	550.000,00	1.655.000,00	1.090.000,00	0,00	1.655.000,00
	Saneamento Basico									
		Meta física	obras (UN)	1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000
1.913	Meta financeira			350.000,00	0,00	150.000,00	200.000,00	125.000,00	0,00	200.000,00
	Construção da Casa Mortuária									
		Meta física	obras (UN)	1,000	0,000	1,000	0,000	1,000	0,000	0,000
		Meta financeira		350.000,00	0,00	100.000,00	250.000,00	300.000,00	0,00	250.000,00

Página: 5/7
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016					
Entidade: Órgão: Unidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA									
	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS									
	08.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos									
	0012 Serviços de Utilidade Publica									
2.120	Manutencao dos Serviços Urbanos	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000	
			3,263.600,00	0,00	730.000,00	2,533.600,00	770.000,00	0,00	2,533.600,00	
	2.121	Manutencao do Sistema de Abastecimento de Água	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
				706.400,00	0,00	270.000,00	436.400,00	310.000,00	0,00	436.400,00
Órgão: Unidade:	09.00 Reserva de Contingencia									
	09.01 Reserva de Contingencia									
	0013 Reserva de Contingencia									
	4.130 Reserva de Contingencia									
Órgão: Unidade:	11.00 Secretaria de Assistencia Social									
	11.02 Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - FIA									
	0009 Atendimento Social									
	2.910 Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia									
Unidade: Órgão:	Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia	Manutencao (ano)	4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000	
			120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	30.000,00	0,00	120.000,00	
	11.03 Fundo Municipal de Assistência Social	Atendimento Social	Programa (UN)	5,078.540,00	0,00	1,211.835,00	3,866.705,00	2,492.335,00	0,00	3,866.705,00
				100,000	0,000	25,000	75,000	25,000	0,000	75,000
Unidade: Órgão:	Programa de Habitacao	Programa (UN)	980.000,00	0,00	50.000,00	930.000,00	730.000,00	0,00	930.000,00	
			75,000	0,00	0,00	75,000	75,000	0,00	75,000	
	11.03 Fundo Municipal de Assistência Social	Atendimento Social	Programa (UN)	980.000,00	0,00	50.000,00	930.000,00	730.000,00	0,00	930.000,00
				75,000	0,00	0,00	75,000	75,000	0,00	75,000

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
 Seleção: Alteração em 01/10/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Página: 6/7
 Data: 17/06/2016

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA	
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016					
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA Órgão: 11.00 Secretaria de Assistência Social Unidade: 11.03 Fundo Municipal de Assistência Social 0009	Atendimento Social	obras (UN)	64.672.984,89	0,00	16.958.795,41	47.714.189,48	16.163.613,35	0,00	47.714.189,48	
			5.198.540,00	0,00	1.211.835,00	3.986.705,00	2.522.335,00	0,00	3.986.705,00	
			5.078.540,00	0,00	1.211.835,00	3.866.705,00	2.492.335,00	0,00	3.866.705,00	
	1.912	Construção do CRAS		1,000	0,000	0,250	0,750	1,000	0,000	0,750
		Meta física			0,00	160.000,00	400.000,00	300.000,00	0,00	400.000,00
		Meta financeira								
	2.900	Manutencao do Fundo de Assistencia Social								
		Meta física	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira		2.347.335,00	0,00	748.835,00	1.598.500,00	1.027.335,00	0,00	1.598.500,00
2.903	Manutencao dos AAs									
	Meta física	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	0,000	0,000	3,000	
	Meta financeira		30.000,00	0,00	10.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	
2.920	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos									
	Meta física	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000	
	Meta financeira		391.000,00	0,00	130.000,00	261.000,00	135.000,00	0,00	261.000,00	
2.930	Atencao a Terceira Idade									
	Meta física	Manutencao (ano)	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000	
	Meta financeira		310.000,00	0,00	70.000,00	240.000,00	170.000,00	0,00	240.000,00	
2.940	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.									
	Meta física	Manutencao (ano)	3,000	0,000	1,000	2,000	1,000	0,000	2,000	
	Meta financeira		150.000,00	0,00	33.000,00	117.000,00	50.000,00	0,00	117.000,00	
2.993	Programa de Atenção Integral as Famílias									
	Meta física	Programa (ano)	7,000	0,000	1,000	6,000	1,000	0,000	6,000	
	Meta financeira		310.205,00	0,00	10.000,00	300.205,00	80.000,00	0,00	300.205,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (A) - Lei Ordinária, nº 1051 de 15/12/2015

Página: 7/7
 Data: 17/06/2016

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2017	LOA 2017	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2015	Orçamento em 2016				
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA									
Órgão: 10.00 Fundo Municipal de Saúde									
Unidade: 10.01 Fundo Municipal de Saúde									
0008 Atendimento a Saude Publica									
2.800	Manutencao do Fundo Municipal de Saude								
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	12.435.920,67	0,00	3.839.813,56	8.596.107,11	3.486.993,95	0,00	8.596.107,11
2.810	Vigilancia em Saude								
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	260.000,00	0,00	50.000,00	210.000,00	145.000,00	0,00	210.000,00
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA									
Órgão: 01.00 Camara de Vereadores									
Unidade: 01.01 Camara de Vereadores									
0001	Processo Legislativo								
1.200	Aquisição de Veiculos								
		Meta fisica	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
1.210	Construção da Sede do Legislativo Municipal								
		Meta fisica	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
2.100	Manutencao da Camara de Vereadores								
		Meta fisica	4,000	0,000	1,000	3,000	1,000	0,000	3,000
		Meta financeira	2.646.000,00	0,00	760.000,00	1.886.000,00	800.000,00	0,00	1.886.000,00
		Total geral:	80.284.905,56	0,00	21.608.608,97	58.676.296,59	20.595.607,30	0,00	58.676.296,59

ANEXOSLDO2017

Página: 1/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Camara de Vereadores	01.00
Unidade:	Camara de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Dar continuidade as funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo composto de nove vereadores, funciona com Sede alugada independente, com autonomia financeira própria..

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.100	1 A	Manutencao da Camara de Vereadores	Manutencao (UN)	1,000	800.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao de Camara de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	550.000,00	0,00	550.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	220.000,00	0,00	220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			800.000,00	0,00	800.000,00

Página: 2/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestao Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar os servicos publicos municipais, praticar o principio da transparencia dos atos da administracao, envolver a sociedade nas decisoes administrativas, melhorar e ampliar as acoes planejadas e o controle dos atos da administracao municipal.

Justificativa do programa:

Este programa sera executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Juridica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.200	2 A	Manutencao do Gabinete do Prefeito	Manutencao (ano)	1,000	760.000,00

III - Descrição das Ações

Manutencao do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	560.000,00	0,00	560.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			760.000,00	0,00	760.000,00

Página: 3/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Gestao Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar os servicos publicos municipais, praticar o principio da transparencia dos atos da administracao, envolver a sociedade nas decisoes administrativas, melhorar e ampliar as acoes planejadas e o controle dos atos da administracao municipal.

Justificativa do programa:

Este programa sera executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Juridica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.994	2 A	Manutenção do Conselho Tutelar	Manutencao (ano)	1,000	135,000,00

III - Descrição das Ações

Manutenção do Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	85.000,00	0,00	85.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15.000,00	0,00	15.000,00
Total:			135.000,00	0,00	135.000,00

Página: 4/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.320	3 A	Festividades do Municipio	Manutencao (ano)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Festividades alusivas ao Aniversário do Municipio de Serra Alta

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 5/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	Contribuição a Entidades Municipalistas	Contribuição a Entidades Municipalistas (Con)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuição a Entidades Municipalistas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 637
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e serviços gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa será executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.300	3 A		Manutencao da Administracao Geral	Manutencao (ano)	1,000	900.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Administracao e Desenvolvimento Economico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			900.000,00	0,00	900.000,00

Página: 7/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administracao	03.01
Função:	Seguranca Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administracao, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos orgaos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administracao, Pessoal, Servicos Gerais e Desenvolvimento Economico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.330	3 A	Apoio a Seguranca Pública	Manutencao (ano)	1,000	180.255,00

II - Descrição das Ações

Promover a Seguranca Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	26.600,00	26.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0011 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	14.000,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012 - Convênio de Trânsito - Prefeitur	0,00	16.655,00	16.655,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - Outras Especificações	0,00	33.000,00	33.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			90.000,00	90.255,00	180.255,00

Página: 8/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	03.04
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promocão Industrial	661
Programa:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	0017

Objetivo do programa:

Concessão de incentivos fiscais e materiais as Indústria do Município.

Justificativa do programa:

Estabelecer politica de incentivos Fiscais e Materiais as Industriais que tem suas atividades estabelecidas no Município de Serra Alta, bem como aquelas já instaladas e que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda da mão de obra, visando o desenvolvimento econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.914	3	P	Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	Manutencao (ano)	1,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Página: 9/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Contabilidade	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.400	4	O	Encargos Gerais do Município	Operação de crédito (ano)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Dívida Fundada Interna, Encargos da Dívida e Débitos Consolidados.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Página: 10/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Finanças	04.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.400	4 A		Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	Manutenção (ano)	1,000	880.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			880.000,00	0,00	880.000,00

Página: 11/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.510	5 A		Manutencao da Merenda Escolar	Manutencao (ano)	1,000	198.900,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Merenda Escolar, atraves do Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	38.900,00	38.900,00
Total:			160.000,00	38.900,00	198.900,00

Página: 12/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.540	5 A	Manutencao do Transporte Escolar	Manutencao (ano)	1,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	70.000,00	70.000,00
Total:			150.000,00	110.000,00	260.000,00

Página: 13/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:
Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.500	5 A	Manutencao do Ensino Básico	Manutencao (ano)	1,000	2.556.493,57

II - Descrição das Ações

Manutencao da Educacao Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	709.037,00	0,00	709.037,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6	0,00	572.800,00	572.800,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 4	0,00	367.200,00	367.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	497.456,57	0,00	497.456,57
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	130.000,00	130.000,00
Total:			1.356.493,57	1.200.000,00	2.556.493,57

Página: 14/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.550	5 A	Manutenção da Creche	Manutencao (ano)	1,000	910.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Creche

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	300.000,00	0,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6	0,00	360.000,00	360.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			450.000,00	460.000,00	910.000,00

Página: 15/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Educação Especial	0016

Objetivo do programa:
Atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais.

Justificativa do programa:

O Município conta em média com 13 crianças com necessidades especiais que necessitam de atendimento para crianças especiais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.992	5 A	Educação Especial	Programa (ano)	1,000	35.000,00

II - Descrição das Ações
Educação Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Página: 16/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Cultura	05.02
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura, Arte e Lazer	0007

Objetivo do programa:

Melhorar o nível cultural e artístico, possibilitando o ingresso em áreas profissionais, resgatar a história do Município.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, possui uma cultura tipicamente italiana e oferece cursos nas mais diversas áreas e modalidades da cultura com propósitos de aperfeiçoar os talentos culturais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.700	5 A	Manutencao das Atividades Culturais	Manutencao (ano)	1,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao e funcionamento das atividades da Casa da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			220.000,00	50.000,00	270.000,00

Página: 17/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Esportes	05.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Esporte Participativo	0006

Objetivo do programa:

Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo, integração entre as comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das práticas indevidas.

Justificativa do programa:

O Município possui uma estrutura esportiva de Centros Esportivos Educacionais, campos de futebol de campo, suíço, quadras esportivas, incluindo a sede e interior do Município, realiza diversos campeonatos nas mais diversas modalidades com o intuito de agregar talentos esportivos gradativamente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.600	5 A	Apoio ao Esporte Amador	Manutencao (ano)	1,000	165.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio ao Esporte Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			165.000,00	0,00	165.000,00

Página: 18/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Producao Agricola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.904	7 P	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	Bens Móveis (Bem)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Página: 19/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Producao Agricola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7 A	Assistencia ao Produtor Rural	Manutencao (ano)	1,000	1,220.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	340.000,00	0,00	340.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	650.000,00	0,00	650.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			1.120.000,00	100.000,00	1.220.000,00

Página: 20/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Transportes	08.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Transporte Rodoviário	0011

Objetivo do programa:

Oferecer melhorias na infraestrutura rural, conservação e construção de pontes e pontilhões.

Justificativa do programa:

o Município é cortado pela SC-469 numa extensão de 28 km, toda ela com pavimentação asfáltica. Além disso o município possui aproximadamente 360 km de estradas vicinais que necessitam de constante manutenção, visto que estão sujeitas as danificações da ação do tempo.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.110	8 A	Manutencao da Secretaria dos Transportes	Manutencao (ano)	1,000	1.795.629,78

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria dos Transportes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	512.245,22	0,00	512.245,22
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	855.509,56	0,00	855.509,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no	0,00	97.875,00	97.875,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0039 - Fundo Especial do Petroleo - Ft	0,00	80.000,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78

Página: 21/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.913	8 P		Construção da Casa Mortuária	obras (UN)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção da Casa Mortuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Página: 22/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.120	8 P	Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias	obras (UN)	1,000	1.090.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	340.000,00	340.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas -	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			550.000,00	540.000,00	1.090.000,00

Página: 23/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.121	8 A		Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua	Manutencao (ano)	1,000	310.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			210.000,00	100.000,00	310.000,00

Página: 24/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.120	8 A	Manutencao dos Servicos Urbanos	Manutencao (ano)	1,000	770.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao dos Servicos Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	120.000,00	120.000,00
Total:			500.000,00	270.000,00	770.000,00

Página: 25/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.121	8 P		Saneamento Basico	obras (UN)	1,000	125.000,00

II - Descrição das Ações

Implantacao do Saneamento Basico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			25.000,00	100.000,00	125.000,00

Página: 26/37

Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Reserva de Contingencia	09.00
Unidade:	Reserva de Contingencia	09.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Reserva de Contingencia	0013

Objetivo do programa:

Atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, bem como o atendimento a lei de responsabilidade fiscal.

Justificativa do programa:

Atender a passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos, bem como suplementacao de dotacoes insuficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
4.130	9 A	Reserva de Contingencia	Manutencao (UN)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingencia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00		50.000,00
Total:			50.000,00		50.000,00

Página: 27/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.800	10 A	Manutencao do Fundo Municipal de Saude	Manutencao (ano)	1,000	3,486,993,95

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo Municipal de Saude

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	1,200,000,00	0,00	1,200,000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	846,993,95	0,00	846,993,95
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	510.000,00	510.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - f	0,00	90.000,00	90.000,00
Total:			2,366,993,95	1,120,000,00	3,486,993,95

Página: 28/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 29/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.810	10 A	Vigilância em Saúde	Manutencao (ano)	1,000	145.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da vigilância Sanitária e Vigilância Spidemiológica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	75.000,00	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	35.000,00	35.000,00
Total:			35.000,00	110.000,00	145.000,00

Página: 30/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador, 02 Professoras de Pedagogia, 01 Professora de Artesanato, 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.910	11 A	Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia	Manutencao (ano)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Página: 31/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.930	11 A	Atenção a Terceira Idade	Manutenção (ano)	1,000	170.000,00

II - Descrição das Ações

Atenção a Terceira Idade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			70.000,00	100.000,00	170.000,00

Página: 32/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.912	11	P	Construção do CRAS	obras (UN)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção do CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Transferências de Convênios - I	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			100.000,00	200.000,00	300.000,00

Página: 33/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador, 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcodicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.940	11 A		Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Manutencao (ano)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 34/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.993	11 A	Programa de Atenção Integral as Famílias	Programa (ano)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Programa para as Famílias em situação de vulnerabilidade - PAIF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 35/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.920	11 A		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Manutencao (ano)	1,000	135.000,00

II - Descrição das Ações

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			135.000,00	0,00	135.000,00

Página: 36/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.900	11 A	Manutencao do Fundo de Assistencia Social	Manutencao (ano)	1,000	1.027.335,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo de Assistencia Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	177.335,00	0,00	177.335,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	115.000,00	0,00	115.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	85.000,00	0,00	85.000,00
Total:			1.027.335,00	0,00	1.027.335,00

Página: 37/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.410	11 P	Programa de Habitacao	Programa (UN)	25,000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Implementacao do Programa de Habitacao

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados	630.000,00	0,00	630.000,00
Total:			730.000,00	0,00	730.000,00

Página: 1/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Camara de Vereadores	01.00
Unidade:	Camara de Vereadores	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:
Dar continuidade as funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

Justificativa do programa:

O Poder Legislativo composto de nove vereadores, funciona com Sede alugada independente, com autonomia financeira própria..

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.100	1 A	Manutencao da Camara de Vereadores	Manutencao (UN)	1,000	800.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao de Camara de Vereadores

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	550.000,00	0,00	550.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	220.000,00	0,00	220.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			800.000,00	0,00	800.000,00

Página: 2/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestao Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar os servicos publicos municipais, praticar o principio da transparencia dos atos da administracao, envolver a sociedade nas decisoes administrativas, melhorar e ampliar as acoes planejadas e o controle dos atos da administracao municipal.

Justificativa do programa:

Este programa sera executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Juridica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.200	2 A	Manutencao do Gabinete do Prefeito	Manutencao (ano)	1,000	760.000,00

III - Descrição das Ações

Manutencao do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	560.000,00	0,00	560.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			760.000,00	0,00	760.000,00

Página: 3/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Gabinete do Prefeito	02.00
Unidade:	Gabinete do Prefeito	02.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Gestao Administrativa Superior	0002

Objetivo do programa:

Melhorar e ampliar os servicos publicos municipais, praticar o principio da transparencia dos atos da administracao, envolver a sociedade nas decisoes administrativas, melhorar e ampliar as acoes planejadas e o controle dos atos da administracao municipal.

Justificativa do programa:

Este programa sera executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, que envolve o Prefeito e o Vice-Prefeito, Controle Interno, Assessoria de Imprensa e Assessoria Juridica.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.994	2 A	Manutenção do Conselho Tutelar	Manutencao (ano)	1,000	135,000,00

III - Descrição das Ações

Manutenção do Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	85,000,00	0,00	85,000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35,000,00	0,00	35,000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	15,000,00	0,00	15,000,00
Total:			135,000,00	0,00	135,000,00

Página: 4/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.320	3 A	Festividades do Municipio	Manutencao (ano)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Festividades alusivas ao Aniversário do Municipio de Serra Alta

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	80.000,00	0,00	80.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 5/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3 A	Contribuição a Entidades Municipalistas	Contribuição a Entidades Municipalistas (Con)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Contribuição a Entidades Municipalistas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 637
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administração	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e serviços gerais da administração, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa será executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos órgãos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administração, Pessoal, Serviços Gerais e Desenvolvimento Econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.300	3 A		Manutencao da Administracao Geral	Manutencao (ano)	1,000	900.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Administracao e Desenvolvimento Economico

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			900.000,00	0,00	900.000,00

Página: 7/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Departamento de Administracao	03.01
Função:	Seguranca Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Administracao Geral	0003

Objetivo do programa:

Manter o controle dos atos de pessoal e servicos gerais da administracao, assessoria ao Gabinete do Prefeito.

Justificativa do programa:

Este Programa sera executado pela Secretaria de Administracao, com o apoio dos orgaos de assessoria administrativa, envolvendo os Departamentos de Administracao, Pessoal, Servicos Gerais e Desenvolvimento Economico.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.330	3 A	Apoio a Seguranca Pública	Manutencao (ano)	1,000	180.255,00

II - Descrição das Ações

Promover a Seguranca Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	26.600,00	26.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0011 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	14.000,00	14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0012 - Convênio de Trânsito - Prefeitur	0,00	16.655,00	16.655,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - Outras Especificações	0,00	33.000,00	33.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			90.000,00	90.255,00	180.255,00

Página: 8/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Administracao e Des. Economico	03.00
Unidade:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	03.04
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	0017

Objetivo do programa:

Concessão de incentivos fiscais e materiais as Indústria do Município.

Justificativa do programa:

Estabelecer politica de incentivos Fiscais e Materiais as Industriais que tem suas atividades estabelecidas no Município de Serra Alta, bem como aquelas já instaladas e que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda da mão de obra, visando o desenvolvimento econômico.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.914	3	P	Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS	Manutencao (ano)	1,000	100.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal da Indústria e Comércio - PROINDUS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Página: 9/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Contabilidade	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.400	4	O	Encargos Gerais do Município	Operação de crédito (ano)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Dívida Fundada Interna, Encargos da Dívida e Débitos Consolidados.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
Total:			300.000,00	0,00	300.000,00

Página: 10/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Planejamento e Finanças	04.00
Unidade:	Departamento de Finanças	04.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Planejamento e Orçamento	121
Programa:	Planejamento e Finanças	0004

Objetivo do programa:

Garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, melhorar e controlar a arrecadação de tributos, controlar os limites para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional de controle interno, melhorar o gerenciamento dos serviços públicos com maior eficácia na aplicação de recursos públicos.

Justificativa do programa:

Este programa será executado pela Secretaria de Planejamento, pelos departamentos de tributação e fiscalização, contabilidade e finanças, atendendo as normas gerais de finanças públicas. Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente aos itens de Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.400	4 A		Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças	Manutenção (ano)	1,000	880.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			880.000,00	0,00	880.000,00

Página: 11/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Municipio possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Municipio e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Municipio vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.510	5 A		Manutencao da Merenda Escolar	Manutencao (ano)	1,000	198.900,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Merenda Escolar, atraves do Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	38.900,00	38.900,00
Total:			160.000,00	38.900,00	198.900,00

Página: 12/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:

Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.540	5 A	Manutencao do Transporte Escolar	Manutencao (ano)	1,000	260.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	40.000,00	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	70.000,00	70.000,00
Total:			150.000,00	110.000,00	260.000,00

Página: 13/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educacao	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:
Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.500	5 A	Manutencao do Ensino Básico	Manutencao (ano)	1,000	2.556.493,57

II - Descrição das Ações

Manutencao da Educacao Básica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	709.037,00	0,00	709.037,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60	0,00	572.800,00	572.800,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40	0,00	367.200,00	367.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	497.456,57	0,00	497.456,57
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	100.000,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0036 - Salário-Educação	0,00	30.000,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0062 - Transferências de Convênios - I	0,00	130.000,00	130.000,00
Total:			1.356.493,57	1.200.000,00	2.556.493,57

Página: 14/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Educacao para Todos	0005

Objetivo do programa:
Melhoria da frequencia escolar e qualidade de ensino, diminuicao da evasao escolar e atendimento as demandas, buscando sempre mais o aprimoramento da educacao.

Justificativa do programa:

O Município possui Duas Unidades Escolares, sendo uma na Sede do Município e outra na area rural, atende alunos do ensino médio. O Município vem buscando constantes alternativas de manter uma unidade na area rural, porem com a mesma qualidade de ensino e acesso aos meios disponiveis.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.550	5 A	Manutenção da Creche	Manutencao (ano)	1,000	910.000,00

II - Descrição das Ações
Manutenção da Creche

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	300.000,00	0,00	300.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 6	0,00	360.000,00	360.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	50.000,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Tran	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0037 - Outras Transferências do FNDE	0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			450.000,00	460.000,00	910.000,00

Página: 15/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Educacao	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Educação Especial	0016

Objetivo do programa:
Atendimento as crianças portadoras de necessidades especiais.

Justificativa do programa:

O Município conta em média com 13 crianças com necessidades especiais que necessitam de atendimento para crianças especiais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.992	5 A	Educação Especial	Programa (ano)	1,000	35.000,00

II - Descrição das Ações
Educação Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			35.000,00	0,00	35.000,00

Página: 16/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Cultura	05.02
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Cultura, Arte e Lazer	0007

Objetivo do programa:

Melhorar o nível cultural e artístico, possibilitando o ingresso em áreas profissionais, resgatar a história do Município.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, possui uma cultura tipicamente italiana e oferece cursos nas mais diversas áreas e modalidades da cultura com propósitos de aperfeiçoar os talentos culturais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.700	5 A	Manutencao das Atividades Culturais	Manutencao (ano)	1,000	270.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao e funcionamento das atividades da Casa da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	120.000,00	0,00	120.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	50.000,00	50.000,00
Total:			220.000,00	50.000,00	270.000,00

Página: 17/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Educacao, Cultura e Esportes	05.00
Unidade:	Departamento de Esportes	05.03
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto de Rendimento	811
Programa:	Esporte Participativo	0006

Objetivo do programa:

Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo, integração entre as comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das práticas indevidas.

Justificativa do programa:

O Município possui uma estrutura esportiva de Centros Esportivos Educacionais, campos de futebol de campo, suíço, quadras esportivas, incluindo a sede e interior do Município, realiza diversos campeonatos nas mais diversas modalidades com o intuito de agregar talentos esportivos gradativamente.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.600	5 A	Apoio ao Esporte Amador	Manutencao (ano)	1,000	165.000,00

II - Descrição das Ações

Apoio ao Esporte Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	65.000,00	0,00	65.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			165.000,00	0,00	165.000,00

Página: 18/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Producao Agricola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.904	7 P	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos	Bens Móveis (Bem)	1,000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			100.000,00	100.000,00	200.000,00

Página: 19/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	07.00
Unidade:	Departamento de Agricultura	07.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Fomento a Producao Agricola	0010

Objetivo do programa:

Ampliar e diversificar a produção e produtividade, elevar a rentabilidade, estagnar o êxodo rural com condições dignas e recomendáveis a um padrão de vida aceitável.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, com predominância no setor agrícola, passa por problemas de ordem econômica em função da política agrícola do nosso país.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	7 A	Assistencia ao Produtor Rural	Manutencao (ano)	1,000	1,220.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	340.000,00	0,00	340.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	650.000,00	0,00	650.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			1.120.000,00	100.000,00	1.220.000,00

Página: 20/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Transportes	08.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	Transporte Rodoviário	0011

Objetivo do programa:

Oferecer melhorias na infraestrutura rural, conservação e construção de pontes e pontilhões.

Justificativa do programa:

o Município é cortado pela SC-469 numa extensão de 28 km, toda ela com pavimentação asfáltica. Além disso o município possui aproximadamente 360 km de estradas vicinais que necessitam de constante manutenção, visto que estão sujeitas as danificações da ação do tempo.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.110	8 A	Manutencao da Secretaria dos Transportes	Manutencao (ano)	1,000	1.795.629,78

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria dos Transportes

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	512.245,22	0,00	512.245,22
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	855.509,56	0,00	855.509,56
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0007 - Contribuição de Intervenção no	0,00	97.875,00	97.875,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0039 - Fundo Especial do Petroleo - Ft	0,00	80.000,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	150.000,00	150.000,00
Total:			1.467.754,78	327.875,00	1.795.629,78

Página: 21/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.913	8 P		Construção da Casa Mortuária	obras (UN)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção da Casa Mortuária

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Página: 22/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infra-estrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.120	8 P	Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias	obras (UN)	1,000	1.090.000,00

II - Descrição das Ações

Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	340.000,00	340.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083 - Operações de Crédito Internas -	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados	250.000,00	0,00	250.000,00
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			550.000,00	540.000,00	1.090.000,00

Página: 23/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.121	8 A		Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua	Manutencao (ano)	1,000	310.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Sistema de Abastecimento de Agua

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			210.000,00	100.000,00	310.000,00

Página: 24/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.120	8 A	Manutencao dos Servicos Urbanos	Manutencao (ano)	1,000	770.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao dos Servicos Urbanos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0008 - Contribuição para o Custeio dos	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	120.000,00	120.000,00
Total:			500.000,00	270.000,00	770.000,00

Página: 25/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERV. PUBLICOS	08.00
Unidade:	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.02
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Serviços de Utilidade Pública	0012

Objetivo do programa:

Oferecer segurança e comodidade aos usuários das vias urbanas, áreas de lazer, manter a cidade limpa e atrativa, desenvolver a cultura típica italiana.

Justificativa do programa:

O Perímetro Urbano do Município, embora tenha uma área mínima em relação ao território total, necessita de constantes manutenções nas ruas, limpeza, conservação e embelezamento de ruas, passeios, ciclovia, envolvendo toda infraestrutura urbana, considerando ainda a travessia da SC-469 no centro da cidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.121	8 P	Saneamento Basico	obras (UN)	1,000	125.000,00

II - Descrição das Ações

Implantacao do Saneamento Basico.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	25.000,00	0,00	25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			25.000,00	100.000,00	125.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Reserva de Contingencia	09.00
Unidade:	Reserva de Contingencia	09.01
Função:	Reserva de Contingencia	99
Subfunção:	Reserva de Contingencia	999
Programa:	Reserva de Contingencia	0013

Objetivo do programa:

Atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, bem como o atendimento a lei de responsabilidade fiscal.

Justificativa do programa:

Atender a passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos, bem como suplementacao de dotacoes insuficientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
4.130	9 A	Reserva de Contingencia	Manutencao (UN)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Reserva de Contingencia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00		50.000,00
Total:			50.000,00		50.000,00

Página: 27/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.800	10 A	Manutencao do Fundo Municipal de Saude	Manutencao (ano)	1,000	3,486,993,95

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo Municipal de Saude

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	20.000,00	0,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	1,200,000,00	0,00	1,200,000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	200.000,00	200.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	846,993,95	0,00	846,993,95
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	510.000,00	510.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0067 - Recursos do Sistema Único de	0,00	60.000,00	60.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Tran	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0063 - Transferências de Convênios - f	0,00	90.000,00	90.000,00
Total:			2,366,993,95	1,120,000,00	3,486,993,95

Página: 28/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 29/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde	10.00
Unidade:	Fundo Municipal de Saúde	10.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Sanitária	304
Programa:	Atendimento a Saúde Pública	0008

Objetivo do programa:

Prestar atendimento de atenção básica de saúde, com melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Justificativa do programa:

O Município de Serra Alta, conta com Uma Unidade de Saúde, com atendimento de primeiros socorros e atendimento ambulatorial, com pequenos procedimentos e atendimentos de emergência, conta com um quadro de profissionais incluindo médicos, enfermeiras, psicóloga, odontólogos, fisioterapeuta e auxiliares que dão suporte aos pacientes.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.810	10 A	Vigilância em Saúde	Manutencao (ano)	1,000	145.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao da vigilância Sanitária e Vigilância Spidemiológica

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	35.000,00	0,00	35.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	75.000,00	75.000,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0038 - Transferências do SUS/ União	0,00	35.000,00	35.000,00
Total:			35.000,00	110.000,00	145.000,00

Página: 30/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	11.02
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador, 02 Professoras de Pedagogia, 01 Professora de Artesanato, 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.910	11 A	Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia	Manutencao (ano)	1,000	30.000,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo da Infancia e Adolescencia

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
Total:			30.000,00	0,00	30.000,00

Página: 31/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência ao Idoso	241
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.930	11 A	Atenção a Terceira Idade	Manutenção (ano)	1,000	170.000,00

II - Descrição das Ações

Atenção a Terceira Idade

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0034 - Transferências de Convênios - (0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			70.000,00	100.000,00	170.000,00

Página: 32/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.912	11 P	Construção do CRAS	obras (UN)	1,000	300.000,00

II - Descrição das Ações

Construção do CRAS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Transferências de Convênios - I	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			100.000,00	200.000,00	300.000,00

Página: 33/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador, 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcodicos Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.940	11 A		Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Manutencao (ano)	1,000	50.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Página: 34/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.993	11 A	Programa de Atenção Integral as Famílias	Programa (ano)	1,000	80.000,00

II - Descrição das Ações

Programa para as Famílias em situação de vulnerabilidade - PAIF

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			80.000,00	0,00	80.000,00

Página: 35/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.920	11 A		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Manutenção (ano)	1,000	135.000,00

II - Descrição das Ações

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	35.000,00	0,00	35.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			135.000,00	0,00	135.000,00

Página: 36/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.900	11 A	Manutencao do Fundo de Assistencia Social	Manutencao (ano)	1,000	1.027.335,00

II - Descrição das Ações

Manutencao do Fundo de Assistencia Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	177.335,00	0,00	177.335,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	115.000,00	0,00	115.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0035 - Transferência do Sistema Unicc	85.000,00	0,00	85.000,00
Total:			1.027.335,00	0,00	1.027.335,00

Página: 37/37
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Secretaria de Assistência Social	11.00
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	11.03
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Atendimento Social	0009

Objetivo do programa:

Consolidar e implementar a política de assistência social - SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na forma de gestão descentralizada e participativa.

Justificativa do programa:

No município de Serra Alta a Assistência Social a assistência social tem comando único sendo: Secretaria Municipal de Assistência Social. Na gestão a equipe está composta por 01 Secretário de Assistência Social, 01 Diretor de Assistência Social e 01 Assistente Social. No CRAS - Centro de Referência de Assistência Social a equipe está composta por: 01 Assistente Social; 01 Psicóloga; 02 Estagiárias e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes tem 01 Coordenador; 02 Professoras de Pedagogia; 01 Professora de Artesanato; 01 Professora de Educação Física e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. No PAIF - Programa de Atendimento à Família atende 03 Grupos sendo uma média de 09 famílias. No SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: na faixa etária de 06 a 15 anos atende uma média de 98 crianças e adolescentes, atende também 05 Grupos de Idosos e 01 Grupo de Alcoolistas Anônimos e na CAD Único temos cadastradas 398 famílias que participam dos programas sociais do Governo Federal e são atendidas pela assistência social do município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.410	11	P	Programa de Habitacao	Programa (UN)	25,000	730.000,00

II - Descrição das Ações

Implementacao do Programa de Habitacao

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados	630.000,00	0,00	630.000,00
Total:			730.000,00	0,00	730.000,00

ANEXOSLDO2017

Página: 1/1
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	14.513.014,10	18.170.181,20	19.851.323,97	17.823.607,30	0,00	0,00
Receita Tributária	1.000.525,00	1.045.910,54	1.101.391,89	1.150.325,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	88.500,00	113.500,00	113.500,00	153.500,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	202.000,00	98.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	202.000,00	98.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	12.707.039,10	16.159.695,66	17.922.282,08	15.906.191,30	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	514.950,00	752.975,00	714.150,00	613.591,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	14.311.014,10	18.072.081,20	19.851.323,97	17.823.607,30	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.035.000,00	1.485.000,00	1.757.285,00	2.772.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	35.000,00	35.000,00	37.285,00	12.000,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	500.000,00	200.000,00	400.000,00	880.000,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	0,00	1.250.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V+VI-VII)	0,00	1.250.000,00	1.320.000,00	1.380.000,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	14.311.014,10	19.322.081,20	21.171.323,97	19.203.607,30	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (X)	9.916.614,10	15.417.671,59	17.519.692,30	14.995.607,30	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	4.012.600,00	5.868.106,45	6.564.033,46	7.363.617,22	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	50.000,00	80.000,00	70.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.854.014,10	9.469.565,14	10.885.658,84	7.581.990,08	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	9.866.614,10	15.337.671,59	17.449.692,30	14.945.607,30	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.745.500,00	4.187.509,61	4.038.916,67	5.550.000,00	0,00	0,00
Investimentos	2.495.500,00	3.887.509,61	3.738.916,67	5.300.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	250.000,00	300.000,00	300.000,00	250.000,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	2.495.500,00	3.887.509,61	3.738.916,67	5.300.000,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	12.412.114,10	19.275.181,20	21.238.608,97	20.295.607,30	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	1.898.900,00	46.900,00	(67.285,00)	(1.092.000,00)	0,00	0,00

ANEXOSLDO2017

Página: 1/1
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 Demonstrativo I - Metas Anuais
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	20.595.607,30	20.595.607,30	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—
Receitas Primárias (I)	19.203.607,30	19.203.607,30	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—
Despesa Total	20.595.607,30	20.595.607,30	—	0,00	0,00	—	—	—	—
Despesas Primárias (II)	20.295.607,30	20.295.607,30	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—
Resultado Primário III = (I-II)	(1.092.000,00)	(1.092.000,00)	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—
Resultado Nominal	(55.284,66)	(55.284,66)	—	(250.000,00)	(250.000,00)	—	0,00	0,00	—
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	250.000,00	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—
Dívida Consolidada Líquida	250.000,00	250.000,00	—	0,00	0,00	—	0,00	0,00	—

ANEXOSLDO2017

Página: 1/1
Data: 17/06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art. 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		Valor	PROVIDÊNCIAS	
Descrição			Descrição	Valor
Despesas decorrentes de interpêries, causadas por longos períodos de estiagem, vendavais ou chuvas torrenciais.		100.000,00	Atendimento das vítimas com urgência, visando preservar a integridade das pessoas, aquisição de materiais, equipamentos e suprimentos para distribuição.	100.000,00
Despesas decorrentes de decisões judiciais, precatórios e outros riscos fiscais imprevistos.		50.000,00	Contenção de despesas.	50.000,00
Frustração da expectativa da cobrança de dívida ativa, queda acentuada das transferências constitucionais.		50.000,00	Lançamento de programa de recuperação fiscal e limitação de empenho	50.000,00
SUBTOTAL		200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Valor	Descrição	Valor
Surtos epidêmicos, causados por epidemias que possam vir a atingir a população em grande escala.		50.000,00	Campanhas para combate a epidemias e surtos, aquisição de medicamentos, vacinas e outros, em caráter emergências.	50.000,00
SUBTOTAL		50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
TOTAL		250.000,00	TOTAL	250.000,00

ANEXOSLDO2017**Estado de Santa Catarina**
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Página: 1/1

Data: 17/06/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	20.792.807,30	0,00	0,00
Receita Tributária	1.150.325,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	153.500,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	14.250,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	437.500,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	18.875.391,30	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	161.841,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.969.200,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	2.969.200,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	17.823.607,30	0,00	0,00

ANEXOSLDO2017

Página: 1/1

Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	926.251,01	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00
Contratual	905.285,83	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	—
Tributos federais	8.156,72	0,00	0,00	0,00	0,00	—
Previdenciárias (INSS)	12.808,46	0,00	0,00	0,00	0,00	—
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	926.251,01	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	926.251,01	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	367.979,45	(327.283,03)	(293.683,32)	(55.284,66)	(250.000,00)	0,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R\$ 558.271,56.

ANEXOSLDO2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/4
 Data: 17/06/2016

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA			
4.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	22.559.807,30	0,00	0,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	19.787.807,30	0,00	0,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.150.325,00	0,00	0,00
4.1.1.1.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	763.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	566.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	266.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	196.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	196.500,00	0,00	0,00
4.1.1.2.00.00.00.00.00 TAXAS	237.325,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	102.200,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	17.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	30.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	20.200,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00 Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	33.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00 Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	135.125,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00 Taxa de Serviços Cadastrais	20.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	6.500,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	100.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00	0,00	0,00
4.1.1.3.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	150.000,00	0,00	0,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	153.500,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECO	153.500,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	150.000,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00 Outras Contribuições Econômicas	3.500,00	0,00	0,00
4.1.4.0.00.00.00.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	14.250,00	0,00	0,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Agropecuárias	14.250,00	0,00	0,00
4.1.6.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	437.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00 Serviços de Transporte	4.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00 Serviços de Transporte Rodoviário	3.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00 Outros serviços de Transporte	1.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serviços Administrativos	13.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	13.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00 Serviços Recreativos e Culturais	3.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00 Serviços de Fornecimento de Água	250.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00 Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	150.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00 Serviços de Cemitérios	6.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00 Serviços de Religamento de Água	5.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.870.391,30	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.727.236,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	10.707.236,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União	9.676.001,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.273.126,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.08.00.00.00 Cota Parte FPM Adicional	300.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00 Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	97.875,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	80.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	80.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	160.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00 Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	160.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 2/4
 Data: 17/06/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Fiananceiro - MAC	60.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00	Transferências do SUS - Brasil Sorridente	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	462.335,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	308.900,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	130.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	38.900,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	40.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	20.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.720.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.520.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	350.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Programas Soc	200.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	800.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	500.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	143.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	143.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	73.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	16.655,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	15.900,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	14.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	26.600,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.841,00	0,00	0,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	61.255,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	25.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	3.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	2.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	35.755,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	13.300,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	2.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	13.300,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.986,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.331,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.331,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	77.600,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	77.600,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	50.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.700,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	19.900,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	6.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	15.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.772.000,00	0,00	0,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/4
Data: 17/06/2016

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
4.2.1.1.9.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	500.000,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	880.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	150.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	730.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	730.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	12.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Contratos	12.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.380.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.380.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	250.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.130.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	90.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	130.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	910.000,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.708.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.701.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.700.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(1.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(7.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.261.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.261.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.160.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVJ	(85.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(16.000,00)	0,00	0,00
Total entidade:		19.590.607,30	0,00	0,00
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	720.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	110.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00	Estratégia Saúde da Família	125.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00	Agentes Comunitários de Saúde	125.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00	Saúde Bucal	35.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo -	325.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	115.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	25.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	25.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	145.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTAPágina: 4/4
Data: 17/06/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA			
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - I	50.000,00	0,00	0,00
Total entidade:	1.005.000,00	0,00	0,00
Total geral:	20.595.607,30	0,00	0,00

Página: 1/4
Data: 17/06/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	22.559.807,30	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	19.787.807,30	0,00	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.150.325,00	0,00	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	763.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	566.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terrít. Urbana	266.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	196.500,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	196.500,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	237.325,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	102.200,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	17.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	30.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	20.200,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	33.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	135.125,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.21.00.00.00.00	Taxa de Serviços Cadastrais	20.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	6.500,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	100.000,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	8.625,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	150.000,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	150.000,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	153.500,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECO	153.500,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públi	150.000,00	0,00	0,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	3.500,00	0,00	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	14.250,00	0,00	0,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	14.250,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	437.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	4.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	3.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.03.99.00.00.00	Outros serviços de Transporte	1.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	13.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	13.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	3.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fomecimento de Água	250.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	150.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.46.00.00.00.00	Serviços de Cemitérios	6.500,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	5.000,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	5.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.870.391,30	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.727.236,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	10.707.236,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	9.676.001,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.273.126,30	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 2/4
 Data: 17/06/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
4.1.7.2.1.33.12.11.00.00	Teto Fiananceiro - MAC	60.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.12.12.00.00	Transferências do SUS - Brasil Sorridente	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	462.335,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	308.900,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	130.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	38.900,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	40.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	20.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.720.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.520.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.100.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	350.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Programas Soc	200.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.300.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 60%	800.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB 40%	500.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	143.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	143.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	73.155,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Convênio Trânsito Prefeitura	16.655,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.02.00.00.00	Convênio Multas	15.900,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.03.00.00.00	Convênio Polícia Civil	14.000,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.04.00.00.00	Convênio Polícia Militar	26.600,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.841,00	0,00	0,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	61.255,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	25.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	15.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	3.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	2.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	5.000,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	35.755,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	13.300,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	2.500,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	13.300,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.986,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.331,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.331,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	6.655,00	0,00	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	77.600,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	77.600,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	50.000,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	1.700,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	19.900,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	6.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	15.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	15.000,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.772.000,00	0,00	0,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/4
Data: 17/06/2016

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA				
4.2.1.1.9.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	500.000,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	880.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	150.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	730.000,00	0,00	0,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	730.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	12.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.70.02.00.00	Amortizações de Empréstimos - Em Contratos	12.000,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.380.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.380.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	250.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	250.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.130.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.01.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	90.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	130.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	910.000,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(2.969.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.708.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.701.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.700.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(1.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(7.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.261.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(1.261.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.160.000,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV/	(85.200,00)	0,00	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(16.000,00)	0,00	0,00
Total entidade:		19.590.607,30	0,00	0,00
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.005.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	860.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Atenção Básica	720.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	110.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.31.00	Estratégia Saúde da Família	125.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.32.00	Agentes Comunitários de Saúde	125.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.33.00	Saúde Bucal	35.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.39.00	Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo -	325.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	115.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.10.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	70.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Assistência Farmacêutica Básica	25.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	25.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	145.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTAPágina: 4/4
Data: 17/06/2016

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA			
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde - I	50.000,00	0,00	0,00
Total entidade:	1.005.000,00	0,00	0,00
Total geral:	20.595.607,30	0,00	0,00

ANEXOSLDO2017**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/1

Data: 17/06/2016

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2017	2018	2019
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA			
DESPESAS CORRENTES (I)	10.998.613,35	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.333.617,22	0,00	0,00
Transf. a Consórcios Públicos	50.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	5.283.617,22	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	50.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.614.996,13	0,00	0,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	80.000,00	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	5.474.996,13	0,00	0,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	50.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	5.115.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	4.865.000,00	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	4.755.000,00	0,00	0,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	100.000,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	250.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	250.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	16.163.613,35	0,00	0,00
2 - FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA			
DESPESAS CORRENTES (I)	3.206.993,95	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.480.000,00	0,00	0,00
Transf. a Consórcios Públicos	20.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	1.460.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.726.993,95	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	1.526.993,95	0,00	0,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	200.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	425.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	425.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	425.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	3.631.993,95	0,00	0,00
3 - CAMARA MUNICIPAL DE SERRA ALTA			
DESPESAS CORRENTES (I)	790.000,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	550.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	550.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.000,00	0,00	0,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	20.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	220.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	10.000,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00
Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00
Total da entidade:	800.000,00	0,00	0,00
Total geral:	20.595.607,30	0,00	0,00

ANEXOSLDO2017

Página: 1/1
Data: 17/06/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	926.251,01	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	0,00
Contratual	905.285,83	598.967,98	305.284,66	250.000,00	0,00	—
Tributos federais	8.156,72	0,00	0,00	0,00	0,00	—
Previdenciárias (INSS)	12.808,46	0,00	0,00	0,00	0,00	—
DCL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Sombrio

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO 0025/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 024/2016

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

Pelo presente Edital, O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, vem a público convocar os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 001/2015 (Administração) para os cargos de: Auxiliar Administrativo, Farmacêutico, Motorista, Odontólogo e Técnico de Enfermagem, abaixo relacionados, sendo que os referidos candidatos deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
5	95063	Yuji Yamamura

FARMACÊUTICO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2	94744	Gunter Voges Trespach

MOTORISTA

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
5	100915	Paulo Cesar de Moraes

ODONTÓLOGO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
3	95419	Felipe Lorenzoni da Silva

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
3	100677	Janaina Sinara da Rosa
4	93580	Ana Paula dos Santos Rabelo

Município de Sombrio - SC 10 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EDITAL CONVOCAÇÃO 026/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 026/2016

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

Pelo presente Edital, O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, vem a público convocar os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 001/2015 (Administração) para os cargos de: Agente de Controle Interno e Fiscal de Tributos, abaixo relacionados, sendo que os referidos candidatos deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1	99816	José Nilton Emidio

FISCAL DE TRIBUTOS

POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
3	96162	Ricardo Davi Ayres

Município de Sombrio - SC 17 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 022-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 022/2016.
Pregão Presencial nº. 008/2016.
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR LANCE, para a aquisição de: MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS/SC. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 04/07/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Bacinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, com Cleise Honaiser. Tigrinhos (SC), 17 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 017/2016

PORTARIA Nº 017/2016.

Concede adiantamento de diária(s) para Servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor, ALAN MOISÉS ORTOLAN, Matrícula Nº. 50, adiantamento equivalente a 4,5 (quatro e meia) diárias no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), com o objetivo de participar do curso sobre "Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais", promovido pela CEAP - Centro de Estudos da Administração Pública, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, na cidade de Florianópolis -SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE JUNHO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA Nº 015/2016

PORTARIA Nº 015/2016.

Concede adiantamento de diária(s) para Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Vereador, FERNANDO MARTIM, Matrícula Nº. 43, adiantamento equivalente a 4,5 (quatro e meia) diárias no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), com o objetivo de participar do curso sobre "Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais", promovido pela CEAP - Centro de Estudos da Administração Pública, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, na cidade de Florianópolis -SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE JUNHO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA Nº 016/2016

PORTARIA Nº 016/2016.

Concede adiantamento de diária(s) para Servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor, VOLMAR DE OLIVEIRA, Matrícula Nº. 30, adiantamento equivalente a 4,5 (quatro e meia) diárias no valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), com o objetivo de participar do curso sobre "Lei Anticorrupção: Aspectos Relevantes as Câmaras Municipais", promovido pela CEAP - Centro de Estudos da Administração Pública, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, na cidade de Florianópolis -SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE JUNHO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA Nº 018/2016

PORTARIA Nº 018/2016.

Concede adiantamento de diária(s) para Vereadora da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Vereadora, SALETE TERESINHA SAUSEN, Matrícula Nº. 44, adiantamento equivalente a 4,5 (quatro e meia) diárias no valor total de R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), com o objetivo de participar do curso sobre "Lei anticorrupção: aspectos relevantes as Câmaras Municipais", promovido pela CEAP - Centro de Estudos da Administração Pública, nos dias 21, 22, 23 e 24 de junho de 2016, na cidade de Florianópolis -SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE JUNHO DE 2016.

SALETE TERESINHA SAUSEN

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Timbó

PREFEITURA

ATA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2016 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

Ata de recebimento de documentos - Pregão Presencial N.º 006/2016

Às 14:00 horas do dia 16/06/2016, na sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, o pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas e equipe de apoio Elenise Pisetta e Silvia Saul Museka, reuniram-se para recebimento e ciência do teor dos documentos apresentados pela empresa SERGIO ROSSI EPP, onde formaliza denúncia contra as empresas HB SONORIZAÇÃO EVENTOS EIRELI, LIND GUIMAR MACHADO ME e LEGO FEIRAS LTDA ME acusando-as de conluio. Diante dos documentos apresentados, ficam as empresas HB SONORIZAÇÃO EVENTOS EIRELI, LIND GUIMAR MACHADO ME e LEGO FEIRAS LTDA ME cientes do prazo de manifestação, acerca das acusações, até 24/06/2016, devendo entrar em contato com o setor de licitações para retirada de cópia dos documentos. Após o recebimento das manifestações, o processo seguirá para análise da Procuradoria Geral do Município para as providências cabíveis. Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

Pregoeiro

SILVIA SAUL MUSEKA

Equipe de Apoio

ELENISE PISETTA

Equipe de Apoio

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 06/2016 SAMAE

OBJETO: registro de preços para aquisição de hidrômetros novos destinados a substituição dos hidrômetros antigos e instalação de novas ligações. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 01 de julho de 2016. ABERTURA: dia 01 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 17/06/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

AVISO TOMADA DE PREÇO Nº 46 2016 PMT - AMPLIAÇÃO NEI PRIMEIROS PASSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 46/2016 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de ampliação do Núcleo de Educação Infantil Primeiros Passos, localizado na Rua Benjamin Constant, n.º 1574, Bairro Imigrantes, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 6 de julho de

2016. ABERTURA: dia 6 de julho de 2016 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br. Timbó (SC), 17/06/2016
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 38 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes GISLAINE DE SOUZA - ME, CNPJ nº 12.559.500/0001-47 e RAT-ZKOB COMERCIO DE MOVEIS ME, CNPJ nº 11.740.410/0001-95 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 27/06/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 17 de junho de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 28 2016 PMT - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CUMPRIMENTO DO CARDÁPIO ESCOLAR

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEI), Unidades Pré-escolares (UPE) e Escolas da rede Pública Municipal de Ensino Fundamental, para cumprimento do cardápio no período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Distrib. Nova Esperança Ltda Me; Gizele Regina da Silva – Me; Ap Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda Epp; Licisul Comercial Ltda; Frontal Distribuidora Eireli – Epp; Raulino Raul Rosar Epp e P2 Indústria e Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 641.179,70 (seiscentos e quarenta e um mil cento e setenta e nove reais e setenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/06/2017

Timbó, 16/06/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 47 2016 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA MARANHÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 47/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Tordo Engenharia Civil e Ambiental Eireli EPP.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 1.562,75 m² (um mil quinhentos e sessenta e dois metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados) da Rua Maranhão, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 108.142,30 (cento e oito mil cento e quarenta e dois reais e trinta centavos).

VALOR A SER PAGO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DOS MORADORES NÃO ADERENTES, ENTRONCAMENTOS, CRUZAMENTOS, VIRADOUROS E INTERSEÇÕES DAS RUAS: R\$ 13.941,72 (treze mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 94.200,57 (noventa e quatro mil duzentos reais e cinquenta e sete centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 17 de junho de 2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2015.96 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/96

LOCATÁRIO: Município de Timbó.

LOCADOR: Jurandir Arthur Bonin e Jonas Arcibal Bonin.

OBJETO: Reajuste do percentual de 10,6419% corresponde a aplicação do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado - abril/2016), devido a partir de 10/07/2016.

DATA DA ASSINATURA: 14/06/2016

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

LEI Nº 2836, DE 20 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2836, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 8.014,22 (oito mil quatorze reais e vinte e dois centavos), à conta do SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

16.02.008.244.0087.1411.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS	
16.02.008.244.0087.1411.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.1411.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – FMAS PROTEÇÃO BÁSICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33400	Transf. Convênios-União/Outros não Rel.	3.920,23
0.30000	Recursos Ordinários	4.093,99
	TOTAL	8.014,22
	TOTAL GERAL FMAS	8.014,22

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2837, DE 20 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2837, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta e Indireta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 1.684.900,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	125.000,00
	TOTAL	125.000,00
06.03.020.606.0034.1039.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1039.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1039.	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	78.000,00
	TOTAL	78.000,00
06.03.020.606.0034.1041.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1041.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1041.	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	115.000,00
	TOTAL	115.000,00
08.01.015.452.0050.1063.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.1063.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.1063.	FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS SEOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL PMT	448.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

	TOTAL GERAL FUMDEC	30.000,00
13.01.018.542.0044.1279.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1279.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1279.	EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
13.01.018.542.0044.1281.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1281.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1281.	FROTA DE VEICULOS – FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
13.01.018.542.0044.1285.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1285.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1285.	OBRAS E CONSTRUÇÕES – FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	TOTAL GERAL FMMA	60.000,00
14.01.004.062.0061.2102.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDDD	
14.01.004.062.0061.2102.	PROCON	
14.01.004.062.0061.2102.	MANUTENÇÃO DO PROCON	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
	TOTAL GERAL FMDDD	110.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	600.000,00
	TOTAL	600.000,00
15.01.010.301.0070.1151.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.1151.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.1151.	FROTAS DE VEÍCULOS AB	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
15.02.010.302.0072.1157.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.1157.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.1157.	FROTA DE VEÍCULOS MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	250.000,00

	TOTAL	250.000,00
	TOTAL GERAL FMS	880.000,00
21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	29.800,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.100,00
	TOTAL	36.900,00
	TOTAL GERAL FUMTUR	36.900,00
24.01.026.782.0046.1263.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.1263.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.1263.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	85.900,00
0.30000	VINCULO LIVRE – SUP. FINANCEIRO	34.100,00
	TOTAL GERAL FUMTRAN	120.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 1.684.900,00 (Hum milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil e novecentos reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (PREFEITURA)

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	337.900,00
	TOTAL	337.900,00
03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	242.000,00
	TOTAL	242.000,00
06.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	55.000,00
	TOTAL	55.000,00
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	

08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00
	TOTAL GERAL	804.900,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA (FUNDOS)

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	350.000,00
	TOTAL	350.000,00
15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
	TOTAL GERAL FMS	880.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE- 065, DE 01 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 065, DE 01 DE JUNHO DE 2016

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por trinta e três (33) dias, a contar de 13 de Maio de 2016 (período de 13/05/2016 a 15/06/2016), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 066, DE 01 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 066, DE 01 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4184, de 13/04/2016:

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JOEL OLIVEIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/09/1990	074.855.929-98	44 horas	01/06/2016 a 30/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 067 DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 067 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor James Marcel Zatelli

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor JAMES MARCEL ZATELLI ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.05.2011 a 02.05.2016, conforme Processo RH n. 77/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 068 DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 068 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Nelson Eilert

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor NELSON EILERT ocupante de cargo efetivo de Motorista, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 15.05.2011 a 14.05.2016, conforme Processo RH n. 75/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 069 DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 069 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total a Servidora Viviane Aparecida Machado

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total a Servidora VIVIANE APARECIDA MACHADO ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.06.2011 a 01.06.2016, conforme Processo RH n. 74/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 070 DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA N. SAMAE- 070 DE 03 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Sevenir Rogério Macedo

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor SEVENIR ROGERIO MACEDO ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 02.06.2011 a 01.06.2016, conforme Processo RH n. 76/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Junho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2172

DECRETO Nº 2.172/2016 de 16 de junho de 2016
DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado LUTO OFICIAL, por três dias em todo o território municipal, em virtude do falecimento da Servidora Municipal Senhora ZENIR TEREZINHA RODRIGUES ZANG.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 16 de junho de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 2173

DECRETO Nº 2.173/2016 de 17 de junho de 2016

REVOGA SUPLEMENTAÇÃO, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 38.840,54 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica revogada a suplementação no valor de R\$38.840,54 (trinta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos), contido no Decreto Municipal nº 2.129/2016 de 05 de fevereiro de 2016, aplicado na seguinte dotação:

06 – Secretaria de Educação
02 – Ensino Fundamental
Atividade: 2.055 –Salário Educação
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.58
. R\$ 38.840,54

Artigo 2º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 38.840,54 (trinta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação
02 – Ensino Fundamental
Atividade: 2.055 –Salário Educação
Modalidade de Aplicação: (127) 3.3.90.00.00.00.00.03.0058
R\$ 38.840,54

Artigo 3º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do superávit financeiro do Salário Educação do exercício anterior no valor de R\$ 38.840,54.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
17 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11-2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.
CONTRATADO: FOCALLE ENGENHARIA VIARIA LTDA
OBJETO: Locação de forma parcelada de equipamentos para monitoramento eletrônico de trânsito no perímetro urbano do município de Treze Tílias, com emissão de provas visuais do cometimento de infrações, em regime de execução indireta, de acordo com as características mínimas descritas no item Anexo I, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo VI do edital, e Estudo Técnico.
VALOR: O valor fica alterado com a aplicação do percentual de 11,0937% da variação do IGPM, conforme tabela abaixo.
DAS DEMAIS CLAUSULAS: Todas as demais cláusulas não atingidas pelo presente termo aditivo ficam inalteradas e em plena vigência, para todos os efeitos legais.

DATA ASSINATURA: 05/05/2016.

TREZE TÍLIAS, 05 de Maio de 2016.

LEI 1905

LEI MUNICIPAL Nº. 1.905 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

“CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de sua manutenção fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Joaçaba, CNPJ Nº 82.780.396/0001-00, subvenção social no valor de R\$ 30.030,00 (trinta mil e trinta reais) cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões

negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais e demais documentos solicitados conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas Estadual.

Parágrafo único. O valor da subvenção de R\$ 30.030,00 (trinta mil e trinta reais) será dividido em 07 (sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$4.290,00 (quatro mil, duzentos e noventa reais) a contar do mês junho de 2016.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá Prestar Contas, até o 60 (sessenta) dias após o recebimento da última parcela, conforme Lei 4320/64.

Art. 3º É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º A entidade beneficiada deverá proceder com a devolução ao concedente de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse.

Art. 5º O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a seguinte dotação orçamentária:

06. Secretaria de Educação
05. Ensino Especial
2026 Despesas com APAE
(76) 3.3.50.00.00.00.00.00.01

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 17 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

LEI 1906

LEI MUNICIPAL Nº. 1.906 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

“CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com a finalidade específica e exclusiva de colaborar no custeio das atividades de sua manutenção fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Água Doce, CNPJ nº 78.487.238/0001-80, subvenção social no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) cuja liberação fica condicionada à apresentação das certidões negativas de débitos Federais, Estaduais, Municipais e demais documentos solicitados conforme Instrução Normativa do Tribunal de

Contas Estadual.

Parágrafo único. O valor da subvenção de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) será dividido em 07 (sete) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) a contar do mês junho de 2016.

Art. 2º A entidade beneficiada deverá Prestar Contas, até o 60 (sessenta) dias após o recebimento da última parcela, conforme Lei 4320/64.

Art. 3º É vedada a redistribuição dos recursos de que trata esta Lei a outras entidades congêneres ou não.

Art. 4º A entidade beneficiada deverá proceder com a devolução ao concedente de eventual saldo de recursos não aplicados no objeto do repasse.

Art. 5º O saldo eventualmente não aplicado deverá ser revertido aos cofres públicos até 31 de janeiro do exercício seguinte ao do recebimento.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei onerarão a seguinte dotação orçamentária:

06. Secretaria de Educação
05. Ensino Especial
2026 Despesas com APAE
(76) 3.3.50.00.00.00.00.00.01

Art. 7º Fica autorizado a abertura um crédito suplementar no valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06. Secretaria de Educação
05. Ensino Especial
2026 Despesas com APAE
(76) 3.3.50.00.00.00.00.00.01
Valor: R\$ 9.100,00

Art. 8º Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica autorizada a anulação dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria de Educação
01 – Ensino Infantil
Atividade: 2.201 – Despesas com Ensino Infantil – Recursos Próprios
Modalidade de aplicação: (45) 3.3.90.00.00.00.00.00.01
Valor: R\$ 9.100,00

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 17 de junho de 2016.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 05/2016 CMDCA

Resolução nº 05/2016

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÕES TEMÁTICAS DE NATU-REZA TÉCNICA E CARÁTER PERMANENTE:

- A) COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS;
B) COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO OU GRUPOS TÉCNICOS.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Resolução nº 137 do CONANDA e pela Lei Municipal Complementar nº 92 de 18 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

1º - Aprovar sobre a ata nº 08/2016 datada em 15/06/2016 quanto a criação das seguintes comissões:

a) Comissão de Finanças, Orçamento e Captação de Recursos:

Composta por um conselheiro governamental e suplente:

Vania Zanon Moraes e Marialourdes Rugere Jorge.

Não governamental e suplente:

Brigite Moser Falchetti e Rosangela Aparecida Moraes Deitos.

b) Comissão de Assessoramento ou Grupos Técnicos:

Composta por um conselheiro governamental e suplente:

Magda Rosana Garbin Barcaro e Andrieli Pereira da Silva.

Não governamental e suplente:

Viviane Furtado da Silva e Victória Pessin Verona.

2º - As comissões escolherão entre seus pares, um coordenador e um relator.

3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Umberto José Michielin

Presidente do CMDCA – Treze Tílias/SC

revogando-se as disposições em contrário.

Umberto José Michielin

Presidente do CMDCA – Treze Tílias/SC

RESOLUÇÃO 06/2016 CMDCA

Resolução nº 06/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO "ESPORTE COMO FILOSOFIA DE VIDA" PROPOSTO PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Resolução nº 137 do CONANDA e pela Lei Municipal Complementar nº 92 de 18 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

1º - Aprovar sobre a ata nº 08/2016 datada em 15/06/2016 o Projeto "Esporte como Filosofia de Vida" apresentado pelo Departamento Municipal de Esportes, o qual período de execução ocorrerá de 01/06/2016 a 15/12/2016, nas repartições do Ginásio Municipal. O projeto abrange aproximadamente 400 crianças e adolescentes na faixa etária de 05 a 16 anos, e pretende com isso, propiciar um espaço diferenciado, visando oportunizar atividades físicas, integrativas, bem como, contribuir para formação de novos valores, principalmente para aquelas que não possuem acesso a tais atividades, em decorrência da situação social familiar. Sendo assim, o respectivo projeto fará uso do recurso proveniente do Fundo da Infância e da Adolescência – FIA, sendo este, no valor de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais).

Objetivo do Projeto:

Oportunizar a prática de atividades de lazer, esportivas, de recreação e cultural, como forma de ocupação sadia do tempo livre, visando o desenvolvimento saudável do corpo e da mente, bem como, propiciando o crescimento da personalidade individual.

2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Trombudo Central

PREFEITURA

029/2016

DECRETO Nº 29 DE 29 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre Parcelamento da Previdência Social – INSS – competência abril/2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os efeitos da atual conjuntura política e econômica do País;

CONSIDERANDO a estagnação e recessão da economia acarretando diminuição da receita arrecadada até o bimestre;

CONSIDERANDO a perspectiva de não cumprimento das metas fiscais do exercício.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Parcelamento da Previdência Social – parte patronal - devido ao INSS, referente ao mês de abril de 2016; Parágrafo Único. Valor total a ser parcelado junto a Receita Federal do Brasil – RFB será de R\$ 133.484,95 (Cento e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) a ser acrescido dos encargos financeiros nos termos das Normativas do Ministério da Previdência Social.

Art. 2º. O referido parcelamento é necessário devido ao Cenário Econômico do País e a perspectiva de não cumprimento das metas fiscais para o exercício de 2016.

Art. 3º. O parcelamento deste débito poderá ser realizado em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de abril de 2016

SILVIO VENTURI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

035/2016

DECRETO 035/2016 DE 17 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – ESPECIAL – ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 32.929,62 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 32.929,62

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

SUPERÁVIT FINANCEIRO 32.929,62

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de maio de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

036/2016

DECRETO 036/2016 DE 20 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 120.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

09 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

09.01 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 120.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

09 – SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

09.01 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO

09.01.15.451.0013.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 20 de maio de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

037/2016

DECRETO 037/2016 DE 30 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 243.700,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 100.000,00

04.08212.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 80.000,00

04.14 – CEB – Arthur Kroenke

04.14.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 10.500,00

04.04 – CEB – Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 22.500,00

04.11 – CEB – Johanne Schutte

04.11.12.365.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 5.400,00

04.08 – CEB – Gente Miúda

04.08.12.365.0004.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 19.000,00

04.12 – CEB – Menino Jesus

04.12.12.365.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 4.500,00

05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANAS

05.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

05.01.15.452.0006.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 1.800,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.02 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 100.000,00

04.08212.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 80.000,00

04.14 – CEB – Arthur Kroenke

04.14.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 10.500,00

04.04 – CEB – Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 22.500,00

04.11 – CEB – Johanne Schutte

04.11.12.365.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 5.400,00

04.08 – CEB – Gente Miúda

04.08.12.365.0004.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 19.000,00

04.12 – CEB – Menino Jesus

04.12.12.365.0004.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 4.500,00

05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

URBANAS

05.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

05.01.15.452.0006.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 1.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de maio de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

038/2016

DECRETO 038/2016 DE 20 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 699.290,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 52.290,00

05 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

05.01.15.451.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 172.000,00

06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO À AGRICULTURA

06.01.20.601.0007.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 475.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso Arrecadação – Convênios 699.290,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de maio de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

039/2016

DECRETO 039/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – ESPECIAL – ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 27.272,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):
06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO À AGRICULTURA
06.01.20.601.0007.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas 27.272,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Superávit Financeiro 27.272,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

086/2016

PORTARIA 086/2016 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE DIÁRIA AO PREFEITO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1845 de 29 de Julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais), referente a meia diária, para o prefeito Sr. Silvio Venturi, que irá participar da Reunião na Secretária de Agricultura do Estado, na cidade de Florianópolis no dia 07 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretaria de Administração e Finanças interina

090/2016

PORTARIA 090/2016 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

CONSIDERANDO: a Lei 1772/2013;

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 014/2015;

CONSIDERANDO: o Decreto 003/2016 de 11 de janeiro de 2016, que homologa a classificação final dos candidatos do Processo Seletivo 014/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. KATIANI DE BRITO, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI Pinguinho de Gente no período compreendido entre 14 de junho de 2016 a 15 de Dezembro de 2016, no lugar da Sra. Elizangela Althoff da Silva, que passou para a coordenação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

091/2016

PORTARIA 091/2016 DE 17 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais), referente a uma diária e meia, para cada servidor, sendo os servidores Zulnei Luchtenberg e Tania Bini Azevedo Waltrick, que irão participar do Curso de Aplicação dos Recursos do SUS na cidade de Florianópolis nos dias 22 e 23 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 17 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretaria de Administração e Finanças interina

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 06/2016 FMS

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	06/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	GENTE SEGURADORA S.A
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO, ATRAVÉS DE SEGURADORAS, PARA COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Valor	R\$ 15.850,00 (Quinze mil, oitocentos e cinquenta reais)
Vigência	Início: 17/06/2016 Término: 17/06/2017.
Licitação	Pregão presencial n.º 36/2016
UNIÃO DO OESTE, 17 de junho de 2016.	
DARCY JOÃO LUZI	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 27/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	27/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	GENTE SEGURADORA S.A
Objeto	CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO, ATRAVÉS DE SEGURADORAS, PARA COBERTURA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Valor	R\$ 19.950,00 (Dezenove mil novecentos e cinquenta reais).
Vigência	Início: 17/06/2016 Término: 17/06/2017.
UNIÃO DO OESTE, 17 de junho de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL PL 54 2016 PMU PR 34 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2016/PMU

Objeto: aquisição de peças novas e de boa qualidade para manutenção mecânica e escapamentos para veículos leves. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 06/07/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 dia 06/07/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.032/16

DECRETO Nº 13.032/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Fixa os valores referentes ao serviço de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos e/ou removidos no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 80/2009 (Art. 6º e anexo I),

DECRETA

Art. 1º Fica fixado os valores referentes ao serviço de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos e/ou removidos no Município conforme tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	GUARDA	ENTRADA	DIÁRIA
Motocicleta, motoneta e similares	R\$ 75,92	R\$ 24,29	R\$ 6,07
Automóveis, utilitários e similares	R\$ 109,32	R\$ 33,40	R\$ 15,18
Caminhonete, camioneta e similares	R\$ 127,54	R\$ 36,44	R\$ 21,26
Ônibus, caminhão e similares	R\$ 221,67	R\$ 66,81	R\$ 39,48

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.033/16

DECRETO Nº 13.033/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.869/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10.961/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.869/16, que nomeou CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.034/16

DECRETO Nº 13.034/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSENEI KRIEGER PEREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.035/16

DECRETO Nº 13.035/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.745/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10.900/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.745/16, que nomeou MARCIA APARECIDA BRUSKI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.036/16

DECRETO Nº 13.036/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANGELA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.037/16

DECRETO Nº 13.037/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Cede Servidor Municipal ao Tribunal Regional Eleitoral

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 227, da Lei Complementar nº 129/12, considerando o disposto no art. 2º da Lei 6.999, de 7 de junho de 1982 e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 10873/2016;

RESOLVE

Ceder, em caráter precário, pelo prazo de 2 (dois) anos, a servidora ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, para prestar serviços no Cartório da 36ª Zona Eleitoral, com ônus para a origem.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de setembro de 2015.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.038/16

DECRETO Nº 13.038/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.901/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10.959/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.901/16, que nomeou JOAQUIM MIRANDA DA SILVEIRA, para exercer o cargo de Médico Psiquiatra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.039/16

DECRETO Nº 13.039/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Médico Psiquiatra

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EDUARDO GIACOMINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.040/16

DECRETO Nº 13.040/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.847/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 10.960/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.847/16, que nomeou RUDIMIR TRAVASSO, para exercer o cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.041/16

DECRETO Nº 13.041/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Técnico em Vigilância Sanitária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROBSON SCHUNIG, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.042/16

DECRETO Nº 13.042/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA NATALI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.044/16

DECRETO Nº 13.044/16, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANA LINS BERGAMO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.046/16

DECRETO Nº 13.046/16, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

Credencia monitores(as) da empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda - ME para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX, Lei Municipal nº 931/01 e do Decreto Municipal nº 12.275/15;

DECRETA

Art. 1º Ficam credenciado(as) os(as) monitores(as) da empresa DAC - Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de Estacionamento Rotativo em Videira, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos Avisos de Irregularidade, conforme dispõe o artigo 4º, § 5º, do Decreto 12.275/2015:

NOME	CÓDIGO	RG	CPF
Priscila Roberta Miranda	29	5.830.961	041.003.691-90
Mariza Aparecida de Fátima Cluves Alves	48	5.769.699	095.111.919-26
José Amauri Friedrich	52	6.837.263	891.869.740-68
Teresinha Dal Lago	58	1.337.978	529.809.109-10
Simone Zimmer	60	10R-2.111.321	707.519.279-53
Priscila de Oliveira Jaques	62	6.860.924	102.253.489-00
Rosane Antunes	71	3.644.311	018.631.629-17
Ivana Darold	75	5.467.325-9	060.749.059-40
Eliciane Fischer Kartsch	78	5.060.627	070.305.749-90
Rosefátima Ferreira	80	5.060.064	058.861.929-99
Janilce Kaplan	83	4.877.672	055.763.999-94
Thainara Olivio	84	5.060.229	090.949.179-80
Adriana Antunes	85	4.002.376	106.278.169-40
Jonhyson Rodrigues da Silva	87	7.057.104	107.426.579-30
Elisabete Aparecidade Costa	89	4.784.540	037.940.609-89
Bruna Cristina da Silva	90	4.984.939	095.321.279-93
Claudiane da Silva de Souza	101	5.519.257-2	087.954.069-99
Daiane Aparecida Miranda	104	5.060.704	050.997.979-38
Daniela Zaccaron Estreme	105	55.813.894	087.182.359-48
Camila Aparecida da Silva	109	6.168.831	086.065.999-21
Andreia Bento da Silva	110	6.250.476	097.525.379-44
Rayane Cristina Gaspar	111	6.947.304	103.965.619-69
Giane Pasa	112	5.393.532	062.500.079-03
Silvane Melo da Silva Boeno Ferreira	115	5.895.090	084.101.269-58
Elaine da Silva Favaretto	117	5.060.015	056.536.139-24
Eloisa Viera	118	5.393.179-3	085.816.919-35
Vanderleia Goncalves Ribeiro	119	8.111.456.847	018.082.660-30
Dienifer Pontes	120	5.219.564-3	069.746.139-46
Bruno Eduardo Rodrigues Ribeiro	121	6.068.732	110.916.949-31
Guilherme Nitsch	122	7.515.633	014.044.370-37
Roseli dos Santos Machado	123	10.195.873-6	062.951.819-02
Gisele Ferreira	124	4.182.774	007.709.969-90
Andreia Antunes da Cunha Pascol da Silva	125	406800726-4	950-369.110-91
Nadilse Luzia Pelentier	126	5.218.692	009.964.629-37
Claudia Rejane Marques	127	5062684252	903.368.440-34

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12665/16.

Videira, 16 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 064/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 064/16
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADA	CARGO
1. CLEIVANIA PELIM	ENFERMEIRO

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 065/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 065/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ELI DE FATIMA GREEF	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.019/16, DE 06/06/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);

- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0105/2016

Extrato do Contrato n. 0105/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GESIANY GLORIA GRAHL

CPF: 850.143.543-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DIRLETE IGNES VIECELLI PERETTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 11 de fevereiro de 2016 a 29 de fevereiro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0126/2016

Extrato do Contrato n. 0126/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEILA ALICE SPINELLI

CPF: 009.145.169-81

OBJETO: ADMISSÃO PARA CUMPRIR CONVÊNIO DADO PELA LEI 2.969/2013, O QUAL AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIÃO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2016 a 16 de fevereiro de 2017

FUNÇÃO: MÉDICO VETERINÁRIO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 4.277,62 (quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0167/2016

Extrato do Contrato n. 0167/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO ROMAN VANZ

CPF: 058.693.579-77

OBJETO: ADMISSÃO PARA CUMPRIR CONVÊNIO DADO PELA LEI 2.969/2013, O QUAL AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIÃO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

VIGÊNCIA: de 14 de março de 2016 a 13 de março de 2017

FUNÇÃO: MÉDICO VETERINÁRIO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 4.277,62 (quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0182/2016

Extrato do Contrato n. 0182/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA ANTON DE SOUZA
CPF: 074.024.379-90
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES QUE NÃO COMPLETAM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 a 16 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.235,41 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0217/2016

Extrato do Contrato n. 0217/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI SCHOFFEN
CPF: 017.533.549-43
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIMERE TONELLO, AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DO CARGO DE ASSESSOR NÍVEL II
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2016 a 21 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0218/2016

Extrato do Contrato n. 0218/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI OLINDA TOMELIM KARPEM
CPF: 552.186.799-68
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSENIR CORSO EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2016 a 20 de junho de 2016
FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 3.572,06 (três mil, quinhentos e setenta e dois reais e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0233/2016

Extrato do Contrato n. 0233/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: AMÁBILE GUEDES MACHADO
CPF: 086.364.629-83
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS INCAPAZ DE SER SUPORTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM VIRTUDE DE NÃO HAVER MAIS CARGOS EM VACÂNCIA E ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS
VIGÊNCIA: de 02 de maio de 2016 a 30 de junho de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0236/2016

Extrato do Contrato n. 0236/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CASSANDRA SOARES BALESTIERI

CPF: 005.658.049-52

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA REGIANE APARECIDA JULIANOTTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de maio de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0239/2016

Extrato do Contrato n. 0239/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SABRINA DO AMARAL

CPF: 081.844.409-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CARLA SANTIN MANENTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE SEGUIDA DE LICENÇA MATERNIDADE E APÓS FÉRIAS PROGRAMADAS PARA OS MESES DE SETEMBRO/OUTUBRO DE 2016

VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2016 a 28 de outubro de 2016

FUNÇÃO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – Terceira Idade

LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.951,80 (um mil, novecentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0240/2016

Extrato do Contrato n. 0240/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA ZARDO DE NARDI

CPF: 079.210.139-10

OBJETO: ADMISSÃO PARA CUMPRIR CONVÊNIO DADO PELA LEI 2.969/2013, O QUAL AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A UNIÃO FEDERAL ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2016 a 05 de maio de 2017

FUNÇÃO: MÉDICO VETERINÁRIO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 4.277,62 (quatro mil, duzentos e setenta e sete reais e sessenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0243/2016

Extrato do Contrato n. 0243/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANTONIO LAZZARI

CPF: 744.246.969-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 16 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: MOTORISTA III - ÔNIBUS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.626,05 (um mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinco centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0245/2016

Extrato do Contrato n. 0245/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA PEREIRA MONTEBLANCO

CPF: 011.190.180-48

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0246/2016

Extrato do Contrato n. 0246/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARINES DE OLIVEIRA DIAS
CPF: 078.314.389-39
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LINDAMIR CORREA DA ROCHA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA
VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2016 a 02 de junho de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0057/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0057/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0122/16
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEIDI CRISTINA KNECHT
CPF: 060.740.519-84
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 11 de maio de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0062/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0062/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0075/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI APARECIDA DO PRADO
CPF: 004.911.779-33
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 25 de maio de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0063/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0063/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0250/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KARINE FERNANDES DA SILVA
CPF: 047.617.169-59
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 30 de maio de 2016.

JULGAMENTO DO RECURSO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
JULGAMENTO DO RECURSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016-FMS
O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa BOXTOP DO BRASIL ELEVADORES LTDA. no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES NA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, que foi conhecido e, no mérito, julgado IMPROCEDENTE.
Videira, 17 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.362/16

LEI Nº 3.362/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à autorização de uso gratuito da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", com área de 27,36m² (vinte e sete metros e trinta e seis décimos quadrados) ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, nos termos da Minuta constante do Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2016.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.362/16

ANEXO ÚNICO

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

AUTORIZADO PELA LEI Nº 3.362/16

O Município de Videira-SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, representada por seu Prefeito Wilmar Carelli, doravante denominado AUTORIZANTE; e o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208, na cidade de Florianópolis – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, neste ato representado pela Comarca de Videira - SC, doravante denominado como AUTORIZADO, aqui representado pelo Excelentíssimo Senhor Frederico Andrade Siegel, Juiz de Direito e Diretor do Foro, tem entre si justo e acordado, por este instrumento e na melhor forma de direito, a autorização de uso Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", situado no Distrito de Anta Gorda, nesta Cidade, autorizada pela Lei Municipal nº 3.362/16 e, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, além das disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente autorização de uso da Unidade Básica de Saúde de Anta Gorda, em especial a sala denominada "intendência", com área de 27,36m² (vinte e sete metros e trinta e seis décimos quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA - O espaço físico cedido destina-se as atividades no interesse do AUTORIZADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo da autorização de uso é de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 1º de agosto de 2016 e término em 28 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - Obriga-se o AUTORIZADO a conservar a parte do imóvel cujo uso lhe é permitido, como se fora de sua propriedade, não podendo usá-lo senão de acordo com o presente contrato.

Parágrafo Primeiro. O AUTORIZADO compromete a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante a utilização em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

Parágrafo Segundo. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o local cedido, ficando os autorizados inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO poderá realizar no local indicado do imóvel as obras de adaptação necessárias ao fim a que se destina, incorporando-se ditas benfeitorias à propriedade, sem direito à indenização ou retenção se não for possível sua remoção sem danos irreparáveis ao prédio.

CLÁUSULA SEXTA - O AUTORIZANTE comunicará ao AUTORIZADO, por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias, a sua intenção de retomada do espaço cedido no imóvel.

Assim, justas e contratadas sobre todas e cada uma das cláusulas acima enunciadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento no original e cópia de igual teor, a fim de que produza os seus regulares efeitos, inclusive perante terceiros.

Videira, de de 2016.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA AUTORIZANTE	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA COMARCA DE VIDEIRA AUTORIZADO
-------------------------------------	--

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

LEI Nº 3.363/16

LEI Nº 3.363/16, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA

Faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as ruas do Loteamento Cantú, conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua "A", com área de 1.683,25m².	Cantú	Maria Célia Brandalise Braga
Rua "B", com área de 1.817,79m².	Cantú	Ernesto Andreani
Rua "C", com área de 2.202,92m².	Cantú	Henry Gazzi
Rua "D", com área de 2.837,60m².	Cantú	Rubi Nelson Skalee
Rua "E", com área de 2.587,01m².	Cantú	Santina Cantú dos Santos
Rua "F", com área de 2.016,10 m².	Cantú	Nilton Cantú
Rua "G", com área de 3.472,52m².	Cantú	Cezário Cantú
Rua "H", com área de 1.619,58m².	Cantú	Lucina Colle Cantú
Rua "I", com área de 2.199,83m².	Cantú	Genuíno Conte

Rua "J", com área de 972,56m².	Cantú	Neli Catarina Lourenço Gazzi
Rua "K", com área de 1.943,08m².	Cantú	Claudir Gheller
Rua "L", com área de 3.178,60m².	Cantú	Gelindo Rissardi

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0474/16

PORTARIA nº 0474/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 1º e 216, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 058/16DEPLD,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora REGIANE MACIEL, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 07 de junho de 2016 até 04 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 07 de junho de 2016.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0475/16

PORTARIA nº 0475/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Licitações,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de junho de 2016 até 15 de junho de 2016, o gozo de férias da servidora CRISTIANE MIOZZO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2015 até 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0476/16
PORTARIA nº 0476/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.355/16,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º à 03 de junho de 2016, de 13 à 17 de junho de 2016 e de 27 à 30 de junho de 2016, o gozo de férias da servidora SONIA RITA GHELLER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 05 de junho de 2014 até 04 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0477/16
PORTARIA nº 0477/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10328/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DOMINGOS RISSI, Marroeiro, a partir de 04 de julho de 2016 até 04 de outubro de 2016, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de julho de 2016.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0478/16

PORTARIA nº 0478/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10328/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DOMINGOS RISSI, Marroeiro, a partir de 05 de outubro de 2016 até 05 de janeiro de 2017, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 06 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de outubro de 2016.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0479/16

PORTARIA nº 0479/16

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.586-1

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 14 de junho de 2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.586-1, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora SILVANE DA ROCHA PINTO, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devida prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0480/16

PORTARIA nº 0480/16

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.587-X

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 14 de junho de 2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 37.587-X, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora CAROLINE VIECELLI, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devida prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0481/16

PORTARIA nº 0481/16

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam no Processo Administrativo nº 10962/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, por Esporte Clube Master Transilva, no dia 18 de junho de 2016, a partir das 15h00min, para a realização de um amistoso de futebol entre os times dos Esporte Clube Master Transilva e o Ragadalli Esporte Clube.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte de bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- l. Realizar o pagamento dos gastos com energia elétrica.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

Aos 17 de Junho de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 5/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 17/06/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE NO MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

12239.4 - MOBILEBRAS EIRELI						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00001	UN	ESQUIADOR TRIPLO		1,00	4.826,00	4.826,00
00001.00002	UN	SIMULADOR DE CAVALGADA DUPLO		1,00	2.328,00	2.328,00
00001.00003	UN	SIMULADOR DE ESCADA DUPLO		1,00	4.182,00	4.182,00
00001.00004	UN	BICICLETA DUPLA		1,00	1.649,00	1.649,00
00001	UN	MULTIEXERCITADOR SEIS FUNCOES		1,00	3.848,00	3.848,00
00001	UN	LOTE Nº01		2,00	8.416,50	16.833,00
Total do Fornecedor: 16.833,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS E TRINTA E TRES Reais)						
Total da Licitação: 16.833,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS E TRINTA E TRES Reais)						

1.3 Este instrumento não obriga o FMS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 5/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da

empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FMS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o

prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FMS.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 17 de Junho de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

MOBILEBRAS EIRELI
CLEVERSON DOLMANN
Contratada

DECRETO Nº 028/2016

DECRETO N. 028, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

REVOGA PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2016 FMS, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.

O Prefeito Municipal em exercício de Vitor Meireles, usando de suas atribuições legais,

Considerando que o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação;

Considerando que nenhuma das propostas apresentadas pelas empresas classificadas atendeu o descritivo do edital, no que se refere ao Fotopolimerizador de resina de led sem fio com bateria, com leds de alta intensidade e amplo espectro, revestimento de safira e selamento de teflon;

Considerando o Parecer Jurídico que manifestou-se pela revogação do Processo de Licitação nº 004/2016 FMS;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Processo de Licitação nº 004/2016 FMS, para a Aquisição de Equipamentos Odontológicos.

Art. 2º - Notifique-se as empresas participantes, dando ciência da revogação do Processo de Licitação nº 004/2016 FMS, remetendo-se cópia do Parecer Jurídico e do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 14 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/2016.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

DECRETO Nº 029/2016

DECRETO N.º 029/2016

Abre Crédito Especial, Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e Estabelece Outras Providências.

LUIZ LUCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0956, de 16/06/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.015.1016 – Pavimentação de Ruas

44000000 – Investimentos

44900000 – Aplicações Diretas

0.16455 – Transf. de Convênios do Estado – Outros R\$ 200.000,00

Art. 2º - Fica utilizado como fonte para suplementação do Artigo 1º desta lei, os recursos de termos de convênio, celebrado com o Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 3º - Fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 – Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3900 – Fundo Especial de Petróleo R\$ 9.500,00

Art. 4º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.015.1016 – Pavimentação de Ruas

44000000 – Investimentos

44900000 – Aplicações Diretas

0.1.3900 – Fundo Especial de Petróleo R\$ 9.500,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

LEI N° 0957

LEI N° 0957, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ESTABELECE O SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017/2020.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fixa o subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Vitor Meireles para a Legislatura 2017/2020, em parcela única no valor de R\$ 1.996,51 (hum mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos), observado o disposto no inciso X, do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. O Presidente da Câmara Municipal, perceberá, enquanto mantiver esta qualidade, o subsídio de R\$ 2.994,76 (Dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos), sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional.

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se, como justificativa legal, para efeitos do Artigo 3º, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01 de janeiro de 2018, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no Art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base 1º de abril de 2017 em diante.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2017, condicionada a sua validade nos termos do Decreto Legislativo de nº 001/2014, de 10 de março de 2014.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 17 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

LEI N° 0958

LEI N° 0958, DE 17 DE JUNHO DE 2016.

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO 2017/2020.

O Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fixa o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R\$ 11.230,39 (Onze mil, duzentos e trinta reais e trinta e nove centavos), sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional.

Art. 2º. Fixa o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 5.615,19 (Cinco mil, seiscentos e quinze reais e dezenove centavos), sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional.

Art. 3º. Fixa o subsídio mensal dos Secretários Municipais em: R\$ 3.930,63 (Três mil, novecentos e trinta reais e sessenta e três centavos), autorizado o pagamento do décimo terceiro salário e terço de férias, sendo vedada qualquer espécie de gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 4º. A partir de 1º de janeiro de 2018, os valores fixados nesta Lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no Art. 37, X, da Constituição Federal, tendo como base 1º de abril de 2017 em diante.

Art. 5º. O Vice-prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no Artigo 1º, desta lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2017, condicionada sua validade à publicação no Mural, nos termos do Decreto Legislativo de nº 001/2014, de 10 de março de 2014.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 17 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 098/2016

PORTARIANº 098/2016

LUIZ LUCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 36, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, aos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, condição para aquisição de estabilidade, por terem cumprido o período de três anos em Estágio Probatório, passando por três avaliações anuais de desempenho por comissão específica constituída para esta finalidade.

Servidor	Média Final	Conceito Final
AURELIA SOETHE	8,01	MUITO BOM
CESAR SUAVE	9,09	EXCELENTE
CLAUDIR TILHA	8,53	MUITO BOM
KATIA REGINA DA CRUZ	8,91	MUITO BOM
LUCIANA CORREA FELICIANO	9,09	EXCELENTE
MARCIO DA SILVEIRA	8,63	MUITO BOM
REGINA DA COSTA OLIVEIRA	9,00	EXCELENTE
ROBERTA SCHMITT	9,00	EXCELENTE

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE JUNHO DE 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0057/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0057/2016, tendo como objeto a Aquisição de um Veículo Automotor denominado SUV, 0Km, destinado ao emprego no Pelotão de Patrulhamento Tático da Polícia Militar de Xanxerê. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 01 de Julho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 16 de junho de 2016. Ademir José Gasparini– Prefeito Municipal.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0049/2015

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0049/2015

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locadora: EDICLEL – CLINICA MEDICA LTDA-ME

Objeto: Têm por objeto a Contratação de prestadores de serviços para a realização de procedimentos Anestésicos com o Dr. Edimar Romano, CRM-SC nº 7753, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses, contados a partir de 29 de junho de 2016, vigorando até 28 de junho de 2017, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde.

Xanxerê-SC, 17 de junho de 2016. Ademir Jose Gasparini - Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

VENCEDORES PE 008-2016 FMS

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 1 de 3

VENCEDORES DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Xavantina
Fundo Municipal de Saúde de Xavantina
Fundo Municipal de Saúde de Xavantina

Registro de Preços Eletrônico PE 008/2016 FMS

Dimerios Comércio de Materiais Cirurgicas Ltda - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 74.127.473/0001-90

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0096	Fralda Geriátrica, Descartável, Formato Anatômico, Com Barreiras Protetoras, Indicada Para Casos de Incontinência Uri...	Descarpack	250 PC	R\$ 27,99	R\$ 6.997,50
0097	Fralda Geriátrica, Descartável, Formato Anatômico, Com Barreiras Protetoras, Indicada Para Casos de Incontinência Uri...	Descarpack	250 PC	R\$ 20,99	R\$ 5.247,50
				Total	R\$ 12.245,00

Jacques Brião Moreira ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 18.941.818/0001-74

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0002	Aguilha Descartável 40x12 Caixa Com 100 Und.	descarpack	10 CX	R\$ 6,70	R\$ 67,00
0003	Álcool 70%, Frasco de 1L.	tupi	100 L	R\$ 4,40	R\$ 440,00
0007	Algodão Hidrófilo Com 500g O Algodão Hidrófilo É Confeccionado Em Fibras 100% Algodão. Macio e Absorvente. Indicado P...	nathalya	25 RL	R\$ 8,70	R\$ 217,50
0010	Andador Adulto Articulado, Produzido Em Alumínio Resistente, Dobrável, Articulado e Altura Regulável. Altura Mínima:	INDAIA	8 UN	R\$ 114,75	R\$ 918,00
0015	Aparelho de Pressão Adulto Fecho Metal.Aparelho de Alta Precisão Para Medir Pressão Arterial, Características: Braçad...	SOLIDOR	10 UN	R\$ 64,35	R\$ 643,50
0016	Aparelho de Pressão Arterial Digital Automático de Pulso Com Memória.	G TECH	10 UN	R\$ 148,50	R\$ 1.485,00
0025	Autoclave Para Esterilização A Vapor Sob Pressão, Manômetro Digital Com Barra de Leds; Programa Único de Esterilizaçã...	STERMAX	2 UN	R\$ 2.223,45	R\$ 4.446,90
0029	Bobina de Papel Grau Cirurgico Produmed 15 Cm X 100 Metros.	ESTERILCARE	10 UN	R\$ 30,00	R\$ 300,00
0030	Bobina de Papel Grau Cirurgico Produmed 20 Cm X 100 Metros.	ESTERILCARE	10 UN	R\$ 40,00	R\$ 400,00
0034	Cadeira de Rodas Higiénica, Para Banho Fixa Confeccionada Em Aço Carbono Ideal Para Uso Sanitário e Chuveiro, Apoio D...	ORTOMETAL	8 UN	R\$ 200,00	R\$ 1.600,00
0035	Cadeira de Rodas. Alumínio Com Pintura Epoxy, Dobrável Em X, Eixo de Desmontagem Rápida Nas Rodas Traseiras (quick Re...	ORTOMETAL	5 UN	R\$ 1.185,00	R\$ 5.925,00
0036	Cadeira de Rodas. Alumínio Com Pintura Epoxy, Dobrável Em X, Eixo de Desmontagem Rápida Nas Rodas Traseiras (quick Re...	ORTOMETAL	5 UN	R\$ 1.120,00	R\$ 5.600,00
0056	Compressa de Gaze Rolo Tipo Queijo Hidrófila 13 Fios. Alto Poder de Absorção 100 % Algodão, Não Estéril, 91mx 91m, 4	CLEAN	20 RL	R\$ 20,00	R\$ 400,00
0057	Compressa Gaze, 7,5 X 7,5 Cm 20 Fios Pacote Com 500 Un As Compressas de Gaze Hidrófila São Indicadas Para Absorção De...	GAZETEX	500 UN	R\$ 12,00	R\$ 6.000,00
0059	Contra Ângulo Com Spray Externo, O Contra-Ângulo Utiliza Brocas Pm de 2,35mm. Acessório Utilizado Acoplado Ao Micro M...	DENTFLEX	1 UN	R\$ 480,00	R\$ 480,00
0064	Embalagem Tubular Para Autoclave 10x100.	ESTERILCARE	10 RL	R\$ 40,00	R\$ 400,00
0068	Escova Ginecológica Pacote Com 100 Und.	KOLPLASTE	10 UN	R\$ 21,00	R\$ 210,00
0072	Esparradrapo Cirurgico Impermeável 5cm X 4,5m.	MISSNER	200 UN	R\$ 2,54	R\$ 508,00
0074	Especulo Descartável, Não Lubrificado Tamanho Médio.	CRAL	1.000 UN	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00
0075	Especulo Descartável, Não Lubrificado Tamanho Pequeno.	CRAL	1.000 UN	R\$ 0,75	R\$ 750,00
0085	Fio Nylon 0,4 Agulha ½ Com 24 Und.	PROCARE	4 CX	R\$ 28,60	R\$ 114,40
0086	Fita Adesiva Para Autoclave.	CIEX	20 UN	R\$ 2,40	R\$ 48,00
0098	Fralda Geriátrica, Descartável, Formato Anatômico, Com Barreiras Protetoras, Indicada Para Casos de Incontinência Uri...	DESCARPACK	150 PC	R\$ 8,00	R\$ 1.200,00
0099	Fralda Geriátrica, Descartável, Formato Anatômico, Com Barreiras Protetoras, Indicada Para Casos de Incontinência Uri...	DESCARPACK	50 PC	R\$ 9,90	R\$ 495,00
0112	Jato de Bicarbonato e Ultrassom Piezoelétrico. Possui Reservatório Com Aquecimento e Iluminação Interna Que Reduz A U...	KONDORTECH	1 UN	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
0113	Lanterna de Alta Performance Com Iluminação Led de 3v, Confeccionada Em Metal Leve, de Alta Qualidade, iluminação Br...	MD	8 UN	R\$ 75,00	R\$ 600,00
0118	Luva Cirúrgica Estéril N 7,5.	DESCARPACK	15 UN	R\$ 1,00	R\$ 15,00
0119	Luva Cirúrgica Estéril N 8,0.	DESCARPACK	15 UN	R\$ 1,00	R\$ 15,00
0121	Luva Procedimento (m) Caixa C/100.	DESCARPACK	100 UN	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
0122	Luva Procedimento (p) Caixa C/100.	DESCARPACK	100 UN	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
0123	Luva Procedimento P Com 100un.	DESCARPACK	80 CX	R\$ 15,00	R\$ 1.200,00
0124	Luva Procedimento Pp Com 100 Un.	DESCARPACK	150 CX	R\$ 15,00	R\$ 2.250,00
0127	Mascara Cirúrgica Caixa Com 100 Unidades.	TALGE	10 UN	R\$ 8,58	R\$ 85,80
0128	Mascara Triplas Caixa Com 100 Unidades.	TALGE	30 PC	R\$ 8,58	R\$ 257,40
0132	Micromotor, Acoplamento Borden, Spray Interno, Rotação de 5.000 A 20.000 Rpm, Sistema Universal Intramatic.	dentflex	1 UN	R\$ 700,00	R\$ 700,00
0139	Papel Lençol Produzido Com Papel Celulose Virgem; Rolos Embalados Individualmente; Embalagem Com Data de Fabricação,	CLEAN	60 UN	R\$ 7,00	R\$ 420,00
0176	Saco Para Lixo Hospitalar Capacidade Para 100 Litros, Embalagem Com 100 Unidades.	EREPLAST	100 UN	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
0177	Saco Para Lixo Hospitalar Capacidade Para 50 Litros, Embalagem Com 100 Unidades.	EREPLAST	50 UN	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
0180	Seringa Descartavel 10 Ml Bico Centra, Cilindro Transparente Com Anel de Retenção Que Impede O Desprendimento do Êmbo...	DESCARPACK	500 UN	R\$ 0,24	R\$ 120,00
0181	Seringa Descartavel 20 Ml Bico Centra, Cilindro Transparente Com Anel de Retenção Que Impede O Desprendimento do Êmbo...	DESCARPACK	500 UN	R\$ 0,38	R\$ 190,00
0182	Seringa Descartavel 3 Ml Bico Centra, Cilindro Transparente Com Anel de Retenção Que Impede O Desprendimento do Êmbo...	DESCARPACK	500 UN	R\$ 0,12	R\$ 60,00
0183		DESCARPACK	500 UN	R\$ 0,14	R\$ 70,00

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_82454.html

17/06/2016

CidadeCompras | Vencedores do Pregão

Página 2 de 3

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0184	Seringa Descartavel 5 Ml Bico Centra, Cilindro Transparente Com Anel de Retenção Que Impede O Desprendimento do Êmbol...	DESCARPACK	1.000 UN	R\$ 0,15	R\$ 150,00
0187	Seringa Descartável Insulina Com Agulha 13 Mm X 0,45mm Estéril, Uso Único.	SÃO BENTO	500 UN	R\$ 1,80	R\$ 900,00
0188	Soro Fisiológico 100 ML.	SÃO BENTO	700 UN	R\$ 2,00	R\$ 1.400,00
Total					R\$ 51.181,50

ODONTOESTE LTDA - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 12.632.841/0001-09

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0014	Aparelho de Hgt, Avançado, Com Sistema de Monitorização, Para Pacientes Ativos e de Uso Frequente, Para 1 Microlitro	ON CALL PLUS	30 UN	R\$ 58,84	R\$ 1.765,20
0088	Fita Micropore Branca Carretel Com Capa 05 Cm, de Boa Qualidade.	COPERTINA	200 UN	R\$ 3,14	R\$ 628,00
0150	Ponta Diamantada 1016 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	MICRODONT	20 UN	R\$ 4,69	R\$ 93,80
0200	Tiras Para Teste de Glicose, Caixa Com 50 Unidades Compatíveis Com O Aparelho On Call Plus.	ON CALL PLUS	600 UN	R\$ 26,99	R\$ 16.194,00
Total					R\$ 18.681,00

POSSATTO POSSATTO LTDA-ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 72.150.550/0001-06

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0006	Algodão Em Rolletes.	W.A	200 PC	R\$ 1,75	R\$ 350,00
0017	Aplicadores Descartáveis Microbrush Embalagem Com 100 Unid.	ANGELUS	40 UN	R\$ 8,90	R\$ 356,00
0026	Babador Odontológico Descartável, Embalagem Com 100 Un.	DERMA PLUS	10 PC	R\$ 12,00	R\$ 120,00
0063	Embalagem Para Autoclave Tamanho 100/50.	HOSPFLEX	30 UN	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
0066	Embalagem Tubular Para Autoclave 80x100.	HOSPFLEX	10 RL	R\$ 39,90	R\$ 399,00
0081	Fio de Seda 0,4 Agulha ½ Com 24 Und.	SHALON	4 CX	R\$ 32,20	R\$ 128,80
0090	Fórceps 150.	GOLGRAN	4 UN	R\$ 54,90	R\$ 219,60
0091	Fórceps Infantil 04.	GOLGRAN	4 UN	R\$ 49,90	R\$ 199,60
0095	Fotopolimerizador Sem Fio Led de Longa Vida Útil, Que Gera Feixe de Luz Azul Pura e Fria A Um Comprimento de Onda de 470nm.	SCHUSTER "EMITTER A"	2 UN	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
0108	Inalador Nebulizador Compacto, Prático e de Visual Harmonioso; Recomendado Por Médicos. Indispensável No Tratamento D...	G-TECH	6 UN	R\$ 118,00	R\$ 708,00
0135	Óculos de Proteção.	BIOSERVICE	4 UN	R\$ 6,80	R\$ 27,20
0147	Ponta Diamantada 1011 Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Eletroquímico	OPTION	20 UN	R\$ 4,25	R\$ 85,00
0151	Ponta Diamantada 1034 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 4,15	R\$ 83,00
0152	Ponta Diamantada 1190f Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo El...	OPTION	20 UN	R\$ 4,75	R\$ 95,00
0154	Ponta Diamantada 3195 F São Produzidas Em Aço Inoxidável de Alta Resistência e Com Grãos de Diamante Natural de Dimen...	OPTION	20 UN	R\$ 2,89	R\$ 57,80
0155	Pontadamentada 1012 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 4,45	R\$ 89,00
0156	Pontadamentada 1013 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,05	R\$ 61,00
0158	Pontadamentada 1034 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,00	R\$ 60,00
0159	Pontadamentada 1045 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,85	R\$ 77,00
0161	Pontadamentada 1092 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,45	R\$ 69,00
0162	Pontadamentada 1190 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 4,15	R\$ 83,00
0163	Pontadamentada 3082 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,82	R\$ 76,40
0164	Pontadamentada 3118 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 3,79	R\$ 75,80
0166	Pontadamentada 3195 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	OPTION	20 UN	R\$ 4,20	R\$ 84,00
Total					R\$ 5.754,20

Tata Comércio de Equipamentos Para Saúde, Odonto-Medico Ltda - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.088.993/0001-11

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0070	Escovas de Dentes Para Criança.	dk	100 UN	R\$ 0,72	R\$ 72,00
0125	Macro Arcado Dentário Para Atividades Educativas, Com Arcada Superior, Arcada Inferior, Língua Em Material Emborracha...	dexpress	1 UN	R\$ 387,00	R\$ 387,00

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_82454.html

17/06/2016

Total R\$ 459,00

VANUSA DIAS EIRELI EPP - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 08.850.926/0001-88

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0041	Caneta Alta Rotação Pushbotton, Com Spray Triplo, Rotação Máxima de 380 Mil Rpm e Sistema Troca-Broca Fg (friction-Gr...	KAVO	1 UN	R\$ 589,00	R\$ 589,00
0093	Fórceps Infantil Nº 151s.	TRINKS	4 UN	R\$ 54,85	R\$ 219,40
0104	Gorro (toca) Descartável Com Elástico, Pacote Com 100 Unidades.	INNOVA	6 PC	R\$ 13,00	R\$ 78,00
0137	Otoscópio Com Cabo de Metal, Para 2 Pilhas Médias, Com 5 Espéculos Permanentes de Plástico Com Diâmetro de 2,5mm, 3,0...	GOWLLANDS	2 UN	R\$ 400,00	R\$ 800,00
0149	Ponta Diamantada 1016 Hl Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo	FAVA	20 UN	R\$ 4,72	R\$ 94,40
0157	Pontadiamantada 1014 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	FAVA	20 UN	R\$ 2,60	R\$ 52,00
0165	Pontadiamantada 3168 Produzidas Em Aço Inoxidável Grau Cirúrgico, Com Haste Fg e Diamantadas Através de Processo Elet...	FAVA	20 UN	R\$ 2,60	R\$ 52,00
Total				R\$ 1.884,80	

Valor Total: R\$ 90.205,50

file:///C:/Users/Emerson/AppData/Local/Temp/Vencedores_82454.html

17/06/2016

Associações

AMMVI

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 01/2016 - ESTÁGIO

PROCESSO DE SELEÇÃO nº 01/2016

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AMMVI torna público a realização do Processo de Seleção de estudantes habilitados a integrar cadastro para recrutamento pelo Programa de Concessão de Estágio, em atendimento as necessidades da Associação, conforme segue:

DAS VAGAS, DA DENOMINAÇÃO, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

Programa de Estágio	Carga Horária Semanal	Bolsa Estágio Mensal (*)	Habilitações Mínimas/Áreas
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 770,21	Cursando ensino superior em: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Arquitetura, Jornalismo e/ou Ciências da Computação/Sistemas de Informação – 3º semestre em diante.
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 770,21	Cursando ensino superior em: Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal, com conhecimento em geoprocessamento + CNH – 7º semestre em diante.
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 698,39	Cursando educação profissional de nível técnico em: Tecnologia da Informação (conhecimentos básicos de programação PHP ou Java), Administração e/ou Contabilidade.

(*) acrescido de Auxílio-Alimentação mensal correspondente a R\$ 7,36 (sete reais e trinta e seis centavos) por hora/semanal de estágio, se não apresentar faltas durante o mês.

DA INSCRIÇÃO:

No período de 20 de junho a 1º de julho de 2016, diretamente na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, cidade de Blumenau – SC, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 hs.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Informações relativas ao Processo de Seleção serão prestadas no local e endereço acima ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital encontra-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau - SC, em 16 de Junho de 2016.

FERNANDO TOMASELLI
Presidente da AMMVI

JOSÉ RAFAEL CORREA
Secretario Executivo

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 01/2016

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.779.413/0001-43, torna pública a realização do Processo de Seleção de estudantes habilitados a integrar cadastro para recrutamento pelo Programa de Concessão de Estágio, em atendimento as necessidades da Associação, observadas as normas e procedimentos deste Edital, das Resoluções da AMMVI e da legislação de regência.

1 – DA DENOMINAÇÃO, HABILITAÇÃO, ATIVIDADES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO:

Programa de Estágio	Carga Horária Semanal	Bolsa Estágio Mensal (*)	Habilitações Mínimas
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 770,21	Cursando ensino superior em: Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Arquitetura, Jornalismo e/ou Ciências da Computação/Sistemas de Informação – 3º semestre em diante.
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 770,21	Cursando ensino superior em: Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal, com conhecimento em geoprocessamento + CNH – 7º semestre em diante.
Estagiário(a)	20 hs/s	R\$ 698,39	Cursando educação profissional de nível técnico em: Tecnologia da Informação (conhecimentos básicos de programação PHP ou Java), Administração e/ou Contabilidade.

(*) acrescido de Auxílio-Alimentação mensal correspondente a R\$ 7,36 (sete reais e trinta e seis centavos) por hora/semanal de estágio, se não apresentar faltas durante o mês.

- DESCRIÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES: Atividades gerais de estágio, conforme Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, e a Resolução AMMVI nº 15/09 e alterações.

- LOCAL DE TRABALHO: Exerce funções de estagiário(a) mediante vínculo institucional com a AMMVI, intermediado pelo Agente de Integração; Trabalha com supervisão permanente em ambientes fechados e em horário diurno; Eventualmente, trabalha fora da sede, junto às sedes dos associados ou ainda em locais determinados pela administração da AMMVI.

- COMPETÊNCIAS PESSOAIS: Pesquisar e consultar normas e procedimentos relacionados com as atividades do setor e da Associação; Desenvolver raciocínio lógico; Utilizar recursos de informática; Demonstrar conhecimentos técnicos básicos da área de estudo; Demonstrar empatia, Cultivar a ética; Manter-se dinâmico; Buscar auto desenvolvimento; Demonstrar iniciativa; Trabalhar em equipe; Demonstrar capacidade de participação e capacidade de crítica.

2 - DA INSCRIÇÃO:

2.1 – Local: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, situada na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Blumenau – SC, Fone: (047) 3331-5817.

2.2 – Período: de 20 de junho a 1º de julho de 2016.

2.3 - Horário: Matutino: 08:00 às 11:30hs / Vespertino: 13:00 às 16:30hs.

2.4 – A inscrição será realizada pessoalmente pelo candidato interessado ou por procurador constituído, em ficha específica, preenchida no local de inscrição.

2.4.1 - Para preenchimento da ficha serão necessários os dados e documentos pessoais (cópia do RG e CPF) para todos os casos, bem como cópia de Carteira Nacional de Habilitação – CNH e comprovante de conhecimento em geoprocessamento (para a vaga de estágio em Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal). A comprovação de conhecimento em geoprocessamento pode ser realizada a partir do histórico escolar, além de cursos complementares.

2.4.2 – DA COMPROVAÇÃO PARA FINS DE PONTUAÇÃO POR TÍTULOS: Será necessário também apresentar, junto com a inscrição, o original e cópia (ou cópia autenticada em Cartório) dos Certificados/Diplomas de participação em Seminários, Palestra, Fóruns ou Cursos de Qualificação/Aperfeiçoamento relacionados à área de atuação do curso, dos últimos cinco anos (posteriores a 15/06/2011), contendo originalmente o número de horas destes, para contagem de títulos.

2.5 - A relação nominal dos inscritos serão divulgados em 05/07/2016 no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

3 - DA FORMA DE SELEÇÃO:

3.1 – A seleção será realizada mediante avaliação e contagem dos títulos, a partir dos comprovantes juntados no ato da inscrição, computando-se 0,1 (zero vírgula um) para cada hora de seminários, palestras, fóruns ou cursos de aperfeiçoamento/qualificação relacionado a área de atuação do seu curso, realizado nos últimos cinco anos (ou seja, realizados a partir de 15/06/2011), devidamente comprovados por certificado(s)/diploma(s), limitadas estas a 100 (cem) horas, totalizando 10 (dez) no geral.

3.1.1 - A nota da avaliação de títulos a ser atribuída ao candidato será obtida a partir da soma de pontos concedidos na análise dos títulos, pelos comprovantes de que trata o item 2.4.2, resultando na composição da média geral para fins de classificação.

3.1.2 – A entrega dos diplomas ou certificados, até a data limite para inscrição, será de inteira responsabilidade do candidato, sendo que, em hipótese alguma haverá substituição dos mesmos por erro do candidato ou prorrogação do prazo para apresentação destes comprovantes.

3.1.3 – A avaliação de títulos, de caráter classificatório, valerá até 10,0 (dez) pontos para as vagas de estágio, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior.

3.1.4 – Receberá nota zero o candidato que não entregar os comprovantes dos títulos na forma, no prazo e no local estipulados neste edital. Não serão aceitos comprovantes de títulos encaminhados via postal ou via correio eletrônico.

3.1.5 – No ato de entrega dos comprovantes de títulos, o candidato deverá preencher e assinar a Ficha de Inscrição, na qual indicará a quantidade de folhas apresentadas. Juntamente com a Ficha de Inscrição deverá ser apresentada cópia autenticada em cartório ou cópia simples e o original, de cada título entregue. Os documentos originais apresentados sem uma cópia simples para conferência não serão devolvidos, nem serão reproduzidas/fornecidas cópias destes.

3.1.6 – Não serão aceitos documentos ilegíveis, como também, os emitidos via fax ou outras formas que não aquelas exigidas neste edital.

3.1.7 – Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias sem reconhecimento de autenticidade, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação.

3.1.8 – Na impossibilidade de comparecimento do candidato serão aceitos os títulos entregues por terceiros, na forma deste edital, mediante apresentação de documento de identidade original do procurador e de procuração simples do interessado, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do candidato.

3.1.8.1 – Será de inteira responsabilidade do candidato às informações prestadas por seu procurador no ato de entrega dos títulos, bem como a entrega dos títulos na data prevista no edital de convocação para essa fase, arcando o candidato com as consequências de eventuais

erros de seu representante.

3.1.9 - Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

3.1.10 - Cada título será considerado uma única vez. Os pontos que excederem o valor máximo para a Avaliação de Títulos, bem como os que excederem o limite de pontos estipulados serão desconsiderados na classificação, porém serão válidos como primeiro critério de desempate.

3.2 - O resultado da classificação provisória será divulgado no dia 05 de julho de 2016, a partir da 12h, por meio de Edital publicado no site da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

3.3 - Selecionado o candidato, no caso dos estagiários, que não há uma previsão expressa de número de vagas, será feito cadastro dos classificados, que poderão ser recrutados no prazo de validade deste Processo de Seleção, de acordo com as necessidades da AMMVI.

3.4 - As informações a respeito de notas e classificações poderão ser acessadas por meio do edital de resultado. Não serão fornecidas informações que já constem neste e nos outros atos do Processo de Seleção ou fora dos prazos previstos.

3.5 - Os candidatos serão classificados pela ordem decrescente da soma da pontuação dos títulos.

3.6 - Em caso de empate na nota final, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) tiver maior número de horas na contagem de títulos;

b) seja de mais idade (na data final das inscrições); ou

c) seja escolhido em sorteio público realizado na sede da AMMVI, se necessário, no dia 04/07/2016, as 16:00 hs.

3.7 - A relação contendo a classificação final dos candidatos será divulgada no site da AMMVI e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 11/07/2016.

4 - DOS RECURSOS:

4.1 - O candidato que desejar interpor recurso fundamentado contra o indeferimento da inscrição ou em relação à classificação provisória disporá de dois dias para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação das inscrições homologadas e do resultado da contagem dos títulos (item 2.5) e/ou da classificação provisória (item 3.2), no horário regular de atendimento, na sede da AMMVI (Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau – SC).

4.2 - Todos os recursos serão analisados e as justificativas das eventuais alterações serão divulgadas no site da AMMVI (www.ammvi.org.br), conforme cronograma preliminar (Anexo I).

5 - DA VALIDADE DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

5.1 - O processo terá validade de dois (02) anos, contados da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o processo de seleção contidas na regulamentação e, principalmente, neste edital.

6.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo de seleção.

6.3 - Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

6.4 - Para recebimento de intimação e/ou convocação decorrente deste Processo de Seleção o candidato deverá manter atualizado seu endereço perante a AMMVI, por meio de requerimento a ser enviado à Secretaria Executiva da Associação. É de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não-atualização de seu endereço.

6.5 - Na convocação dos candidatos aprovados para assunção de vaga, pela ordem de classificação neste Processo de Seleção, o mesmo poderá aceitar a vaga e assumir as funções após a apresentação dos documentos pertinentes e o registro de seu contrato, ou declinar da vaga, passando, automaticamente, a ocupar o último lugar da classificação.

6.6 - O candidato contratado no programa de concessão de estágio ficará submetido ao previsto na Lei nº 11.788, de 25/09/2008, e a Resolução AMMVI nº 15/09 e alterações.

6.6.1 - A contratação será pelo prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por até dois anos, aplicadas as disposições de Lei e, no que couber, o Regulamento de Pessoal da AMMVI – Resolução nº 06/08.

6.6.2 - Ao final do prazo máximo de estágio, o estagiário poderá passar a ocupar emprego de Auxiliar Administrativo, conforme estabelece o inciso II do § 4º do art. 3º do Regulamento de Pessoal da AMMVI – Resolução nº 06/08.

6.7 - Informações relativas ao Processo de Seleção serão prestadas na sede da AMMVI pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital encontra-se a disposição na home page da AMMVI, in www.ammvi.org.br.

6.8 – Fica delegada competência aos empregados José Rafael Correa – Secretário Executivo, Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico e Valdete Korz Marques – Contadora, para, sob a presidência do primeiro e sem ônus para AMMVI, coordenar todas as etapas deste Processo de Seleção.

6.9 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.

Blumenau, SC, em 16 de Junho de 2016.

Fernando Tomaselli

Presidente da AMMVI

ANEXO I - CRONOGRAMA PREVISTO:

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	17/06/2016 no Site www.ammvi.org.br e em 20/06/2016 no DOM/SC
Período de Inscrição	20/06 a 01/07/2016
Sorteio Público de desempate na Classificação Provisória, se necessário – 16 hs na sede da AMMVI	04/07/2016
Publicação da relação das inscrições homologadas, da contagem/avaliação dos títulos e da classificação provisória	05/07/2016
Recebimento de recurso contra o indeferimento de inscrição, da contagem/avaliação dos títulos e da classificação provisória	06 e 07/07/2016
Retificação justificada da relação das inscrições, da contagem/avaliação dos títulos e da classificação, se for o caso	11/07/2016
Publicação da Classificação Final e Homologação do Processo de Seleção, no site e no DOM/SC.	11/07/2016

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO:

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI

PROCESSO DE SELEÇÃO – EDITAL nº 01/2016

Estágio/Curso: _____

Nome Completo: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Data do Nascimento: ____/____/____

RG nº: _____ CPF nº: _____

CNH nº _____ Estado Civil: _____

Filiação: _____

Endereço Residencial: _____

Endereço Comercial: _____

Telefone(s) para contato: () _____

E-mail: _____

DECLARO QUE:

a) AS INFORMAÇÕES ACIMA PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS E ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE PELOS DADOS FORNECIDOS, DECLARANDO EXPLICITAMENTE CONHECER E ACEITAR AS NORMAS E REGULAMENTOS ESTABELECIDOS NO EDITAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 01/2016 E TODAS AS DISPOSIÇÕES NELE CONTIDAS;

b) ESTOU CIENTE DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO RG/CPF (+ CNH E COMPROVANTE DE CONHECIMENTO EM GEOPROCESSAMENTO, PARA A VAGA DE ESTÁGIO EM ENGENHARIA AMBIENTAL OU ENGENHARIA FLORESTAL) E DE EVENTUAIS COMPROVANTES DE PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS E PALESTRAS PARA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS, NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO. OBS: Deixo cópia RG/CPF/CNH/COMPROVANTE e mais _____ (____) docs. relativos a diplomas e/ou certificados para contagem de títulos (total de _____ fls).

Blumenau, em ____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) Candidato(a)

FICA HOMOLOGADA A PRESENTE INSCRIÇÃO (COM _____ PONTOS DE TÍTULOS).

Blumenau, em ____ de _____ de 2016.

Comissão de Coordenação

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2016 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2016

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, Senhora LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, Prefeita de Camboriú, no uso de suas atribuições,

CONVOCA:

Os senhores Prefeitos Municipais de Santa Catarina para Assembleia Geral Extraordinária alusiva aos 36 anos da FECAM com a seguinte ordem do dia:

Data: 04 de julho de 2016 – 14 horas

Local: Sede do Sistema FECAM – auditório 12º andar

Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885, Canto – Florianópolis/SC

CEP 88070-800.

Ordem do Dia:

14 horas: Abertura da Assembleia Geral Extraordinária: Presidente da FECAM e Prefeita de Camboriú, Sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias;

· Menção aos 36 anos da FECAM;

· Análise dos encaminhamentos das audiências com Fórum Parlamentar Catarinense, Ministério Público de Santa Catarina e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e seus resultados;

· Solenidade de concessão do Diploma de Mérito Municipalista (art. 29, VII, Estatuto Social FECAM);

· Lançamento do novo Portal da FECAM;

17 horas: Coffee break.

Florianópolis/SC, 08 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita de Camboriú

Presidente da FECAM

Consórcios

CIMCATARINA

DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - DIMACI DECISÃO

ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, na cidade de Palhoça/SC, CEP: 88.133-531, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CIMCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação/ Atualização	Chamada Pública	
				Item	Editais
AGULHA 13X4, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,40MM E COMPRIMENTO DE 13MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR CINZA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO	2553-1	1	0006/2015
AGULHA 13X4,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES	BD	PRECISIONGLIDE	725-1	2	0006/2015
AGULHA 20X5,5, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	726-1	3	0006/2015
AGULHA 25X6, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,60MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR AZUL E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO	2554-1	4	0006/2015
AGULHA 25X6, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	727-1	5	0006/2015
AGULHA 25X7, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,70MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR PRETA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO	1843-1	6	0006/2015
AGULHA 25X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	728-1	7	0006/2015

AGULHA 25X8, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 0,80MM E COMPRIMENTO DE 25MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR VERDE E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO	2555-1	8	0006/2015
AGULHA 25X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	729-1	9	0006/2015
AGULHA 30X7, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1343-1	10	0006/2015
AGULHA 30X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	730-1	11	0006/2015
AGULHA 40X12, AGULHA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS. AGULHA CONSTITUÍDA POR CÂNULA DE AÇO INOX, SILICONIZADA, CALIBRE DE 1,20MM E COMPRIMENTO DE 40MM, BISEL TRIFACETADO, CANHÃO DE COR ROSA E PROTETOR DE PLÁSTICO. POSSUI UM PROTETOR ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CANHÃO. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	ECLIPSE COM DISPOSITIVO	2556-1	12	0006/2015
AGULHA 40X12, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRES IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	731-1	13	0006/2015
AGULHA 40X8, BISEL TRIFACETADO, CÂNULA SILICONIZADA TAMANHOS E CALIBRE IDENTIFICADOS POR CORES DIFERENTES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES	BD	PRECISIONGLIDE	732-1	14	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 13X4.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1048-1	15	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 20X5.5, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1049-1	16	0006/2015

AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X6.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1050-1	17	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X7.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1051-1	18	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 25X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1052-1	19	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 30X8.0, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1053-1	20	0006/2015
AGULHA DESCARTÁVEL HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). CAIXA COM 100 UNIDADES.	BD	PRECISIONGLIDE	1054-1	21	0006/2015
ALGODÃO HIDRÓFILO, COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALTAMENTE ABSORVENTE. ROLO 500 GRAMAS.	NÉVOA	NÉVOA	1055-1	25	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 06CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	747-1	29	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 08CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	748-1	30	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	749-1	31	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 12CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	750-1	32	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1060-1	33	0006/2015

ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1061-1	34	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1062-1	35	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1063-1	36	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1064-1	37	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	1065-1	38	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	2559-1	39	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	2560-1	40	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	751-1	41	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	741-1	42	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	742-1	43	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	743-1	44	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	744-1	45	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	745-1	46	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 18 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	746-1	47	0006/2015
ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M (1,20M EM REPOUSO), CONFECCIONADA COM TECIDO CRU, FIOS COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM. DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT.	NEVE	NEVE	752-1	48	0006/2015
ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE	2879-1	49	0006/2015
ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE	2880-1	50	0006/2015

ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE	2881-1	51	0006/2015
ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	NEVE	NEVE	2882-1	52	0006/2015
COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	NEVE	806-1	59	0006/2015
COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	TAMANHO 7,5X7,5 CM E 15X30 CM ABERTA	807-1	60	0006/2015
COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 21 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	NEVE	NEVE	1811-1	61	0006/2015
COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, TAMANHO 7,5X7,5CM, COM 05 DOBRAS, 08 CAMADAS, 11 FIOS, 100% ALGODÃO, ESTÉRIL. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). PACOTE COM 10 UNIDADES.	NEVE	NEVE	1797-1	62	0006/2015
COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO NOMINAL 91X91CM, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, EMBALADAS INDIVIDUAL EM PACOTE PLÁSTICO, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT, PESO MÍNIMO 1450 GRAMAS.	NEVE	NEVE	776-1	63	0006/2015
CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL (CHUMAÇO), 10X15CM, 100% ALGODÃO, ESTRILIZADO POR E.T.O, PRONTO USO, SUPER ABSORVENTE.	NEVE	NEVE	777-1	64	0006/2015

CURATIVO COM PELÍCULA FINA E TRANSPARENTE DE POLIURETANO SEMI-PERMEÁVEL COM UM ADESIVO HIPOALERGÊNICO QUE NÃO CONTÉM LÁTEX, EM FORMATO OVAL RECORTADO E REFORÇADO NUMA EXTREMIDADE COM UMA FAIXA DE TECIDO MACIO PARA PROPORCIONAR MELHOR FIXAÇÃO EM TORNO DOS CATETERES E DE OUTROS DISPOSITIVOS, DEVE PERMITIR A PASSAGEM DE OXIGÊNIO E UMIDADE PORÉM É IMPERMEÁVEL A LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, INTACTO PROTEGE O LOCAL CONTRA CONTAMINANTES EXTERNOS, COM TIRAS ESTÉREIS DE ADESIVO DE TECIDO MACIO FORNECIDOS COM O CURATIVO PARA AJUDAR A FIXAR OS TUBOS E LÚMENS, ESPECIALMENTE INDICADO PARA SER UTILIZADO EM CATETERES COM MÚLTIPLOS LÚMENS, PESADOS E/OU LOCAIS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO. TAMANHO 7CMX8,5CM.	3M	3M	1798-1	65	0006/2015
CURATIVO TRANSPARENTE EM ROLO, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, CONSTITUÍDO POR UMA PELÍCULA DE POLIURETANO TRANSPARENTE, PERMEÁVEL AO OXIGÊNIO E VAPOR D'ÁGUA, ATUANDO COMO BARREIRA CONTRA LÍQUIDOS E BACTÉRIAS, TAMANHO 10CMX10MT.	3M	3M	1799-1	68	0006/2015
EQUIPO MACROGOTAS, FLEXÍVEL COMPOSTO DE LANCETA PERFORANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL E TRANSPARENTE PARA VISUALIZAÇÃO DO GOTEJAMENTO, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA ROLETE E CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO.	DESCARPACK	DESCARPACK	783-1	77	0006/2015
EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL, TUBO EM PVC COM 1,50CM, CONTROLADOR TIPO PINÇA ROLANTE, CONEXÃO TIPO LUER, EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	DESCARPACK	DESCARPACK	786-1	79	0006/2015
ESPARADRAPO 10CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	MISSNER	AD PELE	788-1	80	0006/2015
ESPARADRAPO 2,5CMX4,5M, TECIDO 100% ALGODÃO COM RESINA ACRÍLICA IMPERMEABILIZANTE, COM MASSA ADESIVA Á BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINA. EMBALAGEM COM CAPA PROTETORA.	MISSNER	MISSNER	2573-1	81	0006/2015
ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC	1076-1	82	0006/2015
ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC	790-1	83	0006/2015
ESPÉCULO LUBRIFICADO ESTERILIZADO PEQUENO, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.	ADLIN	VAGISPEC	791-1	84	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL20CT20	797-1	85	0006/2015

FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 2.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL20CT30	928-1	86	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT20	798-1	87	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.5CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT25	930-1	88	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 3.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 3.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL30CT30	929-1	89	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 4.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES.	BIOLINE	NL40CT20	799-1	90	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 5.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES	BIOLINE	NL50CT20	800-1	91	0006/2015
FIO DE SUTURA AGULHADO DE NYLON MONOFILAMENTO COM AGULHA CURTA 6.0 NYLON PRETO, POLIAMIDA MONOFILAMENTO, NÃO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL EM RAIO GAMA, 45CM, AGULHA MICRO PONTA PLÁSTICA Nº 2.0CM, REGISTRO NA ANVISA, CAIXA COM 24 UNIDADES	BIOLINE	NL60CT20	801-1	92	0006/2015
FITA ADESIVA BRANCA DE USO HOSPITALAR 16MMX50M EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M	914-1	93	0006/2015
FITA ADESIVA DE AUTOCLAVE 19MMX30M, DORSO DE PAPEL CREPADO Á BASE DE BORRACHA NATURAL, NA OUTRA FACE, FINA CAMADA IMPERMEABILIZADA DE RESINA ACRÍLICA, COM INDICADOR DE ESTERILIZAÇÃO (LISTAS DIAGONAIS DE TINTA TERMOREATIVA QUE QUANDO ESTERILIZADAS MUDAM A COLORAÇÃO DE BRANCO PARA PRETO. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M	804-1	94	0006/2015
FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA, COMPOSTA POR UM DORSO ELÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE MICRO PERFURADO. ADESIVO ACRÍLICO RADIOTRANSARENTE, 100MMX4,5M, COM CAPA PROTETORA.	3M	3M	3775-1	95	0006/2015

INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPHILUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO, CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS.	3M	1262B	1812-1	96	0006/2015
KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC	3297-1	98	0006/2015
KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO M, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRES, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CM X 8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CMX7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE;	ADLIN	VAGISPEC	2576-1	99	0006/2015
KIT PAPANICOLAU DEVE CONTER: 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO P, 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18CM DE COMPRIMENTO; 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19CM DE COMPRIMENTO; 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8CMX8,4CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5CM X 7,5CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE.	ADLIN	VAGISPEC	2577-1	100	0006/2015
KIT PAPANICOLAU, TAMANHO "M", O KIT DEVERÁ CONTER: 01 ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, 01 ESCOVA CERVICAL, 01 ESPÁTULA DE AYRES EM MADEIRA, 01 LUVA E.V.A., 01 ESTOJO PORTA-LÂMINAS E 01 LÂMINA DE VIDRO.	ADLIN	VAGISPEC	2578-1	101	0006/2015
LUVA CIRÚRGICA TAM. 6,5 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL	822-1	104	0006/2015
LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,0 - ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PUNHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL	823-1	105	0006/2015

LUVA CIRÚRGICA TAM. 7,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PU-NHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL	824-1	106	0006/2015
LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,0 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PU-NHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL	825-1	107	0006/2015
LUVA CIRÚRGICA TAM. 8,5 - ESTERILIZADA POR RAO GAMA (COBALTO), COR NATURAL, SUPERFÍCIE TEXTURIZADA, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL. ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM PU-NHO REFORÇADO LISO.	MUCAMBO	DIAL	826-1	108	0006/2015
LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES	DESCAR-PACK	DESCARPACK	827-1	109	0006/2015
LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	DESCAR-PACK	DESCARPACK	828-1	110	0006/2015
LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	DESCAR-PACK	DESCARPACK	829-1	111	0006/2015
LUVA DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - EM LÁTEX, LUBRIFICADA COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,17MM E COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280MM, COM BAIXA COR DE PROTEÍNA, INFERIOR A 50MG POR U. CAIXA COM 100 UNIDADES.	DESCAR-PACK	DESCARPACK	830-1	112	0006/2015
MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCAR-PACK	DESCARPACK	833-1	116	0006/2015
MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCAR-PACK	DESCARPACK	834-1	117	0006/2015
MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 1,2CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M	3770-1	119	0006/2015
MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 2,5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M	837-1	120	0006/2015
MICROPORE, FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA, CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO TECIDO Á BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRÍLICA E MASSA ADESIVA A BASE DE POLIACRILATO HIPOALERGÊNICO, 5CMX10M, PRODUTO COM CAPA PROTETORA, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	3M	3M	838-1	121	0006/2015

SERINGA 10ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ESMERALD	1095-1	125	0006/2015
SERINGA 10ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLLO E GRADUAÇÃO ATÉ 10ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	ESMERALD SAFT	3218-1	126	0006/2015
SERINGA 1ML (BCG), COM AGULHA FIXA, CAPACIDADE PARA 100U.I, ESCALA DE 2 EM 2 UNID.. AGULHA 12,7X0,3MM. EMBALADAS EM CONJUNTO DE 10 UNIDADES. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE	1091-1	127	0006/2015
SERINGA 1ML (INSULINA), SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, COM AGULHA DE 13X0,33 ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO PRIMÁRIO, CILINDRO SECUNDÁRIO, ÊMBOLLO E GRADUAÇÃO ATÉ 1ML, CILINDRO PRIMÁRIO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, FLANGE, CILINDRO SECUNDÁRIO O DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE POSSIBILITA A RETRAÇÃO DA AGULHA, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA, ESCALA DA GRADUAÇÃO DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, DE ACORDO COM A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	SAFETYGLIDE	1959-1	128	0006/2015
SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLLO COM ANEL DE RETENÇÃO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 12,7X0,3 MM DE CALIBRE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ULTRALINE	3548-1	129	0006/2015
SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLLO COM ANEL DE RETENÇÃO, SEM ESPAÇO MORTO, CAPACIDADE PARA 100 UNIDADES DE INSULINA COM GRADUAÇÃO DE 1 EM 1 UNIDADE, COM AGULHA DE 8MM X 0,3MM DE CALIBRE.	BD	ULTRALINE	2587-1	130	0006/2015
SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	PLASTIPAK	1096-1	131	0006/2015

SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ESMERALD	1093-1	132	0006/2015
SERINGA 3ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 3ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 0,5ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,1ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	ESMERALD SAFT	3216-1	133	0006/2015
SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	ESMERALD	1094-1	134	0006/2015
SERINGA 5ML, SERINGA HIPODÉRMICA DE SEGURANÇA, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, SERINGA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO, ÊMBOLO E GRADUAÇÃO ATÉ 5ML. CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER-LOK, FLANGE E DISPOSITIVO DE SEGURANÇA ARTICULADO PRÉ ACOPLADO AO CORPO DA SERINGA. ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA. ESCALA DA GRADUAÇÃO É DE 1ML NOS TRAÇOS LONGOS E DE 0,2ML NOS TRAÇOS CURTOS. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. DEVE ATENDER A NR 32, COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO) EMITIDO PELA ANVISA.	BD	ESMERALD SAFT	3217-1	135	0006/2015
SERINGA DESCARTÁVEL 1ML PARA INSULINA, COM AGULHA DE 13 X 3,8.	BD	BD	1151-1	140	0006/2015
SERINGA DESCARTÁVEL DE 03ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	ESMERALD	859-1	142	0006/2015
SERINGA DESCARTÁVEL DE 05ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	ESMERALD	860-1	143	0006/2015
SERINGA DESCARTÁVEL DE 10ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	ESMERALD	861-1	144	0006/2015
SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML, SEM AGULHA, BICO COM ROSCA DUPLA, STOPPER FINO, EMBÔLO COM ANEL DE RETENÇÃO.	BD	PLASTIPAK	862-1	145	0006/2015
SERINGAS DESCARTÁVEL DE 60ML, SEM AGULHA, BICO DE CATETER. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	BD	PLASTIPAK	863-1	146	0006/2015

TERMÔMETRO COM AFERIÇÃO DIGITAL, DE TEMPERATURA CORPORAL, CONFECCIONADO EM TERMOPLÁSTICO, COM AVISO SONORO, VISOR DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA, DEVERÁ POSSUIR SELO DE QUALIDADE DO INMETRO.	BIOLAND	BIOLAND	2604-1	147	0006/2015
--	---------	---------	--------	-----	-----------

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante ao exposto, decido que os bens requeridos para atualização da validade que foram deferidos, serão atualizados no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, admitido o encaminhamento pelo correio com aviso de recebimento, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 16 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo CIMCATARINA

DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - FUFA

DECISÃO

ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, na cidade de Florianópolis/SC, CEP: 88.090-060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CIMCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação/Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
BOLSA DE COLOSTOMIA INTESTINAL DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, COM BARREIRA A PROVA DE ODOR E VAZAMENTO, TRANSPARENTE/OPACA, PLACA DE BARREIRA DE PELE DE RESINA A BASE DE HIDROCOLÓIDES (PECTINA, GELATINA E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA) PLACA COM DIÂMETRO RECORTÁVEL DE 19 A 64MM, CAIXA COM 10 UNIDADES.	CONVATEC	ACTIVE LIFE	1784-1	54	0006/2015
LANCETAS COM SISTEMA DE PUNÇÃO DIGITAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DE UTILIZAÇÃO ÚNICA PARA COLETA DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR, COM PERFURAÇÃO DE 1,5MM, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. DEVE ATENDER A NR 32 DA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO ANVISA). CAIXA COM 200 UNIDADES	ROCHE	ACCU CHEK SAFE T PRO UNO	819-1	102	0006/2015
LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, VITAMINA A E E, COM ALOE VERA, FRASCO COM 200ML	DBS	PIELSANA PREMIUM	2902-1	103	0006/2015

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante ao exposto, decido que os bens requeridos para atualização da validade que foram deferidos, serão atualizados no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, admitido o encaminhamento pelo correio com aviso de recebimento, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.
Elói Rønnau
Diretor Executivo CIMCATARINA

RESOLUÇÃO Nº 0022_2016

Resolução n. 0022/2016.

Homologa o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 19 de Maio de 2016.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rønnau, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0001, de 19 de Maio de 2016, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de Junho de 2016.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO N. 0022/2016

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0001, DE 19 DE MAIO DE 2016.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

CÓDIGO/EMPREGO		01 – SONDADOR/OPERADOR DE ROTO-PNEUMÁTICA		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	4	MAURÍCIO KUHN	5	23/10/1980

CÓDIGO/EMPREGO		02 – AJUDANTE DE SONDADOR		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	2	PAULO MACEDA	3	02/10/1974
2	3	JAIR MACEDA	3	24/05/1976
3	1	JACIR MIGUEL SCHWARTZ	1	22/07/1976

Fraiburgo, 17 de Junho de 2016.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

IBERE**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS Nº 001/2016**

CNPJ 05.871.732/0001-70

ATA 001/2016

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSOCIADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões junto à sala do Consórcio Iberê, localizada no Bloco N na Unochapecó, sob a presidência do Prefeito de Guatambu, Senhor Pedro Borsoi, reuniu-se para assembleia geral ordinária do Conselho de Associados do Consórcio Iberê os Senhores: Andre Max Tormen Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Alceu Mazzioni Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Pedro Borsoi Prefeito Municipal de Guatambu, Cleomar Kuhn Prefeito Municipal de São Carlos, Silvia Valdez conselheira executiva do Consórcio Iberê, Geciane Jordani Assessora de projetos, Kellen Cassaro assessora administrativa, e Marcia Nichelle Assessora contábil do quadro de pessoal do Consorcio Iberê e demais membros, conforme lista de presença em anexo, para tratar da seguinte pauta: 1 -Prestação de Contas de 2015; 2 - Andamento do Projeto Mata Ciliar 2015/2016; 3 -Seminário de capacitação de gestores públicos; 4 - Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS; 5 - Assuntos Gerais. A assembleia teve início às nove horas e oito minutos, abertura oficializada pelo Presidente Senhor Pedro Borsoi desejando boas vindas e cumprimentando a todos os presentes. Senhora Marcia inicia com o primeiro assunto da pauta, a prestação de contas do ano de 2015, apresentou o detalhamento das despesas, informou que no decorrer do ano o valor total do financeiro foi de R\$ 272.963,28, sendo o valor de R\$ 159.547,95 saldo do exercício anterior e o valor de R\$ 113.415,33 que foi a arrecadação no ano, desses, o valor empenhado foi de R\$ 221.125,14, restando um saldo de R\$ 51.838,14 para o próximo ano. As legislações atendidas são: Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto Federal nº 6.017/07, Lei federal nº 4.620/64 e o Estatuto do Consórcio. Colocada em votação, aprovada por unanimidade de votos. Levantada a situação do município de Caxambu do Sul que não assinou e nem pagou o contrato de rateio do ano de 2015 e nem assinou o contrato do ano de 2016, onde foi discutido e decidido que os materiais disponíveis para projeto Mata Ciliar CASAN 2015/2016 no município de Caxambu do Sul será distribuído para os demais municípios conforme a necessidade e os beneficiários que estão na lista de espera serão atendidos no próximo projeto. Será elaborado um ofício comunicando às famílias do município de Caxambu do Sul que neste ano as atividades no município encontram-se suspensas e que estas famílias serão atendidas prioritariamente quando o projeto for retomado naquele município. Passando para o segundo item da pauta, Senhora Geciane apresenta o andamento do Projeto do projeto Mata Ciliar CASAN 2015/2016, informa que a construção das cercas está ocorrendo nas propriedades beneficiadas e que o projeto está sendo executado. Terceiro item da pauta o Seminário de capacitação de gestores públicos, Senhora Kellen ressalta da importância da participação dos gestores públicos na capacitação para conhecer e tirar dúvidas sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dar início ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Senhora Silvia fala sobre o item quatro da pauta o PIGIRS, informa que depois do seminário de resíduos sólidos será elaborado um passo-a-passo e agendada uma reunião com os municípios para dar início a agenda de planejamento do PIGIRS. Assuntos Gerais: Proposta de desassoreamento dos rios, Senhora Silvia informa que será elaborado um projeto técnico com responsabilidades técnicas e que será previsto um recurso para esta proposta, quando elaborado o novo orçamento do Consórcio junto à CASAN. Senhora Tereza sugere que seja elaborado um projeto de práticas conservacionistas de uso do solo em áreas de declive para evitar a erosão do solo. Silvia informa que a ideia será avaliada e pode ser incorporada na proposta supracitada e comenta que temos um recurso no valor de R\$ 50.000,00 através do convênio CASAN para uma pesquisa de aporte de sedimentos nas bacias hidrográficas que pode ir ao encontro da proposta levantada. Senhora Tereza sugere entrar em contato com a Associação Amigos do Solo para participar na elaboração da proposta. Sobre o assunto Uso e ocupação de solos em áreas de APP, Senhora Silvia informa que foi elaborado um aviso de utilidade pública, que foi divulgado na rádio e televisão durante o período de um mês. Os membros presentes ressaltam a importância de comunicar a proibição de ocupar áreas de preservação permanente. Silvia comenta que pode ser previsto para o próximo ano um recurso para dar continuidade na divulgação por meio dos meios de comunicação. Senhor Pedro informa que possui uma grande preocupação com o parcelamento do uso do solo no interior dos municípios, onde estão se construindo chácaras nas áreas de APP, mesmo sabendo da irregularidade, os moradores acabam consumindo a água e não trazendo retorno aos municípios, sugeriu em contatar o Ministério Público para ver se existem medidas cabíveis para estas situações. Senhora Aline comenta que o uso da água em área rural compete aos municípios e que precisaria fazer uma fiscalização para a perfuração irregular dos poços. Senhor Alceu comenta que o município de Cordilheira Alta possui uma ação cível pública referente a perfuração indevida de poços e a não fiscalização, mas que está sendo amparado pelo Cidema. Senhora Silvia informa que se os prefeitos precisarem de apoio do Consórcio devem comunicar, pois o consórcio Iberê está à disposição. Sobre o assunto Contratação temporária de um técnico, Silvia comenta que será elaborado um processo para contratação temporária de um técnico, que irá atuar no período de dez meses, 20 horas semanais, subsidiando no período gestacional e na licença maternidade das técnicas Geciane e Kellen dando continuidade nos trabalhos do Consórcio. Senhora Silvia sugere que seja elaborado um termo de compromisso aos candidatos à vaga de prefeitos municipais para garantir a continuidade das atividades nos municípios consorciados, na ocasião senhor Alceu comenta que os candidatos estão amparados judicialmente para que não seja assinado nenhum documento durante o pleito eleitoral, no entender senhora Silvia sugere que seja feito uma visita aos candidatos para uma conversa informal para apresentação dos trabalhos do Consórcio e registrado com fotos o comprometimento. Senhora Geciane apresenta aos presentes o plano de atividades para 2016, na qual é aprovado por unanimidade de votos. Nada mais havendo a

tratar considera-se encerrada a Assembleia, e eu Kellen lavrei a presente ata na qual será assinada pelo Conselho de Associados presente, Conselho Executivo e quadro de pessoal do Consórcio.

Pedro Borsoi Alceu Mazzioni
Prefeito de Guatambu/SC Prefeito de Cordilheira Alta/SC
Presidente do Consórcio Iberê

Andre Max Tormen Cleomar Kuhn
Prefeito de Águas de Chapecó/SC Prefeito de São Carlos/SC

Silvia Valdez Marcia Nichelle
Conselheira Executiva do Consorcio Iberê Ass. Contábil do Consórcio Iberê

Kellen Cassaro Geciane Jordani
Ass. Administrativa do Consorcio Iberê Ass. De Projetos do Consorcio Iberê